Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato político de celebração aos 15 anos do Foro de São Paulo

São Paulo-SP, 02 de julho de 2005

Meus queridos companheiros e companheiras dirigentes do Foro de São Paulo que compõem a mesa,

Meus queridos companheiros e companheiras que nos estimulam com esta visita ao 12º Encontro do Foro de São Paulo,

Não preciso ler a nominata toda, porque os nomes já foram citados pelo menos três vezes. E se eu citar mais uma vez, daqui a pouco alguém vai querer se candidatar a vereador ou a prefeito, aqui, em São Paulo.

Primeiro, uma novidade: sabem por que a Nani está sentada lá atrás? Porque há poucos dias o Brasil ganhou da Argentina e ela não quer ficar aqui perto da mesa.

Meus companheiros, minhas companheiras,

Como sempre, eu tenho um discurso por escrito, como manda o bom protocolo da Presidência da República, mas, como sempre também, eu tenho uma vontade maluca de fazer o meu improviso.

E eu queria começar com uma visão que eu tenho do Foro de São Paulo. Eu que, junto com alguns companheiros e companheiras aqui, fundei esta instância de participação democrática da esquerda da América Latina, precisei chegar à Presidência da República para descobrir o quanto foi importante termos criado o Foro de São Paulo.

E digo isso porque, nesses 30 meses de governo, em função da existência do Foro de São Paulo, o companheiro Marco Aurélio tem exercido uma função extraordinária nesse trabalho de consolidação daquilo que começamos em 1990, quando éramos poucos, desacreditados e falávamos

muito.

Foi assim que nós, em janeiro de 2003, propusemos ao nosso companheiro, presidente Chávez, a criação do Grupo de Amigos para encontrar uma solução tranqüila que, graças a Deus, aconteceu na Venezuela.

E só foi possível graças a uma ação política de companheiros. Não era uma ação política de um Estado com outro Estado, ou de um presidente com outro presidente. Quem está lembrado, o Chávez participou de um dos foros que fizemos em Havana. E graças a essa relação foi possível construirmos, com muitas divergências políticas, a consolidação do que aconteceu na Venezuela, com o referendo que consagrou o Chávez como presidente da Venezuela.

Foi assim que nós pudemos atuar junto a outros países com os nossos companheiros do movimento social, dos partidos daqueles países, do movimento sindical, sempre utilizando a relação construída no Foro de São Paulo para que pudéssemos conversar sem que parecesse e sem que as pessoas entendessem qualquer interferência política. Foi assim que surgiu a nossa convicção de que era preciso fazer com que a integração da América Latina deixasse de ser um discurso feito por todos aqueles que, em algum momento, se candidataram a alguma coisa, para se tornar uma política concreta e real de ação dos governantes. Foi assim que nós assistimos a evolução política no nosso continente.

Certamente não é tudo que as pessoas desejam, se olharmos o ideal do futuro que queremos construir, mas foi muito, se nós olharmos o que éramos poucos anos atrás no nosso continente. Era um continente marcado por golpes militares, era um continente marcado por ausência de democracia. E hoje nós somos um continente em que a esquerda deu, definitivamente, um passo extraordinário para apostar que é plenamente possível, pela via democrática, chegar ao poder e exercer esse poder. Esse poder que é construído no dia-a-dia, esse poder que é construído a cada momento com muita dificuldade. Mas,

quando exerce o cargo de presidente da República de um país, ele não será lembrado apenas pela quantidade de obras que conseguiu realizar ou apenas pela quantidade de políticas sociais que ele fez.

Eu tenho feito questão de afirmar, em quase todos os pronunciamentos, que a coisa mais importante que um governante pode fazer é estabelecer um novo padrão de relação entre o Estado e a sociedade, entre o governo e as entidades da sociedade civil organizada. E consolidar, de tal forma, que isso possa ser duradouro, independente de quem seja o governo do país.

E é por isso que eu, talvez mais do que muitos, valorize o Foro de São Paulo, porque tinha noção do que éramos antes, tinha noção do que foi a nossa primeira reunião e tenho noção do avanço que nós tivemos no nosso continente, sobretudo na nossa querida América do Sul.

Todas as vezes que um de nós quiser fazer críticas justas, e com todo direito, nós temos que olhar o que éramos há cinco anos atrás na América Latina, dez anos atrás, para a gente perceber a evolução que aconteceu em quase todos os países da nossa América.

E eu quero dizer para vocês que muito mais feliz eu fico quando tomo a informação, pelo Marco Aurélio ou pela imprensa, de que um companheiro do Foro de São Paulo foi eleito presidente da Assembléia, foi eleito prefeito de uma cidade, foi eleito deputado federal, senador, porque significa a aposta decisiva na consolidação da democracia no nosso país.

Se não fosse assim, o que teria acontecido no Equador com a saída do Lucio Gutiérrez? Embora o Presidente tenha saído, a verdade é que o processo democrático já está mais consolidado do que há dez anos atrás.

O que seria da Bolívia com a saída do Carlos Mesa, recentemente, se não houvesse uma consciência democrática mais forte no nosso continente entre todas as forças que compõem aquele país?

A vitória de Tabaré, no Uruguai: quantos anos de espera, quantas derrotas, tanto quanto as minhas. Ou seja, a paciência de esperar, de construir,

de somar, de estabelecer políticas que pudessem consolidar, definitivamente, não apenas a vitória, mas tirar o medo de muita gente do povo, que se assustava quando imaginava que a esquerda pudesse ganhar uma eleição.

O que significa a passagem da Argentina? Num momento em que ninguém queria ser presidente, o Duhalde assume e consegue, em dois anos, não só começar a recuperar a economia da Argentina, como consegue eleger um sucessor com a personalidade do presidente Kirchner.

Os chilenos, depois de tantas e tantas amarguras, num período que muita gente não quer nem se lembrar, estão agora prestes a, pela quarta vez consecutiva, reeleger um presidente, eu espero que uma presidente, ou seja, uma mulher presidente daquele país. Isso não é pouco, isso é muito.

E o que nós precisamos é trabalhar para consolidar, para que a gente não permita que haja qualquer retrocesso nessas conquistas, que são que nem uma escada: a gente vai conquistando degrau por degrau. E, às vezes, até paramos um pouco num degrau para dar um passo um pouco maior, porque se tentarmos dar um passo muito grande poderemos cair, nos machucar e a caminhada retrocederá.

O Foro de São Paulo, na verdade, nos ensinou a agir como companheiros, mesmo na diversidade. A coordenação do Foro de São Paulo, que envolvia parte das pessoas que estão aqui, não pensava do mesmo jeito, não acreditava nas mesmas profecias, mas acreditava que o Foro de São Paulo poderia ser um caminho. E foram inúmeras daquelas reuniões que ninguém quer participar, às vezes, pegar um vôo, andar quatro, cinco horas de avião e parando três, quatro vezes para chegar num lugar e encontrar meia dúzia de companheiros para se reunir. E esses companheiros que tiveram a coragem de assumir essa tarefa, eu acho que hoje podem estar orgulhosos, porque valeu a pena a gente criar o Foro de São Paulo.

No começo, eu me lembro que alguns partidos nem queriam participar, porque acharam que nós éramos um bando de malucos. O que não faltava

eram adjetivos. E quanto mais perto as pessoas iam chegando do poder, mais distantes iam ficando do Foro de São Paulo.

A minha vinda aqui, hoje, é para reafirmar uma coisa: a gente não precisa esquecer os nossos companheiros quando a gente ganha uma eleição para presidente da República. A gente precisa continuar tendo as nossas referências para que a gente possa fazer cada vez mais e cada vez melhor. E é isso que eu quero fazer como exemplo, ao sair de Brasília e vir aqui.

Vocês sabem que eu não posso brincar o tanto que eu já brinquei, as coisas que fazia nos outros, porque quando nós começamos o Foro de São Paulo, a gente ficava implorando para ter um jornalista e não tinha nenhum. E hoje tem muitos e eu já não posso fazer as brincadeiras, eu não posso fazer o que fazia antes e nem dizer tudo o que eu dizia antes.

Mas uma coisa eu quero que vocês saibam: valeu a pena acreditar em nós mesmos e saber que nós vamos levar muitos anos, muitos... Nós não conseguiremos fazer as transformações que acreditamos e por que brigamos tantos anos em pouco tempo. É um processo de consolidação.

Eu estava vendo as imagens do primeiro encontro e fico triste porque a velhice é implacável. A velhice parece que só não mexe com a Clara Charf, que é do mesmo jeito desde que começou o primeiro Foro, mas todos nós, da mesa, envelhecemos muito. Espero que tenha valido a pena envelhecer, Marco Aurélio. Eu me lembro que eu não tinha um fio de cabelo branco, um fio de barba branca e hoje estou aqui, todos estão, de barba branca.

Meus companheiros,

Eu estou feliz porque vocês acreditaram. Reuniões que não eram fáceis, difíceis, muitas vezes as divergências eram maiores que as concordâncias e sempre tinha a turma que fazia o meio de campo para contemporizar, procurar uma palavra adequada para que não houvesse nada que pudesse criar embaraço para o Foro de São Paulo.

Eu quero dizer uma coisa para vocês: não está longe o dia em que o

Foro de São Paulo vai poder se reunir e ter, aqui, um grande número de presidentes da República que participaram do Foro de São Paulo.

As coisas caminham para isso. Nós aprendemos que a organização da sociedade é um instrumento excepcional e nós aprendemos que o processo democrático pode garantir que a gente concretize esses sonhos nossos.

No Brasil, eu espero que o PT tenha preparado para vocês os informes que vocês devem levar para os seus países, e é importante que o Foro de São Paulo consiga que os outros países apresentem também as coisas que estão acontecendo em cada país, para que a gente vá consolidando os avanços das políticas sociais que tanto nosso povo precisa.

Esses dias eu estava assinando, ou melhor, sancionando o Fundo de Habitação Popular, lá em Brasília, e não tinha me dado conta de que, quando foi falar o líder do povo, que luta por habitação no Brasil, ele não agradeceu a lei que vai criar o Fundo, ele não fez menção. A coisa mais importante para ele não era o fato de termos criado uma lei que criava um fundo de moradia; a coisa que mais o marcou no discurso é que era a segunda vez que ele tinha conseguido entrar no Palácio de governo do Brasil. E aí a minha memória voltou a 1994, o Marco Aurélio estava comigo, quando eu fui visitar o Mandela. Na porta do Palácio tinha um monte de pessoas, mulheres e homens, andando felizes. E eu perguntei para o Mandela: o que essa gente faz aqui, desfilando? Ele falou: “Lula, essa gente era proibida de passar na frente do palácio, portanto, hoje eles vêm aqui. Só o fato de eles entrarem no recinto do Palácio, tem muitos que choram, tem muitos que querem colocar a mão na parede. E se eu estiver perto para tirar fotografia”, me dizia o Mandela, “então, isso é a realização máxima.”

Além disso a nossa relação, e é o Dulci que cuida da relação com o movimento social, eu penso que não existe, na história republicana, ou não sei se não existe na história da América do Sul, algum momento em que o movimento social esteve tão próximo das relações mais saudáveis possíveis

com o governo do que nós temos hoje.

Vejam que os companheiros do Movimento Sem-Terra fizeram uma grande passeata em Brasília. Organizada, muito organizada. E todo mundo achava que era um grande protesto contra o governo. O que aconteceu? A passeata do Movimento Sem-Terra terminou em festa, porque nós fizemos um acordo entre o governo e o Movimento Sem-Terra, pela primeira vez na história, assinando um documento conjunto.

Alguns dias depois, foi a Confederação da Agricultura, milhares de trabalhadores. E quando chegaram no Palácio, já tinha um acordo firmado com os companheiros, que foram para as ruas fazer uma festa.

Esse tipo de comportamento, de mudança que houve no Brasil, demonstra que a democracia veio para ficar. A democracia veio, no nosso país, para se consolidar. E vocês, que são visitantes, companheiros que estão preocupados com as notícias que têm saído no Brasil, tenham consciência de uma coisa: seria impensável que eu fosse governar este país quatro anos e não tivesse problemas. Seria impensável, ou seja, nós já conseguimos o máximo, ou seja, nós já conseguimos fazer com que o FMI fosse embora sem precisar dar nenhum grito.

Eu dizia para o Palocci: Palocci, o que você vai fazer quando não precisar mais fazer acordo com o FMI? Porque alguns aqui passaram a vida inteira gritando, ou seja, de repente você construiu uma situação política em que não precisou fazer absolutamente nada a não ser dizer: não precisamos mais do acordo com o FMI.

Na política, o que está acontecendo eu encaro como uma certa turbulência, mas que só existe efetivamente num processo que vai se consolidando fortemente, da democracia.

Eu quero que vocês saibam e voltem para os seus países com a certeza de que eu entendo que a corrupção é uma das desgraças do nosso continente, e muitas vezes quando alguém falava que nós éramos pobres por conta do

imperialismo, eu dizia: pode ser até meia-verdade, mas a outra verdade é que nesses países da América do Sul e da América Latina nem sempre nós tivemos dirigentes que fizessem as coisas corretas para o seu povo e com o dinheiro público.

É por isso que tenho afirmado, num pronunciamento, que seremos implacáveis com adversários e com aliados que acharem que podem continuar utilizando o dinheiro público para ficarem ricos, mas da mesma forma seremos também implacáveis no trabalho de consolidar o processo democrático brasileiro. Não permitiremos retrocesso. Alguns, antes de nós, morreram para que nós chegássemos onde nós chegamos, e nós temos consciência do sacrifício que se fez no Brasil, do sacrifício que se fez no Chile, do sacrifício que se fez na Argentina, do sacrifício que se fez no Uruguai, do sacrifício que se fez no Peru, do sacrifício que se fez na Colômbia, em todos os países, para que o povo pudesse sentir o gosto da coisa chamada democracia.

E, portanto, nós, estejam certos disso, o Lula que vocês conheceram há quinze anos atrás está mais velho, mas também muito mais experiente e muito mais consciente do papel que temos que jogar na política da América do Sul, da América Latina, da África e, eu diria, na nova concepção de política no mundo inteiro.

Não foi fácil criar o G-20, não. Não foi fácil convencer um grupo de países de que era possível mudar a geografia comercial do mundo se estabelecêssemos entre nós um grau de confiança e de relação em que pudéssemos, cada um de nós, entender que temos que nos ajudar muito mais. É por isso que hoje a gente pode olhar para vocês e dizer: a relação comercial Sul-Sul aumentou em mais de 50%. Nós estamos comprando mais e vendendo mais de nós mesmos. Nós estamos estabelecendo parcerias entre nossas empresas. Esses dias, fizemos não sei quantos acordos, 26 acordos, com a Venezuela. Agora foi feito um monte de acordos com a Colômbia. Estamos fazendo acordo com a Argentina, com o Chile, ou seja, os nossos empresários

têm que se encontrar, estabelecer parceria. Os nossos sindicalistas têm que se encontrar e estabelecer formas conjuntas. Os partidos têm que se encontrar, os parlamentares têm que se encontrar, o Foro de São Paulo tem que exigir cada vez mais a criação de um parlamento do Mercosul para que a gente possa consolidar definitivamente o Mercosul, não como uma coisa comercial, mas como uma instância que leve em conta a política, o social, o comercial e o desenvolvimento.

Esses dias, nós fomos à Guiné-Bissau. Aliás nós já visitamos mais países da África, acho, do que todos os governantes da história do Brasil. E fomos à Guiné-Bissau e fizemos uma reunião. Guiné-Bissau é um país de língua portuguesa, pequeno, praticamente destruído. E eu dizia ao Presidente e aos parlamentares: para que guerra, para que uma guerra na Guiné-Bissau? É um país destruído. A única chance que aquele país tem é a construção da paz, eles têm que construir um país para depois brigar pelo poder, porque senão estão brigando em torno de nada. Nem o Palácio Presidencial está de pé. Eu fui ao banheiro do Presidente, não tinha água. E eu dizia: meu Deus do céu, vocês precisam encontrar um jeito de transformar a paz na mais importante bandeira de vocês, porque somente a partir dela é que vocês poderão construir o país.

Esse trabalho é um trabalho que leva anos e anos. E nós apenas estamos começando. Nós apenas estamos transitando pelo mundo tentando estabelecer uma nova ordem, em que a gente consiga as vitórias na Organização Mundial do Comércio, que precisamos. E foi assim que nós ganhamos a questão do açúcar, foi assim que nós ganhamos a questão do algodão, foi assim que nós ganhamos a questão do frango congelado. Parece pouco, mas era muito difícil ganhar uma coisa na Organização Mundial do Comércio. E por conta do G-20 já ganhamos três e poderemos ganhar muito mais, adotando o princípio que nós aprendemos desde que começamos a nossa militância política, de que se todos nós nos juntarmos, nós derrotaremos

os outros.

Por isso, eu tenho viajado muito. Eu viajei, possivelmente, em dois anos, mais do que muitos presidentes viajaram e vou continuar viajando, porque as soluções para os problemas do Brasil não estão apenas dentro do Brasil, as soluções para os problemas de Cuba não estão só dentro de Cuba, não estão dentro da Argentina, não estão dentro da República Dominicana, não estão dentro do México, ou seja, é preciso que a gente resolva outros problemas externos para que a gente possa consolidar as soluções de alguns problemas internos.

Por isso, meus companheiros, minhas companheiras, saio daqui para Brasília com a consciência tranqüila de que esse filho nosso, de 15 anos de idade, chamado Foro de São Paulo, já adquiriu maturidade, já se transformou num adulto sábio. E eu estou certo de que nós poderemos continuar dando contribuição para outras forças políticas, em outros continentes, porque logo, logo, vamos ter que trazer os companheiros de países africanos para participarem do nosso movimento, para que a gente possa transformar as nossas convicções de relações Sul-Sul numa coisa muito verdadeira e não apenas numa coisa teórica.

E eu estou convencido de que o Foro de São Paulo continuará sendo essa ferramenta extraordinária que conseguiu fazer com que a América do Sul e a América Latina vivessem um dos melhores períodos de democracia de toda a existência do nosso continente.

Muito obrigado a vocês. Que Deus os abençoe e que eu possa continuar merecendo a confiança da Coordenação, que me convide a participar de outros foros. Até outro dia, companheiros.

BREVE HISTÓRICO DO FORO DE SÃO PAULO

I ENCONTRO - SÃO PAULO (BRASIL) - 1990

- DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO

II ENCONTRO - CIDADE DO MÉXICO (MÉXICO) - 1991

- DECLARAÇÃO FINAL
- DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

III ENCONTRO - MANÁGUA (NICARÁGUA) - 1992

- DECLARAÇÃO FINAL
- DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

IV ENCONTRO - HAVANA (CUBA) - 1993

- IV ENCONTRO - HAVANA (CUBA) - 1993

V ENCONTRO - MONTEVIDÉU (URUGUAI) - 1995

- DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

VI ENCONTRO - SAN SALVADOR (EL SALVADOR) - 1996

- DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

VII ENCONTRO - PORTO ALEGRE (BRASIL) - 1997

- DOCUMENTO CENTRAL - ESPANHOL
- DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL
- DECLARAÇÃO SOBRE ECOLOGIA
- DECLARAÇÃO SOBRE CULTURA
- DECLARAÇÃO DAS FUNDAÇÕES
- DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE PARLAMENTARES
- DECLARAÇÃO DO SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE EMPRESÁRIOS
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE CRISTÃOS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS - "O PROBLEMA RACIAL

NEGRO" - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JOVENS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MULHERES - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MUNICIPALIDADES
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE INDÍGENAS
- RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE NARCOTRÁFICO - ESPANHOL

VIII ENCONTRO - CIDADE DO MÉXICO (MÉXICO) – 1998
- DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL
- MANIFESTO DO MÉXICO - ESPANHOL
- NEGOCIAÇÃO E PROCESSO DE PAZ - ESPANHOL
- RESOLUÇÕES ESPECIAIS - ESPANHOL
- RESOLUCIÓN SOBRE LA DETENCIÓN DEL DICTADOR AUGUSTO PINOCHET
- RESOLUTIVO ANTE EL DECESO DEL CRO. MANUEL PEREZ GARCIA
- RESOLUTIVO SOBRE LOS PRESOS POLÍTICOS EN BRASIL
- RESOLUCIÓN SOBRE LOS PRESOS POLÍTICOS DE LA TABLADA EN LA ARGENTINA
- RESOLUCIÓN SOBRE PUERTO RICO
- RESOLUCIÓN SOBRE HAITI
- RESOLUCIÓN SOBRE COLOMBIA
- RESOLUCIÓN SOBRE EL PAÍS VASCO
- RESOLUCIÓN SOBRE LIBIA
- RESOLUTIVO DEL FORO DE SAO PAULO SOBRE EL VOTO DE LOS MEXICANOS EN EL EXTRANJERO
- RESOLUCIÓN DE SOLIDARIDAD CON LOS DAMNIFICADOS POR EL HURACÁN MITCH
- RESOLUCIÓN SOBRE LA ELECCIONES PRESIDENCIALES EN EL SALVADOR
- AL ALCALDE DE GOTEMBURGO, SUECIA
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE CRISTÃOS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE EMPRESÁRIOS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE GÊNEROS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE INDÍGENAS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JUVENTUDE - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DO FÓRUM PARLAMENTAR - ESPANHOL

IX ENCONTRO - MANÁGUA (NICARÁGUA) – 2000
- PARTICIPANTES DEL IX ENCUENTRO
- DECLARAÇÃO DE NIQUINOHOMO - ESPANHOL
- A ESQUERDA FRENTE AO NOVO SÉCULO - ESPANHOL

- CARTA À COLÔMBIA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE EL SALVADOR - ESPANHOL
- SOLIDARIEDADE COM GUADALUPE, GUIANA FRANCESA E MARTINICA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL
- PRONUNCIAMENTOS PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JOVENS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MULHERES - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS - ESPANHOL

X ENCONTRO - HAVANA (CUBA) - 2001

- DECLARAÇÃO FINAL
- RESOLUÇÃO SOBRE AFEGANISTÃO
- RESOLUÇÃO SOBRE AURY SARA MARRUGO
- RESOLUÇÃO SOBRE EVO MORALES
- RESOLUÇÃO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E MST NO BRASIL
- RESOLUÇÃO DE CONDENAÇÃO PLANO COLÔMBIA E APOIO AO POVO COLOMBIANO
- RESOLUÇÃO SOBRE OS 5 PRESOS CUBANOS NOS EUA
- RESOLUÇÃO SOBRE EQUADOR
- RESOLUÇÃO SOBRE HAITI
- RESOLUÇÃO SOBRE PROF. JUAN BOSCH
- RESOLUÇÃO SOBRE POVOS INDÍGENAS NO MÉXICO
- RESOLUÇÃO SOBRE MULHERES
- RESOLUÇÃO SOBRE MUMIA ABU-JAMAL
- RESOLUÇÃO SOBRE NICARÁGUA
- RESOLUÇÃO SOBRE PAZ NO ORIENTE MÉDIO
- RESOLUÇÃO SOBRE BLOQUEIO AOS PAÍSES ÁRABES
- RESOLUÇÃO DE APOIO AO PC CHILENO
- RESOLUÇÃO SOBRE PORTO RICO
- RESOLUÇÃO SOBRE VENEZUELA
- DECLARAÇÃO SOBRE CARIBE COMO ZONA DE PAZ
- PRONUNCIAMENTO SOBRE II ENCONTRO PELA PAZ NA COLÔMBIA

XI ENCONTRO – ANTIGUA (GUATEMALA) - 2002

- DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A ARGENTINA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A CORÉIA DO NORTE - ESPANHOL

- RESOLUÇÃO SOBRE CHIAPAS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE DEFICIÊNCIA FÍSICA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE GUADALUPE E COLÔNIAS FRANCESAS DO CARIBE E AMÉRICA LATINA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE O HAITI - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A LÍBIA - ESPANHOL
- DECLARAÇÃO SOBRE IRAQUE - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE JOSÉ MARTÍ - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE AS MULHERES - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A PALESTINA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE OS CINCO PRISIONEIROS CUBANOS NOS ESTADOS UNIDOS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE PORTO RICO E VIEQUES - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE O TEMA DA SAÚDE EM EL SALVADOR - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A VITÓRIA NO EQUADOR - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A VENEZUELA- ESPANHOL

XII ENCONTRO – SÃO PAULO (BRASIL) - 2005

- DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL
- DECLARAÇÃO DE APOIO AO PT - ESPANHOL
- DECLARAÇÃO OFICINA SINDICAL
- RESOLUÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A RESPONSABILIDADE DE MIREYA MOSCOSO - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE O CHILE - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A COLÔMBIA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE CUBA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE EL SALVADOR - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE O HAITI - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A ILEA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A NICARÁGUA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE PORTO RICO - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A VENEZUELA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE A GUATEMALA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DE APOIO À DECLARAÇÃO DA CÚPULA AMÉRICA DO SUL - PAÍSES ÁRABES - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL E TECNOLÓGICO - ESPANHOL

- RESOLUÇÃO SOBRE RENDA MÍNIMA - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE FEMINICÍDIO - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO SOBRE POSADA CARRILES - ESPANHOL
- RESOLUÇÕES OFICINA PARLAMENTAR - ESPANHOL
- MOÇÃO DE APOIO AO GOVERNO BRASILEIRO
- CONCLUSÕES DA OFICINA DE MOVIMENTOS NEGRO E INDÍGENA
- CONCLUSÕES DA OFICINA DE JUVENTUDE
- CONCLUSÕES DA OFICINA DE EMPRESÁRIOS
- CONCLUSÕES DA OFICINA DE AUTORIDADES LOCAIS - ESPANHOL
- RECOMENDAÇÃO DE APOIO AOS JOVENS FORMADOS EM CUBA - ESPANHOL

XIII ENCONTRO – SAN SALVADOR (EL SALVADOR) - 2007

Documento Base

- Introducción
- El FSP: Más de 15 Años de Unidad en La Lucha
- La Situación Mundial: Compleja y Contradictoria
- Las Disputas Electorales en América Latina y el Caribe
- Un Nuevo Período en América Latina
- Propuestas Alternativas al Neoliberalismo en el Ambito Político, Social y Económico
- Una Integración Alternativa
- Colonialismo, Ingerencia Imperialista y los Acuerdos de Paz
- Seguridad Hemisférica, Crimen Organizado, Narcotráfico, Terrorismo y Militarización
- Crimen Organizado
- Terrorismo
- Fuerzas Políticas, Movimientos Sociales y Gobiernos
- Algunas Propuestas para el Funcionamiento del Foro de São Paulo

Inauguración

- Discurso de Apertura - Medardo Gonzalez, Secretario General del FMLN
- Dicurso PC - Republica de Cuba
- Dicurso PC - República Popular China
- Discurso Manuel Salgado - Ecuador

Plenarias

- RELATORIA PLENARIA TEMA 1: Propuestas Alternativas al Neoliberalismo, Desarrollo Económico, social y democratización política, nuevas propuestas de Integración Regional
- PLENARIA SOBRE TEMA 2: El Colonialismo, injerencia imperial y los Acuerdos de Paz
- PLENARIA SOBRE TEMA 3: Seguridad hemisférica: crimen organizado, narcotráfico, terrorismo, ILRA y militarización
- PLENARIA SOBRE TEMA 4: La Relación Entre Las Fuerzas Políticas, Los Movimientos Sociales Y Ciudadanos Y Los Gobiernos De Izquierda Y Progresistas; La Solidaridad Internacional

Declaración Final

- Declaracion Final del XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

Resoluciones Finales

- 01 Resolución sobre El Salvador
- 02 Resolución sobre Cuba
- 03 Resolución sobre Solidaridad con Oaxaca
- 04 Resolución sobre secuestro de Jorge Lopez de Argentina
- 05 Resolución sobre Política Migratoria de EEUU
- 06 Resolución sobre la OTAN
- 07 Resolución nombramiento de presidente Evo Morales a Nobel de la Paz
- 08 Resolución sobre Puerto Rico
- 09 Saludo a los 50 Años del Semanario Colombiano Voz
- 10 Resolución sobre Colombia
- 11 Resolución sobre Chile
- 12 Resolución sobre Medio Oriente
- 13 Solidaridad con la Lucha del Pueblo Saharaui
- 14 Resolución sobre Irak
- 15 Resolución sobre China
- 16 Resolución A Favor de la Parlamentaria Andina Ecuatoriana Wilma Salgado
- 17 Resolución sobre Palestina
- 18 Resolución sobre Guatemala
- 19 Resolución de apoyo a la lucha contra el fraude electoral en Mexico

ENCUENTROS INTERNACIONALES

Gobiernos Municipales:

- Ponencia: La Seguridad Ciudadana en El Salvador Solo Sera Posible con La Construcción de Verdaderos Poderes Populares.

Iglesias:

- Declaratoria Pastoral

Juventud:

- Declaracion Final Taller Juvenil Internacional.
- Documento Resolutivo Taller Juvenil Internacional

Movimiento Social:

- Resoluciones de Movimientos y Organizaciones Populares y Sociales.

Parlamentarios:

- Resolución del Taller de Parlamentarios y Parlamentarias del XIII Foro de Sao Paulo.
- Los Parlamentos y los Procesos de Integración de los Pueblos (Ponencia presentada por la Lic. Blanca Flor Bonilla, Diputada en la Asamblea Legislativa de El Salvador y Coordinadora del Comité Organizador del XIII Encuentro de FSP, El Salvador 2007)
- El Fenómeno Migratorio de El Salvador en el Siglo XXI (Ponencia presentada por la Lic. Blanca Flor Bonilla, Diputada en la Asamblea Legislativa de El Salvador y Coordinadora del Comité Organizador del XIII Encuentro de FSP, El Salvador 2007)

Trabajadores Arte y Cultura:

- Resolución Final – Primer Encuentro Internacional de Trabajadoras y Trabajadores del Arte y la Cultura.

Vía Electoral:

- Resumen y Conclusiones del Taller Internacional "La Vía Electoral Como Componente de Victorias de Las Fuerzas Revolucionarias"

TALLERES NACIONALES

Movimiento Social:

- Documento Final Movimiento Social - América Latina y el Caribe – Movimientos Sociales, Partidos y Gobiernos de Izquierda en el Nuevo Contexto Regional Continental.

Mujeres:

- Resoluciones de las Mujeres Participantes del Primer Foro Preparatorio en el Marco del XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

OUTROS DOCUMENTOS

2003

- ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO - QUITO, 26 E 27 DE MAIO DE 2003
- DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO - QUITO

2004

- AGENDA DO FORO DE SÃO PAULO PARA 2004
- ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO – SÃO PAULO SP 2004
- DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FSP – SÃO PAULO FEVEREIRO 2004
- DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FSP – SÃO PAULO NOVEMBRO 2004
- RESOLUÇÃO CONTRA A CANDIDATURA DE FRANCISCO FLORES - SÃO PAULO NOVEMBRO 2004
- SEMINÁRIO EM MANÁGUA - SAUDAÇÕES DOS PARTICIPANTES
- SEMINÁRIO EM MANÁGUA - TEMAS DE DISCUSSÃO
- SEMINÁRIO EM MANÁGUA - PALAVRAS DO PADRE MIGUEL D'ESCOTO
- SEMINÁRIO EM MANÁGUA - XXV ANO DA REVOLUÇÃO SANDINISTA

2005

- REUNIÃO EM MONTEVIDÉO - SAUDAÇÃO AO PT

- REUNIÃO EM MONTEVIDÉO - SAUDAÇÃO À FRENTE AMPLA DO URUGUAI
- REUNIÃO EM MONTEVIDÉO - RESOLUÇÃO SOBRE A COLÔMBIA
- REUNIÃO EM MONTEVIDÉO - RESOLUÇÃO SOBRE O XII ENCONTRO
- REUNIÃO EM MONTEVIDÉO - MENSAGEM A GLADYS MARÝN
- REUNIÃO EM MONTEVIDÉO - RESOLUÇÃO SOBRE A PRÓXIMA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO
- REUNIÃO EM SÃO PAULO - DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO
- REUNIÃO EM SAN SALVADOR - DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO
- REUNIÃO EM SAN SALVADOR - DECLARAÇÃO DE SOLIDARIEDADE
- REUNIÃO EM HAVANA - MEMÓRIA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO
- REUNIÃO DA REGIÃO DO CONE SUL - MONTEVIDÉO - DECLARAÇÃO
- REUNIÃO DA REGIÃO DO CONE SUL - MONTEVIDÉO - ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS E INTEGRAÇÃO (ESPANHOL)
- REUNIÃO DA REGIÃO MESO-AMERICANA - AGENDA DE ATIVIDADE E ACORDOS
- REUNIÃO DA REGIÃO MESO-AMERICANA - RESOLUÇÃO

RESOLUCION FSP - SOBRE CHILE.

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, reunido en la Ciudad de san Salvador de El Salvador,

RESUELVE:
Expresar su solidaridad con la iniciativa de la Central Unitaria de Trabajadores de Chile, de convocar a una amplia convergencia política y social, expresada en el llamado Parlamento Social y Político.
Las organizaciones que han acudido al llamado de la CUT, comprometen en forma amplia y unitaria, sus esfuerzos para impulsar la movilización que permitan conquistar cinco puntos, amplia y directamente democratizadores de la sociedad chilena, poniendo principal énfasis en las reformas que permita iniciar el camino para terminar con el sistema electoral que excluye a un sector importante de nuestro país.

RESOLUCION FSP - SOBRE MEDIO ORIENTE

Nosotros, miembros de este Foro, nos solidarizamos con los pueblos del Medio Oriente que luchan y resisten por conquistar su derecho a la autodeterminación, respeto a sus Derechos Humanos, a la libertad y a la independencia.
Expresamos nuestro compromiso de coadyuvar a los entendimientos y negociaciones en la región del Medio Oriente, apoyamos las resoluciones emanadas de las Naciones Unidas en pro de la búsqueda de la paz y armonía en la región.
Viva la Paz
Viva la Solidaridad con los pueblos en lucha!!!

SOLIDARIDAD FSP - CON LA LUCHA DEL PUEBLO SAHARAUI

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo expresa su solidaridad con la lucha anticolonialista del pueblo Saharaui, encabezada por el Frente POLISARIO para lograre la plena autodeterminación y soberanía de la República Árabe Saharaui Democrática (RASD).

Las fuerzas políticas del FSP, trabajaremos para que el conjunto de los Estados Latinoamericanos establezcan relaciones diplomáticas con la RASD para fortalecer el cumplimiento de las Resoluciones de la ONU y la realización del referéndum de autodeterminación que permita la plena soberanía del pueblo Saharaui.
Expresamos nuestro rechazo a las sistemáticas violaciones a los Derechos Humanos de la población Saharaui en los territorios ocupados por Marruecos y exigimos su cese inmediato.

RESOLUCION FSP - SOBRE IRAK

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, realizado en San Salvador del 12 al 14 de enero de 2007 condena la guerra de agresión y ocupación de Estados Unidos y sus aliados contra Irak, que ha resultado en la muerte de casi un millón de personas.

Los partidos reunidos consideran el asesinato del ex –presidente Saddam Hussein como un acto criminal, de violación del Derecho Internacional y de los principios de conducta humanitaria.
El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo exige la retirada de las tropas de ocupación, a la vez que manifiesta la solidaridad con la resistencia del pueblo iraquí y con su lucha por la independencia, la Unidad Nacional, la Democracia y la Paz.

RESOLUCION FSP - SOBRE REPUBLICA POPULAR DE CHINA

Los Partidos Políticos miembros del Foro de Sao Paulo reunidos del 12 al 15 de enero del 2007 en la ciudad de San Salvador, El Salvador, para celebrar su XIII Encuentro.
CONSIDERANDO QUE:
Desde octubre de 1971, con la Resolución Número 2758 de la XXVI Asamblea General de las Naciones Unidas, la Comunidad Internacional ha reconocido el principio de UNA SOLA CHINA, Estado con quien actualmente 161 países de todo el mundo mantienen normales relaciones diplomáticas.
RESUELVEN:
Solidarizarse con los esfuerzos del Gobierno de la **República Popular de China** por la reunificación de la Patria China.

RESOLUCION FSP - A FAVOR DE LA PARLAMENTARIA ANDINA ECUATORIANA WILMA SALGADO

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, realizado en San Salvador, El Salvador, del 12 al 14 de enero del 2007 con la participación de 596 delegados, 219 de ellos representantes de 58 partidos y movimientos políticos, sociales e iglesias procedentes de 33 países y 54 invitados de otras regiones del mundo.

Denuncia y condena la persecución judicial de que es víctima la Parlamentaria Andina ecuatoriana **Dra. Wilma Salgado** quien desarrolló una lucha ejemplar contra los responsables del mayor atraco bancario y financiero perpetrado en 1999, que sumió en una grave crisis a la sociedad y asumir la defensa de esta destacada luchadora social.

RESOLUCION FSP SOBRE PALESTINA

En la resolución 181, que fuera emitida por las Naciones Unidas en 1948, se reconoce la creación de 2 Estados, el Estado Palestino y el Estado de Israel. Es Estado de Israel se constituyó. Sin embargo, hasta el momento, Israel no acepta la constitución del Estado Palestino.

Desde entonces, el Consejo de Seguridad y Naciones Unidas han emitido más de 200 Resoluciones a favor del Pueblo palestino, las cuales exigen el retiro de las tropas israelíes, la conformación del Estado palestino y su capital Jerusalén, así como el derecho de los refugiados palestinos a retornar a sus lugares de origen (Resolución 194). Israel no acepta esto.

Desde el año 2000, año en el cual surgiera la segunda Intimada, han sido asesinados más de 7.000 “mártires”, 400 de ellos han sido niños. El número de heridos asciende a más de 50.000 y 11.000 prisioneros se encuentran actualmente “secuestrados” en las cárceles de Israel. Algunos de ellos son niños y niñas, mujeres, parlamentarios y ministros y se encuentran viviendo en condiciones inhumanas.

Actualmente, 1.300.000 palestinos viven en Israel y tienen la nacionalidad israelí. No obstante, Israel tiene planes para “transferirlos” a otros países árabes y así poder tener un Estado netamente judío en el cual no exista ninguna otra cultura o religión.

Desde que se iniciara el conflicto, Israel ha utilizado, contra la población civil, armas prohibidas internacionalmente, ha creado más de 600 retenes en Cisjordania y, desde hace 6 años, está construyendo un muro de más de 700 kilómetros el cual separa familias, impide a los niños y jóvenes de poder asistir a la escuela y a la universidad y de tener acceso a los hospitales, mezquitas e iglesias. Además, el muro está siendo construido encima de las fuentes de agua impidiendo, en consecuencia, el abastecimiento de agua necesaria para la población y para la agricultura. De esta manera, 60% del territorio de Cisjordania queda en manos de Israel.

La aspiración del pueblo palestino es que Israel aplique las resoluciones del Consejo de Seguridad y las de las Naciones Unidas. Lo mismo en relación a los Acuerdos de Paz que fueron firmados, por Israel y Palestina, en Madrid y Oslo. Es solo de esta manera que se podrá constituir el Estado palestino. Es solo de esta manera que se podrá establecer una paz justa y duradera. Así mismo, el pueblo palestino considera que las tierras que expropió el Estado de Israel, y que hoy en día son colonias, deben desmantelarse.

El pueblo palestino exige que se abran las fronteras con Jordania, Siria, Líbano y Egipto, así como que el obtener una vía que conecte Cisjordania con Gaza. Esto permitirá la entrada de víveres, medicamentos, facilitará el comercio y la economía nacional del Estado palestino, impidiendo, de esta manera, la hambruna y muerte que se está dando en los territorios ocupados.

El Foro de São Paulo se solidariza con las demandas del pueblo palestino.

El Salvador, 15 de enero de 2007

RESOLUCION FSP SOBRE GUATEMALA

El XIII Encuentro resuelve, a 10 años de la firma de los acuerdos de Paz:

1. Exigir al gobierno de Guatemala el estricto cumplimiento de los Acuerdos de Paz y que los mismos se conviertan en el eje rector de las políticas públicas en favor de los derechos humanos, intereses y necesidades de las clases pobres y marginadas, particularmente de los pueblos indígenas

2. Saludar el XXV aniversario de la conformación de la URNG, la cual, primero como movimiento político-militar y en la actualidad como fuerza política socialista y revolucionaria, se encuentra construyendo al Movimiento Amplio de Izquierda -MAIZ- como el instrumento de lucha política y social de los sectores populares e progresistas de Guatemala.

RESOLUCION DE APOYO A LA LUCHA CONTRA EL FRAUDE ELECTORAL EN MEXICO

Los partidos y organizaciones de izquierda participantes en el XIII Encuentro del Foro de São Paulo resuelven brindar su más amplia solidaridad a la lucha contra el fraude electoral y la imposición de un gobierno sin legitimidad democrática.

Asimismo, los participantes en el Encuentro del Foro manifiestan su apoyo a la lucha de resistencia civil pacífica en contra de la imposición de presidencia ilegítima de Felipe Calderón en México.

SECRETARÍA NACIONAL DE MUNICIPALISMO
PARTIDO FRENTE FARABUNDO MARTÍ PARA LA LIBERACIÓN NACIONAL - FMLN
PANEL FORO “PODERES POPULARES Y SEGURIDAD CIUDADANA”

PONENCIA:

LA SEGURIDAD CIUDADANA EN EL SALVADOR SOLO SERA POSIBLE CON LA CONSTRUCCION DE VERDADEROS PODERES POPULARES

EL SALVADOR, ENERO DEL 2007

INDICE

I. INTRODUCCION

II. SEGURIDAD CIUDADANA Y SUS ANTECEDENTES

1- Seguridad nacional.
2- Seguridad publica
3- seguridad ciudadana

III. LA PROPUESTA DEL FMLN

IV. CONSTRUYENDO PODERES POPULARES

V. OBJETIVOS

VI. ESTRATEGIAS

VII. METAS

VIII. POLITICAS A IMPLEMENTAR

IX. DIEZ PROPUESTAS DE PROGRAMAS

X. SEGUIMIENTO Y EVALUACION

XI. CONCLUSIONES

"la economía mundial es la más eficiente expresión del crimen organizado. Los organismos internacionales que controlan la moneda, el comercio y el crédito practican el terrorismo contra los países pobres, y contra los pobres de todos los países, con una frialdad profesional y una

impunidad que humillan al mejor de los tira-bombas. (...)

“Los pistoleros que se alquilan para matar realizan, en plan minorista, la misma tarea que cumplen, en gran escala, los generales condecorados por crímenes que se elevan a la categoría de glorias militares. (...)

“En el mundo tal cual es, mundo al revés, los países que custodian la paz universal son los que más armas fabrican y los que más armas venden a los demás países; (...)

“Son dignos de impunidad y felicitación quienes matan la mayor cantidad de gente en el menor tiempo, quienes ganan la mayor cantidad de dinero con el menor trabajo y quienes exterminan la mayor cantidad de naturaleza al menor costo." Eduardo Galeano. Patas Arriba. La Escuela del Mundo al Revés, 1998

FORO ECUMENICO: FE, ECONOMIA Y SOCIEDAD

DECLARATORIA PASTORAL

"Qué hermosa es ver llegar por las colinas,
al que trae buenas noticias,
al que anuncia la liberación y dice a Sión:
TU DIOS ES REY…! " (ISAIAS : 52:7)

Reunidos en el auditórium del hospitalito la Divina Providencia, lugar histórico memorial del martirio de nuestro profeta Monseñor Romero, el día 11 de Enero del 2007, a cinco días del 15 aniversario de los Acuerdos de Paz, las iglesias miembros del Foro Ecuménico del Consejo Latinoamericano (FECLAI-EL SALVADOR) y la Coordinación Ecuménica de la iglesia de los Pobres de El Salvador (CEIPES), hemos celebrado un encuentro para analizar y reflexionar sobre la problemática social que vive nuestro país y nuestra América Latina y el Caribe:

La Realidad de pecado que denigra a las hijas e hijos de Dios.

1. Vemos en nuestros pueblos rostros de incertidumbre, rostros agobiados por la realidad cotidiana, pero a la vez, rostros con mirada de búsqueda, busca de esperanza, de salidas frente a una situación en la que predominan circunstancias de violencia, - en todas sus formas -, fraude, corrupción y muerte.

2. Esta crisis social y económica, y todas sus secuelas, se han quedado para siempre; y someten, oprimen y humillan a cada hija e hijo de Dios. Este que es el mayor problema que hemos arrastrado a lo largo de nuestra historia, es una situación que nos acusa a todos, de mezquindad, de insolidaridad, de codicia, de ambición. Precisamente este desastre de la pobreza y violencia, que victimiza a la mayoría de nuestro pueblo, debería ser enfrentado con madurez cívica y nacional, pues no se puede seguir demarcando el territorio poblacional, entre los pocos que acaparan la riqueza nacional y los muchos cuyas vidas son sometidas a la pobreza y a la miseria humillante.

3. Este no es un problema, de enfoques políticos –ideológicos, esta es la marca permanente en el rostro del Continente Latinoamericano y Caribeño, y específicamente El Salvador, que después de 175 años de supuesta independencia, solo pone en evidencia nuestra pobreza moral y espiritual, mucho más en aquellos que habiendo estado y estando en los niveles de poder, solo se han servido de este y no a los intereses nacionales de los que tanto hablan.

4. La patética crisis en los sistemas de salud, educación, vivienda, servicios de agua principalmente,

son producto de la falta de visión y de voluntad política; a su vez del lastre de la corrupción que se ha apropiado de los dineros del pueblo y ha beneficiado a los allegados al poder. Esta desgracia social es producto del pecado enquistado en los diferentes eslabones de la estructura de poder, a la que todos debemos oponernos y denunciar.

5. Somos testigos de tanta presunción democrática, en el respeto a las leyes, pero este es solo un discurso. En nuestro país, de una forma asombrosa e inaudita, se viola el Estado de Derecho, se continua aplicando las leyes en forma discriminada e igual se irrespetan los tratados y leyes internacionales. No es congruente, ni ético cuando se ufanan los funcionarios públicos de aplicar todo al rigor de la ley, mientras se ha tolerado y hasta encubierto los delitos de aquellos allegados a los círculos del poder.

LA POSICIÓN DE LAS CRISTIANAS Y CRISTIANOS ANTE ESTA SITUACIÓN:

La Iglesia de Cristo, fiel a quien es su Señor, tiene que referir la verdad imperante en el país, a la vez que se declara intransigente frente a una situación que de manera sistemática niega la vida, la justicia, la dignidad, la paz de los hijos e hijas de Dios en este país. Podemos decir con toda certeza que el centro de nuestro testimonio y de nuestra praxis es Jesús de Nazareth, aquél que en su misericordia se hizo hombre para salvar al mundo, predicando un Reino de Dios de justicia y solidaridad con los más necesitados. Ese Dios Creador y su reino, nos dice el Profeta Isaías (capitulo 8:7), …"se sentará en el trono de David; extenderá su poder real a todas partes y la paz no se acabará; su reinado quedará bien establecido, y sus bases serán la justicia y el derecho desde ahora y para siempre …".

Es este Dios hecho hombre que nos interpela y nos llama a solidarizarnos con los crucificados de nuestros tiempos, y denunciar a aquellos que los crucifican a la vez que clamar en el valle de muerte un mensaje de vida y de esperanza. Desde nuestra identidad Cristiana y con un espíritu ecuménico, declaramos:

1. Reconocemos nuestra deuda de anunciar el evangelio del Reino de Dios en la tradición pastoral y profética que hemos heredado de nuestro Pastor y Mártir Monseñor Romero. Hemos sido llamados por Dios en Jesucristo a ser trabajadores de la paz con justicia (Mateo 5:9) en un mundo injusto y violento.

2. Denunciamos que los Tratados de Libre Comercio (TLCs), firmados e implementados con los Estados Unidos por varios países del Continente, son muestra evidente que nuestros pueblos pobres, no están en la capacidad de competir y que los TLC condenan a la muerte a las grandes mayorías. Por lo tanto, nos oponemos a estos . Y, Proponemos la búsqueda de nuevos sistemas socio-económicos alternativos y de solidaridad entre los pueblos de América Latina y del Caribe, para que seamos fieles al evangelio de procurar la vida y vida en abundancia.

3. Anunciamos las buenas noticias y denunciamos proféticamente las realidades de pecado e injusticia que crucifican al más necesitado. A través de nuestras propuestas socio-políticas y la denuncia a los derechos humanos, queremos contribuir a la construcción de estructuras que posibiliten nuevas relaciones económicas y de convivencia fraternal y solidarias en un mundo más justo y humano que en vez de denigrar, afirme la dignidad de cada ser humano, sin importar su clase, posición socio-económica, credo religioso, orientación sexual, o impedimento físico y mental.

4. Asumimos la responsabilidad de acompañar a nuestro pueblo para fortalecer su organización , movilización y educación, y así poder enfrentar las problemáticas socio-económicas y políticas en sus comunidades, siendo gestores y sujetos de su propio destino.

5. Creemos necesaria desde esta misma perspectiva ecuménica ampliar el dialogo, el acercamiento y el entendimiento con los diferentes sectores de la sociedad política y civil para buscar propuestas y soluciones a las diferentes problemáticas que afectan la vida de nuestro pueblo.

6. Es un imperativo ético y moral de nuestras iglesias dar un testimonio de unidad y entendimiento, lo que implica profundizar nuestro diálogo, intercambio y compartir ecuménico, de modo que podamos contribuir a los consensos y las concertaciones necesarias para enfrentar esta situación de crisis y pecado en la que esta sumida nuestra sociedad.

POR FECLAI- EL SALVADOR , CEIPES –EL SALVADOR Y ORGANIZACIONES Y COMUNIDADES CRISTIANAS PRESENTES EN EL FORO – FE, ECONOMIA Y SOCIEDAD – PREVIO AL FORO DE SAO PAULO.

SAN SALVADOR, 13 DE ENERO DE 2007.

Y FIRMAMOS.
NOTA: fue presentado oficialmente a quién trabajaba la memoria del foro de Sao Pablo, el día 13 de enero de 2007, en la sesión plenaria, por la tarde y leída en la misma, según nos indicara la Diputada Licenciada Blanca Flor Bonilla.

Atentamente,

Reverenda Cecilia Alfaro

Coordinadora Nacional de FECLAI-EL SALVADOR.

Taller Juvenil Internacional
XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo
San Salvador, 7 y 8 de enero de 2007

"La Juventud y la nueva etapa de organización y lucha por la integración latinoamericana y caribeña"

DECLARACIÓN FINAL

Las delegadas y los delegados jóvenes de organizaciones sociales y políticas de América Latina y el Caribe, reunidos para hacer oír la voz de los sin voz, expresar las ideas, aspiraciones y sueños de los excluidos de la Patria Grande. Siguiendo el ejemplo de Schafik Handal, a quien esta dedicado el XIII Foro de Sao Paulo, así como de tantos y tantas otras luchadores por la libertad, la justicia y dignidad que, empuñando su fusil, sus ideas, su coraje contra el opresor hoy nos inspiran.

Concientes de la necesidad de contar con un instrumento político para la integración, convocamos a la juventud democrática y progresista latinoamericana y caribeña, a hacer parte del Foro Juvenil de Sao Paulo, que se realizara del 23 al 26 de marzo del presente año.

El neoliberalismo atraviesa un periodo de crisis por lo que su brutalidad se intensifica en los pueblos oprimidos. Este modelo que favorece a unos pocos, que deteriora las condiciones laborales, profundiza la migración, el deterioro del medio ambiente, la privatización de la seguridad social y la educación, e implementa normas que protegen los derechos de las grandes corporaciones afecta directamente a los jóvenes, que constituyen la mayoría de nuestros pueblos.

El neoliberalismo profundiza, además, la brecha entre ricos y pobres y consolida cada vez más el control económico y político de los imperios opresores que se han erigido en el mundo; elimina la soberanía nacional y convierte a nuestros países en grandes mercados comerciales, sometiendo a nuestros pueblos a ser simples sociedades de consumo y de intercambio mercantil y comercial, destruyendo así los tejidos éticos, los valores humanos fomentando el individualismo como factor de triunfo.

CONSIDERAMOS:

Que la problemática social, económica y política en nuestra región se ha agudizado en los últimos diez años a causa de las políticas implementadas por los gobiernos al servicio del imperio, trayendo como consecuencia la agudización de la pobreza, el desempleo, la violencia, la degradación ambiental, que afectan mucho más a las nuevas generaciones, poniendo en peligro el futuro de los jóvenes.

Que bajo la fachada de la seguridad hemisférica, llamada "lucha contra el terrorismo", impulsada hoy por el centro de poder imperial y sus agencias de inteligencia, aceptadas con beneplácito por los gobiernos nacionales de derecha e implementados sin conmiseraciones, nos enfrentamos a un nuevo peligro las y los luchadores sociales, los pensadores críticos al sistema, los movimientos y partidos de izquierda y en especial los jóvenes que piensan y conciben una sociedad distinta y luchan por alcanzar

el poder para transformar el sistema, por ser esta doctrina realmente una política de control y criminalización de las ideas diferentes.

El triunfo en las contiendas electorales por los partidos de izquierda, debe ser sostenido por la lucha permanente de los pueblos, que pueda cambiar el rumbo de las políticas sociales, económicas y culturales en nuestra región, por ende la necesidad de que las diferentes fuerzas sociales de izquierda expresadas en las más diversas formas de lucha y resistencia, fortalezcamos hoy los procesos de unidad y alianza, para desarrollar un proceso de lucha conjunta en la acumulación de fuerzas populares.

Que todos los planes desarrollados por las transnacionales y sus instrumentos de dominio mundial (BM, FMI, USAID) son planes de control, dominio, explotación y robo de nuestras riquezas, condenando a la pobreza eterna a las nuevas y futuras generaciones, incluso amenazando la existencia misma de la humanidad.

DECLARAMOS

Nuestro rechazo al modelo Neoliberal imperialista como modelo de desarrollo económico y social y nos sumamos a las alternativas como el ALBA para el verdadero desarrollo de nuestros pueblos y las nuevas generaciones en el marco de la justa distribución de la riqueza y el acceso universal a los medios necesarios para vivir como seres humanos dignos.

Nuestro rotundo y enérgico rechazo a los planes de seguridad hemisférica en el marco de la lucha contra el terrorismo, denunciando que atentan contra los Acuerdos de Paz en nuestra región, alcanzados con el derramamiento de la sangre de nuestros mejores hijos; lapidando los más elementales derechos y la dignidad de los pueblos que resisten y luchan por cambiar las condiciones de pobreza y exclusión en la que vivimos. Dichos planes de seguridad hemisférica, además, promueven la estigmatización y criminalización de la juventud y sus nuevas formas de expresión política, social y cultural generando odio y violencia en las relaciones sociales de nuestros pueblos.

Nuestro revolucionario compromiso al estudio, al análisis y comprensión de la nueva etapa de lucha que nos toca desarrollar y hacer los mayores esfuerzos por poner en practica la unidad y la combinación de todas las formas de lucha política y social, para lograr la victoria contra el imperialismo y el neoliberalismo, y construir un presente digno y un futuro socialista.

La necesidad de impulsar y desarrollar propuestas artísticas y culturales transformadoras, democráticas y progresistas, como un espacio de expresión de la juventud en la nueva etapa de lucha política y social de los pueblos latinoamericanos y caribeños.

Rechazamos enérgicamente la venta de nuestros recursos naturales, nuestra riqueza cultural a las corporaciones internacionales, el imperialismo y colonialismo, con sus cómplices empresarios y gobiernos nacionales, comprometiéndonos a dar las batallas necesarias en todas las trincheras posibles para derrotar y acabar con los planes de dominio hegemónico del imperio corporativo internacional.

Somos los jóvenes herederos de los más grandes sueños, anhelos e ideas de nuestros héroes y

mártires por quienes nos comprometemos a luchar y ser consecuentes con el proceso de integración latinoamericana y caribeña.

¡¡Hasta la Victoria Siempre!!

San Salvador, 8 de enero del 2007

TALLER JUVENIL INTERNACIONAL DEL XIII FORO DE SAO PAULO

"La nueva etapa de organización y lucha por la integración latinoamericana y caribeña"

DOCUMENTO RESOLUTIVO

Las y los jóvenes de México, Guatemala, Honduras, El Salvador, Costa Rica, Curazao, Colombia, Brasil, Puerto Rico, Venezuela, Ecuador, Nicaragua y Noruega reunidos, en la ciudad de San Salvador, los días 7, 8 y 14 de enero del 2007, después de un intercambio de experiencias e ideas expresan su solidaridad a las diferentes luchas en América Latina y otras regiones del mundo.
RESOLUCIONES

1. Dedicamos este Taller Juvenil en homenaje a la vida y lucha del compañero Schafik Jorge Handal, asi como de tantos y tantas otras luchadores por la libertad, la justicia y dignidad que, empuñando su fusil, sus ideas, su coraje contra el opresor hoy nos inspiran.

2. Concientes de la necesidad de contar con un instrumentos político para la integración, convocamos a la juventud democrática y progresista latinoamericana y caribeña, a hacer parte del Foro Juvenil de Sao Paulo, que se realizara del 23 al 26 de marzo del presente año.

3. Nos solidarizamos con la lucha de los pueblos, especialmente de los indígenas, afrodescendientes latinoamericanos y caribeños, que se han levantado enérgicamente contra la explotación inmisericorde de su medio ambiente efectuada por compañías trasnacionales para apoderarse de los recursos naturales de sus comunidades; la construcción de hidroeléctricas que solo afectará a comunidades pobres y beneficiará a la burguesía y la plantación de la palma africana, para la obtención de recursos energéticos alternos.

4. La necesidad de impulsar y desarrollar propuestas artísticas y culturales transformadoras, democráticas y progresistas, como un espacio de expresión de la juventud en la nueva etapa de lucha política y social de los pueblos latinoamericanos y caribeños.

5. Apoyamos la independencia de Puerto Rico. Y rechazamos rotundamente todas las formas de colonización existentes en cualquier parte del mundo, y en especial en el Caribe latinoamericano. Así expresamos nuestro profundo apoyo con la población de las Antillas

Holandesas, deseando que pronto puedan liberarse del retrogrado sistema colonial al cual siguen sometidos. En ese marco, nos solidarizamos con la lucha del Partido Indenpendentista de Curazao.

6. Nos sumamos a la lucha del pueblo panameño en su rechazo a la ampliación del Canal de Panamá, que favorece a los intereses de las trasnacionales y perjudica la vida de la población más pobres. Invitamos a la juventud mesoamericana a retomar la lucha contra el Plan Puebla Panamá, por ser la estrategia del imperio para saquear los recursos de la región.

7. Respaldamos la posición de rechazo a la aprobación del Tratado de Libre Comercio entre Costa Rica y Estados Unidos, que asumen los diferentes movimientos sociales progresistas y de izquierda, especialmente el Movimiento Alternativo de Izquierda, MAIZ.

8. Denunciamos y condenamos las políticas privatizadoras de la educación, la salud y al acceso del agua, que llevan a cabo los Estados burgueses de la región, en componenda con las empresas trasnacionales.

9. Rechazamos la presencia de las bases militares del imperio en territorio latinoamericano y caribeño, como una flagrante violación a la autonomía y soberanía de los pueblos. Tales como Guantánamo, Manta, Vieques, y en territorios de la republica de Honduras y El Salvador.

10. Denunciamos la llamada “Ley contra Actos de Terrorismo”, que pretende criminalizar las luchas sociales y que castiga con cárcel a quienes se manifiesten contra el orden establecido. Esta Ley fue aprobada en El Salvador y una similar se prepara en países como Honduras y Guatemala.

11. Nos oponemos a la invasión norteamericana en el pueblo iraki, palestino, afgano y demás naciones del medio oriente. Que cese la brutalidad hacia la población civil e inocente.

12. Denunciamos el incremento de los crímenes cometidos hacia jóvenes y mujeres, especialmente

en Guatemala, Honduras y El Salvador, en donde en muchos de los casos existe responsabilidad de los Estados burgueses de la región.

13. Ante la escalada represiva del Estado mexicano contra las organizaciones sociales representadas en la Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca (APPO), hacemos un llamado a los Partidos Políticos de izquierda revolucionaria y progresistas de América Latina y el Caribe, para que se pronuncien contra el gobierno espurio de Felipe Calderón y por la libertad de los presos políticos que se encuentran recluidos a lo largo y ancho del país. Alertamos a la comunidad internacional sobre la criminalizacion de la lucha social en México y exigimos la inmediata libertad de los hermanos Cerezo Contreras, quienes desde el año 2000 se encuentran detenidos injustamente.

14. Condenamos la masacre perpetrada por militares cascos azules de la ONU en Haití, que costó la vida de decenas de civiles. Este lamentable hecho demuestra una vez más el verdadero rostro de este organismo internacional, títere de las potencias mundiales.

15. Condenamos la construcción del muro de la vergüenza que esta siendo levantado por los Estados Unidos en su linea de frontera con Mexico, lo cual evidencia la amplia política de aparheid, racista y xenófoba hacia los pueblos latinoamericanos y del Caribe.

16. El socialismo del siglo XXI debe fundamentarse en valores de respeto, aceptación y equidad de genero y diversidad sexual.

17. Somos, los jóvenes, herederos de los más grandes sueños, anhelos e ideas de nuestros héroes y mártires por quienes nos comprometemos a luchar y ser consecuentes con el proceso de integración latinoamericana y caribeña.

18. Convocamos a la juventud a participar en una acción de solidaridad e integración Latinoamericana y Caribeña, el 24 de febrero, como el inicio de las nuevas formas de lucha conjunta en la América Nuestra.

Saludos revolucionarios:

19. Saludamos la victoria del pueblo de Nicaragua en las pasadas elecciones y expresamos nuestro apoyo al reto que asume el compañero Daniel Ortega y el FSLN.

20. Aplaudimos el triunfo de Luiz Inacio Lula Da Silva, en Brasil como una reconfirmación de respaldo al trabajo del pueblo brasileño y la izquierda.

21. Apoyamos el proceso revolucionario del líder Aymara y Presidente de Bolivia, Evo Morales, quien paso a paso construye un mejor futuro para el pueblo de boliviano. Y respaldamos su nominación para premio Nobel de la Paz, por su lucha humanitaria a favor de los pueblos.

22. Expresamos nuestro entusiasmo y solidaridad por la consolidación del proyecto de la Revolución Bolivariana de Venezuela; felicitando la toma de posición del Comandante Hugo Chávez. Así mismo respaldamos la propuesta de la creación del Partido Único, como un instrumento más firme y decisivo en la construcción del socialismo del siglo XXI. También, queremos resaltar el papel del canal Telesur como herramienta para la democratización de la información en toda América Latina y el mundo.

23. Saludamos al glorioso pueblo de Cuba y al Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, quien recientemente estuvo celebrando sus 80 años de vida al servicio de la humanidad. Exigimos la pronta liberación de los 5 héroes cubanos presos en las entrañas del imperio estadounidense y condenamos la doble moral del gobierno de Bush, al mantener protegido en su seno al terrorista Luis Posada Carriles, uno de los mas peligros criminales, responsable de muchas muertes. Nuestras organizaciones expresan su más profundo y sincero agradecimiento por la solidaridad del pueblo cubano y su gobierno revolucionario, al mantener en sus aulas a centenares de jóvenes latinoamericanos, estudiando Medicina y otras carreras. Hacemos un reconocimiento a la Misión Milagro, a través de la cual se han curado de la vista miles de compatriotas latinoamericanos y caribeños. Agradecemos, asimismo, la presencia de centenares de médicos cubanos imbuidos en los más recónditos lugares de Guatemala, Honduras y Nicaragua, y en la mayoría de países de América Latina.

24. Saludamos la victoria electoral de la izquierda en Ecuador, y expresamos la confianza hacia su líder y ahora presidente Rafael Correa. Nos solidarizamos en su posición en no aceptar el TLC con Estados Unidos, así como la iniciativa de realizar la Asamblea Nacional Constituyente. Condenamos las agresiones realizadas por parte del Gobierno Colombiano de Álvaro Uribe al violentar la soberanía de Ecuador con sus acciones, así como las presiones de la oligarquía recalcitrante de ese país hacia el nuevo Gobierno.

25. Saludamos la lucha organizada del pueblo colombiano por la paz y la justicia y condenamos la actitud terrorista y guerrerista del gobierno pro-paramilitar de Álvaro Uribe Vélez. Condenamos especialmente la persecución política hacia el movimiento estudiantil, que ha llegado en los últimos años al asesinato de dirigentes estudiantiles, y los desplazamientos generados por las amenazas de los cuerpos paramilitares, en contubernio con el gobierno oligarca de Uribe Vélez.

26. Nos solidarizamos con la Juventud de Izquierda y el Movimiento Popular del Perú, por ser víctimas de la represión del gobierno totalitario de Alan García en coalición con la derecha y el fujimorismo.

¡¡Por que Otra América Latina es Posible!!

San Salvador, 14 de enero de 2007

resoluciones presentadas por los movimientos y organizaciones populares y sociales participantes en el xiii ENCUENTRO DEL foro de Sao Paulo
san salvador, el salvador, centro america 12 al 16 de enero del 2007

1. Saludamos la realización del XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo en San Salvador, El Salvador. Asimismo damos la bienvenida a las delegaciones de los partidos de izquierda y los movimientos sociales de América Latina y el Caribe y de otras partes del mundo.

2. Felicitamos a los miembros articulados en el Foro de Sao Paulo, que desde hace 16 años han mantenido una perseverante lucha por fortalecer el carácter antineoliberal y antiimperialista del Foro.

3. Nos congratulamos de la capacidad y voluntad de mantener y fortalecer la unidad de los integrantes del Foro de Sao Paulo, en función de las necesarias transformaciones antineoliberales, en beneficio de las mayorías populares y por la defensa de la soberanía de Latinoamérica y el Caribe, con pleno respeto de la amplitud y diversidad de ideas enraizadas en los diversos países y organizaciones políticas.

4. Proponemos a los integrantes del Foro de Sao Paulo abrir una nueva etapa en la lucha por la integración Latinoamericana y Caribeña, pasando a la acción solidaria concreta entre los países que ya avanzaron hacia la toma del poder político gubernamental y las fuerzas en vía de construir la acumulación necesaria para acceder al poder.

5. Reconocemos que los gobiernos de izquierda vinculados estrechamente y de manera creciente a los movimientos sociales y populares, están logrando profundizar sus programas a favor de los sectores excluidos y marginados y construyendo las bases para un nuevo esquema de desarrollo económico, social y político para nuestros países.

6. Consideramos necesario por lo tanto, que se desarrollen mecanismos permanentes para establecer una relación de respeto mutuo entre organizaciones sociales y partidos políticos de izquierda, para compartir objetivos comunes e impulsar, revisar y actualizar conjuntamente, no solo estrategias sino también tácticas y agendas tanto del movimiento popular y social como de los partidos de izquierda.

7. Rechazamos categóricamente las estrategias neoliberales e imperialistas como los TLC’s, los Acuerdos de Asociación con la Unión Europea, el PPP, el Plan Colombia, el ALCA, las ILEA`s y la instalación de bases militares estadounidenses en el continente, así como la explotación minera y de otros recursos naturales, la continuación de los procesos de privatización, particularmente del agua, de la salud y de la educación, y en general el intento de saqueo de todo tipo de recursos de nuestros pueblos por parte de las corporaciones transnacionales.

8. Observamos con esperanza que han surgido instrumentos alternativos para la integración de los pueblos, particularmente el ALBA (Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América), el cual antepone los intereses de la gente, busca la recuperación de los recursos de los pueblos y prioriza la educación, la salud y la subsistencia. Este a su vez esta generando espacios para la integración creativa de los movimientos sociales y populares, y de esta manera estos contribuyen al desarrollo del ALBA. Por lo que una estrategia para fortalecer y empujar el alba debe formar parte sistemática de la agenda de los movimientos sociales y populares.

9. Nos solidarizamos con el heroico pueblo cubano en su lucha contra el bloqueo económico, comercial y financiero impuesto por el gobierno de los Estados Unidos, así como denunciamos el plan intervencionista del gobierno norteamericano denominado “Comisión para la asistencia a una

Cuba libre”.

10. Asumimos los compromisos de:

a. Diseñar estrategias concretas dirigidas a fomentar la igualdad de derechos y oportunidades entre los géneros, como objetivo imprescindible para fortalecer los movimientos sociales y los partidos políticos, en la lucha por construir el socialismo del siglo XXI.

b. Establecer una estrategia entre los movimientos populares y sociales de nuestros países con las organizaciones de migrantes en Estados Unidos y otros países del mundo, en una lucha común contra el neoliberalismo expulsor de nuestra gente, las leyes antiinmigrantes particularmente los muros previstos en las fronteras sur de los Estados Unidos y México.

c. Contribuir a construir y fortalecer un amplio movimiento popular y social regional, latinoamericano y caribeño para la defensa solidaria de los procesos de transformación revolucionaria, en particular de Cuba, Venezuela, Bolivia y de todo proceso agredido de manera similar por los gobiernos imperialistas. Así como apoyar decididamente los procesos políticos y sociales de otros países en su lucha contra el neoliberalismo y el imperialismo.

d. Construir en lo nacional un amplio movimiento popular, social y ciudadano articulando la lucha social, política y electoral, compartiendo la estrategia y táctica con los partidos de izquierda en una relación de mutuo respeto, en función de construir el suficiente poder popular para la derrota política del neoliberalismo, sacando del poder municipal, legislativo y ejecutivo a los partidos de derecha. Todo esto por la defensa de la soberanía de nuestros pueblos, y por las transformaciones antineoliberales hacia una nueva sociedad que sientan las bases para construir el socialismo del siglo XXI.

11. En el caso de las organizaciones populares y sociales de El Salvador sustentamos nuestros compromisos sobre la base de reconocer al Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional como el único partido de izquierda de El Salvador que (desde su constitución en partido político legal en 1992) ha logrado construir un proceso de acumulación continuo, en permanente ascenso y en los últimos años de un crecimiento electoral acelerado, así como de apoyo decidido a los sectores sociales y populares en su lucha. Por lo que le respaldamos como el partido político de izquierda capaz de articular la fuerza política, popular y social suficientemente amplia para acceder al poder político en el 2009.

San Salvador, 11 de enero de 2007

RESOLUCIÓN DEL TALLER DE PARLAMENTARIOS Y PARLAMENTARIAS DEL XIII FORO DE SAO PAULO.

CONSIDERANDO:

1. Que los partidos integrantes del Foro de Sao Paulo cuentan con centenares de parlamentarios y parlamentarias, ubicados en los Congresos u Organismos Legislativos nacionales, en los Parlamentos Regionales de integración, en el Parlatino, en COPA, en la Asamblea de Parlamentaria Eurolatina, en la Unión Interparlamentaria Mundial, en Parlamentarios de Acción Global, y en otros espacios y redes parlamentarias.

2. Que el proceso de integración alternativa de los pueblos de América Latina, ALBA, requiere de una acción concertada y coordinada de las fuerzas de izquierda de la región, lo cual incluye y requiere de un esfuerzo decidido de los parlamentarios con tales características.

3. Que las derechas de América latina y Norte América pretenden continuar impunemente depredando nuestro ambiente, privatizando y adueñándose de nuestros recursos naturales y las empresas públicas, impulsando la promulgación de leyes represivas e intervencionistas, lo cual pasa por que se derroten en los órganos legislativos a las representaciones parlamentarias de izquierda.

4. Que es urgente y necesario promover la solidaridad con los pueblos del mundo que sufre guerras de agresión y políticas de intervención imperial, como los pueblos de Palestina, Colombia, Irak, Afganistán y República Árabe Saharahuí Democrática.

5. Que debemos luchar por que los Estados de América Latina se abstengan de apoyar iniciativas terroristas e injerencistas y de violación a los derechos humanos.

6. Que es en los Congresos y Parlamentos Regionales donde se aprueban finalmente las disposiciones relacionadas con el comercio internacional, participación en guerras y privatizaciones, etc.

7. Que los migrantes de la región de América Latina y el Caribe enfrentan en la actualidad un proceso de lucha intenso dentro de los Estados Unidos de América y los parlamentarios deben acompañar con mayor fuerza el apoyo en función de una reforma integral migratoria que lleve a las diferentes comunidades a establecer un status de legalización permanente en ese país.

8. Que es necesario que los y las parlamentarias de los Partidos del Foro participemos activamente en este combate contra el sistema neoliberal y patriarcal y en la adopción de las disposiciones que hagan avanzar el ALBA en nuestra región.

POR TANTO, ACORDAMOS:

1. Crear la red de Parlamentarios y Parlamentarias del Foro de Sao Paulo, con el objetivo de generar encuentros periódicos para coordinar agendas políticas en relación a los distintos espacios de parlamentarios a niveles regionales y mundiales.

2. Definir una agenda de trabajo de la red para la coordinación de propuestas y acciones en los temas de:

A. Comercio e Integración

B. Migraciones

C. Promoción de la Paz, la Seguridad Hemisférica y mundial, los derechos humanos, la no intervención y el respeto a la autodeterminación de los pueblos.

D. Articulación de la lucha parlamentaria en los Parlamentos de Integración y Parlamentos Regionales.

E. Articulación de la lucha parlamentaria con las organizaciones sociales y populares.

F. Mecanismos de coordinación y solidaridad en emergencias políticas, económicas y sociales

G. Realizar una reunión de la Red de Parlamentarias y Parlamentarios del Foro de Sao Paulo para julio del presente año y nombrar en este XIII encuentro un equipo que se encargue de su organización y definición del la sede, fecha exacta y demás aspectos logísticos y operativos del mismo; así como mantener la comunicación para el intercambio de información, vía Internet.

San Salvador, 11 de Enero de 2007.

LOS PARLAMENTOS Y LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN DE LOS PUEBLOS[1]

EL PAPEL DE LOS PARLAMENTOS

Los parlamentos son uno de los poderes más importantes de los Estados. En algunos países del continente el sistema de gobierno es parlamentario y tienen un peso mayor en la conducción de los mismos. En otros el sistema es presidencialista y los parlamentos son el primer órgano del Estado, pero es complementario al poder ejecutivo. El papel de los parlamentos donde es presidencialista el sistema político, depende de los niveles de fortalecimiento institucional, del fortalecimiento de la democracia formal para que pueda jugar un papel autónomo del ejecutivo, donde lo que se desarrolla son relaciones de coordinación y no de supeditación. En los países donde existe autoritarismo y la democracia es débil, los parlamentos están supeditados al poder ejecutivo.

La función de los parlamentos es el de legislar, elaboran, reforman y aprueban las leyes nacionales y ratifican los convenios internacionales, de acuerdo al marco doctrinario que impulsan, en concordancia con el sistema económico social que está en proceso o se ha establecido.

Los parlamentos tienen una vida muy dinámica, porque en la mayor parte de países, es el espacio político plural del Estado, donde confluyen las diferentes corrientes de pensamiento político, o es el espacio donde se reflejan los diferentes sectores de una sociedad.

En la medida que en América Latina y el Caribe se va desarrollando el parlamentarismo y surgen iniciativas de integración, sin importar las corrientes de pensamiento o el enfoque de integración, se han ido organizando parlamentos regionales. En el continente americano existen dos parlamentos continentales: la Conferencia de Parlamentos de América COPA y la Federación Interparlamentaria de América FIPA, esta organizada por la OEA. También se han organizado parlamentos regionales, el Parlamento Latinoamericano PARLATINO, el Parlamento Centroamericano PARLACEN, el Parlamento ANDINO y recientemente en el 2006 el Parlamento del Cono Sur. Cada parlamento regional se ha organizado en coyunturas políticas que han dado un giro y contribuido con intereses claros, propósitos y se les ha asignado una función en el contexto regional.

Para el caso del PARLACEN por ejemplo se organizó en 1990, como resultado de los acuerdos de Esquipulas II donde se acordó organizar el Sistema de Integración Centroamericana SICA, como un avance en mecanismos de los procesos de paz para la región, aunque desde el surgimiento su función jurídica es limitada, porque las resoluciones no son vinculantes, solo recomendables. FIPA surge en el año 2001 a iniciativa de la OEA, como un mecanismo para proponer e impulsar iniciativas de los Estados Unidos de Norte América relacionadas con el Área de Libre Comercio ALCA y de Seguridad Hemisférica posteriores al 11 de septiembre 2001, ante la pérdida de la presidencia de COPA por parte de la derecha del continente. El Parlamento del Cono Sur se organiza como una instancia que puede contribuir en el desarrollo y consolidación de la integración de esa región del continente.

En síntesis, los parlamentos nacionales, regionales o continentales tienen una función que cumplir acorde al marco doctrinario y enfoque del sistema político económico que se impulsa, definiendo a quién beneficia y a quién afecta con la legislación que se va aprobando, son un instrumento del sistema

económico social.

LAS RELACIONES DIPLOMÁTICAS PARLAMENTARIAS

Las Naciones Unidas desde el año 2001 ha organizado dos Asambleas Mundiales de Presidentes de Parlamentos, como una manera de apoyar las relaciones diplomáticas parlamentarias y que exista un contrapeso mayor en la conducción de los Estados y de mayor incidencia en las diferentes regiones del mundo.

Entre las mismas regiones, además de la organización de parlamentos, se han creado mecanismos de coordinación entre presidentes de parlamentos, como es el caso del Foro de Presidentes de poderes legislativos de Centro América y República Dominicana. En estas instancias se elaboran agenda de prioridades a impulsar en los parlamentos nacionales y en la región en su conjunto. También se han establecido relaciones de coordinación entre algunas comisiones parlamentarias, entre ellas las de Relaciones Exteriores de los parlamentos, que definen temas de agenda en legislación regional e internacional y tiene incidencia en las agendas parlamentarias nacionales.

El desarrollo de las relaciones diplomáticas es de gran importancia en los procesos de integración regional, el asunto es que tipo de integración promueven en la firma de convenios bilaterales o regionales, si son convenios que favorecen a los pueblos o les afectan. A quienes benefician la firma de estos convenios?

Los partidos del FSP deben tener claro a quienes afectan cuando promueven y aprueban legislación regional o internacional deben tener claro a quienes están beneficiando. Contribuyen en la construcción del modelo alternativo? O refuerzan las políticas y estrategias imperialistas?

LA MISIÓN DE LOS PARLAMENTARIOS DE IZQUIERDA DEL FSP

La misión de los partidos políticos del Foro de Sao Paulo en los espacios conquistados en los parlamentos, ya sea nacionales, regionales, continentales o mundiales, deben de ser:

1. Impedir la promoción y aprobación de leyes que fomenten las relaciones imperialistas y de las empresas transnacionales, que afectan la soberanía de los pueblos, que impiden el derecho a la autodeterminación de los pueblos y que debilitan y obstaculizan la paz en el mundo.
2. Deben promover iniciativas de ley que fortalezcan la soberanía de los pueblos y el derecho a la autodeterminación, que contribuyan a rescatar los recursos naturales de cada nación, que promueva y fortalezcan la democracia formal y la democracia participativa de manera complementaria, que promueva el respeto irrestricto de los derechos humanos para niños, niñas, jóvenes, mujeres, hombres, adultos mayores, para todos los sectores de la sociedad, sin exclusión.
3. Deben promover la firma de convenios bilaterales o regionales, que fortalezcan los procesos de integración desde los intereses y necesidades de los pueblos, teniendo como centro a la persona humana y todo lo demás en función de su desarrollo, la cooperación y solidaridad.

LAS PRIORIDADES PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Entre las prioridades para los parlamentarios y parlamentarias de izquierda del Continente Americano se encuentran el promover la aprobación de la Carta Social de los Pueblos que se encuentra en la OEA. Por la dimensión del fenómeno migratorio, la redacción y aprobación de Convenios relacionados con dicho tema. En este encuentro internacional, uno de los resultados que se espera tener es una agenda de esta naturaleza y el consenso en la forma y medios para conseguirlo.

MECANISMOS DE COORDINACIÓN:

Es necesario que se fortalezcan las redes de parlamentarios de izquierda, para darle seguimiento al contexto internacional y estar revisando los avances u obstáculos jurídicos relacionados con los procesos de integración y la construcción del modelo alternativo, que puede ser la Alternativa Bolivariana para las Américas ALBA y otras iniciativas, como las del Cono Sur. En la región mesoamericana se necesita trabajar en una propuesta de Esquipulas III, que nos ayude al fortalecimiento de la democracia regional y a la construcción de la paz.

Que se pueda estudiar desde los parlamentarios de izquierda, las propuestas de otros continentes, como la iniciativa de Asociación con la Unión Europea y poder hacer contrapropuestas a estas iniciativa, tener un papel ofensivo y no estar siempre a la defensiva. De igual manera con el Área de Libre Comercio ALCA o los tratados comerciales. Generar iniciativas del Comercio Justo o Comercio Equitativo, lanzar propuestas de Convenios Regionales de Cooperación que promuevan la solidaridad y fortalezcan la democracia.

---

[1] Ponencia presentada por la Lic. Blanca Flor Bonilla, Diputada en la Asamblea Legislativa de El Salvador y Coordinadora del Comité Organizador del XIII Encuentro de FSP, El Salvador 2007

EL FENÓMENO MIGRATORIO DE EL SALVADOR EN EL SIGLO XXI[1]

INTRODUCCIÓN:

Las migraciones se han producido desde que la humanidad existe, lo que cambia es la causa por la que contingentes significativos de población emigran de un lugar a otro.

El Salvador cuenta con una extensión territorial de 20 mil kilómetros cuadrados, un promedio de 7 millones de habitantes en su interior y 3 millones dispersos en el mundo, en este sentido resulta trascendental reflexionar y analizar por qué a principios del Siglo XXI, prácticamente la tercera parte de la población salvadoreña vive fuera de su patria, cuáles son los factores que en las últimas tres décadas incidieron para esta emigración, los impactos positivos y negativos que ha generado, y por supuesto las oportunidades y fortalezas que tiene el país.

PROCESO HISTÓRICO DE LAS MIGRACIONES

En El Salvador la emigración internacional tradicionalmente se ha dirigido hacia los Estados Unidos de Norte América (USA). Desde inicios del Siglo XX se registraron bloques de población que emigraron hacia ese país en búsqueda de mejores oportunidades de trabajo. Inicialmente no fue de carácter masivo pero a finales de los años setentas, la década de los ochentas y principios de los noventas, la emigración en El Salvador se incrementó aceleradamente, al profundizarse la persecución política, la permanente violación de los Derechos Humanos y posteriormente por el desencadenamiento de la Guerra Civil. En ese proceso fueron implementadas una serie de medidas de carácter militar apoyadas por el Gobierno de los Estados Unidos de turno como la de “tierra arrasada” implementada por el ejército gubernamental, que afectó la seguridad de la vida de muchos salvadoreños y salvadoreñas tanto en la ciudad como en el campo.

Una parte de las familias y en algunos casos núcleos familiares completos salieron a refugiarse a países de Centro América, México y USA. Con la participación de las Naciones Unidas se obtuvo el apoyo de los Gobiernos de Canadá, Suecia y Australia, que fueron países donde se daba refugio por razones de persecución política. A enero de 1992, cuando se firmaron los Acuerdos de Paz, más del 10% de la población vivía fuera de El Salvador.

Con la finalización de la guerra y la eliminación de la dictadura militar, que domino por 60 anos, en el país, la expectativa era que el flujo migratorio disminuyera significativamente, porque había esperanza que iniciaría un nuevo proceso con democracia que sentaría las bases para un nuevo modelo mas incluyente y participativo de la sociedad salvadoreña en general.

Los Acuerdos de Paz se pusieron en marcha, los objetivos eran: concluir el conflicto armado y la militarización de la sociedad, el respeto irrestricto de los Derechos Humanos, el fortalecimiento de la democracia y la reunificación de las familias y sociedad. Paralelo a los diferentes programas y acciones de los Acuerdos de Paz, se desarrolló aceleradamente la aplicación del modelo neoliberal, en todos sus componentes: privatizaciones, ajuste estructural, reducción del Estado, los tratados de libre comercio e inversiones.

Transcurrió el tiempo y los Acuerdos de Paz fueron quedando relegados por el Gobierno y por otras instituciones del Estado responsables de aplicarlos, la sociedad en general no profundizó la exigencia para su cumplimiento y las Naciones Unidas en el año 2002 retiró la Comisión de Verificación. Por el contrario, en los últimos siete años la mayor parte de acciones del gobierno dominado por el partido ARENA y la doctrina de la legislación nacional ha estado orientada a beneficiar la aplicación del modelo neoliberal, que en su espíritu y letra es contrario a los Acuerdos de Paz.

Entre los efectos se encuentran: la destrucción del tejido productivo agropecuario que contribuía a la cobertura del

80% del consumo nacional, causando un amplio desempleo rural, debilitamiento de la producción artesanal e industrial nacional, reducción de más de 45 mil empleos del Estado, el impulso de los capitales golondrinas que invierten en maquilas donde explotan mano de obra barata en su mayoría mujeres, con sueldos miserables, y no tiene exigencias de calidad educativa ni tecnológica. Se ha fortalecido el sector financiero y comercial vinculado a las políticas neoliberales, ambos sectores no son generadores de empleo masivo. El trabajo formal tiene una cobertura de más del 20% de la población económicamente activa, quedando cerca del 80% de la PEA en el sector informal, subempleo y desempleo.

En investigaciones realizadas por distintos analistas hasta el año 2005, la población que emigró expresaba que era por falta de empleo, en búsqueda de trabajo con un salario permanente y digno, que el país le negaba. La mayor parte de población que emigró, fue hacia los Estados Unidos y de manera indocumentada, enfrentando en el trayecto una serie de dificultades, pasando hambre, sufriendo vejaciones, abandonados muchas veces en el trayecto, mujeres y niñas violadas o prostituidas sin poder llegar a su destino, muchos mutilados al caer de los trenes y otros también encontraron tristemente la muerte.

Es importante hacer mención que después del 11 de septiembre del 2001, El Salvador ha sido uno de los países que han aplicado de manera ortodoxa las medidas impulsadas por la Política de Seguridad Hemisférica de USA, así como uno de los que más tratados de libre comercio (6) y convenios bilaterales de protección de inversiones (más de 30) ha firmado en la región centroamericana. En investigaciones realizadas a finales del año 2006, personas entrevistadas expresaban que se iban del país por razones de seguridad, porque habían sido objeto de extorsión del crimen organizado, el cual ha tenido un fuerte incremento y desarrollo en los últimos siete años.

En mayo 2006, de acuerdo a información del Ministerio de Relaciones Exteriores, habían emigrado de El Salvador 3 millones de personas, que significan aproximadamente el 33% de la población. O sea que desde 1992 hasta a mediados del 2006 el incremento de la emigración fue del 23%, más que la emigración causada por la dictadura militar y por la guerra civil.

DIFERENTES ARISTAS DEL FENÓMENO MIGRATORIO

El fenómeno migratorio de la población salvadoreña en los últimos 16 años esta vinculado a las políticas económicas, sociales, de aplicación de justicia y del proceso de democratización del país. Asimismo, a las políticas de los gobiernos que son “corredor” de la “Ruta del Migrante”, como es el caso de México y de igual manera los Estados Unidos.

Debido a que la mayor parte de población que ha emigrado ha sido sin autorización de visas y de manera indocumentada, actualmente hay un flujo migratorio permanente hacia los Estados Unidos de Norte América, de sur a norte, pero también de norte a sur, por medio de las deportaciones desde la frontera sur de México, que se ha incrementado aun mas debido a la política de persecución hacia los trabajadores y trabajadoras indocumentadas impulsada por el gobierno de los Estados Unidos.

De igual manera sufren acoso los trabajadores que tienen en algunos casos permiso para trabajar o residencia y que han cometido alguna falta leve o grave. De acuerdo a informaciones de la prensa, más del 70 % de los deportados y deportadas es por estar indocumentados, lo cual en las leyes de los Estados Unidos es un delito grave y hay un acuerdo con el gobierno de El Salvador para las deportaciones. Sólo en el año 2006 fueron más de 3 mil los salvadoreños y salvadoreñas deportados. Un 30% han cometido faltas y delitos graves, muchos de ellos son parte de las “pandillas o maras”, que forman parte del crimen organizado. Algunos van a los centros penitenciarios en El Salvador y otros quedan libres.

En relación a las políticas y legislación mexicana, el año 2006 en el marco del Tratado de Libre Comercio del Norte, TLCAN, firmaron un documento anexo a este tratado, que es el ASPAN, que son acuerdos donde han incluido medidas relacionadas con la política de seguridad hemisférica, incluyendo el aspecto migratorio, donde México se

compromete a incrementar las medidas para contener el flujo migratorio de Centro América y de otros países que buscan esta ruta para llegar a los Estados Unidos de Norte América.

Una política económica del gobierno, que no está escrita pero que se promueve es, que en la medida que más salvadoreños y salvadoreñas llegan a los Estados Unidos, más dólares envían hacia El Salvador, convirtiéndose en una balsa para la dolarización de la economía y para el encubrimiento del lavado de dólares, así como el mecanismo de fomento del consumo en las cadenas comerciales, de los productos que el país importa en el marco de los TLC´s. La dinámica es, llegan los dólares, las familias los reciben y los gastan en un 90% en el consumo.

Después de 15 años de los Acuerdos de Paz ahora se importa el 80% de lo que consume el país. Hace 15 años sólo se importaba el 20%, el 80% se producía en El Salvador. En el año 2006 las “remesas familiares” sobrepasaron los 3 mil millones de dólares, que significan el 18% del PIB. En algunos estudios, incluso en declaraciones de la Embajada de los Estados Unidos en El Salvador, las “remesas familiares” sirven al crimen organizado de cobertura para lavar los dólares producto del narcotráfico, donde está involucrado el sector financiero y delincuentes de cuello blanco.

Sobre las características de la población que ha emigrado, hace 40 a 50 años, la mayor parte de ellos, eran mujeres que se desempeñaban en oficios domésticos, labores agrícolas o en pequeños negocios de servicios. Luego en los últimos 30 años del siglo pasado, emigraban en su mayoría campesinos, estudiantes y obreros, que eran perseguidos por el ejército salvadoreño o que se sentían en riesgo porque eran paramilitares u “orejas” del gobierno. En los últimos 15 años han emigrado profesionales, de acuerdo a estudios sobre “fuga de cerebros”, El Salvador se lleva el primer lugar de profesionales que han abandonado el país por falta de empleo y en los últimos 7 años han emigrado jóvenes recién graduados que no encuentran su primer empleo en El Salvador.

Sobre la población que reside fuera del país, un porcentaje alto se ha insertado en la sociedad de los diferentes países, entre ellos en los Estados Unidos de Norte América, Canadá, Australia, Suecia, Italia, Belice, Costa Rica, México, etc. Las primeras generaciones tienen calidad de ciudadanos y residentes, algunos han incursionado en los negocios y son exitosos, otros en el área académica y científica y se han destacado, otros en el campo político. Hay una contribución importante al desarrollo cultural, económico, social y político en cada uno de los países, principalmente en los Estados Unidos de Norte América. Parte de los que emigraron hasta el 11 de febrero 2001, cuando fueron los terremotos en El Salvador, tienen permiso temporal para trabajar (TPS), son aproximadamente 250 mil. Los salvadoreños que emigraron en los años ochenta y noventa, muchos de ellos todavía se encuentran indocumentados, no se sabe con certeza la cantidad.

Un problema serio en la población que vive fuera es la pérdida de la identidad cultural con El Salvador, este fenómeno social y antropológico, influye en la salud mental de las primeras generaciones y repercute en la segunda generación que han nacido en esos países, hasta la tercera generación. Muchas familias no han socializado con sus hijos e hijas la historia de El Salvador, la razón de la emigración y las segundas y tercera generación incluso ya no hablan español. Esta situación es grave, porque una gran mayoría tiene familia todavía en El Salvador y un porcentaje alto de la primera generación que emigró vive proyectando regresar al país a vivir su jubilación.

El factor migratorio ha incidido en el tipo de familias que actualmente tienen El Salvador, debido a que una parte está fuera y otra dentro, un efecto de este aspecto es que de cada 100 familias, de acuerdo a datos oficiales el 40% aproximadamente son uniparentales, donde la jefa y proveedora son las mujeres. En algunos estudios realizados en sectores populares, en “colonias marginales”, se incrementa el porcentaje al 65%. Este fenómeno de familias desintegradas o donde solo predomina uno de los progenitores ha propiciado efectos negativos en la estabilidad emocional, salud mental y debilitamiento a la familia y se considera uno de los factores que inciden en la falta de educación integral y cuidado de los hijos e hijas, que son en algunos casos presas del crimen organizado, de las pandillas y de la delincuencia social.

DOS CARAS DE LA MISMA MONEDA

El modelo neoliberal implementado en el Salvador, dirigido por los distintos gobiernos del Partido ARENA le conviene que entre más personas emigran, más remesas recibe el Salvador, contribuyen a la dolarización y es la política pública más efectiva contra la pobreza, a falta de políticas públicas efectivas del Estado, más de 400 mil familias viven de recibir remesas mes a mes, alimenta al sistema financiero, de transporte aéreo, principalmente de TACA y el comercio de importaciones se ha incrementado, estos son los sectores más beneficiados, los que han acumulado más riqueza producto de la emigración.

Uno de los aspectos favorables es el proceso de culturización de la población salvadoreña, al conocer otras sociedades que tienen más avanzado el desarrollo político, económico, social, cultural, ambiental y esas buenas prácticas tienen ahora posibilidades de incidencia dentro de El Salvador, si se organizan como sector de población y reivindican sus derechos ciudadanos y políticos como salvadoreños.

No se puede ignorar y desconocer la alta dependencia que tiene El Salvador en relación a los compatriotas en el exterior, principalmente los que viven en Estados Unidos de Norte América. La dependencia es económica, social, política y cultural, que puede incidir positiva o negativamente, de acuerdo a la información a la que tengan acceso y las relaciones que se construyan.

Entre las principales demandas de los salvadoreños en el exterior, que fueron plasmadas en la Declaración final de salvadoreños en el mundo, se encuentran:

- Estabilidad Migratoria.
- La creación de un Centro de Estudios Internacionales para que investiguen la realidad y el pensamiento de los salvadoreños.
- Tener mayores mecanismos de comunicación entre los diferentes órganos del Estado y los compatriotas.
- La necesidad de políticas y programas tendientes a canalizar el esfuerzo de los residentes en el exterior, a fin de que las mismas sirvan para generar valor agregado a la sociedad y no sólo a para elevar el consumo.
- Ser vistos como salvadoreños, no solamente como aportadores de remesas.
- Necesidad de votar para comicios. La creación de un registro electoral para los que viven en el extranjero. Además solicitarán un mejor servicio en la emisión del DUI.

PERSPECTIVAS

No cabe duda que es indispensable legislar e impulsar políticas públicas que incluyan a los salvadoreños en el exterior. Esto es un reto para las diferentes fuerzas políticas del país. El FMLN en su Programa de Gobierno al país, ha propuesto:

- Trabajar por convertir las Relaciones Exteriores en un instrumento para el desarrollo socioeconómico del país y oponerse a aquellas políticas que entregan los intereses nacionales.
- Demandar a la OEA la aprobación de la Carta Social de los Pueblos.
- Promover la suscripción de convenios, tratados y leyes internas que conduzcan al pleno reconocimiento, promoción, respeto y vigencia de los Derechos Humanos.

- Exigir una tutela del Estado Salvadoreño a los derechos de la población salvadoreña migrante, incluyendo la suscripción, ratificación, cumplimiento y verificación de los tratados y convenios dirigidos a ese fin.

- Propiciar la participación de las fuerzas sociales representativas de nuestro pueblo, en instituciones regionales integracionistas. Así también promover la formación y funcionamiento de redes sociales de protección a los derechos de los migrantes en otros países.

- Promover la Integración Centroamericana Independiente y el Latinoamericanismo que imprima continuidad al pensamiento y obra de los libertadores como Bolívar y Morazán.

Según las estimaciones más recientes del Censo de Estados Unidos, la población latina en ese país asciende a cerca de 38.8 millones de personas. Entre ellos más de 12 millones están indocumentados, por lo tanto debe ser uno de los temas a incorporar entre las prioridades del foro. Los 500 millones de habitantes de América Latina y el Caribe, son un símbolo importante en cuanto a las relaciones que se pueden establecer en una lógica diferente.

El Foro de Sao Paulo integrado por partidos políticos de toda América Latina y el Caribe, debe hacer esfuerzos por establecer relaciones con la comunidad latina en los Estados Unidos y Canadá, con diferentes sectores de la sociedad estadounidense y con los centros de poder más importantes que se encuentran en ese país, con el propósito de informar de la realidad, del impacto de las políticas que emanan de ese país para el continente y de nuestras propuestas en beneficio de la paz, de la solución de problemas de nuestros pueblos y de los procesos de integración con soberanía nacional y fortalecer los lazos de cooperación y respeto mutuo.

ANEXOS:

NUMERO APROXIMADO DE SALVADOREÑOS RESIDENTES EN EL EXTERIOR		
CONSULADOS EN NORTE AMERICA		**N°. DE CONNACIONALES APROXIMADAMENTE**
Canadá		**135,500**
Jurisdicción de Toronto (Nunavut, Manitoba y Ontario)		**70,000**
jurisdicción de Montreal (Este Canadiense)		**40,000**
Alberta	10,000	
Colombia Británica	10,000	
Saskatchewan, Yukón y Territorios del Noroeste	500	
Jurisdicción de Vancouver (Oeste canadiense)		**20,500**
Jurisdicción de Ottawa, Ontario, Canadá		**5,000**
Estados Unidos		**2,584,767**
Washington D.C.(31%) , Virginia (40%) y Maryland (29%)		**550,000**
New York (con excepción de Long Island)	90,000	
Pennsylvania	15,000	
Jurisdicción de Manhattan, Nueva York		**105,000**
Connecticut	35,000	
Long Island	225,000	
Jurisdicción de Long Island, Nueva York		**260,000**
Anchorage/KodiaK ALASKA	4,000	
Nampa/Boise IDAHO	5,000	
Portland/Gresham OREGON	25,000	
Reno/Sparks NEVADA	8,000	
San Francisco, San Jose, Oakland, Sta.Cruz, Salinas, Watsonville, Fresno y Mendota, CALIFORNIA	200,000	
Seattle/Yakima WASHINGTON	40,000	
Jurisdicción de San Francisco, California		**282,000**
Jurisdicción de Los Angeles, California		**800,000**
Sur de California (Condados de Orange, Riverside, San Diego e Imperial)		**40,000**
Utah	15,000	
Nevada	25,000	
Colorado	3,500	
Jurisdicción de Las Vegas, Nevada		**43,500**
Coral Gables, Florida		**20,000**

COMUNIDAD SALVADOREÑA EN EL EXTERIOR

NUMERO APROXIMADO DE SALVADOREÑOS RESIDENTES EN EL EXTERIOR		
Houston, Texas	150,000	
Louisiana (Estado adscrito a Houston)	6,000	
Houston, Texas		**156,000**
Elizabeth, Nueva Jersey (incluye el estado)		**70,000**
Norte de Texas	30,000	
Arkansas	2,600	
Kansas	950	
Oklahoma	150	
Jurisdicción de Dallas, Texas		**33,700**
Jurisdicción de Chicago, Illinois		**80,000**
Boston, Massachusetts		**60,000**
Alabama	8,000	
Carolina del Sur	25,000	
Georgia	25,000	
Tennessee	1,567	
Jurisdicción de Duluth, Georgia		**59,567**
Nogales, Arizona		**25,000**
México		**28,015**
Jurisdicción de México, D.F.		**25,000**
Estado de Jalisco		**1,550**
Nuevo León	500	
Tamaulipas	200	
Coahuila	100	
Chihuahua	200	
Sonora	200	
Jurisdicción de Monterrey, Nuevo León		**1,200**
Tapachula, Chiapas		**265**
CENTROAMÉRICA Y EL CARIBE		**137,449**
Managua, Nicaragua		**3,500**
Chinandega, Nicaragua (incluye Deptos. de León y Chinandega)	2,000	
Guatemala		**70,000**
Atlántida	426	
Santa Bárbara	360	
Cortés	2,644	
Yoro	618	
Colón	0	
Islas de la Bahía	17	
Ocotepeque	132	
Copán	358	
Jurisdicción de San Pedro Sula, Honduras		**4,555**
Francisco Morazan	1,768	
Lempira	92	
La Paz	264	
Gracias a Dios	8	
Comayagua	565	
Intibucá	85	
Olancho	225	

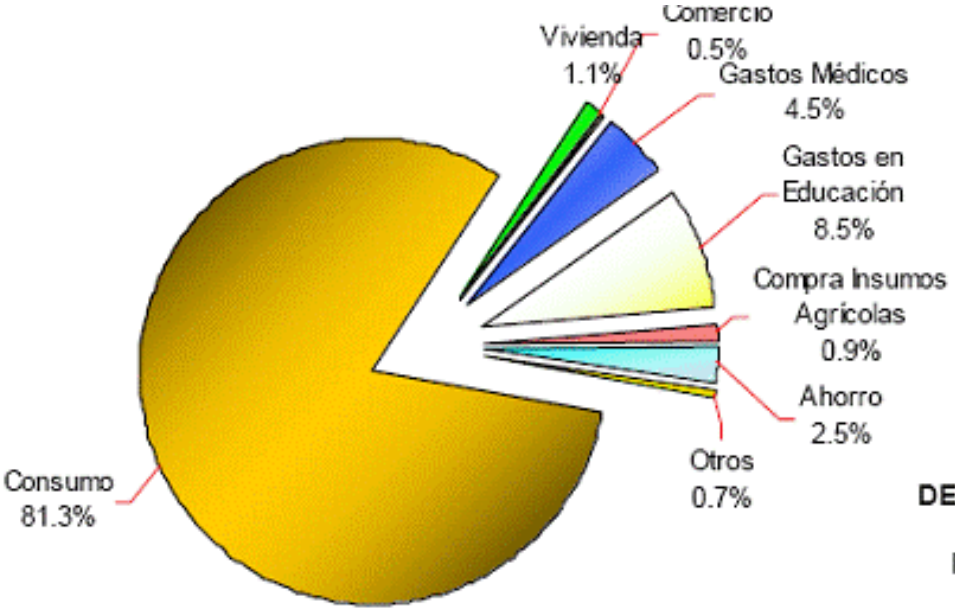
COMUNIDAD SALVADOREÑA EN EL EXTERIOR

NUMERO APROXIMADO DE SALVADOREÑOS RESIDENTES EN EL EXTERIOR		
Paraíso	57	
Jurisdicción de Tegucigalpa, Honduras		**3,064**
Choluteca	368	
Valle	543	
Jurisdicción de Choluteca, Honduras		**911**
Jurisdicción de San José, Costa Rica		**15,000**
Panamá		**8,000**
Belmopán, Belice		**30,000**
Santo Domingo Rep. Dominicana		**194**
San Juan, Puerto Rico		**225**
SUR AMÉRICA		**2,956**
Buenos Aires, Argentina		**114**
Quito, Ecuador		**259**
Lima, Perú		**77**
Salvador, Bahía		**500**
Amazonas	1	
Ceara	3	
Goias	25	
Maranho	3	
Mato Grosso	1	
Mina Gerais	7	
Paraná	15	
Rio Grande del Sur	16	
Rio de Janeiro	21	
Santa Catarina	5	
Sao Paulo	52	
Jurisdicción de Brasilia, Brasil		**149**
Santiago, Chile		**171**
Uruguay		**41**
Caracas, Venezuela		**1,500**
Colombia		**145**
EUROPA		**42,154**
Berlín, Alemania		**2,000**
Centro y Sur de Italia	3,000	
Grecia	130	
Jurisdicción de Roma, Italia		**3,130**
Ciudad de Milán	10,000	
Lombardía (excluyendo su Capital Milán)	11,000	
Piemonte, Veneto, Friuli Venezia Giulia, Liguria, Emilia Romagna y Toscana	8,000	
Jurisdicción de Milán, Italia		**29,000**
Lyon, Rhône	100	
Alpes y Auvergne	100	
Resto de Francia	600	
Jurisdicción de Paris, Francia		**800**
Ginebra, Suiza		**500**
Londres, Inglaterra		**804**
Suecia		**2,320**

COMUNIDAD SALVADOREÑA EN EL EXTERIOR

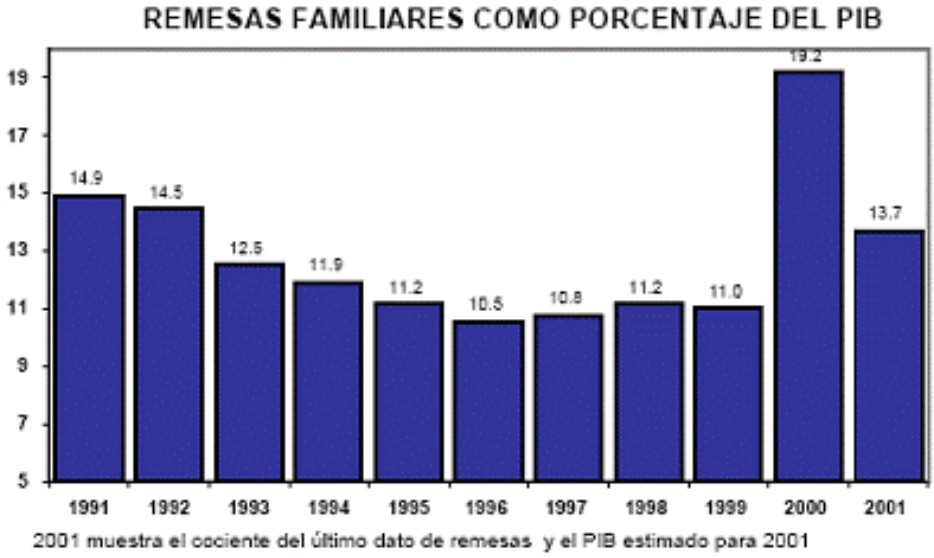
NUMERO APROXIMADO DE SALVADOREÑOS RESIDENTES EN EL EXTERIOR		
Madrid	1,500	
Barcelona	1,500	
Otras regiones de España	200	
Jurisdicción de Madrid, España		**3,200**
Bélgica	270	
Luxemburgo	1	
Bruselas, Bélgica		**271**
Holanda		**129**
ASIA, AFRICA Y OCEANÍA		**19,285**
Tokio, Japón		**77**
Seúl, Corea del Sur		**9**
Taipei, Taiwán		**25**
Brisbane, Australia		**18,755**
Israel	80	
Autoridad Nacional Palestina	316	
Jordania	19	
Egipto	4	
Jurisdicción de Jerusalem, Israel		**419**
GRAN TOTAL:		**2,950,126**
Fuente: Datos estimados en base a registros de las Representaciones Diplomáticas		

(*) Las cifras son datos aproximados del número de salvadoreños en el exterior e incluyen salvadoreños de segunda generación. La fuente de información proviene de las diferentes Misiones Diplomáticas y Consulares de El Salvador en el mundo. Las cifras tienen un propósito referencial y en ningún caso deben interpretarse como cifras consolidadas. Actualizado a Junio del 2005.

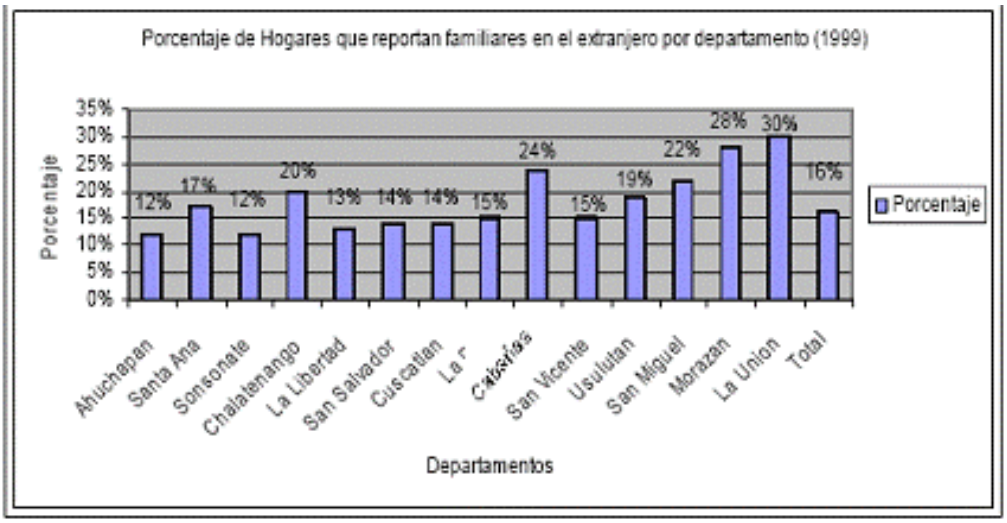


DESTINO DE LAS REMESAS FAMILIARES

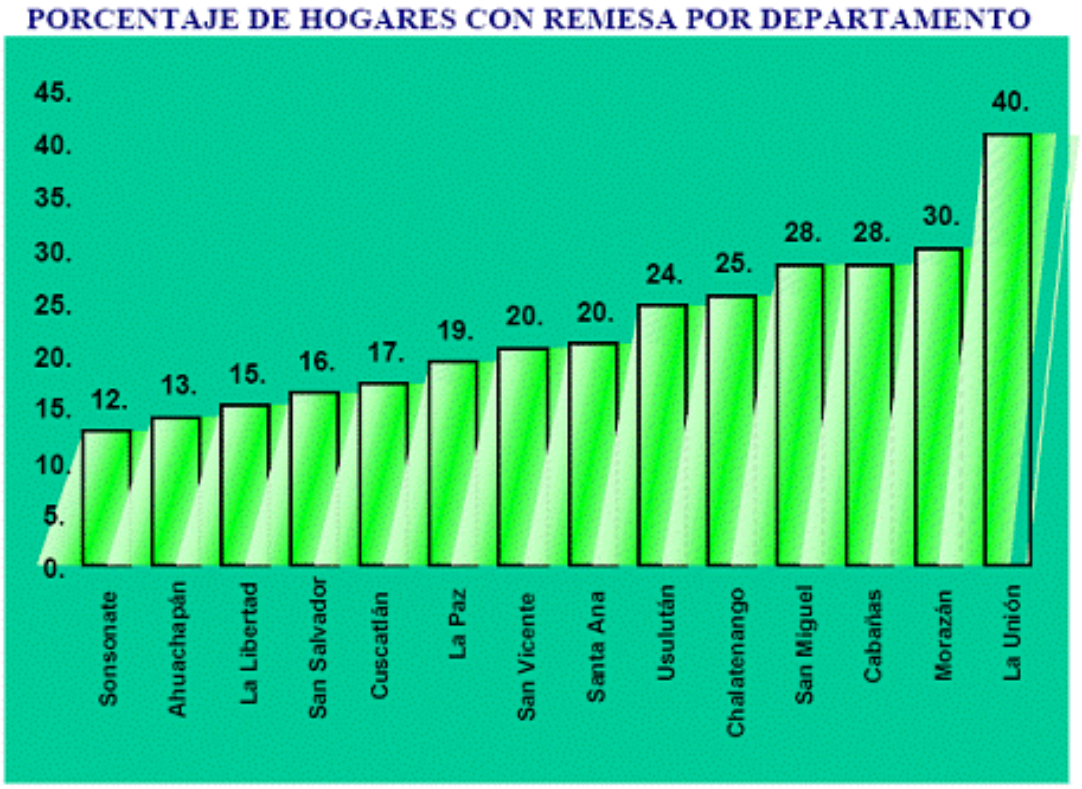
Fuente: Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples 2002



2001 muestra el cociente del último dato de remesas y el PIB estimado para 2001



Fuente:
Andrade-Eekhoff, Katharine, **MITOS Y REALIDADES El impacto económico de la migración en los hogares rurales**, 1ª Edición, San Salvador, El Salvador, FLACSO Programa El Salvador, Diciembre 2003, 143 pág.



---

[1] Ponencia presentada por la Lic. Blanca Flor Bonilla, Diputada en la Asamblea Legislativa de El Salvador y Coordinadora del Comité Organizador del XIII Encuentro de FSP, El Salvador 2007

RESOLUCIÓN FINAL

Primer Encuentro Internacional de Trabajadoras y Trabajadores del Arte y la Cultura

Nosotras y nosotros, trabajadoras y trabajadores del arte y la cultura de los pueblos de Venezuela, Guatemala y El Salvador, participantes en el Primer Encuentro Internacional de Trabajadores y Trabajadoras del Arte y la Cultura en el marco del **XIII Encuentro del Foro de S•o Paulo.**
Ante la realidad económica, política y social latinoamericana y caribeña, **caracterizada por**:

1. Relaciones de poder basadas en la dominación de clase y de género.

2. Imposición del modelo de identidad neoliberal y de patrones conductuales fundamentados en la competencia, las desigualdades y el individualismo, que perpetúa el patriarcado y fomenta una estética y cultura de la violencia y el consumismo.

3. Imposición de un pensamiento único, que no cuestiona las desigualdades sociales y de distribución de la riqueza, a través de un fuerte monopolio de los medios de comunicación- una de las armas más poderosas del sistema capitalista- que tergiversan y manipulan la información.

4. Programas económicos basados en la propiedad privada de los bienes colectivos, que alcanza los servicios básicos de salud; educación; seguridad pública y los espacios culturales, transformándolos en sitios elitistas y centralizados, donde se promueven en modelos estéticos ligados al consumo.

5. Desinterés de los estados centroamericanos por el desarrollo artístico cultural de los pueblos, que se refleja en la ausencia de políticas nacionales que valor a nuestra identidad y a la protección social de las y los artistas.

6. Sociedades donde se criminaliza persistentemente la protesta pública y la organización social, a través de la agresión y el terrorismo mediático, dándose un proceso de remilitarización y represión política.

7. Una sumisión histórica, reforzada por la trasculturización y la manipulación ideológica, en detrimento de la identidad de los pueblos originarios, la cultura y la memoria histórica.

Realidad que **impone obstáculos** para el desarrollo artístico y cultural, como:

1. Imposibilidad de acceder a espacios de promoción del arte, a causa de nuestra opción política y barreras económicas impuestas.

2. Violación a los derechos de información, e imposibilidad de los sectores populares para acceder

a los medios de comunicación.

3. Carencia de recursos para desarrollar nuestra labor artística cultural, así como de espacios que hagan visibles los esfuerzos de artistas comprometidos con la realidad de las grandes mayorías populares.

4. Preferencia de la gente por expresiones artísticas de consumo, con mensajes banales y groseros, impuestas a través de los grandes medios de comunicación masiva.

5. Discriminación por género, sexo, etnias, etc.

6. Subestimación del artista nacional, incluso por los mismos sectores políticos de izquierda, convirtiéndoles en adorno o relleno de sus actos políticos.

7. Falta de garantías sociales y laborales de las trabajadoras y los trabajadores del arte y la cultura.

8. Uso del tráfico de influencias como herramienta para difundir nuestro trabajo o ser excluidos, incluso dentro de la misma izquierda.

9. Marginación de las y los artistas que van surgiendo y aún no son reconocidos.

10. Bloqueo del diálogo entre las distintas generaciones de artistas en todos los ámbitos.

11. Conformismo con la mediocridad y falta de autocrítica, tanto de dirigentes políticos como de las y los artistas, hacia los procesos políticos culturales.

12. Ausencia de una organización sólida y de acciones articuladas de trabajadoras y trabajadores del arte y cultura.

13. Poca o nula visión política del arte, y por lo tanto desestimando su poder como herramienta de transformación social.

14. Pérdida de valores como la conservación y respeto de las diversidades, las identidades, la cooperación, la solidaridad y otros elementos que posibiliten la construcción de una sociedad alternativa.

15. Carencia de espacios de formación y calificación del conocimiento de las trabajadoras y trabajadores del arte y la cultura, así como de condiciones mínimas que nos permita garantizar la calidad en la difusión de nuestras expresiones artísticas.

Reconociendo el papel que el arte y la cultura han jugado en los procesos de transformación política y social de nuestros pueblos, el cual es indispensable en esta nueva etapa de lucha e integración

latinoamericana y caribeña, **demandamos de los partidos políticos** y organizaciones políticas de izquierda integrantes del Foro de S•o Paulo:

1. Asuman las propuestas planteadas por las y los trabajadores del arte y la cultura en esta resolución.

2. Reconozcan y asuman el carácter revolucionario del arte, generando espacios de encuentro y construcción colectiva a nivel internacional.

3. Erradiquen la visión del arte como mera propaganda política u ornato.

4. Dignifiquen a la trabajadora y el trabajador del arte y la cultura como un militante desde su creación.

5. Profundicen en el conocimiento de la cultura de las masas que permita identificar estrategias para vencer la barrera mediática y evitar caer en la dinámica de los grandes medios de comunicación.

6. Asuman con seriedad el desarrollo del arte, la cultura y la educación como parte de su agenda cotidiana y permitan su desarrollo autónomo.

7. Respeten la disciplina política, artística, identidad y la dinámica creativa de las y los artistas.

8. Promuevan y propicien los instrumentos y las instituciones necesarias que garanticen, en términos económicos y logísticos el desarrollo del arte y la cultura.

9. Impulsen el rescate de los valores y la identidad cultural de nuestros pueblos, así como su memoria histórica, a través de la educación en escuelas de formación política.

Conscientes de la necesidad de unirnos para realizar esta lucha frente al Imperio, de manera coordinada entre los pueblos latinoamericanos y caribeños, **nos comprometemos a**:

1. Trabajar en la sensibilización de las trabajadoras y los trabajadores del arte y la cultura, así como de la dirigencia política, militancia de izquierda y movimiento social, sobre la intrínseca función política de la labor artística cultural, para la formación de una visión funcional y transformadora de la sociedad. El arte como herramienta de lucha.

2. Dar carácter permanente al encuentro de trabajadoras y trabajadores del arte y la cultura para garantizar nuestro compromiso por la transformación estructural de nuestras sociedades.

3. Impulsar la creación de un colectivo regional, que promuevan la conciencia y mantenga viva la esperanza en la construcción de un mundo mejor, más humano y solidario, a través de estrategias y propuestas artísticas que superen el pensamiento de la cultura hegemónica.

4. Rescatar nuestras identidades (jóvenes, mujeres, etnias, etc.) y difundirlas, principalmente a la niñez y juventud, tanto en la zona urbana como rural, a través de expresiones artísticas de calle y otros espacios como radios comunitarias.

5. Contribuir a la promoción de la participación democrática, la difusión de la memoria histórica, la organización social, la reflexión crítica, el respeto y la armonía con el medio ambiente y el goce estético, a través de nuestra labor artística y cultural.

6. Establecer una red internacional para intercambiar experiencias y espacios para canalizar denuncias.

7. Coordinar espacios con los partidos políticos, instancias públicas de izquierda, organizaciones no gubernamentales y movimientos de izquierda e insistir en la necesidad y la función política del arte y la cultura.

8. Buscar con nuestros partidos políticos de izquierda el apoyo legislativo en toda la Región para la creación de leyes a beneficio de las y los artistas.

9. Tomarnos y reivindicar el uso de los espacios públicos que pertenecen al pueblo, para contrarrestar la barrera mediática impuesta por el imperialismo.

10. Hacer valer nuestros derechos y nuestra dignidad como artistas, reclamando y tomando el espacio que como tales nos pertenece; y respetarnos nosotras mismas y nosotros mismos como artistas.

11. Montar verdaderos espectáculos artísticos de izquierda, en condiciones que garanticen la calidad en la comunicación de mensajes alternativos, haciendo frente a los espectáculos de la derecha.

“La Revolución será cultural o no será”
Simón Bolívar
San Salvador, domingo 14 de enero de 2007.

1er Encuentro Internacional
de Arte y Cultura
del Foro de Sao Paulo
La nueva etapa
FESTIVAL DE ARTE REVOLUCIONARIO
la voz del pueblo
GRAN JORNADA ARTISTICA
De jueves 11 a sábado 13 de enero 2007
Lugar: CAFÉ LA "T"
Lugar: PLAZA CIVICA
XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

Resumen Conclusiones del Taller Internacional "La Vía Electoral Como Componente de Victorias de Las Fuerzas Revolucionarias"

La Vía Electoral Como Componente de Victoria de las Fuerzas Revolucionarias-

Uso Efectivo de las Elecciones por parte de las Fuerzas Sociales y Políticas de Izquierda.

En el encuentro internacional que alrededor del tema electoral sostuvimos el pasado 11 de enero, en el Auditórium Schafik Handal, allá en nuestra Escuela de Cuadros, donde escuchamos y debatimos tres ponencias magistrales de Wilfredo Penco, de Uruguay, José Luis Villavicencio de Nicaragua y Eugenio Chicas, todos magistrados electorales, coincidimos en que los sistemas electorales en América Latina fueron diseñados por la derecha para reproducirse y perpetuarse en el poder.

La democracia electoral funciona sí y sólo sí la derecha gana. Y así ocurrió durante todo el siglo 20, exceptuando la victoria de la Unidad Popular en Chile y que concluyó de manera sangrienta con el martirio heroico de nuestro compañero Salvador Allende, y el invicto proceso revolucionario de Venezuela, iniciado con la victoria del Comandante Hugo Chávez en 1998.

A este dominio casi absoluto de la derecha contribuimos en gran medida las fuerzas de izquierda. Para nosotros las elecciones eran poco menos que pecado mortal. En medio de nuestra pureza ideológica no vacilábamos en calificar despectivamente de electoreros a quienes se dedicaban a presentar batalla a la derecha en el campo electoral.

Las cosas han ido cambiando. La izquierda está comprobando que, pese a la parcialidad de los sistemas electorales, pese a la desventaja en que nos encontramos, es posible, como decía Schafik, derrotar a la derecha con una avalancha de votos, con el apoyo masivo del pueblo.

Esa avalancha sirvió para que Hugo Chávez venciera en 1998 y continúe victorioso en diciembre del 2006; el apoyo popular se expresó en Uruguay, Bolivia, Chile, Ecuador, Nicaragua, y donde no se alcanzó la victoria se ha alcanzado una correlación tan importante que se presagia nuevas victorias en el futuro cercano.

Sin embargo, acompañado del apoyo popular en ascenso, las izquierdas latinoamericanas deben esforzarse en concretar reformas electorales que equilibren la lucha, que limiten la ventaja de la derecha, pero si no se logran, debe hacerse valer nuestra íntima cercanía con la gente, nuestro trabajo territorial y preparar un eficiente aparato de defensa del voto, de defensa de la victoria de la izquierda que es la victoria del pueblo.

Enfatizamos que es imprescindible especializarnos en las luchas electorales, lo cual no quiere decir, ni mucho menos, apartarnos de otras formas de lucha, sino buscar la adecuada combinación de todas las formas de lucha para hacer más efectiva la victoria y la transformación de la sociedad a partir de alcanzar el gobierno.

Participar activamente en las batallas electorales no nos convierte en electoreros, siempre y cuando el objeto de nuestras luchas, las victorias que alcancemos, sirva de instrumento para transformar la realidad injusta en beneficio de las mayorías excluidas históricamente.

No seremos electoreros en la medida en que hagamos un buen gobierno de verdad, un gobierno eficiente, donde coloquemos a las personas más capaces que posibiliten mejorar las condiciones de vida de las mayorías, y en la medida en que nos alejemos de los compadrazgos, y de las cuotas de empleo para personas que sólo por ser simpatizantes nuestros los colocamos aunque sean incompetentes.

El salto de calidad o viraje en las preferencias del electorado nos exige encontrar respuestas para cada realidad, donde el peso y medida de cada elemento depende de nuestro analisis, a las siguientes preguntas:

¿Es posible tener éxito electoral con las reglas y autoridades vigentes?, ¿Qué reformas es posible lograr y cómo?

¿Cuánto de política de alianzas con otras fuerzas necesitamos, para asegurar la multiplicación de los votos suficientes, además de un aporte cualitativo para un resultado exitoso?

Qué tanta unidad y coherencia en la dirección de las fuerzas propias se requiere para el diseño y la implementación exitosa de la estrategia electoral?

Qué tanto de recursos materiales son indispensables y básicos para el desarrollo de la campaña? Tomando en cuenta la realidad y naturaleza de nuestras organizaciones y partidos?

Cuál es la modalidad principal de propaganda que resulte ser suficientemente efectiva, que asegure la cobertura y comprensión de nuestro mensaje, motive al electorado, y esté al alcance de nuestras capacidades y recursos?

Qué tanto aparato organizativo electoral es indispensable para hacer la campaña, movilizar a los votantes y asegurar la defensa del voto?

Etc.

Al final de nuestro encuentro, concluimos:

1. Es un reto para la izquierda la combinación acertada de distintas formas de lucha, para asegurar la victoria electoral.

2. El papel de las alianzas en torno a un programa común es determinante para posibilitar el despliegue de la poderosa avalancha popular que con sus votos supere los fraudes de la derecha.

3. No basta ganar, hay que gobernar bien y saber consolidar lo conquistado.

4. Se puede y se debe triunfar y avanzar electoralmente con reglas favorables o adversas, tanto desde la oposición, como desde el gobierno. Bolivia es un ejemplo.

5. Saber hacer el uso correcto de las encuestas de opinión pública. Desarrollar la capacidad técnico científico para analizar la realidad de cada país y poder adoptar decisiones correctas a la hora de elaborar nuestras estrategias.

6. El papel de los Comités de Base partidarios y del Aparato de Defensa del Voto es determinante al momento de defender la victoria. La vigilancia de las JRV, mesas electorales, es vital para garantizar la victoria. Pero también es importante garantizar la movilización del pueblo cuando la derecha, a pesar de la avalancha popular de votos, pretende fraudulentamente arrebatar nuestras victorias, como pretendieron hacerlo en San Salvador.

7. La lucha electoral organizada es permanente y la victoria se garantiza antes que empiece la campaña formal. Por lo menos dos años antes hay que comenzar a preparar la victoria, y aquí se destaca el papel de la militancia, la propaganda popular, etc.

8. La solidaridad y cooperación electoral entre las fuerzas progresistas y revolucionarias, son fundamentales para derrotar los fraudes que nos imponen las derechas regionales.

En síntesis, es posible avanzar en los procesos revolucionarios, combinando acertadamente diferentes formas de lucha y las reglas electorales. Con este resumen materializamos también las palabras expresadas por Schafik cuando se firmaron los acuerdos de paz que pusieron fin al conflicto armado: los revolucionarios entramos al sistema, para cambiar el sistema, y no para que el sistema nos cambie a nosotros.

Gracias.

América Latina y el Caribe: MOVIMIENTOS SOCIALES, PARTIDOS Y GOBIERNOS DE IZQUIERDA en el nuevo contexto regional y continental

Indice

1. Neoliberalismo agrava condiciones de vida de la población y genera motivaciones para la lucha social.

2. Movimientos populares y sociales para defender y profundizar las revoluciones, construyendo PODER POPULAR

3. Compromisos compartidos entre Movimiento Social y Partidos Políticos de Izquierda

4. Apoyo, promoción y consolidación de Alianzas Sociales latinoamericanas y Caribeñas

Introducción

La historia del movimiento social en América Latina y en El Salvador, muestra la lucha de los pueblos por el respeto a sus derechos humanos fundamentales y por la construcción de una nueva sociedad basada en la justicia social, la equidad y la democracia plena.

Esta larga historia de lucha, ha tenido momentos difíciles para la vida de los pueblos. Estas luchas se han presentado en contra del terrorismo de Estado, de la represión, la persecución, el secuestro y muerte de miles de patriotas a manos de gobiernos dictatoriales, autoritarios y anti democráticos. Pero también sus luchas han enfrentado las políticas económicas y sociales excluyentes y marginadoras de la mayoría de la población. Ahora la historia da la razón a la lucha de los pueblos. En distintos países del continente nuevos gobiernos comprometidos con la lucha de los pueblos emergen como el símbolo de una nueva etapa de construcción de la democracia en todos sus ámbitos y del respeto pleno a los derechos fundamentales de sus ciudadanos.

La lucha del pueblo salvadoreño no es la excepción en este largo proceso de la historia del continente. Un pueblo que ha sufrido la apropiación de tierras de las comunidades indígenas y ejidales, para dar paso a una oligarquía cafetalera voraz, el levantamiento indígena ante la opresión y la miseria en el año 1932, que provoco la matanza de miles de indígenas, campesinos y ciudadanos. Las continuas luchas de obreros, campesinos, estudiantes y otros sectores ante las dictaduras, los fraudes electorales, la persecución, la represión y los desaparecimientos. Todo esto culminó con una guerra civil, que después de 12 años dio paso a los Acuerdos de Paz y a un proceso de transición hacia la democracia, que actualmente enfrenta graves debilidades e insuficiencias. Pero las luchas del pueblo salvadoreño continúan por la construcción de una verdadera democracia ciudadana y el respeto a la institucionalidad del Estado.

En el nuevo escenario regional y continental, estamos observando procesos de cambio político importantes, los partidos de izquierda se han convertido en nuevas opciones para gobernar. Especialmente en los países donde se ha impulsado las políticas neoliberales que han provocado un

grave deterioro económico, mayores desigualdades y déficit sociales y ambientales. Pero también hemos estado ante la presencia de movimientos sociales fuertemente organizados y con una gran capacidad de movilización, que han propiciado la caída de gobiernos neoliberales, o han demostrado su fuerza en defensa de gobiernos de izquierda que han intentado ser derrocados por la intervención del gobierno de los Estados Unidos, los militares y los grupos de poder.

Este documento es un aporte del taller realizado por las organizaciones del movimiento popular y social de El Salvador, para el debate de los partidos de izquierda y otros participantes en el XIII Foro de Sao Paulo. Así esperamos contribuir a un debate que compromete tanto a los partidos de izquierda como a los movimientos sociales en las tareas históricas que nuestros pueblos demandan por la construcción de una verdadera democracia y el pleno desarrollo económico y social, así como la construcción de un poder popular para sentar bases del socialismo del siglo XXI, impulsando y fortaleciendo estrategias alternativas como el ALBA y el TCP.

1. Neoliberalismo: deterioro de las condiciones de vida de la población y mayor desigualdad generan motivaciones para la lucha social.

El neoliberalismo ha debilitado los aparatos económicos de nuestros países, reduciendo la capacidad de sus principales motores de crecimiento. Ha arruinado a miles de productores nacionales de distintos sectores, particularmente del sector agropecuario y ha excluido a la mayoría de la población de los supuestos beneficios de este esquema de economía. Muchos trabajadores y trabajadoras se han incorporado al inmenso sector informal, o se ven sometidas a formas de flexibilización laboral que precariza sus condiciones de trabajo. Mientras las actividades especulativas, especialmente financieras, de servicios y del gran comercio de importación y exportación pasaron a predominar en la economía. Esto ha generando un reducido circulo de grandes empresarios que aprovechándose del Estado, y vinculado a las transnacionales, a los bancos extranjeros y los grandes medios de comunicación, se han configurando en grupos de poder que concentran cada vez más las riquezas de nuestros países.

El neoliberalismo ha deteriorado las condiciones de vida de las y los campesinos, de las y los trabajadores asalariados agropecuarios, industriales y de servicios, de empleados privados, estudiantes, maestros y capas medias en general. Todo esto como resultado de las tendencias inflacionarias y de bajos salarios que no están acordes al incremento en el costo de vida. Las y los trabajadores estatales han perdido sus empleos a causa de las privatizaciones de las empresas públicas más rentables. Pero este esquema de economía también ha golpeado a artesanos, pequeños y medianos y hasta grandes empresarios que tomaron consciencia de la realidad y a una amplia gama de nuevos sujetos sociales que ahora se movilizan, bajo distintas formas de lucha y confrontan cotidianamente las medidas de política económica y social neoliberales y demandan el cambio de rumbo de las mismas.

El desastre económico al que ha conducido la apertura comercial, las privatizaciones y la desregulación por el neoliberalismo, ha traído consigo el desempleo masivo y la emigración a los centros urbanos y el exterior de millones de personas por falta de oportunidades de trabajo y condiciones de vida dignas. La pobreza y la exclusión social son muy graves en nuestros países, asimismo la desigualdad económica y social se ha acentuado.

La destrucción y deterioro de los recursos naturales y del medio ambiente, se han acelerado por el modelo neoliberal y alcanzan niveles que ponen en peligro la subsistencia de futuras generaciones, provocando el calentamiento general de la tierra, grandes sequías e inundaciones y generando una gobernabilidad precaria por el deterioro de recursos vitales como el agua.

Con el esquema neoliberal, se ha expandido una ola de violencia en general y delincuencial en particular, la corrupción estatal y privada, el narcotráfico, el lavado de dinero y el crimen organizado, son parte inherente del neoliberalismo. Esto ha arrastrado a los países a una situación de inseguridad ciudadana que ha desbordado la institucionalidad estatal. El creciente endeudamiento del Estado, provocado por agudas crisis fiscales que a su vez son fomentadas por la evasión y elusión fiscal de grandes contribuyentes, ha llevado en el caso de El Salvador al asalto de los ahorros de los trabajadores en las Asociaciones de Fondos de Pensiones. Pero también se presentan grandes limitaciones para cubrir las tareas básicas de seguridad pública, así como para satisfacer el derecho de los pueblos a una eficiente y eficaz atención en educación y salud. El carácter importador y dependiente, impuesto por el neoliberalismo a nuestras economías se refleja en el déficit comercial que aumenta todos los años o en la imposición del dólar como moneda nacional. El colapso de las finanzas públicas y de la economía en general es detenido por el endeudamiento estatal, el lavado de dólares y por el envío de remesas de los pobres que han emigrado al exterior .

En resumen, el neoliberalismo ha acentuado la división social en las naciones y aumentando la marginación y la consecuente “polarización social” que es la causa fundamental de la “polarización política”, ha debilitado profundamente los procesos de democratización en marcha y la frágil institucionalidad de los países. Por lo tanto podemos señalar que tres graves problemas son el resultado de la aplicación de las políticas neoliberales: La falta de una verdadera democracia ciudadana, la mayor desigualdad económica y la pobreza y exclusión social.

Así proliferan las motivaciones principalmente económicas y sociales, aunque también políticas, para las acciones populares y sociales de protesta, y se multiplican las actividades diarias de lucha, de diferentes formas y en distintos niveles nacional, local y comunal en defensa de la vida.

Este panorama ha obligado al Imperio y a los gobiernos de derecha, en aquellos países donde todavía no han sido derrotados, a impulsar, por un lado, ajustes superficiales, incorporando a sus discursos conceptos, símbolos y hasta propuestas de izquierda, vacíos de contenido, para confundir a las grandes mayorías y mantener flotando un esquema económico, social y político en crisis y sin salida. Por otro lado, el Gobierno de Estados Unidos y las derechas de algunos países impulsan la aprobación de leyes antiterroristas con la intención de deslegitimar las luchas populares y sociales contra el neoliberalismo y definirlas como enemigos de la seguridad y de la democracia para justificar la represión. Además existe toda una estrategia del imperio del norte de mantener las estructuras de formación a los ejércitos y cuerpos de seguridad del continente, sobre contrainsurgencia, espionaje y otras prácticas. Para controlar y mediatizar el creciente movimiento social y de los partidos de izquierda a través de las ILEAS.

Los medios de comunicación forman cada vez más monopolios en manos de los grandes grupos de poder económico, estrechamente coordinados con los Gobiernos de derecha para desestabilizar a

Gobiernos de izquierda y difamar, tergiversar o mediatizar las luchas tanto de los movimientos sociales como de partidos políticos de oposición. Los medios se han convertido en el instrumento más poderoso para controlar, alienar, enajenar y canalizar la mente de nuestros pueblos.

Pero la realidad de América Latina y el Caribe esta cambiando, ante el agotamiento del neoliberalismo, hay una creciente organización y movilización social que exige sus derechos y cambios fundamentales en beneficio de toda la población, y un creciente ascenso de gobiernos de izquierda que impulsan estrategias alternativas como el ALBA Y el TCP.

2. Movimientos populares y sociales construyendo PODER POPULAR para las transformaciones revolucionarias

Frente al deterioro de las condiciones de vida, la desigualdad, la pobreza, la exclusión y la falta de una democracia ciudadana, provocadas por el neoliberalismo, han surgido procesos importantes de organización y movilización populares en distintas partes del continente, tales como el del Movimiento de los Sin Tierra en Brasil con mucho poder de organización y de lucha social y política, el fenómeno conocido como el Caracazo en Venezuela, los piqueteros y las madres de Plaza de Mayo en Argentina, la lucha de los movimientos indígenas en Ecuador y Bolivia, la lucha por el agua en Cochabamba y de los Cocaleros y otros sectores en Bolivia, la lucha del movimiento social contra la privatización de la salud en El Salvador, para mencionar solo algunos. Además debemos recordar, la revolución Cubana en 1959, las luchas que llevaron al Gobierno de Unidad Popular en Chile, la insurrección popular sandinista en 1979, la lucha del FMLN en El Salvador, así como el de la resistencia zapatista. Entre muchos otros de la historia de nuestros pueblos.

En El Salvador la lucha popular y social tiene un largo historial y una acumulación histórica, surgiendo desde la rebelión de Anastasio Aquino, saltando al levantamiento de 1932, pasando por la huelga de los brazos caídos en 1944 contra la dictadura de Maximiliano Hernández Martínez, el derrocamiento de Lemus a principios de los años sesenta, la huelga obrera de 1967, la huelga de hambre del magisterio en 1968 para llegar a su máximo ascenso en los años 70 en las luchas políticas sociales contra la represión y el fraude electoral, que luego desembocará en la guerra civil de los años 80 que culmina en los acuerdos de paz en 1992.

Los años de la pos-guerra, están marcados en su inicio por un reflujo del movimiento social organizado, pero resaltan momentos intensos de lucha popular como la lucha campesina en 1996 por la condonación de la deuda agraria y bancaria, desde 1999 por un fuerte movimiento social ante la vulnerabilidad de la población generado por los desastres socio-naturales (terremotos, inundaciones, sequías, etc.), el creciente fortalecimiento del movimiento de mujeres y jóvenes y la lucha por sus reivindicaciones, la huelga y amplia movilización popular en contra de la privatización de la salud en el 2003, entre otras.

En los últimos años se observa una recuperación de la capacidad movilizadora del pueblo en general y de unidad en el movimiento popular y social, también se destaca entre los partidos políticos el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) como el único partido de izquierda que (desde su transformación en partido político legal en 1992) ha logrado construir un proceso de acumulación continuo, en permanente ascenso electoral y en los últimos años de crecimiento acelerado así como de

apoyo y trabajo articulado cada vez más decidido con los sectores sociales y populares en la lucha por la construcción de una nueva economía y sociedad en El Salvador.

Las organizaciones populares y sociales continúan trabajando para convertirse en auténticas expresiones y representaciones de amplios sectores de población, es decir con un creciente enraízamiento en la consciencia popular, con capacidad para dar el debate de ideas en el seno del pueblo no organizado y contribuir a desbloquear los mecanismos ideológicos de las clases dominantes, fortaleciendo el ánimo de las grandes mayorías hacia el cambio y la profundización de las transformaciones económicas, sociales y políticas, sentando bases para la construcción del socialismo del siglo XXI, construido a partir de las realidades históricas de cada país La profundización en el desarrollo del concepto del socialismo del siglo XXI, en conjunto con las fuerzas políticas comprometidas con la lucha por sentar bases para su construcción, es una tarea actual del movimiento popular y social.

En el momento actual de América Latina la tarea principal de los movimientos populares y sociales consiste en:

A. Fortalecer la organización y la lucha reivindicativa

Esto debemos desarrollarlo a través de la formulación de agendas y plataformas de lucha representativas de las necesidades de los sectores populares y ciudadanos.

Se deberá establecer un contacto directo permanente con la gente de todos los sectores, que realizan distintas actividades económicas, con comunidades y en sus lugares de residencia. Debemos conocer el pensamiento de la población, sobre sus necesidades y demandas, conocer sus aspiraciones y fortalecer la organización y movilización popular y social en correspondencia a las nuevas situaciones históricas.

La organización y la movilización a todos los niveles y en todos los sectores es fundamental. En esta etapa la profundización del trabajo con las bases, la educación, la concientización y la articulación a la lucha por sus reivindicaciones más sentidas, es una tarea que debemos realizar para fortalecer el movimiento popular, social y ciudadano.

Debemos desarrollar formas creativas de acción para lograr la sensibilización de amplios sectores populares, organizados y no organizados, rompiendo los cercos de la desinformación de los grandes medios de comunicación en manos de la derecha, para lograr un giro del ánimo popular hacia la derrota política del neoliberalismo, en contra de la injerencia imperialista, en particular de los Estados Unidos en todas sus expresiones, y hacia la construcción de una nueva sociedad orientada hacia el socialismo del siglo XXI.

El abanico de banderas de lucha incluye la lucha contra las medidas neoliberales en general y en particular aquellas que afectan los recursos naturales y quiebran la soberanía y seguridad alimenticia y la seguridad jurídica de la tierra en mano de los campesinos, contra las acciones gubernamentales orientadas a la represión y eliminación de las organizaciones populares y gremiales, contra las medidas que debilitan las organizaciones sociales y comunales y prohíben su legalización. Debemos

establecer una ofensiva contra el Estado neoliberal, para exigir la reorientación de recursos del presupuesto nacional hacia las necesidades sociales básicas de la población, por lo que las prioridades del gasto público deben estar destinadas al financiamiento de los graves déficit económicos, sociales, ambientales y culturales existentes.

B. Articular las agendas y las plataformas de lucha

Otra importante tarea es la articulación de los diversos sectores y organizaciones sociales, a fin de superar la dispersión de agendas e iniciativas, formando amplias alianzas sociales y populares así como concertaciones con el fin de ir construyendo poder popular y derrotar la derecha neoliberal políticamente, y particularmente en El Salvador en el 2009.

El capitalismo neoliberal al afectar y dañar a amplios sectores sociales, incluyendo algunos sectores empresariales, crea condiciones objetivas para el impulso de estrategias y políticas para la concertación de amplias alianzas sociales, hasta de alcances nacionales. Debe desarrollarse además los mecanismos necesarios para establecer alianzas con las organizaciones de emigrantes particularmente en los Estados Unidos. Ese proceso acumula fuerzas para la consolidación de alianzas sociales en torno a la base social. Permite asegurar el avance de los nuevos proyectos de democracia revolucionaria, tanto antes pero sobre todo después de las victorias políticas sobre el neoliberalismo, de tal forma de profundizar las raíces de un nuevo modelo de sociedad.

C. Compartir con los partidos de izquierda

Se comparte con los partidos de izquierda agendas de lucha comunes, así como la construcción del Programa de Gobierno y el programa de la revolución, cuyas bases permitan la construcción del socialismo del siglo XXI.

Debemos trabajar y contribuir conjuntamente partidos y movimientos en una eficaz formulación de agendas, plataformas, programas de Gobierno, programa de la Revolución y de un objetivo político social compartido, en correspondencia con las banderas de los sectores golpeados por el neoliberalismo. Estos a su vez deben constituirse en los instrumentos para lograr las más amplias alianzas o concertaciones populares y sociales.

D. Construir poder popular

La construcción de poder popular es central para garantizar transformaciones profundas más allá de la derrota política del neoliberalismo en dirección de la construcción de una nueva sociedad que sienta las bases para construir el socialismo del siglo XXI. Consiste en una estrategia alternativa de organización social que partiendo desde la base posibilita luego la articulación con otros sectores y actores sociales y políticos en su lucha por las transformaciones económicas sociales y ambientales a beneficio de los sectores sociales desfavorecidos.

Este proceso de organización y acción hace posible que los sectores de trabajadores, comunidades, campesinos, micro y pequeños productores, vendedores informales, hombres y mujeres de todas las edades, entre otros; incrementen su capacidad de lucha reivindicativa y acción para resolver sus

problemas por sí mismos y fortalezcan estrategias de desarrollo alternativo en distintos campos que incidan en la construcción de este poder popular, en beneficio de las mayorías.

La construcción de poder popular puede expresarse en dimensiones como las siguientes:

- Red económica de empresas populares

- Red de comunicación popular con capacidad de romper el cerco de desinformación de parte de los medios masivos de derecha

- Red de gobiernos municipales alternativos

- Red de organización territorial y sectorial, particularmente de jóvenes y mujeres, estudiantiles, campesinas, de sindicatos públicos y de la empresa privada, del sector informal, de consumidores, de derechohabientes, de indígenas, de migrantes deportados y de emigrantes en los Estados Unidos, orientados a la creación de consciencia social y política, a la reivindicación y propuesta en lo cultural, educativo, salud pública y otros ámbitos sociales, buscando los mecanismos adecuados para su la articulación con municipalidades de izquierda y el poder legislativo.

En resumen, las organizaciones sociales y populares se comprometen a:

- Profundizar en el concepto de Poder Popular así como a desarrollar e impulsar una estrategia para su construcción en función de profundas transformaciones hacia una nueva sociedad sentando bases para la construcción del socialismo del siglo XXI.
- Articular un amplio movimiento popular y social de cara a derrotar políticamente al neoliberalismo, sacando a ARENA del Gobierno en el 2009 como paso imprescindible para el impulso de lo anterior.

3. Compromisos compartidos entre Movimiento Social y Partidos Políticos de Izquierda

En los últimos años en América Latina la lucha social de los pueblos ha sido trascendental para la derrota política del neoliberalismo. Sin embargo, ella sola es insuficiente para la realización de las transformaciones sociales y económicas que demandan nuestros pueblos. Es necesario tomar el poder político para realizar las transformaciones. Por ello el Movimiento Social considera necesario profundizar en como elevar la lucha social a un nivel político y vincularla a la lucha electoral.

Los partidos políticos de izquierda deben tener la convicción que la lucha electoral en si misma también es insuficiente y en consecuencia deben comprometerse a invertir en el desarrollo del movimiento popular y social así como acompañar y apoyar sus luchas.

Partidos de izquierdas y revolucionarios son en consecuencia aquellos que hacen suyos la agenda reivindicativa de las organizaciones populares articulándola con la agenda nacional, en función de derrotar políticamente el neoliberalismo y abrir espacios para la construcción de poder popular para

garantizar las transformaciones anti neoliberales, en defensa de la soberanía y hacia una nueva sociedad que sienta las bases para construir el socialismo del siglo XXI, que parta de las condiciones históricas propias de cada país.

A. Luchas sociales y electorales son complementarias.

Durante los últimos años así como el 2006, han sido los años de las victorias electorales de la izquierda y de cambios de las situaciones políticas a favor de las izquierdas favorecido por la creciente decadencia del modelo neoliberal, tendencia que se mantendrá en los próximos años.

La experiencia de la lucha de los últimos años, ha demostrado que la lucha social, la lucha política en general y las luchas electorales en particular se compaginan y no se contraponen. Durante las campañas previas a las elecciones y durante las campañas electorales propiamente tales, se ha evidenciado esta articulación que ha tenido en la mayoría de los casos resultados positivos para derrotar al neoliberalismo y los gobiernos de derecha.

Los años noventa y los de este siglo XXI han estado dominados por luchas sociales, políticas y electorales con programas cada vez más anti neoliberales. Los gobiernos de izquierda, que han logrado vincularse estrechamente y de manera creciente a los movimientos sociales y populares, están profundizando sus programas a favor de los sectores excluidos y marginados y construyendo las bases para un nuevo esquema de desarrollo para nuestros países.

B. Nueva relación a construir entre partidos, Gobiernos de izquierda y movimiento social

En este nuevo período histórico de transición hacia la nueva sociedad con orientación al Socialismo del Siglo XXI, la relación de los movimientos sociales con partidos políticos y gobiernos de izquierda debe coordinarse adecuada y respetuosamente en función de objetivos comunes de lucha, respetando la naturaleza propia y fomentando aspiraciones comunes.

Para ello deben desarrollarse mecanismos para establecer una relación permanente entre organizaciones sociales y partidos políticos de izquierda para compartir e impulsar, revisar y actualizar conjuntamente no solo estrategias sino también tácticas y agendas tanto del movimiento popular y social como de los partidos de izquierda.

Este es un tiempo de oportunidades para los movimientos sociales y ciudadanos, de transito de un período de lucha de resistencia al neoliberalismo, hacia un período de iniciativa histórica a favor de la construcción hemisférica de modelos alternativos y la posibilidad de sentar las bases para un sistema de socialismo del Siglo XXI.

Por lo tanto consideramos necesario que las organizaciones que son parte de los movimientos sociales y ciudadanos, los partidos de izquierda y gobiernos de izquierda, nacionales y locales, tendrán que:

- Coordinar la ejecución de programas masivos de educación y formación política e ideológica de sus miembros, en preparación para la defensa y profundización de revoluciones y procesos

revolucionarios, y prepararse para la continuación de la lucha contra el neoliberalismo, la defensa de la soberanía e independencia nacional y el impulso de programas de desarrollo alternativos.

· Cumplir con el compromiso de coordinar esfuerzos para la cohesión y unidad de las acciones sociales para la derrota del decadente neoliberalismo, en sus diferentes manifestaciones, organismos financieros y de comercio internacionales, Tratados de Libre Comercio bilaterales y regionales, políticas económicas anti populares de los gobiernos, entre otros. A su vez debe avanzarse en la construcción del nuevo proyecto de sociedad en correspondencia con los vientos de cambio del nuevo período histórico en desarrollo.

· Derrotar la estrategia de los gobiernos imperialistas y en especial de los Estados Unidos para tratar de restaurar el control político perdido en los últimos años, desde 1998 tras el triunfo electoral del proceso revolucionario Bolivariano en Venezuela a la victoria del 3 de diciembre del 2006, con la reelección de Hugo Chávez como Presidente de la República Bolivariana. El gobierno actual de los Estados Unidos ve con preocupación los cambios en América Latina y el Caribe y buscará mecanismos para desestabilizar estos nuevos gobiernos.

· Desenmascarar los intentos de camuflaje progresistas y enfrentar los intentos represivos de las derechas y el Imperio para frenar las luchas populares, o los esfuerzos de cooptar a dirigentes de movimientos sociales para neutralizar o anular la lucha o desviarla en contra de los proyectos alternativos.

· Continuar en su misión de defensa de la revolución cubana, bolivariana y boliviana así como de todo proceso igualmente atacado por el imperio en el futuro y poniendo la fuerza social requerida para el avance del carácter revolucionario de los procesos democráticos de amplia participación en Brasil; Nicaragua, Ecuador, Uruguay, México, El Salvador, así como de los procesos democráticos y patriotas en otros países como Haití, Argentina, y otros países de la región y el continente.

4. Apoyo, promoción y consolidación de Alianzas Sociales Latinoamericanas y Caribeñas.

El neoliberalismo ha “globalizado” las luchas de los pueblos. Por lo que las organizaciones sociales de América deben desarrollar y fortalecer las Alianzas Sociales tanto en América Latina, en el norte (con organizaciones de emigrantes y otras) y en el caribe. Alianzas globales, regionales y sectoriales, por áreas y ramas de actividades y bajo formas creativas.

La experiencia ha demostrado la capacidad de articular los esfuerzos de trabajo del movimiento social y ciudadano del continente. El Foro Social Mundial, el Foro Mesoamericano, la Plataforma Sindical Común Centroamericana, la existencia de redes sociales contra los tratados de libre comercio y el ALCA como la Alianza Social Continental, por la defensa de las Soberanía e Independencia de naciones y pueblos y por la Solidaridad entre los pueblos, entre otros, son una evidencia y están en marcha.

Han surgido instrumentos alternativos para la integración de los pueblos, particularmente el ALBA

(Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América), el cual antepone los intereses de la gente, busca la recuperación de los recursos de los pueblos y prioriza la educación, la salud y la subsistencia. Este a su vez esta generando espacios para la integración creativa de los movimientos sociales y populares, y de esta manera estos contribuyen al desarrollo del ALBA. Por lo tanto, elaborar una estrategia para desarrollar y empujar el alba debe formar parte sistemática de la agenda de los movimientos sociales y populares.

Los partidos y gobiernos de izquierda han aportado y contribuido a este proceso, pero deben continuar fortaleciendo este esfuerzo. Existen experiencias de alianzas y articulaciones entre movimientos campesinos, sindicales, comunitarios, de mujeres, de jóvenes y otros, los cuales se deben desarrollar y fortalecer en esta etapa y momento histórico.

Las organizaciones sociales del continente deberán impulsar la construcción de un movimiento de movimientos populares y sociales unidos de Latinoamérica y el Caribe, partiendo en el caso Centroamericano, desde lo regional incluyendo a México y Panamá, que compartan los esfuerzos por la Integración Social de los pueblos, que realizan los gobiernos de izquierda, democráticos, progresistas y patriotas, en contra del neoliberalismo, en contra de las injerencias imperialistas y por un nuevo modelo de sociedad, el socialismo del Siglo XXI.

RESOLUCIONES DE LAS MUJERES PARTICIPANTES DEL PRIMER FORO PREPARATORIO EN EL MARCO DEL XIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO

INTRODUCCION

Los programas de ajuste estructural en nuestro país y en otros, redujeron el gasto público y en particular el gasto para servicios sociales, eliminaron y crearon la idea de que los subsidios de cualquier tipo sobre todo para los y las pobres son malos, privatizaron las empresas públicas, realizaron una apertura comercial y desregulación sobre todo de las relaciones económicas y laborales; orientaron la economía hacia los mercados internacionales en perjuicio de los mercados internos, otorgaron el trato nacional a la inversión extranjera y desregulación de los mercados de trabajo con todo esto deprimieron las condiciones de trabajo y los salarios.

La reducción de lo social así como el incremento de los costos de los servicios básicos privatizados y de la canasta básica afecta de manera desproporcionada la calidad de vida y los ingresos de las mujeres por su responsabilidad reproductiva y muchas veces por que son el único o el principal sostén económico y emocional de sus familias. Las mujeres campesinas e indígenas no tienen acceso a la tierra no sólo por la pobreza en la que viven, sino por la cultura ancestral que las limita al derecho a ser propietarias, ya que todo el peso del trabajo doméstico que significa una pesada carga, por la falta de servicios como energía eléctrica, el agua, salud y la violencia doméstica que enfrentan.

El capitalismo no puede resolver los problemas de la humanidad sino que los multiplica, y no es capaz de reordenar al mundo en beneficio del progreso de los pueblos y menos para las mujeres, sobre quienes el Estado impone el peso, de ser el soporte social de las familias y de la sociedad en su conjunto. Las mujeres somos testigas de que el capitalismo no ha humanizado a los hombres, ni a las mujeres sino todo lo contrario; nos esta llevando al exterminio, producto de la guerra y al feminicid io, entre otras atrocidades. Las prácticas feminicidas generalizadas en Mesoamérica provocan la muerte impune de miles de mujeres.

La libertad que proclama el capitalismo es un espejismo: ¿tienen libertad las mujeres pobres de estudiar, de vivir en su país, de mandar a sus hijas e hijos a estudiar?; la libertad y la democracia, sólo se puede asegurar mediante el desarrollo con justicia social y equidad de género. Esa nueva sociedad por la que luchamos debe privilegiar el trabajo por el bienestar de las personas, de las familias y de la sociedad en su conjunto y en esto las mujeres tenemos mucho que aportar.

La lucha por la ruptura del capitalismo salvaje es posible y necesaria y la ruptura debe ser por supuesto

con el capitalismo salvaje, pero también y con la misma fuerza con el patriarcado y sólo así nos podemos orientar hacia la construcción de una nueva sociedad con justicia social y equidad de género.

Esta propuesta de cambios implica en principio que los sujetos políticos incluidos los hombres y las mujeres seamos también sujetos y sujetas del cambio que proponemos; esto significa romper con la cultura y las prácticas opresivas y discriminativas. En este sentido es urgente el cambio de las relaciones sociales, económicas, políticas y culturales entre hombres y mujeres; ya que los hombres y las mujeres en nuestras relaciones sociales reproducimos las desigualdades.

El sujeto y la sujeta llamadas a hacer las rupturas son producto de las relaciones sociales en su sentido más amplio y por lo mismo estamos poseídas y poseídos por la cultura dominante y dominada machista y esto sólo se puede transformar si somos concientes de la necesidad de cambiar, por ello no se nos debe olvidar, que vivimos en una sociedad capitalista y patriarcal y que esta cultura afecta a toda la sociedad de manera diferenciada, solo a partir de visibilizar el patriarcalismo y de estar conscientes de como lo reproducimos, es posible combatirlo y erradicarlo tomando las medidas pertinentes en los diferentes momentos del desarrollo social.

El modelo alternativo al neoliberalismo, debe estar comprometido entre otros, con los principios de justicia social y la **equidad entre hombres y mujeres,** esto debe ser visibilizado para destacar que el neoliberalismo afecta de manera diferenciada a los hombres y a las mujeres.

El modelo alternativo latinoamericano y caribeño, debe ser radical en la deslegitimación de la violencia en contra de las mujeres, de todo ser humano y del ecosistema.

Debe acabar con la polarización pobreza-riqueza y con la feminización de la pobreza que es una realidad en nuestros países.

Debe asegurar la prestación de los servicios básicos de la población y la infraestructura económica y social. También debe asegurar el respeto irrestricto de los derechos humanos de todas las personas especialmente de las mujeres, las niñas, los niños y las y los indígenas, las personas con capacidades especiales y las y los adultos mayores.

Se deberá garantizar el acceso de la población a una educación moderna, cualitativa y no sexista, que contemple la equidad entre los hombres y las mujeres y el respeto de los derechos sexuales y reproductivos.

Es necesaria la formulación de agendas o plataforma s de lucha, bajo la premisa de la diversidad del contingente social que acciona por la ruptura con el capitalismo neoliberal y por la construcción de las bases de una sociedad socialista.

Es importante reconocer la diversidad porque muchas veces no se entiende la relación existente entre las demandas en contra de los bajos salarios por ejemplo, y el acoso sexual en el centro de trabajo, porque esto toca no sólo a la trabajadora con su jefe sino también con sus iguales; porque muchas veces no comprendemos el impacto en la economía, en la salud y en la vida de una mujer lo que puede significar estar sometida a prácticas de acoso sexual y muchas veces tampoco se entiende las luchas

de las mujeres contra la violencia doméstica; generalmente estas luchas son solo de las mujeres y debemos pasar a que sean de todo la sociedad, que sea parte del gran programa de la ruptura.

El respeto y la inclusión política de la diversidad tiene que ver con retomar y participar en las luchas y demandas de los distintos estamentos sociales y asumirlas como propias en el sentido de su legitimidad e importancia política y social; para unir esfuerzos en la “cohesión y unidad de las acciones sociales para la derrota del decadente neoliberalismo en sus diferentes manifestaciones y el avance del nuevo proyecto de sociedad”.

CONSIDERANDO, lo antes expuesto, la Secretaría Nacional de la Mujer del FMLN, organizó el 6 de Enero del año en curso, un Foro Preparatorio en el marco del XXIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, a desarrollarse del 11 al 16 de Enero del 2007, en El Salvador.

Como producto del Debate generado en las Mesas de Trabajo de este Foro, las mujeres participantes acordamos las siguientes **RESOLUCIONES**:

1. CREACION DE UNA **RED DE MUJERES DE IZQUIERDA LATINOAMERICANAS Y CARIBEÑAS,** QUE TENGA POR OBJETIVO LA LUCHA SOCIAL Y POLÍTICA CON ENFOQUE DE GENERO PARA PROFUNDIZAR Y FORTALECER LOS PROCESOS REVOLUCIONARIOS, SOCIALISTAS Y DEMOCRATICOS DE LOS PAISES DE LA REGION.

2. ESTA RED DEBE COMPRENDER EN SU ACCIONAR, LAS SIGUIENTES ESTRATEGIAS:

A. EN LO ECONOMICO: INTEGRACION Y FORTALECIMIENTO A LA ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA LA AMERICA, ALBA.

B. EN LA EDUCACION Y FORMACION: FORTALECIMIENTO DEL LIDERAZGO DE LAS MUJERES DESDE LA PERSPECTIVA FEMINISTA MARXISTA.

C. EN DERECHOS HUMANOS DE LAS MUJERES: GARANTIZAR EL CUMPLIMIENTO, LIBRE EJERCICIO Y EMPODERAMIENTO EN LAS AREAS DE:

- Salud Sexual y Reproductiva

- Seguridad Integral con enfoque de género

- Vivienda digna

- Educación no sexista

- Trabajo digno

- Recreación y deporte

- Participación Política activa

- Legislación

- Medio ambiente sostenible y sustentable

- El respeto a la Cultura de razas y etnias

3. GARANTIZAR LA PARTICIPACION DE LA RED DE MUJERES DE IZQUIERDA LATINOAMERICANAS Y CARIBEÑAS EN TODO EL PROCESO DE DISEÑO Y ORGANIZACON EN LOS ENCUENTROS DEL FORO DE SAO PAULO QUE SE VAN A EJECUTAR EN LOS PROXIMOS AÑOS.

CONCLUSION

Esta es una propuesta política que busca visibilizar a las mujeres latinoamericanas y del Caribe en la construcción de un proyecto alternativo de vida en donde prevalezca la igualdad, la equidad y la justicia social.

REAFIRMAMOS que el SOCIALISMO y la DEMOCRACIA son posible, solo cuando las mujeres también forman parte activa en la toma de decisiones.

¡¡Las Mujeres Unidas por la Lucha hacia la Integración Latinoamericana y del Caribe!!

SAN SALVADOR, 11 DE ENERO DE 2007

I Encontro: Declaração Final – São Paulo (Brasil) - 1990

Declaração de São Paulo

Convocados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nos reunimos em São Paulo, Brasil, representantes de 48 organizações, partidos e frentes de esquerda da América Latina e Caribe.

Inédito por sua amplitude e pela participação das mais diversas correntes ideológicas da esquerda, o encontro reafirmou, na prática, a disposição das forças de esquerda, socialistas e anti-imperialistas do sub-continente de compartilhar análises e balanços de suas experiências e da situação mundial. Abrimos assim novos espaços para responder aos grandes objetivos que se colocam hoje a nossos povos e a nossos ideais de esquerda, socialistas, democráticos, populares e anti-imperialistas.

No transcurso de um debate intenso, verdadeiramente franco, plural e democrático, tratamos alguns dos grandes problemas que se nos apresentam. Analizamos a situação do sistema capitalista mundial e a ofensiva imperialista, coberta de um discurso neoliberal, lançada contra nossos países e nossos povos. Avaliamos a crise da Europa Oriental e do modelo de transição ao socialismo ali imposto. Revisamos as estratégias revolucionárias da esquerda desta parte do planeta e dos objetivos que o quadro internacional coloca. Seguiremos adiante com estes e outros esforços unitários.

Este Encontro é um primeiro passo de identificação e aproximação dos problemas. Desenvolveremos um novo Encontro no México, onde continuaremos somando inteligências e vontades à análise permanente que iniciamos, aprofundaremos o debate e buscaremos avançar propostas de unidade de ação consensuais na luta anti-imperialista e popular. Promoveremos também intercâmbios especializados em torno dos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais que enfrenta a esquerda continental.

Constatamos que todas as organizações da esquerda concebemos que a sociedade justa, livre e soberana e o socialismo só podem surgir e sustentar-se na vontade dos povos, ligados com suas raízes históricas. Manifestamos, por isso, nossa vontade comum de renovar o pensamento de esquerda e o socialismo, de reafirmar seu caráter emancipador, corrigir concepções errôneas, superar toda expressão de burocratismo e toda ausência de uma verdadeira democracia social e de massas. Para nós, a sociedade livre, soberana e justa à que aspiramos e o socialismo não podem ser senão a mais autêntica das democracias e a mais profunda das justiças para os povos. Rechaçamos, por isso mesmo, toda pretensão de aproveitar a crise da Europa Oriental para incitar a restauração capitalista, anular os ganhos e direitos sociais ou alimentar ilusões nas inexistentes bondades do liberalismo e o capitalismo.

Sabemos, pela experiência histórica do submetimento aos regimes capitalistas e ao imperialismo, que as imperiosas carências e os mais graves problemas de nossos povos têm sua raiz nesse sistema e que não encontraram solução nele, nem nos sistemas de democracias restringidas, tuteladas e até militarizadas que impõe em muitos de nossos países. A saída que nossos povos anseiam não pode ser alheia às profundas transformações impulsionadas pelas massas.

As organizações políticas reunidas em São Paulo encontramos um grande alento para reafirmar nossas concepções e objetivos socialistas, anti-imperialistas e populares no surgimento e desenvolvimento de vastas forças sociais, democráticas e populares no Continente que se enfrentam com as alternativas do imperialismo e o capitalismo neoliberal e a sua seqüela de sofrimento, miséria, atraso e opressão anti-democrática. Esta realidade confirma à esquerda e ao socialismo como alternativas necessárias e emergentes.

A análise das políticas pró-imperialistas, neoliberais aplicadas pela maioria dos governos latino-americanos seus trágicos resultados e a revisão da recente proposta de "integração americana" formulada pelo Presidente Bush para processar as relações de dominação dos EUA com América Latina e Caribe, nos reafirmam na convicção de que a nada positivo chegamos por esse caminho.

A recente proposta do Presidente norte-americano é uma receita já conhecida, mas suavizada para fazê-la mais enganosa. Implica liquidar o patrimônio nacional através da privatização de empresas públicas estratégicas e rentáveis a câmbio de um irrisório fundo ao que os EUA aportariam US$ 100 milhões de dólares. Busca a aplicação permanente das nefastas "políticas de ajuste" que levaram a níveis sem precedentes à deterioração da qualidade de vida dos latino-americanos, em troca de uma minúscula e condicionada redução na dívida externa oficial com o governo imperial. A oferta de reduzir a dívida oficial latino-americana com o Governo dos Estados Unidos em apenas US$ 7 bilhões não representa nada para uma América Latina cuja dívida externa total se eleva a mais de US$ 430 bilhões, se incluímos a dívida com o banco comercial e com os organismos multilaterales. Mais ainda, os US$ 100 milhões de "subsídios" prometidos aos países que façam reformas neoliberais não chegam nem ao 0,5% dos US$ 25 bilhões que a América Latina transferiu ao exterior só em 1989 como juros, amortizações e remissão de lucros do capital estrangeiro. O plano Bush pretende abrir completamente nossas economias nacionais à desleal e desigual competência com o aparato econômico imperialista, submeter-nos completamente a sua hegemonia e destruir nossas estruturas produtivas, integrando-nos a uma zona de livre comércio, hegemonizada e organizada pelos interesses norte-americanos, enquanto eles mantêm uma Lei de Comércio Externo profundamente restritiva.

Assim, estas propostas são alheias aos genuínos interesses de desenvolvimento econômico e social de nossa região e vão combinadas com a restrição de nossas soberanias nacionais e com o recorte e tutelagem de nossos direitos democráticos. Elas, na realidade, apontam impedir uma integração autônoma de nossa América Latina dirigida a satisfazer suas mais vitais necessidades.

Conhecemos a verdadeira cara do Império. É a que se manifesta no implacável cerco e na renovada agressão contra Cuba e contra a Revolução Sandinista na Nicarágua, no aberto intervencionismo e sustento ao militarismo em El Salvador, na invasão e ocupação militar

norte-americana de Panamá, nos projetos e passos já dados de militarizar zonas andinas da América do Sul com o motivo de lutar contra o "narco-terrorismo".

Por isso, reafirmamos nossa solidariedade com a revolução socialista de Cuba, que defende firmemente sua soberania e suas conquistas; com a revolução popular sandinista, que resiste aos intentos de desmontar suas conquistas e reagrupa suas forças; com as forças democráticas, populares e revolucionárias salvadorenhas, que impulsionam a desmilitarização e a solução política à guerra; com o povo panamenho – invadido e ocupado pelo imperialismo norte-americano, cuja imediata retirada exigimos – e com os povos andinos que enfrentam a pressão militarista do imperialismo.

Mas também definimos aqui, em contraposição com a proposta de integração sob domínio imperialista, as bases de um novo conceito de unidade e integração continental. Ela passa pela reafirmação da soberania e auto-determinação da América Latina e de nossas nações, pela plena recuperação de nossa identidade cultural e histórica e pelo impulso à solidariedade internacionalista de nossos povos. Ela supõe defender o patrimônio latino-americano, pôr fim à fuga e exportação de capitais do sub-continente, encarar conjunta e unitariamente o flagelo da impagável dívida externa e a adoção de políticas econômicas em benefício das maiorias, capazes de combater a situação de miséria em que vivem milhões de latino-americanos. Ela exige, finalmente, um compromisso ativo com a vigência dos direitos humanos e com a democracia e a soberania popular como valores estratégicos, colocando as forças de esquerda, socialistas e progressistas frente ao desafio de renovar constantemente seu pensamento e sua ação.

Neste marco, renovamos hoje nossos projetos de esquerda e socialistas, nossos compromissos são a conquista do pão, a beleza e a alegria, o afã de conquistar a soberania econômica e política de nossos povos e a primazia de valores sociais, baseados na solidariedade. Declaramos nossa plena confiança em nossos povos, que mobilizados, organizados e conscientes forjarão, conquistarão e defenderão um poder que torne real a justiça, a democracia e a liberdade verdadeiras.

Aprendemos com os erros cometidos, assim como com as vitórias. Armados de um inegociável compromisso com a verdade e com a causa de nossos povos e nações nos lançamos à marcha, seguros de que o espaço que agora abrimos será preenchido junto à demais agrupações da esquerda latino-americana e caribenha com novos esforços de intercâmbio e de unidade de ação como alicerces de uma América Latina livre, justa e soberana.

São Paulo, 4 de julho de 1990

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=9&even=I%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%201990

II Encontro – Cidade do México (México) - 1991

DECLARAÇÃO FINAL

Declaração do México

De 12 a 15 de junho de 1991, teve lugar, na cidade do México, o II Encontro de Movimentos e Partidos Politicos do Foro de São Paulo. Nesta ocasião, o Foro reuniu 68 organizações e partidos políticos provenientes de 22 países que examinaram a situação e a perspectiva da América Latina e Caribe frente à reestructuração hegemônica internacional.

A ampliação do número de participantes da região se complementou com a assistência de 12 organizações e partidos políticos da Europa, Canadá e Estados Unidos. Com a organização deste Foro, celebrado por convite do Partido de la Revolución Democrática, do México, se dá cumprimento e continuidade às resoluções emanadas do I Encontro de Organizações e Partidos Políticos de Esquerda, realizado ano passado em São Paulo, por iniciativa do Partido dos Trabalhadores, do Brasil, no sentido de aglutinar a um maior número de forças políticas interessadas em discutir a atual problemática latino-americana e na busca de alternativas viáveis para enfrentar o objetivo das transformações que nossas realidades colocam.

O debate realizado neste II Encontro foi franco, aberto, democrático, plural e unitário, com a participação de um amplo leque de forças. Umas têm identidades nacionalistas, democráticas e populares, e várias outras levam estes conceitos até identidades socialistas diversas, estando todas comprometidas com as transformações estruturais requeridas para o cumprimento dos objetivos das grandes maiorias de nossos povos pela justiça social, a democracia e a liberação nacional.

No curso do II Encontro se analizaram e discutiram os impactos econômicos, políticos, sociais e culturais da crise, produto da imposição dos chamados modelos neoliberales em nossa região. Os participantes intercambiaram opiniões acerca de distintos aspectos que se desprendem da transição democrática; a relação da democracia com a economia e a sociedade, sua vinculação com os direitos humanos, com a soberania e com a não intervenção.

O II Encontro examinou, deste modo, as estratégias democráticas e populares no plano econômico, no político, no social e no cultural, assim como as experiências regionais no âmbito da integração.

Aprovaram-se também diversas resoluções de solidariedade com as lutas dos povos latino-americanos e caribenhos em defesa da soberania e pela democracia, o bem-estar social e o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, considerou-se tarefa primordial de solidariedade a defesa da soberania de Cuba e os esforços para frustrar os planos do poder imperialista estadunidense contra a Revolução Cubana. Destacou-se a necessidade de defender as conquistas da Revolução Sandinista, ameaçadas depois da derrota eleitoral da FSLN, de apoiar os significativos avanços democráticos do povo haitiano, encarnadas no Governo do padre Aristide, de solidarizar-se com a luta da FMLN e demais forças progressistas de El Salvador na busca de uma sólida política negociada que erradique as causas da guerra, de apoiar a luta da URNG, da Guatemala, e sua proposta de uma solução política ao conflito armado sobre bases justas, de respaldar a luta pela saída das tropas norte-americanas do Panamá, de assumir a luta anti-colonial dos porto-riquenhos e dos demais povos das colônias do Caribe, de rechaçar a intervenção militar que, sob o pretexto da "guerra andina contra o narcotráfico", os EUA praticam na Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, e de condenar as fraudes eleitorais e todas as modalidades de repressão.

Da mesma forma, o II Encontro expressou seu apoio à reivindicação da Argentina sobre as Ilhas Malvinas, seu respaldo à independência de Martinica e Guadalupe, sua adesão à campanha de solidariedade contra o cólera no Equador, denominada "um barco pela vida", e seu rechaço a todas as medidas de impunidade na América Latina frente aos crimes do militarismo e à violações dos direitos humanos em nosso continente, em particular, as relacionadas com os desaparecidos, assim como ao processo de mudanças e negociação política na Colômbia.

A década de 80, a chamada década perdida para a América Latina, foram anos de crise e reestruturação global da economia internacional, das relações entre as nações e das economias, assim como das relações políticas e sociais dentro de cada país.

Nesta década se produz o desmoronamento dos modelos autoritários do "socialismo real". Na América Latina desapareceram ditaduras militares em muitos países. Nestes e em outros, abriram-se novos espaços de participação política, muitas vezes em democracias restringidas, permitindo a gestação, em meio à crise, de novos movimentos sociais, de ampla expressão popular, lutando por reivindicações econômicas e sociais e pela democracia.

É no marco deste processo que surgem, em alguns países do continente, importantes partidos populares, assim como se fortalecem e adquirem maior base social muitas organizações que desenvolviam suas lutas desde décadas precedentes. O avanço destas forças se expresou, em alguns países da América Latina, na conquista de governos locais, regionais e nacionais.

Globalmente, as forças e movimentos populares, reivindicando ou não o socialismo em sues programas, impulsionaram em seu interior significativos processos de renovação política e orgânica – que deberão ser impulsionados – en crescente articulação com as lutas sociais.

Expressão deste processo de renovação é o crescente esforço de unidade, a crítica de concepções dogmáticas e burocráticas e o combate ao sectarismo.

A profunda reflexão que fazem as esquerdas e todas as forças democráticas latino-americanas, coloca a necessidade de oferecer à sociedade alternativas concretas na

perspectiva das classes trabalhadoras, as forças democráticas e os interesses nacionais, superando assim a simples crítica do sistema capitalista.

As políticas recessivas de inspiração neoliberal aprofundam a crise política e social de nossa região causada pelo capitalismo dependente. Ditas políticas vão destinadas a assegurar a transferência de recursos que a região realiza para cobrir a carga do serviço da dívida externa. Em razão de cumprir com o capital financeiro internacional, os governos latino-americanos aumentam a descapitalização de nossas economias e os níveis de exploração e miséria das maiorias. Assim, dita política privilegia os mecanismos de mercado, aparentemente livre, para enfrentar os problemas econômicos e a regulação e reestruturação de nossas economias, favorecendo as grandes empresas transnacionais e nacionais que a controlam, em detrimento dos interesses nacionais e populares.

A estratégia predominante se caracteriza pela reestructuração e a redução do papel do Estado na economia, sem colocar sua necessária transformação em função dos objetivos nacionales, democráticos, econômicos e sociais das maiorias. Promove a privatização e acentua a centralização do capital e o predomínio das forças transnacionais na economia, instaurando uma indiscriminada abertura externa e maiores níveis de exploração e opressão da força de trabalho com a redução dos ganhos e salários reais, a desproteção das condições trabalhistas e a diminuição dos direitos sindicais.

Enquanto a participação do Estado foi funcional às necessidades de acumulação do capital, não foi questionada sua participação. Hoje em dia, diante da necessidade de ampliar a fronteira de investimento do capital nacional e internacional, culpa-se o Estado pela crise econômica de nossos países, assim como de supostas "práticas socializantes" na economia, pelo que se coloca sua redução ou seu afinamento para assim apropiar-se das empresas estratégicas e prioritárias de alta rentabilidade que o Estado controlava. Tal situação de privatização relega os princípios de soberania e o cumprimento dos objetivos nacionais em torno dos crescimentos econômicos mais equilibrados e sustentados, já que passa a predominar o objetivo exclusivo da alta rentabilidade. Ele leva a acentuar os problemas existentes com a resultante vulnerabilidade de nossas economias aos fatores externos (maior investimento estrangeira direto, maiores créditos) para o financiamento dos desequilíbrios gerados.

Para ele, promoveu-se a transformação do aparato jurídico-institucional que rege as relações internacionais, entre as quais destacam: a eliminação de barreiras protecionistas que permitiram a industrialização de nossos países; a modificação das leis de investimento estrangeira; a modificação das leis laborais para assegurar uma maior exploração da força de trabalho, assim como a modificação das leis agrárias para reverter os processos de reforma agrária e privatizar o campo. Dito processo compreende, além disso, os recursos institucionais, o uso da violência contra os movimentos campesinos do continente dado o notável peso que eles têm no movimento popular e social.

A imposição do neoliberalismo e suas políticas pró-imperialistas e anti-populares foi possível, em boa medida, devido aos controles verticais e às democracias restringidas predominantes em muitos de nossos países. Neste marco, resaltam as fraudes e mecanismos eleitorais irregulares, a extensão de práticas venais e corruptas, a repressão aos sindicatos e organizações sociais independentes, o controle da imprensa e os meios de comunicação na

perspectiva de limitar os alcances das transformações democráticas, manipular os anseios democratizantes da sociedade, e permitir – con relativa governabilidade – a instrumentação de seu novo esquema de dominação no que se combina o neoliberalismo com o autoritarismo político e um sistema de impunidade para o abuso e a corrupção dos governantes.

Também constituem instrumentos ao serviço do neoliberalismo, a sobrevivência das doutrinas de segurança nacional, a militarização das sociedades e o crescente papel das forças armadas e paramilitares em diversos Estados e governos latino-americanos que se apóiam em estados de exceção e de emergência e reduzem, cada vez mais, os direitos democráticos da população. Desta forma, devemos ressaltar que em diversos países se desenhou estruturas políticas nas que os que são eleitos têm sua capacidade de mandato reduzida, pois se sobrepõem instituições não eleitas às instâncias eletivas, limitando-lhes capacidade de ação para modificar as políticas neoliberais já impostas e transformar ditas realidades.

A reestruturação neoliberal implicou num processo de maior submissão dos Estados nacionais aos interesses imperialistas dos países desenvolvidos, o que se traduziu na perda de soberania, na priorização do pagamento da dívida, na concessão de grandes benefícios às transnacionais e, conseqüentemente, na eliminação de políticas de bem-estar social, na redução do lucro das maiorias trabalhadoras e na pretensão dos interesses das classes médias, dos trabalhadores e dos campesinos.

Na medida em que a política neoliberal fracassou na solução dos problemas econômicos de nossa região e não foi capaz de gerar condições de crescimento econômico e estabilidade, leva a outorgar novas concessões ao capital transnacional: maiores facilidades ao investimento estrangeiro direto, maior abertura econômica, acordos econômicos bilaterais, para estimular o fluxo de investimentos a nossos países e retomar ou impulsionar condições de crescimento que somente passam a favorecer os setores hegemônicos.

As políticas neoliberais levam nossas economias a especializar-se de novo em torno das vantagens comparativas (recursos naturais e processos produtivos baseados no uso intensivo da mão-de-obra) para encarar o processo de competência e de inserção na economia mundial. Ao centrar-se o crescimento nestes setores, acentuaram-se indefectivelmente a dependência e o atraso de nossas economias com respeito à dos países desenvolvidos. Em conseqüência, tal projeto não passa de subordinação das economias latino-americanas ao projeto de reestructuração global que comandam os países desenvolvidos e em especial os setores hegemônicos da economia norte-americana.

Neste projeto, combinam-se novos e velhos métodos de penetração e ingerência, de reestructuração hegemônica dos Estados Unidos com o continente: a "Iniciativa para as Américas", a invasión ao Panamá, para assegurar o controle do Canal e do país, o estrangulamento da Nicarágua por uma guerra imposta, o bloqueio e a ameaça contra Cuba, as intenções de mediação dos processos de solução política negociada na América Central para desmantelar os movimentos democráticos e a preparação da "guerra andina" com o pretexto do narcotráfico.

Todas são medidas para reconstruir na região a zona de dominação econômica e geopolítica dos Estados Unidos, a "fortaleza americana", amarrando os países latino-americanos a uma

nova e maior subordinação consentida por seus governos.

É indispensável pensar em nossa alternativa própria, com novas hipóteses e critérios, a fim de evitar que as relações econômicas com os países imperialistas e os mecanismos de mercado aprofundem as diferenças existentes e perpetuem o subdesenvolvimento, a dependência e a integração subordinada e passiva com os países desenvolvidos.

Diante dos enormes desafios que temos pela frente, não podemos pensar que o melhor caminho para os países da América Latina e Caribe seja o de continuar cada um por seu lado, ligados a seus próprios esforços e desatendendo nossas raízes comuns e as condições comuns que hoje vivem nossos países frente ao mundo desenvolvido. A solução de fundo às dificuldades e problemas se encontra hoje na transformação profunda de nossas sociedades e na integração política e econômica da América Latina e Caribe, que foi durante séculos incentivo nas lutas libertárias e constitui agora idéia motora para impulsionar nossa cabal emancipação frente ao processo de reestructuração do capitalismo a nível mundial para poder contribuir a forjar uma nova ordem internacional que respeite nossos valores nacionais e satisfaça as necessidades de nossos povos.

Avançar até essa meta só será possível se for estabelecido em nossos países Estados democráticos e independentes e Governos comprometidos com a transformação, sustentados em um forte apoio e uma decisiva participação de seus povos. Este tipo de respaldo só podem dar, em nossos dias, sociedades justas, democráticas e organizadas.

Em dito processo deverão ter participação fundamental os setores afetados pelo modelo neoliberal, ou seja, os trabalhadores da cidade e do campo, a pequena e média burguesia, os empresários nacionalistas, amplos setores de mulheres e jovens, as nacionalidades e etnias oprimidas, assim como os setores mais desprotegidos da sociedade.

No campo econômico, trata-se de que a organização democrática da sociedade defina as funções do mercado e a participação do Estado na vida econômica. Isso deverá ser feito em uma perspectiva anti-monopolista e de justiça social. Este será um dos conteúdos de nossas propostas democráticas na luta por ser governo e poder.

Sobre essa base se poderá alcançar e consolidar em cada um de nossos países, os objetivos e valores comuns: democracia econômica, política y social; respeito ao voto e à participação política direta e permanente do povo; pluralismo; direitos cidadãos; direitos humanos; direitos sociais; reformas estruturais e reforma agrária; organização democrática e independente do povo; proteção da natureza; respeito e promoção da identidade cultural e nacional dos povos originários de nosso continente; solidariedade social e soberania nacional.

A partir da constatação dos limites dos processos democratizadores na América Latina, os debates do Foro apontaram para a reafirmação de seu compromisso com a democracia econômica, política e social, que consideramos um valor permanente em todos os momentos de luta.

As discussões colocaram a necessidade de articular as dimensões econômica, cultural e social da democracia com sua dimensão política. Os valores de igualdade e de justiça social são

assim inseparáveis da liberdade.

Para que esta democracia possa se constituir e desenvolver, é de fundamental importância que os trabalhadores e os setores populares tenham neste processo um papel protagônico decisivo. Uma democracia, como processo aberto de criação de novos direitos incorpora necessariamente reivindicações e alternativas que são apresentadas pelo movimento de mulheres, pelos que lutam pela preservação do meio ambiente, pelos jovens, pelas nacionalidades e etnias – minorias ou não – que sofrem a opressão e discriminação em nossas sociedades.

Ao defender a democracia para a sociedade e para o Estado estamos defendendo a democracia no interior dos partidos, dos sindicatos e de todas as organizações sociais.

Neste marco, a educação política é uma necessidade no interior dos partidos, mas particularmente uma responsabilidade destes com a sociedade, o que recoloca os termos em que aquela deve conceber-se e se realizar.

Portanto, esta educação política deve contribuir à democratização de nossas sociedades e, de maneira relevante, à de nossos partidos e organizações, trazendo elementos para a geração de uma nova cultura política.

As organizações e partidos políticos que participaram no II Encontro coincidiram na necessidade de continuar discutindo a busca de políticas alternativas aos modelos neoliberais hoje predominantes em nossa região. Nesta busca nos comprometemos a empreender iniciativas políticas em conjunto com partidos, sindicatos e organizações da sociedade civil de outros países e regiões do mundo a fim de lutar por uma nova ordem econômica e política baseado na justiça, a eqüidade e a reciprocidade.

Os participantes deste II Encontro concordamos com uma série de eventos que permitam dar continuidade ao intercâmbio de opiniões sobre a atual temática latino-americana:

1. Um seminário sobre projetos alternativos de integração latino-americana, com a participação de especialistas, sindicalistas e dirigentes políticos latino-americanos (fevereiro de 1992).

2. Realizar o III Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo, para continuar o intercâmbio de experiências e a discussão política e as conclusões geradas no seminário (junho de 1992).

3. Fazer um fórum sobre o diálogo Norte-Sul, a realizar-se em alguma capital européia.

4. Celebrar um fórum sobre América Latina e a nova ordem mundial, a realizar-se nos Estados Unidos.

5. Enviar delegações de destacados dirigentes políticos latino-americanos a distintos fóruns nacionais, regionais e internacionais a fim de apresentar as conclusões de nossos eventos.

6. Estimular, participar e respaldar todos os programas alternativos às comemorações oficiais do V Centenário do denominado Descobrimento da América.

O II Encontro concorda, deste modo, em formar um grupo de trabalho encarregado de consultar e promover estudos e ações unitárias em torno dos acordos do Foro, integrado pelas seguintes organizações:

Partido dos Trabalhadores, do Brasil, lzquierda Unida, do Peru, Frente Farabundo Martí para Ia Liberación Nacional, de El Salvador, Frente Sandinista de Liberación Nacional, da Nicarágua, Partido Comunista de Cuba, Frente Ampla, do Uruguay, Partido de Ia Revolución Democrática, do México, Movimiento Lavalás, do Haiti, y Movimiento Bolivia Libre.

México, DF, 12-15 de junho de 1991

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=10&even=II%20Encontro%20-%20Cidade%20do%20México%20(México)%20-%201991

II ENCONTRO - CIDADE DO MÉXICO (MÉXICO) - 1991

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

Declaración de México

Del 12 al 15 de junio de 1991, tuvo lugar, en Ia ciudad de México, el II Encuentro de los Movimientos y Partidos Politicos del Foro de São Paulo. En esta ocasión el Foro congregó a 68 organizaciones y partidos políticos provenientes de 22 países que examinaron Ia situación y la perspectiva de América Latina y el Caribe frente a Ia reestructuración hegemónica internacional.

La ampliación del número de participantes de Ia región se complementó con Ia asistencia de 12 organizaciones y partidos políticos de Europa, Canadá y Estados Unidos. Con Ia organización de este foro, celebrado por invitatición del Partido de Ia Revolución Democrática de México, se da cumplimiento y continuidad a Ias resoluciones emanadas del I Encuentro de Organizaciones y Partidos Políticos de Izquierda realizado el año pasado en São Paulo por iniciativa del Partido de los Trabajadores de Brasil, en el sentido de aglutinar a un mayor número de fuerzas políticas interesadas en discutir Ia actual problemática latinoamericana y en Ia búsqueda de alternativas viables para enfrentar el reto de Ias transformaciones que nuestras realidades plantean.

El debate realizado en este II Encuentro ha sido francop abierto, democrático, plural y unitario, con Ia participación de un amplio abanico de fuerzas. Unas tienen identidades nacionalistas, democráticas y populares, en tanto que varias otras Ilevan estos conceptos hacia identidades socialistas diversas, estando todas comprometidas con Ias transformaciones estructurales requeridas para el cumplimiento de los objetivos de Ias grandes mayorías de nuestros pueblos por Ia justicia social, Ia democracia y Ia liberación nacional.

En el curso del II Encuentro se analizaron y discutieron los impactos económicos, políticos, sociales y culturales de Ia crisis, producto de Ia imposición de los Ilamados modelos neoliberales en nuestra región. Los participantes intercambiaron opiniones acerca de distintos aspectos que se desprenden de Ia transición democrática; Ia relación de Ia democracia con Ia economía y Ia sociedad, su vinculación con los derechos humanos, con Ia soberanía y con Ia no intervención.

El II Encuentro examinó, asimismo, Ias estratégias democráticas y populares en lo económico, en lo político, en lo social y en lo cultural, así como Ias experiencias regionales en el ámbito de Ia integración.

Se aprobaron también diversas resoluciones de solidaridad con las luchas de los pueblos latinoamericanos y caribeños en defensa de la sobernía y por la democracia, el bienestar social y el desarrollo económico.

En ese sentido se consideró tarea primordial de solidaridad la defensa de la soberanía de Cuba y los esfuerzos para frustrar los planes del poder imperialista estadounidense contra la Revolución Cubana. Se destacó la necesidad de defender las conquistas de la Revolución Sandinista amenazadas después de la derrota electoral del FSLN, de apoyar los significativos avances democráticos del pueblo haitiano encarnadas en el gobierno del padre Aristide, de solidarizarse con la lucha del FMLN y demás fuerzas progresistas de El Salvador en la búsqueda de una sólida política negociada que erradique las causas de la guerra, de apoyar la lucha de la URNG de Guatemala y su propuesta de una solución política al conflicto armado sobre bases justas, de respaldar la lucha por la salida de las tropas yanquis de Panamá, de asumir la lucha anticolonial de los puertorriqueños y de los demás pueblos de las colonias del Caribe, de rechazar la intervención militar que bajo el pretexto de la "guerra andina contra el narcotráfico" los EE.UU. practican en Bolivia, Perú, Ecuador y Colombia y de condenar los fraudes electorales y todas las modalidades de represión.

Asimismo, el II Encuentro expresó su apoyo a la reivindicación de Argentina sobre las Islas Malvinas; su respaldo a la independencia de Martinica y Guadalupe, su adhesión a la campaña de solidaridad contra el cólera en el Ecuador denominada "un barco por la vida" y su rechazo a todas las medidas de impunidad en América Latina frente a los crímenes del militarismo y a las violaciones de los derechos humanos en nuestro continente, en particular, las relacionadas con los desaparecidos, así como, al proceso de cambios y negociación política en Colombia.

La década de los 80, la llamada década perdida para América Latina, fueron años de crisis y reestructuración global de la economía internacional, de las relaciones entre las naciones y de las economías, así como de las relaciones políticas y sociales dentro de cada país.

En esta década se produce el derrumbe de los modelos autoritarios del "socialismo real". En América Latina desaparecieron dictaduras militares en muchos países. En éstos y en otros se abrieron nuevos espacios de participación política, muchas veces en democracias restringidas, permitiendo la gestación, en médio de la crisis, de nuevos movimientos sociales de amplia expresión popular, luchando por reivindicaciones económicas y sociales y por la democracia.

Es en el marco de este proceso que surgen, en algunos países del continente, importantes partidos populares, así como se fortalecen y adquieren mayor arraigo social muchas

organizaciones que desarrollaban sus luchas desde décadas precedentes. El avance de estas fuerzas se expresó, en algunos países de América Latina, en la conquista de gobiernos locales, regionales y nacionales.

Globalmente, las fuerzas y movimientos populares, reivindicando o no el socialismo en sus programas, impulsaron en su interior significativos procesos de renovación política y orgánica – que deberán ser impulsados – en creciente articulación con las luchas sociales.

Expresión de este proceso de renovación es el creciente esfuerzo de unidad, la crítica de concepciones dogmáticas y burocráticas y el combate al sectarismo.

La profunda reflexión que hacen las izquierdas y todas las fuerzas democráticas latinoamericanas, plantea la necesidad de ofrecer a la sociedad alternativas concretas en la perspectiva de las clases trabajadoras, las fuerzas democráticas y los intereses nacionales, superando así la simple crítica del sistema capitalista.

Las políticas recesivas de inspiración neoliberal profundizan la crisis política y social de nuestra región causada por el capitalismo dependiente. Dichas políticas van encaminadas a asegurar la transferencia de recursos que la región realiza para cubrir la carga del servicio de la deuda externa. En aras de cumplir con el capital financiero internacional, los gobiernos latinoamericanos agudizan la descapitalización de nuestras economías y los niveles de explotación y miseria de las mayorias. Asimismo, dicha política privilegia las mecanismos del mercado, aparentemente libre, para enfrentar las problemas económicos y la regulación y reestructuración de nuestras economías, favoreciendo a las grandes empresas transnacionales y nacionales que la controlam, en detrimento de los intereses nacionales y populares.

La estratégia predominante se caracteriza por la reestructuración yl a reducción del papel del Estado en la economía, sin plantear su necesaria transformación en función de los objetivos nacionales, democráticos, económicos y sociales de las mayorías. Promueve la privatización y acentúa la centralización del capital y el predominio de las fuerzas transnacionales en la economía, instaurando una indiscriminada apertura externa y mayores niveles de explotación y opresión de la fuerza de trabajo con la reducción de los sueldos y salarios reales, la desproteccíón en las condiciones laborales y el recorte de los derechos sindicales.

Mientras la participación del Estado fue funcional a las necesidades de acumulación del capital, no fue cuestionada su participación. Hoy en día, ante la necesidad de ampliar la frontera de inversión del capital nacional e internacional, se culpa al Estado de la crisis económica de nuestros países, así como de supuestas "prácticas socializantes" en la economía, por lo que se plantea su reducción o su adelgazamiento para así apropiarse de las empresas estratégicas y prioritarias de alta rentabilidad que el Estado controlaba. Tal

situación de privatización relega los principios de soberanía y el cumplimiento de los objetivos nacionales en torno a crecimientos económicos más equilibrados y sostenidos, ya que pasa a predominar el objetivo exclusivo de la alta rentabilidad. Ello lleva a acentuar los problemas existentes con la resultante vulnerabilidad de nuestras economías a los factores externos (mayor inversión extranjera directa, mayores créditos) para el financiamiento de los desequilibrios generados.

Para ello se ha promovido la transformación del aparato jurídico-institucional que rige las relaciones internacionales, entre las cuales destacan: la eliminación de barreras proteccionistas que permitieron la industrialización de nuestros países; la modificación de las leyes de inversión extranjera; la modificación de las leyes laborales para asegurar una mayor explotación de la fuerza de trabajo, así como la modificación de las leyes agrarias para revertir los procesos de reforma agraria y privatizar el campo. Dicho proceso comprende, además de los recursos institucionales, el uso de la violencia contra los movimientos campesinos del continente dado el notable peso que ellos tienen en el movimiento popular y social.

La imposición del neoliberalismo y sus políticas proimperialistas y antipopulares ha sido posible, en buena medida, debido a los controles verticales y a las democracias restringidas predominantes en muchos de nuestros países. En este marco resaltan los fraudes y mecanismos electorales irregulares, la extensión de prácticas venales y corruptas, la represión a los sindicatos y organizaciones sociales independientes, el control de la prensa y los medios de comunicación en la perspectiva de limitar los alcances de las transformaciones democráticas, manipular los anhelos democratizadores de la sociedad, y permitir – con relativa gobernabilidad – la instrumentación de su nuevo esquema de dominación en el que se combina el neoliberalismo con el autoritarismo político y un sistema de impunidad para el abuso y la corrupción de los gobernantes.

También constituyen instrumentos al servicio del neoliberalismo, la supervivencia de las doctrinas de seguridad nacional, la militarización de las sociedades y el creciente rol de las fuerzas armadas y paramilitares en diversos Estados y gobiernos latinoamericanos que se apoyan en estados de excepción y de emergencia y recortan, cada vez más, los derechos democráticos de la población. Asimismo debemos resaltar que en diversos países se han diseñado estructuras políticas en las que los que son electos tienen su capacidad de mandato recortada, pues se superponen instituciones no elegidas a las instancias electivas, limitandoles capacidad de acción para modificar las políticas neoliberales ya impuestas y transformar dichas realidades.

La reestructuración neoliberal ha implicado un proceso de mayor submisión de los Estados nacionales a los intereses imperialistas de los países desarrollados, lo que se ha traducido en la pérdida de soberanía, en la priorización al pago de la deuda, en la concesión de

grandes beneficios a las transnacionales y, consiguientemente en la eliminación de políticas de bienestar social, en la reducción del ingreso de las mayorías trabajadoras y en la afectación de los intereses de las clases medias, de los obreros y de los campesínos.

En la medida en que la política neoliberal ha fracasado en la solución de los problemas económicos de nuestra región y no ha sido capaz de generar condiciones de crecimiento económico y estabilidad, lleva a otorgar nuevas concesiones al capital transnacional: mayores facilidades a la inversión extranjera directa, mayor apertura económica, acuerdos económicos bilaterales, para estimular el flujo de inversiones a nuestros países y retomar o impulsar condiciones de crecimiento que solamente pasan a favorecer a los sectores hegemónicos.

Las políticas neoliberales llevan a nuestras economías a especializarse de nuevo en torno a las ventajas comparativas (recursos naturales y procesos productivos basados en el uso intensivo de la mano de obra) para encarar el proceso de competência y de inserción en la economía mundial. Al centrarse el crecimiento en estos sectores, se acentuarán indefectiblemente la dependencia y el atraso de nuestras economías respecto a la de los países desarrolldos. En consecuencia, tal proyecto no es sino la subordinación de las economías latinoamericanas al proyecto de reestructuración global que comandan los países desarrollados y en especial los sectores hegemónicos de la economía norteamericana.

En este proyecto se combinan nuevos y viejos métodos de penetración e injerencia, de reestructuración hegemónica de Estados Unidos con el continente: la "Iniciativa para las Américas", la invasión a Panamá para asegurar el control del Canal y del país, el estrangulamiento de Nicaragua por una guerra impuesta, el bloqueo y la amenaza contra Cuba, los intentos de mediatización de los procesos de solución política negociada en Centroamérica para desmantelar los movimientos democráticos y la preparación de la "guerra andina" con el pretexto del narcotráfico.

Todas son medidas para reconstruir en la región la zona de dominación económica y geopolítica de Estados Unidos, la "fortaleza americana", amarrando a los países latinoamericanos a una nueva y mayor subordinación consentida por sus gobiernos.

Es indispensable pensar en nuestra alternativa propia, con nuevos supuestos y criterios, a fin de evitar que las relaciones económicas con los países imperialistas y los mecanismos del mercado profundicen las diferencias existentes y perpetúen el subdesarrollo, la dependencia y la integración subordinada y pasiva con los países desarrollados.

Ante los enormes desafíos que tenemos por delante no podemos pensar que el mejor camino para los países de América Latina y el Caribe sea el de continuar cada uno por su lado, atenidos a sus propios esfuerzos y desatendiendo nuestras raíces comunes y las

condiciones comunes que hoy viven nuestros países frente al mundo desarrollado. La solución de fondo a las dificultades y problemas se encuentra hoy en la transformación profunda de nuestras sociedades y en la integración política y económica de América Latina y del Caribe que ha sido durante siglos incentivo en las luchas libertarias y constituye ahora idea motora para impulsar nuestra cabal emancipación frente al proceso de reestructuración del capitalismo a nivel mundial para poder contribuir a forjar un nuevo orden internacional que respete nuestros valores nacionales y satisfaga las necesidades de nuestros pueblos.

Avanzar hacia esa meta solo será posible si se establecen en nuestros países Estados democráticos e independientes y Gobiernos comprometidos con la transformación, sustentados en un fuerte apoyo y una decisiva participación de sus pueblos. Este tipo de respaldo sólo pueden darlo, en nuestros días, sociedades justas, democráticas y organizadas.

En dicho proceso deberán tener participación fundamental los sectores afectados por el modelo neoliberal, es decir, los trabajadores de la ciudad y del campo, la pequeña y mediana burguesía, los empresarios nacionalistas, amplios sectores de mujeres y jóvenes, las nacionalidades y etnias oprimidas, al igual que los sectores más desprotegidos de la sociedad.

En el campo económico, se trata de que la organización democrática de la sociedad defina las funciones del mercado y la participación del Estado en la vida económica. Ello deberá hacerse en una perspectiva antimonopólica y de justicia social. Este será uno de los contenidos de nuestras propuestas democráticas en la lucha por ser gobierno y poder.

Sobre esa base se podrán alcanzar y consolidar en cada uno de nuestros países, los objetivos y valores comunes: democracia económica, política y social; respeto al voto y a la participación política directa y permanente del pueblo; pluralismo; derechos ciudadanos; derechos humanos; derechos sociales; reformas estructurales y reforma agraria; organización democrática e independiente del pueblo; protección de la naturaleza; respeto y promoción de la identidad cultural y nacional de los pueblos originarios de nuestro continente; solidaridad social y soberanía nacional.

A partir de la constatación de los límites de los procesos democratizadores en América Latina, los debates del foro apuntaron hacia la reafirmación de su compromiso con la democracia económica, política y social, que consideramos un valor permanente en todos los momentos de lucha.

Las discusiones plantearon la necesidad de articular las dimensiones económica, cultural y social de la democracia con su dimensión política. Los valores de igualdad y de justicia

social son así inseparables de la libertad.

Para que esta democracia pueda constituirse y desarrollarse, es de fundamental importancia que los trabajadores y los sectores populares tengan en este proceso un rol protagónico decisivo. Una democracia, como proceso abierto de creación de nuevos derechos incorpora necesariamente reivindicaciones y alternativas que son presentadas por el movimiento de mujeres, por los que luchan por la preservación del medio ambiente, por los jóvenes, por las nacionalidades y etnias – minorias o no – que sufren la opresión y discriminación en nuestras sociedades.

Al defender a la democracia para la sociedad y para el Estado estamos a la vez defendiendo a la democracia en el interior de los partidos, de los sindicatos y de todas las organizaciones sociales.

En este marco, la educación política es una necesidad al interior de los partidos, pero particularmente una responsabilidad ineludible de éstos con la sociedad, lo que replantea los términos en que aquella debe concebirse y realizarse.

Por lo tanto, esta educación política debe contribuir a la democratización de nuestras sociedades, y de manera relevante a la de nuestros partidos y organizaciones, aportando elementos para la generación de una nueva cultura política.

Las organizaciones y partidos políticos que participaron en el II Encuentro han coincidido en la necesidad de continuar discutiendo la búsqueda de políticas alternativas a los modelos neoliberales hoy predominantes en nuestra región. En esta búsqueda nos comprometemos a emprender iniciativas políticas conjuntamente con partidos, sindicatos y organizaciones de la sociedad civil de otros países y regiones del mundo a fin de luchar por un nuevo orden económico y político basado en la justicia, la equidad y la reciprocidad.

Los participantes en este II Encuentro, hemos acordado una serie de eventos que permitan darle continuidad al intercambio de opiniones sobre la actual temática latinoamericana:

1.- Un seminario sobre proyectos alternativos de integración latinoamericana, con la participación de especialistas, sindicalistas y dirigentes políticos latinoamericanos (febrero de 1992).

2.- Realizar el III Encuentro de los Movimientos y Partidos Políticos del Foro de São Paulo, para continuar el intercambio de experiencias y la discusión política y las conclusiones generadas en el seminario (junio de 1992).

3.- Efectuar un foro sobre el diálogo Norte-Sur, a realizarse en alguna capital europea.

4.- Celebrar un foro sobre América Latina y el nuevo orden mundial a realízarse en Estados Unidos.

5.- Enviar delegaciones de destacados dirigentes políticos latinoamericanos a distintos foros nacionales, regionales e internacionales a fin de presentar las conclusiones de nuestros eventos.

6.- Estimular, participar y respaldar todos los programas alternativos a Ias conmemoraciones oficiales del V Centenario del denominado Descubrimiento de América.

El Il Encuentro acuerda, asimismo, formar un grupo de trabajo encargado de consultar y promover estudios y acciones unitarias alrededor de los acuerdos del Foro, integrado por Ias siguientes organizaciones:

Partido de los Trabajadores del Brasil, Izquierda Unida del Perú, Frente Farabundo Martí para Ia Liberación Nacional de El Salvador, Frente Sandinista Nacional de Nicaragua, Partido Comunista de Cuba, Frente Amplio del Uruguay, Partido de Ia Revolución Democrática de México, Movimiento Lavalás de Haití y Movimiento Bolivia Libre.

México - DF, 12-15 de Junio 1991.

III Encontro - Manágua (Nicarágua) – 1992

DECLARAÇÃO FINAL

Declaração de Manágua

De 16 a 19 de julho de 1992, teve lugar, em Manágua, Nicaráqua, o III Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo. A Frente Sandinista de Libertação Nacional foi anfitrião do Encontro em que participaram 61 organizações e partidos políticos provenientes de 17 países da América Latina e Caribe, com um total de 122 delegados, 43 organizações e partidos que participaram em qualidade de observadores, dos quais 2 são da África, 9 da Ásia, 21 da Europa e 11 dos Estados Unidos e Canadá, com um total de 60 observadores que, somados aos 122 delegados, fazem um grande total de 182 assistentes ao evento.

I. IMPORTÂNCIA E FUTURO DO FORO DE SÃO PAULO

Como revela este III Encontro e o evidente reconhecimento internacional, o Foro de São Paulo demostrou servir de instância de encontro e intercâmbio entre as diferentes forças democráticas de identidades nacionalista, populares e socialistas.

A 500 anos da invasão, conquista e colonização da América Latina, aspiramos não só compilar cinco séculos de resistência indígena, negra e popular, reafirmando o direito de nossos povos à liberdade, soberania, a justiça social e desenvolvimento, mas também queremos, desde a organização autônoma das maiorias trabalhadoras e nacionais, desde o aval de nossa identidade histórica e cultural e desde a ação combativa e criadora, forjar nosso ingresso ao Terceiro Milênio.

Queremos, desde esta perspectiva, saudar, em particular, a presença dos observadores de outros continentes que consideram o Foro como uma expressão viva da determinação dos povos do Sul de fazer frente a um sistema global de opressão que se pretende perpetuar sobre as grandes maiorias do mundo.

O Foro evidencia a disposição de continuar a luta pela definitiva liberação econômica e política da América Latina e Caribe, hoje ameaçados por novos mecanismos de dominação e opressão imperialista. Reafirma a vigência da luta pela liberação nacional, a justiça social e a democracia em toda sua extensão e componentes que abarca, não só o político, mas também o econômico, social e cultural. Representa o rechaço da grande maioria dos latino-americanos à pretensão de identificar democracia com capitalismo, modernização com submissão e renúncia ao desenvolvimento autônomo com justiça social.

De particular importância é o compromisso, assumido pelos participantes nos Seminários de

Lima e de Manágua, de institucionalizar e coordenar seus trabalhos, provendo ao Foro e a todos os movimentos progressistas o resultado de suas análises e recomendações.

II. OFENSIVA MULTIFACÉTICA DO NORTE CONTRA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Na América Latina e Caribe, tem lugar uma ofensiva multifacética de parte do Norte para redobrar sua dominação, modificando e apronfundando as estruturas básicas do capitalismo dependente, impondo políticas neoliberais com a conseqüente deterioração das condições de vida do povo, reduções de seus direitos básicos, desnacionalização e abertura indiscriminada dos países ao capital e à produção mundial.

Jogam um papel chave nesta investida contra os interesses populares os organismos financeiros multinacionais controlados pelos Estados Unidos e as grandes potências imperialistas, como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento; a instrumentalização da injusta e impagável dívida externa e a conformação de blocos econômicos e geopolíticos sob controle das grandes potências que pretendem submeter os países do Sul. Desta maneira, em muitíssimos casos, a política econômica de nossos países é determinada fora de suas fronteiras e sem participação alguma de nossos povos.

Cresce uma situação de dependência na qual as sociedades do Sul não podem se reproduzir sem passar pelas decisões do Norte. Os países que viveram da venda de produtos primários enfrentam um fenômeno de "quarta mundialização" que consiste em sua crescente exclusão do processo global de produção e intercâmbio.

É importante ressaltar que estas intenções de realizar uma nova repartição do mundo entre os monopólios das principais potências, desenvolve-se em meio ao aumento dos conflitos interimperialistas e da crise mundial, que os povos oprimidos e explorados do mundo devem aproveitar.

Não obstante, os fatores externos que, em grande medida, causam a situação extremamente grave que vivem os povos da América Latina e Caribe, não se pode minimizar, é necessário sublinhar a alta responsabilidade dos elementos internos sobre esta situação. Setores da oligarquia e do grande capital transnacionalizado se empenham em manter os vínculos dependentes do Sul com o Norte, atuando como cúmplices e beneficiários da imposição de "democracias controladas", para resguardar seus interesses comuns e a hegemonização do poder em nível local e internacional.

Este modelo promove por sua vez a transformação profunda dos Estados em um sentido anti-democrático, concentrando o poder em instituições não elegíveis nem sujeitas ao controle social como os organismos de condução econômica, as Forças Armadas repressivas, excluindo e marginalizando as grandes maiorias nacionais das principais decisões econômicas e políticas. Nesse marco operam as distintas formas de adequação da Teoria e Prática da Segurança Nacional, como elementos permanentes de autoritarismo que levam às Forças Armadas a assumir um papel repressivo, direto ou latente, em relção aos movimentos populares.

A ofensiva neoliberal se desenvolve também no plano cultural e ideológico, apontando a

desagregação de valores solidários arraigados em nossa sociedade, irnpondo um modelo individualista e competitivo que enfrenta uns a outros para sobreviver. Reduz-se, assim, cada vez mais, a participação social e política de nosso povo.

Os programas de ajuste estrutural político e econômico, definidos e impostos pela pressão de organismos financeiros multilaterais, lonpge de assegurar um desenvolvimento social, somente procuram criar melhores condições para a inserção dependente e funcional aos interesses imperialistas das economias e Estados dol Sul ao sistema hegemônico capitalista. Essas reformas e essa inserção levam à marginalização das maiorias populares, camadas médias e forças da cultura, a ampliação do desemprego e a reversão de conquistas sociais e uma maior concentração da riqueza, especialmente pelos monopólios e oligopólios.

Por sua vez, diversos fóruns e organizações mundiais e regionais são cada vez mais hegemonizados pelos Estados Unidos e as outras potências capitalistas, para consolidar uma ordem mundial e regional, na medida de seus interesses, pretendendo legitimar o papel de gendarme internacional para os EUA, principalmente por meio dol Conselho de Segurança da ONU. Tudo isto se faz aproveitando as mudanças nos países da Europa do Leste e a perda do contrapeso geopolítico, assim como o debilitamento das instâncias articuladoras dos países do Sul.

Em Manágua, o Foro se aproximou da definição de pautas sobre as alternativas em matéria de política econômica, que possam servir de pontos de referências e de apoio às forças políticas que em cada nação definem posições específicas. Para isto, o Foro contou com o rico aporte dos Seminários-Oficinas sobre Alternativas de Desenvolvimento e Integração na América Latina e Caribe, levados a cabo em Lima, Peru, de 26 a 29 de fevereiro de 1992, e em Manágua, de 13 a 15 de julho de 1992, em cumprimento à resolução do II Encontro em México.

Os participantes no Foro consideraram que os Seminários-Oficinas podem continuar cumprindo com seu objetivo de analizar as experiências de desenvolvimento e integração econômica latino-americana, ampliando a participação de novos enfoques alternativos desde a esquerda, abrindo o caminho para enriquecer a análise e a definição de propostas populares concretas regionais, assim como as que em nível nacional levem adiante os membros do Foro.

III. ELEMENTOS PARA A DEFESA DOS INTERESSES POPULARES

A busca de alternativas populares e revolucionárias tem que conjugar a capacidade para promover a resistência à política neoliberal, com a criação de espaços de poder popular que afirme as tendências à recomposição da capacidade de luta do povo e a gestação de uma cultura contraposta à cultura de dominação.

Para a América Latina e todas as forças democráticas do mundo há os seguintes elementos destacados no debate sobre a base dos insumos preparados pelos Seminários-Oficinas:

1. O projeto neoliberal proposto para América Latina e Caribe não admite emenda, pois seu mal está na natureza da injusta ordem econômica mundial que busca consolidar o modelo de sociedade que pretende impor. Só a unidade ampla, em toda sua diversidade, de todas as

esquerdas e as forças progressistas poderá lograr uma mudança de meta mais de acordo com as exigências da justiça e da paz.

2. O conteúdo econômico de uma integração alternativa deve partir do interior das sociedades, da luta destinada a superar as estruturas e modelos dominantes e a eliminar controles monopolistas e oligopólicos e, da construção de um desenvolvimento econômico autônomo orientado, em primeiro lugar, a satisfazer as necessidades básicas das maiorias, substituindo a atual aliança dos setores transnacionalizados da burguesia com o capital internacional, por uma aliança entre todas as forças interessadas na promoção de projetos nacionais para a construção da justiça social, a democracia e a liberação nacional.

3. Hoje em dia se pode afirmar que todo processo de desenvolvimento econômico genuíno passa por uma mudança de sujeitos sociais no poder, por uma justa distribuição da propriedade e da riqueza, pela criação de poderes de maiorias e pelo fortalecimento da sociedade civil. Os espaços de participação até essas metas devem ser abertos, tanto desde a organização autônoma do povo como desde as instâncias estatais, ampliando a influência das grandes maiorias populares. As políticas sociais não podem estar separadas das políticas econômicas, porque as políticas econômicas devem desenhar-se para atender os problemas sociais. É necessário modificar o caráter da estrutura produtiva tradicional ou lutar pela vigência das mudanças nos países que conseguiram isso, combatendo as políticas, tanto as ortodoxas como as heterodoxas, de ajuste estrutural e favorecendo o desenvolvimento das forças produtivas.

4. É necessária um ativo trabalho político dirigido à organização autônoma da população em suas diferentes estruturas e modalidades, partindo da base a suas expressões nacionais. Deve-se enfrentar a estratégia neoliberal de debilitar a ação e o peso político do movimento popular.

5. Necessitamos de programas que contemplem de maneira específica os mecanismos para garantir a integração plena e igualitária da mulher na sociedade, que reconheça a maternidade como função social e o trabalho doméstico como gerador de riqueza. Programas com metas para a inclusão das mulheres na produção e apropriação da riqueza material, cultural, política, tecnológica, intelectual da sociedade e eliminação de relações sociais opressivas.

6. Uma alternativa genuinamente popular deve contemplar um programa democratizador que altere e recoloque instituições elegíveis e não elegíveis, antidemocráticas e que, sobre novas bases constitucionais, possibilite criar e desenvolver uma democracia integral: política, econômica e social.

7. Uma alternativa popular tem que se preparar para assumir responsabilidades econômicas monopolizadas por setores empresariais nacionais e estrangeiros, que impedem o desenvolvimento mais profundo de iniciativas favoráveis às maiorias. Em um novo marco estrutural e institucional, pessoas e organizações populares têm que assumir papéis de direção e gestão econômicas, que facilitem as transformações requeridas. É essencial para isto a informação, a transparência, o debate público e o desenvolvimento de formas de participação popular desde o nível local ao nacional. Estas formas de participação terão

viabilidade somente dentro de um projeto de transformação global em direção a uma nova sociedade.

8. A participação popular no desenho, direção, gestão e fiscalização das decisões estratégicas, depende da existência de um projeto claro de desenvolvimento nacional ao qual se dirigem os esforços das partes.

A soma de tarefas micro-econômicas, por muito autônomas e populares que sejam, não constituem por si sós uma alternativa nacional.

9. O Estado deve constituir um cenário de participação e de poder de decisão nacional, tanto que está obrigado a jogar um papel central regulador e promotor da eqüidade social, sem abandonar a direção da economia à chamada suprema vontade do mercado, que não é mais que a vontade do grande capital nacional e estrangeiro e dos organismos financeiros multilaterais.

Deve-se relembrar a luta de nossos povos e nações originárias, rompendo com o submetimento ancestral, a fim de criar as condições que permitam a construção de sociedades e Estados plurinacionais. Trata-se de um fator central para o desenvolvimento popular, o que significa que não se pode permitir que os conteúdos da educação e dos meios de comunicação sejam impostos desde o exterior, nem reflitam, exclusivamente, interesses minoritários locais.

Os movimentos populares e as forças democráticas devem se fortalecer e modernizar seus próprios meios de comunicação, assim como lutar pela democratização dos meios de comunicação social.

Na América Latina e Caribe, a autonomia dos povos indígenas e dos grupos étnicos, social e culturalmente estruturados, exige bases econômicas próprias e formas de representação políticas idôneas, como parte indispensável de todo projeto de participação democrática. A luta pela democracia em nosso continente também deve expressar o anúncio do fim do colonialismo na América Latina e Caribe e o respaldo ao direito destes povos a sua auto-determinação e plena independência.

Os direitos dos imigrantes latino-americanos e caribenhos nos Estados Unidos devem ser assumidos, em forma militante, por todos os nossos movimentos e partidos, procurando apoiar seus justos protestos e reivindicações articulados à rebeldia das minorias negras e as lutas de outros setores empobrecidos, reclamando com vigor o fim da discriminação, a exploração, a exclusão e a repressão que seguem acrecentando-se.

IV. A INTEGRAÇÃO DOS POVOS

A Iniciativa para as Américas e os Tratados de Livre Comércio constantes dela pretendem fazer permanentes e imutáveis as concessões globais hoje exigidas pelo capital estrangeiro.

Representam um atentado contra a democracia na América Latina e Caribe, pois outorgam

ainda maior poder a empresas transnacionais para tomar decisões que têm muito que ver com que os povos possam ter educação, saúde e outros serviços indispensáveis para melhorar a qualidade de vida.

Estas políticas, sustentadas por setores dominantes em cada país, geram graves processos de desestruturação econômica e desintegração de nossas sociedades bloqueando as possibilidades de um desenvolve efetivo.

O esquema político e econômico promovido pelos Estados Unidos supõe uma integração subordinada, que atualiza e sublinha a necessidade de impulsionar um processo de integração entre os países da América Latina e Caribe que corresponda a sua visão, necessidades interesses específicos. Este processo deve estar baseado na solidariedade entre os povos: uma integração "de baixo", que favoreça a conformação de redes de intercâmbio de coordenação e complementação de políticas produtivas, financeiras e sociais a partir dos quais um processo de desenvolvimento e integração regional possa se desenrolar.

Estamos convencidos que a luta pela integração dos povos constitui um objetivo político, consistente em desenvolver um esforço comum para construir relações políticas democráticas, abarcando organizações em nível local, nacional, sub-regional, regional e mundial com o intuito de construir uma nova ordem democrático em toda sua globalidade.

Esta integração alternativa deve incluir um componente cultural capaz de responder às reivindicações próprias de diversos grupos da sociedade: trabalhadores urbanos e rurais, desempregados, campesinos, mulheres, povos indígenas, etnias, religiosos, pequenos e médios empresários e todas as forças econômicas que ponham o interesse nacional por cima dos interesses particulares.

Os partidos de esquerda deverão sempre manter as mais estreitas relações com estas organizações populares ou da sociedade civil, não para instrumentalizá-las mas sim para conhecer bem suas exigências e assumi-las em sua luta.

Deve ser um componente fundamental de um projeto popular uma educação que assegure o desenvolvimento econômico e social, aprofunde a democracia ao mesmo tempo que ofereça os instrumentos para opções conscientes, de real participação.

Um projeto alternativo de integração deve ir além do marco meramente comercial liberalizador, que tende a incrementar a vulnerabilidade de nossas economias e a dependência com o capital transnacional. Deve ter como objetivo de curto, médio e longo prazo, uma integração social, política e econômica e uma articulação dinâmica de culturas, para lograr um desenvolvimento econômico e social justo.

Os participantes no Foro reafirmamos que todo projeto alternativo ou programa de ação político, deve ter em conta o papel nocivo que joga a política intervencionista dos Estados Unidos. Essa ingerência historicamente teve por objetivo resguardar as estruturas do capitalismo dependente na região, agredindo todo projeto político que não priorize os interesses econômicos e geopoliticos dessa potência.

O êxito da integração dos povos pode ser seriamente comprometido pela manipulação da dívida externa. Os bancos credores e organismos financeiros querem fazer crer que, com os acordos feitos sobre a base do Plano Brady, estariam resolvidos os problemas criados pela dívida externa. Nada mais falso. O pagamento da dívida externa segue aprofundando a miséria e impossibilitando as inversões necessárias ao crescimento econômico, progresso técnico e justiça social. A integração exigirá buscar mecanismos próprios de negociação conjunta como resposta à unidade dos credores.

V. PREOCUPANTE "LEGITIMAÇÃO" DA POLÍTICA INTERVENCIONISTA

Alertamos ao mundo sobre a periculosidade que relevam as mais recentes manifestações da intervenção militar, amparadas e ocultas na lucha contra o narcotráfico e o terrorismo. Sob esse pretexto, os Estados Unidos organizam campanhas militares na região andina ao mesmotempo que fortalece a capacidade repressiva das estruturas de segurança e de espionagem nos países de nossa região.

À política dos canhões tradicionalmente empregada pelos Estados Unidos contra nossos povos, agora se soma a legitimação da mesma a partir da sentença ilegal da Corte Suprema de Justiça dos Estados Unidos a qual, junto a uma série de gestões de extradição por pressões diversas, legitima o seqüestro de quem o próprio Governo de Washington considere que cometeu um delito. Unimos nossa voz às outras forças defensoras do direito, para denunciar este novo intento de impor a lei do mais forte nas relações internacionais, em flagrante violação das soberanias nacionais e do direito internacional. Demandamos a anulação dessa pretensão ilegítima pelos organismos mundiais e regionales jurídicos competentes, assim como a imediata repatriação dos seqüestrados.

A política agressiva e de crescente hostilidade do Governo dos Estados Unidos contra o povo e Governo de Cuba, incluindo os novos intentos de ampliar o bloqueio econômico contra esta nação soberana, constitui uma afronta à soberania latino-americana e caribenha e uma ofensa à dignidade de seus povos. Frente a isto, afirmamos nosso apoio ao direito do povo e Governo de Cuba de defender sua determinação de levar adiante a construção do socialismo em seu país. Comprometemo-nos com a mobilização dos povos de nossa região e o mundo para contribuir com a defesa desta irmã nação latino-americana, exigindo da parte de todos os governos não ceder às pressões imperiais que pretendem obstaculizar os laços de cooperação com Cuba, que só pode conseguir saldos positivos em termos materiais e morais.

VI. ALTERNATIVAS E EXIGÊNCIAS

Em defesa da soberania dos povos e o direito de auto-determinação e independência e dos direitos políticos, cívicos, econômicos, sociais e culturais dos homens, mulheres, crianças e povos inteiros da nossa América.

Chamamos à construção de uma nova ordem econômica e política internacional, distinta à que hoje se pretende impor sob o hegemonismo norte-americano e das potências capitalistas, que permita:

A democratização dos organismos multinacionais e em especial, as Nações Unidas, revisando

suas atuais normas orgânicas que permitem o abuso hegemônico do Conselho de Segurança, organismo criado para resguardar a paz, foro agora utilizado com ol propósito de justificar recentes guerras ilegais dos Estados Unidos;

Resolver definitivamente o grave problema da dívida externa, que estrangula os países do Sul e os oprime, condenando-a e logrando um fluxo de recursos financeiros positivos para eles;

Modificar o atual regime de intercâmbio desigual entre os países desenvolvidos e os do Sul, que impõe a estes últimos uma permanente e crescente drenagem de recursos;

Uma total reorientação das políticas e funções do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, redefinindo seus mecanismos de tomada de decisões;

Políticas econômicas e modelos de desenvolvimento que garantam a preservação do meio ambiente, terminem com a devastação ecológica e vinculem a luta pelo meio ambiente com a luta contra a pobreza;

O reconhecimento da dívida ecológica que têm os países do mundo capitalista desenvolvido com os países do Sul;

A reorientação de gastos militares das grandes potências para o desenvolvimento do Sul, impulsionando o desarmamento mundial;

A democratização dos mecanismos de informação e comunicação mundial;

O respeito à soberania nacional e aos princípios de não intervenção e de solução política das diferenças entre nações;

O impulso à reforma jurídica internacional, de acordo com as metas propostas, no contexto da designação pelas Nações Unidas desta década como a Década do Direito Internacional e da Paz, para a elaboração de projetos de acordos e convenções que garantam que entramos no ano 2000 com um sistema jurídico internacional à altura das exigências da justiça e da paz;

O impulso a processos de integração dos povos e nações em níveis regionais e Sul-Sul, como instrumentos dos países do Sul para fortalecer sua inserção na economia mundial.

O Foro de São Paulo demanda:

1) O fim imediato do ilegal e imoral bloqueio contra Cuba e a assistência econômica internacional massiva para impedir que se sigam aprofundando as nefastas conseqüências de mais de trinta anos de bloqueio. Além disso, a restituição do território de Guantánamo a Cuba.

2) A restituição de Jean Bertrand Aristide à Presidência do Haiti e a plena aplicação de sanções contra esse país até que seu legítimo Presidente regresse com os poderes que e correspondam. Damos nosso apoio à proposta de Aristide de que as negociações ocorram no

Haiti e sem nenhum tipo ou ameaça de intervenção militar.

3) O reestabelecimento pleno dos direitos democráticos cerceados no Peru e a eleição democrática de um Congresso Constituinte soberano, prévio acordo de suas características e da legislação eleitoral entre as forças políticas e o regime "de facto". Condenamos o golpe militar que impôs no Peru um regime ditatorial e militarizado com a participação ativa de quem fora eleito, 2 anos atrás, Presidente Constitucional. Demandamos o fim da perseguição e repressão contra organizações políticas, sociais e populares.

4) O fiel e oportuno cumprimento por parte do Governo de El Salvador dos Acordos de Paz firmados com a Frente Farabundo Martí de Liberação Nacional. É de suma importância proceder ao imediato cumprimento dos acordos sobre o tema econômico-social, particularmente o referente à transferência das terras das zonas conflitivas a seus atuais colonos e trabalhadores, bem como superar o atraso no funcionamento do Foro para o ajuste econômico e social, pois se tratam de acordos chave para criar novas opções de desenvolvimento para os setores populares.

5) A agilização do processo negociador na Guatemala, tomando em conta que não haverá paz na América Central sem paz nesse país, e que a proposta da URNG denominada "Por uma paz justa e democrática: Conteúdo da Negociação" constitui uma proposta viável para alcançar uma solução política ao conflito armado.

6) O Foro demanda o fim imediato de toda ingerência e intromissão dos Estados Unidos nos assuntos internos da Nicarágua, assim como o fim das pressões e chantagens que pretendem condicionar o futuro político dessa nação e reverter as conquistas da Revolução Popular Sandinista.Neste sentido, denuncia o congelamento de fundos já aprovados, pretendendo ignorar ou esquecer que essas concessões representam miseráveis migalhas do que teriam que entregar, pois a Corte Internacional de Justiça de Haia ordenou aos Estados Unidos pagar à Nicarágua os danos ocasionados pela guerra.

7) O desconhecimento do governo ilegítimo imposto no Panamá pela invasão dos Estados Unidos, a retirada de todas as tropas estadunidenses desse país e o respeito pleno aos tratados Torrijos-Carter.

8) O respeito ao direito do povo irmão latino-americano de Porto Rico à livre determinação e à independência, assim como o fechamento das bases militares nessa nação.

9) A restituição à República Argentina das Ilhas Malvinas e demais enclaves coloniais ingleses no Atlântico Sul, ao mesmo tempo, o imediato desmantelamento das bases militares instaladas pelo Reino Unido da Grã-Bretanha, como o fim da exploração econômica dos recursos naturais do mar adjacente e de toda restrição aplicada na zona à República Argentina.

10) A total erradicação do colonialismo no Caribe e a eliminação das bases militares extrangeiras nessa região, para tornar real o direito à auto-determinação e independência dos países e territórios que ainda sofrem dominação colonial na América Latina e Caribe.

11) A continuidade do processo de negociação, para uma solução política e não militar, ao conflito interno colombiano e a retomada rápida do diálogo entre o Governo e a Coordenadoria Simón Bolivar.

12) O fechamento das bases militares dos EUA em Honduras.

O Foro constata que não houve avanços no panorama político e democrático na imensa maioria dos países da região, cuja situação foi adequadamente caracterizada no ano passado na Cidade do México. Em alguns países, subsistem regimes autoritários que, para aplicar as políticas neoliberais e facilitar a impunidade, o abuso e a corrupção dos governantes, negam-se a impulsionar a transição à democracia, a respeitar o voto cidadão e comprometer-se com a formação de autênticos sistemas de partidos políticos regidos pela competência em condições de igualdade e pela possibilidade real da alternância no governo.

Exige, portanto, o fim imediato e inequívoco dos mecanismos e fraudes eleitorales, da extensão de práticas penais e corruptas, a repressão aos sindicatos e organizações sociais independentes, do controle da imprensa e dos meios de comunicação para limitar o alcance das transformações sociais e manipular os anseios democratizadores da sociedade.

Cremos que existe hoje a possibilidade e a necessidade de construir novas pontes de entendimento e fórmulas de ação conjunta entre as forças democráticas do Sul e dol Norte, ambas vítimas do mesmo sistema global neoliberal. A existência de opressão e desemprego crescente, as crises fiscais e a afetação dos serviços sociais, o surgimento de tendências racistas e direitistas, a ameaça ecológica, o fortalecimento do poder e autonomia das comunidades, o auto-governo, a igualdade de gênero e racial, são elementos comuns às plataformas políticas de organizações, movimentos e partidos democráticos tanto do Sul como do Norte.

Consideramos imprescindível impulsionar a criação de uma frente comum de negociação latino-americana frente às grandes potências e blocos. Demandamos aos Chefes de Estado e de Governo, em ocasião da Cúpula em Madri, a necessidade imperiosa de assumir este objetivo sobre uma base unitária sem qualquer ingerência externa.

Também é necessário retomar os esforços realizados na década passada, para analizar a crescente concentração dos meios de comunicação em mãos de cada vez menos empresas e o crescente predomínio norte-americano na difusão de notícias.

Próximo ao Quinto Centenário do chamado descobrimento de América e do conseqüente início da resistência indígena, negra e popular, os participantes no Foro convidam aos povos do Mundo a assumir as lutas de nossos povos originários, a partir de uma reflexão sobre este acontecimento histórico que, com o extermínio de mais de 100 milhões de vidas humanas de nossos povos originários, impôs a dominação política, cultural, econômica e social que hoje segue negando os mais elementares direitos a nossos povos indígenas junto às grandes maiorias populares.

VII. DECISÕES

O III Encontro aprovou as recomendações do Grupo de Trabalho sobre a futura integração do mesmo, suas normativas e faculdades para assegurar o seguimento e execução das resoluçãoes do Foro, assim como de sua representação e divulgação de seus objetivos e princípios nos diversos fóruns e eventos internacionais. Recebeu, além disso, um informe sobre os fóruns a que irão se realizar na Europa e América do Norte.

Os participantes deste III Encontro incumbiram o Grupo de Trabalho de promover as seguintes ações em cumprimento dos compromissos e tarefas políticas assumidas pelo Foro:

1) Divulgar, particularmente nas outras regiões do Sul, as posições políticas e econômicas expressadas em nossos trabalhos e eventos, promovendo o reconhecimento institucional do Foro e o estabelecimento de uma comunicação permanente com fóruns e instâncias análogas.

2) Enviar uma delegação de destacados dirigentes à celebração do 33o. Aniversário da Revolução Cubana e para transmitir ao Governo e povo cubano as decisões do Foro e fazer efetiva sua solidariedade com a defesa de Cuba.

3) Participar e promover ativamente os programas alternativos à celebração oficial do V Centenário. Chamamos a impugnar a celebração oficial dessa data e exaltar a resistência indígena, negra e popular, como parte do grande esforço libertador.

4) Convocar um Seminário sobre Educação Política e a Nova Relação Partidos Políticos-Movimentos Sociais, assegurando a presença de organismos sindicais e populares.

5) Designar uma delegação que dê seqüência ao processo de paz e busca de uma solução política negociada na que estão empenhados Governo e guerrilha e o conjunto da sociedade colombiana. Além disso, convocar uma Conferência de Solidariedade e pela solução política do conflito na Colômbia, cuja data e sede será determinada oportunamente.

6) Promover a conformação de delegações multinacionais e multipartidárias de forças participantes no Foro de São Paulo, para atuar ante diversos fóruns internacionais.

7) Promover a ação unitária dos parlamentários, dos partidos do Foro de São Paulo, nos parlamentos regionais, o Parlamento Latino-Americano e a União Interparlamentária Mundial.

8) Consultar a convocatória a um Seminário sobre a opressão de gênero, priorizando os seguintes temas: feminização da pobreza; reprodução humana; participação e representação da mulher; políticas públicas, democratização do Estado e da sociedade, assim como da cultura feminina.

9) Realizar seu IV Encontro em Havana, Cuba.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=11&even=III%20Encontro%20-%20Manágua%20(Nicarágua)%20-%201992

PARTICIPANTES DEL IX ENCUENTRO (2000)

País	Partido / Instit.
Argentina	Frente Democracia Avanzada
Argentina	Partido Comunista Argentino
Argentina	Partido Intransigente
Brasil	Partido dos Trabalhadores
Brasil	Partido Socialista Brasileiro
Brasil	Partido Comunista do Brasil
Brasil	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
Brasil	Partido Popular Socialista
Colômbia	Alianza Democrática M19
Colômbia	ELN
Colômbia	FARC-EP
Colômbia	Partido Comunista Colombiano
Colômbia	Presentes por el Socialismo
Cuba	Partido Comunista
Chile	MIR
Chile	Partido Comunista de Chile
Equador	Movimiento Popular Democrático
Equador	Partido Socialista - Frente Amplio
El Salvador	FMLN
Guatemala	URNG
México	Partido de la Revolución Democrática
México	Partido del Trabajo
Nicarágua	FSLN
Porto Rico	Partido Independentista Puertorriqueño
Porto Rico	Nuevo Movimiento Independentista Puertorriqueño
Porto Rico	Frente Socialista
Panamá	Partido Revolucionário Democrático
Peru	Movimiento Revolucionario Tupac Amaru
Peru	Partido Comunista Peruano
República Dominicana	Alianza por la Democracia
República Dominicana	Fuerza de la Revolución
República Dominicana	Movimiento Izquierda Unida
República Dominicana	Partido de los Trabajadores Dominicanos
Uruguai	Frente Amplio
Uruguai	Partido Comunista
Uruguai	Partido Socialista de Uruguay

Uruguai	Movimiento de Participación Popular
Uruguai	Partido Obrero Revolucionario Trotskista-Posadista
Venezuela	Partido Comunista de Venezuela

BREVE HISTÓRICO DO FORO DE SÃO PAULO

O Foro de São Paulo se constituiu em 1990 quando o Partido dos Trabalhadores (PT-Brasil) convocou outros partidos da América Latina e Caribe com o objetivo de debater a nova conjuntura internacional pós-queda do Muro de Berlim e as conseqüências da implantação de políticas neoliberais pela maioria dos governos da região. Nesse sentido, a proposta principal foi discutir uma alternativa popular e democrática ao neoliberalismo, que estava entrando na fase de ampla implementação mundial.

O primeiro encontro foi na cidade de São Paulo, em julho de 1990, e conseguiu reunir 48 partidos e organizações que representavam diversas experiências e matrizes político-ideológicas de todo o continente latino-americano e Caribe. Foi por isso que, no Encontro seguinte na Cidade do México (1991), consagrou-se o nome "Foro de São Paulo".

No II Encontro surgiu também a idéia de trabalhar por uma maior integração continental através do intercâmbio de experiências, discussão das diferenças e busca de consenso para as ações das esquerdas no continente. Os Encontros de Manágua (1992), Havana (1993), Montevidéu (1995), San Salvador (1996), Porto Alegre (Brasil - 1997), México (1998), Manágua (2000), Havana (2001) e Antigua (Guatemala - 2002) reafirmaram a vontade política de continuar esta trajetória de diálogo entre as diversas tradições de esquerda. Os balanços políticos, ano após ano, mostram a crescente influência dos partidos do Foro de São Paulo na América Latina.

Até agora, a trajetória do Foro de São Paulo mostrou que é possível construir novos caminhos internacionalistas. O objetivo principal - a busca de um modelo alternativo de desenvolvimento com justiça social - continua como centro das reuniões. Os esforços nessa direção já geraram uma trama de relações onde o intercâmbio entre pessoas e idéias se mostra cada vez mais rico e proveitoso.

O Foro de São Paulo mantém da mesma forma relações respeitosas com outras iniciativas que aglutinam partidos políticos latino-americanos e caribenhos, como é a Conferência Permanente de Partidos Políticos de América Latina (COPPPAL), a Coordenação Socialista Latino-americano (CSL) e o Comitê da Internacional Socialista para América Latina e Caribe (SICLAC).

Além disso, o Foro de São Paulo mantém uma forte interlocução com os representantes dos movimentos e organizações sociais do continente, que tem por objetivos a construção de agendas e ações comuns.

É um exemplo de diplomacia para a cidadania.

VII Encontro – Porto Alegre (Brasil) 1997

DOCUMENTO CENTRAL

PRESENTACION FINAL SEPTIMO ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO
Porto Alegre, 31 de julio al 3 de agosto de 1997
Construir una alternativa democrática y popular al neoliberalismo
DOCUMENTO CENTRAL DEL VII ENCUENTRO

Observación preliminar

El presente texto contiene las tesis principales para la elaboración del Documento Central del Séptimo Encuentro del Foro de Sao Paulo. Una versión preliminar fue sometida a la discusión del Grupo de Trabajo (GT) del Foro que se reunió en La Habana. En esa ocasión el texto fue modificado, enmendado y enriquecido. La práctica de proponer al Foro un Documento Central fue adoptada por primera vez en el Sexto Encuentro (San Salvador, 1996). El GT tuvo entonces la preocupación de precisar la naturaleza y las funciones del documento. No se trata de una propuesta para someter a votación en el Encuentro, sino de un incentivo al debate. Los contenidos del documento expresan un consenso del Grupo de Trabajo y, como ocurrió anteriormente, no reflejan necesariamente todas las posiciones de las organizaciones integrantes del GT, ni tampoco las de todos los partidos que forman parte del Foro. Al final del VII Encuentro será propuesta una breve Resolución - como ocurrió en los seis Encuentros anteriores -, que deberá reflejar las discusiones y los acuerdos a que el Encuentro llegue consensualmente. Tal procedimiento corresponde a la naturaleza misma del Foro de Sao Paulo: una articulación de partidos y movimientos diversos en sus orígenes y referencias políticas e ideológicas que no se propone constituir una organización internacional sometida a cualquier forma de centralismo.

I. EL FORO DE SAO PAULO SIETE AÑOS DESPUES

1. Los primeros días de julio de 1990 se realizó en Sao Paulo, por invitación del Partido de los Trabajadores, el Encuentro de Partidos y Movimientos de Izquierda de América Latina y el Caribe. Cuarenta y ocho delegaciones estuvieron presentes en la reunión y otros justificaron su ausencia, manifestando interés por sus conclusiones y resultados.

2. En un cuadro cambiante y complejo se reunió por primera vez, en julio de 1990, después de muchos años de poca comunicación entre sí, un espectro tan diverso de fuerzas políticas como las que concurrieron a la primera reunión en Sao Paulo. El Encuentro estuvo caracterizado por la apertura, la franqueza y la libertad de los debates. Es importante destacar ese clima teniendo en cuenta la heterogeneidad de las fuerzas presentes, la

diversidad de situaciones en que esos partidos actuaban y la ausencia de una práctica anterior de discusión política continuada. Fue igualmente relevante, la disposición manifiesta de todos los presentes a resistir a las políticas de inspiración neoliberal y persistir en la búsqueda de una alternativa a los viejos modelos nacional-desarrollistas y a las políticas de ajuste que comenzaban a implantarse con el espaldarazo de las principales economías del continente, lo que producía un efecto de demostración extraordinario en la región. Había una clara percepción de que los ajustes en curso agravarían las ya graves desigualdades sociales, provocarían la desindustrialización, impulsarían la contrarreforma agraria donde hubiera ocurrido o la frustraría donde todavía no hubiera sido realizada, comprometiendo la soberanía nacional y, en la medida en que sufrían resistencia por parte de importantes movimientos sociales, acabarían por asumir un carácter antidemocrático, autoritario.

3. Mas, al mismo tiempo, se tenía conciencia de que la elaboración de los partidos y movimientos presentes era, por lo menos, insuficiente para constituir de inmediato una alternativa democrática y popular. Las izquierdas y los partidos populares tenían un pasado con el cual deberían de ajustar cuentas. Tenían, sobre todo, la necesidad de profundizar los programas alternativos: (re)construir proyectos nacionales de desarrollo basados en la necesidad de promover la inclusión social y radicalizar la democracia, al mismo tiempo que proponer políticas de integración alternativas a las que están en curso en el Continente, apoyando una presencia soberana en el mundo. Se trata, finalmente, de establecer nuevas formas de vincularse a las clases trabajadoras, de repensar alianzas, de renovar las formas de organización y el lenguaje político.

4. Para continuar y profundizar ese debate, los partidos presentes en la reunión de Sao Paulo decidieron convocar un nuevo encuentro para 1991, en la Ciudad de México. Se decidió, igualmente, crear un Grupo de Trabajo (GT) que asegurase las relaciones de los partidos entre un encuentro y otro. A partir de México esa articulación de partidos pasó a llamarse Foro de Sao Paulo, evocando el encuentro de 1990. Es responsabilidad del GT, a partir de 1991, preparar política y organizativamente los Encuentros, proponer las normas para la participación de partidos y movimientos en el Foro, organizar seminarios temáticos de profundización y coordinación de iniciativas entre una reunión y otra. Después del Segundo Encuentro de México (junio/1991), el Foro realizó Encuentros en Managua (julio/1992), en La Habana (julio/1993), Montevideo (mayo/1995) y San Salvador (julio/1996).

5. El Encuentro de Sao Paulo se realizó en una coyuntura crucial para las izquierdas, por un lado las profundas transformaciones derivadas del avance que en las últimas décadas ha ido presentando el proceso de internacionalización del gran capital y de la economía mundial, el cual se ha expresado en una creciente transnacionalización, junto al surgimiento de un nuevo modelo de acumulación de capitales y el afianzamiento de importantes modificaciones en el sistema de dominación mundial. Por otro, desde 1985 venían ocurriendo profundos cambios en la Unión Soviética y los países del este europeo. En 1989 ese proceso desembocaría en el derrumbe del Muro de Berlín, episodio emblemático de la crisis de los modelos socialistas del Este de Europa, que culminaría con la autodisolución de la URSS en diciembre de 1991. A su vez la República Popular China emprendía un vasto programa de reformas económicas con la apertura de sus fronteras al masivo ingreso de capitales internacionales y con la adopción creciente de mecanismos de libre mercado. En Europa Occidental por su parte se asistía a un viraje en la orientación de los partidos socialdemócratas, que abandonaron las políticas de estado de bienestar social, implementadas sobre todo, después de la Segunda Guerra Mundial.

6. Coincidiendo con la crisis de los procesos de construcción del socialismo y de la socialdemocracia, y en cierta medida, en relación con ella, el capitalismo pasaba por transformaciones profundas. A partir de los años 70 ocurrió un incremento extraordinario de la internacionalización no sólo de los procesos productivos como, sobretodo, del capital financiero. Esta globalización, palabra cada vez más incorporada al vocabulario político, que amerita un análisis más profundo sobre sus alcances ideológicos y políticos (1); fue acompañada e impulsada por profundas transformaciones tecnológicas, sobre todo en el plano de la información y de la comunicación. Se puede hasta hablar de la tercera revolución industrial. Para la izquierda, resulta fundamental la compresión de estos fenómenos, por las mutaciones que provocan en el medio y con los actores sociales con que desarrolla su actividad. Todas éstas transformaciones transcurren bajo el contexto del proceso denominado"globalización", el que a través del neoliberalismo, implica un nuevo "internacionalismo liberal" “que combina nociones y practicas económicas, políticas, militares y culturales, sustentadas en los avances sin precedentes de la Revolución Cientifico-técnica y el fin de la bipolaridad. Pero que, ante todo alienta o implica de hecho la aceptación de dicha realidad y sus consecuencias generales como incambiables. Algo así como una versión de"el fin de la historia". (1) En el entendido que se debe profundizar, en relación al tema el VI Encuentro en San Salvador consideró:"... este proceso de globalización transcurre bajo la hegemonía de las principales fuerzas capitalistas mundiales, y es por eso sumamente contradictorio y conflictivo. Mientras, por un lado, presenta avances, posibilidades y oportunidades para escalar a nuevos niveles de progreso y desarrollo, por otro, incrementa las desigualdades y polarizaciones, acelera la destrucción de la naturaleza"... el mundo en que vivimos no está totalmente globalizado, sino regionalizado en bloques económicos. La regionalización continuará siendo una poderosa tendencia y además es necesaria para los países del Sur, ya sea para frenar las ambiciones expansivas de los Estados y corporaciones transnacionales más desarrollados y poderosos y/o para compensar los contradictorios desequilibrios y desigualdades del actual curso de las cosas en el mundo o mejorar las condiciones y posibilidades de cada uno de ellos en su inevitable inmersión en la globalización"."...estamos lejos de considerar que el mundo contradictorio, conflictivo y en globalización solamente ofrece desventajas y amenazas para nuestros países y distamos mucho de creer que el mejor consejo sea aislarnos. Este mundo de hoy ofrece muchas oportunidades y ventajas para el desarrollo, pero ello exige el diseño de proyectos nacionales alternativos, capaces de generar el más amplio consenso y comprometimiento, que contemplen la integración regional y relaciones económicas y políticas con todos los bloques, y países por separado, que permita aprovechar las diferencias ventajosas entre unos y otros".

7. El proceso de transnacionalización operado tiene como eje económico un importante desarrollo de la autonomía que ha adquirido el capital financiero, cuya aplicación ha tenido preeminencia en el aspecto especulativo más que en el productivo. Esto ha conducido a una reestructuración de las relaciones entre las grandes potencias y de éstas con los países subdesarrollados. De tal manera dicha concentración del poder económico y político mundial determina un aumento de la brecha entre el mundo dominante y desarrollado y el dependiente y subdesarrollado. En este nuevo esquema lo nacional y lo bilateral quedan fuertemente subordinados a lo transnacional.

8. El incremento de la injerencia y el intervencionismo de los países industrializados en la periferia esta destinado a provocar la desestructuración nacional, social y cultural que demanda el nuevo modelo de acumulación. Adicionalmente, las nuevas tecnologías provocan

otros cambios en la relación entre el Norte y el Sur, por la erosión de las llamadas ventajas comparativas ----resultante de la intensificación de los procesos productivos--, el incremento del intercambio desigual y el surgimiento de productos que disminuyen (o sustituyen) la demanda de muchos rubros tradicionales de exportación del Tercer Mundo.

9. La crisis de la Deuda Externa, impactó al Sistema Financiero Internacional, estalló en medio del proceso de recomposición de las relaciones mundiales. Esa coyuntura, que abrió la oportunidad para constituir un frente de deudores que permitiera luchar por un orden internacional más justo y cambiar la correlación internacional de fuerzas, que ya se venía incubando, fue desaprovechada. El chantaje en torno a la permanente renegociación de la deuda se transformó en uno de los medios fundamentales de los centros de poder y de los organismos económicos multilaterales para financiar las transformaciones de la economía mundial y en un instrumento de mayor penetración y subordinación para imponer los ajustes neoliberales. En el marco de esta crisis el Plan Brady jugó un papel crucial. La política impulsada por los países acreedores obligó a los países deudores a atar su enorme deuda externa de los años 70 a una reestructura de la misma. De este modo la Banca Transnacional acreedora además de por lo menos cobrar una parte de ella, pudo traspasar otra parte a tenedores de bonos públicos en la perspectiva de posteriores emisiones que pretenden asegurar como nunca la continuidad de su pago. A la vez los Organismos Internacionales ligaron la concesión de créditos a medidas de política económica centradas en la Reforma del Estado, su desregulación y apertura externa, aumentando su vulnerabilidad y dependencia.

10. Las potencias industrializadas aprovecharon los cambios en la correlación mundial para afianzar el nuevo sistema de relaciones internacionales. A través del neoliberalismo tratan de imponer al mundo el concepto de soberanía limitada; la ampliación de los mecanismos supranacionales coercitivos; la desregulación de la economía y la apertura indiscriminada al comercio y las inversiones; la reestructuración del Estado y la redefinición de sus relaciones con el mercado -mediante las privatizaciones y otros medios--; la implantación de un modelo de"control social"que garantice la concentración de la riqueza y, una versión de democracia y derechos humanos que limite las libertades políticas al ejercicio del voto en elecciones que no interfieran con el ajuste, al tiempo que considera a los derechos económicos y sociales como"costos"que afectan la competitividad de la nación.

11. En el "Nuevo Orden Mundial", los poderosos se abrogan el derecho de establecer cláusulas de condicionalidad a los acuerdos comerciales y de cooperación, así como imponen las pautas para determinar que naciones subdesarrolladas son elegibles para recibir créditos y cooperación. La Ley Helms-Burton y la política estadounidense de emitir certificaciones de buena o mala conducta, resaltan entre de las expresiones mas descarnadas de las nuevas formas de injerencia.

12. El neoliberalismo es simultáneamente la reestructuración del poder económico y político del capital y el intento de desestructurar a los viejos y los nuevos sujetos sociales excluidos del sistema. Se trata de un cambio de reglas de dominación que fragmenta, atomiza y desmoviliza con mas eficacia a los sujetos sociales que tradicionalmente representaron la alternativa al sistema. Esta fragmentación hace aun mas complejas las condiciones para la articulación de procesos de transformación política, económica y social, imprescindibles para romper el circulo vicioso de la dependencia y el subdesarrollo en nuestras naciones.

13. En el proceso de fragmentación de los sujetos sociales alternativos, resalta el papel que juega el desempleo. La expulsión de la fuerza de trabajo ya no es solo una consecuencia de periodos de recesión, sino que se convirtió en un fenómeno estructural. La desocupación, salvo contadas excepciones, aumenta incluso en los momentos de expansión económica, debido a que su crecimiento se convirtió en una premisa para la reproducción del capital.

14. La reproducción del capital paso a asentarse fundamentalmente en la esfera financiera especulativa y en la intensificación de los procesos productivos, modalidades que expulsan fuerza de trabajo. La exclusión creciente se convirtió en la premisa de la competitividad y la ganancia, circulo vicioso que cierra cada día mas el ciclo empleo-producción-consumo y conduce a la explotación irracional de los recursos naturales renovables y no renovables del planeta.

15. Con el aumento del desempleo y la reestructuración de los procesos productivos, el capitalismo exacerba un fenómeno que el pensamiento socialista ya había detectado en el siglo XIX: la intensificación de la competencia entre los trabajadores y la agudización de sus diversidades especificas. Las formas clásicas de socialización obrera --sindicatos y partidos principalmente-- son duramente afectadas por todos esos fenómenos. Se asiste a una tendencia mundial, más o menos generalizada, hacia la caída de las tasas de sindicalización.

16. Los fundamentalistas del neoliberalismo intentaron, con algún éxito, quebrar las resistencias a su proyecto, reprimiendo a los sindicatos, las huelgas y otras formas de movilización. Eso reforzó su triunfalismo y les permitió exhibir un optimismo que hace muchas décadas no poseían.

17. Por otra parte, el fracaso de la principal experiencia mundial alternativa al capitalismo fue utilizado por los ideólogos del neoliberalismo para intentar convencer al mundo de la imposibilidad de ejecutar cualquier tipo de proyecto antineoliberal. Sin embargo, países como Cuba y Viet Nam, iniciaron procesos, de acuerdo a sus peculiaridades, destinados a adecuarse a los retos de la nueva coyuntura internacional.

18. Una gran parte de los partidos socialistas en el poder comenzaron a aplicar ajustes de inspiración neoliberal. Esas políticas crearon conflictos con las bases populares y sindicales de la socialdemocracia, al hacer crecer el desempleo y debilitar los mecanismos de protección social. Esa inflexión programática alcanzó inclusive a algunos partidos socialdemócratas en la oposición. Las políticas de pleno empleo, hasta entonces una idea-fuerza de la socialdemocracia, fueron abandonadas.

19. Las izquierdas en todo el mundo sufrieron un fuerte impacto con la crisis de dos de los paradigmas que mas las habían influenciado en el siglo XX: la socialdemocracia y el comunismo. El efecto se hizo sentir inclusive en aquellas organizaciones que, en mayor o menor medida, mantenían distancia en relación a ambos. No se puede olvidar el peso que esas referencias tuvieron en la cultura política de las izquierdas, aunque fueran valoradas, como frecuentemente ocurrió, desde una perspectiva crítica, que dieron lugar a nuevas formulaciones teóricas y de acción política.

20. Con la desaparición de la URSS, el fin de la bipolaridad y de la "Guerra Fría", se comenzó

a diseñar un "nuevo orden internacional". La expresión, utilizada por el presidente Bush después de la Guerra del Golfo, traducía el triunfalismo del imperio con la derrota incruenta de su enemigo de más de cuarenta años. Los Estados Unidos pasaron a tener una preeminencia política, militar y económica jamás antes alcanzada. La hegemonía norteamericana se reforzó con los impases de las organizaciones multilaterales que supuestamente hubieran podido establecer un cierto equilibrio en las relaciones internacionales, como es el caso de las Naciones Unidas. Los escenarios fundamentales de decisión sobre la economía y la política mundiales pasaron a ser organismos como el G-7, el FMI, el Banco Mundial y la Organización Mundial del Comercio. En todas ellas el peso de los Estados Unidos es enorme.

21. La creciente globalización productiva y financiera y la exacerbación de la competencia internacional, acentuada con la emergencia de nuevas economías industriales en Asia, tuvieron un fuerte impacto en la división internacional del trabajo. Las economías nacionales, incluso en los países industrialmente avanzados, quedaron más subordinadas a los condicionamientos internacionales. La crisis fiscal de los Estados se agravó. Para adaptarse a las nuevas reglas del mercado mundial, impuestas o no por organismos supranacionales, los gobiernos realizaron drásticas reformas de sus Estados, implementando programas de privatización y cortes sustanciales en las políticas de bienestar que el movimiento obrero había impuesto en la posguerra. Las privatizaciones no obedecieron a estrategias de política industrial, menos aún a nuevos proyectos de desarrollo, siendo resultado de la prioridad dada al ajuste, y contribuyendo a la concentración del capital, la extranjerización de la economía y la exacerbación del viejo fenómeno de la corrupción, y, estimulando la creación de nuevos monopolios privados, alejando la posibilidad de control de la economía por parte del conjunto de la sociedad.

22. El combate a la inflación y la búsqueda de la estabilidad monetaria se transformaron en valores supremos. El crecimiento sobre todo para los países subdesarrollados, dejó de ser una prioridad. Las políticas de ajuste fueron facilitadas por los profundos cambios ocurridos en el mundo del trabajo y por la configuración de una nueva geografía productiva del capitalismo. Las innovaciones tecnológicas sin precedentes en el uso de materiales y en los procesos productivos, no sólo provocaron un aumento de la productividad, sino que también alteraron la composición misma de las clases trabajadoras.

23. La nueva geografía industrial generada por la globalización, favorecida por sofisticadas técnicas de información, crea nuevos polos productivos allí donde existan condiciones para su implantación, sobre todo debido a las posibilidades de super explotación de la fuerza de trabajo. Pero, al mismo tiempo, la globalización desindustrializa otras regiones, lanzando decenas de millones de hombres y mujeres al desempleo y la marginalidad. La tercerización, el regreso al trabajo doméstico, el trabajo infantil e incluso el resurgimiento de la esclavitud y la semi-esclavitud, junto a los cambios en el proceso de trabajo, contribuyen a la fragmentación de los trabajadores y del conjunto de la sociedad.

Las clases dominantes intentan imponer en todas partes la desregulación y/o la"flexibilización"del trabajo, lo que implica la expansión de los empleos temporales y precarios que no están sujetos a las protecciones sociales y previsionales que el movimiento obrero conquistó durante sus luchas a lo largo de todo el siglo XX. No sólo hubo un incremento del desempleo, como un deterioro de la calidad del trabajo.

24. No obstante las muchas dificultades existentes, la lucha de clases no se acabo y el movimiento obrero continua siendo un factor importante en los procesos sociales y políticos, si bien diverso y en recomposición de sus organizaciones de lucha, al mismo tiempo que surgen y se consolidan nuevos movimientos de los oprimidos y los excluidos, de los cuales emana la posibilidad de construir un nuevo universalismo unificador.

II. AMERICA LATINA Y EL CARIBE EN EL UMBRAL DEL SIGLO XXI

25. Las tendencias generales del escenario económico, político y social del continente exigen obviamente un análisis más detallado y particularizado que explique las complejidad de los profundos cambios en curso y contemple las diversidad regionales y nacionales.

26. A través de las dictaduras militares, en algunos casos, y del autoritarismo, en otros, en América Latina y el Caribe se impuso la "disciplina social" necesaria para hacer recaer sobre los pueblos el peso del ajuste estructural.

27. En América Latina, las dictaduras militares fueron llegando a su final y se abrió cauce a procesos de transición.; la que muchas veces debió realizarse a través de pactos y compromisos con el antiguo régimen dejando una herencia autoritaria, no transcurriendo como hubiesen querido las fuerzas democráticas y generando a veces divergencias entre ellas acerca de cómo encarar la salida institucional. Pero la transición -que, transcurrió bajo condiciones diferentes según los países, con mayor o menor peso de las fuerzas populares y de izquierda- significó para los pueblos que padecieron crueles dictaduras un cambio sustancial.

28. Si bien las políticas neoliberales que se aplicaron luego en la mayoría de los países defraudaron las expectativas populares en la medida en que no se dio satisfacción a los legítimos reclamos de justicia social de las grandes mayorías, la restauración de la democracia significó para millones de latinoamericanos de varios países el fin de las torturas, las muertes, las persecuciones, las proscripciones, el exilio político y el terrorismo de Estado. Pero significó, además, un nuevo escenario para luchar en mejores condiciones por las transformaciones sociales que la derecha resiste.

29. Más allá de los resabios autoritarios más o menos latentes en todos nuestros países tras la caída de las dictaduras, el advenimiento de las aperturas democráticas fue por sobre todo una conquista de los pueblos y de las fuerzas democráticas, con un protagonismo determinante -del que nos enorgullecemos- de las organizaciones de izquierda, que pagaron un alto precio en la reconquista de las libertades. No valorar estos aspectos equivaldría a cuestionar nuestras posibilidades de protagonismo en la profundización de los procesos democráticos abiertos en el continente tras la caída de las dictaduras.

30. Urgidos de un modelo de recambio, las elites del subcontinente asumieron al neoliberalismo como propio, en parte por presiones externas, pero también con una elevada cuota de complicidad.

31. En diversos sectores se fortalece la comprensión de que el neoliberalismo no es una

estrategia de verdadero desarrollo, sino constituye un esquema funcional a los intereses estratégicos de las grandes potencias, que perpetua y agudiza el subdesarrollo e impone un patrón de acumulación altamente concentrador y excluyente.

32. Las políticas sociales -que en el modelo desarrollista cumplían la función de contribuir a la reproducción de la fuerza de trabajo (mediante la capacitación, la salud y otras prestaciones)-, se convierten en "costos" que afectan a la "competitividad" de la nación. Los gobiernos abandonan los conceptos de desarrollo social y justicia social y abrazan el criterio neoliberal de "asistencialismo focalizado", dirigido exclusivamente a las franjas de extrema pobreza cuya explosividad puede hacer peligrar el sistema, así como lo utilizan para el clientelismo político.

33. Los fraudes que acompañaron de manera general a las privatizaciones beneficiaron a grupos empresariales nacionales e internacionales y a camarillas incrustadas en los gobiernos, muchas veces compuestas por familiares de presidentes y ministros. Las empresas estatales fueron vendidas, en general, a precios mucho mas bajos y frecuentemente en cambio de "monedas podridas", (distintos títulos de deuda con valor real por debajo de su valor nominal).

34. Los gobiernos justificaron esas privatizaciones con un discurso: 1) contra la existencia de monopolios, (en el caso de los estatales), 2) en favor de una mejor atención a los consumidores y usuarios, a partir del criterio de que los servicios públicos en general eran de pésima calidad y 3) para proponer un nuevo papel del Estado; este debería ocuparse de cuestiones importantes como la salud y la educación, en vista de que los recursos obtenidos con la venta de las empresas serian supuestamente utilizados, por lo menos en parte, en políticas sociales. El resultado fue otro. Los monopolios estatales fueron sustituidos por monopolios privados y, en algunos casos --suprema ironía-- por monopolios estatales europeos. La calidad de los servicios privatizados se mantuvo en algunos casos inalterada y en otros se deterioro. Mientras tanto, las tarifas que la población paga por ellos crecieron sustancialmente.

35. Los procesos de absorción implicaron la liquidación de la investigación tecnológica nacional, sustituida por la tecnología importada. Implicaron igualmente procesos de "racionalización" empresarial que provocan un incremento del desempleo y de la exclusión social, fenómeno grave en una región marcada por seculares desigualdades sociales. En otros casos, las industrias simplemente se transformaron en firmas importadoras. La educación y salud se privatizaron. Las que quedan bajo la órbita estatal se rigen por el criterio de rentabilidad empresarial que atentan contra los modelos pedagógicos socializadores del saber y, en la salud, contra su esencia solidaria. Lo mismo ocurre en la Seguridad Social, agravado con la entrega al capital privado de los fondos de jubilaciones y pensiones. Ya vivimos el mundo de los "post-pensionados" que cometieron el "error" de vivir muchos años.

36. El abandono de políticas industriales activas - consideradas ahora como "cosas del pasado" - la apertura salvaje y la revalorización artificial de las monedas nacionales frente al dólar, contribuyeron al deterioro del comercio exterior de la mayoría de los países del continente, que pasaron a producir sucesivos y crecientes déficits. Esos déficits comerciales afectan la balanza de pagos, situación que se agrava teniendo en cuenta los compromisos de la deuda externa en constante expansión.

37. Con el objetivo de sustentar la existencia de reservas de divisas necesarias para mantener la relación entre la moneda nacional y el dólar, y para compensar las perdidas que la apertura provoca en la balanza comercial, los gobiernos nacionales salieron desesperadamente en busca de capitales internacionales, generalmente especulativos.

38. Un deterioro de las finanzas externas podría repetir los graves acontecimientos de diciembre de 1994 en México, con imprevisibles consecuencias para el sistema financiero internacional, además de las repercusiones sociales y políticas que tendría en los países afectados. Tal como ocurrió con el "efecto Tequila", una nueva crisis, originada inicialmente en una economía nacional, se puede extender rápidamente a una gran parte del continente y hacia otras regiones del mundo".

39. Los capitales de corto plazo --conocidos como capitales golondrinas-- solo vienen hacia América Latina y el Caribe si son generosamente remunerados, pues enfrentan el alto riesgo que representa operar en las economías emergentes de la región, dentro de un contexto en que los flujos de capitales se concentran en los países desarrollados. Por tanto es necesario imponer altas tasas de intereses. Pero los intereses elevados inhiben la producción y estimulan la especulación financiera. Contribuyen al mismo tiempo al crecimiento de la deuda interna. Para que el tipo de cambio que opera en el momento del ingreso de capitales no aumente el circulante, alimentando nuevas presiones inflacionarias, los gobiernos quedan condicionados a emitir títulos públicos que agravan el déficit interno, sobretodo porque se trata de bonos de corto plazo. Hay países que tienen casi el 50% de sus ingresos presupuestales comprometidos con el pago del servicio de la deuda interna.

40. Para atraer capitales productivos, de largo plazo, una gran parte de los gobiernos nacionales, así como en el interior de los países y regiones, se multiplican los favores y ventajas que no se ofrecen a los inversionistas nacionales. Muchos de esas inversiones --por el nivel de sofisticación tecnológica que poseen-- producen un numero irrisorio de empleos directos o indirectos. Son cada vez mas frecuentes, en los procesos de atracción de las empresas transnacionales, las exenciones de impuestos por 20 o 30 años, la construcción integral de infraestructura, a veces compleja, los créditos voluminosos a los intereses subsidiados, además de la ya mencionada "flexibilizaron" del trabajo.

41. La apertura salvaje tuvo efectos semejantes sobre la agricultura, sobre todo a los pequeños y medianos productores, aunque no solo a ellos. Ese hecho fue acompañado de políticas de contrarreforma agraria en varios países, como fue sobretodo el caso mexicano, y se tradujo en la incapacidad de otros gobiernos, como el brasileño, de enfrentar la cuestión de la tenencia de la tierra. La consecuencia de esa tendencia regresiva fue el agravamiento de la crisis en los campos del continente y el (re)surgimiento de movimientos agrarios, como ilustran los ejemplos del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra en Brasil, las marchas campesinas en Colombia, la lucha del movimiento indígena en Ecuador, de los campesinos en Paraguay y la propia insurgencia zapatista en México.

42. A pesar que la economía de América Latina y el Caribe ha crecido 3,5% en 1996, las cifras oficiales de desempleo llegan al 8%, bastante superior a las estadísticas de 1990 (6%). Esas cifras constan en las estadísticas del Banco Interamericano de Desarrollo (BID),

presentadas en su ultima reunión anual, en Barcelona. Según algunos observadores, es necesario un crecimiento anual superior al 5% del PIB para que el desempleo se estabilice. Es importante señalar que las estadísticas del desempleo subestiman la amplitud del fenómeno y ocultan situaciones bastante mas dramáticas como las de los grandes centros urbanos -- Buenos Aires, México, Sao Paulo, Bogotá, Lima, entre otros-- donde las cifras pueden llegar al 20% o mas. Esa situación se repite también en muchos estados/provincias, o alimenta fuertes movimientos de carácter regional, como es el caso de Argentina.

43. Para cumplir un programa tan radicalmente antipopular los gobiernos mediante sus políticas neoliberales utilizaron una serie de instrumentos tendientes a concretar la desestructuración social y política de los trabajadores. Son frecuentes las políticas de desregulación y"flexibilización"del trabajo, lo que significa eliminar a los trabajadores garantías mínimas que fueron conquistadas en décadas de lucha y consagradas en las legislaciones de muchos piases. Además del desempleo, esta la precarización del empleo.

44. En ese contexto, los sindicatos y las organizaciones populares pasaron a ser "disfuncionales" al modelo, un obstáculo a esas políticas de inspiración neoliberal. Son estigmatizados como instituciones "del pasado", “defensoras de"privilegios", que desarrollan una resistencia "puramente corporativa", incompatible con los tiempos de la "modernidad" y de la "globalización". La defensa de valores nacionales y de la solidaridad social paso a ser algo sumamente "arcaico". Los gobernantes del actual periodo de ajustes, las elites que los sustentan y los poderosos medios de comunicación de los que se sirven, desarrollan una ofensiva para fortalecer sus nuevos valores y, sobre todo, descalificar y deslegitimar a la oposición. En algunos casos, se trata de criminalizarlas.

45. El actual modo de gobernar tiene un fuerte componente antidemocrático. Para vencer las resistencias de la sociedad y los parlamentos a su política, los presidentes tienden a reforzar el papel del Ejecutivo, gobernando por decreto; sometiendo a los Poderes Legislativos y Judiciales, a todo tipo de presiones y chantajes, que limitan su autonomía. En los países de régimen federativo, se manifiesta una tendencia de hipertrofia del poder de la unión, restringiendo la capacidad de decisión de estados/provincias y municipios, en nombre de una nueva "racionalidad" económica. Los gobiernos centrales reproducen internamente en relación a los gobiernos regionales y municipales los mismos comportamientos que los organismos como el FMI, el Banco Mundial y otros que tienen relación con los Estados nacionales.

46. La aceptación de esas políticas reduce el margen de maniobra de los gobiernos nacionales. Estos pasan a depender crecientemente de apoyos externos, sobre todo de las agencias que monitorean los programas de ajuste y de las empresas multinacionales que exigen condiciones cada vez mas estrictas para invertir. Para atraer capitales especulativos o inversiones productivas, los gobiernos desarrollan estrategias de subordinación jamas vistas. La política exterior virtualmente desaparece, como proceso a través del cual el Estado nacional afirma su presencia soberana en el mundo, consciente de los limites y de las posibilidades de su intervención. La diplomacia se transforma en una operación de venta de imagen del país en el mundo, operada por presidentes transformados en gerentes de marketing de sus gobiernos. La política queda totalmente sometida a supuestas conveniencias económicas. No se trata, por tanto, de atribuir a los "agentes externos" las vicisitudes vividas por los gobiernos nacionales de una gran parte del continente. Lo que

ocurre es un proceso de servilismo voluntario de las elites locales.

47. Los programas de estabilización son construidos de tal forma, que cualquier critica se transforma en amenaza a su continuidad y en objeto de chantaje político. O se va a favor del ajuste, tal como este esta siendo aplicado o se esta "contra el país". Expresión de esa situación fue en los últimos años los movimientos por la reelección de los presidentes de varios países, como lo demuestran los ejemplos de Fujimori en Perú, Menem en Argentina y, mas reciente, la aprobación de la enmienda constitucional que permite la reelección en Brasil. La discusión sobre la necesidad de la "continuidad administrativa" requerida para el combate a la inflación, viene acompañada del chantaje ejercido por los medios financieros internacionales.

48. El Foro de Sao Paulo desde sus inicios destacó la importancia de la lucha por la democracia política como un producto histórico del combate de los pueblos. Afirmó en el IV Encuentro la necesidad de profundizar la democracia a través de la combinación de mecanismos representativos y formas de democracia participativa y directa integrando luchas institucionales con luchas sociales. Fenómenos contemporáneos como la perdida de representatividad y legitimidad de los Partidos políticos; la falta de transparencia y garantías de procesos electorales, el abstencionismo, los escándalos de corrupción, y prácticas demagógicas que intentan capitalizar la frustración y decepción de los pueblos, tienden a asociarse a la vida democrática, debilitando su credibilidad. Los partidos y fuerzas políticas deben profundizar el examen de éstos fenómenos así como sus causas y formas de enfrentrarlos apuntando a que la lucha por profundizar la democracia sea también la lucha contra la corrupción y otras prácticas nefastas.

49. En la subregión caribeña aun se mantienen enclaves coloniales reminiscentes de las mas retrogradas formas de dominación y explotación. Tales con los casos de Puerto Rico, Martinica, Guadalupe, la Guayana Francesa y las Islas Vírgenes de Estados Unidos y las británicas. Las pequeñas naciones del Caribe, en conjunto, sufren con particular crudeza los embates de la globalización neoliberal y de la inflexibilidad e insensibilidad de la política de la Unión Europea y de los Estados Unidos, pues sus intereses se ven directamente afectados por la rivalidad interimperialista, como sucede en torno al tema del banano, así como por la política antiinmigrante de esas naciones y las presiones estadounidenses para que "completen" el proceso de apertura unilateral.

50. En las naciones en las que la izquierda se consolida como una real alternativa de gobierno, constatamos la agregación pragmática de las fuerzas políticas tradicionales para garantizar la continuidad del modelo neoliberal, así como evitar el triunfo de las fuerzas populares. Debemos tener presente que en el pasado reciente las tentativas de resolver la crisis del Estado y el problema del financiamiento del desarrollo a través de la inflación fueron catastróficas. La inflación, combinada con los procesos recesivos, tuvo consecuencias altamente desestabilizadoras desde el punto de vista económico, social y político y que en ese marco se estimuló el surgimiento de "hombres providenciales", como lo fueron en su momento Salinas, Collor de Mello, Fujimori, Menen y Fernando Henrique Cardoso, con sus programas de estabilización de perversas consecuencias sociales y nacionales en el mediano y largo plazo.

51. La eventualidad de una victoria de la oposición es presentada como el preludio del "caos",

momento en que ocurrirán fugas masivas de capitales, que inviabilizan la continuidad del combate a la inflación. El fantasma del "regreso al pasado" ha sido utilizado exitosamente. Todo sucede, como si en ese "pasado", las izquierdas hubieran gobernado a la gran mayoría de los países de América Latina y el Caribe. Las elites, hoy convertidas al neoliberalismo, intentan esconder el hecho de que fueron ellas las que detentaron el poder en el continente y las que mas se beneficiaron de las políticas que ahora tanto critican.

III. LA POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS HACIA AMERICA LATINA

52. La recomposición de las relaciones entre los grandes bloques políticos y económicos del mundo, así como de estos con las naciones de la periferia, transcurre en medio de un accidentado y contradictorio proceso de cooperación y competencia entre los mismos. En este proceso se entremezclan los intereses conjuntos de los Estados Unidos, la Unión Europea y Japón - por su condición común de grandes potencias frente al resto del mundo -, con los intereses particulares de cada uno de ellos, derivados de su condición de competidores entre si.

53. En el caso de América Latina y el Caribe, la incidencia de la política de los Estados Unidos hacia la región, constituye un obligado punto de referencia, por el hecho de compartir su espacio hemisférico con un país que considera a la región como su espacio geopolítico propio e incuestionable.

54. En los momentos en que surgió el Foro de Sao Paulo, el imperialismo norteamericano concentraba sus esfuerzos en la guerra sucia contra la Revolución Popular Sandinista y el apuntalamiento de los regímenes dictatoriales en El Salvador y Guatemala, al mismo tiempo que continuaba desarrollando su política injerencista y contrainsurgente en el resto de los países de la región. Cuba no sólo enfrentaba el recrudecimiento del bloqueo y la hostilidad, sino que estaba a punto de perder el sistema de relaciones económicas, comerciales, financieras y de colaboración, construido durante décadas y que representaba el 85% de sus intercambios externos. Muchos pensaban que seria un golpe mortal para la Revolución Cubana. Fue durante esta etapa, bajo los mandatos de Ronald Reagan, que en los Estados Unidos se establecieron las bases de una política hemisférica bipartidista fundada en las líneas generales de los documentos de Santa Fe.

55. Actualmente, Estados Unidos se encuentra en una fase de rearticulación del sistema de relaciones interamericanas. Tal proceso tuvo su clímax en la llamada "Cumbre de las Américas", celebrada en Miami en diciembre de 1995, ocasión en que los mandatarios del continente - con la excepción de Cuba - suscribieron un conjunto de acuerdos que constituyen un código de conducta obligatorio en prácticamente todas las esferas de la vida nacional.

56. La nueva política de los Estados Unidos esta orientada a: contener el aumento de la penetración comercial e inversionista de la Unión Europea y los países de la Cuenca del Pacifico en América Latina y el Caribe; impulsar la creación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio para prevalecer en los mercados de la región con sus productos; reforzar el compromiso de las elites con los ajustes neoliberales; controlar los excesos desestabilizadores de la política económica antipopular; profundizar y diversificar las presiones y agresiones destinadas a intentar la destrucción de la Revolución Cubana y, evitar el eventual

desencadenamiento de estallidos sociales.

57. Con el fin de la "Guerra Fría", los Estados Unidos pretenden atribuir nuevas funciones a las fuerzas armadas de América Latina, consideradas por ellos hasta entonces como reserva estratégica en su enfrentamiento al comunismo. Se trata, según los estrategas del Departamento de Defensa, de atribuir a los ejércitos latinoamericanos las funciones de policías en la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo. Esa tesis enfrenta una fuerte resistencia entre los militares latinoamericanos, ya sea entre los sectores nacionalistas de derecha, nostálgicos de las dictaduras, o entre las corrientes democráticas de las Fuerzas Armadas, por la preservación de la soberanía nacional.

58. El proyecto estadounidense para la creación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio esta basado en la negociación del ingreso casuístico de cada nación latinoamericana al actual Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC), en contraposición al procedimiento defendido por varios gobiernos latinoamericanos, de que sea una negociación entre el TLC y cada uno de los bloques subrregionales en desarrollo y consolidación. El enfoque del gobierno de los Estados Unidos esta orientado a la desintegración y dispersión de las naciones latinoamericanas y caribeñas, al tiempo que acentuaría aun mas la asimetría en el pretendido pacto.

59. En el plano económico, las relaciones de los Estados Unidos con América Latina y el Caribe también sufrieron importantes cambios. Hace pocos años, esas regiones eran áreas de cierta importancia en lo referido a las exportaciones de capitales, pero tenían una significación comercial relativamente pequeña en el comercio global de los Estados Unidos. Muchas economías latinoamericanas mantenían relaciones comerciales superavitarias con los Estados Unidos. Esa situación sufrió cambios relevantes. Los Estados Unidos tiene crecientes superávits comerciales con la región (US$ 16 mil millones, en 1996), como consecuencia de la política de apertura que ellos mismos fueron estimulando en los países del continente. Mientras pregonan el libre comercio, los Estados Unidos practican todo tipo de proteccionismo que impide la existencia de una reciprocidad comercial.

60. La arrogancia con que se comporta en los foros internacionales se traduce en presiones del gobierno de los Estados Unidos para que los países reduzcan mas las alicuotas de importación, adopten leyes de protección de la propiedad intelectual que solo favorecen a los países desarrollados o abran mas las políticas de control sobre las inversiones extranjeras. De la misma forma, utilizan las cláusulas sociales y ambientales - en principio correctas - que comienzan a preocupar a todos los gobiernos del continente pero - que en ese contexto - son instrumentos neoproteccionistas disfrazados.

61. Las dificultades que presentan las negociaciones para la implantación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio son sintomáticas de las contradicciones de la política norteamericana en el continente y de los conflictos que ella engendra. Washington no quiere discutir las formas de proteccionismo que su país utiliza, pero tiene prisa en eliminar todas las barreras comerciales para inundar a los países del continente con sus mercancías y provocar la destrucción de mas sectores productivos de la industria y la agricultura. El ingreso de Chile al TLC ha sido obstaculizado por el Congreso, que se rehusa a darle a Clinton la vía rápida (fast-track) necesaria para promover una política de integración negociada, a pesar de que ella seria dentro del marco de la hegemonía de los Estados Unidos.

62. Los Gobiernos del continente han defendido, aunque con vacilaciones, un proceso mas lento, precedido de la discusión sobre el proteccionismo estadounidense y que intente garantizar una adecuación de los sistemas productivos nacionales a las nuevas condiciones de competitividad que tal zona de libre comercio crearía. Esa posición es compartida inclusive por amplios sectores del empresariado ya en crisis por el modelo y que están temerosos de ser barridos por una política de apertura aún más salvaje.

63. Para afirmar las tendencias favorables a un verdadero proceso de integración regional, es preciso sacar el debate y la acción en curso de las manos de los banqueros, empresas transnacionales o de las burocracias de los bancos centrales, ministerios de Hacienda y de Relaciones Exteriores, para transformarlos en un punto central de la agenda de los pueblos. Algunas experiencias en curso de participación sindical sobre esos problemas revelan un camino a seguir. Una integración sólo es provechosa cuando los países que se integran son soberanos y cuando esa soberanía esta garantizada y basada en una intensa participación popular en las decisiones tanto de política interna como de política externa.

64. La formación de otros bloques - la Unión Europea y el de los países asiáticos - y los conflictos objetivos que ellos mantienen con los Estados Unidos, además de las propias dificultades que Washington enfrenta para mantener y ampliar el TLC, abren espacios para una política mas diversificada por parte de los países latinoamericanos y del Caribe, que rompa con la supervivencia de las "relaciones carnales" con los Estados Unidos, de acuerdo con la definición del Ministro de Relaciones Exteriores argentino hace algunos años.

65. Nuevos temas acabaron por ser incorporados a la agenda exterior de los Estados Unidos, como el problema del narcotráfico, el terrorismo y los asuntos relacionados con la migración. Incapaces de controlar el consumo de drogas en su propio país, los Estados Unidos intentan intervenir directamente en la vida interna de los países del continente, supuestamente para impedir la producción de las drogas. Washington se da el lujo de emitir certificados de buena (o mala) conducta a los países del continente en función de la eficacia que sus gobiernos hayan demostrado en el combate a la producción y el tráfico de las drogas. Al mismo tiempo, promueven leyes "antiterroristas" - como en Perú, Colombia y Argentina - que en realidad buscan estigmatizar a cualquier militante social que promueva acciones que cuestionen las políticas neoliberales aplicadas por los gobiernos.

66. El tema de la migración también se convierte cada vez mas en una cuestión crucial. Mientras se impone a nuestras naciones la apertura indiscriminada a los flujos de capitales y mercancías - con un saldo neto de incremento del desempleo estructural -, se proscribe el flujo de la fuerza de trabajo, para evitar que emigre en busca de la subsistencia que el modelo le niega en su propio país. Las políticas de ajuste y la pauperización que le siguen el rastro provocan la tendencia a fuertes movimientos demográficos de poblaciones empobrecidas o sin perspectivas de vida, hacia los países desarrollados donde, supuestamente, existirían mejores oportunidades de empleo condiciones de vida, además de una mayor protección social. Ese fenómeno afecta no solamente a países cercanos a los Estados Unidos -México, América Central y El Caribe - sino igualmente a otras naciones que hasta hace muy poco no poseían una tradición migratoria, como es el caso de Brasil. La política de los Estados Unidos es no solo impedir la inmigración, sino introducir discriminaciones de todo tipo a los trabajadores indocumentados y ciudadanos con derechos

adquiridos residentes en los Estados Unidos, para quienes comienzan a estar vedadas las políticas de protección social.

IV. LA CONSTRUCCIÓN DE POLÍTICAS ALTERNATIVAS

67. Al regresar a Brasil para realizar su VII Encuentro en Porto Alegre, la ciudad gobernada durante más de ocho años por el Partido de los Trabajadores, nos proponemos avanzar aún más en la construcción de la agenda y el programa de acción alternativos. Es justo reconocer que, aun con limitaciones, ya tenemos todo un acumulado que no existía al comenzar, sobre todo para definir estrategias y precisar propuestas, que desde los sectores populares enfrenten y derroten la ofensiva neoliberal. En el transcurso de estos siete años de vida del Foro, hemos ganado en comprensión acerca del neoliberalismo, que entonces parecía como un todo monolítico y amenazaba con aplastarnos irremediablemente. Hemos aprendido a evaluar de manera mas equilibrada y profunda sus contradicciones, aunque ese análisis no siempre se ha traducido en alternativas viables en el corto y el mediano plazo.

68. Junto a los problemas comunes que poseen los países de América Latina y el Caribe, se encuentran las particularidades nacionales y regionales, determinadas por especificidades y situaciones históricas concretas que deben ser respetadas, para evitar caer en simplificaciones y recetas. Sin embargo, es imprescindible encontrar políticas unificadoras. En la medida que avanza la "globalización desde los poderosos", se crean condiciones para"universalizar las luchas de los excluidos del sistema". Se hace evidente la necesidad de una "globalización" alternativa de los de abajo, por los de abajo y para los de abajo, que nos permita contar con suficiente energía, con el poder de convocatoria necesario, así como con la flexibilidad y la inteligencia requeridas para revertir de manera integral, la afrenta que supone para nuestros pueblos el "internacionalismo neoliberal".

69. Para eso necesitamos avanzar en la comprensión de nuevos requisitos: Primero, realizar un esfuerzo intelectual y político para comprender las profundas transformaciones económicas, sociales, culturales, de comunicación, por las cuales atraviesa el mundo. Segundo, formular propuestas claras y consistentes, que establezcan una nítida división de aguas tanto con el viejo desarrollismo como con los ajustes neoliberales actuales, con la versión de"democracia con exclusión"que se nos pretende imponer, así como frente a los autoritarismos crecientes, mediante la formulación de propuestas alternativas encaminadas a la construcción de la verdadera democracia, con desarrollo sustentable, justicia social y equidad. Tercero, fortalecer a las organizaciones populares, al mismo tiempo que construimos instrumentos de participación política a la altura de los grandes desafíos que tenemos frente a nosotros. La historia de las luchas sociales y políticas nos muestran que en muchas circunstancias no disponemos de las herramientas a la altura de nuestros objetivos y, sobre todo, de las expectativas que las masas de trabajadores y de excluidos mantienen en relación a nuestros partidos y frentes. De nada valdrán nuestra formulaciones teóricas, si no disponemos de partidos y movimientos capaces cumplir eficientemente su función de intermediación social, de aglutinar los intereses de los excluidos en un programa en torno al cual se logre cimentar la unidad de acción política.

70. El cumplimiento de esos tres requisitos debe ser acompañado de un proceso más amplio de renovación y actualización de nuestra cultura política que abra camino para la invención y la creatividad política que siempre caracterizaron a las fuerzas auténticamente progresistas.

Solamente así seremos capaces de retomar nuestro diálogo con la juventud y devolver a nuestros militantes la autoconfianza que en algunos momentos damos la impresión de haber perdido. Es paradójico que en este momento de dificultades provocadas por la ofensiva neoliberal, la acción de los partidos y movimientos populares y democráticos haya alcanzado un desarrollo sin precedente en la historia latinoamericana. Esos avances se expresan no solamente a través de nuestros resultados electorales, sino también en nuestra inserción en los movimientos sociales, en nuestra capacidad de gobernar ciudades y estados importantes y en la forma por la cual intervenimos en el debate político e ideológico de nuestro tiempo.

71. América Latina y el Caribe demandan alternativas que permitan superar la crisis actual y contribuyan a resolver los problemas estructurales acumulados durante décadas de subdesarrollo y dependencia. Se trata de elaborar proyectos que presuponen un crecimiento con redistribución de ingresos, que neutralicen las tendencias concentradoras y excluyentes de viejos modelos desarrollistas y el nuevo modelo neoliberal, mediante la promoción de propuestas de políticas económicas, con énfasis en lo productivo, una fuerte expansión del mercado interno con una sólida política de exportaciones. Se trata de alternativas con una adecuada combinación de propuestas de solución a los problemas esenciales y de los que pueden ser abordados en una perspectiva mas inmediata.

72. Sin embargo, al mismo tiempo es imprescindible avanzar en programas de corto y mediano plazo, que nos permitan adelantar en lo inmediato iniciativas viables y soluciones efectivas para los graves problemas de nuestras sociedades, que en ningún caso deben comprometer el avance futuro hacia la solución de las grandes deformaciones estructurales que padecen nuestras naciones.

73. Algunos de los aspectos a tomar en consideración en los programas económicos pudieran ser: fortalecer el papel del Estado en la sociedad en favor de las mayorías; reestructurar y modernizar el aparato productivo para lograr una eficiencia que sustente el desarrollo estable del gasto social; preservar al máximo posible la socialización y el mantenimiento del control sobre el patrimonio nacional; otorgar la prioridad necesaria al papel de los resortes y los controles financieros; laborar en una reforma fiscal que contribuya a la estabilidad macroeconómica y fortalezca la moneda nacional en beneficio del pueblo; promover el marco jurídico necesario que permita desarrollar el mercado interno, las investigaciones, el desarrollo tecnológico y la planta industrial nacional; mantener y aumentar los mecanismos y las vías de redistribución del ingreso; trabajar por la integración regional y por un nuevo orden económico internacional y, auspiciar el rescate y la preservación del medio ambiente.

74. Hoy, en el centro del debate esta la cuestión de los recursos para el desarrollo y, por tanto, del fortalecimiento del papel del Estado y su financiamiento. Nuestra propuesta demanda una reforma del Estado destinada a dotar de mayor eficacia al sector publico, así como a redefinir sus funciones y tareas, para lograr su legitimación como mecanismo de asignación de recursos y de regulación socioeconómica. En este sentido, se torna imprescindible la recuperación de la capacidad operativa del Estado en la gestión de las políticas publicas; ello supone mantener y ampliar sus funciones económicas y sociales.

75. Una alternativa al neoliberalismo precisa de una propuesta de reestructuración y modernización del aparato productivo, condiciones indispensables para romper con siglos de subdesarrollo. La modernización productiva debe detener la creciente desindustrialización de

las economías, auspiciando el desarrollo de la planta industrial y de la tecnología en correspondencia con las necesidades y potencialidades nacionales. Al mismo tiempo, las legislaciones en materia de comercio exterior e inversiones extranjeras, se encaminaran a propiciar la modernización productiva y el acceso a tecnologías y mercados, siempre en un marco legal que permita preservar e incluso potenciar los recursos naturales, industriales y humanos.

76. La reestructuración productiva permitirá definir estrategias para impulsar el desarrollo de áreas de punta, que nos permitan ingresar con un perfil propio en la economía internacional. Tendrá que combinar la capacidad de producir para satisfacer las necesidades básicas de las mayorías, con el avance de sectores tecnológicamente avanzados y altamente competitivos. Un aspecto esencial será buscar las vías para establecer un vinculo de cooperación - e incluso de integración - allí donde sea posible, entre las zonas mas avanzadas y las mas rezagadas de la economía, lo que sin duda beneficiaria al conjunto de nuestras naciones, así como crearía las condiciones económicas y políticas para que esas estrategias tengan un consenso nacional y una continuidad que trascienda el corto periodo de un gobierno.

77. No es posible transformar el campo latinoamericano y caribeño sin una reestructuración que responda a la urgencia de satisfacer las necesidades alimentarias. Para ello es imprescindible lograr avances significativos en la redistribución y en el uso mas racional de la tierra; otorgar los créditos y la asesoría técnica que requiere el campesinado; promover el aumento de los empleos y los salarios, junto al desarrollo de los servicios, la urbanización y la promoción cultural de las áreas rurales, con lo cual se podrá contribuir a detener la emigración creciente de los pobladores del campo a las periferias de las grandes ciudades y lograr una revalorización del mercado interno de los productos agrícolas, que permita estimular los precios y el financiamiento de la actividad agraria.

78. Un aspecto esencial es la solución al problema de la deuda externa e interna. La evolución de este fenómeno en los últimos años pone de manifiesto el reconocimiento implícito de los duros condicionamientos que imponen la deuda, y lo nocivo que resultaron ser los mecanismos de cambio de deuda por "supuesta" inversión. La solución solo podrá ser resultado de una voluntad política que exprese una concertación de fuerzas nacionales e internacionales.

79. La inversión extranjera directa puede constituirse en un factor importante en la captación de nuevas tecnologías y en la apertura de mercados, pero necesita ser concebida como complementaria con la economía nacional y regional y, no como el eje de la acumulación. Ella no debe interferir en la capacidad para diseñar una política industrial y agrícola que defina las áreas de desarrollo estratégico, ni comprometer el control sobre los recursos naturales y mucho menos la soberanía y la seguridad económica del país.

80. Es importante combinar armónicamente la producción hacia los mercados interno y externo, así como articular políticas de desarrollo que promuevan la competitividad de la industria nacional, para lo cual se debe crear las condiciones económicas y legales que permitan protegerla. Los índices de eficiencia no pueden medirse exclusivamente en relación con los precios del mercado mundial - aunque ello sea un parámetro -, sino también por su papel en el restablecimiento de las cadenas productivas nacionales, la generación de empleo, la satisfacción de las necesidades sociales y la conformación de una economía nacional

balanceada.

81. El equilibrio económico, mucha veces subestimado en el pasado por la izquierda, hoy adquiere mayor importancia en un proyecto nacional de desarrollo que se sustente en el potencial productivo de cada nación y en el avance de genuinos procesos de integración regional. De ali surge la necesidad de proyectos claros de reformas fiscales - en beneficio de los sectores populares - y del sistema financiero. Es necesario poner coto a las regalías fiscales actualmente otorgadas al capital transnacional, romper con la falacia que la concentración de la riqueza genera automáticamente capital productivo y empleo y, rechazar los criterios tecnocráticos que pretenden buscar estabilidad por la vía de las inversiones neoliberales, bajando los costos de la mano de obra y la inversión social.

82. La experiencia evidencia que los mecanismos de un mercado supuestamente libre no operan en favor de una redistribución positiva de la renta. Al contrario, reproducen y profundizan la desigualdad. Si no hay una política de crecimiento sostenible, asentada en una correcta visión sobre el papel del Estado y el mercado interno, y una adecuada definición sobre la inserción internacional, no será posible los objetivos económicos nacionales y sociales alternativos.

83. Fortalecer la banca estatal y cooperativa es un acumulado hacia el futuro. Igualmente importante es la definición de reformas estructurales-agrarias, educacional, del sector de salud, combinadas con la adopción de políticas activas: industrial, agrícola, de empleo, de ciencia y tecnología, etc., que puedan crear una base concreta para compaginar el crecimiento con la distribución.

84. Contrariamente al neoliberalismo, que busca neutralizar los efectos excluyentes de sus opciones macroeconómicas con políticas compensatorias, un proyecto alternativo deberá incorporarlas sólo como soluciones de emergencia, capaces de producir resultados inmediatos para corregir circunstancialmente situaciones criticas. Las políticas compensatorias no sustituyen las reformas estructurales que deben ocupar el centro de un programa alternativo de desarrollo humano integral.

85. La reestructuración económica orientada al desarrollo sostenible, al incremento del nivel de vida de la población y a la redistribución de la riqueza, requiere que se revierta la tendencia a la reducción del mercado interno, mediante políticas para el control nacional de los excedentes, el estimulo a la asfixiada pequeña y mediana empresas, la creación de empleos productivos que rescaten a la población económicamente activa de las filas del desempleo y del sector informal, así como la solución de los problemas sociales básicos.

86. Es necesario implementar programas de apoyo a los ingresos de los sectores populares, para contener primero, y hacer retroceder después, los niveles de pobreza y marginalización. En este sentido, debe prestarse atención prioritaria a los ingresos del sector campesino, conjuntamente con una política fiscal adecuada, que permita el financiamiento de la modernización económica, al tiempo que funcione como mecanismo de redistribución positiva de la riqueza y soporte de las políticas sociales de desarrollo humano.

87. El esfuerzo en favor de un Nuevo Orden Económico Internacional, con relaciones

económicas justas y equitativas, supone crear espacios de concertación y coordinación de los países de América Latina y el Caribe - y de nuestro subcontinente con otras áreas del mundo subdesarrollado, para defender los intereses comunes dentro del contexto de los foros internacionales; trabajar para revertir la transferencia de recursos de los países subdesarrollados al mundo desarrollado, mediante la lucha contra el intercambio desigual y la deuda externa; impulsar reformas del Sistema Financiero Internacional, para que este contribuya a financiar el desarrollo de los países del área y, auspiciar la transferencia de tecnología ecológicamente sustentable hacia nuestras naciones y otros.

88. En el contexto de una economía mundial crecientemente internacionalizada, la integración deja de ser un problema de política externa y pasa a ser una necesidad del funcionamiento de la economía. La integración ha de ser concebida como un proceso gradual y no como una reestructuración violenta de las economías nacionales, que pueda representar un shock económico y social, que a la larga retardaría el proceso o lo convertiría en contraproducente. La integración (como se propone más adelante) debe estar encaminada a lograr la convergencia y la complementaridad económica y social de los países de la región.

89. La construcción de alternativas políticas, capaces de superar la disyuntiva entre el desarrollismo nacional y el neoliberalismo, es un proceso que exigirá un enorme esfuerzo intelectual y supone una importante actualización de nuestro pensamiento político y una aguda capacidad critica para entender las transformaciones por las que atraviesa el mundo. Una estrategia de desarrollo y las políticas que hacen posible su materialización deben diseñarse sobre la base de un proyecto sustentable social y políticamente en cada realidad nacional.

90. Un aspecto fundamental es la cuestión de la democracia y el poder popular. Se trata de democratizar al Estado y democratizar la sociedad para avanzar hacia una democracia sustentada en la más amplia participación y representación, que sirva como uno de los elementos aglutinantes para enfrentar y derrotar la ofensiva del neoliberalismo. En esa dirección se inscribe la importancia de transformar las múltiples distorsiones en los mecanismos de representación política y el perfeccionamiento de los sistemas electorales, haciéndolos menos vulnerables al fraude e imponiendo mecanismos de control de las contribuciones económicas en las elecciones.

91. Para avanzar hacia esas transformaciones democráticas, es necesario reafirmar nuestra vocación de poder, entendida como la capacidad de desempeñar un papel fundamental en el diseño y ejecución de profundos cambios económicos, políticos y sociales, dirigidos a la solución de los problemas estructurales y de todo tipo que afectan a la nación, al control democrático de las instituciones estatales en función de los mas amplios intereses sociales, así como en la definición de una política exterior de defensa de la soberanía, la autodeterminación y la independencia.

92. Una opción alternativa al sistema político vigente desde la perspectiva de los intereses populares, requiere la transformación del sistema y la radicalización de la democracia, así como la ampliación a todo el pueblo de la posibilidad soberana de participar en el control del gobierno y de un Estado reformado.

93. Una verdadera y democrática Reforma del Estado constituye un imperativo, para transformarlos en instituciones eficientes al servicio de la ciudadanía y bajo su absoluto control, de manera coherente con las estrategias de desarrollo económico y social, así como de perfeccionamiento ininterrumpido del sistema político democrático. Este aspecto de la reforma del Estado no tiene sólo una dimensión técnica. Los problemas que abarca son de naturaleza esencialmente política. La experiencias como las de la elaboración de presupuestos por la población, consejos de gestión de las áreas de salud y educación, participación de los trabajadores y usuarios en los consejos de empresas estatales o en organismos de gestión de políticas publicas, son algunos ejemplos que sirven de base para un vasto proyecto de creación de un sector publico no necesariamente estatal - de control del Estado.

94. Las reformas políticas deben en muchos países aumentar la representatividad política de los Parlamentos y salvaguardar la independencia del Poder Judicial garantizando que sea accesible a todos y en forma rápida, sin lo que se transformaría apenas en una forma de legitimación de los privilegios de una minoría, así como laborar en el marco legal y político que permita erradicar el problema de la corrupción, endémico en nuestro continente, y que ha representado miles de millones de dólares para las camarillas y grandes grupos económicos. También resulta necesario otorgar importancia a la democratización de los medios de comunicación, hoy en manos de monopolios u oligopolio.

95. En la actualidad, varios partidos miembros del Foro de Sao Paulo ocupan el gobierno en sus respectivos países o participan en coaliciones gubernamentales, perspectiva que puede extenderse a otras naciones. El acceso de la izquierda al gobierno, en medio de la globalización neoliberal - ya bien sea como fuerza principal o como coparticipante de una alianza - impone el reto de enfrentar desde el Estado a un modelo estructurado en función de la concentración elitista del poder real - político, económico y militar -, que lo divorcia de los mecanismos de participación y representación democrática, para depositarlos bajo el control de instituciones supranacionales y nacionales que promueven la concentración de la riqueza y la masificación de la exclusión. Ello impone el desafío de vencer los obstáculos que intentaran impedir la adopción de medidas de beneficio popular y provocar el desgaste de los gobiernos de izquierda. Los espacios sin precedentes alcanzados en estos años por partidos miembros del Foro en gobiernos, legislaturas, gobernaturas y alcaldías constituyen un nuevo campo de experimentación, que deben encaminarse en una perspectiva de acumulación de fuerzas a favor de una alternativa progresista.

96. En el sector municipal, son importantes las experiencias de alcaldías de claro contenido popular, en particular en Porto Alegre y otras ciudades de Brasil - con el Presupuesto Participativo - y en Montevideo, Uruguay - con el proceso de descentralización política y desconcentración administrativa -, así como en Cuba, con el funcionamiento de los Consejos Populares. Paralelamente, surgen nuevas experiencias en este campo con el triunfo de la izquierda en la capital y en las principales ciudades de El Salvador y el contundente triunfo del PRD en el Distrito Federal de México.

97. Pero en las circunstancias en que la ocupación de espacios institucionales por parte de la izquierda no tenga el soporte político crítico de sólidos partidos o movimientos, puede resultar difícil evadir los casos de cooptación y, hasta de corrupción. El administrar en forma transparente y eficiente las porciones de gobierno electoralmente conquistadas al Estado neoliberal y, al mismo tiempo, ir construyendo espacios de poder popular, de democracia

radical, es el desafío del municipalismo.

98. Uno de los aspectos mas debatidos en la actualidad entre las organizaciones de izquierda es la política de alianzas. El neoliberalismo nos enfrenta a un modelo de dominación con niveles de concertación global y local sin precedentes, que solo podrá ser derrotado en el marco de una amplia movilización de fuerzas. Para ello es imprescindible concertar los intereses populares y antineoliberales a escala nacional e internacional, así como generar una respuesta coherente e integral al neoliberalismo en los distintos países latinoamericanos.

99. Un requisito indispensable en la conformación de una alianza contra el neoliberalismo, es que tengamos la flexibilidad y la capacidad de crear espacios de colaboración y unidad entre las propias fuerzas de izquierda, que nos permitan avanzar hacia la conformación de polos políticos y sociales con capacidad de movilización. Serian poco creíble y convincente para los sectores políticos y sociales ubicados fuera de nuestras organizaciones, las propuestas que emanen de grupos plagados de sectarismos, incapaces de ponerse de acuerdo entre si, sin capacidad de convocatoria, ni programa político preciso, lo que deja escaso margen para concertar alianzas donde tengamos un papel relevante para hacer avanzar nuestra agenda social. El tema de la construcción de espacios de unidad y cooperación entre las organizaciones y partidos es una condición indispensable para la articulación de cualquier alternativa.

100. El desarrollo de los conflictos y contradicciones del propio sistema generan una gran diversidad de nuevos actores y renuevan el perfil de otros ya existentes: los luchadores sin tierra, sin salud, sin protección social y otros muchos. Las reivindicaciones de genero, ambientales, raciales, étnicas - que en el pasado eran agregadas políticamente a los partidos - crean sus propios espacios políticos y desarrollan su autonomía. Surge una amplia gama de sectores explotados, oprimidos, marginados y excluidos, que encierran la posibilidad y la necesidad de crear un nuevo universalismo emancipador. Al mismo tiempo, existen sectores que tienden a una postura crítica respecto al modelo como puede ser el caso de capas medias, pequeños y medianos empresarios e incluso, de sectores de la burguesía local. El reto consiste en articular a todos los grupos afectados en un proyecto político social, capaz de incluir al conjunto en el ejercicio pleno de su diversidad y su autonomía, pero reivindicando en su seno la necesidad de la cooperación, de la unidad política y de acción para derrotar al neoliberalismo.

101. Otra preocupación es la comprensión del escenario concreto en el que en cada país nos movemos. Confundir escenarios y atribuirnos un poder o una fuerza que realmente no tenemos, nos puede llevar en dos direcciones opuestas y ambas perniciosas. Por una parte, podemos desaprovechar la oportunidad de ocupar espacios institucionales que nos permiten luchar por reivindicaciones concretas de los sectores populares y ampliar los espacios democráticos. Por otra, transitar hacia la cooptación, que en la filosofía neoliberal se convierte en una practica sistemática.

102. Para que las fuerzas de izquierda no se diluyan en amplios movimientos de oposición o en coaliciones de gobierno, resulta fundamental que posean nitidez programática, flexibilidad táctica para aplicar los programas e instrumentos de acción capaces de asegurar su independencia y su peso especifico dentro de las alianzas. Es preciso diseñar programas amplios, que cumplan una doble función. Mientras que por un lado sirvan para ejecutar las

reformas que las clases dominantes no realizaron, aunque estén situadas en un marco estrictamente capitalista. Por el otro, deben desatar una dinámica de lucha que cuestione la histórica hegemonía de las elites políticas dominantes y cree las condiciones para el establecimiento de una contrahegemonía de los explotados y oprimidos, capaz de operar rupturas y realizar una transformación política de carácter mas profundo.

103. La elaboración de una alternativa, no puede transcurrir apartada de las luchas sociales en curso, como si fuese posible producir in vitro la respuesta para los problemas que afectan a cientos de millones de hombres y mujeres en el continente.

104. Uno de los aspectos mas importantes del debate es el papel de los partidos populares en la sociedad. Las reivindicaciones de los vecinos de las barriadas populares y de las mujeres, de los jóvenes y los ecologistas, de los pacifistas y defensores de los derechos humanos, no podrán ser plenamente comprendidas, encaradas y solucionadas, sino se les integra al marco mas amplio del conflicto social y de la dominación neoliberal. No siempre logramos ocupar simultáneamente espacios políticos y sociales, y actuar con eficacia en ambos. Las organizaciones políticas del Foro debemos superar definitivamente las barreras erigidas entre lo político y lo social como elemento imprescindible de una verdadera política alternativa. Esta perspectiva coloca lo social en el centro de nuestra actividad y manifiesta una voluntad expresa de avanzar hacia una nueva manera de hacer política.

105. No podemos aspirar a ser una opción popular si no logramos sistematizar las relaciones con la gran diversidad de actores que hoy integran el sujeto popular. Ampliar esta interlocución y desarrollar al máximo las potencialidades diversas de ese sujeto, es una condición indispensable. De nuestra capacidad para entenderlo, de la flexibilidad para relacionarnos con el y de la creatividad para articularlo a la propuesta popular, dependerá nuestra propia inserción en esa rica y diversa realidad latinoamericana.

106. En lo sucesivo, se impone apoyar las diversas formas organizativas nacidas del sector informal urbano y darle coherencia a partir de sus reivindicaciones especificas, profundizar mas en las estrategias de sobrevivencia de los pobres y recoger las experiencias y soluciones alternativas económicas y sociales generadas para darle un contenido antisistémico, ampliar las experiencias de educación popular como medio de formación de capital humano y de formación política, plantearse una política de y en lo local, y de acción en las estructuras municipales que son la estructura estatal mas cercana a los pobres.

107. Es importante reformar los sistemas educativos, de salud y cultura para mejorar y ampliar las condiciones para el desarrollo de los recursos humanos. En gran parte de nuestro continente se deberán implementar con urgencia campañas de alfabetización, de vacunación y de higienización, así como programas de distribución de alimentos a los sectores populares, especialmente a la infancia.

108. En las ultimas décadas el neoliberalismo trato de reformular el concepto de derechos humanos, para dar cabida a dos requerimientos del ajuste: la amnistía a los asesinos y torturadores de mas de ciento cincuenta mil latinoamericanos, pues se necesitaba restablecer la "paz social", y el retroceso a la interpretación de derechos humanos entendidos exclusivamente como libertades individuales, carentes de sus dimensiones económica, social,

cultural y étnica, ya que estas ultimas - se argumenta -le cuestan a un Estado que ya no puede sufragarlas, porque tiene que transferir los excedentes al capital para hacerlo "competitivo".

109. La extensión de la ciudadanía a todos - sobre todo a los que son ciudadanos de derecho, pero no de hecho - significa aumentar la participación popular y garantizar que los procesos de democracia se den no solamente en el campo político jurídico, sino igualmente en la esfera económica y social. Sólo así puede articularse efectivamente la libertad con la igualdad. Es a través de la defensa de los derechos humanos una de las formas de incorporar al gran debate nacional las reivindicaciones de grupos que se encuentran marginados por razones étnicas o de raza, de genero, de edades, de orientación sexual, condición física o mental, u opción cultural o religiosa. La elaboración de una sólida agenda sobre los derechos humanos contribuirá a la construcción de una sociedad en la que se combina la igualdad con el respeto a la diferencia, a la diversidad.

110. El proyecto alternativo debe favorecer una sociedad con igualdad de genero, sin discriminación ni opresión de la mujer, que exprese cambios en las relaciones de poder y la división sexual del trabajo. Se debe asegurar la participación directa de la mujer en las distintas instancias del Estado, los partidos y en toda la diversa gama de la organización social. Esto requiere un trabajo en el seno de la sociedad para cambiar los patrones sociales existentes, desarrollar el movimiento social de mujeres, así como formular e implementar políticas publicas en favor de la igualdad de derechos. El marco jurídico nacional debe ser enriquecido con legislaciones que abran espacios a la mujer, la que debe tener acceso a la capacitación y la profesionalización, al empleo en todos los campos de la actividad social. En el proyecto nacional alternativo los intereses de la mujer deben adquirir igual rango de prioridad. El Foro de Sao Paulo ha prestado particular atención al examen de los temas referentes a la Condición de la Mujer. El exitoso taller realizado el año pasado en San Salvador tendrá su continuidad y desarrollo en la instancia del VII Encuentro en Porto Alegre.

111. El neoliberalismo penetra al ámbito cultural nacional para imponer de manera implacable su cosmovisión. Para ello utiliza la tecnología y los medios mas sofisticados, hace proliferar valores y antivalores que condicionan el comportamiento social, expresa el desprecio al trabajo asalariado a través de la cultura de la propiedad. Por lo tanto es necesario: conocer, entender y analizar sus códigos y símbolos, conocer los mecanismos que utiliza para su implementación e identificar los efectos innegables en la sociedad. Los partidos de izquierda valoramos de manera profunda e integral la cultura y los valores que conforman la identidad de los pueblos latinoamericanos y caribeños como factores de resistencia y de confrontación contra la cultura de dominación neoliberal. En esa dirección consideramos de la mayor importancia rescatar los valores y respetar la diversidad cultural de nuestros países, buscar una nueva interlocución entre políticos y sectores culturales, así como estimular una producción cultural y espiritual que contribuyan a la reafirmación de las identidades nacionales.

112. En la sociedad neoliberal se habla del "fin de las ideologías" - con excepción, por supuesto, de la ideología neoliberal -, se apuesta al individualismo y al consumismo como valores sociales predominantes. El status de privilegio social se mide en la capacidad de adquisición de mercancías, en detrimento de los valores de la solidaridad social. Es probable que uno de los aspectos mas importantes de una alternativa es ganar las mentes y las

conciencias de nuestros pueblos, apelar a la dignidad y a la conciencia de los hombres y mujeres, contraponer a los antivalores de la enajenación neoliberal, valores de la alternativa popular como la honestidad, la verdad, la honradez, la modestia, la fraternidad, la solidaridad y la capacidad de entrega a las causas justas.

113. Después de una primera fase de desconcierto y parálisis que la instalación del modelo genero en el movimiento sindical, se observan signos alentadores de recuperación y participación en luchas sociales y políticas. El movimiento obrero resiste en defensa de las empresas estatales, de sus conquistas y en muchos casos proponiendo políticas alternativas en distintas áreas de la sociedad. Su preocupación principal es como enfrentar las tendencias corporativas y economicistas que se han instalado en su seno, así como diseñar políticas que permitan enfrentar con éxito la permanente agresión neoliberal. Consideramos necesario avanzar hacia formas creativas de interrelación con los movimientos sociales superando la equivocada concepción de partidizarlos. El sindicato deberá ser cada vez mas un espacio social y político extendido hacia otros sectores de la sociedad, como los subempleados, los informales y hasta otros grupos excluidos, para lo cual se hace necesario nuevas formas de organización y de trabajo.

114. Es indispensable asegurar el combate frontal y permanente a la corrupción, en todas sus formas, al favoritismo o clientelismo, a las estructuras estatales encubiertas del crimen organizado y el narcotráfico que son una expresión estructural del sistema que arriban a niveles de generalización sin precedentes. Para ello es imprescindible realizar un amplio movimiento de la ciudadanía, haciéndolo funcional al proceso de acumulación de fuerzas, que permita dar pasos significativos contra la escalada de la corrupción y luchar para dotar de verdadera independencia a los organismos de contralor estatal, avanzar hacia la mayor independencia, eficiencia y transparencia de la administración de justicia y del ministerio publico, las que deben ser fortalecidas y preservadas.

115. El proyecto alternativo tiene que detener el saqueo y explotación desmedidas de nuestros recursos naturales de modelos económicos depredadores. Es importante incluir programas de emergencia, de descontaminación ambiental y otros dirigidos a la protección de los recursos naturales que están en una situación critica e iniciar programas para preservar las otras áreas del ecosistema, como la deforestación y destrucción de la biodiversidad, la erosión del suelo, la contaminación y agotamiento de los recursos hídricos, etc. Para lograr esos objetivos se debe partir de una voluntad política que permita establecer el marco jurídico requerido, destinar los recursos y estimular la formación de una conciencia ecológica entre amplios sectores de la población que convierta esta batalla en una tarea del conjunto de la sociedad. Al Estado le corresponde ser el promotor y protagonista principal, pero su eficacia depende en considerable medida de que promueva y apoye la participación de las comunidades y de las organizaciones sociales.

116. La viabilidad de cualquier proyecto de desarrollo y del mejoramiento de la calidad de vida de la población, estará determinada por la capacidad que tenga de reproducir, preservar y ampliar el sustento natural de las actividades económicas y sociales. Una tarea estratégica fundamental de todas las fuerzas sociales y políticas de nuestro continente es la defensa de la selva amazónica, ahora sometida a una masiva destrucción, con una velocidad creciente. La selva amazónica es uno de los principales sustentos y recreadores de la atmósfera, la biodiversidad y el clima planetario.

117. Los partidos del Foro de Sao Paulo reconocemos y estamos en la disposición de defender la aprobación y la puesta en practica de las autonomías de los pueblos indígenas, la que se manifiesta en las distintas formas de su organización económica, política y social, como en su derecho a la libre determinación, con un pleno reconocimiento de la igualdad en la diferencia, de la diversidad y la riqueza de sus identidades culturales e históricas.

118. Para los partidos del Foro es necesario solucionar la creciente inseguridad laboral y la vulnerabilidad en que con frecuencia se encuentran los trabajadores migratorios y sus familias en los Estados receptores donde frecuentemente sufren graves violaciones a sus derechos humanos (2). Nos pronunciamos contra la tendencia de algunos países desarrollados, como los Estados Unidos, a erigir barreras de todo tipo para tratar de impedir la inmigración, política que solo puede favorecer la proliferación de la intolerancia racial y la xenofobia. Cuando la implantación del capitalismo en Europa provocó profundos trastornos políticos, económicos y sociales, la migración hacia América constituyo una válvula de escape. Hoy, ese mismo capitalismo desarrollado, impone a nuestras naciones el costo de su reestructuración y, además, nos niega el recurso a la formula migratoria para la cual utilizo a nuestras naciones durante largos periodos históricos.

119. La migración es en última instancia una expresión del desarrollo económico-social desigual y del injusto orden económico y político internacional en el que están inmersas nuestras naciones. Es por ello que su solución demanda la demanda cooperación y acción colectiva entre los países emisores y los receptores, así como el financiamiento de políticas de desarrollo. El Foro de Sao Paulo se solidariza con la justa causa de los derechos de los inmigrantes y solicita que entre en vigor y se aplique la resolución aprobada por la Asamblea General de la ONU sobre la Protección de los Derechos de Todos los Trabajadores Migratorios y de sus Familias. También nos comprometemos a promover las acciones necesarias para defender de manera colectiva y en nuestros propios países el respeto a los derechos de los inmigrantes. (2) El VI Encuentro del Foro de Sao Paulo aprobó en San Salvador en Julio de 1996, la Declaración de los Derechos Universales de los Trabajadores Migratorios y de sus Familias.

120. Un importante eje programático se refiere al carácter nacional del proyecto de las fuerzas populares y democráticas. En el pasado, las clases dominantes oscilaron entre un nacionalismo de derecha, que pretendía sofocar los conflictos sociales en nombre de un ideal de Nación, y que mal encubría sus intereses particulares, y una subordinación total frente a las potencias imperiales, oscilaciones que dejaron inconclusa la tarea de construcción nacional. Hoy no son pocos los que pretenden que el Estado nacional ya no tiene razón de existir porque esta subordinado a la dinámica de un mundo dominado por la globalización neoliberal. Pero es exactamente lo contrario. La profundización de la mundialización económica, política y cultural hace necesario un proceso de construcción nacional que garantice una presencia soberana de nuestros países en ese mundo en cambio. Un país sin identidad - que se construye a partir de muchas identidades sociales y políticas - se descaracteriza, pierde la capacidad de proteger a sus ciudadanos, destruye su economía, sus instituciones y su cultura. En resumen, se transforma en una tierra de nadie, queda relegado a un estadio inferior al igual que el de una colonia.

121. Pero es ilusorio, por otro lado, que un Estado nacional pueda desarrollarse al margen del

mundo. Para América Latina y el Caribe se presenta hoy la necesidad de definir una política de cooperación de nuestros Estados, que pasa por la construcción de bloques regionales capaces de resistir los intentos de integración subordinada, subyacentes en el proyecto de Zona Hemisférica de Libre Comercio defendido por los Estados Unidos. Una política de integración continental no debe entenderse como posterior a las grandes definiciones programáticas nacionales. Ella es concomitante, contemporánea. En otras palabras, al mismo tiempo que las fuerzas populares y democráticas formulan sus estrategias económico y sociales alternativas, deben establecer las bases para una cooperación internacional y sobre todo regional.

122. Esos procesos de integración no pueden ser un pretexto para la expansión de los grandes grupos transnacionales. Por esa razón es necesario discutir las políticas de protección y complementación de la industria y la agricultura nacionales, sobre todo de los pequeños y medianos productores. La integración debe abarcar también una amplia gama de cuestiones relacionadas con la protección de los trabajadores y con políticas que favorezcan la justicia social y el desarrollo humano, así como el combate a las agudas desigualdades existentes en la región. Debe incluir, finalmente, una amplia gama de cuestiones relacionadas con la preservación del medio ambiente.

123. Una concepción alternativa de integración exige discutir una agenda política y fomentar el intercambio cultural, científico y tecnológico. La elaboración de esa compleja alternativa programática, que en muchos países ya se encuentra bastante avanzada, es parte de un proceso de construcción de una nueva cultura política que tiene en el centro de sus preocupaciones el formular una nueva concepción de sociedad libre, igualitaria y solidaria. Para ello es fundamental que rescatemos nuestras mejores experiencias y tradiciones, pero tengamos, al mismo tiempo, el espíritu critico y autocrítico capaz de liberarnos de prejuicios y ayudarnos a pensar en el futuro.

124. Como hemos dicho, ese proceso de construcción programática no tendrá lugar en laboratorios o escritorios cerrados. Será el resultado de la articulación de las luchas sociales con la reflexión critica. Los últimos años indican que, a despecho de las enormes dificultades en que vive gran parte de nuestros hermanos latinoamericanos y caribeños, como resultado de la ofensiva neoliberal que se abate sobre el continente, hay señales visibles y promisorias de resistencia, tanto en el plano de las ideas como en el plano de la acción. La articulación de estas cuestiones permite abordar de forma alternativa la cuestión del lugar de América Latina y el Caribe en el mundo de hoy y discutir propuestas para las políticas de integración continental.

125. Finalmente, el proceso de elaboración de esas alternativas y de construcción de los instrumentos políticos para implementarlas pone en el centro del debate el tema de una nueva cultura política en América Latina y el Caribe, que reconstruya un horizonte utópico, sea claramente portadora de novedad política y pueda interpelar a las nuevas generaciones como las distintas corrientes de izquierda lo hicieron en el pasado.

126. La receptividad así como en la capacidad de la diversa izquierda latinoamericana para trabajar y buscar soluciones de manera conjunta en distintos foros regionales, suscita el interés de las fuerzas populares en otras regiones del planeta necesitadas también de globalizar sus respuestas. Por esa razón, el Foro de Sao Paulo, a pesar de nuestras

limitaciones y tareas incumplidas, es hoy una referencia mas allá de sus fronteras geográficas y políticas. Ha sido nuestra disposición organizar un gran dialogo con las fuerzas políticas y sociales de otras regiones y de otros horizontes, para estimular la construcción de alternativas organizadas a la grave crisis que vive hoy la humanidad.

127. Centroamérica ha vivido procesos de revolución y lucha armada que condujeron en Nicaragua a la victoria sandinista, en El Salvador y Guatemala a salidas negociadas y, en Honduras, a cambios bajo la influencia de los anteriores. Dichos procesos permitieron avanzar en importantes conquistas democráticas. Hoy se plantea evitar retrocesos (como los intentos de restauración del neosomocismo en Nicaragua), y consolidar avances en los planos político, social e institucional a través de las nuevas formas que ha asumido la lucha. En las esferas económica y social es donde se enfrenta una resistencia mas descarnada de las oligarquías locales.

128. Al mismo tiempo, en otros países la agudización del conflicto social y la soluciones violentas resultantes del sistema neoliberal, impiden la ansiada pacificación del Continente. La marginación económico social creciente, la exclusión agudizada por bloqueos institucionales y la falta de voluntad política de los gobiernos, exacerban las contradicciones y determinan situaciones que dificultan la posibilidad de encarar soluciones estables y negociadas al tema de la lucha armada en Colombia, así como responder a las legítimas exigencias de la insurgencia zapatista en Chiapas; aunque ambas situaciones corresponden a realidades históricas sociales y culturales diferentes.

129. La firme resistencia de Cuba y sus esfuerzos por consolidar un proyecto propio de construcción socialista, incluso en las difíciles condiciones que enfrenta ese pequeño país, constituye un factor de aliento para los pueblos. A pesar del bloqueo de los Estados Unidos, agravado por las leyes Torricelli y Helms-Burton, comenzó una paulatina pero sólida recuperación, basada en la combinación de la participación popular con la búsqueda de la eficiencia económica, la generación de capacidades científicotécnicas y el estimulo a la solidaridad y cooperación humanas. Esto le permite defender el desarrollo social, con justicia y equidad, como su primera prioridad. La experiencia cubana cuestiona el mito de que nada es posible fuera del dogma neoliberal.

130. En Uruguay resalta la exitosa experiencia de más de 26 años de lucha del Frente Amplio, proyecto que ha logrado conjugar la pluralidad con la unidad de acción política, como se demuestra por el hecho de haber infligido la primera derrota a una ley neoliberal de privatización, así como por la combinación de la lucha institucional con la movilización popular, que condujo a dos victorias consecutivas en la Intendencia de Montevideo, con incremento de la votación y a la posibilidad de un eventual triunfo en las elecciones presidenciales de 1999.

131.Las luchas sociales en Ecuador, Nicaragua, Venezuela, Colombia, Argentina y Brasil, entre otros, los buenos resultados electorales de las izquierdas y el conjunto de las fuerzas populares en todo el continente, particularmente el gran y reciente triunfo del FMLN en El Salvador, y el trascendente resultado del PRD en México que le permitirá acceder al Gobierno en el Distrito Federal de México, así como la paz en Guatemala, indican que se comienzan a crear sólidas bases para una actuación victoriosa de las fuerzas del progreso.

V. LOS DESAFIOS POLITICOS DEL FORO DE SAO PAULO

132. El Foro de Sao Paulo - que agrupa fuerzas políticas de gobierno y de oposición - se define como un espacio de intercambio de experiencias que permite la creación de un espacio común en el cual los partidos y movimientos políticos de izquierda puedan compartir alternativas programáticas capaces de dar un sentido articulado a sus acciones.

133. Pluralista en su composición ideológica, el Foro no busca una cohesión doctrinaria, sino construir alternativas políticas capaces de combatir la exclusión social y la pobreza que tienen marcado secularmente a nuestro continente, proyectando para el un futuro de igualdad social, democracia y solidaridad. Es fundamental asegurar para América Latina y el Caribe otro tipo de presencia en el mundo.

134. El Foro de Sao Paulo debe profundizar su vocación de espacio de socialización de experiencias y de articulación de iniciativas de solidaridad. El Foro se define como una instancia elaboración de políticas alternativas. Sin ser, ni pretender ser, una nueva Internacional, si es un agrupamiento de partidos y movimientos políticos que se define por su carácter antiimperialista y antineoliberal, de debate abierto y libre, al interior del cual pueden expresarse organizaciones de distintos signos políticos e ideológicos, enraizados en la sociedad de sus respectivos países.

135. El Foro deberá contribuir a la elaboración de respuestas concretas a los grandes problemas económicos, sociales y políticos del continente. Propondrá alternativas, cuidando de no confundirse con el papel de "conciencia critica". Se trata de estimular a quienes quieren transformar las relaciones de poder en América Latina y el Caribe para cumplir los programas de cambios estructurales que cada país considere como necesario.

136. Las prioridades políticas del Foro de Sao Paulo para este periodo son:

136.1 La elaboración de programas de acción conjuntos de los partidos y movimientos políticos miembros del Foro con las diversas organizaciones sociales y populares que enfrentan al neoliberalismo y promueven la adopción de políticas alternativas en las esferas: sindical, campesina, juvenil y estudiantil, de genero, étnica, comunitaria, cultural, de protección del medio ambiente, parlamentaria, municipal y otras.

136.2 Conmemorar el aniversario de los 30 años de la muerte de Ernesto Che Guevara, rescatando su ejemplo ético, su obra y su lucha, vinculándolo a todos los que han caído luchando por las transformaciones sociales.

136.3 Desarrollar una agenda regional de trabajo en favor de la integración de América Latina y el Caribe, así como agendas subrregionales en América del Norte, Centroamérica, El Caribe y América del Sur.

136.4 Avanzar en la consolidación y profundización de la actividad del Foro, mediante la sistematización del funcionamiento de la Secretaria Ejecutiva y las Subsecretarias regionales, con el objetivo de garantizar la comunicación entre el Grupo de Trabajo y los partidos

miembros y la acción conjunta efectiva y oportuna. En este sentido, resulta conveniente reactivar los esfuerzos para establecer una conferencia del Foro en Internet, así como crear una publicación de nuestro agrupamiento subrregional.

136.5 Realizar los esfuerzos necesarios para lograr la mayor participación de todos los partidos miembros, así como para incorporar nuevos miembros, particularmente de los grandes movimientos sociales en lucha.

136.6 Analizar la situación de los países de la región que tienen un menor desarrollo relativo en las luchas populares y desarrollar acciones concretas en favor de su estimulo, tales como la celebración en los mismos de seminarios, talleres y otras actividades de promoción, organización y movilización.

136.7 Profundizar el dialogo con las fuerzas de izquierda de otros continentes y, en particular, establecer la continuidad de los contactos iniciados con los grupos de la izquierda europea.

136.8 Establecer un plan de acción común en materia de solidaridad con las luchas de los pueblos de América Latina y el Caribe.

136.9 Afianzar los mecanismos de coordinación del trabajo en los foros mundiales y regionales, tales como el Parlatino y el Parlamento Centroamericano.

136.10 La política exterior es hoy un tema suficientemente importante para quedar apenas y centralmente en las manos de los ministerios de relaciones exteriores o a cargo de las diplomacias presidenciales. La mundializacion creciente de la economía y los efectos de la dependencia e interdependencia política que acarrea, obligan a los trabajadores y los partidos y movimientos identificados con las grandes transformaciones sociales, nacionales y democráticas del continente a construir una política exterior alternativa que sea capaz de expresar en la escena internacional un nuevo proyecto de sociedad. Esto implica continuar con los eventos para precisar la reestructuración en beneficio de los pueblos de los actuales mecanismos de integración. En ese sentido se propone un taller para los países del MERCOSUR con participación de las organizaciones sindicales y sociales de la subrregión. Promover la renegociación conjunta de la deuda externa, exigiendo el reconocimiento de la incompatibilidad entre el pago en las condiciones actuales - o la eventualidad de la condonación de la misma para algunos países de la región -,y la recuperación de un desarrollo sostenido.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=31&even=VII%20Encontro%20-%20Porto%20Alegre%20(Brasil)%20-%201997

VII Encontro – Porto Alegre (Brasil) 1997

DECLARAÇÃO SOBRE CULTURA

7º Encontro do Foro de São Paulo Seminário de Cultura

Política Cultural Latino-americana frente ao Neoliberalismo 30 e 31 de julho de 1997

Resolução

I. Na economia da América Latina o neoliberalismo significou a abertura das fronteiras, o estabelecimento do mercado como regulador da economia e a compreensão de que o Estado fracassou na direção da sociedade. Atualmente verifica-se que o encantamento com o neoliberalismo já passou. A estabilidade econômica atingida pelas políticas neoliberais cobra um custo elevado que se expressa nos altos índices de desemprego, na desarticulação do sistema produtivo através da globalização da economia sem nenhum controle e pelo fluxo irracional de capitais resultando num quadro de desconstrução nacional.

Ocorre uma profunda mudança na cultura política com a crise dos modelos que ou procuravam superar ou procuravam regular o capitalismo, respectivamente o socialismo burocrático do leste e a social-democracia. No Brasil entra em crise o nacional-desenvolvimentismo que propiciou um crescimento vultoso mas foi um grande concentrador de renda e de poder. Hoje essa nova cultura política se expressa na necessidade de manter a ancoragem cambial que só poderia ser mantida com a garantia da reeleição dos presidentes que a implantaram, veja-se a Argentina de Menem, Brasil de FHC, o México e até o Uruguai onde, o presidente foi demovido de propor a reeleição. Essa nova cultura política culmina no que os franceses chamaram de "Pensamento Único", ou seja, os parâmetros do desenvolvimento econômico estabelecem o caminho único: o neoliberalismo, um crime contra a humanidade.

A política cultural do neoliberalismo resume-se a submeter a cultura ao mercado, combater a diversidade e com isso combater qualquer forma de pensamento crítico.

O produto cultural enquanto mercadoria - como toda a mercadoria - tem que ser reposta. Mas deve prevalecer para a cultura contemporânea a concepção de que o bem cultural era produzido para durar para a eternidade, como diria Goethe, sendo os meios de comunicação de massa recurso fundamental para a difusão e democratização desses bens. A cultura contemporânea tem um caráter volátil, banal, superficial, fugaz. Pretende-se assim a padronização do gosto e do mercado.

Torna-se tarefa das gestões democrático-populares uma política cultural crítica ao esvaziamento, de valorização do conjunto de bens culturais da sociedade - sem concessões e

sem demagogia. Essa política passa pelos seguintes eixos:

1. **Cidadania Cultural - O ser humano deve ser visto como cidadão, e não como consumidor, como sujeito, criador e protagonista da cultura;**
2. **Democratização - através da criação de fóruns efetivos de participação cultural;**
3. **Descentralização - através da constituição de pólos culturais que dêem acessibilidade a toda a população, em espaços hoje atingidos pelo modelo da mídia. Mostrar e reforçar a diversidade e a riqueza cultural, socializar os bens culturais consagrados ou não eliminando as barreiras tradicionais;**

Por meio desses eixos devemos contrarrestar a indústria cultural massificante e pasteurizada que não sofre nenhuma forma de controle democrático. É necessário mudar os hábitos de padronização cultural, não trabalhar cultura ao sabor das pesquisas de mercado. Fundamental é constituir uma identidade cultural fortalecida.

II. A pluralidade e a diferença, tão caras e importantes para a cultura, são elementos inviáveis no processo de globalização que homogeneiza e pasteuriza toda informação e cultura. Vivemos na era das imagens e do pacto das grifes. Marcam essa era a colagem, o reforço do individualismo, a bricolagem e o pastiche reforçando ao máximo o narcisismo e uma suposta individualização. Tudo isto resulta numa plastificação da cultura. Estabelece-se assim a perversidade das mídias através da combinação da mídia, do grande capital e da política.

Enquanto temos hoje uma ausência de ética veiculada pelos donos da mídia, que funciona como justificativa e não como padrão, é fundamental recuperar as capacidades de reflexão, crítica, criação e transformação como características humanas fundamentais.

É importante diferenciar o produto cultural de bens culturais. Devemos contrapor ao neoliberalismo uma cultura que significa valores universais, diversidade cultural e liberdade crítica em oposição ao obscurantismo do pensamento único.

III. Frente ao movimento de globalização da economia e a internacionalização das informação influindo na massificação e deterioração das culturas locais, garantir a diversidade e pluralidade étnica e cultural na formulação de políticas culturais.

Frente à imposição do pensamento único que a política neoliberal imprime à América Latina e Caribe, mais interessada em garantir um mercado sem barreiras alfandegárias e percebendo a necessidade de contrarrestar a submissão da cultura ao mercado, homogeneizando e pasteurizando toda expressão cultural - o que traz consigo o isolamento do ser humano, desenraizando-o - faz-se necessário no âmbito da política cultural:

- Instituir o Seminário de Cultura do Fórum de São Paulo em caráter permanente para avançar na construção de políticas culturais para a América Latina e Caribe. Ficam definidas comissões de trabalho que se reunirão sistematicamente para:

1. Realizar levantamento das políticas que vem sendo desenvolvidas pelos governos

municipais e estaduais do campo democrático e popular configurando um diagnóstico;
2. Analisar as políticas culturais que os partidos, movimentos, grupos vem desenvolvendo, configurando um diagnóstico;

- Realizar uma pesquisa do impacto econômico das atividades culturais. No Uruguai apurou-se que chega a 4% do PIB, ultrapassando tradicionais setores industriais;
- Incentivar o ensino da língua castelhana nos currículos de I e II graus no Brasil e da língua portuguesa onde for possível nos países de língua castelhana;
- Divulgação do Prêmio Casa das Américas e eventos afins que procuram resgatar a riqueza cultural nas áreas do cinema, literatura e música.
- Encaminhar as resoluções deste seminário para o Comissão de Legisladores de Cultura do Mercosul a realizar-se em 12 e 13 de novembro, na Câmara Federal, em Brasília;
- Que a Fundação Perseu Abramo e outras entidades funcionem como divulgadora das experiências de políticas culturais significativas para a integração latino-americana;
- Reedição do FLAAC - Festival Latino Americano de Arte e Cultura promovido pela UnB em 1987 e 89;
- Promover e incentivar a publicações da literatura e demais expressões culturais latino-americana e caribenha.

Porto Alegre, 31 de julho de 1997

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=32&even=VII%20Encontro%20-%20Porto%20Alegre%20(Brasil)%20-%201997

VII Encontro – Porto Alegre (Brasil) 1997

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JOVENS

Propuesta para la accion política en materia de juventud en el marco de una alternativa democrática y popular al neoliberalismo

Propuesta de las juventudes - Frente Amplio del Uruguay y PT del Brasil para el 7mo. Encuentro de Foro de São Paulo.

Porto Alegre -28 de julio de 1997.

1. Introducción

Si bien en distintos puntos del planeta se abandona el paradigma neoliberal ante el fracaso de sus propuestas para atender satisfactoriamente las demadas del crecimiento economico y el bienestar social de la poblacion, en America Latina nuestro paises y las grandes mayorias aun sienten sus consecuencias debido al dogmatismo e insensiibilidad de gobiernos que se niegan a cambiar de politica economica.

Los efectos de la apertura indiscriminada de las economias y la prescidencia de los Estados ante resultados muy graves como el desempleo y el deterioro de las condiciones de vida en general, constituyen el contexto referencial clave para abordar los temas de la juventud en su especificidad - como uno de los sectores sociales mas desprotegidos - y a la vez sin perder de vista el hecho de que las respuestas mas profundas solo se concretaran en una perspectiva transformadora de conjunto.

En la búsqueda de alternativas y en nuestra luchas, debemos asumir tres desafios centrales:

1. desarrolar propuestas de gobierno concretas para la superacion de los problemas juveniles de cara a nuestra posibles acciones de gobierno, o de oposicion;
2. apuntalar mayores niveles de participacion activa delos jóvenes en movilizaciones tras sus reivindicaciones, y una coordinacion efectiva de los movimientos juveniles politicos y sociales, tras las mismas, en todo el continente, y
3. incorporar los nuevos problemas que aparacen en la coyuntura mundial, trabajandolos con actitid creativa para enfretarlos colectivamentey com eficacia.

El impacto de las modificaciones que tienden a globalizar un importante nucleo de patrones y valores culturales desde los centros de decision mundial, sin la mas minima posibilidad o intencion, manifesta de interacción o selectividad, es uno de los mas importantes.Teniendo en cuenta de que la inmensa mayoria de las imagenes que se ven en nuestros paises provienen

de los Estados Unidos, el creciente peso de los medios masivas de comunicación en la formación, formas de comportamiento, de pensamiento y las identidades culturales en nuestras sociedades - y particularmente en los jovenes - es impressionante. Acompanado de la llamada globalizacion economica, esta universalizacion de "las imagenes" parece ser la contracara de la fragmentacion y las diferenciaciones sociales que se van desarrollando como consecuencia paralela del dedespliegue de esta globalizacion con orientacion neoliberal.

Por outro lado ointentamos avanzar sobre algunas ideas para la discusión y construcción de un marco de regferencia general que ayude a la definición de acciones concretas a desarrollar en materia de juventud dentro de un alternativa politica de izquierda.

Estamos convencidos que ambas son tares inseparable en la elaboración de un proyecto verdaderamente transformador.La critica sin la consiguiente propuesta, resulta un ejercicio esteril a la hora de enfrentar el discurso único del paradigma neoliberal dominante a la hora de convencer a nuestros pueblos de una alternativa posible.Ya no basta con definirla por la negativa ("progresista es lo que no es neoliberal") entre otras cosas,porque nos dice poco cuando se trata de disenar y plantear propuestas movilizadoras hacia otros horizontes posibles.

Para avanzar en pos de este horizonte,el Encuentro de Jóvenes de América Latina en el marco del Foro de San Pablo, se transforma en una instancia de incalculable valor para el intercambio y la articulación de iniciativas y experiencias de las fuerzas politicas de izquierda de la región,los aprendizajes realizados en los gobiernos progresistas locales y municiaples adquieren en este marco de intercambio una especial significación.

Este encuentro debe asociar el análisis con la propuesta, y ambos con la movilización de nuestros pueblos:ser lúcidos en cuanto a la realidad es la mejor contribución que podemos hacer para que el modelo alternativo que vive en nuestras sociedades se manifieste.

Las juventudes del Frente Amplio y PT de Brasil propone la realización de un taller preparatorio para el próximo encuentro de juventudes de America Latina y el Caribe en el marco del 8vo. Foro de San Pablo.

Para tal fin proponemos que la organización de un taller preparatorio quede a cargo de la juventud del Frente Amplio y PT, sin excluir a ninguna organización que desee sumarse a la organización del mismo.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=42&even=VII%20Encontro%20-%20Porto%20Alegre%20(Brasil)%20-%201997

VIII Encontro – Cidade do México (México) 1998

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS

VIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO RESOLUTIVO PARTICULAR DEL TALLER

"Relación de los partidos políticos con los movimientos sociales"

Presidium del Taller y Comisión Redactora

a) Manuel Ortega González, PRD México

b) Alba Palacios, FSLN Nicaragua

c) Wilson Romero, URNG Guatemala

d) Arlindo Chinaglia, PT Brasil

e) Carlos Flanagan, FAO Uruguay

f) Salvador Sánchez, FMLN El Salvador

g) José Navarro Céspedes, PT México

h) José Camilo Valenzuela, PRD México

Cámara de Comercio de la Ciudad de México

Av. Reforma No. 42, 30 de octubre de 1998.

VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

Resolutivo particular del Taller

"Relación de los partidos políticos con los movimientos sociales"

I. Consideraciones Generales

1. Este taller considera como un gran acierto del Grupo de Trabajo del Foro de Sao Paulo,

la incorporación del tema "Relación de los Partidos Políticos con los movimentos sociales", toda vez que nos ha permitido un intercambio valioso de las diversas experiencias de nuestros organismos políticos en estos sectores.

Adicionalmente, nos ha permitido ubicar coincidencias básicas y retomar lo que pueda aplicarse de manera generalizada para afinar la línea política de la izquierda Latinoamericana y del Caribe.

2. En este Taller, participaron representantes de 31 Partidos Políticos de 25 países de Latinoamérica, Europa y Asia quienes plantearon su experiencia histórica, desde el surgimiento de sus Partidos, hasta la situación que guardan en la actualidad.

   De estas exposiciones, resalta el hecho de que sin distinción, nuestras Organizaciones Políticas han surgido, han crecido y se mantienen hoy fuertemente enraizados en el pueblo.

   Nacimos en el pueblo y a él nos debemos.

3. La fortaleza de un Partido se mide por el grado de influencia entre la sociedad.

   Por ello, un objetivo estratégico de todos los aquí presentes, es desarrollar las políticas necesarias para atraer a la mayoría del pueblo a la causa de la liberación nacional, la soberanía, la justicia social y la libertad para nuestras naciones.

   En este sentido, consideramos que no habrá transición hacia la democracia y hacia una nueva sociedad, sin un movimiento social fuerte y organizado.

4. Estamos, asistiendo en este momento histórico al declive internacional de la doctrina neoliberal impuesta a nuestras naciones por el gran capital financiero internacional y sus organismos a través de las camarillas gobernantes locales.

   Sin embargo, entendemos que el neoliberalismo no se reduce a un listado de medidas económicas cuyas consecuencias han llevado a la desarticulación de la planta productiva nacional, al atraso generalizado y al incremento de la miseria, la injusticia y la marginación.

   Nó, El neoliberalismo, además de un conjunto de medidas económicas, conlleva políticas en lo social, lo cultural y lo ideológico.

   Por ello, este Taller se pronuncia por la definición y puesta en marcha de alternativas globales que detengan y reviertan la política neoliberal en todos los niveles.

II. Conclusiones y Lineamientos

1. Nos pronunciamos por continuar y fortalecer el trabajo de los Partidos Políticos, en el movimiento y Organizaciones sociales atendiendo prioritariamente los sectores obrero,

campesino, índigena, juvenil, de mujeres, empresarial, profesionistas, intelectuales y de los sectores marginados o socialmente excluídos como los migrantes y los desemplados.

2. Esta relación entre Partido y movimientos sociales deberá desarrollarse conforme a la situación histórica de cada país bajo el criterio general de respetar su autonomía, sus espacios, sus órganos de representación y decisión, su identidad, su naturaleza y hasta su protagonismo.
3. La relación entre Partido y movimiento social, mas que una cuestión orgánica, debe darse sobre la base de la identidad en el programa, la estrategia y la táctica en la lucha por el poder.
4. En este sentido, nos pronunciamos por hacer que el movimiento social avance programáticamente encaminándose hacia la lucha política por la toma de poder.
5. Hoy, las demandas gremiales de los movimientos sociales, se deben convertir cada vez mas en luchas políticas contra los gobiernos conservadores
6. Nos pronunciamos porque donde nuestro partido donde hayan conquistado espacios de gobierno y representación, los movimientos sociales participen activamente en las tareas del nuevo gobierno, coadyuvante en las provincias, en las comunidades, en los municipios, en las colonias y en las grandes ciudades, en el diseño y puesta en marcha de programas de gobierno acorde a sus necesidades.

   La intención es impulsar desde los espacios del poder público, la descentralización y mecanismos de participación social y ciudadana.

7. Nos pronunciamos porque la conquista de espacios de gobierno no se transforme en mediatización y conservadurismo de los movimientos sociales, ya que buscamos construir una nueva relación entre organizaciones sociales y el gobierno acabando con la relación subordinada y autoritaria.
8. Finalmente, este taller se pronuncia porque los Partidos coadyuvemos en el desarrollo de acciones y tareas de coordinación y solidaridad permanentes entre los movimientos sociales de Latinoamérica y el Caribe.
9. Particularmente, se acordó desarrollar una gran Jornada Latinoamericana para octubre de 1999, con base a una agenda que incluya por lo menos:

a) Tierra para los desposeídos

b) Reactivación de la planta productiva nacional

c) Empleo

d) Vivienda

e) Justicia

f) Democracia

III. Resoluciones Particulares

- Este taller acuerda brindar toda la solidaridad al Movimiento de los Sin Tierra (MST) de Brasil.
- Se resuelve apoyar decididamente el movimiento nacional de deudores de México.
- Se acuerda otorgar el respaldo de este taller a las demandas de la Coordinadora Centroamericana de Trabajadores.
- Se resuelve demandar la inmediata liberación de los presos políticos de Argentina y de toda Latinoamérica.
- Se acuerda para la ratificación de la Convención Internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migrantes y de sus familias.
- Se resuelve articular una segunda versión de la antorcha de la libertad durante 1999 y preparar para el 12 de octubre del año 2000, la jornada mundial "Un día sin migrantes".
- Se resuelve continuar la solidaridad internacional con la Revolución Cubana.

RESOLUCION

La mesa acoge la propuesta de la Coordinadora Centroamericana de Trabajadores "COCENTRA" y la Iniciativa Civil para la integración centroamericana (ICIC) en relación a:

1. La necesidad que en los mecanismos de negociación del ALCA se integre un Foro Laboral, donde participen las expresiones organizadas de los y las trabajadoras del continente.
2. La urgencia que en el tratado del ALCA se incorpore una cláusula social que contenga la obligatoriedad al respeto y cumplimiento de los compromisos de los estados con los convenios y recomendaciones de la OIT, el mejoramiento del nivel de salud, seguridad social y del salario mínimo.

México, D.F., a 30 de octubre de 1998

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=26&even=VIII%20Encontro%20-%20Cidade%20do%20México%20(México)%20-%201998

XI Encontro – Antigua (Guatemala) - 2002

RESOLUCIÓN SOBRE COREA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo, reunido en Antigua, Guatemala, del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre Corea:

1. Llamamos a todos los Partidos Políticos del mundo a desarrollar una amplia campaña de solidaridad, en apoyo al pueblo de Corea, que defiende con firmeza la bandera del Socialismo, y en demanda del Cese Inmediato de las maquinaciones insensatas de EE. UU, agudizando la situación de la Península Coreana, así como la inmediata retirada de las tropas norteamericanas de Corea del Sur.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre 2002

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=60&even=XI%20Encontro%20-%20Antigua%20(Guatemala)%20-%202002

III ENCONTRO - MANÁGUA (NICARÁGUA) - 1992

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

Declaración de Managua

Del 16 al 19 de julio de 1992 tuvo lugar, en Managua, Nicaraqua, el III Encuentro de los Movimientos y Partidos Políticos del Foro de São Paulo. El Frente Sandinista de Liberación Nacional fue anfitrión del Encuentro en el que participaron 61 organizaciones y partidos políticos provenientes de 17 países de América Latina y el Caribe, con un total de 122 delegados, 43 organizaciones y partidos que participaron en calidad de observadores, de los cuales 2 son de Africa, 9 de Asia, 21 de Europa y 11 de Estados Unidos y Canadá, con un total de 60 observadores que sumados a los 122 delegados hacen un gran total de 182 asistentes al evento.

I.- IMPORTANCIA Y FUTURO DEL FORO DE SÃO PAULO

Como lo revela este III Encuentro y el evidente reconocimiento internacional, el Foro de São Paulo ha demostrado servir de instancia de encuentro e intercambio entre las diferentes fuerzas democráticas de identidades nacionalista, populares y socialistas.

A 500 años de Ia invasión, conquista y colonización de América Latina, aspiramos no sólo a recoger cinco siglos de resistencia indígena, negra y popular, reafirmando el derecho de nuestros pueblos a Ia libertad, Ia soberanía, Ia justicia social y el desarrollo, sino que queremos, desde Ia organización autónoma de Ias mayorías trabajadoras y nacionales, desde el afianzamiento de nuestra identidad histórica y cultural y desde Ia acción combativa y creadora, forjar nuestro ingreso al Tercer Milenio.

Queremos, desde esta perspectiva saludar, en particular, Ia presencia de los observadores de otros continentes que consideran al Foro como una expresión viva de Ia determinación de los pueblos del Sur de hacer frente a un sistema global de opresión que se pretende perpetuar sobre Ias grandes mayorías del mundo.

El Foro evidencia Ia disposición de continuar Ia lucha por Ia definitiva liberación económica y política de América Latina y el Caribe, hoy amenazados por nuevos mecanismos de dominación y opresión imperialista. Reafirma Ia vigencia de Ia lucha por Ia liberación nacional, Ia justicia social y Ia democracia en toda su extensión y componentes que abarca, no sólo lo político sino también lo económico, social y cultural. Representa el rechazo de Ia gran mayoría de los latinoamericanos a Ia pretensión de identificar democracia con capitalismo, modernización con sumisión y renuncia al

desarrollo autónomo con justicia social.

De particular importancia es el compromiso asumido por los participantes en los Seminarios de Lima y de Managua, de institucionalizar y coordinar sus trabajos, suministrando al Foro y a todos los movimientos progresistas, el resultado de sus análisis y recomendaciones.

II.- OFENSIVA MULTIFACETICA DEL NORTE CONTRA LATINOAMERICA Y EL CARIBE

En Latinoamérica y El Caribe tiene lugar una ofensiva multifacética de parte del Norte para redoblar su dominación, modificando y ahondando las estructuras básicas del capitalismo dependiente, imponiendo políticas neo-liberales con el consiguiente deterioro de las condiciones de la vida del pueblo, recortes de sus derechos básicos, desnacionalización y apertura indiscriminada de los países al capital y a la producción mundial.

Juegan un papel clave en esta embestida contra los intereses populares los organismos financieros multinacionales controlados por los Estados Unidos y las grandes potencias imperialistas, como el FMI, el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo; la instrumentalización de la injusta e impagable deuda externa y la conformación de bloques económicos y geopolíticos bajo control de las grandes potencias que pretendem someter a los países del Sur. De esta manera, en muchísimos casos, la política económica de nuestros países es determinada fuera de sus fronteras y sin participación alguna de nuestros pueblos.

Se agudiza una situación de dependencia en la cual, las sociedades del Sur no pueden reproducirse sin pasar por las decisiones del Norte. Los países que han vivido de la venta de los productos primarios enfrentan un fenómeno de "cuarta mundialización" que consiste en su creciente exclusión del proceso global de producción e intercambio.

Es importante señalar que, estos intentos de realizar un nuevo reparto del mundo entre los monopólios de las principales potencias, se desarrolla en medio de la agudización de los conflictos interimperialistas y de la crisis mundial, que los pueblos oprimidos y explotados del mundo deben aprovechar.

No obstante los factores externos que, en gran medida, causan la situación extremadamente grave que viven los pueblos de América Latina y el Caribe, no se puede minimizar, es necesario subrayar la alta responsabilidad de los elementos internos sobre esta situación. Sectores de la oligarquía y del gran capital transnacionalizado se empeñan en mantener los vínculos dependientes del Sur con el Norte, actuando como cúmplices y beneficiarios de la imposición de "democracias controladas", para resguardar sus

intereses comunes y la hegemonización del poder a nivel local e internacional.

Este modelo promueve a su vez la transformación profunda de los Estados en un sentido anti-democrático, concentrando el poder en instituciones no elegibles ni sujetas al control social como los organismos de conducción económica, las Fuerzas Armadas represivas, excluyendo y marginando a las grandes mayorías nacionales de las principales decisiones económicas y políticas. En ese marco operan las distintas formas de adecuación de la Teoria y Práctica de Seguridad Nacional como elementos permanentes de autoritarismo que llevan a las Fuerzas Armadas a asumir un papel represivo, directo o latente, hacia los movimientos populares.

La ofensiva neoliberal se desarrolla también en el plano cultural e ideológico, apuntando a la disgregación de valores solidarios arraigados en nuestra sociedad, irnponiendo un modelo individualista y competitivo que enfrenta unos a otros para sobrevivir. Se coarta así, cada vez más, la participación social y política de nuestro pueblo.

Los programas de ajuste estructural políticos y económicos, definidos e impuestos por la presión de organismos financieros multilaterales, lejos de asegurar un desarrollo social, solamente procuran crear mejores condiciones para la inserción dependiente y funcional a los intereses imperialistas de las economias y Estados del Sur al sistema hegemónico capitalista. Esas reformas y esa inserción conllevan la marginalización de las mayorías populares, capas medias y fuerzas de la cultura, la ampliación del desempleo y la reversión de conquistas sociales y una mayor conncentración de la riqueza, especialmente por los monopolios y oligopolios.

A su vez, diversos foros y organizaciones mundiales y regionales son cada vez más hegemonizados por los Estados Unidos y las otras potencias capitalistas, para consolidar un orden mundial y regional, a la medida de sus intereses, pretendiendo legitimar el rol de gendarme internacional para EE.UU, principalmente por medio del consejo de Seguridad de la ONU. Todo esto se hace aprovechando los cambios en los países de Europa del Este y la pérdida del contrapeso geopolítico, así como también el debilitamiento de las instancias articuladoras de los países del Sur.

En Managua el Foro se abocó a la definición de pautas sobre las alternativas en materia de política económica, que puedan servir de puntos de referencias y de apoyo a las fuerzas políticas que en cada nación definen posiciones específicas. Para ello el Foro contó con el rico aporte de los Seminarios Talleres sobre Alternativas de Desarrollo e Integración en América Latina y El Caribe llevados a cabo en Lima, Perú del 26 al 29 de febrero de 1992, y en Managua del 13 al 15 de julio de 1992, en cumplimiento a la resolución del II Encuentro en México.

Los participantes en el Foro consideraron que los Seminarios Talleres pueden continuar

cumpliendo con su objetivo de analizar las experiencias de desarrollo e integración económica latinoamericana, ampliando la participación de nuevos enfoques alternativos desde la izquierda, abriendo el camino para enriquecer el análisis y la definición de propuestas populares concretas regionales, así como las que a nivel nacional lleven adelante los miembros del Foro.

III.- ELEMENTOS PARA LA DEFENSA DE LOS INTERESES POPULARES

La búsqueda de alternativas populares y revolucionarias tiene que conjugar la capacidad para promover la resistencia a la política neoliberal, con la creación de espacios de poder popular que afirme las tendencias a la recomposición de la capacidad de lucha del pueblo y la gestación de una cultura contrapuesta a la cultura de dominación.

Para América Latina y todas las fuerzas democráticas del mundo, tienen los siguientes elementos destacados en el debate sobre la base de los insumos preparados por los Seminarios Talleres:

1.- El proyecto neo-liberal propuesto para América Latina y el Caribe no admite enmienda, pues su mal radica en la naturaleza del injusto orden económico mundial que busca consolidar el modelo de sociedad que pretende imponer. Sólo la unidad amplia, en toda su diversidad, de todas las izquierdas y las fuerzas progresistas podrá lograr un cambio de meta más acorde con las exigencias de la justicia y de la paz.

2.- El contenido económico de una integración alternativa debe partir del interior de las sociedades, de la lucha destinada a superar las estructuras y modelos dominantes y a eliminar controles monopólicos y oligopólicos y, de la construcción de un desarrollo económico autónomo orientado, en primer lugar, a satisfacer las necesidades básicas de las mayorías, sustituyendo la actual alianza de los sectores transnacionalizados de la burguesia con el capital internacional, por una alianza entre todas las fuerzas interesadas en la promoción de proyectos nacionales para la construcción de la justicia social, la democracia y la liberación nacional.

3.- Hoy en día se puede afirmar que todo proceso de desarrollo económico genuino pasa por un cambio de sujetos sociales en el poder, por una justa distribución de la propiedad y la riqueza, por la creación de poderes de mayorías y por el fortalecimiento de la sociedad civil. Los espacios de participación hacia esas metas, deben ser abiertos, tanto desde la organización autónoma del pueblo como desde las instancias estatales, ampliando la influencia de las grandes mayorías populares. Las políticas sociales no pueden estar separadas de las políticas económicas porque las políticas económicas deben diseñarse para atender los problemas sociales. Es necesario modificar el carácter de la estructura productiva tradicional, o luchar por la vigencia de los cambios en los

países que sí lo han logrado, combatiendo las políticas, tanto las ortodoxas como las heterodoxas, de ajuste estructural y favoreciendo el desarrollo de las fuerzas productivas.

4.- Es necesaria una activa labor política dirigida a la organización autónoma de la población en sus diferentes estructuras y modalidades, partiendo desde la base hasta sus expresiones nacionales. Se debe enfrentar la estratégia neoliberal de debilitar la acción y el peso político del movimiento popular.

5.- Necesitamos de programas que contemplem de manera específica los mecanismos para garantizar la integración plena e igualitaria de la mujer en la sociedad, que reconozca la maternidad como función social y el trabajo doméstico como productor de riqueza. Programas con metas para la inclusión de las mujeres en la producción y apropiación de la riqueza material, cultural, política, tecnológica, intelectual de la sociedad y eliminación de relaciones sociales opresivas.

6.- Una alternativa genuinamente popular debe contemplar un programa democratizador que altere y reemplace instituciones elegibles y no elegibles, antidemocráticas y que, sobre nuevas bases constitucionales, posibilite crear y desarrollar una democracia integral: política, económica y social.

7.- Una alternativa popular tiene que prepararse para asumir responsabilidades económicas monopolizadas por sectores empresariales nacionales y extranjeros, que impiden el desarrollo más profundo de iniciativas favorables a las mayorías. En un nuevo marco estructural e institucional, personas y organizaciones populares tienen que asumir roles de dirección y gestión económicas, que faciliten las transformaciones requeridas. Es esencial para ello la información, la transparencia, el debate público y el desarrollo de formas de participación popular desde lo local a lo nacional. Estas formas de participación tendrán viabilidad solamente dentro de un proyecto de transformación global hacia una nueva sociedad.

8.- La participación popular en el diseño, dirección, gestión y fiscalización de las decisiones estratégicas, depende de la existencia de un proyecto claro de desarrollo nacional al cual se dirigen los esfuerzos de las partes.

Las suma de tareas microeconómicas, por muy autónomas y populares que sean, no constituyen por si solas una alternativa nacional.

9.- El Estado debe.constituir un escenario de participación y de poder de decisión nacional, en tanto que está obligado a jugar un papel.central regulador y promotor de la equidad social, sin abandonar la dirección de la economía a la llamada suprema voluntad del mercado, que no es más que la voluntad del gran capital nacional y extranjero y de

los organismos financieros multilaterales.

Se debe recoger la lucha de nuestros pueblos y naciones originarias, rompiendo con el sometimiento ancestral, a fin de crear las condiciones que permitan la construcción de sociedades y Estados plurinacionales. Se trata de un factor central para el desarrollo popular, lo que significa que no hay que permitir que los contenidos de la educación y de los medios de comunicación sean impuestos desde el exterior, ni reflejen, exclusivamente, intereses minoritarios locales.

Los movimientos populares y las fuerzas democráticas deben de fortalecer y modernizar sus propios medios de comunicación así como luchar por la democratización de los medios de comunicación social.

En América Latina y el Caribe, la autonomía de los pueblos indígenas y de los grupos étnicos, social y culturalmente estructurados, exige bases económicas propias y formas de representación políticas idóneas, como parte indispensable de todo proyecto de participación democrática. La lucha por la democracia en nuestro continente también debe expresar el reclamo del fin del colonialismo en América Latina y el Caribe y el respaldo al derecho de esos pueblos a su autodeterminación y plena independiencia.

Los derechos de los inmigrantes latinoamericanos y caribeños en los Estados Unidos deben ser asumidos, en forma militante, por todos nuestros movimientos y partidos, procurando apoyar sus justas protestas y reivindicaciones articuladas a la rebeldía de las minorias negras y las luchas de otros sectores empobrecidos, reclamando con vigor el cese de la discriminación, la explotación, la exclusión y la represión que siguen acrecentándose.

IV.- LA INTEGRACION DE LOS PUEBLOS

La Iniciativa para las Américas y los Tratados de Libre Comercio, enmarcados en ella, pretendem hacer permanentes e inmutables las concesiones globales hoy exigidas por el capital extranjero.

Representan un atentado contra la democracia en Latinoamérica y el Caribe, pues otorgan aún mayor poder a empresas transnacionales para tomar decisiones que tienen mucho que ver con que los pueblos puedan tener educación, salud y otros servicios indispensables para mejorar la calidad de vida.

Estas políticas, sustentadas por sectores dominantes en cada país, generan graves procesos de desestructuración económica y desintegración de nuestras sociedades bloqueando las posibilidades de un desarrollo efectivo.

El esquema político y económico promovido por Estados Unidos supone una integración subordinada, que actualiza y subraya la necesidad de impulsar un proceso de integración entre los países de América Latina y el Caribe que corresponda a su visión, necesidades intereses específicos. Este proceso debe estar basado en la solidaridad entre los pueblos: una integración "desde abajo", que favorezca la conformación de redes de intercambio de coordinación y complementación de políticas productivas, financieras y sociales a partir de los cuales un proceso de desarrollo e integración regional puede desplegarse.

Estamos convencidos que la lucha por la integración de los ueblos constituye un reto político, consistente en desarrollar un esfuerzo común para construir relaciones políticas democráticas, abarcando organizaciones a nivel local, nacional, subregional, regional y mundial con miras a construir un nuevo orden democrático en toda su globalidad.

Esa integración alternativa debe incluir un componente cultural capaz de responder a las reivindicaciones propias de diversos grupos de la sociedad: trabajadores urbanos y rurales, desempleados, pobladores, campesinos, mujeres, pueblos indígenas, etnias, religiosos, pequeños y medianos empresarios y todas las fuerzas económicas que pongan el interés nacional por encima de los intereses particulares.

Los partidos de izquierda deberán siempre mantener las más estrechas relaciones con estas organizaciones populares o de la sociedad civil, no para instrumentalizarlas pero sí para conocer bien sus exigencias y asumirlas en su lucha.

Debe ser un componente fundamental de un proyecto popular, una educación que asegure el desarrollo económico y social, profundice la democracia en tanto brinde los instrumentos para opciones conscientes, de real participación.

Un proyecto alternativo de integración debe ir más allá del marco meramente comercial liberalizador, que tiende a incrementar la vulnerabilidad de nuestras economías y la dependencia con el capital transnacional. Debe tener como objetivo de corto, mediano y largo plazo, una integración social, política y económica y una articulación dinámica de culturas, para lograr un desarrollo económico y social justo.

Los participantes en el Foro reafirmamos que todo proyecto alternativo o programa de acción político, debe tener en cuenta el papel nocivo que juega la política intervencionista de los Estados Unidos. Ese injerencismo historicamente ha tenido por objetivo resguardar las estructuras del capitalismo dependiente en la región, agrediendo todo proyecto político que no priorice los intereses económicos y geopoliticos de esa potencia.

El éxito de la integración de los pueblos puede ser seriamente comprometido por la manipulación de la deuda externa. Los bancos acreedores y organismos financieros

quieren hacer creer que, con los acuerdos hechos sobre la base del Plan Brady, estarían resueltos los problemas creados por la deuda externa. Nada más falso. El pago de la deuda externa sigue profundizando la miseria e imposibilitando las inversiones necesarias al crecimiento económico, progreso técnico y justicia social. La integración exigirá buscarse mecanismos propios de negociación conjunta como repuesta a la unidad de los acreedores.

V.- PREOCUPANTE "LEGITIMACION" DE LA POLITICA INTERVENCIONISTA

Alertamos al mundo sobre la peligrosidad que conllevan las más recientes manifestaciones de la intervención militar, amparadas y ocultas, en la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo. Bajo ese pretexto Estados Unidos organiza campañas militares en la región andina a la vez que fortalece la capacidad represiva de las estructuras de seguridad y de espionaje en los países de nuestra región.

A la política de las cañoneras tradicionalmente empleada por los Estados Unidas contra nuestros pueblos, ahora se suma la legitimización de la misma a partir del fallo ilegal de la Corte Suprema de Justicia de los Estados Unidos el cual, junto a una serie de gestiones de extradición bajo presiones diversas, legitima el secuestro de quien el propio gobierno de Washington considere que ha cometido un delito. Unimos nuestra voz a las otras fuerzas defensoras del derecho, para denunciar este nuevo intento de imponer la ley del más fuerte en las relaciones internacionales, en flagrante violación de las soberanías nacionales y del derecho internacional. Demandamos la anulación de esa pretensión ilegítima por los organismos mundiales y regionales jurídicos competentes, así como la inmediata repatriación de los secuestrados.

La política agresiva y de creciente hostilidad del gobierno de los Estados Unidos contra el pueblo y gobierno de Cuba, incluyendo los nuevos intentos de ampliar el bloqueo económico contra esta nación soberana, constituye una afrenta a la soberanía latinoamericana y caribeña y una ofensa a la dignidad de sus pueblos. Frente a esto, afirmamos nuestro apoyo al derecho del pueblo y gobierno de Cuba a defender su determinación de llevar adelante la construcción del socialismo en su país. Nos comprometemos con la movilización de los pueblos de nuestra región y el mundo para contribuir a la defensa de esta hermana nación latinoamericana, exigiendo de parte de todos los gobiernos, no ceder a las presiones imperiales que pretendem obstaculizar los lazos de cooperación con Cuba, que sólo puede arrojar saldos positivos en términos materiales y morales.

VI.- ALTERNATIVAS Y EXIGENCIAS

En defensa de la soberanía de los pueblos y el derecho de autodeterminación e independencia, y de los derechos políticos, cívicos, económicos, sociales y culturales de

los hombres, mujeres, niños y pueblos enteros de nuestra América.

Llamamos a construir un nuevo orden económico y político internacional, distinto al que hoy se pretende imponer bajo el hegemonismo norteamericano y de las potencias capitalistas, que permita:

La democratización de los organismos multinacionales y en especial, las Naciones Unidas, revisando sus actuales normas orgánicas que permiten el abuso hegemónico del Consejo de Seguridad, organismo creado para resguardar la paz, foro ahora utilizado con el propósito de justificar recientes guerras ilegales de Estados Unidos;

Resolver definitivamente el grave problema de la deuda externa, que agobia a los países del Sur y los oprime, condonándola y logrando un flujo de recursos financieros positivos hacia ellos;

Modificar el actual régimen de intercambio desigual entre los países desarrollados y los del Sur, que impone a estos últimos un permanente y creciente drenaje de recursos;

Una total reorientación de las políticas y funciones del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial, redefiniendo los mecanismos de toma de decisiones en ellas;

Políticas económicas y modelos de desarrollo que garanticen la preservación del medio ambiente, terminen con la devastación ecológica y vinculen la lucha por el medio ambiente con la lucha contra la pobreza;

El reconocimiento de la deuda ecológica que tienen los países del mundo capitalista desarrollado con los países del Sur;

La reorientación de gastos militares de las grandes potencias hacia el desarrollo del Sur, impulsando el desarme mundial;

La democratización de los mecanismos de información y comunicación mundial;

El respeto a la soberanía nacional y a los principios de no intervención, y de solución política de las diferencias entre naciones;

El impulso a la reforma jurídica internacional de acuerdo con las metas propuestas, en el contexto de la designación en Naciones Unidas de esta década como la Década del Derecho Internacional y la Paz, para la elaboración de proyectos de acuerdos y convenciones que garanticen que entramos al año 2000 con un sistema jurídico internacional a la altura de las exigencias de la justicia y de la paz;

El impulso a procesos de integración de los pueblos y naciones a niveles regionales y Sur-Sur como instrumentos de los países del Sur para fortalecer su inserción en la economía mundial.

El Foro de Sao Paulo demanda:

1) El cese inmediato del ilegal e inmoral bloqueo contra Cuba y Ia asistencia económica internacional masiva para lograr impedir que se sigan profundizando Ias nefastas consecuencias de más de treinta años de bloqueo. Asimismo Ia restitución del territorio de Guantánamo a Cuba.

2) La restitución de Jean Bertrand Aristide a Ia Presidencia de Haití y Ia plena aplicación de sanciones contra ese país hasta tanto su legítimo Presidente no regrese con los poderes que le corresponden. Damos nuestro apoyo a Ia propuesta de Aristide, de que Ias negociaciones se lleven a cabo en Haití y sin ningún tipo de intervención militar o amenaza de Ia misma.

3) El reestablecimiento pleno de los derechos democráticos cercenados en el Perú y Ia elección democrática de un Congreso Constituyente soberano, previo acuerdo de sus características y de Ia legislación electoral entre Ias fuerzas políticas y el régimen "de facto". Condenamos el golpe militar que impuso en el Perú un régimen dictatorial y militarizado con Ia participación activa de quien fuera electo 2 años atrás, Presidente Constitucional. Demandamos el cese del hostigamiento y represión contra organizaciones políticas, sociales y populares.

4) El fiel y oportuno cumplirniento por parte del Gobierno de El Salvador a los Acuerdos de Paz firmados con el Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional. Es de suma importancia proceder al inmediato cumplimiento de los acuerdos sobre el tema económico-social, particularmente lo referente a Ia transferencia de Ias tierras de Ias zonas conflictivas a sus actuales pobladores y trabajadores, lo mismo que superar el atraso en el funcionamiento del Foro para Ia concertación económica y social, pues se trata de acuerdos claves pare crear nuevas opciones de desarrollo para los sectores populares.

5) La agilización del proceso negociador en Guatemala, tomando er cuenta que no habrá paz en Centroamérica sin paz en Guatemala y que, Ia propuesta de Ia URNG denominada "Por una paz justa y democrática: Contenido de Ia Negociación" constitue una propuesta viable para lograr una solucion política al conflicto armado.

6) El Foro demanda el cese inmediato de toda injerencia e intromisión de los Estados Unidos en los asuntos internos de Nicaragua, así como el fin de Ias presiones y chantaje

que pretendem condicionar el futuro político de esa nación y revertir las conquistas de la Revolución Popular Sandinista.

En este sentido denuncía el congelamiento de fondos ya aprovados, pretendiendo ignorar u olvidar que esas asignaciones representan miserables migajas de lo que tendrian que entregar, pues la Corte Internacional de Justicia de La Haya ordenó a los Estados Unidos pagar a Nicaraqua los daños ocasionados por la guerra.

7) El desconocimiento al gobierno ilegítimo impuesto en Panamá por la invasión de los Estados Unidos, el retiro de todas las tropas estadounidenses de ese país y el respeto pleno a los tratados Torrijos-Carter.

8) El respeto al derecho del hermano pueblo latinoamericano de Puerto Rico a la libre determinación y a la independencia, así como el cierre de las bases militares en esa nación.

9) La restitución a la República Argentina de las Islas Malvinas y demás enclaves coloniales ingleses en el Atlántico Sur, al mismo tiempo, el inmediato desmantelamiento de las bases militares instaladas por el Reino Unido de la Gran Bretaña, como el cese de la explotacíón económica de los recursos naturales del mar adjacente y de toda restricción aplicada en la zona a la República Argentina.

10) La total erradicación del colonialismo en el Caribe y la eliminación de las bases militares extranjeras en esa región, para hacer realidad el derecho a la autodeterminación y independencia de los países y territorios que aún sufren dominación colonial en América Latina y el Caribe.

11) La continuidad del proceso de negociación, para una solución política y no militar, al conflicto interno colombiano y la reanudación pronta del diálogo entre el gobierno y la Coordinadora Simón Bolivar.

12) El cierre de las bases militares de los EE.UU. en Honduras.

El Foro constata que no ha habido avances en el panorama político y democrático en la inmensa mayoría de los países de la región, cuya situación fue adecuadamente caracterizada el pasado año en la Ciudad de México. En algunos países, subsisten regímenes autoritarios que para aplicar las políticas neoliberales y facilitar la impunidad, el abuso y la corrupción de los gobernantes, se niegan a impulsar la transición a la democracia, a respetar el voto ciudadano y comprometerse en la formación de auténticos sistemas de partidos políticos regidos por la competencia en condiciones de igualdad y por la posibilidad real de la alternancia en el gobierno.

Exige por lo tanto, el cese inmediato inequívoco de los mecanismos y fraudes electorales, de la extensión de prácticas penales y corruptas, la represión a los sindicatos y organizaciones sociales independientes, del control de la prensa y los medios de comunicación para limitar los alcances de las transformaciones sociales y manipular los anhelos democratizadores de la sociedad.

Creemos que existe hoy la posibilidad y la necesidad de construir nuevos puentes de entendimiento y fórmulas de acción conjunta entre las fuerzas democráticas del Sur y del Norte, ambas víctimas del mismo sistema global neoliberal. La existencia de opresión y desempleo creciente, las crisis fiscales y la afectación de servicios sociales, el surgimiento de tendencias racistas y derechistas, la amenaza ecológica, el fortalecimiento del poder y autonomía de las comunidades, la autogobernación, la igualdad de género y racial, son elementos comunes a las plataformas políticas de organizaciones, movimientos y partidos democráticos tanto del Sur como del Norte.

Consideramos imprescindible impulsar la creación de un frente común de negociación latinoamericano frente a las grandes potencias y bloques. Demandamos a los Jefes de Estado y de Gobierno, en ocasión de la cumbre en Madrid, la necesidad imperiosa de asumir este reto sobre una base unitaria sin injerencia externa alguna.

También es necesario retomar los esfuerzos realizados en la década pasada, para analizar la creciente concentración de los médios de comunicación en manos de cada vez menos empresas y el creciente predominio norteamericano en la difusión de noticias.

Próximo al Quinto Centenario del llamado descubrimiento de América y del consiguiente inicio de la resistencia indígena, negra popular, los participantes en el Foro invitan a los pueblos del Mundo a asumir las luchas de nuestros pueblos originarios, a partir de una reflexión sobre este acontecimiento histórico que, con el exterminio de más de 100 millones de vidas humanas de nuestros pueblos originarios, impuso el sojuzgamiento político, cultural, económico y social que hoy sigue negando los más elementales derechos a nuestros pueblos indígenas junto a las grandes mayorlas populares.

VII.- DECISIONES

El III Encuentro aprobó las recomendaciones del Grupo de Trabajo sobre la futura integración del mismo, sus normativas y facultades para asegurar el seguimiento y ejecución de las resoluciones del Foro, así como de su representación y divulgación de sus objetivos y principios en los diversos foros y eventos internacionales. Se recibió, asimismo, un informe sobre los foros a realizarse en Europa y Norteamérica.

Los participantes en este III Encuentro encomendaron al Grupo de Trabajo llevar a cabo

las siguientes acciones en cumplimiento de jos compromisos y tareas políticas asumidas por el Foro:

1) Dar a conocer, particularmente a nivel de las otras regiones del Sur, las posiciones políticas y económicas expresadas en nuestros trabajos y eventos, promoviendo el reconocimiento institucional del Foro y el establecimiento de una comunicación permanente con foros e instancias análogas.

2) Enviar una delegación de destacados dirigentes a la celebración del 33 Aniversario de la Revolución Cubana y para transmitir al gobierno y pueblo cubano las decisiones del Foro y hacer efectiva su solidaridad con la defensa de Cuba.

3) Participar y promover activamente los programas alternativos a la celebración oficial del V Centenario. Llamamos a impugnar la celebración oficial de esa fecha, y exaltar la resistencia indígena, negra y popular, como parte del gran esfuerzo liberador.

4) Convocar un Seminario-Taller sobre Educación Política y la Nueva Relación Partidos Políticos-Movimientos Sociales, asegurando la presencia de organismos sindicales y populares.

5) Designar una delegación que de seguimiento al proceso de Paz y búsqueda de una solución política negociada en la que están empeñados gobierno y guerrilla y el conjunto de la sociedad colombiana. Asimismo, convocar a una Conferencia de Solidaridad y por la Solución Política del conflicto en Colombia, cuya fecha y sede será determinada oportunamente.

6) Promover la conformación de delegaciones multinacionales y multipartidarias de fuerzas participantes en el Foro de São Paulo, para actuar ante diversos foros internacionales.

7) Promover la acción unitaria de los parlamentarios, de los partidos del Foro de São Paulo, en los parlamentos regionales, el Parlamento Latinoamericano y la Unión Interparlamentaria Mundial.

8) Consultar la convocatoria a un Seminario-Taller sobre la opresión de género, priorizando los siguientes temas: feminización de la pobreza; reproducción humana; participación y representación de la mujer; políticas públicas, democratización del Estado y de la sociedad, así como de cultura feminina.

9) Realizar su IV Encuentro en La Habana, Cuba.

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Declaración final del XII Encuentro del Foro de São Paulo

1. Celebrando los 15 años de la fundación del Foro de São Paulo, en esta misma ciudad, realizamos nuestro XII Encuentro con la presencia de 364 participantes de cerca de 150 partidos políticos, entidades y organizaciones sociales. Participaron los partidos políticos miembros de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Cuba, El Salvador, Ecuador, Guatemala, México, Nicaragua, Paraguay, Perú, Puerto Rico, República Dominicana, Uruguay, Venezuela. Además participaron entidades y partidos invitados de Alemanha, Bélgica, Canadá, Cataluña, China, España, Francia, Galicia, Italia, Portugal, Suiza y Vietnam.

Contamos también con la participación de representantes diplomáticos de nueve países en el Acto Político de conmemoración del XV aniversario del Foro, así como con la presencia del compañero Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente de la República Federativa de Brasil.

2. Es una buena ocasión para medir el camino recorrido a través de los 12 encuentros que jalonaron estos tres lustros, desde que en julio de 1990 y a convocatoria del Partido de los Trabajadores de Brasil, la izquierda latinoamericana y caribeña se dio cita para debatir y reflexionar en conjunto en un foro, acerca de los retos que le imponía la realidad y el futuro. Transitamos así por un cambiante mapa político, así como recorrimos diversos puntos de nuestra América Latina, desde Ciudad de México en 1991 (II Encuentro) y 1998 (VIII), Managua en 1992 (III) y 2000 (IX), La Habana en 1993 (IV) y 2001 (X), Montevideo en 1995 (V), San Salvador en 1996 (VI), Porto Alegre en 1997 (VII), y Antigua, Guatemala en 2002 (XI).

3. Cuando celebramos el XI Encuentro del Foro de São Paulo en Antigua Guatemala, en diciembre de 2002, la administración del presidente George W. Bush se encontraba en el clímax de la ofensiva destinada a sacar provecho de los atentados terroristas del 11 de septiembre de 2001. Bush utilizaba la retórica de la lucha contra el terrorismo y la proclamación de la guerra preventiva como trasfondo para intentar criminalizar las luchas populares en América Latina y el Caribe. También se valía del clima creado para obtener del Congreso estadounidense la autoridad que desbloqueaba la negociación del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA).

4. Este balance evidencia que, cuando el FSP echó a andar -15 años atrás- la situación internacional se había deteriorado gravemente. Estados Unidos se afirmaba como potencia dominante en la pretensión de imponer un mundo unipolar, mientras gran parte de América Latina recién salía de un ciclo de dictaduras militares. Salvo Cuba, que resistía heroicamente el bloqueo imperialista estadounidense, no había ningún gobierno de izquierda: reinaban el neoliberalismo y el “pensamiento único”. Desde entonces, han sido múltiples las agresiones del imperio norteamericano a los pueblos del mundo, su ofensiva guerrerista y militarista en el afán de control de los recursos naturales estratégicos, imponer sus intereses económicos y políticos, y afirmar su poderío mundial, como lo evidencian Afganistán e Irak.

5. Pero no son pocos los planes que han fracasado. Los triunfos populares y progresistas le han arrancado el control de importantes países del continente, entre los que destacan Brasil, Venezuela y Uruguay, junto a importantes avances en otros países del Cono Sur._En Argentina, el proceso iniciado en diciembre del d2001 con el derrocamiento del gobierno neoliberal de De la Rúa concluye en mayo de 2003 con el triunfo del presidente Néstor Kirchner. Tenemos que valorar la negociación de la deuda externa argentina, que abre un camino a otros países para enfrentar los dictados del FMI.

6. En Brasil merece destaque la política externa del gobierno de Lula que defiende la inserción soberana de Brasil y de la región en el escenario mundial. Son avances importantes las políticas sociales del hambre cero y otras políticas de inclusión social, así como los progresos en la reforma agraria en diálogo con el Movimiento Sin Tierra. Destacamos especialmente la no renovación del acuerdo con el FMI y el combate implacable a la corrupción por parte del gobierno de Lula.

7. El Foro de São Paulo valora la infatigable lucha del pueblo chileno y sus organizaciones de derechos humanos por la búsqueda de la verdad y la justicia, así como reconoce los avances en los procesos que llevan los jueces de dedicación exclusiva en Chile. También valora el Informe de la Comisión de Tortura y Prisión Política (Informe Valech) que ha permitido importantes avances en la lucha por la verdad acerca del horror que vivieron miles de hombres, mujeres y niños en las cárceles y centros de detención de la dictadura de Pinochet. La investigación que ha develado el denominado Caso Riggs, que ha permitido descubrir las millonarias operaciones de corrupción de Pinochet y su familia, lo desenmascaran ante la comunidad nacional e internacional no sólo como principal responsable del terror de Estado, sino también como ladrón de Estado.

8. Las dificultades de la política latinoamericana de Bush obedece a dos factores fundamentales: uno es la agudización de la crisis política, económica y social en la región; el segundo es la capacidad de lucha y construcción de alternativas demostrada por los pueblos en toda su diversidad, mujeres y hombres de nuestra América Latina y Caribe. Entre las manifestaciones de la crisis, resalta el derrocamiento de los gobiernos de Gonzalo Sánchez de Lozada (Bolivia, 2003), Lucio Gutiérrez (Ecuador, 2005) y Carlos Mesa (Bolivia, 2005), con lo que suman ya seis gobiernos neoliberales derrocados por el movimiento popular desde 1997.

9. En cuanto a la capacidad de lucha y construcción de alternativas, se destacan: la resistencia de la Revolución Cubana frente al recrudecimiento de la política de bloqueo y aislamiento, la derrota de los diversos intentos de desestabilizar y derrocar a la Revolución Bolivariana en Venezuela y al gobierno constitucional del presidente Hugo Chávez en Venezuela, el triunfo de Lula en la elección presidencial brasileña de octubre de 2002 y el triunfo de Tabaré Vázquez en la elección presidencial uruguaya de octubre de 2004. La victoria del Frente Amplio incluyó las mayorías parlamentarias y, este año, un triunfo consagrador en las elecciones municipales. Igualmente hay que destacar el avance de la izquierda colombiana en las elecciones locales en el 2003 y el proceso de unidad que se gesta para las elecciones del 2006. En Ecuador se ha expresado un avance de la izquierda en las elecciones locales.

10. Así, después del XI Encuentro a las victorias ya mencionadas, se le suman los resultados favorables a los sectores progresistas en elecciones de Panamá y República Dominicana, Chile, El Salvador, Nicaragua y Venezuela, además de importantes luchas sociales y políticas en el área andina: Bolivia, Perú, Ecuador y Colombia.

11. El primer indicio de avances de la resistencia a la ofensiva del gobierno Bush fue la derrota del diseño original del ALCA, ocurrido en la Reunión Ministerial de las Américas celebrada en Miami en noviembre de 2003; el segundo fue la derrota del intento de otorgar a la Organización de Estados Americanos (OEA) facultades para monitorear el “funcionamiento democrático” de los países de la región, que hubiese sido un mecanismo intervencionista contra el gobierno de Chávez en Venezuela; el tercero fue la derrota del intento de imponer a sus candidatos favoritos para la Secretaría General de la OEA, el ex presidente de El Salvador Francisco Flores y el secretario de Relaciones Exteriores de México Luis Ernesto Derbez.

12. Constatamos, por lo tanto, que la situación ha sufrido un vuelco positivo, y América Latina aparece como el continente con mayores posibilidades de cambios progresistas.

13. Sin embargo, América Latina y el Caribe enfrentan serios retos. La situación de Haití, ciertamente dramática, exige una solución política y nos lleva a comprometernos para que el pueblo haitiano avance rápidamente hacia el ejercicio real de su derecho a su soberanía y autodeterminación, con un decidido apoyo internacional a sus acuciantes carencias en materia de salud, educación, vivienda, obras básicas de infraestructura y reconstrucción ambiental.

14. Denunciamos la pretensión del gobierno estadounidense de valerse de Colombia como base y factor de control y penetración de sus objetivos imperialistas apelando al Plan Colombia y al Plan Patriota, para imponer desde todos los aspectos su política de dominio. Este hecho pretende regionalizar la guerra contra los pueblos andinos, sofocar su lucha liberadora, comprometer los avances en la República Bolivariana de Venezuela y continuar sus ataques contra la Revolución Cubana. Destacamos el impulso generado desde el Grupo de Trabajo del Foro de São Paulo para la visita de Parlamentarios de diferentes países a efectos de impulsar una agenda concreta con el objetivo de ayudar a promover la solución política negociada al conflicto armado interno y el acuerdo humanitario para hacer sentir la solidaridad de Latinoamérica con el pueblo hermano.

Se constata claramente la misma estrategia que se aplica en Paraguay, con el pretexto de la amenaza terrorista en la zona de la triple frontera. Esta política se ve facilitada por la decisión del Gobierno paraguayo de otorgarle inmunidad a fuerzas militares estadounidenses.

15. Manifestamos nuestra preocupación por el recrudecimiento del bloqueo a Cuba por parte de los EE. UU. mediante el propósito de extender en el mundo la aplicación (abierta o encubierta) de las disposiciones de la ley Helms – Burton.

16. Asimismo rechazamos de plano las declaraciones de la nueva Secretaria de Estado para este segundo mandato de George W. Bush, Condoleeza Rice, sobre el gobierno de la hermana República Bolivariana de Venezuela, tildándolo de “molestia para los EE. UU.”, y nos solidarizamos con el pueblo venezolano y con su Presidente - democráticamente electo y ratificado por plebiscito popular - el Comandante Hugo Chávez Frías. Consecuentemente, manifestamos nuestra satisfacción por la derrota infligida en la OEA recientemente a las pretensiones intervencionistas de los EE. UU., puestas de manifiesto en querer otorgarle a este organismo ya bastante desprestigiado, el papel de juez certificador del carácter democrático de los países miembros, dejando así abierta la posibilidad de intervención en caso de un juicio negativo sobre uno o más gobiernos.

17. Conscientes de que la integración de nuestras naciones y pueblos es una herramienta

fundamental en la lucha por nuestro desarrollo y nuestro progreso, por nuestra soberanía y por lograr una globalización diferente, solidaria y respetuosa del interés de los pueblos, creemos indispensable trabajar intensamente por forjar una nueva integración Sur-Sur, y especialmente Latinoamericana y Caribeño que vaya más allá de lo estrictamente comercial y trascienda a lo social, cultural y político. Por ello, mantenemos una firme oposición a las maniobras del imperio para dividirnos e imponer, por otra vía, su fracasada ALCA, esta vez, vía los TLC que ahora pretende con Centroamérica y los países andinos, desconociendo el reclamo de los pueblos que exigen consulta popular.

18. Constatamos que, en el período transcurrido desde el último Foro hubo avances en la integración regional promovidas por Argentina, Brasil, Uruguay y Venezuela cuyos gobiernos hicieron posible profundizar la integración física y energética de nuestra América. Hoy, en la región sudamericana existen tres sistemas de integración en marcha que tienen un papel importante si se enmarcan en la lógica integral ya mencionada: la Comunidad Andina de Naciones (CAN); el MERCOSUR con varios países miembros asociados, Bolivia, Chile, Perú, Venezuela, Colombia y Ecuador, avanzando hacia mayores grados de integración económica, política y social, a concretarse en el 2006 y la Comunidad Sudamericana de Naciones, con grandes proyectos de integración de infraestructura y energía del continente. Destacamos, en ese sentido, las potencialidades del Acuerdo MERCOSUR-Comunidad Andina de Naciones logrado en 2004 que, con los avances de la oposición en Perú, Ecuador y Colombia contrarias a la firma de los TLCs, permitirá la consolidación del proyecto de Comunidad Sudamericana de Naciones fundado en la ciudad de Cuzco en 2004, como paso hacia la formación de la Comunidad Latinoamericana y Caribeña de Naciones.

19. En la región centroamericana observamos un deterioro del proceso de integración al querer disminuir las funciones del Parlamento Centroamericano y de la Corte Centroamericana de Justicia, fortaleciendo el autoritarismo presidencialista, y anulando todas las expresiones sociales del Sistema de Integración Centroamericana (SICA). El Foro de São Paulo apoya las iniciativas de integración comunitaria defendidas por los partidos miembros, al mismo tiempo que respalda la lucha contra la implantación del CAFTA y el Plan Puebla-Panamá, como expresión de anexión de la región a los intereses de Estados Unidos.

20. México enfrenta hoy el reto de lograr un acuerdo trinacional para la revisión integral del Tratado de Libre Comercio de América del Norte. Más aún, cuando los gobiernos de México, Estados Unidos y Canadá pretenden crear la comunidad de América del Norte, cuyo primer paso es la Alianza por la Prosperidad y la Seguridad que no hace más que profundizar las condiciones económicas y financieras de inequidad que han empobrecido esencialmente a México y crea parámetros en el terreno de la seguridad hemisférica, energética y fronteriza para criminalizar la migración latinoamericana homologándola a la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo. La agudización de la crisis social en el campo mexicano y la posible ofensiva del poder financiero estadounidense en terrenos como la salud pública, la energía y la

educación, hacen que México hoy más que nunca, deba mirar hacia Latinoamérica y el Caribe. Saludamos la posibilidad de que nuestros hermanos de la izquierda mexicana y los sectores progresistas estén en condiciones de ganar las elecciones presidenciales del 2006.

21. Valoramos la materialización y la perspectiva de la Alternativa Bolivariana para América que puede apreciarse ya en primer lugar en los Convenios entre Venezuela y Cuba; pero también pueden identificarse en el Convenio Integral de Cooperación entre Argentina y Venezuela en la alianza estratégica Brasil-Venezuela, en el Convenio Integral de Cooperación Energética entre Venezuela y Uruguay, así como en los acuerdos de creación de TeleSur, PetroSur y el más reciente aún, firmado por Venezuela y los países del Caribe: PetroCaribe. El ALBA se propone en primer lugar atacar las inmensas deudas sociales que se han acumulado en nuestra región, con base en la cooperación, la complementación productiva, la defensa de la identidad latinoamericana y la solidaridad.

22. Declaramos nuestro compromiso de trabajar, desde nuestros partidos, para impulsar esta nueva integración en marcha y cuya agenda debe ampliarse cada vez más para atender los intereses de nuestros pueblos. Queremos que la integración signifique, además de acuerdos comerciales, una agenda de complementación productiva, accesibilidad a mercados regionales y apertura de otros, instrumentos financieros comunes, complementación física y de comunicaciones, integración energética, articulación en materia de defensa, preservación de los recursos naturales, complementación educativa, científica y tecnológica, integración cultural y complementación en derechos laborales y seguridad social.

23. En el VI Encuentro del FSP, realizado en El Salvador en 1996 afirmamos que “la integración no excluye el interés nacional” y que “como proceso debe estar encaminado a lograr la convergencia y complementariedad económica y social de los países de la región”. Sostenemos que “sólo mediante esquemas de integración subregional y regional será posible alcanzar el peso específico que permita negociar exitosamente frente a los bloques económicos que hoy se consolidan en el mundo”. El proyecto integrador regional necesita considerar los diversos niveles de desarrollo y la heterogeneidad existente en la región. Para ser justa y solidaria estas tareas deberán establecer mecanismos preferenciales, teniendo en cuenta las asimetrías y desigualdades de la región. Un principio importante que deberá tenerse en cuenta es promover acciones para lograr una adecuada equidad.

24. Por ello mismo, sostenemos que la Integración “no puede quedar sólo en manos de los gobiernos, en ella tienen que participar activamente los partidos políticos, los movimientos populares, las organizaciones no gubernamentales, los empresarios afectados por el neoliberalismo y todos los actores reales, especialmente los verdaderos productores de riqueza”. Esta afirmación realizada hace casi diez años, reafirma su vigencia a la luz de los

avances y limitaciones existentes en las experiencias en desarrollo. En la actualidad sigue siendo una premisa indispensable para la real concreción de los proyectos que tienen lugar en diferentes regiones de América latina y Caribe, en pro de una verdadera integración de naciones y pueblos.

25. Denunciamos y rechazamos el feminicidio, expresión de la creciente violencia hacia las mujeres, como violencia de género cuya base es la discriminación y descomposición social producida por la persistencia de una concepción misógina y paternalista que ha generado un nuevo fenómeno criminalístico en nuestros países, destacadamente en México, El Salvador y Guatemala, en donde la agresión emocional, económica, laboral, psicológica y física, puede llegar incluso hasta el asesinato. Consideramos el feminicidio un crimen de Estado porque la negligencia e indiferencia de las instituciones encargadas de la justicia y la seguridad, así como de la ausencia de acciones legislativas y de gobierno reproducen las condiciones de impunidad. Así también denunciamos la explotación sexual infantil y de género que lacera la dignidad de la persona humana.

26. Por último, este XII Encuentro saluda la participación activa de representantes de entidades, movimientos sociales, parlamentarios y pequeños y medianos empresarios, mujeres y jóvenes quienes, en conjunto con representantes de nuestros partidos, trabajaron en los talleres de este Foro que asume todas las recomendaciones, mociones y propuestas aprobadas en los mismos, presentadas en anexo a esta Declaración.

São Paulo, 4 de julio de 2005.

Nota: la delegación del Partido Intransigente, de Argentina, manifestó su discordancia con la referencia hecha en el texto sobre el Gobierno Kirchner.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=101&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Declaración de apoyo al PT

El XII Encuentro del Foro de Sao Paulo manifiesta su reconocimiento y gratitud a los compañeras y compañeros del Partido dos Trabalhadores de Brasil por las labores organizativas desplegadas y las fraternales atenciones brindadas en su condición de anfitriones a todos los participantes de este Encuentro.

Asimismo expresa su solidaridad con los compañeros ante los ataques de la derecha que intentan revertir el proceso de cambios sociales y políticos progresistas iniciado en Brasil.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=104&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

DECLARAÇÃO - OFICINA SINDICAL

Declaração do Foro de São Paulo

sobre a integração e a questão dos direitos dos trabalhadores

A integração latino-americana é boa e desejável por todos nós. Há que se discutir, no entanto, o tipo de integração que queremos e a forma como se dará de maneira a beneficiar não somente empresas, sistema financeiro e governos, mas antes de qualquer coisa os trablhadores e as populações de nossos países.

O debate em torno desta integração, que temos visto na mídia, privilegia os acordos comerciais, financeiros, diplomáticos e passa ao largo de qualquer preocupação em torno dos trabalhadores e das trabalhadoreas e da maneira como produzimos toda essa riqueza que aqueles acordos põem em circulação.

No conjunto de ações que defendemos, existem coincidências com iniciativas de outros setores, mas vamos além, pois temos a compreensão que estes – empresariais em particular – não priorizam nem irão priorizar a defesa dos interesses gerais da sociedade. Embora muitas das demandas apresentadas e debatidas tenham nosso apoio, pois estão dentro da lógica de defesa dos interesses nacionais e da América do Sul, compreendemos que são insuficientes. Queremos defender as empresas latino-americanas, mas acima de tudo as trabalhadoras e os trabalhadores latino-americanos.

Acreditamos ser fundamental para o desenvolvimento das nossas economias a eliminação do protecionismo dos países ricos, a necessidade da horizontalização das relações comerciais e a possibilidade de acesso a mercados de alto poder aquisitivo.

Defendemos novas formas de relações comerciais entre os países e blocos onde a ALCA da forma como está colocada, servindo como estratégia do imperialismo norte-americano para uma globalização neoliberal, não nos interessa. Compreendemos, ainda, a necessidade de questionamento do papel da OMC, enquanto supervisora da liberalização global, protegendo os interesses dos países ricos e das transnacionais.

Apesar disso, consideramos a OMC um fórum adequado de disputa para a defesa dos interesses dos países em desenvolvimento e conseqüentemente dos seus trabalhadores e prova disso foram as recentes vitórias do Brasil no contencioso com os EUA, na questão dos

subsídios ao algodão.

Defendemos a atuação dos países latino-americanos no seio da OMC baseados em três pilares fundamentais:

a) **Eliminação dos subsídios à exportação.** Que a União Européia aceita, desde que outros países também o façam, mas que ainda enfrenta entraves tais como a equivalência na competitividade nas exportações, formas de créditos à exportação e ajuda alimentar.

b) **Acesso aos mercados.** Cortes nas tarifas mais altas de importações de produtos agrícolas, proporcionas ao nível de desenvolvimento do país. Defendida pelo Brasil junto ao G20, considerando que o protecionismo têm sido maior sobre carnes, açúcar, tabaco e lácteos, justamente aqueles que os países em desenvolvimento mais produzem. Consideramos que na UNCTAD em São Paulo houve avanços nesta direção, que EUA e EU sinalizaram com a possibilidade de aceitação da proposta.

c) **Redução da subvenção doméstica.** Como a ??? nos Eua, onde o agricultor é compensado pelo governo quando os preços caem no mercado, o que beneficiaria em particular o G20.

Questão de direitos

Os acordos que os nossos governantes, empresários, entidades bilaterais ou multilaterais, vi de regra têm protagonizado se pautam por transações comerciais que não respeitam e nem mesmo debatem a questão dos direitos dos trabalhadores. É, portanto, fundamental uma ação coordenada, solidária e internacional do movimento sindical de maneira a garantir que estes direitos estejam contemplados.

A não observância dos direitos dos trabalhadores dos países em desenvolvimento, além de prejudicar os mesmo no curto prazo, no médio e longo prazos prejudicará também os trabalhadores dos países desenvolvidos. Já percebemos a migração de grandes multinacionais para países onde existem menos direitos trabalhistas ou a remuneração é mais baixa, nivelando por baixo o salário dos trabalhadores em nível internacional, causando desemprego nos países ricos e aumentando a acumulação do capital.

A defesa dos direitos nos acordos internacionais é de interesse de todos os trabalhadores do mundo e destacamos aqui alguns pontos que consideramos fundamentais para garantir esses direitos, que por sua vez são reivindicações do movimento sindical brasileiro:

a) Desenvolvimento sócio-econômico deve ser solidário. A democracia e os direitos sociais devem servir como base para uma nova cooperação entre os países. Fortalecimento da democracia num continente historicamente marcado por ditaduras interessa aos movimentos sociais, pois esses são os principais atingidos quando a democracia deixa de existir;

b) A necessidade de uma Consertação Social para erradicar a pobreza, a fome, a mortalidade e a desnutrição infantil, o desemprego e a precariedade do trabalho, a pressão contra as

estruturas fragilizadas de seguridade e solidariedade social;

c) Elaboração de instrumentos jurídicos efetivos de proteção ao direito e liberdades fundamentais do cidadão e de controle social das políticas, com adoção das Convenções da OIT, de cláusulas trabalhistas e de direitos sociais nos acordos comerciais entre os países/ blocos e na OMC e combate à limitação dos direitos trabalhistas em muitas empresas.

d) Incorporação de conteúdos democráticos novos, com maior participação social uma vez que o modelo social e político americano e europeu são insuficientes para reverter o quadro de exclusão social da América Latina, da África e outras regiões subdesenvolvidas.

e) A exigência de contrapartidas sociais nos investimentos produtivos e nas políticas públicas, tendo como metas a geração de emprego e renda, melhora das relações e condições de trabalho, responsabilidade social e econômica das empresas;

f) Introdução de um código de conduta determinando marcos regulatórios às ações das empresas transnacionais para que respeitem direitos sindicais e trabalhistas;

g) Constituição de comitês sindicais mundiais que atuam em grandes corporações multinacionais, com poder de pressão organizativa e efetiva;

h) Inclusão de conteúdos específicos, aprovados na 2ª. Cúpula Sindical, na Cidade do México, em 16 de abril de 2004, que prevê a democratização da terra, a soberania alimentar e a defesa da agricultura familiar. Assim como política de inclusão para índios e afro-descendentes e políticas para as migrações e seus impactos econômicos e sociais.

Responsabilidade social das empresas

É comum ouvirmos que esta ou aquela empresa tem responsabilidade social e assistirmos o desenvolvimento de ações que podem iludir os desavisados e levá-los a acreditar que estas, efetivamente, estão contribuindo para a diminuição das disparidades sociais.

Sabemos, no entanto, que nas bolsas de valores as empresas “éticas” têm desempenho melhor que as demais, além de ser notório que normalmente este “ética” não passa de estratégia de “marketing”. No Brasil, as empresas, têm adotado estas ações como uma maneira e burlar ou diminuir o pagamento de impostos, pois a legislação permite descontar do Imposto de Renda este tipo de ação.

Este novo comportamento das empresas – que na verdade está longe de compromisso social – leva a situações emblemáticas como o caso da Parmalat que num país africano entendia estar cumprindo seu papel social dando um copo de leite por semana a crianças famintas, enquanto por outro lado nem mesmo recebia os dirigentes sindicais para atender às reivindicações dos trabalhadores.

Portanto, propomos que o movimento sindical latino-americano, com apoio dos diversos outros setores da sociedade civil organizada elabore uma “Carta de Princípios sobre a

Responsabilidade Social das Empresas", onde sejam estabelecidas um conjunto de regras mínimas que as empresas devem adotar em todas as suas filiais, na sua cadeia produtiva, na relação com governos, outras empresas, a sociedade civil do país instalada e com os trabalhadores.

É necessário que o comportamento das empresas mude radicalmente, tanto na forma como se relacionam com os trabalhadores como na maneira que se comporta dentro da comunidade. É assim que consideramos que uma empresa não pode ser classificada como socialmente responsável quando: não paga em dia seus impostos; não respeita ou reprime a organização sindical; pratica preconceito contra as mulheres, negros, indígenas, e portadores de necessidades especiais; não cumpre a legislação trabalhista; não respeita o meio ambiente; não se recusa a comprar produtos de empresas que utilizam o trabalho escravo, forçado e infantil; obriga seus funcionários a cumprir horas-extras; não abre seu balanço para que a sociedade , o estado e o sindicato exerçam o controle, fiscalizem e tenham acesso às informações sobre a lucratividade; exerce assédio moral; force a competição e a produção desenfreada que supere a capacidade do ser humano; não respeite o consumidor.

Recusamo-nos a aceitar como algo normal o fato de uma mega-empresa como a Coca-Cola – segundo denúncias – utilizar-se do trabalho infantil em sua cadeia produtiva em El Salvador, onde trinta e cinco mil crianças são contratadas como ajudantes.

Portanto, a responsabilidade social que estamos dispostos a cobrar das empresas é bem mais do que as maquiagens que fazem com objetivos de se apresentarem de forma simpática ao consumidor e aumentar seus lucros, queremos estabelecer um Índice de Sustentabilidade e Responsabilidade Social das Empresas que considere a integração de fatores ambientais, sociais, econômicos e de governança corporativa, que leve em conta os interesses dos investidores, trabalhadores, consumidores e capacidades de respostas às mudanças sociais.

A globalização que queremos

A recente posse de Tabaré Vázquez no Uruguai soma-se positivamente aos governos democrático-populares e defensores da soberania nacional de Kirchner na Argentina, Lula no Brasil e Hugo Chávez na Venezuela, imprimindo uma **nova geografia** que tem nas relações comerciais um dos aspectos importantes, mas não o único.

Assim, a globalização que estes governos de caráter popular defendem necessariamente não é a mesma de Bush. E o movimento sindical latino-americano se solidariza com eles na busca de uma globalização que leve em conta o ser humano e não o lucro.

Queremos um tipo de globalização que socialize para todo o planeta aquilo que os povos ao longo da sua história construíram de bem, de positivo.

Não nos interessa que o poder econômico desenvolva formas cada vez mais sofisticadas e globalizadas de apropriação da riqueza do planeta em benefício de uma pequena minoria, gerando miséria, fome e guerra no resto do mundo.

O tipo de globalização que queremos e a presente no Fórum Social Mundial, onde se busca

caminhos que permitam a todo ser humano deste planeta viver com dignidade, alegria, alimentado, com acesso à cultura, à educação e o respeito pelas suas especificidades.

No Fórum da Sociedade Civil, realizado durante a XI UNCTAD na cidade de São Paulo, em novembro do ano passado, chegou-se a um conjunto de proposta que podem ser norteadas de uma globalização que interesse aos povos e não às empresas, bancos e governos do Norte. São elas:

a) Um sistema global de comércio que beneficie todos os povos e proteja o meio ambiente;

b) Desenvolvimento sustentável do planeta;

c) A inclusão social;

d) Igualdade de gênero, em especial de seus povos mais pobres e sem poder decisório;

e) O comércio ou o aumento dos fluxos financeiros podem ser meio para alcançar o desenvolvimento sustentável, mas não são fins em si mesmo;

f) Por um sistema de comércio que não beneficie unicamente as empresas multinacionais, criando iniqüidades internacionalmente;

g) Construção social de direitos, reconhecendo e respeitando o cidadão como sujeito de direitos;

h) A integração de blocos (Europa-América Latina e Caribe, sul-sul) pode ser uma oportunidade para construir uma outra mundialização;

i) Fortalecimento das organizações dos trabalhadores e da representação sindical nos locais de trabalho, ampliação da organização internacional dos trabalhadores;

j) As iniciativas em desenvolvimento devem ser estimuladas e ampliadas em todos os níveis, principalmente fortalecidas nas bases, junto aos que mais que são mais desrespeitados: os trabalhadores e trabalhadoras.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=148&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre las políticas sociales

La presencia de gobiernos democráticos y progresistas en América Latina plantea la necesidad de articular un modelo de políticas sociales que recoja las demandas históricas de los pueblos que han luchado por la igualdad, la justicia, las libertades democráticas, la defensa del medio ambiente y la soberanía nacional. Dichas políticas no pueden dejar de tomar en cuenta el respeto y promoción de derechos políticos, sociales y humanos que garanticen la participación de los pueblos en la definición del rumbo de los países, garantizando su desarrollo pleno y multilateral. La equidad de género; la erradicación de la tortura y cualquier tipo de discriminación; los derechos de los pueblos indios; los derechos de los jóvenes y de la comunidad de la diversidad sexual; el fomento de una nueva cultura política fundada en la lucha contra la corrupción y la solidaridad; las libertades de expresión y manifestación, entre otros, deben ser aspectos contemplados en la forma de gobernar y legislar de quienes pensamos que otra América Latina es posible.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=132&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre la responsabilidad de Mireya Moscoso en la liberación de Posada Carriles

Considerando, que el Parlamento Centroamericano –PARLACEN- alberga dentro de su seno a Diputados y Diputadas electos por voto directo y secreto.

Considerando, que el PARLACEN es una instancia que reivindica los derechos humanos, el respeto entre los pueblos, y la lucha contra el terrorismo, entre otros.

El Foro de SP lamenta la incorporación al PARLACEN de Mireya Moscoso como Diputada Designada por el Estado de Panamá, por ser la responsable de la liberación del terrorista Posada Carriles y que demostró con esta acción su apoyo a las políticas de terrorismo de estado y terrorismo internacional de la administración del gobierno de Estados Unidos de América.

La presencia de personajes con esta reputación desprestigia al Parlamento Centroamericano, institución que impulsa la integración regional a partir de su amplia representación democrática.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=131&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución del Foro de São Paulo sobre Chile

El Foro de São Paulo resuelve:

Expresar su solidaridad con el movimiento que exige la libertad de los seis prisioneros políticos que aún existen en Chile. En la cárcel de alta seguridad se encuentran los compañeros Hardy Peña que ya cumple 12 anos en prisión, Pablo Vargas 14 anos en prisión, Claudio Melgarejo 12 anos, René Salfate 9 anos y Julio Peña 11 anos. En el Penal de Colina se encuentra Hedor Sanchez con 14 anos en prisión.

Manifestamos el respaldo al movimiento que solicita al Congreso que apruebe un nuevo proyecto de ley que permita su libertad.

Nos sentimos conmocionados y entregamos nuestra solidaridad a estos compañeros presos políticos que ya cumplen 50 días de huelga de hambre como recurso extremo para sensibilizar a la opinión pública nacional e internacional.

Extendemos la solidaridad y la petición de libertad para los lonkos (dirigentes) del pueblo mapuche, injustamente detenidos en las cárceles de la novena región.

Solidariza con el compañero Sergio Galvarino Apablaza Guerra destacado dirigente en la lucha por terminar con la dictadura de Pinochet, detenido en Argentina. Apoya al movimiento de derechos humanos, organizaciones sociales y políticas tanto de Chile como de Argentina que solicitan a la Justicia Argentina no sea extraditado y se le otorgue la calidad de refugiado, y que pueda seguir viviendo junto a su familia en Argentina.

El Foro de Sao Paulo apoya a las organizaciones políticas y sociales que en Chile exigen el término del excluyente sistema electoral binominal. Y se pronuncian a favor de un sistema electoral democrático que permita la representación plural, proporcional a la influencia electoral que en forma real las distintas fuerzas tienen.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=105&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Colombia

El XII Encuentro del Foro de São Paulo rechaza enfáticamente la aprobación por el Congreso Nacional Colombiano de la llamada ley de justicia y paz, que consagra la impunidad de los graves crímenes de lesa humanidad cometidos por los grupos paramilitares, quienes han actuado con la complicidad de la Fuerza Pública durante décadas.

Los grupos paramilitares son responsables de miles de asesinatos, desapariciones, atentados, masacres y desplazamiento, contra dirigentes sociales y de oposición política, así como miembros de organizaciones sindicales, campesinos, indígenas y populares.

Reafirmamos nuestro compromiso y solidaridad con las organizaciones y familias victimas en su lucha por garantizar sus derechos, a la justicia, la verdad y la reparación.

Exigimos que la OEA revise la Misión MAPP-OEA, para que este organismo no siga legitimando un proceso de impunidad y por el contrario, encamine sus esfuerzos a garantizar los derechos de la sociedad colombiana y sus victimas.

Enfatizamos nuestra disposición de contribuir para que en Colombia se avance en la solución política del conflicto armado interno y se supere la profunda y grave crisis humanitaria y de derechos humanos que afecta a millones de colombianos.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=106&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Cuba

El XII Encuentro del Foro de Sao Paulo demanda el cese del bloqueo y la hostilidad del imperialismo norteamericano contra Cuba, y la liberación de los cinco compañeros cubanos presos en cárceles de los Estados Unidos por el supuesto delito de luchar contra el terrorismo.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=107&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre El Salvador

El Foro de São Paulo reunido en la ciudad de São Paulo, del uno al cuatro de julio de 2005, expresa su solidaridad con los trabajadores despedidos del Ministerio de Gobernación de El Salvador, entre ellos varios dirigentes de su organización laboral; ocho de los cuales, representando a todos sus compañeros han realizado treinta y cinco días de “huelga de hambre” demandando sus derechos constitucionales (a la organización, a la estabilidad laboral, a la indemnización proporcional por sus años trabajados) que han sido violados por el gobierno de ARENA del Presidente Elías Antonio Saca.

Demandamos el respeto a los derechos laborales y derechos humanos del pueblo salvadoreño.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=109&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Haití

El Foro de São Paulo manifiesta toda su solidaridad y resuelve enviar una misión de partidos del Foro que, junto a entidades de parlamentares latino-americanos como COPPPAL y COPA, se reúna con todas las expresiones sociales y políticas de Haití. El objetivo de la misión es profundizar el conocimiento de la situación y discutir acciones comunes para la reconstrucción política, económica, social y ambiental de Haití.

Considerando que el Foro de São Paulo respeta y aplica como principio general del derecho internacional el derecho a la autodeterminación de los pueblos, hacemos votos para la rápida reinserción soberana de la nación haitiana en la comunidad internacional.

Con ese fin, demandamos que la totalidad de la deuda externa de Haití sea condonada como una contribución para superar la situación de pobreza extrema que sufre su pueblo.

Asimismo exigimos que los países donadores, comprometidos con Naciones Unidas a financiar el plan para la reconstrucción de Haití, cumplan ese compromiso inmediatamente.

Nota: la delegación del Partido Comunista Brasileiro manifestó su discordancia con relación a esta resolución.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=129&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre la Academia Internacional para la Aplicación de la Ley (ILEA)

El XII Encuentro del Foro de São Paulo, a 15 años de su fundación en 1990,

Considerando:

1.- Que el gobierno actual de los Estados Unidos proyecta establecer en El Salvador una academia internacional policial y militar, bajo el nombre encubridor de "Academia Internacional para la Aplicación de la Ley –ILEA- (por sus siglas en inglés), cuya finalidad es influir e instrumentalizar ideológica, política y orgánicamente en el funcionamiento de las policías y ejércitos de América Latina, al estilo de la "Escuela de las Américas" que, funcionó en la zona del Canal de Panamá hasta la panameñización de éste;

2.- Que este proyecto fue rechazado con anterioridad con ejemplar dignidad, por varios países latinoamericanos, especialmente por el Congreso de Costa Rica, cuya argumentación jurídica y principista es impecable e irrebatible en defensa de la soberanía y autodeterminación nacional;

3.- Que el desarrollo de nuestros países solamente puede desenvolverse en función de sus pueblos mayoritariamente pobres, sobre la base de la plena autodeterminación, de la democracia participativa y el rechazo al interesado intervencionismo de quienes históricamente instrumentalizaron a las fuerzas armadas latinoamericanas y caribeñas para ejercer su asfixiante hegemonía imperial.

Por tanto resuelve:

1.- Condenar y rechazar el proyecto de instalación de la Academia ILEA, u otro proyecto similar en El Salvador o en cualquiera otro país latinoamericano o caribeño, por ser un emprendimiento típicamente intervencionista y subordinante de nuestras naciones.

2.- Exhortar a todos los partidos y demás organizaciones del Foro de São Paulo a expresar su activa solidaridad con la lucha del FMLN y de todas las fuerzas sociales y políticas de El Salvador en rechazo de la instalación de ILEA en ese país.

São Paulo, 4 de julio de 2005

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=130&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Nicaragua

Considerando que recientemente el Presidente de la República de Nicaragua, Ingeniero Enrique Bolanos Gayer ha tomado decisiones que atropellan el estado de derecho, situándose “por encima de la ley”, violando la Constitución de la República, desconociendo la autonomía de los otros poderes del Estado y vulnerando la institucionalidad del país.

Tomando en cuenta que el Presidente Bolanos Gayer, se rehúsa a reincorporarse al Dialogo Nacional con las principales fuerzas políticas del país, el FSLN y el PLC, para encontrarle solución a los problemas más acuciantes que vive actualmente el pueblo nicaragüense.

Preocupados por que esta situación profundiza la crisis económico social y pone en riesgo la estabilidad nacional y regional.

Los partidos políticos participantes en el XII Encuentro del Foro de Sao Paulo, resolvemos:

Exhortar al Presidente de la República de Nicaragua garantizar el estado de derecho y fortalecer la institucionalidad, reconociendo la legitimidad de las reformas constitucionales recientemente aprobadas por la Asamblea Nacional.

Instar al Presidente de Nicaragua, Ingeniero Enrique Bolanos Gayer, a reincorporarse al Diálogo Nacional, para seguir explorando las vías de solución a la problemática nacional.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=133&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Puerto Rico

Los partidos del Foro de São Paulo, reunidos en ocasión del quince aniversario de su primera reunión y cónsonos con sus declaraciones anteriores expresan su repudio a la condición colonial de Puerto Rico, reclaman del gobierno de los Estados Unidos que asuma su responsabilidad para que el pueblo puertorriqueño pueda ejercer plenamente su derecho inalienable a la libre determinación y la independencia, y reitera su apoyo incondicional a la independencia de esta hermana nación latinoamericana y caribeña.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=135&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Venezuela

El pleno del XII Encuentro del Foro de São Paulo

Considerando:

1. que en Venezuela estos años han sido de grandes logros, tanto a nivel político, social, como en lo económico. La derrota del Golpe de Estado y del paro petrolero en el 2002, el triunfo en el Referendo Revocatorio donde el Presidente Chávez logró una aplasmante mayoría, los éxitos de las misiones sociales (en educación y salud) así como en la economía ha llevado a que se viva un proceso de consolidación de la revolución en marcha.

2. que los sectores opositores al Gobierno del Presidente Chávez, han sufrido derrotas sucesivas en sus intentos por hacerlo caer y ya no les quedan muchos recursos institucionales. Los medios de prensa en manos de poderosos sectores de la derecha, con lazos nacionales e internacionales, juegan un papel de bombardeo ideológico, pretendiendo revertir la credibilidad, desestabilizar, correr rumores e instigar la desconfianza.

Atento:

A que la administración Bush ha sumado varias derrotas políticas en el continente como por ejemplo su propuesta en la 356ª. Reunión de Cancilleres de la OEA del “monitoreo a las democracias” que habilitaba la intervención militar y estaba dirigido en primer lugar al Gobierno de la república Bolivariana de Venezuela.

A que el imperialismo yanqui ha echado a andar su estrategia desestabilizadora en la región, pretendiendo recuperar su terreno de dominación perdido, apuntando a la Revolución Bolivariana, al Presidente Chávez y a recuperar para sí los recursos energéticos cuyas reservas son las mayores del continente latinoamericano, El Foro de São Paulo declara:

1. que estrecha filas en torno a la defensa de este proceso bolivariano y en contra el operativo calumnioso que trata de involucrar al Presidente Chávez con intentos injerencistas en otros países.

2. que rechaza de plano todo intento de injerencia e intervención en los asuntos internos de los países latinoamericanos y caribeños.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=138&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Guatemala

El XII Encuentro del Foro de Sao Paulo, resuelve:

Demandar al Gobierno de Guatemala tomar en cuenta los resultados de las consultas populares que a nivel municipal se realicen ese país, como forma de consulta a la población sobre el destino de los recursos naturales y proyectos de exploración y explotación minera.

Existe en Guatemala la legislación nacional contenida en la Constitución de la República, Código Municipal y Ley de los Consejos de Desarrollo Urbano y Rural que garantizan los mecanismos de consulta popular a diferentes niveles, así como lo contenido en el Convenio 169 de la OIT relacionado a los derechos de los pueblos indígenas y ratificado por la República de Guatemala.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=128&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución de apoyo a la declaración de la Cumbre América del Sur - Países Árabes

El Foro de São Paulo manifiesta su apoyo a la “Declaración de Brasilia”, emitida por la Cumbre América del Sur – Países Árabes, reunida el mes de mayo de 2005, y enfatiza la importancia de los términos del punto 2.8:

“Reafirman la necesidad de alcanzar una paz justa, duradera y completa en el Medio Oriente, con base en el principio de tierra por paz y en las resoluciones pertinentes del Consejo de Seguridad y de la Asamblea General de la Naciones Unidas, particularmente las Resoluciones 242 (19670 Y 338 (1973) DEL Consejo de Seguridad, así como el Acuerdo –marco de Madrid y la “Iniciativa de Paz Árabe”, que garantice la seguridad de todos los países de la región. Igualmente subrayan la necesidad de realizar la plena implementación de la “Hoja de Ruta”. Reafirman la necesidad de materializar los derechos nacionales legítimos del pueblo palestino y de implementar la Resolución 1515 (2003) del Consejo de Seguridad, así como de la creación del Estado Palestino independiente con base en las fronteras de 1967, que coexista pacíficamente al lado del Estado de Israel , y la retirada de Israel de todos los territorios árabes ocupados hasta las fronteras del 4 de junio de 1967 y el desmantelamiento de los asentamientos, inclusive los de Jerusalén del Este. Toman debidamente en cuenta la opinión consultiva de la Corte Internacional de Justicia del día 9 de julio de 2004 correspondiente a “Las Consecuencias Legales de la Construcción de un Muro en los Territorios Palestinos Ocupados” y exhortan, a todas las partes interesadas a cumplir con la referida opinión consultiva.”

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=102&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre nuestro desarrollo educativo, cultural y tecnológico

La vocación democrática e integradora de nuestros países debe cifrarse en un sólido compromiso con el desarrollo educativo, cultural, científico y tecnológico. Actualmente sólo 2 de cada 10 jóvenes latinoamericanos cursan la educación superior; sólo destinamos entre 4 y 5.5% de nuestro Producto Interno a Bruto al financiamiento educativo (cuando la UNESCO recomienda 8%), entre 0.05 y 0.1% a la cultura (cuando la UNESCO recomienda el 1%) y menos del 0.5% a la Ciencia y la Tecnología (entre 3 y 10 veces menos que los países desarrollados). Es fundamental aumentar el gasto público en estos ámbitos en el marco de una reforma integral de las políticas públicas y el fortalecimiento de los derechos sociales. Debemos educar a nuestros jóvenes y nuestros niños para la solidaridad, el respeto a los derechos humanos, la conciencia ciudadana y la fraternidad latinoamericana. Es nuestra tarea la construcción de una política cultural fundada en la diversidad y el respeto a la libertad creativa. El intercambio y el crecimiento educativo, cultural, científico y tecnológico, serán ejes imprescindibles del desarrollo económico, democrático y social de una América Latina libre e independiente.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=108&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre la Renta Básica de Ciudadanía

El XII encuentro del Foro de Sao Paulo realizado del 1° al 4 de julio de 2005 en Sao Paulo, Brasil, realizado en un momento especial para el continente americano debido a los relevantes cambios políticos que han tenido lugar en nuestras naciones, por ello el XII Encuentro del Foro de Sao Paulo, en el que se celebraron los quince años de esta confluencia de partidos y organizaciones de izquierda

RESUELVE

1. Recomendar que en todas las Asambleas Nacionales (Congresos Federales) de América Latina se debata la instauración gradual de la **Renta Básica de Ciudadanía** como un derecho de todas las personas sin importar su origen, raza, edad, sexo, condición civil o religiosa, incluso socioeconómica para recibir una renta suficiente que cubra sus necesidades vitales y que representa el derecho de participar de la riqueza de las Naciones.

Proponentes: Senador Eduardo M. Suplicy, Senador Antonio Navarro, Congresista Javier Díaz-Canseco, Senador León, Lev, Dip. Enrique Vivas, Senador Ricardo Gerardo Higueras, Dip. Víctor Chirinos, Dip. Filinto Durán C., Dr. Rosinha.

2. Impulsar la Carta Social en el contexto de un escenario propicio para llevar a la discusión los fundamentos esenciales y principios elementales de la Carta de los derechos sociales, culturales y económicos para los pueblos de nuestra América, iniciativa del gobierno de la República Bolivariana de Venezuela ante la Organización de los Estados Americanos y que ha sido producto de la construcción colectiva en un amplio escenario a nivel nacional e internacional.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=136&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre el respeto a los Derechos Humanos en nuestro continente

1. Nuestros pueblos latinoamericanos y del Caribe han enfrentado durante años las acciones represivas de gobiernos dictatoriales y/o autoritarios cuya finalidad ha sido poner fin a la insurgencia y lucha por la democracia, la justicia y la equidad social.

2. Es así que durante décadas hemos vivido desapariciones forzadas, ejecuciones sumarias, tortura, genocidio, y otros crímenes de guerra y lesa humanidad cuyos responsables directos o intelectuales siguen viviendo en la más absoluta impunidad, a pesar de los aún limitados y muchas veces infructuosos esfuerzos para que paguen sus crímenes ante la sociedad y el mundo.

3. Una nueva expresión de la perversión del sistema de justicia en nuestro continente y de la subordinación a la concepción de seguridad hemisférica estadounidense se manifiesta en la criminalización de la protesta y la lucha social e insurgente como actos de “terrorismo internacional”, como sucede en Colombia y en muchos de nuestros países.

4. Cientos de compañeros y compañeras de partidos y organizaciones de nuestros países están en este momento presos por su participación militante en la lucha por la liberación social y nacional.

5. En algunos de nuestros países, como resultado de la lucha de los movimientos sociales, populares y organizaciones nacionales e internacionales de derechos humanos, ha surgido una incipiente posibilidad de sancionar, reconociéndose desde el propio Estado en sus poderes ejecutivo, judicial y legislativo, la responsabilidad de los crímenes del terrorismo de Estado cometidos en el pasado, y por ello en la necesidad de crear una normatividad que rompa el círculo de la impunidad en la que han vivido estos criminales. Es así que en Argentina, la Suprema Corte de Justicia dio respaldo a la decisión del Congreso de anular las leyes de punto final y obediencia debida; en México se han consignado expedientes de criminales y genocidas; en Chile se cursa un proceso de enjuiciamiento al dictador Augusto Pinochet y a otros responsables de los crímenes de Estado.

6. Conscientes de la trascendencia de reivindicar como un principio de ética política fundamental en nuestros pueblos la lucha por la justicia y en contra de la impunidad

El Foro de Sao Paulo, a quince años de su fundación, se pronuncia por:

PRIMERO. La libertad incondicional de todas y todos los prisioneros que por motivos políticos sufren la reclusión. En particular, en el caso del compañero Víctor Polay preso en Perú, denunciamos el proceso en el que jueces enmascarados lo inculparon y, ante la reposición del

proceso, demandamos un juicio conforme lo establecen los principios del derecho penal internacional de los derechos humanos. En el caso de Chile, este foro aprueba una resolución particular.

SEGUNDO. La presentación con vida de las y los compañeros víctimas de la desaparición forzada e involuntaria y el castigo a los responsables de estos actos.

TERCERO. El castigo a los responsables de los crímenes contra luchadores sociales promovidos desde las esferas del Estado (Aguas Blancas y Acteal en México, el asalto a la embajada española en Guatemala y muchos otros aún impunes). De manera particular, que en el proceso penal que se sigue a los asesinos del compañero ecuatoriano y miembro de este Foro de Sao Paulo, Jaime Hurtado González, se les sancione con todo el rigor de la ley penal internacional y doméstica.

CUARTO. La destrucción del círculo de impunidad en todos nuestros países. Los crímenes de guerra, el genocidio y los crímenes de lesa humanidad son sancionados por el derecho penal internacional bajo el principio de las normas *ius cogens* que establecen la imprescriptibilidad de los más graves crímenes contra la humanidad. Por ello, los poderes del Estado deben generar las acciones judiciales, legislativas y de gobierno para conocer la verdad histórica, procurar e impartir justicia sancionando a los responsables, reparar el daño moral infringido a la sociedad y crear condiciones normativas y judiciales para que nunca más se repitan los crímenes de Estado.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=137&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución en contra del Feminicidio

Los partidos políticos reunidos en el XII Encuentro del Foro de São Paulo:

Considerando, que las mujeres sufren la violencia de forma más intensa, sufren violencia por el hecho de ser mujeres, tanto en el ámbito de las relaciones familiares, como en el marco de los conflictos armados, en los fenómenos migratorios, y por motivos culturales, raciales, religiosos y económicos, profundizados por las políticas neoliberales, manifiesta su profunda preocupación e indignación contra la violencia feminicida.

Así mismo, condena que miles de mujeres, niñas y niños latinoamericanas están siendo sometidas y sometidos a tráfico, trata y venta, en condiciones de esclavitud, la cual considerábamos abolida, situación que se agrava entre la población obligada a migrar o desplazarse por razones económicas o políticas.

Este XII Encuentro del Foro de Sao Paulo condena los ataques sistemáticos a los derechos humanos de las mujeres y niñas, en especial las violaciones y la utilización del cuerpo de la mujer como botín de guerra, como sucede en Haití y en el conflicto armado interno colombiano.

Por lo anterior, el XII Encuentro del FORO DE SÃO PAULO, se compromete a promover, a nivel nacional e internacional, la tipificación del delito de feminicidio como delito de lesa humanidad.

Nota: esta resolución fue propuesta en el Taller de Mujeres y aprobada en el Plenario.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=125&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución de condena al terrorista Posada Carriles

Considerando

- Que en fecha 06 de octubre de 1976, un avión de la Empresa Cubana de Aviación fue objeto de un abominable acto terrorista en la isla de Barbados, estallándose en el aire y segando la vida de pasajeros y tripulantes, entre los que se encontraban hermanos deportistas de la República de Cuba, estudiantes guyaneses y ciudadanos coreanos.

- Que la responsabilidad material de ese condenable hecho terrorista recayó en los venezolanos Hernán Ricardo y Freddy Lugo, y que la investigación posterior determinó que el siniestro plan fue preparado en Caracas, bajo la dirección de Orlando Bosh y Luís Posada Carriles, cubano-venezolano, quien desde 1967ejerció altos cargos policiales, desempeñándose, entre otros, como Jefe de la Brigada de Explosivos de la Disip conocido con el alias de “Comisario Basilio”.

- Que el terrorista Luis Posada Carriles burló en forma reiterada, y con uso de violencia, a la justicia venezolana, logrando fugarse de distintos centros penitenciarios, siendo la más destacada la fuga de la cárcel de San Juan de Los Morros, el 18 de agosto de 1.985.

- Que los actos terroristas constituyen crímenes de lesa humanidad que deben ser castigados por los organismos competentes, en cualquier país del mundo.

- Que los familiares de las Víctimas y sus respectivos pueblos esperan confiados que se haga justicia por este aberrante acto terrorista.

Y se acuerda

PRIMERO.- Respaldar la decisión del Tribunal Supremo de Justicia de la República Bolivariana de Venezuela que, en forma soberana autónoma e independiente, acordó la solicitud de extradición del terrorista Luis Posada Carriles al Gobierno de los Estados Unidos de Norteamérica.

SEGUNDO.- Ratificar nuestro repudio y condena a este abominable acto terrorista, así como a hechos de similar naturaleza que se produzca en cualquier lugar del mundo.

TERCERO.- Solicitar al Gobierno de los Estados Unidos de Norteamérica informar sobre la situación en que se encuentra en ese país el terrorista Luís Posada Carriles, y proceda a su inmediata extradición conforme el acuerdo de extradición sucrito con la República Bolivariana de Venezuela.

CUARTO.- Exhortar a la Organización de Estados Americanos (OEA), a la Organización de las Naciones Unidas (ONU) y a la comunidad internacional, con el objetivo de unir todos los esfuerzos para lograr la captura y extradición de uno de los más peligrosos terroristas que conozca la historia de Latinoamérica y el Caribe.

QUINTO.- Exhortar al Congreso de los Estados Unidos de Norteamérica a ratificar su rechazo al terrorismo y su decisión de enfrentar este terrible flagelo.

SEXTO.- Hacer entrega del presente Acuerdo a las representaciones diplomáticas acreditadas en nuestros países y los Estados Unidos de Norteamérica.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=134&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Mesa de Parlamentarios del Foro de São Paulo

Resolutivos

El XII encuentro del Foro de Sao Paulo realizado del 1° al 4 de julio de 2005 en Sao Paulo, Brasil, se realizó en un momento especial para el continente americano debido a los relevantes cambios políticos que han tenido lugar en nuestras naciones, por ello los parlamentarios asistentes al XII Foro de Sao Paulo, en el que se celebraron los quince años de esta confluencia de partidos y organizaciones de izquierda.

Resuelven

1. Recomendar que en todas las Asambleas Nacionales (Congresos Federales) de América Latina se debata la instauración gradual de la **Renta Básica de Ciudadanía** como un derecho de todas las personas sin importar su origen, raza, edad, sexo, condición civil o religiosa, incluso socioeconómica para recibir una renta suficiente que cubra sus necesidades vitales y que representa el derecho de participar de la riqueza de las Naciones.

Proponentes: Senador Eduardo M. Suplicy, Senador Antonio Navarro, Congresista Javier Díaz-Canseco, Senador León, Lev, Dip. Enrique Vivas, Senador Ricardo Gerardo Higueras, Dip. Víctor Chirinos, Dip. Filinto Durán C., Dr. Rosinha.

2. Impulsar la Carta Social en el contexto de un escenario propicio para llevar a la discusión los fundamentos esenciales y principios elementales de la Carta de los derechos sociales, culturales y económicos para los pueblos de nuestra América, iniciativa del gobierno de la República Bolivariana de Venezuela ante la Organización de los Estados Americanos y que ha sido producto de la construcción colectiva en un amplio escenario a nivel nacional e internacional, bajo los siguientes

Considerandos

- Que la acumulación de los niveles de pobreza a lo largo de nuestros pueblos en el continente americano, produciendo situaciones marcadas de inequidad y exclusión social, vulnerando la calidad de vida de millones de ciudadanos y la consecuente marginación a la que están sometidos.

- Que apoyamos las acciones de política exterior que lleva adelante el gobierno bolivariano para impulsar y, a su vez, fortalecer el proceso de integración, el pensamiento de Simón Bolívar, como suma del legado a sus libertadores y el rechazo al pensamiento único, expresión de un neoliberalismo excluyente, al cual le hemos hecho frente con el arma más

poderosa del ser humano, los intereses sociales y colectivos frente a los particulares.

- Que propugnamos por la adopción por parte de las naciones que conforman nuestra América de una legislación uniforme a partir de la Carta Social de las Américas para resolver los problemas de nuestra comunidad partiendo, en su formación, del respeto a la dignidad del ciudadano, y de la consideración de sus necesidades básicas que es lo fundamental por sobre imperativos económicos, en un escenario de justicia.

- Que expresamos que no podemos apoyar ninguna iniciativa que violente el derecho de los pueblos a su autodeterminación ni que nación alguna respaldada por la fuerza coercitiva de las armas y el capital intente transgredir las decisiones de las mayorías mediante acciones que vulneren los principios de respeto a los derechos del ser humano

En consecuencia con lo antes expuesto:

Acordamos:

- Continuar impulsando para todos los pueblos del Continente la verdadera noción de ciudadanía entendida como la titularidad de nuevos sujetos de derechos no sólo políticos y civiles sino sociales, económicos y culturales establecidos en la Carta Social de las Américas y su correlativa exigibilidad al Estado que los lleven a detentar los bienes de vivienda, educación, salud, trabajo, en el marco de una vida social plena,

- Reafirmar la carta social de las Américas como el instrumento idóneo para el logro de estos fines, es el proyecto que debemos convertir en idea fuerza para que se constituya en guía de la conciencia social de los pueblos de América, mediante el propósito de continuar luchando por la vigencia de los derechos humanos y combatir los sueños imperiales fundados en el egoismo depredador y el desprecio a las aspiraciones de todos de vivir la vida en toda plenitud.

- Apoyar a las Misiones de nuestras naciones ante la OEA, en virtud de adoptar la Carta Social de las Américas e instar a los países del continente a contribuir con el Grupo9 de Trabajo establecido en el marco de la XXXV periodo de Sesiones Ordinarias de la Asamblea General de la OEA, celebrado del 6 al 7 de junio en For Lauderdale. Así mismo, impulsar un Plan de Acción acorde con una negociación justa, equitativa, democrática y consensuada con las legislaciones de nuestros países, en el más franco espíritu de solidaridad y de integración americanista.

- Exhortar a todos los países del Continente Americano a comenzar procesos internos de discusión y análisis colectivos con las fuerzas sociales y demás actores en cada una de las naciones con la profunda convicción de que la ciudadanía, con un espíritu integrador a la vida política y social, serán los principales impulsores de la Carta Social de las Américas,, lo que estimulará en las demás Misiones ante la OEA, acciones tendientes a enriquecer favorablemente las negociaciones de este importante instrumento jurídico y así nuestro hemisferio siga demostrando ante el mundo que el sueño de Simón Bolívar sigue vigente

con el reestablecimiento pleno de los Derechos Sociales, Culturales y Económicos para una vida digna de los ciudadanos de América.

3. Pronunciarnos en contra de la instalación en cualquiera de nuestros países de la **ACADEMIA INTERNACIONAL PARA LA APLICACIÓN DE LA LEY (ILEA)**, por considerar que su actividad va orientada a imprimirle a las policías nacionales una visión militar, fundamentada en la concepción estadounidense de la lucha contra el terrorismo, crimen organizado-narcotráfico y contra la corrupción lo cual lleva intrínseca la comisión de violaciones a los derechos humanos y las garantías individuales.

4. Promover un **ENCUENTRO TÉCNICO POLÍTICO** entre una delegación de parlamentarios de partidos políticos integrantes del Foro de Sao Paulo con representantes del Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial, el Banco Interamericano de Desarrollo, así como con congresistas de los Estados Unidos de América.

El encuentro tendría como finalidad realizar un intercambio de opiniones entre las entidades participantes sobre la realidad de América Latina desde una perspectiva histórica con especial referencia a sus aspectos políticos, económicos y sociales; sus principales problemas y propuestas para superar la actual situación.

La delegación estaría integrada, entre otros, por la compañera Blanca Flor Bonilla del FMLN, el Dr. Rosinha del PT de Brasil, el senador Carlos Baraibar del Frente Amplio de Uruguay y el senador Ricardo Higueras del PRD-México, quienes tomarían las acciones apropiadas para tal fin, informando oportunamente al Secretariado del Foro de Sao Paulo y a los miembros del Grupo de Trabajo.

5. Apoyar la propuesta sobre el caso de Luis Posada Carriles bajo los siguientes

Considerandos

- Que en fecha 06 de octubre de 1976, un avión de la Empresa Cubana de Aviación fue objeto de un abominable acto terrorista en la isla de Barbados, estallándose en el aire y segando la vida de pasajeros y tripulantes, entre los que se encontraban hermanos deportistas de la República de Cuba, estudiantes guyaneses y ciudadanos coreanos.

- Que la responsabilidad material de ese condenable hecho terrorista recayó en los venezolanos Hernán Ricardo y Freddy Lugo, y que la investigación posterior determinó que el siniestro plan fue preparado en Caracas, bajo la dirección de Orlando Bosh y Luís Posada Carriles, cubano-venezolano, quien desde 1967ejerció altos cargos policiales, desempeñándose, entre otros, como Jefe de la Brigada de Explosivos de la Disip conocido con el alias de “Comisario Basilio”.

- Que el terrorista Luis Posada Carriles burló en forma reiterada, y con uso de violencia, a la justicia venezolana, logrando fugarse de distintos centros penitenciarios, siendo la más destacada la fuga de la cárcel de San Juan de Los Morros, el 18 de agosto de 1.985.

- Que los actos terroristas constituyen crímenes de lesa humanidad que deben ser castigados por los organismos competentes, en cualquier país del mundo;

- Que los familiares de las Víctimas y sus respectivos pueblos esperan confiados que se haga justicia por este aberrante acto terrorista.

Y se acuerda

PRIMERO.- Respaldar la decisión del Tribunal Supremo de Justicia de la República Bolivariana de Venezuela que, en forma soberana autónoma e independiente, acordó la solicitud de extradición del terrorista Luis Posada Carriles al Gobierno de los Estados Unidos de Norteamérica.

SEGUNDO.- Ratificar nuestro repudio y condena a este abominable acto terrorista, así como a hechos de similar naturaleza que se produzca en cualquier lugar del mundo.

TERCERO.- Solicitar al Gobierno de los Estados Unidos de Norteamérica informar sobre la situación en que se encuentra en ese país el terrorista Luís Posada Carriles, y proceda a su inmediata extradición conforme el acuerdo de extradición sucrito con la República Bolivariana de Venezuela.

CUARTO.- Exhortar a la Organización de Estados Americanos (OEA), a la Organización de las Naciones Unidas (ONU) y a la comunidad internacional, con el objetivo de unir todos los esfuerzos para lograr la captura y extradición de uno de los más peligrosos terroristas que conozca la historia de Latinoamérica y el Caribe.

QUINTO.- Exhortar al Congreso de los Estados Unidos de Norteamérica a ratificar su rechazo al terrorismo y su decisión de enfrentar este terrible flagelo.

SEXTO.- Hacer entrega del presente Acuerdo a las representaciones diplomáticas acreditadas en nuestros países y los Estados Unidos de Norteamérica.

6. Respaldar y apoyar la creación de **TELESUR**, como portavoz de la construcción de una cultura de la resistencia al discurso hegemónico del imperio y como generadora de un pensamiento latinoamericano emancipador frente a la manipulación mediática y al intento hegemonista de imponer un pensamiento único. La Telesur saldará una deuda comunicacional contraída con nuestros pueblos. La Telesur arranca el 24 de julio como una televisora del sur de Sudamérica promovida por Cuba, Brasil, la República Bolivariana de Venezuela, Argentina y la República Dominicana. Como parte del apoyo se propone que los partidos impulsen promotores independientes que se incorporen a través de su colaboración se pueda incorporar a través de bajar la señal CNL.

7. Organizar un **Encuentro mundial de parlamentarios y la sociedad civil por el acuerdo humanitario y la paz de Colombia** a realizarse los días 29 y 30 de septiembre y 1°. de octubre en Colombia. Esta propuesta surge a partir del Informe presentado por la delegación del Foro de Sao Paulo que hizo una visita de exploración a Colombia para analizar la situación del proceso de paz en la que tuvieron encuentros con todos los actores sociales y políticos para ver cómo ven la situación del país. Esta iniciativa es necesaria para romper el círculo de desinformación a nivel mundial y proponer iniciativas a la paz que se orienten a la ONU, y a todos los organismos de derechos humanos de todo el sistema mundial. La sociedad civil y los grupos sociales y de derechos humanos se verían muy fortalecidos. Se necesita que los parlamentarios colombianos hagan una invitación formal y sean coparticipes de la organización del Encuentro. Se visitó al presidente del Congreso para comentarle la propuesta de parlamentarios. Reconocimiento de las organizaciones en armas para su inclusión en el diálogo fue un planteamiento que hizo la iglesia. La necesidad más urgente es el acuerdo humanitario, lo importante es que las fuerzas insurgentes le dan credibilidad a esta posición.

8. Realizar una visita a **BOLIVIA** para explorar el impulso de una iniciativa similar a la de Colombia y que a través del Grupo de Trabajo del Foro se pueda valorizar una intervención similar, se delega al compañero Diez-Canseco para hacerse cargo de esta propuesta.

9. Llamar la atrición sobre la situación política de Nicaragua pues el presidente de la República, Ingeniero Enrique Bolanos Gayse se rehusa a reincorporarse al diálogo nacional con la principales fuerzas del país (FSLN y PLC) cual él mismo se había comprometido desde el pasado 12 de enero, para encontrarle solución a los problemas más acuciantes que vive actualmente el pueblo nicaragüense.

El desconocimiento de la Constitución Política, en enfrentamiento que el primer mandatario ha sostenido con los otros poderes del Estado, aunado a la profundización de la crisis económica-social, ha desembocado en la degradación de la institucionalidad del país, con una proyección peligrosa par la estabilidad nacional y regional.

Esta situación en Nicaragua provoca preocupación de los partidos de izquierda que integramos el Foro de Sao Paulo e instamos al presidente, Enrique Bolanos a retornar a la mesa de negociación para seguir explorando a través del diálogo las vías de solución a la problemática nacional, sin la intervención de elementos ajenos a los intereses propios de la nación nicaragüense.

10. Transcribir la propuesta del Senador Ricardo Higueras

Resolución

1. La integración de los pueblos y las naciones de América Latina es un asunto de orden público cuyo rumbo y concreción debe contemplar la participación de todos los actores, públicos y privados, desde su diseño, negociación, concertación y procesos de sanción mediante los instrumentos de democracia participativa vigentes en cada país, así como en su ejecución, ejercicio y evaluación. La diplomacia y las negociaciones en

torno de la integración no pueden ser un asunto de particulares.

2. Refrendamos que los derechos económicos, políticos, sociales y ambientales, y particularmente aquellos que se refieren al derecho ciudadano (en su expresión colectiva o individual) a participar en el diseño, negociación, concertación, dictaminación, ejecución, ejercicio y evaluación de las políticas públicas, son consustanciales a los derechos humanos en una visión amplia e integral.

3. Los partidos y los legisladores y legisladoras participantes en este encuentro, nos comprometemos a impulsar tanto en los congresos nacionales como en los locales o regionales, el debido reconocimiento jurídico constitucional y en las leyes que correspondan, de la participación ciudadana (en sus expresiones individuales y colectivas) en los asuntos de orden público y a fortalecer todos los instrumentos de democracia participativa y deliberativa a fin de contribuir, así, al arribo o consolidación de nuestras sistemas democráticos.

4. Hacemos un llamado a abrir espacios amplios de diálogo entre los partidos políticos que conformamos este Foro de Sao Paulo y los movimientos t organizaciones con una vocación progresista y de izquierda para fortalecer un proyecto alternativo que permita la incidencia social en las políticas públicas y específicamente en la integración de nuestros pueblos y naciones, y avanzar así en la construcción de otra América Latina, democrática y participativa.

11. Reclamar la inmediata liberación de los cinco presos cubanos que se encuentran detenidos en Estados Unidos por su compromiso de combatir a los grupos terroristas de la mafia cubanoamericana asentada en Miami, Fl.

12. Apoyar con la asistencia de parlamentarios el **Primer Encuentro de Parlamentarios y parlamentarias Latinoamericanos y Caribeños por la Integración y Unidad de los Pueblos** que se desarrollará el 23 y 24 de julio en la ciudad de San Salvador. INVITACIÓN AL ENCUENTRO QUE SE VA A REALIZAR EN EL SALVADOR.

13. Apoyar el **ENCUENTRO PARLAMENTARIO SOBRE EL ALTERNATIVA BOLIVARIANA DE LAS AMERICAS** a realizarse en el marco del Foro Social Mundial en el mes de enero, la responsabilidad de la coordinación de este encuentro queda a cargo de los compañeros de Venezuela.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=146&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Moção de apoio ao Governo brasileiro

Considerando que a eleição do presidente Lula significou um grande avanço para o Brasil e para o povo brasileiro;

Considerando que as políticas públicas implementadas pelo governo federal, como na área de educação com o sistema de cotas, bolsa família, agricultura familiar, seguro agrícola etc., vem aumentando dia a dia a inclusão social do povo menos favorecido do Brasil;

Considerando que a ação do governo federal no plano internacional destacou o Brasil como um país determinado a acabar com a fome e a miséria dentro e fora do país, estabelecendo relações comerciais multilaterais com a Ásia, África, Oriente Médio, América Latina em franca e aberta contraposição à política belicista dos EUA que inclusive tentou fazer com que o Brasil apoiasse a invasão ao Iraque e como a firmeza de nosso presidente veio acompanhada de uma frase célebre: “Nossa guerra é contra a fome”.

Considerando que iniciativas estratégicas em defesa de nossa soberania, de relação, de cooperação e não de submissão entre as nações e de promoção dos jovens, dos trabalhadores, das mulheres, dos negros e indígenas.

Propomos que esse Foro repudie a campanha de calúnias e difamações promovidas contra o governo brasileiro e manifesta seu apoio à política de desenvolvimento e crescimento social do Brasil.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=141&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

CONCLUSÕES - OFICINA DE MOVIMENTOS NEGRO E INDÍGENA

Oficina dos movimentos negro e indígena

“As lutas pela promoção da igualdade nos processos de integração”

Introdução

A luta pela promoção da igualdade e contra as diversas formas de discriminação é uma necessidade premente nos países latino-americanos e questão fundamental para o processo de integração.

Objetivos

Aprofundar o debate sobre os avanços ocorridos e problemas enfrentados pelos países latino-americanos na luta pela igualdade no trato de negros e índios, tanto do ponto de vista dos Partidos, da Sociedade e dos Governos.

Contexto geral

Os participantes constataram que o enfrentamento da discriminação, quer seja na sociedade, quer seja nos próprios partidos ainda é muito grande. Na sociedade, em sua maioria, a questão não é tratada e a discriminação se dá de forma velada, fato que ocorre nos diversos países. Nos Partidos, o debate em torno da questão racial não ocorre e quando acontece, caso do PT no Brasil, que criou uma secretaria para tratar da questão racial, os avanços desse debate ainda não obtém a dimensão necessária.

Do ponto de vista dos Governos, em sua maioria não tem política pública definida para o trato da questão. Foi ressaltada a importância da política que vem sendo desenvolvida pelo Governo Lula, que tem como objetivo a inclusão da população negra nos diversos espaços da sociedade, exemplo disso é a criação de quotas para negros nas universidades.

Propostas

O FSP propõe que os Partidos de Esquerda busquem construir ou aprofundar o debate em torno da discriminação no seio da sociedade, fortalecendo a luta pela promoção da igualdade nos processos de integração.

Propõe ainda, que os Governos populares priorizem o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a inclusão dessas populações no acesso a educação, saúde, renda, visando diminuir a discriminação nos processos de integração.

O PT – Brasil se responsabilizou pela produção de um texto que será socializado com o conjunto dos países sobre a questão racial. O objetivo do documento é a troca de experiências, conhecimentos e a construção de uma proposta comum de integração.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=145&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

CONCLUSÕES - OFICINA DE JUVENTUDE

Propostas do Grupo de Trabalho da Juventude do Foro de São Paulo 2005

Nós, jovens dos partidos políticos e movimentos reunidos no 12º. Encontro do Foro de São Paulo, apresentamos ao conjunto dos participantes os principais debates realizados em nosso grupo de trabalho.

Vivemos um contexto de novas perspectivas na América Latina onde o avanço de forças de esquerda e progressistas, em governos e movimentos sociais, possibilita um avanço real de ações que visem uma integração solidária entre nossos povos, que supere a integração meramente comercial e possa construir uma alternativa conjunta ao neoliberalismo em nosso continente. O olhar mais aprofundado dos partidos de esquerda para a participação política da juventude nesse processo deve ser um dos objetivos deste Foro São Paulo.

Mesmo com claros avanços da democracia em nosso continente, a situação da juventude na América Latina ainda é preocupante. Os altos índices de violência que atingem os jovens, a falta de oportunidades no mercado de trabalho, a escassez de oferta de um ensino público, principalmente nas universidades públicas, a ausência durante anos de políticas públicas governamentais para a juventude e o descrédito de parcelas significativas dos jovens com as atuais instituições políticas e governamentais, exigem dos setores de esquerda e progressistas um conjunto de ações estruturantes para a juventude em seus países.

Assim, propomos algumas tarefas e desafios para o Foro no próximo período:

1) Desenvolver políticas que ampliem a participação da juventude nos espaços decisórios da sociedade através de mecanismos que fortaleçam a democracia em nosso continente.

2) Reafirmar a defesa de um ensino público gratuito e de qualidade articulado com um projeto de desenvolvimento nacional e regional consolidando o direito a cidadania plena em nossos países.

3) Combater a desregulamentação do mercado de trabalho que hoje atinge grandes parcelas de nossos jovens na América Latina e intensificar a luta contra a exploração do trabalho infantil e escravo, ainda existentes em nosso continente.

4) Garantir a igualdade de oportunidade de gênero, estimulando e desenvolvendo políticas voltadas a participação das mulheres nos espaços de poder.

5) O Foro deve pautar de forma mais cotidiana a questão da juventude, com o objetivo de diagnosticar mais precisamente a sua realidade através da construção de um grupo de trabalho permanente, que ajude a subsidiar a discussão e a troca de informações e desenvolva ações de solidariedade e campanhas continentais.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=143&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

CONCLUSÕES - OFICINA DE EMPRESÁRIOS

Projeto de uma Rede de Empreendedorismo envolvendo todos os países latino-americanos

Atualmente está sendo executado pelo Partido dos Trabalhadores, através da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais, um projeto criando uma rede nacional de empreendedores constituída por núcleos de militantes nos municípios brasileiros onde o Partido está organizado.

Denominada Rede de Empreendedorismo do Partido dos Trabalhadores, ela marcará profundamente e de maneira continuada a discussão das questões políticas, sociais e econômicas nos municípios. Esta rede será a responsável pela criação em cada um deles de um fórum permanente para promover o desenvolvimento local. Todos sabem que o modelo tradicional de desenvolvimento capitalista e seu correspondente padrão de industrialização vivem, há décadas, uma forte crise que exige a criação de alternativas quanto às possibilidades de desenvolvimento. Este problema assume contornos concretos nos municípios, onde de fato vive a população que sofre as conseqüências do desemprego e da dificuldade de o Estado suprir suas necessidades. Isso aumenta a responsabilidade do governo e da sociedade civil local na criação de alternativas de desenvolvimento que se tornam estratégicas e fundamentais.

A universalmente reconhecida preocupação do Partido dos Trabalhadores com a inclusão social através de seus programas para geração de empregos e distribuição de renda, torna premente a discussão sobre alternativas de desenvolvimento local e regional, com a articulação de municípios em torno de projetos comuns que possam potencializar a riqueza de cada um e, também, colocar a questão do desenvolvimento no centro do debate regional, articulado com a postura do governo federal, seus programas e seus projetos. Estamos falando de um desenvolvimento que respeita e estimula as potencialidades e as culturas locais e regionais, articulando cadeias produtivas, potencializando recursos e alternativas e valorizando e empreendedorismo.

A participação de empresários nesta discussão torna-se indispensável devido à sua visão empreendedora, sua capacidade de visualizar oportunidades de investimento e geração de riqueza, segundo a vocação e as possibilidades de cada localidade.

Criar um fórum de discussão dessas questões, em conjunto com todas as forças ativas da sociedade civil local, é a contribuição permanente que pretende oferecer a Rede de Empreendedorismo do Partido dos Trabalhadores.

Periodicamente, uma parte dos integrantes desta rede atenderá um chamamento para atuar nos processos eleitorais visando desmistificar as propostas dos partidos progressistas e de suas candidaturas no meio empresarial.

A nossa proposta é contribuir com os paises latino-americanos na criação de uma rede de empreendedores com o mesmo perfil e objetivos para atuar em cada um de seus países.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=142&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Oficina de Autoridades Locales

En el marco del XII Encuentro del Foro de São Paulo, reunidos en la ciudad de São Paulo los días 1ro. al 4 de Julio del 2005, el taller de Autoridades Locales definió los siguientes puntos a ser trasladados al Grupo de Trabajo y la Plenaria del Foro de São Paulo:

- A pesar de tener su origen fuera del ámbito local, la globalización ejerce un fuerte impacto en los gobiernos subregionales y locales.

Por eso, se torna sumamente necesaria la creación de formas reales de protagonismo internacional de los gobiernos locales, para que su actuación, en ese sentido, salga del ámbito meramente consultivo y de intercambio de experiencias, para transformarse en una actuación de hecho.

- La integración latino-americana y la actuación internacional de los gobiernos locales y subregionales se traduce únicamente como una practica casi exclusiva de los gobiernos progresistas y de izquierda, estas encuentran sistemáticamente, limites definidos por las practicas neoliberales, y deben buscar apoyo fuera de sus países, para profundizar los procesos de inclusión social, la descentralización administrativa y política, y la participación popular en estos procesos.

- En un importante proceso de debate donde fueran presentadas y discutidas muchas propuestas de las cuales priorizamos las siguientes, en el afán de ser ejecutivos y prácticos continuando con el desarrollo de otras en futuros encuentros de los actores locales, en tanto sugerimos al Grupo de Trabajo y la Plenaria del Foro de São Paulo las siguientes propuestas como prioritarias:

- Que el Foro de São Paulo (partidos, secretaria ejecutiva y Grupo de Trabajo), trabaje para poner en red las experiencias de las ciudades gobernadas por sus partidos, para que las experiencias puedan ser divulgadas e intercambiadas a través del portal propio del Foro de São Paulo.

- Articular y fortaleces la actuación de los gobiernos y sus gobernados en las ciudades donde los partidos del Foro de São Paulo gobierna, en las redes existentes a nivel regional y mundial (Mercociudades, CGLU, Metropolis, FLACMA, Foro de Autoridades Locales por la Inclusión Social, etc.) para que se potencialice la influencia política de los gobiernos locales en los procesos políticos que se desarrollan tanto a nivel del continente, como a nivel mundial.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=147&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Recomendación de apoyo a los jóvenes becados por Cuba

Cuba, en una actitud plenamente solidaria, internacionalista y latinoamericana, ha otorgado 10.000 becas a alumnos del continente, fundamentalmente estudiantes de medicina.

Recomendamos que los partidos del Foro de São Paulo hagan esfuerzos y gestiones en sus respectivos países para lograr homologar o revalidar los títulos con el objetivo de reinsertar nuestros jóvenes en nuestros pueblos.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=103&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005

IV ENCONTRO - HAVANA (CUBA) - 1993

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

Declaración Final del IV Encuentro del Foro de São Paulo

El IV Encuentro del Foro de São Paulo, reunido en la Ciudad de La Habana entre los días 21 y 24 de julio de 1993, con la presencia de 112 organizaciones miembros y de 25 observadores de la región, se constituyó en una demostración de vitalidad de las fuerzas políticas de identidades nacionalistas y antimperialistas, democráticas y populares, de izquierda y socialistas de América Latina y el Caribe comprometidas con los cambios profundos en nuestro continente. Asimismo, la asistencia de observadores representantes de 44 instituciones y fuerzas políticas de América del Norte, Europa, Asia y Africa, revela la significación que el Foro ha adquirido.

La elección durante el III Encuentro, celebrado en Managua, Nicaragua, de la Ciudad de La Habana como sede de este encuentro se transformó en una decisión transcendente. Logró la incorporación de 31 fuerzas políticas, entre las que se incluyen 21 partidos y movimientos anticolonialistas, populares y democráticas del Caribe, que fortalecen este esfuerzo unitario. Permitió tomar contacto con la difícil situación que atraviesa el hermano pueblo de Cuba y constatar los graves efectos del bloqueo y de la política sistemática de agresión que lleva adelante el gobierno de los Estados Unidos. Igualmente, testimonió la firmeza y voluntad de lucha cotidiana que los cubanos despliegan para salvaguardar las conquistas económicas y sociales alcanzadas. Cuando más de 180 millones de latinoamericanos y caribeños viven en la pobreza y 88 millones soportan la extrema pobreza o la indigencia, esos logros revolucionarios resultan aún más significativos.

Por ello el IV Encuentro reafirmó su resuelta condena al inmoral bloqueo imperialista contra Cuba y asumió el compromiso de profundizar las acciones políticas tendentes a su levantamiento, así como su integración plena e incondicional a la Comunidad Continental de la que forma parte indivisible.

El Foro de São Paulo se ha convertido en un hecho sin precedente. Fuerzas políticas de la región, de diversas orientaciones ideológicas y políticas, encontramos formas de ir avanzando en el difícil e ineludible camino de la unidad en la diversidad, asentada en nuestro propio desarrollo histórico y cimentada en un continente mestiza, étnica y culturalmente, base de nuestra potencialidad para desarrollar un modelo de sociedad soberana, solidaria, justa e integradora.

América Latina y el Caribe, insertos en un mundo unipolar conformado por bloques económicos hegemónicos – que redefinen en función de parámetros tecnológicos

los términos de intercambios y la división internacional del trabajo – resisten la aplicación del modelo neoliberal.

En el último año, se evidencia resquebrajamiento en el proyecto neoliberal, hasta hace poco francamente hegemónico. El relevo de los presidentes de Brasil, Venezuela y Gualemala manifiesta la fuerza de la movilización social y una voluntad de cambio en el pueblo, tanto en el campo de la lucha contra la corrupción, como en el del rechazo a la política económica. Manifestación de este rechazo lo constituye también el resultado del plebiscito en Uruguay, en el que el 72% de los votantes se expresó contra la política de privatización de empresas públicas que el neoliberalismo ha venido imponiendo.

Son más visibles hoy las consecuencias de las políticas neoliberales. Vivimos la apertura indiscriminada de la economía, la confianza ciega en el mercado, por lo demás controlado por oligopolios y transnacionales; la organización de la economía en función de garantizar el pago de la deuda externa y la sujeción a políticas definidas en el Fondo Monetario Internacional y en el Banco Mundial. Esta realidad provoca destrucción de ramas industriales, en especial de las nacionales; profundiza desequilibrios entre los diversos sectores de la economía; hace crecer el déficit de las balanzas comerciales y de pagos; incluso – en casos – retrotraen las economías a una nueva fase primario exportadora. Por otra parte, lleva al abandono de la producción agropecuaria no exportadora pero minan las posibilidades de autosuficiencia alimentaria y, sobre todo, aumenta la desocupación y prescinde de todo interés en la equidad y la justicia social. Así, aun cuando hay crecimiento en algunos países, no se produce un aumento de los puestos de trabajo, al tiempo que contribuye al creciente debilitamiento de los estados nacionales, disminuye su responsabilidad en la atención a urgentes necesidades sociales, se recorta la soberanía nacional y se incrementa la desigualdad, lo que contribuye al empobrecimiento de la población.

La pobreza es cada vez más difícil de ocultar. Hoy, gobierno y organismos internacionales la reconocen formalmente. La III Cumbre Iberoamericana tuvo que incorporar esta cuestión de la miseria en su agenda.

La ausencia de democracia económica y social, el narcotráfico, la corrupción, el militarismo, los aparatos represivos y de inteligencia al margen de todo control democrático, el terrorismo de estado y la impunidad, constituyen las más graves amenazas a la construcción de la democracia política en América Latina.

El Foro destacó la importancia de la lucha por la democracia política, entendida como un producto histórico de combate de pueblos. Afirmó la necesidad de profundizar la democracia a través de la combinación de mecanismos representativos y formas de democracia participativa y directa, integrando luchas

institucionales con luchas sociales. Igualmente, resaltó la necesidad de reconocer e incorporar la pluralidad étnica y cultural, y la igualdad de género en el ejercicio de la democracia.

La defensa y profundización de las conquistas democráticas pasa, asimismo, por la lucha en contra de la corrupción, transformada en práctica cotidiana de las élites políticas latinoamericanas, en sus expresiones tradicionales y neoliberales. La corrupción es un problema político y ética que pone en evidencia los intentos de las clases dominantes de "privatizar" cada vez más al Estado, supeditándolo al servicio de sus intereses corporativos y particulares.

La democracia es incompatible con la pervivencia del colonialismo que sojuzga a diversos pueblos de nuestro continente y con las restricciones a la soberanía e independencia que imponen a nuestros países la dominación económica y política externa.

Es evidente que el presente estado de la economía y la política en el continente conduce a una persistente violación de los derechos humanos de nuestros pueblos, provoca estallidos sociales y acciones desesperadas, así como una amplia movilización popular de rechazo al neoliberalismo. Es necesario que nuestras fuerzas políticas contribuyan a la orientación y organización de las luchas sociales con una perspectiva política de trascendencia histórica.

Para vencer los retos que plantea el cuadro de miseria social, crisis ética, inestabilidad social y política y autoritarismo, es necesario pasar de la denuncia y de la resistencia a propuestas y acciones alternativas concretas.

Frente a estos desafíos, y en lo que se refiere a procesos electorales en lo que resta de 1993 y en 1994, varias de las fuerzas integrantes del Foro disputarán la presidencia o los gobiernos de sus países, en elecciones nacionales, como por ejemplo en Brasil, Colombia, Chile, El Salvador, México, Panamá, República Dominicana, Uruguay y Venezuela. Elecciones limpias y democráticas es una cadencia que el Foro apoya en todos los casos.

Urge, por ello, formular e implementar proyectos de desarrollo que, expresando los intereses y la fuerza organizada de movimientos populares, apunten hacia un crecimiento económico sostenido e independiente, ambientalmente equilibrado, y con distribución equitativa de la riqueza, en un marco de profundización de la democracia en todos los terrenos.

El eje de este proyecto son los cambios económicos, políticos y sociales que pemitan a las grandes mayorías acceder al empleo, al consumo, a la propiedad y a los derechos ciudadanos. Este proyecto debe también evitar la degradación

ecológica provocada por el afán de lucro desmedido y por la pobreza extrema.

No se puede aceptar la fórmula "primero crecer y después distribuir" sino que hay que definir una estrategia de crecimiento con distribución.

El proyecto que queremos supone combinar la existencia del mercado con una función reguladora del estado – excepto en las colonias – y la enérgica promoción de los cambios estructurales necesarios para configurar el desarrollo con democracia y con justicia social y, en particular, para garantizar las políticas sociales: educación, salud, vivienda, transporte etcétera.

Vivimos un proceso de creciente globalización de la economía: un proyecto de desarrollo no puede desconocerlo. Pero en ese proceso, los Estados Unidos pretende que América Latina y el Caribe sean simple apéndice sometido a su economía, articulado alrededor de los intereses del gran capital. Ello nos plantea, una vez más, la esencial necesidad de la integración continental de nuestros pueblos y naciones.

La integración debe ocurrir en primer término en el interior de América Latina y el Caribe, como un proceso político y económico que nos articule como un bloque político y que nos potencie con voluntad de complementar y compensar las diferencias de nuestras economías. Solamente una comunidad latinoamericana y caribeña de naciones, económica y politicamente integrada, tendrá fuerza para reubicarse, con independencia, en un mundo hoy controlado por los grandes bloques económicos y por sus políticas adversas a los intereses de nuestros pueblos.

Independencia, desarrollo, democratización e integración no deben ser procesos separados, ni consecutivos, sino integrados, interactuantes y contemporáneos de nuestro quehacer económico y político.

La integración debe comportar actividades productivas, articulaciones políticas y objetivos sociales visualizados en una perspectiva continental. Por ello, es necesario y viable también fomentar la investigación científica y tecnológica común, compartiendo los recursos humanos y naturales, brindando acceso a los avances de nuestras universidades y centros de investigación.

El IV Encuentro percibe que en las relaciones hemisféricas del actual gobierno norteamericano continúan prevaleciendo las políticas de administraciones anteriores. La presencia militar en Panamá, la ilegal ocupación de la base de Guantánamo, el mantenimiento del bloqueo a Cuba, el intervencionismo, asociado o no a la lucha contra el narcotráfico, así como las presiones políticas y económico-comerciales sobre nuestros países, figuran entre las situaciones que deben cambiar radicalmente si se desea concretar una relación efectivamente nueva entre América

Latina y el Caribe, de una parte, y los Estados Unidos, de la otra. Es necesario que este último respete el ejercicio de la autodeterminación de nuestros pueblos y, en consecuencia, la pluralidad de sistemas económico-sociales en nuestro continente.

El Foro de São Paulo registra como una inaceptable y persistente realidad el status colonial de Puerto Rico, Guyana Francesa, Martinica, Guadalupe y otros territorios coloniales, haciendo suya la causa de la independencia nacional y la autodeterminación para sus pueblos, así como el reconocimiento de la soberanía argentina sobre las Malvinas.

El IV Encuentro expresa su respaldo a los esfuerzos que en Centroamérica realizan el Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) y la Unidad Revolucionaria Guatemalteca (URNG) por fortalecer los procesos de paz que se desarrollan en el área y por la flexibilización y concertación de políticas a favor de las populares. Asimismo, cree que es de suma importancia la reanudación de negociaciones en Colombia para una solución política del conflicto armado y condena la estructuración de un régimen autoritario y militarizado seudoconstitucional en el Perú, que no contribuirá a resolver los graves problemas de eses hermano país.

De otra parte, apoya la lucha del pueblo de Haití encaminada a restituir la democracia y la constitucionalidad mediante la reinstalación sin condiciones de su legítimo Presidente, y advierte contra la utilización del Acuerdo de Nueva York como pretexto para el intervencionismo militar extranjero en ese país.

El Foro de São Paulo considera que es válido y necesario recordar que en el centro mismo de los antecedentes que dieron origen a estos conflictos ya relacionados, y que, con una u otra intensidad, han tenido lugar históricamente en el continente, lo están: la violación sistemática de los derechos humanos, la dependencia, la injusticia social y las atroces dictaduras, hechos y situaciones, por cuya erradicación definitiva y completa deven continuar luchando infatigablemente todas fuerzas patrióticas democráticas y progresistas de América.

En el plano internacional, finalmente, el Foro declara que es necesario bregar por la construcción de un nuevo orden mundial, cuyo contenido precisamos en el III Encuentro en Managua.

La actual situación a nivel de los organismos supranacionales, gestados a la luz de otras realidades mundiales, se manifiesta en forma absolutamente injusta y carente de garantías. El carácter con que se invoca y usa el derecho internacional y a las propias Naciones Unidas y su Consejo de Seguridad, condiciona y atropella la soberanía e independencia de los Estados. Bajo el pretexto de fines legítimos se sesga la interpretación de normas, que quedan en función de los intereses de las

grandes potencias; al mismo tiempo que están condicionadas por Ia hegemonía militar de los Estados Unidos. Ejemplo de ello son Ia reciente agresión a Iraq, Ia ocupación militar de Somalia so pretexto humanitario, Ia amenaza nuclear imperialista sobre Corea y Ias sanciones a Libia. Asimismo, Ias Naciones Unidas desconocen Ias resoluciones que su propio Consejo de Seguridad acordó, en calidad de obligaciones, para Israel, al tiempo que, en los hechos, se hace cómplice de Ias agresiones y del drama de que es objeto el pueblo palestino en su lucha por el establecimiento de un estado independiente.

Tras los desconciertos, frustraciones y vacíos de los últimos años, el IV Encuentro se ha realizado cuando tiene lugar un ascenso de Ias luchas populares y se alcanzan progresos en Ia búsqueda y renovación del pensamiento de Ia izquierda latinoamericana y caribeña.

¡Resueltos estamos a avanzar por nuevos y creativos caminos de lucha y de victoria!

La Habana, 24 de Julio de 1993.

V ENCONTRO - MONTEVIDÉU (URUGUAI) - 1995

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

Quinto encuentro del Foro de São Paulo celebrado en Montevideo del 25 al 28 de mayo de 1995

Declaración de Montevideo

Reunido en Montevideo, República Oriental del Uruguay, del 25 al 28 de mayo de 1995, el V encuentro del Foro de São Paulo, con la presencia de 65 delegaciones de América Latina y el Caribe y observadores de Europa, Africa, Asia, América y Australia, se constituyó en una reafirmación de fuerzas de los partidos y movimienitos de izquierda del Continente.

Centenares de delegados de toda América Latina y el Caribe fueron calidamente recibidos por sus compañeros, militantes de los partidos que integran el Frente Amplia del Uruguay.

La ciudad de Montevideo, gobernada desde 1990 por el Frente Amplio, fue el escenario de un debate de gran significación sobre Ia situación actual de América Latina y sobre alternativas que se abren para los trabajadores y para el movimiento popular en Ia actual coyuntura marcada por Ia gran ofensiva económica, política e ideológica del neoliberalismo.

Los asistentes al V encuentro del Foro dedicamos nuestra atención al análisis de Ia situación económica, social y política de América Latina y el Caribe, al intercambio de experiencias en Ia construcción de proyectos alternativos para el desarrollo y Ia integración, así como a evaluar nuestras perspectivas.

En nuestros debates constatamos el incremento de Ia combatividad de los movimientos populares, que se expresó en su crecimiento, diversificación y fortalecimiento organizativo, así como en un importante desarrollo de sus luchas, a través de huelgas, protestas, manifestaciones, tomas de caminos y otras, entre Ias que se destaca Ia rebelión en Chiapas, caracterizada por Ia irrupción de nuevas formas de expresión, de democracia y poder popular.

Todas estas manifestaciones indican un camino y ponen a Ia orden del día Ia necesidad de que Ias fuerzas progresistas y revolucionarias diseñemos, promovamos y construyamos al mismo tiempo un modelo alternativo de desarrollo económico y social, pero fundamentalmente un modelo alternativo de democracia y

nuevas formas de poder popular.

Estas luchas tienen como respuesta fuertes medidas de represión policial o institucional encaminadas a callar la resistencia popular. Este modelo de democracia restringida desconoce el derecho soberano de nuestros pueblos y la soberanía de nuestras naciones.

A la vez, se ha incrementado el papel de gendarme de los EE.UU., que en el marco de la unipolaridad militar a escala mundial, utiliza el Consejo de Seguridad de la ONU e iniciativas particulares para imponer por la vía de la intervención militar directa su injusto orden y su modelo, empleando todo tipo de pretexto y considerando su soberanía como la única válida en este mundo. Enfrentar y derrotar esta propuesta hegemónica es uno de los grandes retos del presente.

Los partidos y movimientos presentes en este V encuentro pudieron evaluar de cerca el importante resultado electoral del Encuentro Progresista y del Frente Amplio, que hace pocos meses obtuvo en las eleceiones presidenciales más del 30% de la votación nacional, afirmándose como efectiva alternativa de gobierno en el país.

Las elecciones que se realizaron en 14 países de América Latina entre noviembre de 1993 y mayo de 1995, si bien no alcanzaron las perspectivas que se manifestaron en el IV encuentro de La Habana, fueron, sin embargo, el mejor resultado global que las izquierdas obtuvieron hasta hoy.

A pesar de la falta de equidad en que se desarrollaron esos procesos, los partidos que integran el Foro de São Paulo eligieron más de 300 diputados, más de 60 senadores, varios governadores, centenas de alcaldes además de miles de concejales municipales, totalizando un cuarto del electorado de los países.

Es de fundamental importancia realizar un análisis descarnado de nuestras propuestas programáticas, de nuestros canales de comunicación con amplios sectores populares y de nuestros niveles de inserción social, para comprender por que, en muchos países, sectores empobrecidos de la población votaron a los candidatos conservadores.

Para que puedan continuar constituyendo una alternativa de poder, las izquierdas tienen que expresar – en contra de las posiciones neoconservadoras – las aspiraciones sociales, nacionales y democráticas de los sectores organizados de la sociedad, a la vez que aspiran ser la voz de los que no tienen voz, en consecuencia de la exclusión en que viven.

Integración económica y alternativas al modelo neoliberal

Durante las últimas décadas la economía y la política mundial se encuentran inmersas en un proceso de profundas mutaciones. El neoliberalismo constitue la piedra angular para implementar la actual agenda del capital frente al trabajo. Desde ese esquema se pretende avanzar en el proceso de integración subordinada de los países periféricos a los centros de poder, explotar al máximo las potericialidades de las nuevas tecnologías, ampliar y controlar los mercados, transitar hacia un nuevo reparto de las zonas de influencia y afianzar las ya existentes.

En este entorno, la Cumbre de las Américas, celebrada en Miami en diciembre de 1994, constituye la culminación de la primera fase de un proceso dirigido a implementar un nuevo diseño de "seguridad colectiva" y a afianzar un modelo de integración aún más subordinado y dependiente de los Estados Unidos.

Los modelos neoliberales impuestos van acompañados por el intento de legitimar democracias tuteladas y excluyentes que tienen como finalidad impedir la plena participación política y económica de las grandes mayorías, restringir la lucha por demandas justas que pongan en cuestión ese modelo y en algunos casos poner a las Fuerzas Armadas como garantes del sistema.

En los casi dos años que separan la reunión de Montevideo del encuentro de La Habana el proceso de integración continental sufrió importantes cambios.

Para iniciar el proceso de negociación del ingreso a las áreas de libre comercio, el gobierno norteamericano impone importantes condiciones, como son: pago puntual del servicio de la deuda externa a costa del bienestar de la mayoría de la población, severos ajustes estructurales, disminución de salarios y del empleo, desindustrialización, reducción del gasto público, desregulación económica, privilegios al capital especulativo, privatización indiscriminada de empresas públicas y apertura unilateral de las economías latinoamericanas, entre otros. Requisitos que están provocando efectos muy negativos en las economías de la región.

El neoliberalismo, después de la crisis de diciembre de 1994, demuestra todavía más su incapacidad de consolidar un régimen de inversiones productivas. No puede garantizar las transformaciones sociales que necesitan nuestros pueblos para alcanzar un desarrollo sostenible, ni puede crear las condiciones para conducir un proceso de integración que responda a los retos de la nueva situación internacional. Por el contrario provoca mayores niveles de pauperización en amplios sectores de la población, sobre todo entre las mujeres y la juventud, eliminando importantes conquistas sociales.

Somos conscientes de que los países de América Latina deben insertarse en la

economía mundial, en un contexto internacional que ha cambiado y que ofrece nuevas oportunidades y retos. Pero sostenemos que esta integración en la economía internacional debe estar guiada por los intereses nacionales, que son los de las grandes mayorías.

Pugnamos por un desarrollo sostenido, generalizado en todas las ramas, sectores y regiones de cada país; un desarrollo en el que la eficiencia y la productividad creciente se reflejen en mejores niveles de vida en la mayoría de la población. Un desarrollo en el cual el Estado asuma su papel de regulador de la economía y garante del bienestar social y la justa distribución del ingreso.

Sin integración social y económica en lo interno de cada país, es imposible sostener cualquier proyecto integrativo regional. Para la integración social resulta imperioso el afianzamiento y desarrollo de las democracias por la vía del protagonismo permanente de los pueblos.

Aspiramos a que la integración latinoamericana y caribeña no se limite a una liberalización comercial y de inversiones. Concebimos el objetivo último de la integración como el desarrollo conjunto y complementario de los sectores productivos y de servicios entre los diferentes países de la región para no sufrir las consecuencias del mercado mundial dirigido por las transnacionales.

El desarrollo no puede ser conducido por el mercado. Un concepto integral de ese proceso supone la integración de todos los miembros de la sociedad y de los factores productivos nacionales y regionales.

No es saludable reducir muestros objetivos el solo terreno de la economía. También hay que plantear la preservación del medio ambiente, el desarrollo conjunto de políticas sociales, sobre todo en los sectores de la educación, la salud, la construcción y preservación de las identidades culturales latinoamericanas y caribeñas como medio de contrarrestar las perniciosas tendencias que plantean a nuestras sociedades la llamada "cultura de masas".

La integración regional debe preservar un espacio indígena y de otros grupos étnicos raciales y culturales que componen el crisol de nuesta especificidad e identidad continental.

Algunas areas donde sería imperativo actuar unidos son las siguientes:

* Luchar por derrotar a escala continental el modelo neoliberal impuesto por el FMI, el Banco Mundial, los Estados Unidos, formulando un proyecto alternativo de poder que implique democracia política real, democracia económica y social y participación y protagonismo de nuestro pueblo en todo lo relativo a los derechos y

deberes.

* Luchar por la reestructuración , en beneficio de los pueblos, de los actuales mecanismos de integración regional.

* Revitalizar las negociaciones de los países latinoamericanos para establecer un comercio internacional equitativo que facilite el acceso de nuestros productos a los mercados de los desarrollados.

* Promover la renegociación conjunta de la deuda. Esto exige corresponsabilidad, reconocimiento de la incompatibilidad entre el pago de la deuda en sus condicionesactuales y la recuperación de un desarrollo sostenido; reducción del principal y de los intereses; transferencia neta de recursos del norte al sur para reiniciarun crecimiento ordenado y socialmente justo; y desconocimiento de las deudas ilegítimas.

* Definir una plataforma común de América Latina en materia de comercio internacional ante los acuerdos tomados en el GATT – hoy OMC – y que afectan intereses de los pueblos latinoamericanos.

* Negociar conjuntamente convenios internacionales para terminar la sistemática violación de los derechos humanos de los trabajadores migratorios en los países desarrollados.

* Intervenir en las instancias parlamentarias y representativas de la sociedad en el plano regional, en especial junto a aquellos sectores más impactados por la integración, para la formulación de políticas públicas que atiendan a las necesidades de nuestros pueblos.

* Demandar el cumplimiento por parte de los gobiernos positivamente firmantes de lo acordado por el Pacto de San José de Costa Rica en cuanto a la imprescriptibilidad de las acciones de los crímenes de lesa humanidad.

* Defender integral e incondicionalmente los derechos humanos y promover la solidaridad con todas las luchas sociales, en especial cuando motivan actitudes represivas de los gobiernos. Fortalecer los movimientos y las diversas demostraciones a favor de la ética en la política.

* Defender los derechos de los grupos indígenas y los campesinos, la juventud, los trabajadores, las mujeres y las clases medias, principalmente víctimas de la exclusión y la pauperización ocasionada por las políticas neoliberales.

Compañeras y compañeros, ciudadanos de esta patria grande que es América Latina y el Caribe: la lucha continúa. La gran tarea histórica de nuestro tiempo es continuar y culminar el sueño de los libertadores conquistando el derecho al pleno ejercicio de la independencia, la soberanía, la democracia, la justicia y el bienestar para nuestros pueblos y naciones.

El V encuentro del Foro de São Paulo exhorta a la unidad y la construcción de espacios de concertación de todas las fuerzas políticas, sociales y productivas, democráticas y progresistas para enfrentar la ofensiva neoliberal en el continente.

El Foro de São Paulo se solidariza con los hermanos cubanos y condena el criminal bloqueo que le impone el gobierno de los Estados Unidos de América. También rechaza energicamente el proyecto de ley Helms-Burton que viola los derechos humanos del pueblo cubano y las normas que rigen la soberanía de los Estados, así como pretende, de manera brutal, reinstaurar la injusticia social y destruir las conquistas económicas, políticas y sociales de la revolución.

Pueblos de América Latina y el Caribe: el V encuentro dei Foro de São Paulo nos convoca al esfuerzo persistente, al trabajo, a la lucha para forjar la gran patria latinoamericana y caribeña; para conquistar la nueva independencia, la libertad plena y la felicidad que nos han sido negadas.

¡Hagamos realidad el sueño de nuestros héroes y mártires!

!Reconstruyamos la esperanza!

Montevideo, 28 de mayo de 1995.

VI ENCONTRO - SAN SALVADOR (EL SALVADOR) - 1996

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

Declaración Final

El VI Encuentro del Foro de São Paulo, reunido en la ciudad de San Salvador, República de El Salvador, entre los días 26 y 28 de julio de 1996, con la presencia de 187 delegados pertenecientes a 52 organizaciones miembros, 144 organizaciones invitadas representadas por 289 participantes y 44 observadores pertenecientes a 35 organizaciones de América, Europa, Asia y Africa, ha significado tanto un progreso político como organizativo de relieve continental, y se constituyó en un evento de enorme trascendencia nacional. Se reafirma como el espacio de confluencia de las esperanzas de los desposeídos de América Latina y el Caribe. La repercusión del evento y los lazos creados con el puebio salvadoreño y el FMLN superaron las expectativas y mostraron el constante y progresivo ascenso en su maduración.

El Foro se afirma en su caracterización como un espacio antimperialista de encuentro, acción, solidaridad y formulación de proyectos alternativos en el movimiento democrático y revolucionario de la región, en el que convergen corrientes de diverso origen. La diversidad que en el pasado fue la causa de muchas divisiones, hoy se convierte en un factor de enriquecimiento del debate de ideas, de propuestas y acciones comunes, partiendo de la imperiosa necesidad de derrotar al neoliberalismo.

Se pudo constatar la importancia del cumplimiento de las tareas resueltas en el V Encuentro de Montevideo, expresadas en la realización del Taller sobre Flujos Migratorios en el continente americano, en México, el Encuentro de Parlamentarios por la soberanía e integración en América Latina y el Caribe, en La Habana con la participación de 153 parlamentarios de 19 países y el Simposio sobre Integración caribeña realizado en Guadalupe.

El VI Encuentro incluyó en su funcionamiento los valiosos aportes de los talleres realizados días antes de su inauguración, como el Encuentro Cultural Latinoamericano "Roque Dalton", el Primer Taller Continental de Mujeres y el Taller Continental sobre Medio Ambiente "Chico Mendes: Seguimos luchando por la Vida", y el Primer Encuentro de Jóvenes de América Latina y el Caribe.

El tema del documento preparatorio del debate central fue "Crisis y Alternativas al Neoliberalismo", el cual se desarrolló en una mesa de trabajo que permitió profundizar e incorporar aportes, críticas y propuestas, las cuales una vez

publicadas estamos seguros constituirán un rico documento ampliado, abierto, de trabajo y debate, entre la izquierdas y las organizaciones sociales de América Latina y el Caribe. Existe la convicción de que se está frente a un valioso insumo para la reflexión y la acción.

En el debate los Partidos coincidieron en que el documento presentado por el Grupo de Trabajo es un esfuerzo importante y constructivo que aporta al debate de la izquierda latinoamericana y que hay que aprovecharlo para profundizar tanto en el diagnóstico del proceso y la correlación de fuerzas como en los enfoques y componentes que debe tener la estrategia y el modelo alternativo al neoliberalismo.

La política neoliberal es la forma que toma la dominación del capitalismo en la coyuntura actual, la batalla contra el mismo, su derrota, es la condición fundamental para poder arribar a formas de organización económica, política y social que superen las injusticias de la sociedad capitalista.

En ese sentido se considera que después de diez años de aplicación del modelo económico neoliberal los resultados para la generalidad de los países de América Latina y el Caribe son esencialmente los mismos y afectan cada vez más a nuevos sectores de la economía nacional y a la débil integración existente. Al lado del desigual crecimiento económico y de la relativa estabilidad coyuntural macroeconómica exhibidos como éxitos, se ha sufrido una grave disminución de las condiciones de vida de las inmensas mayorías empobrecidas del continente, ensanchándose como nunca la brecha social y acelerándose el deterioro ya muy profundo de la Naturaleza.

Paralelamente se producen otros desequilibrios estructurales enormes, incluyendo la destrucción de una parte importante de las bases productivas, acentuando insostenibles déficits comerciales y persistiendo el endeudamiento externo que limita y bloquea las posibilidades de desarrollo económico y social a mediano y largo plazo.

Asimismo, la desindustrialización, el desempleo, la terciarización e informalización de las economías se profundiza y la sociedad se descompone afectando los valores de solidaridad y justicia social, pilares esenciales en la construcción de nuestro modelo alternativo. Se debilita la capacidad de organización autónoma de los movimientos sociales, entre ellos de los sindicatos, y se profundiza la tendencia a la imposición autoritaria sobre la protesta emanada desde diversos sectores afectados de la sociedad.

Ai mismo tiempo y como muestra de la permanente búsqueda de respuestas de los pueblos, surgen y se organizam nuevos protagonistas sociales y se recomponen antiguos instrumentos de lucha, irrumpen gérmenes de nuevas formas de

expresión política, de democracia y de construcción de poder popular determinados por la búsqueda de eliminar las intermediaciones y la suplantación social y política.

Se ha producido un deterioro de las actividades agropecuarias, industriales y comerciares, vinculadas a la producción nacional, con la consiguiente marginación de amplios segmentos poblacionales, incluyendo capas medias, pequeños y medianos empresarios, e incluso sectores de la burguesía que no logran resistir las nuevas reglas monopólicas y oligopólicas de la competencia impuesta a la llamada liberalización.

La implantación del esquema neoliberal y la polarización social resultante, no sólo se expresa con consecuencias en el campo de lo económico y social, sino muy profundamente en lo político, en lo jurídico y en lo moral. Es así que se incrementa desde el poder, la pérdida de los referentes éticos y la potenciación de los fenómenos de corrupción. Todo esto ahonda la falta de credibilidad en las instituciones, crece el abstencionismo electoral y la desconfianza en los sistemas políticos, en los partidos, y aumenta la dificultad de los procesos democratizadores. Se pretende socavar y exterminar la identidad cultural de nuestros pueblos, para imponer de manera implacable, la cosmovisión contenida en este modelo.

Reafirmándose de esta manera lo que hemos sostenido en instancias anteriores, que neoliberalismo, desarrolio y democratización política, económíca y social, son antagónicos e incompatibles. Con la justificación de la defensa de su concepción de la "democracia", de la lucha contra el narcotráfico, se incrementa la ingerencia del imperialismo norteamericano y sus planes anexionistas, que violentam la soberanía de los puebios. En el Caribe, a las consecuencias de las políticas neoliberales, se agrega la hipócrita persistencia del colonialismo.

Frente a esta realidad los partidos integrantes del Foro de São Paulo, como lo plantea el documento central del debate y las iniciativas apartadas, se proponen impulsar y apoyar todas las iniciativas tendientes a elevar la participación y decisión democrática de los puebios en aras del desarrollo económico-social, sostenible y con equidad, de la preservación de la vida en el planeta, de la defensa de la soberanía y la identidad nacional, de la defensa de los derechos inalienables del ser humano, de la superación de las desigualdades entre los géneros y la superación de todo tipo de discriminación social, étnica y cultural. Debemos ser nosotros los abanderados, de valores como la honestidad, la verdad, la sencillez, la transparencia, el respeto de lo colectivo, lo autónomo y lo solidario, la búsqueda para encontrar y que prevalezca la verdad y el interés mayoritario.

La más extensa y activa movilización y concertación popular involucrando a todos los sectores de la sociedad es la única garantía para que las propuestas contenidas en el documento central debatido y ampliado, encuentre mayores horizontes,

amplíe los límites que nos quieren imponer, tanto en lo político, comercial, financiero, productivo y social.

La derrota del modelo neoliberal depende fundamentalmente de la capacidad de los movimientos políticos y sociales para generar una correlación de fuerzas favorables que permita las mejores condiciones para desarroliar el proyecto popular alternativo. Esto requiere elevar las formas de organización y participación popular desde abajo y en todos los ámbitos de la vida cotidiana, a través de las distintas formas de acción política, electoral, social, económico-reivindicativa, cultural, en donde vayamos construyendo espacios de poder popular, nuevas relaciones sociales y políticas, que permitan avanzar hacia una sociedad más digna, justa, fraterna, equitativa y solidaria.

En este sentido la experiencia del puebio y del gobierno cubano para recomponer su economía, y sostener las conquistas sociales y políticas de la Revolución, es fundamental para los miembros del Foro y hoy más que nunca resulta un objetivo incondicional la defensa frente al bloqueo y el carácter anexionista, extraterritorial y criminal de la Ley Helms-Burton.

Paralelamente al debate del documento central, se desarrollaron Mesas de Trabajo agrupadas en: Parlamentarios, Género, Migraciones, Medio Ambiente, Encuentro Euro-Latinoamericano, Encuentro con Organizaciones de EE.UU. y Canadá, las cuales tomaron importantes resoluciones que se adoptaron en Plenaria por el VI Foro y se incorporan como anexos de esta Declaración.

De la Mesa de Género surge que el VI Encuentro del Foro de São Paulo sugiere a sus organizaciones integrantes incorporar el enfoque de género como instrumento para el análisis y la elaboración de programas y políticas. Así como también mantener en la agenda permanente del Foro este tema.

La lucha contra el neoliberalismo y la búsqueda de un nuevo orden económico-social, demanda de la participación activa de las mujeres, y por tanto requiere que las organizaciones asuman los intereses estratégicos y las prácticas de las mismas.

Se entiende necesario denunciar con energia las violaciones a los derechos humanos y laborales de las trabajadoras en las maquilas y ante el ejercicio creciente y generalizado de la violencia de género en el ámbito familiar, laboral y social.

De la Mesa de Trabajo de Migraciones se destaca la elaboración y aprobación de la Declaración de los Derechos Universales de los Trabajadores Migratorios y de sus Familias. La exigencia a los gobiernos de los países receptores de inmigrantes en el continente, de la suscripción y/o ratificación de todas las convenciones

intemacionales relativas a los derechos de los mismos. En lo concreto se destaca el apoyo solidario con Ia realización de Ia Marcha de los Pobres de América Latina, para el 12 de octubre de este año en Washington DC.

En la Mesa de Medio Ambiente se destacó Ia necesidad de promover marcos legales que regulen los aspectos relacionados con Ia defensa del medio ambiente, que incorporem el delito ecológico, se promueva un proceso de concientización al interior de Ias sociedades sobre el tema, se realicen acciones para impedir que el continente se utilice como depósito de tóxicos y desechos químicos y radioactivos y se generen condiciones favorables dentro del marco legal, para evitar Ia patente sobre organismos vivos y para regular y controlar Ias acciones de Ia ingeniería genética y prohibir Ia manipulación de organismos del ecosistema.

De Ia Mesa de Trabajo Cultura e Identidad de los pueblos, surge Ia preocupación de hacer de Ia identidad cultural, un eje transversal de nuestro pensamiento. Para ello, Ia cultura y Ia identidad deben dimensionarse de manera integral, ligada a Ia vida cotidiana y confrontando Ias políticas de penetración cultural imperialistas, debiendo bregar por rescatar Ia memoria histórica como una riqueza moral de nuestras sociedades y como un instrumento de transformación de Ia realidad. Reiterando nuestra posición de lucha por el respeto a Ia diversidad cultural de los pueblos indios, y de su derecho a desarrollar autonomia democrática en lo económico, en lo político y en lo social.

La Mesa de Parlamentarios acordó propuestas organizativas para dar continuidad a los trabajos de coordinación de los partidos políticos del Foro que vienen realizándose desde el V Encuentro. Se propuso fortalecer la presencia con propuestas conjuntas en los foros parlamentarios subregionales, regionales e internacionales. Entre las propuestas operativas, resolvió organizar un Comité Permanente de Contacto y Seguimiento de Parlametarios del Foro, previo al VII Encuentro.

El primer acercamiento en el seno del Foro qeu significó la Mesa del Grupo de Trabajo del Foro con organizaciones de Canadá y Estados Unidos se pronunció firmemente contra las legislaciones intervencionistas del Gobierno de los Estados Unidos, a favor del derecho a la independencia u autodeterminación de Puerto Rico y la solidaridad con su pueblo. Asimismo se pronunció enérgicamente contra el racismo y la xenofobia promovida contra los inmigrantes por sectores ultraderechistas en los Estados Unidos y sobre la necesidad de diseñar nuevas estrategias de solidaridad entre los pueblos y crear una red de comunicación. Y acordó la realización de un encuentro en los Estados Unidos.

Un hecho significativo representa Ia Mesa de Trabajo Euro-Latinoamericana, donde se reafirmó Ia voluntad del Foro de São Paulo de mantener un Encuentro en Europa

con la izquierda europea en su acepción amplia, conformando una comisión promotora para su viabilización.

Del debate en las distintas Mesas de Trabajo, surgen diferentes puntos de vista que es necesario continuar debatiendo, extendiendo los espacios de legitimación de las distintas posiciones al conjunto de la sociedad. Siendo el Foro un punto de encuentro para la reflexión y la acción, reconocemos el aporte que al enriquecimiento de todos emana de este plural en el seno de la izquierda.

Se escucharon diversas aportaciones sobre el origen y el sustento de la democracia, de su proyección, de su contenido de clase, distintas valorizaciones sobre socialismo y las vías para construirlo, sobre los sujetos históricos, políticos y sociales, sobre las políticas de alianzas tanto en lo político como en lo social y la participación de la izquierda en el gobiemo en esta coyuntura mundial. Se constató la necesidad de formas más concretas para enfrentar el problema de la Deuda Externa. El Foro deberá continuar su reflexión en distintos eventos sobre estas temáticas en el curso del presente año, buscando unirlas a la lucha diaria de la población por resistir al neoliberalismo y aumentar su capacidad de acción y decisión política.

Los asistentes al Foro de São Paulo realizamos un reconocimiento muy especial a los heroicos combatientes caídos del FMLN y al pueblo salvadoreño quienes con su lucha y su vida contribuyeron a generar las condiciones que posibilitaron la realización de este VI Encuentro.

El Foro de São Paulo está abierto a los movimientos sociales y a la creatividad obrera y popular, dispuestos a contribuir y recrear la esperanza, decididos a forjar la verdadera democracia, a conquistar el pan y la justicia y llenar de alegría y felicidad la vida de todas y todos los desprotegidos, desamparados y olvidados de nuestra América oprimida, decididos a la solidaridad sin límites, con todas las causas justas y las luchas emancipadoras en todo el planeta.

Nuestro pensamiento y nuestra acción se funden en arma eficaz contra la injusticia y se constituyen en fuerza para abrir los caminos de los sueños anhelados.

San Salvador, El Salvador, 28 de julio de 1996.

VII ENCONTRO - PORTO ALEGRE (BRASIL) - 1997

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

DECLARACION FINAL

VII ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO

"Luchamos contra la miseria, pero al mismo tiempo luchamos contra la alienación."

Ernesto Che Guevara

El 7º encuentro del Foro de São Paulo, que contó con la participación de 158 delegadas y delegados de 58 partidos procedentes de 20 países de América Latina y del Caribe, además de 36 organizaciones fraternas, se caracterizó por una rica discusión acerca de las condiciones sociales, políticas y económicas en la región. Si bien puede hablarse de varias perspectivas y análisis diversos, y a veces divergentes incluso, es indudable que el Foro há sido fortalecido por este encuentro.

Hay que destacar, de la discusión misma, los varios elementos que definen como y en que términos se perfila la lucha política del continente. En primer lugar, destaca que , despues de varios años de hegemonismo económico, político e ideológico del neoliberalismo, se presencia de nuevo un ascenso de las luchas populares, democráticas y sociales en prácticamente todos los países. Este ascenso va acompañado de avances electorales importantes en varias naciones de la región , además de la significación nacional e internacional de movimientos sociales com gran autoridad moral.

En segundo lugar, se confirma la creciente importancia y el peso político del que gozan las alternativas programáticas y políticas de las fuerzas que componemos el Foro de São Paulo. La mirada de los pueblos está crecientemente sobre la opción y la viabilidad de gobernancia que se ofrece a partir de las luchas mismas de nuestros pueblos, en donde se expresa la aparición de nuevas representaciones y movimientos sociales y políticos.

En tercer lugar, el crecimiento de nuevas formas organizativas, tanto sociales, civiles, barriales, rurales, sindicales, de jóvenes, de mujeres com visión de género y ciudadanas son expresión nítida de un nuevo dinamismo político y organizativo de los pueblos. La promoción y el fortalecimiento de estos instrumentos de participación popular es una noción nueva de nuestros tiempos de como se prepara la gente para las tareas del ejecicio del poder.

En cuarto lugar, todo este ascenso está viendo, desde ahora, una respuesta de los centros financieros mundiales y del gobierno de los Estados Unidos. Estos buscan fortalecer y profundizar sus alianzas políticas y económicas com los grupos de poder oligárquicos latinoamericanos a fin de cuestionar la viabilidad de la soberanía de los países y de su derecho a determinar, sin intervebcionismo, el curso que tomarán sus respectivos procesos de desarrolllo.

Po último, en un mundo crecientemente interconectado e intercomunicado se percata de que acercan momentos de grandes definiciones de los pueblos. Para estar a la altura que exije estos procesos , los partidos integrantes del Foro de São Paulo, vemos conveniente desarrollar, en las condiciones de cada país, las alianzas y relaciones políticas que favorecen la consolidación del proyecto democrático y popular contra el neoliberalismo. Este contexto político de incertidumbres y esperanzas ofrece la oportunidad de ser creadores y actores decisivos en la conformación del nuevo poder emergente. La combinación de programas alternativos, de inclusión social y de determinación política son los ingredientes fundamentales para preparar a América Latina y el Caribe para el tránsito hacia el nuevo milenio y hacia una nueva vida de nuestros pueblos.

El 7º Encuentro del Foro de São Paulo resolvió establecer mecanismos de coordinación y discusión permanentes entre sus miembros, para cuyo fin fortalecerá la acción de las secretarías regionales. Desarrollará seminarios de análisis y debate, además de impulsar espacios de intercambio parlamentario, municipal, sindical, de género, de juventudes y de derecho humanos.

La necesidad de profundizar el debate sobre las perspectivas del Foro, sus características orgánicas, su normatividad y los instrumentos para la unidad de acción son temas a desarrollar por el Grupo de Trabajo, en relación con las fuerzas integrantes del Foro, hacia el 8º Encuentro que se llevará a cabo en México bajo auspicios del PRD.

Estamos concientes de que nuestros intercambios y debates se desenvuelven en los albores del Tercer Milenio, momento en que el desarrollo científico y tecnológico impone al mundo transformaciones ineludibles e irreversibles. Los partidos y movimientos políticos del Foro de São Paulo no las ignoramos ni les temenos. La ciencia y la tecnología son conquistas del género humano y no pueden servir de pretexto para aumentar la miseria social . Nuestra lucha está dirigida a evitar que se les utilice por el gran capital como instrumento de más dominación, subordinación, injusticia, desigualdad y exclusión. Nuestro objetivo es ponerlas al servicio del desarrollo sustentable y equitativo, de la profundizacion y extensión de la democracia política, económica y social, del afianzamiento de la solidaridad y la integración en beneficio de los pueblos y del enriquecimiento de las relaciones humanas.

El imperialismo norteamericano aspira a eternizar el status quo para su beneficio exclusivo, pretendiendo que su modelo de sociedad, opresivo y expoliador, es una consecuencia inevitable del avance científico y tecnológico. Estamos convencidos de que, por el contrario, ese avance muestra la capacidad de la humanidad para resolver todos los problemas fundamentales que amenazan su existencia misma. El modelo neoliberal concibe al desarrollo como la condición en que las élites pueden acumular más riqueza a expensas del crecimiento de la pobreza, la marginación y la exclusión de una creciente franja de la población mundial. Afirmamos que el objetivo supremo del desarrollo debe ser la satisfacción de las necesidades materiales y espirituales del ser humano, con justicia social y armonía con la naturaleza. Con las alternativas que defendemos, aspiramos a colocar el conocimiento humano al servicio de los pueblos y bajo su estricto control.

El neoliberalismo, como nueva expresión de la acumulacion capitalista, impulsado por la hegemonía norteamericana y por las agencias financieras internacionales como el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial, aumenta y concentra el flujo impetuoso de capitales y mercancías de las grandes potencias destruyendo las barreras y erosionando la soberanía de las demás naciones. Crece la pérdida de fuentes de trabajo y el deterioro de las ya magras condiciones de subsistencia de las mayorías. Los tres grandes bloques dominantes imponen una apertura unilateral a los paises subdesarrollados, a la vez que se construyen nuevos muros para que los trabajadores no puedan migrar tras un empleo escazo, precario y mal remunerado. La globalización neoliberal pretende que las fronteras nacionales sólo se mantengan como barreras de contención de los migrantes. Crece el racismo y la xenofobia. Se globalizan los mercados sometiéndolos a los intereses de las grandes potencias. Se extiende la pobreza, el desempleo, la marginación, la polarización y la exclusión. Una franja creciente de la población mundial, naciones enteras y hasta continentes son clasificados como inviables, privados de sus identidades culturales y sometidos a las consecuencias de la destrucción ambiental del planeta sobre la que se sustenta el consumo opulento de las élites. Ese mundo del sin futuro es el que nos ofrece el neoliberalismo.

El proceso de la globalizacion neoliberal ha implicado una crisis con distintos intentos de reestructuracion de los instrumentos de los partidos tradicionales, lo que há desarticulado, por lo general, el bloque histórico dominante y agudizado los conflictos y contradicciones del propio modelo. Los procesos de restauración autoritaria y de revancha neoliberal , como en Nicaragua, buscan revertir lo acumulado por las fuerzas populares y democráticas, particularmente la lucha por la preservación de la propiedad en manos de sectores populares. El autoritarismo se torna, en casos como el Perú, en una de las tendencias por las cuales los gobiernos, recurriendo a fachadas seudodemocráticas violentan el estado de derecho, agreden a la prensa independiente y a las fuerzas de oposición y

concentran el poder para contener y reprimir la creciente respuesta de los sectores populares a la crisis social y económica.

Con la globalización neoliberal los centros de la hegemonía se trasladan al extranjero y vuelven obsoletas algunas de las estructuras de los instrumentos para el quehacer político. La reestructuración de los partidos se determina entonces por la funcionalidad que obtengan frente al modelo. Esto es válido tambien para nuestros espacios del pensar y actuar político, donde lo nacional se debe pensar desde lo mundial y lo local desde lo nacional, sin que esto implique desconocer la particularidad que cada uno representa.

Se generan una gran diversidad de nuevos actores sociales y renuevan el perfil de los ya existentes. Las reivindicaciones de género, ambientales, raciales, étnicas y muchas otras, que en el pasado eran agregadas políticamente a los partidos, crean sus propios espacios políticos y desarrrollan su autonomía. Surge una amplia gama de explotados y excluídos que encierran la posibilidad y la necesidad de crear un nuevo universalismo emancipador. Al mismo tiempo existen sectores que tienden a una postura crítica respecto al modelo, como es el caso de capas medias, pequeños y medianos empresarios e incluso capitales nacionales de relativa envergadura.

En el marco de nuestra diversidad en la que coexisten diversas visiones sobre el futuro y la forma de su concreción, coincidimos en la necesidad de diseñar y ejecutar programas capaces de representar y organizar a los trabajadores y a las grandes mayorías populares. El reto consiste en articular a todos los afectados en un proyecto político y social, capaz de incluir al conjunto en el ejercicio pleno de su diversidad y su autonomía, pero reivindicando en su seno la necesidad de la cooperación y de la unidad políica y de acción para derrotar al neoliberalismo.

En esta dirección para que las fuerzas de izquierda seamos consecuentes articuladores de amplios movimientos de oposición y coaliciones de gobierno, resulta fundamental que poseamos nitidez programática, flexibilidad táctica e instrumentos de acción capaces de asegurar nuestro peso específico e independencia. Es por ello que estamos diseñando programas amplios que cumplan una doble función: auspiciar y profundizar cambios capaces de desatar una dinámica de lucha que derrote la histórica hegemonía de las élites dominante y cree las condiciones para solucionar los problemas urgentes de nuestros pueblos, al mismo tiempo que realice una transformación política y económica de caracter más profundo y que avance hacia una nueva sociedad más justa e igualitaria.

Las organizaciones políticas del Foro estamos derrumbando definitivamente las barreras artificiales entre lo político y lo social como elemento imprescindible de verdaderas alternativas. Esta perspectiva coloca a la lucha de clases, a lo social en el centro de nuestra actividad y refleja una voluntad expresa de una nueva manera

de hacer política. Movimientos como los Sin Tierra y los agrarios de la CUT en Brasil, así como el movimiento insurgente de Chiapas, demuestran claramente esta tendencia de articular lo social con lo político. Crece la comprensión que la satisfacción de esa diversidad de reivindicaciones sociales sólo será posible con el enfrentamiento político a la dominación neoliberal.

Frente a ello los partidos y organizaciones del Foro hemos intervenido resistiendo desde espacios sociales e institucionales, pero tambien hemos realizado experiencias de profunda trascendencia, que en muchos casos han cambiado la correlacion de fuerzas e influyen positivamente en la realidad en que sobreviven los pueblos latinoamericanos y caribenos. Desde la celebración de nuestro anterior Encuentro, la izquierda latinoamericana también registró importantes avances en las luchas populares libradas contra el neoliberalismo en Ecuador, República Dominicana, Nicaragua, Colombia y otros países. En este contexto se destacan los éxitos electorales del Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional de El Salvador y el Partido de la Revolución Democrática de México, tanto a nivel legislativo, como en los gobiernos locales y sus respectivas capitales, a los que se suma la transformación de ambos en segunda fuerza política de esas naciones. Otro hecho de gran relevancia es la conclusión del proceso de negociaciones que, debido a su contenido, abrió una nueva etapa de luchas para la URNG y el pueblo guatemalteco, después de 30 años de enfrentamiento armado, por lo que exigimos al gobierno de ese país su estricto cumplimiento.

Los avances de este último año se suman al desarrollo y la acumulación de otros procesos anteriores. La revolucion cubana sigue demostrando que es posible gobernar y enfrentar la globalización neoliberal con un proyecto popular y sin abandonar el principio generador de nuestra lucha: el ser humano. Desde los gobiernos locales y estaduales hemos sido capaces de administrar grandes ciudades, combatir la corrupcion y construir experiencias de participacion. La propuesta de Presupuesto Participativo, tan exitoso en distintas ciudades de Brasil, en particular en Porto Alegre, y el proceso de descentralización en curso en Montevideo marcan un camino, que tiende a reducir el poder burocratico y construir espacios para avanzar en formas de participación y poder popular. En estos crecientes espacios institucionales, estamos desarrollando politicas publicas alternativas que reafirman la responsabilidad del Estado y responden a los intereses y necesidades de la ciudadania.

Sin embargo en Colombia se profundiza la falta de garantias políticas por el avance del terrorismo de Estado, la violación sistemática y masiva de los Derechos Humanos y el desarrollo y legalización del paramlitarismo y criminalización de la protesta social. La guerra se agudiza a pesar de las manifestaciones de los movimientos insurgentes de buscar una solución política al conflicto social y armado.

Cien años despues de haber sido invadido por las fuerzas armadas estadounidenses en el marco de la guerra hispano cubano americana, Puerto Rico continua sometido a la dominacion coloonial. El pueblo puertorriqueno lucha hoy con tenacidad, por su nacionalidad, contra la presencia mlitar extranjera, por la excarcelacion de los presos politicos y por su derecho a la autodeterminacion e independencia. Su causa en nuestra causa. También nos pronunciamos contra el colonialismo vigente en las Islas Vírgenes y otros teritorios de ultramar como: Guadalupe, Martinica y Guyana Francesas.

Cuba sigue resistiendo victoriosamente las agresiones, la hostilidad, el bloqueo y los intentos de aislamiento del gobierno de los Estados Unidos, que actualmente desarrolla una nueva ofensiva, la cual incluye la adopción de más férreas leyes y medidas extraterritoriales que fortalecen a la mundialmente rechazada Ley Helms-Burton, combinadas con la creciente utilización de actos de provocación y sabotaje. La Ley Helms Burton es expresión de la actual tendencia unilateralista de la política estadounidense, tendiente a imponer sus intereses y su legislación como parámetro de conducta de otras naciones. Ese mismo unilateralismo se expresa también en el establecimiento de los llamados procesos de certificación, en la introducción de clausulas de condicionalidad a los acuerdos comerciales, en la negociación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio y las presiones para la militarización de la lucha contra el narcotráfico. Es por ello que debemos unirnos más que nunca antes en defensa de la soberanía nacional, porque ésta constituye una premisa insoslayable para la construcción de la democracia.

La sociedad que proponemos tiene que asentarse en la más profunda democracia. Se trata de construir una sociedad y un Estado democráticos, mediante la efectiva y armónica combinación de la participación con la representación y el poder de decisión. Para ello es necesario enfrentar y superar las múltiples distorsiones existentes en los mecanismos participativos y representativos que distorsionan la voluntad ciudadana. Por medio de ellos se gesta una contradicción permanente entre el juego de exclusion política e inclusión política, donde la primera es la que se va imponiendo. Neoliberalismo y democracia son cada dia mas excluyente. La democracia alternativa que queremos construir supone crear los mecanismos que permitan a todo el pueblo participar en la definición e implementación de las políticas nacionales y ejercer el control sobre la gestión gubernamental. Un componente fundamental de nuestro programa es contar con parlamentos que tengan capacidad de decisión e independencia, junto con el Poder Judicial, frente a los Poderes Ejecutivos y a los grupos elitistas de presión económica. Asimismo, se precisa promover una efectiva democratización de los medios de comunicación masiva.

Nos proponemos luchar por la creación de un marco ético, legal y político, ante la gravedad sin precedentes adquirida durante los últimos años por la corrupción, el

tráfico de influencias, las vinculaciones de líderes gubernamentales, políticos y militares con el narcotráfico y el lavado de dinero y otras prácticas ilícitas y degradantes, que vienen justificando diferentes formas de intervención y conducen al retroceso hacia prácticas coloniales supuestamente superadas. Lucharemos porque prime la justicia y no la impunidad, procurando que la corrupción, el tráfico de influencia y los crímenes de Estado sean ejemplarmente sancionados.

La tarea por reconstruir el aparato productivo deteniendo la creciente desindustrialización de las economías, implica desarrollar la planta industrial e impulsar el avance tecnológico. Nos exige el retomar el control de la economía y los recursos naturales, la solución del grave problema sobre la tenencia de la tierra, así como el fortalecimiento de las formas asociativas y solidarias de produccion. El desarrollo estable del gasto social requiere del fortalecimiento del Estado, el estricto control financiero y de una reforma fiscal que, contribuyendo a la estabilidad macroeconómica, sea un instrumento para una más justa distribucion de la riqueza.

Un aspecto esencial de nuestra propuesta es avanzar en la creación de un frente común de deudores, que nos permita enfrentar conjuntamente la solución de la deuda externa. La evolución de este fenómeno en los últimos años, pone de manifiesto el reconocimiento implícito de los duros condicionamientos que impone la deuda y lo nocivo que resultaron ser los mecanismo de cambio de deuda por supuesta inversión.

Resulta importante combinar armonicamente la producción hacia los mercados internos y externos, así como articular políticas de desarrollo desde adentro hacia afuera, que promuevan la competitividad de la industria nacional. La inversión extranjera directa puede constituirse en un factor importante en la captación de nuevas tecnologías y en la apertura de mercados, pero necesita ser concebida como complementaria con la economía nacional y regional. Asi mismo, resulta necesario fortalecer la banca estatal y cooperativa.

Las políticas compensatorias dirigidas hacia los sectores excluidos, deben incorporarse sólo como soluciones de emergencia para corregir circunstancialmente situaciones críticas, mientras se desenvuelven los resultados de las reformas estructurales. Se impone asumir políticas activas a nivel industrial, agrario, políticas activas de creación de empleo que lleven a aumentar la participación de los salarios en la renta nacional, así como estrategias de desarrroollo de la ciencia y la tecnología, que posibiliten la creación de una base concreta para armonizar crecimiento con distribucion. En este contexto, se debe brindar estímulos a la pequeña y mediana empresa por su capacidad para generar empleo.

La estrategia de construccion del nuevo modelo economico y social, debe incorporar la visión de género. Para ello debemos establecer acciones concretas para eliminar

la discriminación de la mujer en el empleo y salario, impulsar programas específicos para la mujer rural y la mujeres jefas de familia. Se trata de generar programas de formación profesional y adecuar las normas de seguridad social, incorporando los derechos de las mujeres. Asimismo debemos establecer políticas de acción afirmativa que aseguren el acceso de las mujeres a los puestos de decisión a todo nivel.

Asumimos que los paises de America Latina y el Caribe están constituidos por poblaciones multiraciales, multietnicas y multiculturales, en los cuales el racismo, la exclusion y la transculturizacion, es una de las causas fundamentales que impiden el desarrollo de las poblaciones negras, mestizas e indigenas. Consideramos que es imposible realizar transformaciones estructurales en nuestro paises sin la debida consideracion de la problematica racial y del caracter estrategico del combate al racismo por una sociedad nueva. En el contexto de la lucha por un nuevo orden político internacional, nos proponemos impulsar el fortalecimiento del apoyo y la solidaridad internacional con el continente africano el cual há sido considerado inviable dentro del esquema del libre mercado neoliberal.

Las organizaciones políticas del Foro debemos asumir de hecho las demandas y propuestas de los pueblos indígenas, incluyendolas efectivamente en nuestros contenidos programáticos y prácticas políticas, además de asumir sus luchas concretas por la conquista de sus derechos secularmente negados. Abrir más espacios para la participación indígena en las instancias de participación y decisión interna, respetando su cosmovisión y las especificidades del modo indígena de hacer política y ejercer la democracia.

Todas las alternativas tienen una dimensión cultural. Deben responder a una perspectiva de porvenir, a una utopia necesaria, capaz de sostener las propuestas. Ellas necesitan también una dimensión de esperanza para guardar el ánimo en las situaciones difíciles y en los fracasos. Necesitan una ética para conservar las metas de la acción y fijar la orientaciones cotidianas y los medios concretos en el desenvolvimiento de los compromisos sociales y políticos. Por eso son importantes las referencias espirituales y éticas, que en América Latina y el Caribe tienen tanta vigencia y significación en las corrientes cristianas de base y de otras expresiones regiosas comprometidas.

Los debates del Foro giraron alrededor del tema de la reforma y la revolución. Hay quienes plantean que la reforma es un momento en la lucha revolucionaria , pero que, en este marco, muchas veces há resultado un retroceso, si tales reformas no se inscriben en proyectos transformadores que apunten hacia los objetivos estratégicos e históricos que dan cuenta de la superación definitiva del Modelo de Acumulación Capitalista en su fase imperialista. Otros compañeros consideran que en esta fase es necesario priorizar la lucha democratica, la electoral, y luchar por

reformas que vayan minando la solidez del neoliberalismo.

Existen tambien diferencias sobre la valoración de la lucha armada en esta etapa. En el Foro cohexisten organizaciones que han optado por la lucha armada y otras que, sin practicarla, la consideran como una opcion valida para determinados contextos y aun las que se oponen a esa forma de lucha. Las diferencias se basan en la inexistencia de un concenso en la valoración de las nuevas expresiones de lucha armada, y qué representan estas expresiones en esta fase de las luchas sociales.

Todos estos temas seguirán siendo punto de debate en el Foro de São Paulo, y se buscará profundizar tanto teorica y politicamente, como desde las experiencias.

A los treinta años de la caída del Comandante Ernesto Ché Guevara y sus compañeros internacionalistas de varios países latinoamericanos, los trabajadores, los campesinos, los jóvenes, los excluidos y los oprimidos del continente, siguen identificados con su figura. Son ellos los mismos que nos alientan y empujan para seguir uniendonos en la lucha por la construcción de alternativas al neoliberalismo, de la cual el socialismo sigue siendo una de las opciones para superarlo, las cuales siguiendo su ejemplo seran basadas en profundas convicciones eticas que integren sin fisuras nuestro pensar y actuar. Treinta anos despues, cuando nos dicen que debemos renunciar a los sueños, a la dignidad y a la etica transformadora, su ejemplo de vida , su capacidad de amar,se enaltece y se encarna en los pueblos del mundo. Desde el VII Foro de São Paulo, reafirmamos nuestro compromiso de solidaridad lucha junto a los trabajadores y movimientos sociales del continente, com la defensa de la causa del pueblo cubano y con la herencia ejemplar de Ernesto Che Guevara.

RESOLUCION

El Plenario del 7mo Encuentro del Foro de São Paulo acuerda:

Aprobar la propuesta de Declaración hecha por el Grupo de Trabajo con las siguientes modificaciones y agregados:

1. Acentuar la importancia de la lucha por la soberanía nacional frente al hegemonismo del imperialismo norteamericano y a la pretensión de subordinar a los países a sus políticas e intereses.

2. Afirmar que las alternativas al neoliberalismo, entendido como una forma concreta del capitalismo imperialista, van desde las opciones nacionalistas y democrático populares hasta las de perspectiva socialista que representan una opción de justicia social, de participación auténtica de las clases trabajadoras y del

pueblo en las decisiones políticas, económicas y culturales, y de transformación estructural y cualitativa de los regímenes capitalistas dependientes que existen en América Latina.

3. Revisar el conjunto de la redacción para incoporar la problemática y la terminología de género en el texto.

4. Introducir una reflexión mayor referida a los regímenes de democracia recortada, tutelada o militarizada existente en diferentes países del continente.

Incorporar la noción de democracia como concepto que implica lo económico y social junto a lo político.

DOCUMENTO CENTRAL - ESPANHOL

PRESENTACION FINAL SEPTIMO ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO

Porto Alegre, 31 de julio al 3 de agosto de 1997

Construir una alternativa democrática y popular al neoliberalismo

DOCUMENTO CENTRAL DEL VII ENCUENTRO

Observación preliminar

El presente texto contiene las tesis principales para la elaboración del Documento Central del Séptimo Encuentro del Foro de Sao Paulo. Una versión preliminar fue sometida a la discusión del Grupo de Trabajo (GT) del Foro que se reunió en La Habana. En esa ocasión el texto fue modificado, enmendado y enriquecido. La práctica de proponer al Foro un Documento Central fue adoptada por primera vez en el Sexto Encuentro (San Salvador, 1996). El GT tuvo entonces la preocupación de precisar la naturaleza y las funciones del documento. No se trata de una propuesta para someter a votación en el Encuentro, sino de un incentivo al debate. Los contenidos del documento expresan un consenso del Grupo de Trabajo y, como ocurrió anteriormente, no reflejan necesariamente todas las posiciones de las organizaciones integrantes del GT, ni tampoco las de todos los partidos que forman parte del Foro. Al final del VII Encuentro será propuesta una breve Resolución - como ocurrió en los seis Encuentros anteriores -, que deberá reflejar las discusiones y los acuerdos a que el Encuentro llegue consensualmente. Tal procedimiento corresponde a la naturaleza misma del Foro de Sao Paulo: una articulación de partidos y movimientos diversos en sus orígenes y referencias políticas e ideológicas que no se propone constituir una organización internacional

sometida a cualquier forma de centralismo.

I. EL FORO DE SAO PAULO SIETE AÑOS DESPUES

1. Los primeros días de julio de 1990 se realizó en Sao Paulo, por invitación del Partido de los Trabajadores, el Encuentro de Partidos y Movimientos de Izquierda de América Latina y el Caribe. Cuarenta y ocho delegaciones estuvieron presentes en la reunión y otros justificaron su ausencia, manifestando interés por sus conclusiones y resultados.

2. En un cuadro cambiante y complejo se reunió por primera vez, en julio de 1990, después de muchos años de poca comunicación entre sí, un espectro tan diverso de fuerzas políticas como las que concurrieron a la primera reunión en Sao Paulo. El Encuentro estuvo caracterizado por la apertura, la franqueza y la libertad de los debates. Es importante destacar ese clima teniendo en cuenta la heterogeneidad de las fuerzas presentes, la diversidad de situaciones en que esos partidos actuaban y la ausencia de una práctica anterior de discusión política continuada. Fue igualmente relevante, la disposición manifiesta de todos los presentes a resistir a las políticas de inspiración neoliberal y persistir en la búsqueda de una alternativa a los viejos modelos nacional-desarrollistas y a las políticas de ajuste que comenzaban a implantarse con el espaldarazo de las principales economías del continente, lo que producía un efecto de demostración extraordinario en la región. Había una clara percepción de que los ajustes en curso agravarían las ya graves desigualdades sociales, provocarían la desindustrialización, impulsarían la contrarreforma agraria donde hubiera ocurrido o la frustraría donde todavía no hubiera sido realizada, comprometiendo la soberanía nacional y, en la medida en que sufrían resistencia por parte de importantes movimientos sociales, acabarían por asumir un carácter antidemocrático, autoritario.

3. Mas, al mismo tiempo, se tenía conciencia de que la elaboración de los partidos y movimientos presentes era, por lo menos, insuficiente para constituir de inmediato una alternativa democrática y popular. Las izquierdas y los partidos populares tenían un pasado con el cual deberían de ajustar cuentas. Tenían, sobre todo, la necesidad de profundizar los programas alternativos: (re)construir proyectos nacionales de desarrollo basados en la necesidad de promover la inclusión social y radicalizar la democracia, al mismo tiempo que proponer políticas de integración alternativas a las que están en curso en el Continente, apoyando una presencia soberana en el mundo. Se trata, finalmente, de establecer nuevas formas de vincularse a las clases trabajadoras, de repensar alianzas, de renovar las formas de organización y el lenguaje político.

4. Para continuar y profundizar ese debate, los partidos presentes en la reunión de Sao Paulo decidieron convocar un nuevo encuentro para 1991, en la Ciudad de

México. Se decidió, igualmente, crear un Grupo de Trabajo (GT) que asegurase las relaciones de los partidos entre un encuentro y otro. A partir de México esa articulación de partidos pasó a llamarse Foro de Sao Paulo, evocando el encuentro de 1990. Es responsabilidad del GT, a partir de 1991, preparar política y organizativamente los Encuentros, proponer las normas para la participación de partidos y movimientos en el Foro, organizar seminarios temáticos de profundización y coordinación de iniciativas entre una reunión y otra. Después del Segundo Encuentro de México (junio/1991), el Foro realizó Encuentros en Managua (julio/1992), en La Habana (julio/1993), Montevideo (mayo/1995) y San Salvador (julio/1996).

5. El Encuentro de Sao Paulo se realizó en una coyuntura crucial para las izquierdas, por un lado las profundas transformaciones derivadas del avance que en las últimas décadas ha ido presentando el proceso de internacionalización del gran capital y de la economía mundial, el cual se ha expresado en una creciente transnacionalización, junto al surgimiento de un nuevo modelo de acumulación de capitales y el afianzamiento de importantes modificaciones en el sistema de dominación mundial. Por otro, desde 1985 venían ocurriendo profundos cambios en la Unión Soviética y los países del este europeo. En 1989 ese proceso desembocaría en el derrumbe del Muro de Berlín, episodio emblemático de la crisis de los modelos socialistas del Este de Europa, que culminaría con la autodisolución de la URSS en diciembre de 1991. A su vez la República Popular China emprendía un vasto programa de reformas económicas con la apertura de sus fronteras al masivo ingreso de capitales internacionales y con la adopción creciente de mecanismos de libre mercado. En Europa Occidental por su parte se asistía a un viraje en la orientación de los partidos socialdemócratas, que abandonaron las políticas de estado de bienestar social, implementadas sobre todo, después de la Segunda Guerra Mundial.

6. Coincidiendo con la crisis de los procesos de construcción del socialismo y de la socialdemocracia, y en cierta medida, en relación con ella, el capitalismo pasaba por transformaciones profundas. A partir de los años 70 ocurrió un incremento extraordinario de la internacionalización no sólo de los procesos productivos como, sobretodo, del capital financiero. Esta globalización, palabra cada vez más incorporada al vocabulario político, que amerita un análisis más profundo sobre sus alcances ideológicos y políticos (1); fue acompañada e impulsada por profundas transformaciones tecnológicas, sobre todo en el plano de la información y de la comunicación. Se puede hasta hablar de la tercera revolución industrial. Para la izquierda, resulta fundamental la compresión de estos fenómenos, por las mutaciones que provocan en el medio y con los actores sociales con que desarrolla su actividad. Todas éstas transformaciones transcurren bajo el contexto del proceso denominado"globalización"., el que a través del neoliberalismo, implica un nuevo"internacionalismo liberal "" que combina nociones y practicas económicas,

políticas, militares y culturales, sustentadas en los avances sin precedentes de la Revolución Cientifico-técnica y el fin de la bipolaridad. Pero que, ante todo alienta o implica de hecho la aceptación de dicha realidad y sus consecuencias generales como incambiables. Algo así como una versión de"el fin de la historia". (1) En el entendido que se debe profundizar, en relación al tema el VI Encuentro en San Salvador consideró:"... este proceso de globalización transcurre bajo la hegemonía de las principales fuerzas capitalistas mundiales, y es por eso sumamente contradictorio y conflictivo. Mientras, por un lado, presenta avances, posibilidades y oportunidades para escalar a nuevos niveles de progreso y desarrollo, por otro, incrementa las desigualdades y polarizaciones, acelera la destrucción de la naturaleza"... el mundo en que vivimos no está totalmente globalizado, sino regionalizado en bloques económicos. La regionalización continuará siendo una poderosa tendencia y además es necesaria para los países del Sur, ya sea para frenar las ambiciones expansivas de los Estados y corporaciones transnacionales más desarrollados y poderosos y/o para compensar los contradictorios desequilibrios y desigualdades del actual curso de las cosas en el mundo o mejorar las condiciones y posibilidades de cada uno de ellos en su inevitable inmersión en la globalización"."... estamos lejos de considerar que el mundo contradictorio, conflictivo y en globalización solamente ofrece desventajas y amenazas para nuestros países y distamos mucho de creer que el mejor consejo sea aislarnos. Este mundo de hoy ofrece muchas oportunidades y ventajas para el desarrollo, pero ello exige el diseño de proyectos nacionales alternativos, capaces de generar el más amplio consenso y comprometimiento, que contemplen la integración regional y relaciones económicas y políticas con todos los bloques, y países por separado, que permita aprovechar las diferencias ventajosas entre unos y otros".

7. El proceso de transnacionalización operado tiene como eje económico un importante desarrollo de la autonomía que ha adquirido el capital financiero, cuya aplicación ha tenido preeminencia en el aspecto especulativo más que en el productivo. Esto ha conducido a una reestructuración de las relaciones entre las grandes potencias y de éstas con los países subdesarrollados. De tal manera dicha concentración del poder económico y político mundial determina un aumento de la brecha entre el mundo dominante y desarrollado y el dependiente y subdesarrollado. En este nuevo esquema lo nacional y lo bilateral quedan fuertemente subordinados a lo transnacional.

8. El incremento de la injerencia y el intervencionismo de los países industrializados en la periferia esta destinado a provocar la desestructuración nacional, social y cultural que demanda el nuevo modelo de acumulación. Adicionalmente, las nuevas tecnologías provocan otros cambios en la relación entre el Norte y el Sur, por la erosión de las llamadas ventajas comparativas ----resultante de la intensificación de los procesos productivos--, el incremento del intercambio desigual y el surgimiento de productos que disminuyen (o sustituyen) la demanda de muchos

rubros tradicionales de exportación del Tercer Mundo.

9. La crisis de la Deuda Externa, impactó al Sistema Financiero Internacional, estalló en medio del proceso de recomposición de las relaciones mundiales. Esa coyuntura, que abrió la oportunidad para constituir un frente de deudores que permitiera luchar por un orden internacional más justo y cambiar la correlación internacional de fuerzas, que ya se venía incubando, fue desaprovechada. El chantaje en torno a la permanente renegociación de la deuda se transformó en uno de los medios fundamentales de los centros de poder y de los organismos económicos multilaterales para financiar las transformaciones de la economía mundial y en un instrumento de mayor penetración y subordinación para imponer los ajustes neoliberales. En el marco de esta crisis el Plan Brady jugó un papel crucial. La política impulsada por los países acreedores obligó a los países deudores a atar su enorme deuda externa de los años 70 a una reestructura de la misma. De este modo la Banca Transnacional acreedora además de por lo menos cobrar una parte de ella, pudo traspasar otra parte a tenedores de bonos públicos en la perspectiva de posteriores emisiones que pretenden asegurar como nunca la continuidad de su pago. A la vez los Organismos Internacionales ligaron la concesión de créditos a medidas de política económica centradas en la Reforma del Estado, su desregulación y apertura externa, aumentando su vulnerabilidad y dependencia.

10. Las potencias industrializadas aprovecharon los cambios en la correlación mundial para afianzar el nuevo sistema de relaciones internacionales. A través del neoliberalismo tratan de imponer al mundo el concepto de soberanía limitada; la ampliación de los mecanismos supranacionales coercitivos; la desregulación de la economía y la apertura indiscriminada al comercio y las inversiones; la reestructuración del Estado y la redefinición de sus relaciones con el mercado - mediante las privatizaciones y otros medios--; la implantación de un modelo de"control social"que garantice la concentración de la riqueza y, una versión de democracia y derechos humanos que limite las libertades políticas al ejercicio del voto en elecciones que no interfieran con el ajuste, al tiempo que considera a los derechos económicos y sociales como"costos"que afectan la competitividad de la nación.

11. En el"Nuevo Orden Mundial", los poderosos se abrogan el derecho de establecer cláusulas de condicionalidad a los acuerdos comerciales y de cooperación, así como imponen las pautas para determinar que naciones subdesarrolladas son elegibles para recibir créditos y cooperación. La Ley Helms-Burton y la política estadounidense de emitir certificaciones de buena o mala conducta, resaltan entre de las expresiones mas descarnadas de las nuevas formas de injerencia.

12. El neoliberalismo es simultáneamente la reestructuración del poder económico

y político del capital y el intento de desestructurar a los viejos y los nuevos sujetos sociales excluidos del sistema. Se trata de un cambio de reglas de dominación que fragmenta, atomiza y desmoviliza con mas eficacia a los sujetos sociales que tradicionalmente representaron la alternativa al sistema. Esta fragmentación hace aun mas complejas las condiciones para la articulación de procesos de transformación política, económica y social, imprescindibles para romper el circulo vicioso de la dependencia y el subdesarrollo en nuestras naciones.

13. En el proceso de fragmentación de los sujetos sociales alternativos, resalta el papel que juega el desempleo. La expulsión de la fuerza de trabajo ya no es solo una consecuencia de periodos de recesión, sino que se convirtió en un fenómeno estructural. La desocupación, salvo contadas excepciones, aumenta incluso en los momentos de expansión económica, debido a que su crecimiento se convirtió en una premisa para la reproducción del capital.

14. La reproducción del capital paso a asentarse fundamentalmente en la esfera financiera especulativa y en la intensificación de los procesos productivos, modalidades que expulsan fuerza de trabajo. La exclusión creciente se convirtió en la premisa de la competitividad y la ganancia, circulo vicioso que cierra cada día mas el ciclo empleo-producción-consumo y conduce a la explotación irracional de los recursos naturales renovables y no renovables del planeta.

15. Con el aumento del desempleo y la reestructuración de los procesos productivos, el capitalismo exacerba un fenómeno que el pensamiento socialista ya había detectado en el siglo XIX: la intensificación de la competencia entre los trabajadores y la agudización de sus diversidades especificas. Las formas clásicas de socialización obrera --sindicatos y partidos principalmente-- son duramente afectadas por todos esos fenómenos. Se asiste a una tendencia mundial, más o menos generalizada, hacia la caída de las tasas de sindicalización.

16. Los fundamentalistas del neoliberalismo intentaron, con algún éxito, quebrar las resistencias a su proyecto, reprimiendo a los sindicatos, las huelgas y otras formas de movilización. Eso reforzó su triunfalismo y les permitió exhibir un optimismo que hace muchas décadas no poseían.

17. Por otra parte, el fracaso de la principal experiencia mundial alternativa al capitalismo fue utilizado por los ideólogos del neoliberalismo para intentar convencer al mundo de la imposibilidad de ejecutar cualquier tipo de proyecto antineoliberal. Sin embargo, países como Cuba y Viet Nam, iniciaron procesos, de acuerdo a sus peculiaridades, destinados a adecuarse a los retos de la nueva coyuntura internacional.

18. Una gran parte de los partidos socialistas en el poder comenzaron a aplicar

ajustes de inspiración neoliberal. Esas políticas crearon conflictos con las bases populares y sindicales de la socialdemocracia, al hacer crecer el desempleo y debilitar los mecanismos de protección social. Esa inflexión programática alcanzó inclusive a algunos partidos socialdemócratas en la oposición. Las políticas de pleno empleo, hasta entonces una idea-fuerza de la socialdemocracia, fueron abandonadas.

19. Las izquierdas en todo el mundo sufrieron un fuerte impacto con la crisis de dos de los paradigmas que mas las habían influenciado en el siglo XX: la socialdemocracia y el comunismo. El efecto se hizo sentir inclusive en aquellas organizaciones que, en mayor o menor medida, mantenían distancia en relación a ambos. No se puede olvidar el peso que esas referencias tuvieron en la cultura política de las izquierdas, aunque fueran valoradas, como frecuentemente ocurrió, desde una perspectiva crítica, que dieron lugar a nuevas formulaciones teóricas y de acción política.

20. Con la desaparición de la URSS, el fin de la bipolaridad y de la"Guerra Fría", se comenzó a diseñar un"nuevo orden internacional". La expresión, utilizada por el presidente Bush después de la Guerra del Golfo, traducía el triunfalismo del imperio con la derrota incruenta de su enemigo de más de cuarenta años. Los Estados Unidos pasaron a tener una preeminencia política, militar y económica jamás antes alcanzada. La hegemonía norteamericana se reforzó con los impases de las organizaciones multilaterales que supuestamente hubieran podido establecer un cierto equilibrio en las relaciones internacionales, como es el caso de las Naciones Unidas. Los escenarios fundamentales de decisión sobre la economía y la política mundiales pasaron a ser organismos como el G-7, el FMI, el Banco Mundial y la Organización Mundial del Comercio. En todas ellas el peso de los Estados Unidos es enorme.

21. La creciente globalización productiva y financiera y la exacerbación de la competencia internacional, acentuada con la emergencia de nuevas economías industriales en Asia, tuvieron un fuerte impacto en la división internacional del trabajo. Las economías nacionales, incluso en los países industrialmente avanzados, quedaron más subordinadas a los condicionamientos internacionales. La crisis fiscal de los Estados se agravó. Para adaptarse a las nuevas reglas del mercado mundial, impuestas o no por organismos supranacionales, los gobiernos realizaron drásticas reformas de sus Estados, implementando programas de privatización y cortes sustanciales en las políticas de bienestar que el movimiento obrero había impuesto en la posguerra. Las privatizaciones no obedecieron a estrategias de política industrial, menos aún a nuevos proyectos de desarrollo, siendo resultado de la prioridad dada al ajuste, y contribuyendo a la concentración del capital, la extranjerización de la economía y la exacerbación del viejo fenómeno de la corrupción, y, estimulando la creación de nuevos monopolios privados,

alejando la posibilidad de control de la economía por parte del conjunto de la sociedad.

22. El combate a la inflación y la búsqueda de la estabilidad monetaria se transformaron en valores supremos. El crecimiento sobre todo para los países subdesarrollados, dejó de ser una prioridad. Las políticas de ajuste fueron facilitadas por los profundos cambios ocurridos en el mundo del trabajo y por la configuración de una nueva geografía productiva del capitalismo. Las innovaciones tecnológicas sin precedentes en el uso de materiales y en los procesos productivos, no sólo provocaron un aumento de la productividad, sino que también alteraron la composición misma de las clases trabajadoras.

23. La nueva geografía industrial generada por la globalización, favorecida por sofisticadas técnicas de información, crea nuevos polos productivos allí donde existan condiciones para su implantación, sobre todo debido a las posibilidades de super explotación de la fuerza de trabajo. Pero, al mismo tiempo, la globalización desindustrializa otras regiones, lanzando decenas de millones de hombres y mujeres al desempleo y la marginalidad. La tercerización, el regreso al trabajo doméstico, el trabajo infantil e incluso el resurgimiento de la esclavitud y la semi-esclavitud, junto a los cambios en el proceso de trabajo, contribuyen a la fragmentación de los trabajadores y del conjunto de la sociedad.

Las clases dominantes intentan imponer en todas partes la desregulación y/o la"flexibilización"del trabajo, lo que implica la expansión de los empleos temporales y precarios que no están sujetos a las protecciones sociales y previsionales que el movimiento obrero conquistó durante sus luchas a lo largo de todo el siglo XX. No sólo hubo un incremento del desempleo, como un deterioro de la calidad del trabajo.

24. No obstante las muchas dificultades existentes, la lucha de clases no se acabo y el movimiento obrero continua siendo un factor importante en los procesos sociales y políticos, si bien diverso y en recomposición de sus organizaciones de lucha, al mismo tiempo que surgen y se consolidan nuevos movimientos de los oprimidos y los excluidos, de los cuales emana la posibilidad de construir un nuevo universalismo unificador.

II. AMERICA LATINA Y EL CARIBE EN EL UMBRAL DEL SIGLO XXI

25. Las tendencias generales del escenario económico, político y social del continente exigen obviamente un análisis más detallado y particularizado que explique las complejidad de los profundos cambios en curso y contemple las diversidad regionales y nacionales.

26. A través de las dictaduras militares, en algunos casos, y del autoritarismo, en

otros, en América Latina y el Caribe se impuso la"disciplina social"necesaria para hacer recaer sobre los pueblos el peso del ajuste estructural.

27. En América Latina, las dictaduras militares fueron llegando a su final y se abrió cauce a procesos de transición.; la que muchas veces debió realizarse a través de pactos y compromisos con el antiguo régimen dejando una herencia autoritaria, no transcurriendo como hubiesen querido las fuerzas democráticas y generando a veces divergencias entre ellas acerca de cómo encarar la salida institucional. Pero la transición -que, transcurrió bajo condiciones diferentes según los países, con mayor o menor peso de las fuerzas populares y de izquierda- significó para los pueblos que padecieron crueles dictaduras un cambio sustancial.

28. Si bien las políticas neoliberales que se aplicaron luego en la mayoría de los países defraudaron las expectativas populares en la medida en que no se dio satisfacción a los legítimos reclamos de justicia social de las grandes mayorías, la restauración de la democracia significó para millones de latinoamericanos de varios países el fin de las torturas, las muertes, las persecuciones, las proscripciones, el exilio político y el terrorismo de Estado. Pero significó, además, un nuevo escenario para luchar en mejores condiciones por las transformaciones sociales que la derecha resiste.

29. Más allá de los resabios autoritarios más o menos latentes en todos nuestros países tras la caída de las dictaduras, el advenimiento de las aperturas democráticas fue por sobre todo una conquista de los pueblos y de las fuerzas democráticas, con un protagonismo determinante -del que nos enorgullecemos- de las organizaciones de izquierda, que pagaron un alto precio en la reconquista de las libertades. No valorar estos aspectos equivaldría a cuestionar nuestras posibilidades de protagonismo en la profundización de los procesos democráticos abiertos en el continente tras la caída de las dictaduras.

30. Urgidos de un modelo de recambio, las elites del subcontinente asumieron al neoliberalismo como propio, en parte por presiones externas, pero también con una elevada cuota de complicidad.

31. En diversos sectores se fortalece la comprensión de que el neoliberalismo no es una estrategia de verdadero desarrollo, sino constituye un esquema funcional a los intereses estratégicos de las grandes potencias, que perpetua y agudiza el subdesarrollo e impone un patrón de acumulación altamente concentrador y excluyente.

32. Las políticas sociales -que en el modelo desarrollista cumplían la función de contribuir a la reproducción de la fuerza de trabajo (mediante la capacitación, la salud y otras prestaciones)-, se convierten en"costos"que afectan a

la"competitividad"de la nación. Los gobiernos abandonan los conceptos de desarrollo social y justicia social y abrazan el criterio neoliberal de"asistencialismo focalizado", dirigido exclusivamente a las franjas de extrema pobreza cuya explosividad puede hacer peligrar el sistema, así como lo utilizan para el clientelismo político.

33. Los fraudes que acompañaron de manera general a las privatizaciones beneficiaron a grupos empresariales nacionales e internacionales y a camarillas incrustadas en los gobiernos, muchas veces compuestas por familiares de presidentes y ministros. Las empresas estatales fueron vendidas, en general, a precios mucho mas bajos y frecuentemente en cambio de"monedas podridas", (distintos títulos de deuda con valor real por debajo de su valor nominal).

34. Los gobiernos justificaron esas privatizaciones con un discurso: 1) contra la existencia de monopolios, (en el caso de los estatales), 2) en favor de una mejor atención a los consumidores y usuarios, a partir del criterio de que los servicios públicos en general eran de pésima calidad y 3) para proponer un nuevo papel del Estado; este debería ocuparse de cuestiones importantes como la salud y la educación, en vista de que los recursos obtenidos con la venta de las empresas serian supuestamente utilizados, por lo menos en parte, en políticas sociales. El resultado fue otro. Los monopolios estatales fueron sustituidos por monopolios privados y, en algunos casos --suprema ironía-- por monopolios estatales europeos. La calidad de los servicios privatizados se mantuvo en algunos casos inalterada y en otros se deterioro. Mientras tanto, las tarifas que la población paga por ellos crecieron sustancialmente.

35. Los procesos de absorción implicaron la liquidación de la investigación tecnológica nacional, sustituida por la tecnología importada. Implicaron igualmente procesos de"racionalización"empresarial que provocan un incremento del desempleo y de la exclusión social, fenómeno grave en una región marcada por seculares desigualdades sociales. En otros casos, las industrias simplemente se transformaron en firmas importadoras. La educación y salud se privatizaron. Las que quedan bajo la órbita estatal se rigen por el criterio de rentabilidad empresarial que atentan contra los modelos pedagógicos socializadores del saber y, en la salud, contra su esencia solidaria. Lo mismo ocurre en la Seguridad Social, agravado con la entrega al capital privado de los fondos de jubilaciones y pensiones. Ya vivimos el mundo de los"post-pensionados"que cometieron el"error"de vivir muchos años.

36. El abandono de políticas industriales activas --consideradas ahora como"cosas del pasado"-- la apertura salvaje y la revalorización artificial de las monedas nacionales frente al dólar, contribuyeron al deterioro del comercio exterior de la mayoría de los países del continente, que pasaron a producir sucesivos y crecientes déficits. Esos déficits comerciales afectan la balanza de pagos, situación que se

agrava teniendo en cuenta los compromisos de la deuda externa en constante expansión.

37. Con el objetivo de sustentar la existencia de reservas de divisas necesarias para mantener la relación entre la moneda nacional y el dólar, y para compensar las perdidas que la apertura provoca en la balanza comercial, los gobiernos nacionales salieron desesperadamente en busca de capitales internacionales, generalmente especulativos.

38. Un deterioro de las finanzas externas podría repetir los graves acontecimientos de diciembre de 1994 en México, con imprevisibles consecuencias para el sistema financiero internacional, además de las repercusiones sociales y políticas que tendría en los países afectados. Tal como ocurrió con el"efecto Tequila", una nueva crisis, originada inicialmente en una economía nacional, se puede extender rápidamente a una gran parte del continente y hacia otras regiones del mundo".

39. Los capitales de corto plazo --conocidos como capitales golondrinas-- solo vienen hacia América Latina y el Caribe si son generosamente remunerados, pues enfrentan el alto riesgo que representa operar en las economías emergentes de la región, dentro de un contexto en que los flujos de capitales se concentran en los países desarrollados. Por tanto es necesario imponer altas tasas de intereses. Pero los intereses elevados inhiben la producción y estimulan la especulación financiera. Contribuyen al mismo tiempo al crecimiento de la deuda interna. Para que el tipo de cambio que opera en el momento del ingreso de capitales no aumente el circulante, alimentando nuevas presiones inflacionarias, los gobiernos quedan condicionados a emitir títulos públicos que agravan el déficit interno, sobretodo porque se trata de bonos de corto plazo. Hay países que tienen casi el 50% de sus ingresos presupuestales comprometidos con el pago del servicio de la deuda interna.

40. Para atraer capitales productivos, de largo plazo, una gran parte de los gobiernos nacionales, así como en el interior de los países y regiones, se multiplican los favores y ventajas que no se ofrecen a los inversionistas nacionales. Muchos de esas inversiones --por el nivel de sofisticación tecnológica que poseen-- producen un numero irrisorio de empleos directos o indirectos. Son cada vez mas frecuentes, en los procesos de atracción de las empresas transnacionales, las exenciones de impuestos por 20 o 30 años, la construcción integral de infraestructura, a veces compleja, los créditos voluminosos a los intereses subsidiados, además de la ya mencionada"flexibilizaron"del trabajo.

41. La apertura salvaje tuvo efectos semejantes sobre la agricultura, sobre todo a los pequeños y medianos productores, aunque no solo a ellos. Ese hecho fue acompañado de políticas de contrarreforma agraria en varios países, como fue

sobretodo el caso mexicano, y se tradujo en la incapacidad de otros gobiernos, como el brasileño, de enfrentar la cuestión de la tenencia de la tierra. La consecuencia de esa tendencia regresiva fue el agravamiento de la crisis en los campos del continente y el (re)surgimiento de movimientos agrarios, como ilustran los ejemplos del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra en Brasil, las marchas campesinas en Colombia, la lucha del movimiento indígena en Ecuador, de los campesinos en Paraguay y la propia insurgencia zapatista en México.

42. A pesar que la economía de América Latina y el Caribe ha crecido 3,5% en 1996, las cifras oficiales de desempleo llegan al 8%, bastante superior a las estadísticas de 1990 (6%). Esas cifras constan en las estadísticas del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), presentadas en su ultima reunión anual, en Barcelona. Según algunos observadores, es necesario un crecimiento anual superior al 5% del PIB para que el desempleo se estabilice. Es importante señalar que las estadísticas del desempleo subestiman la amplitud del fenómeno y ocultan situaciones bastante mas dramáticas como las de los grandes centros urbanos -- Buenos Aires, México, Sao Paulo, Bogotá, Lima, entre otros-- donde las cifras pueden llegar al 20% o mas. Esa situación se repite también en muchos estados/ provincias, o alimenta fuertes movimientos de carácter regional, como es el caso de Argentina.

43. Para cumplir un programa tan radicalmente antipopular los gobiernos mediante sus políticas neoliberales utilizaron una serie de instrumentos tendientes a concretar la desestructuración social y política de los trabajadores. Son frecuentes las políticas de desregulación y"flexibilización"del trabajo, lo que significa eliminar a los trabajadores garantías mínimas que fueron conquistadas en décadas de lucha y consagradas en las legislaciones de muchos piases. Además del desempleo, esta la precarización del empleo.

44. En ese contexto, los sindicatos y las organizaciones populares pasaron a ser"disfuncionales"al modelo, un obstáculo a esas políticas de inspiración neoliberal. Son estigmatizados como instituciones"del pasado", defensoras de"privilegios", que desarrollan una resistencia"puramente corporativa", incompatible con los tiempos de la"modernidad"y de la"globalización". La defensa de valores nacionales y de la solidaridad social paso a ser algo sumamente"arcaico". Los gobernantes del actual periodo de ajustes, las elites que los sustentan y los poderosos medios de comunicación de los que se sirven, desarrollan una ofensiva para fortalecer sus nuevos valores y, sobre todo, descalificar y deslegitimar a la oposición. En algunos casos, se trata de criminalizarlas.

45. El actual modo de gobernar tiene un fuerte componente antidemocrático. Para vencer las resistencias de la sociedad y los parlamentos a su política, los presidentes tienden a reforzar el papel del Ejecutivo, gobernando por decreto;

sometiendo a los Poderes Legislativos y Judiciales, a todo tipo de presiones y chantajes, que limitan su autonomía. En los países de régimen federativo, se manifiesta una tendencia de hipertrofia del poder de la unión, restringiendo la capacidad de decisión de estados/provincias y municipios, en nombre de una nueva"racionalidad"económica. Los gobiernos centrales reproducen internamente en relación a los gobiernos regionales y municipales los mismos comportamientos que los organismos como el FMI, el Banco Mundial y otros que tienen relación con los Estados nacionales.

46. La aceptación de esas políticas reduce el margen de maniobra de los gobiernos nacionales. Estos pasan a depender crecientemente de apoyos externos, sobre todo de las agencias que monitorean los programas de ajuste y de las empresas multinacionales que exigen condiciones cada vez mas estrictas para invertir. Para atraer capitales especulativos o inversiones productivas, los gobiernos desarrollan estrategias de subordinación jamas vistas. La política exterior virtualmente desaparece, como proceso a través del cual el Estado nacional afirma su presencia soberana en el mundo, consciente de los limites y de las posibilidades de su intervención. La diplomacia se transforma en una operación de venta de imagen del país en el mundo, operada por presidentes transformados en gerentes de marketing de sus gobiernos. La política queda totalmente sometida a supuestas conveniencias económicas. No se trata, por tanto, de atribuir a los"agentes externos"las vicisitudes vividas por los gobiernos nacionales de una gran parte del continente. Lo que ocurre es un proceso de servilismo voluntario de las elites locales.

47. Los programas de estabilización son construidos de tal forma, que cualquier critica se transforma en amenaza a su continuidad y en objeto de chantaje político. O se va a favor del ajuste, tal como este esta siendo aplicado o se esta"contra el país". Expresión de esa situación fue en los últimos años los movimientos por la reelección de los presidentes de varios países, como lo demuestran los ejemplos de Fujimori en Perú, Menem en Argentina y, mas reciente, la aprobación de la enmienda constitucional que permite la reelección en Brasil. La discusión sobre la necesidad de la"continuidad administrativa"requerida para el combate a la inflación, viene acompañada del chantaje ejercido por los medios financieros internacionales.

48. El Foro de Sao Paulo desde sus inicios destacó la importancia de la lucha por la democracia política como un producto histórico del combate de los pueblos. Afirmó en el IV Encuentro la necesidad de profundizar la democracia a través de la combinación de mecanismos representativos y formas de democracia participativa y directa integrando luchas institucionales con luchas sociales. Fenómenos contemporáneos como la perdida de representatividad y legitimidad de los Partidos políticos; la falta de transparencia y garantías de procesos electorales, el abstencionismo, los escándalos de corrupción, y prácticas demagógicas que

intentan capitalizar la frustración y decepción de los pueblos, tienden a asociarse a la vida democrática, debilitando su credibilidad. Los partidos y fuerzas políticas deben profundizar el examen de éstos fenómenos así como sus causas y formas de enfrentrarlos apuntando a que la lucha por profundizar la democracia sea también la lucha contra la corrupción y otras prácticas nefastas.

49. En la subregión caribeña aun se mantienen enclaves coloniales reminiscentes de las mas retrogradas formas de dominación y explotación. Tales con los casos de Puerto Rico, Martinica, Guadalupe, la Guayana Francesa y las Islas Vírgenes de Estados Unidos y las británicas. Las pequeñas naciones del Caribe, en conjunto, sufren con particular crudeza los embates de la globalización neoliberal y de la inflexibilidad e insensibilidad de la política de la Unión Europea y de los Estados Unidos, pues sus intereses se ven directamente afectados por la rivalidad interimperialista, como sucede en torno al tema del banano, así como por la política antiinmigrante de esas naciones y las presiones estadounidenses para que"completen"el proceso de apertura unilateral.

50. En las naciones en las que la izquierda se consolida como una real alternativa de gobierno, constatamos la agregación pragmática de las fuerzas políticas tradicionales para garantizar la continuidad del modelo neoliberal, así como evitar el triunfo de las fuerzas populares. Debemos tener presente que en el pasado reciente las tentativas de resolver la crisis del Estado y el problema del financiamiento del desarrollo a través de la inflación fueron catastróficas. La inflación, combinada con los procesos recesivos, tuvo consecuencias altamente desestabilizadoras desde el punto de vista económico, social y político y que en ese marco se estimuló el surgimiento de"hombres providenciales", como lo fueron en su momento Salinas, Collor de Mello, Fujimori, Menen y Fernando Henrique Cardoso, con sus programas de estabilización de perversas consecuencias sociales y nacionales en el mediano y largo plazo.

51. La eventualidad de una victoria de la oposición es presentada como el preludio del"caos", momento en que ocurrirán fugas masivas de capitales, que inviabilizan la continuidad del combate a la inflación. El fantasma del"regreso al pasado"ha sido utilizado exitosamente. Todo sucede, como si en ese"pasado", las izquierdas hubieran gobernado a la gran mayoría de los países de América Latina y el Caribe. Las elites, hoy convertidas al neoliberalismo, intentan esconder el hecho de que fueron ellas las que detentaron el poder en el continente y las que mas se beneficiaron de las políticas que ahora tanto critican.

III. LA POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS HACIA AMERICA LATINA

52. La recomposición de las relaciones entre los grandes bloques políticos y económicos del mundo, así como de estos con las naciones de la periferia,

transcurre en medio de un accidentado y contradictorio proceso de cooperación y competencia entre los mismos. En este proceso se entremezclan los intereses conjuntos de los Estados Unidos, la Unión Europea y Japón -por su condición común de grandes potencias frente al resto del mundo--, con los intereses particulares de cada uno de ellos, derivados de su condición de competidores entre si.

53. En el caso de América Latina y el Caribe, la incidencia de la política de los Estados Unidos hacia la región, constituye un obligado punto de referencia, por el hecho de compartir su espacio hemisférico con un país que considera a la región como su espacio geopolítico propio e incuestionable.

54. En los momentos en que surgió el Foro de Sao Paulo, el imperialismo norteamericano concentraba sus esfuerzos en la guerra sucia contra la Revolución Popular Sandinista y el apuntalamiento de los regímenes dictatoriales en El Salvador y Guatemala, al mismo tiempo que continuaba desarrollando su política injerencista y contrainsurgente en el resto de los países de la región. Cuba no sólo enfrentaba el recrudecimiento del bloqueo y la hostilidad, sino que estaba a punto de perder el sistema de relaciones económicas, comerciales, financieras y de colaboración, construido durante décadas y que representaba el 85% de sus intercambios externos. Muchos pensaban que seria un golpe mortal para la Revolución Cubana. Fue durante esta etapa, bajo los mandatos de Ronald Reagan, que en los Estados Unidos se establecieron las bases de una política hemisférica bipartidista fundada en las líneas generales de los documentos de Santa Fe.

55. Actualmente, Estados Unidos se encuentra en una fase de rearticulación del sistema de relaciones interamericanas. Tal proceso tuvo su clímax en la llamada"Cumbre de las Américas", celebrada en Miami en diciembre de 1995, ocasión en que los mandatarios del continente --con la excepción de Cuba-- suscribieron un conjunto de acuerdos que constituyen un código de conducta obligatorio en prácticamente todas las esferas de la vida nacional.

56. La nueva política de los Estados Unidos esta orientada a: contener el aumento de la penetración comercial e inversionista de la Unión Europea y los países de la Cuenca del Pacifico en América Latina y el Caribe; impulsar la creación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio para prevalecer en los mercados de la región con sus productos; reforzar el compromiso de las elites con los ajustes neoliberales; controlar los excesos desestabilizadores de la política económica antipopular; profundizar y diversificar las presiones y agresiones destinadas a intentar la destrucción de la Revolución Cubana y, evitar el eventual desencadenamiento de estallidos sociales.

57. Con el fin de la"Guerra Fría", los Estados Unidos pretenden atribuir nuevas funciones a las fuerzas armadas de América Latina, consideradas por ellos hasta

entonces como reserva estratégica en su enfrentamiento al comunismo. Se trata, según los estrategas del Departamento de Defensa, de atribuir a los ejércitos latinoamericanos las funciones de policías en la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo. Esa tesis enfrenta una fuerte resistencia entre los militares latinoamericanos, ya sea entre los sectores nacionalistas de derecha, nostálgicos de las dictaduras, o entre las corrientes democráticas de las Fuerzas Armadas, por la preservación de la soberanía nacional.

58. El proyecto estadounidense para la creación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio esta basado en la negociación del ingreso casuístico de cada nación latinoamericana al actual Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC), en contraposición al procedimiento defendido por varios gobiernos latinoamericanos, de que sea una negociación entre el TLC y cada uno de los bloques subrregionales en desarrollo y consolidación. El enfoque del gobierno de los Estados Unidos esta orientado a la desintegración y dispersión de las naciones latinoamericanas y caribeñas, al tiempo que acentuaría aun mas la asimetría en el pretendido pacto.

59. En el plano económico, las relaciones de los Estados Unidos con América Latina y el Caribe también sufrieron importantes cambios. Hace pocos años, esas regiones eran áreas de cierta importancia en lo referido a las exportaciones de capitales, pero tenían una significación comercial relativamente pequeña en el comercio global de los Estados Unidos. Muchas economías latinoamericanas mantenían relaciones comerciales superavitarias con los Estados Unidos. Esa situación sufrió cambios relevantes. Los Estados Unidos tiene crecientes superávits comerciales con la región (US$ 16 mil millones, en 1996), como consecuencia de la política de apertura que ellos mismos fueron estimulando en los países del continente. Mientras pregonan el libre comercio, los Estados Unidos practican todo tipo de proteccionismo que impide la existencia de una reciprocidad comercial.

60. La arrogancia con que se comporta en los foros internacionales se traduce en presiones del gobierno de los Estados Unidos para que los países reduzcan mas las alicuotas de importación, adopten leyes de protección de la propiedad intelectual que solo favorecen a los países desarrollados o abran mas las políticas de control sobre las inversiones extranjeras. De la misma forma, utilizan las cláusulas sociales y ambientales -en principio correctas-- que comienzan a preocupar a todos los gobiernos del continente pero --que en ese contexto-son instrumentos neoproteccionistas disfrazados.

61. Las dificultades que presentan las negociaciones para la implantación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio son sintomáticas de las contradicciones de la política norteamericana en el continente y de los conflictos que ella engendra. Washington no quiere discutir las formas de proteccionismo que su país utiliza, pero tiene prisa en eliminar todas las barreras comerciales para inundar a los países del

continente con sus mercancías y provocar la destrucción de mas sectores productivos de la industria y la agricultura. El ingreso de Chile al TLC ha sido obstaculizado por el Congreso, que se rehusa a darle a Clinton la vía rápida (fast-track) necesaria para promover una política de integración negociada, a pesar de que ella seria dentro del marco de la hegemonía de los Estados Unidos.

62. Los Gobiernos del continente han defendido, aunque con vacilaciones, un proceso mas lento, precedido de la discusión sobre el proteccionismo estadounidense y que intente garantizar una adecuación de los sistemas productivos nacionales a las nuevas condiciones de competitividad que tal zona de libre comercio crearía. Esa posición es compartida inclusive por amplios sectores del empresariado ya en crisis por el modelo y que están temerosos de ser barridos por una política de apertura aún más salvaje.

63. Para afirmar las tendencias favorables a un verdadero proceso de integración regional, es preciso sacar el debate y la acción en curso de las manos de los banqueros, empresas transnacionales o de las burocracias de los bancos centrales, ministerios de Hacienda y de Relaciones Exteriores, para transformarlos en un punto central de la agenda de los pueblos. Algunas experiencias en curso de participación sindical sobre esos problemas revelan un camino a seguir. Una integración sólo es provechosa cuando los países que se integran son soberanos y cuando esa soberanía esta garantizada y basada en una intensa participación popular en las decisiones tanto de política interna como de política externa.

64. La formación de otros bloques -la Unión Europea y el de los países asiáticos-y los conflictos objetivos que ellos mantienen con los Estados Unidos, además de las propias dificultades que Washington enfrenta para mantener y ampliar el TLC, abren espacios para una política mas diversificada por parte de los países latinoamericanos y del Caribe, que rompa con la supervivencia de las"relaciones carnales"con los Estados Unidos, de acuerdo con la definición del Ministro de Relaciones Exteriores argentino hace algunos años.

65. Nuevos temas acabaron por ser incorporados a la agenda exterior de los Estados Unidos, como el problema del narcotráfico, el terrorismo y los asuntos relacionados con la migración. Incapaces de controlar el consumo de drogas en su propio país, los Estados Unidos intentan intervenir directamente en la vida interna de los países del continente, supuestamente para impedir la producción de las drogas. Washington se da el lujo de emitir certificados de buena (o mala) conducta a los países del continente en función de la eficacia que sus gobiernos hayan demostrado en el combate a la producción y el tráfico de las drogas. Al mismo tiempo, promueven leyes"antiterroristas"--como en Perú, Colombia y Argentina--que en realidad buscan estigmatizar a cualquier militante social que promueva acciones que cuestionen las políticas neoliberales aplicadas por los gobiernos.

66. El tema de la migración también se convierte cada vez mas en una cuestión crucial. Mientras se impone a nuestras naciones la apertura indiscriminada a los flujos de capitales y mercancías --con un saldo neto de incremento del desempleo estructural--, se proscribe el flujo de la fuerza de trabajo, para evitar que emigre en busca de la subsistencia que el modelo le niega en su propio país. Las políticas de ajuste y la pauperización que le siguen el rastro provocan la tendencia a fuertes movimientos demográficos de poblaciones empobrecidas o sin perspectivas de vida, hacia los países desarrollados donde, supuestamente, existirían mejores oportunidades de empleo condiciones de vida, además de una mayor protección social. Ese fenómeno afecta no solamente a países cercanos a los Estados Unidos -- México, América Central y El Caribe-- sino igualmente a otras naciones que hasta hace muy poco no poseían una tradición migratoria, como es el caso de Brasil. La política de los Estados Unidos es no solo impedir la inmigración, sino introducir discriminaciones de todo tipo a los trabajadores indocumentados y ciudadanos con derechos adquiridos residentes en los Estados Unidos, para quienes comienzan a estar vedadas las políticas de protección social.

IV. LA CONSTRUCCIÓN DE POLÍTICAS ALTERNATIVAS

67. Al regresar a Brasil para realizar su VII Encuentro en Porto Alegre, la ciudad gobernada durante más de ocho años por el Partido de los Trabajadores, nos proponemos avanzar aún más en la construcción de la agenda y el programa de acción alternativos. Es justo reconocer que, aun con limitaciones, ya tenemos todo un acumulado que no existía al comenzar, sobre todo para definir estrategias y precisar propuestas, que desde los sectores populares enfrenten y derroten la ofensiva neoliberal. En el transcurso de estos siete años de vida del Foro, hemos ganado en comprensión acerca del neoliberalismo, que entonces parecía como un todo monolítico y amenazaba con aplastarnos irremediablemente. Hemos aprendido a evaluar de manera mas equilibrada y profunda sus contradicciones, aunque ese análisis no siempre se ha traducido en alternativas viables en el corto y el mediano plazo.

68. Junto a los problemas comunes que poseen los países de América Latina y el Caribe, se encuentran las particularidades nacionales y regionales, determinadas por especificidades y situaciones históricas concretas que deben ser respetadas, para evitar caer en simplificaciones y recetas. Sin embargo, es imprescindible encontrar políticas unificadoras. En la medida que avanza la"globalización desde los poderosos", se crean condiciones para"universalizar las luchas de los excluidos del sistema". Se hace evidente la necesidad de una"globalización"alternativa de los de abajo, por los de abajo y para los de abajo, que nos permita contar con suficiente energía, con el poder de convocatoria necesario, así como con la flexibilidad y la inteligencia requeridas para revertir de manera integral, la afrenta que supone para nuestros pueblos el"internacionalismo neoliberal".

69. Para eso necesitamos avanzar en la comprensión de nuevos requisitos:

Primero, realizar un esfuerzo intelectual y político para comprender las profundas transformaciones económicas, sociales, culturales, de comunicación, por las cuales atraviesa el mundo. Segundo, formular propuestas claras y consistentes, que establezcan una nítida división de aguas tanto con el viejo desarrollismo como con los ajustes neoliberales actuales, con la versión de"democracia con exclusión"que se nos pretende imponer, así como frente a los autoritarismos crecientes, mediante la formulación de propuestas alternativas encaminadas a la construcción de la verdadera democracia, con desarrollo sustentable, justicia social y equidad. Tercero, fortalecer a las organizaciones populares, al mismo tiempo que construimos instrumentos de participación política a la altura de los grandes desafíos que tenemos frente a nosotros. La historia de las luchas sociales y políticas nos muestran que en muchas circunstancias no disponemos de las herramientas a la altura de nuestros objetivos y, sobre todo, de las expectativas que las masas de trabajadores y de excluidos mantienen en relación a nuestros partidos y frentes. De nada valdrán nuestra formulaciones teóricas, si no disponemos de partidos y movimientos capaces cumplir eficientemente su función de intermediación social, de aglutinar los intereses de los excluidos en un programa en torno al cual se logre cimentar la unidad de acción política.

70. El cumplimiento de esos tres requisitos debe ser acompañado de un proceso más amplio de renovación y actualización de nuestra cultura política que abra camino para la invención y la creatividad política que siempre caracterizaron a las fuerzas auténticamente progresistas. Solamente así seremos capaces de retomar nuestro diálogo con la juventud y devolver a nuestros militantes la autoconfianza que en algunos momentos damos la impresión de haber perdido. Es paradójico que en este momento de dificultades provocadas por la ofensiva neoliberal, la acción de los partidos y movimientos populares y democráticos haya alcanzado un desarrollo sin precedente en la historia latinoamericana. Esos avances se expresan no solamente a través de nuestros resultados electorales, sino también en nuestra inserción en los movimientos sociales, en nuestra capacidad de gobernar ciudades y estados importantes y en la forma por la cual intervenimos en el debate político e ideológico de nuestro tiempo.

71. América Latina y el Caribe demandan alternativas que permitan superar la crisis actual y contribuyan a resolver los problemas estructurales acumulados durante décadas de subdesarrollo y dependencia. Se trata de elaborar proyectos que presuponen un crecimiento con redistribución de ingresos, que neutralicen las tendencias concentradoras y excluyentes de viejos modelos desarrollistas y el nuevo modelo neoliberal, mediante la promoción de propuestas de políticas económicas, con énfasis en lo productivo, una fuerte expansión del mercado interno

con una sólida política de exportaciones. Se trata de alternativas con una adecuada combinación de propuestas de solución a los problemas esenciales y de los que pueden ser abordados en una perspectiva mas inmediata.

72. Sin embargo, al mismo tiempo es imprescindible avanzar en programas de corto y mediano plazo, que nos permitan adelantar en lo inmediato iniciativas viables y soluciones efectivas para los graves problemas de nuestras sociedades, que en ningún caso deben comprometer el avance futuro hacia la solución de las grandes deformaciones estructurales que padecen nuestras naciones.

73. Algunos de los aspectos a tomar en consideración en los programas económicos pudieran ser: fortalecer el papel del Estado en la sociedad en favor de las mayorías; reestructurar y modernizar el aparato productivo para lograr una eficiencia que sustente el desarrollo estable del gasto social; preservar al máximo posible la socialización y el mantenimiento del control sobre el patrimonio nacional; otorgar la prioridad necesaria al papel de los resortes y los controles financieros; laborar en una reforma fiscal que contribuya a la estabilidad macroeconómica y fortalezca la moneda nacional en beneficio del pueblo; promover el marco jurídico necesario que permita desarrollar el mercado interno, las investigaciones, el desarrollo tecnológico y la planta industrial nacional; mantener y aumentar los mecanismos y las vías de redistribución del ingreso; trabajar por la integración regional y por un nuevo orden económico internacional y, auspiciar el rescate y la preservación del medio ambiente.

74. Hoy, en el centro del debate esta la cuestión de los recursos para el desarrollo y, por tanto, del fortalecimiento del papel del Estado y su financiamiento. Nuestra propuesta demanda una reforma del Estado destinada a dotar de mayor eficacia al sector publico, así como a redefinir sus funciones y tareas, para lograr su legitimación como mecanismo de asignación de recursos y de regulación socioeconómica. En este sentido, se torna imprescindible la recuperación de la capacidad operativa del Estado en la gestión de las políticas publicas; ello supone mantener y ampliar sus funciones económicas y sociales.

75. Una alternativa al neoliberalismo precisa de una propuesta de reestructuración y modernización del aparato productivo, condiciones indispensables para romper con siglos de subdesarrollo. La modernización productiva debe detener la creciente desindustrialización de las economías, auspiciando el desarrollo de la planta industrial y de la tecnología en correspondencia con las necesidades y potencialidades nacionales. Al mismo tiempo, las legislaciones en materia de comercio exterior e inversiones extranjeras, se encaminaran a propiciar la modernización productiva y el acceso a tecnologías y mercados, siempre en un marco legal que permita preservar e incluso potenciar los recursos naturales, industriales y humanos.

76. La reestructuración productiva permitirá definir estrategias para impulsar el desarrollo de áreas de punta, que nos permitan ingresar con un perfil propio en la economía internacional. Tendrá que combinar la capacidad de producir para satisfacer las necesidades básicas de las mayorías, con el avance de sectores tecnológicamente avanzados y altamente competitivos. Un aspecto esencial será buscar las vías para establecer un vinculo de cooperación --e incluso de integración-- allí donde sea posible, entre las zonas mas avanzadas y las mas rezagadas de la economía, lo que sin duda beneficiaria al conjunto de nuestras naciones, así como crearía las condiciones económicas y políticas para que esas estrategias tengan un consenso nacional y una continuidad que trascienda el corto periodo de un gobierno.

77. No es posible transformar el campo latinoamericano y caribeño sin una reestructuración que responda a la urgencia de satisfacer las necesidades alimentarias. Para ello es imprescindible lograr avances significativos en la redistribución y en el uso mas racional de la tierra; otorgar los créditos y la asesoría técnica que requiere el campesinado; promover el aumento de los empleos y los salarios, junto al desarrollo de los servicios, la urbanización y la promoción cultural de las áreas rurales, con lo cual se podrá contribuir a detener la emigración creciente de los pobladores del campo a las periferias de las grandes ciudades y lograr una revalorización del mercado interno de los productos agrícolas, que permita estimular los precios y el financiamiento de la actividad agraria.

78. Un aspecto esencial es la solución al problema de la deuda externa e interna. La evolución de este fenómeno en los últimos años pone de manifiesto el reconocimiento implícito de los duros condicionamientos que imponen la deuda, y lo nocivo que resultaron ser los mecanismos de cambio de deuda por"supuesta"inversión. La solución solo podrá ser resultado de una voluntad política que exprese una concertación de fuerzas nacionales e internacionales.

79. La inversión extranjera directa puede constituirse en un factor importante en la captación de nuevas tecnologías y en la apertura de mercados, pero necesita ser concebida como complementaria con la economía nacional y regional y, no como el eje de la acumulación. Ella no debe interferir en la capacidad para diseñar una política industrial y agrícola que defina las áreas de desarrollo estratégico, ni comprometer el control sobre los recursos naturales y mucho menos la soberanía y la seguridad económica del país.

80. Es importante combinar armónicamente la producción hacia los mercados interno y externo, así como articular políticas de desarrollo que promuevan la competitividad de la industria nacional, para lo cual se debe crear las condiciones económicas y legales que permitan protegerla. Los índices de eficiencia no pueden medirse exclusivamente en relación con los precios del mercado mundial --aunque

ello sea un parámetro--, sino también por su papel en el restablecimiento de las cadenas productivas nacionales, la generación de empleo, la satisfacción de las necesidades sociales y la conformación de una economía nacional balanceada.

81. El equilibrio económico, mucha veces subestimado en el pasado por la izquierda, hoy adquiere mayor importancia en un proyecto nacional de desarrollo que se sustente en el potencial productivo de cada nación y en el avance de genuinos procesos de integración regional. De ahí surge la necesidad de proyectos claros de reformas fiscales --en beneficio de los sectores populares-- y del sistema financiero. Es necesario poner coto a las regalías fiscales actualmente otorgadas al capital transnacional, romper con la falacia que la concentración de la riqueza genera automáticamente capital productivo y empleo y, rechazar los criterios tecnocráticos que pretenden buscar estabilidad por la vía de las inversiones neoliberales, bajando los costos de la mano de obra y la inversión social.

82. La experiencia evidencia que los mecanismos de un mercado supuestamente libre no operan en favor de una redistribución positiva de la renta. Al contrario, reproducen y profundizan la desigualdad. Si no hay una política de crecimiento sostenible, asentada en una correcta visión sobre el papel del Estado y el mercado interno, y una adecuada definición sobre la inserción internacional, no será posible los objetivos económicos nacionales y sociales alternativos.

83. Fortalecer la banca estatal y cooperativa es un acumulado hacia el futuro. Igualmente importante es la definición de reformas estructurales -agrarias, educacional, del sector de salud, combinadas con la adopción de políticas activas: industrial, agrícola, de empleo, de ciencia y tecnología, etc., que puedan crear una base concreta para compaginar el crecimiento con la distribución.

84. Contrariamente al neoliberalismo, que busca neutralizar los efectos excluyentes de sus opciones macroeconómicas con políticas compensatorias, un proyecto alternativo deberá incorporarlas sólo como soluciones de emergencia, capaces de producir resultados inmediatos para corregir circunstancialmente situaciones criticas. Las políticas compensatorias no sustituyen las reformas estructurales que deben ocupar el centro de un programa alternativo de desarrollo humano integral.

85. La reestructuración económica orientada al desarrollo sostenible, al incremento del nivel de vida de la población y a la redistribución de la riqueza, requiere que se revierta la tendencia a la reducción del mercado interno, mediante políticas para el control nacional de los excedentes, el estimulo a la asfixiada pequeña y mediana empresas, la creación de empleos productivos que rescaten a la población económicamente activa de las filas del desempleo y del sector informal, así como la solución de los problemas sociales básicos.

86. Es necesario implementar programas de apoyo a los ingresos de los sectores populares, para contener primero, y hacer retroceder después, los niveles de pobreza y marginalización. En este sentido, debe prestarse atención prioritaria a los ingresos del sector campesino, conjuntamente con una política fiscal adecuada, que permita el financiamiento de la modernización económica, al tiempo que funcione como mecanismo de redistribución positiva de la riqueza y soporte de las políticas sociales de desarrollo humano.

87. El esfuerzo en favor de un Nuevo Orden Económico Internacional, con relaciones económicas justas y equitativas, supone crear espacios de concertación y coordinación de los países de América Latina y el Caribe -y de nuestro subcontinente con otras áreas del mundo subdesarrollado, para defender los intereses comunes dentro del contexto de los foros internacionales; trabajar para revertir la transferencia de recursos de los países subdesarrollados al mundo desarrollado, mediante la lucha contra el intercambio desigual y la deuda externa; impulsar reformas del Sistema Financiero Internacional, para que este contribuya a financiar el desarrollo de los países del área y, auspiciar la transferencia de tecnología ecológicamente sustentable hacia nuestras naciones y otros.

88. En el contexto de una economía mundial crecientemente internacionalizada, la integración deja de ser un problema de política externa y pasa a ser una necesidad del funcionamiento de la economía. La integración ha de ser concebida como un proceso gradual y no como una reestructuración violenta de las economías nacionales, que pueda representar un shock económico y social, que a la larga retardaría el proceso o lo convertiría en contraproducente. La integración (como se propone más adelante) debe estar encaminada a lograr la convergencia y la complementaridad económica y social de los países de la región.

89. La construcción de alternativas políticas, capaces de superar la disyuntiva entre el desarrollismo nacional y el neoliberalismo, es un proceso que exigirá un enorme esfuerzo intelectual y supone una importante actualización de nuestro pensamiento político y una aguda capacidad critica para entender las transformaciones por las que atraviesa el mundo. Una estrategia de desarrollo y las políticas que hacen posible su materialización deben diseñarse sobre la base de un proyecto sustentable social y políticamente en cada realidad nacional.

90. Un aspecto fundamental es la cuestión de la democracia y el poder popular. Se trata de democratizar al Estado y democratizar la sociedad para avanzar hacia una democracia sustentada en la más amplia participación y representación, que sirva como uno de los elementos aglutinantes para enfrentar y derrotar la ofensiva del neoliberalismo. En esa dirección se inscribe la importancia de transformar las múltiples distorsiones en los mecanismos de representación política y el perfeccionamiento de los sistemas electorales, haciéndolos menos vulnerables al

fraude e imponiendo mecanismos de control de las contribuciones económicas en las elecciones.

91. Para avanzar hacia esas transformaciones democráticas, es necesario reafirmar nuestra vocación de poder, entendida como la capacidad de desempeñar un papel fundamental en el diseño y ejecución de profundos cambios económicos, políticos y sociales, dirigidos a la solución de los problemas estructurales y de todo tipo que afectan a la nación, al control democrático de las instituciones estatales en función de los mas amplios intereses sociales, así como en la definición de una política exterior de defensa de la soberanía, la autodeterminación y la independencia.

92. Una opción alternativa al sistema político vigente desde la perspectiva de los intereses populares, requiere la transformación del sistema y la radicalización de la democracia, así como la ampliación a todo el pueblo de la posibilidad soberana de participar en el control del gobierno y de un Estado reformado.

93. Una verdadera y democrática Reforma del Estado constituye un imperativo, para transformarlos en instituciones eficientes al servicio de la ciudadanía y bajo su absoluto control, de manera coherente con las estrategias de desarrollo económico y social, así como de perfeccionamiento ininterrumpido del sistema político democrático. Este aspecto de la reforma del Estado no tiene sólo una dimensión técnica. Los problemas que abarca son de naturaleza esencialmente política. La experiencias como las de la elaboración de presupuestos por la población, consejos de gestión de las áreas de salud y educación, participación de los trabajadores y usuarios en los consejos de empresas estatales o en organismos de gestión de políticas publicas, son algunos ejemplos que sirven de base para un vasto proyecto de creación de un sector publico no necesariamente estatal-- de control del Estado.

94. Las reformas políticas deben en muchos países aumentar la representatividad política de los Parlamentos y salvaguardar la independencia del Poder Judicial garantizando que sea accesible a todos y en forma rápida, sin lo que se transformaría apenas en una forma de legitimación de los privilegios de una minoría, así como laborar en el marco legal y político que permita erradicar el problema de la corrupción, endémico en nuestro continente, y que ha representado miles de millones de dólares para las camarillas y grandes grupos económicos. También resulta necesario otorgar importancia a la democratización de los medios de comunicación, hoy en manos de monopolios u oligopolio.

95. En la actualidad, varios partidos miembros del Foro de Sao Paulo ocupan el gobierno en sus respectivos países o participan en coaliciones gubernamentales, perspectiva que puede extenderse a otras naciones. El acceso de la izquierda al gobierno, en medio de la globalización neoliberal --ya bien sea como fuerza principal o como coparticipante de una alianza-- impone el reto de enfrentar desde

el Estado a un modelo estructurado en función de la concentración elitista del poder real --político, económico y militar--, que lo divorcia de los mecanismos de participación y representación democrática, para depositarlos bajo el control de instituciones supranacionales y nacionales que promueven la concentración de la riqueza y la masificación de la exclusión. Ello impone el desafío de vencer los obstáculos que intentaran impedir la adopción de medidas de beneficio popular y provocar el desgaste de los gobiernos de izquierda. Los espacios sin precedentes alcanzados en estos años por partidos miembros del Foro en gobiernos, legislaturas, gobernaturas y alcaldías constituyen un nuevo campo de experimentación, que deben encaminarse en una perspectiva de acumulación de fuerzas a favor de una alternativa progresista.

96. En el sector municipal, son importantes las experiencias de alcaldías de claro contenido popular, en particular en Porto Alegre y otras ciudades de Brasil -- con el Presupuesto Participativo-- y en Montevideo, Uruguay --con el proceso de descentralización política y desconcentración administrativa--, así como en Cuba, con el funcionamiento de los Consejos Populares. Paralelamente, surgen nuevas experiencias en este campo con el triunfo de la izquierda en la capital y en las principales ciudades de El Salvador y el contundente triunfo del PRD en el Distrito Federal de México.

97. Pero en las circunstancias en que la ocupación de espacios institucionales por parte de la izquierda no tenga el soporte político crítico de sólidos partidos o movimientos, puede resultar difícil evadir los casos de cooptación y, hasta de corrupción. El administrar en forma transparente y eficiente las porciones de gobierno electoralmente conquistadas al Estado neoliberal y, al mismo tiempo, ir construyendo espacios de poder popular, de democracia radical, es el desafío del municipalismo.

98. Uno de los aspectos mas debatidos en la actualidad entre las organizaciones de izquierda es la política de alianzas. El neoliberalismo nos enfrenta a un modelo de dominación con niveles de concertación global y local sin precedentes, que solo podrá ser derrotado en el marco de una amplia movilización de fuerzas. Para ello es imprescindible concertar los intereses populares y antineoliberales a escala nacional e internacional, así como generar una respuesta coherente e integral al neoliberalismo en los distintos países latinoamericanos.

99. Un requisito indispensable en la conformación de una alianza contra el neoliberalismo, es que tengamos la flexibilidad y la capacidad de crear espacios de colaboración y unidad entre las propias fuerzas de izquierda, que nos permitan avanzar hacia la conformación de polos políticos y sociales con capacidad de movilización. Serian poco creíble y convincente para los sectores políticos y sociales ubicados fuera de nuestras organizaciones, las propuestas que emanen de grupos

plagados de sectarismos, incapaces de ponerse de acuerdo entre si, sin capacidad de convocatoria, ni programa político preciso, lo que deja escaso margen para concertar alianzas donde tengamos un papel relevante para hacer avanzar nuestra agenda social. El tema de la construcción de espacios de unidad y cooperación entre las organizaciones y partidos es una condición indispensable para la articulación de cualquier alternativa.

100. El desarrollo de los conflictos y contradicciones del propio sistema generan una gran diversidad de nuevos actores y renuevan el perfil de otros ya existentes: los luchadores sin tierra, sin salud, sin protección social y otros muchos. Las reivindicaciones de genero, ambientales, raciales, étnicas - que en el pasado eran agregadas políticamente a los partidos-- crean sus propios espacios políticos y desarrollan su autonomía. Surge una amplia gama de sectores explotados, oprimidos, marginados y excluidos, que encierran la posibilidad y la necesidad de crear un nuevo universalismo emancipador. Al mismo tiempo, existen sectores que tienden a una postura crítica respecto al modelo como puede ser el caso de capas medias, pequeños y medianos empresarios e incluso, de sectores de la burguesía local. El reto consiste en articular a todos los grupos afectados en un proyecto político social, capaz de incluir al conjunto en el ejercicio pleno de su diversidad y su autonomía, pero reivindicando en su seno la necesidad de la cooperación, de la unidad política y de acción para derrotar al neoliberalismo.

101. Otra preocupación es la comprensión del escenario concreto en el que en cada país nos movemos. Confundir escenarios y atribuirnos un poder o una fuerza que realmente no tenemos, nos puede llevar en dos direcciones opuestas y ambas perniciosas. Por una parte, podemos desaprovechar la oportunidad de ocupar espacios institucionales que nos permiten luchar por reivindicaciones concretas de los sectores populares y ampliar los espacios democráticos. Por otra, transitar hacia la cooptación, que en la filosofía neoliberal se convierte en una practica sistemática.

102. Para que las fuerzas de izquierda no se diluyan en amplios movimientos de oposición o en coaliciones de gobierno, resulta fundamental que posean nitidez programática, flexibilidad táctica para aplicar los programas e instrumentos de acción capaces de asegurar su independencia y su peso especifico dentro de las alianzas. Es preciso diseñar programas amplios, que cumplan una doble función. Mientras que por un lado sirvan para ejecutar las reformas que las clases dominantes no realizaron, aunque estén situadas en un marco estrictamente capitalista. Por el otro, deben desatar una dinámica de lucha que cuestione la histórica hegemonía de las elites políticas dominantes y cree las condiciones para el establecimiento de una contrahegemonía de los explotados y oprimidos, capaz de operar rupturas y realizar una transformación política de carácter mas profundo.

103. La elaboración de una alternativa, no puede transcurrir apartada de las luchas

sociales en curso, como si fuese posible producir in vitro la respuesta para los problemas que afectan a cientos de millones de hombres y mujeres en el continente.

104. Uno de los aspectos mas importantes del debate es el papel de los partidos populares en la sociedad. Las reivindicaciones de los vecinos de las barriadas populares y de las mujeres, de los jóvenes y los ecologistas, de los pacifistas y defensores de los derechos humanos, no podrán ser plenamente comprendidas, encaradas y solucionadas, sino se les integra al marco mas amplio del conflicto social y de la dominación neoliberal.

No siempre logramos ocupar simultáneamente espacios políticos y sociales, y actuar con eficacia en ambos. Las organizaciones políticas del Foro debemos superar definitivamente las barreras erigidas entre lo político y lo social como elemento imprescindible de una verdadera política alternativa. Esta perspectiva coloca lo social en el centro de nuestra actividad y manifiesta una voluntad expresa de avanzar hacia una nueva manera de hacer política.

105. No podemos aspirar a ser una opción popular si no logramos sistematizar las relaciones con la gran diversidad de actores que hoy integran el sujeto popular. Ampliar esta interlocución y desarrollar al máximo las potencialidades diversas de ese sujeto, es una condición indispensable. De nuestra capacidad para entenderlo, de la flexibilidad para relacionarnos con el y de la creatividad para articularlo a la propuesta popular, dependerá nuestra propia inserción en esa rica y diversa realidad latinoamericana.

106. En lo sucesivo, se impone apoyar las diversas formas organizativas nacidas del sector informal urbano y darle coherencia a partir de sus reivindicaciones especificas, profundizar mas en las estrategias de sobrevivencia de los pobres y recoger las experiencias y soluciones alternativas económicas y sociales generadas para darle un contenido antisistémico, ampliar las experiencias de educación popular como medio de formación de capital humano y de formación política, plantearse una política de y en lo local, y de acción en las estructuras municipales que son la estructura estatal mas cercana a los pobres.

107. Es importante reformar los sistemas educativos, de salud y cultura para mejorar y ampliar las condiciones para el desarrollo de los recursos humanos. En gran parte de nuestro continente se deberán implementar con urgencia campañas de alfabetización, de vacunación y de higienización, así como programas de distribución de alimentos a los sectores populares, especialmente a la infancia.

108. En las ultimas décadas el neoliberalismo trato de reformular el concepto de derechos humanos, para dar cabida a dos requerimientos del ajuste: la amnistía a

los asesinos y torturadores de mas de ciento cincuenta mil latinoamericanos, pues se necesitaba restablecer la"paz social", y el retroceso a la interpretación de derechos humanos entendidos exclusivamente como libertades individuales, carentes de sus dimensiones económica, social, cultural y étnica, ya que estas ultimas --se argumenta--le cuestan a un Estado que ya no puede sufragarlas, porque tiene que transferir los excedentes al capital para hacerlo"competitivo".

109. La extensión de la ciudadanía a todos --sobre todo a los que son ciudadanos de derecho, pero no de hecho-- significa aumentar la participación popular y garantizar que los procesos de democracia se den no solamente en el campo político jurídico, sino igualmente en la esfera económica y social. Sólo así puede articularse efectivamente la libertad con la igualdad. Es a través de la defensa de los derechos humanos una de las formas de incorporar al gran debate nacional las reivindicaciones de grupos que se encuentran marginados por razones étnicas o de raza, de genero, de edades, de orientación sexual, condición física o mental, u opción cultural o religiosa. La elaboración de una sólida agenda sobre los derechos humanos contribuirá a la construcción de una sociedad en la que se combina la igualdad con el respeto a la diferencia, a la diversidad.

110. El proyecto alternativo debe favorecer una sociedad con igualdad de genero, sin discriminación ni opresión de la mujer, que exprese cambios en las relaciones de poder y la división sexual del trabajo. Se debe asegurar la participación directa de la mujer en las distintas instancias del Estado, los partidos y en toda la diversa gama de la organización social. Esto requiere un trabajo en el seno de la sociedad para cambiar los patrones sociales existentes, desarrollar el movimiento social de mujeres, así como formular e implementar políticas publicas en favor de la igualdad de derechos.

El marco jurídico nacional debe ser enriquecido con legislaciones que abran espacios a la mujer, la que debe tener acceso a la capacitación y la profesionalización, al empleo en todos los campos de la actividad social. En el proyecto nacional alternativo los intereses de la mujer deben adquirir igual rango de prioridad. El Foro de Sao Paulo ha prestado particular atención al examen de los temas referentes a la Condición de la Mujer. El exitoso taller realizado el año pasado en San Salvador tendrá su continuidad y desarrollo en la instancia del VII Encuentro en Porto Alegre.

111. El neoliberalismo penetra al ámbito cultural nacional para imponer de manera implacable su cosmovisión. Para ello utiliza la tecnología y los medios mas sofisticados, hace proliferar valores y antivalores que condicionan el comportamiento social, expresa el desprecio al trabajo asalariado a través de la cultura de la propiedad. Por lo tanto es necesario: conocer, entender y analizar sus códigos y símbolos, conocer los mecanismos que utiliza para su implementación e

identificar los efectos innegables en la sociedad. Los partidos de izquierda valoramos de manera profunda e integral la cultura y los valores que conforman la identidad de los pueblos latinoamericanos y caribeños como factores de resistencia y de confrontación contra la cultura de dominación neoliberal. En esa dirección consideramos de la mayor importancia rescatar los valores y respetar la diversidad cultural de nuestros países, buscar una nueva interlocución entre políticos y sectores culturales, así como estimular una producción cultural y espiritual que contribuyan a la reafirmación de las identidades nacionales.

112. En la sociedad neoliberal se habla del"fin de las ideologías"-con excepción, por supuesto, de la ideología neoliberal--, se apuesta al individualismo y al consumismo como valores sociales predominantes. El status de privilegio social se mide en la capacidad de adquisición de mercancías, en detrimento de los valores de la solidaridad social. Es probable que uno de los aspectos mas importantes de una alternativa es ganar las mentes y las conciencias de nuestros pueblos, apelar a la dignidad y a la conciencia de los hombres y mujeres, contraponer a los antivalores de la enajenación neoliberal, valores de la alternativa popular como la honestidad, la verdad, la honradez, la modestia, la fraternidad, la solidaridad y la capacidad de entrega a las causas justas.

113. Después de una primera fase de desconcierto y parálisis que la instalación del modelo genero en el movimiento sindical, se observan signos alentadores de recuperación y participación en luchas sociales y políticas. El movimiento obrero resiste en defensa de las empresas estatales, de sus conquistas y en muchos casos proponiendo políticas alternativas en distintas áreas de la sociedad. Su preocupación principal es como enfrentar las tendencias corporativas y economicistas que se han instalado en su seno, así como diseñar políticas que permitan enfrentar con éxito la permanente agresión neoliberal. Consideramos necesario avanzar hacia formas creativas de interrelación con los movimientos sociales superando la equivocada concepción de partidizarlos. El sindicato deberá ser cada vez mas un espacio social y político extendido hacia otros sectores de la sociedad, como los subempleados, los informales y hasta otros grupos excluidos, para lo cual se hace necesario nuevas formas de organización y de trabajo.

114. Es indispensable asegurar el combate frontal y permanente a la corrupción, en todas sus formas, al favoritismo o clientelismo, a las estructuras estatales encubiertas del crimen organizado y el narcotráfico que son una expresión estructural del sistema que arriban a niveles de generalización sin precedentes. Para ello es imprescindible realizar un amplio movimiento de la ciudadanía, haciéndolo funcional al proceso de acumulación de fuerzas, que permita dar pasos significativos contra la escalada de la corrupción y luchar para dotar de verdadera independencia a los organismos de contralor estatal, avanzar hacia la mayor independencia, eficiencia y transparencia de la administración de justicia y del

ministerio publico, las que deben ser fortalecidas y preservadas.

115. El proyecto alternativo tiene que detener el saqueo y explotación desmedidas de nuestros recursos naturales de modelos económicos depredadores. Es importante incluir programas de emergencia, de descontaminación ambiental y otros dirigidos a la protección de los recursos naturales que están en una situación critica e iniciar programas para preservar las otras áreas del ecosistema, como la deforestación y destrucción de la biodiversidad, la erosión del suelo, la contaminación y agotamiento de los recursos hídricos, etc. Para lograr esos objetivos se debe partir de una voluntad política que permita establecer el marco jurídico requerido, destinar los recursos y estimular la formación de una conciencia ecológica entre amplios sectores de la población que convierta esta batalla en una tarea del conjunto de la sociedad. Al Estado le corresponde ser el promotor y protagonista principal, pero su eficacia depende en considerable medida de que promueva y apoye la participación de las comunidades y de las organizaciones sociales.

116. La viabilidad de cualquier proyecto de desarrollo y del mejoramiento de la calidad de vida de la población, estará determinada por la capacidad que tenga de reproducir, preservar y ampliar el sustento natural de las actividades económicas y sociales. Una tarea estratégica fundamental de todas las fuerzas sociales y políticas de nuestro continente es la defensa de la selva amazónica, ahora sometida a una masiva destrucción, con una velocidad creciente. La selva amazónica es uno de los principales sustentos y recreadores de la atmósfera, la biodiversidad y el clima planetario.

117. Los partidos del Foro de Sao Paulo reconocemos y estamos en la disposición de defender la aprobación y la puesta en practica de las autonomías de los pueblos indígenas, la que se manifiesta en las distintas formas de su organización económica, política y social, como en su derecho a la libre determinación, con un pleno reconocimiento de la igualdad en la diferencia, de la diversidad y la riqueza de sus identidades culturales e históricas.

118. Para los partidos del Foro es necesario solucionar la creciente inseguridad laboral y la vulnerabilidad en que con frecuencia se encuentran los trabajadores migratorios y sus familias en los Estados receptores donde frecuentemente sufren graves violaciones a sus derechos humanos(2). Nos pronunciamos contra la tendencia de algunos países desarrollados, como los Estados Unidos, a erigir barreras de todo tipo para tratar de impedir la inmigración, política que solo puede favorecer la proliferación de la intolerancia racial y la xenofobia. Cuando la implantación del capitalismo en Europa provocó profundos trastornos políticos, económicos y sociales, la migración hacia América constituyo una válvula de escape. Hoy, ese mismo capitalismo desarrollado, impone a nuestras naciones el

costo de su reestructuración y, además, nos niega el recurso a la formula migratoria para la cual utilizo a nuestras naciones durante largos periodos históricos.

119. La migración es en última instancia una expresión del desarrollo económico-social desigual y del injusto orden económico y político internacional en el que están inmersas nuestras naciones. Es por ello que su solución demanda la demanda cooperación y acción colectiva entre los países emisores y los receptores, así como el financiamiento de políticas de desarrollo. El Foro de Sao Paulo se solidariza con la justa causa de los derechos de los inmigrantes y solicita que entre en vigor y se aplique la resolución aprobada por la Asamblea General de la ONU sobre la Protección de los Derechos de Todos los Trabajadores Migratorios y de sus Familias. También nos comprometemos a promover las acciones necesarias para defender de manera colectiva y en nuestros propios países el respeto a los derechos de los inmigrantes.

(2) El VI Encuentro del Foro de SaoPaulo aprobó en San Salvador en Julio de 1996, la Declaración de los Derechos Universales de los Trabajadores Migratorios y de sus Familias.

120. Un importante eje programático se refiere al carácter nacional del proyecto de las fuerzas populares y democráticas. En el pasado, las clases dominantes oscilaron entre un nacionalismo de derecha, que pretendía sofocar los conflictos sociales en nombre de un ideal de Nación, y que mal encubría sus intereses particulares, y una subordinación total frente a las potencias imperiales, oscilaciones que dejaron inconclusa la tarea de construcción nacional. Hoy no son pocos los que pretenden que el Estado nacional ya no tiene razón de existir porque esta subordinado a la dinámica de un mundo dominado por la globalización neoliberal. Pero es exactamente lo contrario. La profundización de la mundialización económica, política y cultural hace necesario un proceso de construcción nacional que garantice una presencia soberana de nuestros países en ese mundo en cambio. Un país sin identidad --que se construye a partir de muchas identidades sociales y políticas-- se descaracteriza, pierde la capacidad de proteger a sus ciudadanos, destruye su economía, sus instituciones y su cultura. En resumen, se transforma en una tierra de nadie, queda relegado a un estadio inferior al igual que el de una colonia.

121. Pero es ilusorio, por otro lado, que un Estado nacional pueda desarrollarse al margen del mundo. Para América Latina y el Caribe se presenta hoy la necesidad de definir una política de cooperación de nuestros Estados, que pasa por la construcción de bloques regionales capaces de resistir los intentos de integración subordinada, subyacentes en el proyecto de Zona Hemisférica de Libre Comercio defendido por los Estados Unidos. Una política de integración continental no debe entenderse como posterior a las grandes definiciones programáticas nacionales. Ella

es concomitante, contemporánea. En otras palabras, al mismo tiempo que las fuerzas populares y democráticas formulan sus estrategias económico y sociales alternativas, deben establecer las bases para una cooperación internacional y sobre todo regional.

122. Esos procesos de integración no pueden ser un pretexto para la expansión de los grandes grupos transnacionales. Por esa razón es necesario discutir las políticas de protección y complementación de la industria y la agricultura nacionales, sobre todo de los pequeños y medianos productores. La integración debe abarcar también una amplia gama de cuestiones relacionadas con la protección de los trabajadores y con políticas que favorezcan la justicia social y el desarrollo humano, así como el combate a las agudas desigualdades existentes en la región. Debe incluir, finalmente, una amplia gama de cuestiones relacionadas con la preservación del medio ambiente.

123. Una concepción alternativa de integración exige discutir una agenda política y fomentar el intercambio cultural, científico y tecnológico. La elaboración de esa compleja alternativa programática, que en muchos países ya se encuentra bastante avanzada, es parte de un proceso de construcción de una nueva cultura política que tiene en el centro de sus preocupaciones el formular una nueva concepción de sociedad libre, igualitaria y solidaria. Para ello es fundamental que rescatemos nuestras mejores experiencias y tradiciones, pero tengamos, al mismo tiempo, el espíritu critico y autocrítico capaz de liberarnos de prejuicios y ayudarnos a pensar en el futuro.

124. Como hemos dicho, ese proceso de construcción programática no tendrá lugar en laboratorios o escritorios cerrados. Será el resultado de la articulación de las luchas sociales con la reflexión critica. Los últimos años indican que, a despecho de las enormes dificultades en que vive gran parte de nuestros hermanos latinoamericanos y caribeños, como resultado de la ofensiva neoliberal que se abate sobre el continente, hay señales visibles y promisorias de resistencia, tanto en el plano de las ideas como en el plano de la acción. La articulación de estas cuestiones permite abordar de forma alternativa la cuestión del lugar de América Latina y el Caribe en el mundo de hoy y discutir propuestas para las políticas de integración continental.

125. Finalmente, el proceso de elaboración de esas alternativas y de construcción de los instrumentos políticos para implementarlas pone en el centro del debate el tema de una nueva cultura política en América Latina y el Caribe, que reconstruya un horizonte utópico, sea claramente portadora de novedad política y pueda interpelar a las nuevas generaciones como las distintas corrientes de izquierda lo hicieron en el pasado.

126. La receptividad así como en la capacidad de la diversa izquierda latinoamericana para trabajar y buscar soluciones de manera conjunta en distintos foros regionales, suscita el interés de las fuerzas populares en otras regiones del planeta necesitadas también de globalizar sus respuestas. Por esa razón, el Foro de Sao Paulo, a pesar de nuestras limitaciones y tareas incumplidas, es hoy una referencia mas allá de sus fronteras geográficas y políticas. Ha sido nuestra disposición organizar un gran dialogo con las fuerzas políticas y sociales de otras regiones y de otros horizontes, para estimular la construcción de alternativas organizadas a la grave crisis que vive hoy la humanidad.

127. Centroamérica ha vivido procesos de revolución y lucha armada que condujeron en Nicaragua a la victoria sandinista, en El Salvador y Guatemala a salidas negociadas y, en Honduras, a cambios bajo la influencia de los anteriores. Dichos procesos permitieron avanzar en importantes conquistas democráticas. Hoy se plantea evitar retrocesos (como los intentos de restauración del neosomocismo en Nicaragua), y consolidar avances en los planos político, social e institucional a través de las nuevas formas que ha asumido la lucha. En las esferas económica y social es donde se enfrenta una resistencia mas descarnada de las oligarquías locales.

128. Al mismo tiempo, en otros países la agudización del conflicto social y la soluciones violentas resultantes del sistema neoliberal, impiden la ansiada pacificación del Continente. La marginación económico social creciente, la exclusión agudizada por bloqueos institucionales y la falta de voluntad política de los gobiernos, exacerban las contradicciones y determinan situaciones que dificultan la posibilidad de encarar soluciones estables y negociadas al tema de la lucha armada en Colombia, así como responder a las legítimas exigencias de la insurgencia zapatista en Chiapas; aunque ambas situaciones corresponden a realidades históricas sociales y culturales diferentes.

129. La firme resistencia de Cuba y sus esfuerzos por consolidar un proyecto propio de construcción socialista, incluso en las difíciles condiciones que enfrenta ese pequeño país, constituye un factor de aliento para los pueblos. A pesar del bloqueo de los Estados Unidos, agravado por las leyes Torricelli y Helms-Burton, comenzó una paulatina pero sólida recuperación, basada en la combinación de la participación popular con la búsqueda de la eficiencia económica, la generación de capacidades científicotécnicas y el estimulo a la solidaridad y cooperación humanas. Esto le permite defender el desarrollo social, con justicia y equidad, como su primera prioridad. La experiencia cubana cuestiona el mito de que nada es posible fuera del dogma neoliberal.

130. En Uruguay resalta la exitosa experiencia de más de 26 años de lucha del Frente Amplio, proyecto que ha logrado conjugar la pluralidad con la unidad de

acción política, como se demuestra por el hecho de haber infligido la primera derrota a una ley neoliberal de privatización, así como por la combinación de la lucha institucional con la movilización popular, que condujo a dos victorias consecutivas en la Intendencia de Montevideo, con incremento de la votación y a la posibilidad de un eventual triunfo en las elecciones presidenciales de 1999.

131.Las luchas sociales en Ecuador, Nicaragua, Venezuela, Colombia, Argentina y Brasil, entre otros, los buenos resultados electorales de las izquierdas y el conjunto de las fuerzas populares en todo el continente, particularmente el gran y reciente triunfo del FMLN en El Salvador, y el trascendente resultado del PRD en México que le permitirá acceder al Gobierno en el Distrito Federal de México, así como la paz en Guatemala, indican que se comienzan a crear sólidas bases para una actuación victoriosa de las fuerzas del progreso.

V. LOS DESAFIOS POLITICOS DEL FORO DE SAO PAULO

132. El Foro de Sao Paulo --que agrupa fuerzas políticas de gobierno y de oposición-- se define como un espacio de intercambio de experiencias que permite la creación de un espacio común en el cual los partidos y movimientos políticos de izquierda puedan compartir alternativas programáticas capaces de dar un sentido articulado a sus acciones.

133. Pluralista en su composición ideológica, el Foro no busca una cohesión doctrinaria, sino construir alternativas políticas capaces de combatir la exclusión social y la pobreza que tienen marcado secularmente a nuestro continente, proyectando para el un futuro de igualdad social, democracia y solidaridad. Es fundamental asegurar para América Latina y el Caribe otro tipo de presencia en el mundo.

134. El Foro de Sao Paulo debe profundizar su vocación de espacio de socialización de experiencias y de articulación de iniciativas de solidaridad. El Foro se define como una instancia elaboración de políticas alternativas. Sin ser, ni pretender ser, una nueva Internacional, si es un agrupamiento de partidos y movimientos políticos que se define por su carácter antiimperialista y antineoliberal, de debate abierto y libre, al interior del cual pueden expresarse organizaciones de distintos signos políticos e ideológicos, enraizados en la sociedad de sus respectivos países.

135. El Foro deberá contribuir a la elaboración de respuestas concretas a los grandes problemas económicos, sociales y políticos del continente. Propondrá alternativas, cuidando de no confundirse con el papel de"conciencia critica". Se trata de estimular a quienes quieren transformar las relaciones de poder en América Latina y el Caribe para cumplir los programas de cambios estructurales que cada país considere como necesario.

136. Las prioridades políticas del Foro de Sao Paulo para este periodo son:

136.1 La elaboración de programas de acción conjuntos de los partidos y movimientos políticos miembros del Foro con las diversas organizaciones sociales y populares que enfrentan al neoliberalismo y promueven la adopción de políticas alternativas en las esferas: sindical, campesina, juvenil y estudiantil, de genero, étnica, comunitaria, cultural, de protección del medio ambiente, parlamentaria, municipal y otras.

136.2 Conmemorar el aniversario de los 30 años de la muerte de Ernesto Che Guevara, rescatando su ejemplo ético, su obra y su lucha, vinculándolo a todos los que han caído luchando por las transformaciones sociales.

136.3 Desarrollar una agenda regional de trabajo en favor de la integración de América Latina y el Caribe, así como agendas subrregionales en América del Norte, Centroamérica, El Caribe y América del Sur.

136.4 Avanzar en la consolidación y profundización de la actividad del Foro, mediante la sistematización del funcionamiento de la Secretaria Ejecutiva y las Subsecretarias regionales, con el objetivo de garantizar la comunicación entre el Grupo de Trabajo y los partidos miembros y la acción conjunta efectiva y oportuna. En este sentido, resulta conveniente reactivar los esfuerzos para establecer una conferencia del Foro en Internet, así como crear una publicación de nuestro agrupamiento subrregional.

136.5 Realizar los esfuerzos necesarios para lograr la mayor participación de todos los partidos miembros, así como para incorporar nuevos miembros, particularmente de los grandes movimientos sociales en lucha.

136.6 Analizar la situación de los países de la región que tienen un menor desarrollo relativo en las luchas populares y desarrollar acciones concretas en favor de su estimulo, tales como la celebración en los mismos de seminarios, talleres y otras actividades de promoción, organización y movilización.

136.7 Profundizar el dialogo con las fuerzas de izquierda de otros continentes y, en particular, establecer la continuidad de los contactos iniciados con los grupos de la izquierda europea.

136.8 Establecer un plan de acción común en materia de solidaridad con las luchas de los pueblos de América Latina y el Caribe.

136.9 Afianzar los mecanismos de coordinación del trabajo en los foros mundiales y

regionales, tales como el Parlatino y el Parlamento Centroamericano.

136.10 La política exterior es hoy un tema suficientemente importante para quedar apenas y centralmente en las manos de los ministerios de relaciones exteriores o a cargo de las diplomacias presidenciales. La mundializacion creciente de la economía y los efectos de la dependencia e interdependencia política que acarrea, obligan a los trabajadores y los partidos y movimientos identificados con las grandes transformaciones sociales, nacionales y democráticas del continente a construir una política exterior alternativa que sea capaz de expresar en la escena internacional un nuevo proyecto de sociedad. Esto implica continuar con los eventos para precisar la reestructuración en beneficio de los pueblos de los actuales mecanismos de integración. En ese sentido se propone un taller para los países del MERCOSUR con participación de las organizaciones sindicales y sociales de la subrregión. Promover la renegociación conjunta de la deuda externa, exigiendo el reconocimiento de la incompatibilidad entre el pago en las condiciones actuales - o la eventualidad de la condonación de la misma para algunos países de la región -,y la recuperación de un desarrollo sostenido.

7º Encontro do Foro de São Paulo

Seminário de Cultura

Política Cultural Latino-americana frente ao Neoliberalismo

30 e 31 de julho de 1997

Resolução

I. Na economia da América Latina o neoliberalismo significou a abertura das fronteiras, o estabelecimento do mercado como regulador da economia e a compreensão de que o Estado fracassou na direção da sociedade. Atualmente verifica-se que o encantamento com o neoliberalismo já passou. A estabilidade econômica atingida pelas políticas neoliberais cobra um custo elevado que se expressa nos altos índices de desemprego, na desarticulação do sistema produtivo através da globalização da economia sem nenhum controle e pelo fluxo irracional de capitais resultando num quadro de desconstrução nacional.

Ocorre uma profunda mudança na cultura política com a crise dos modelos que ou procuravam superar ou procuravam regular o capitalismo, respectivamente o socialismo burocrático do leste e a social-democracia. No Brasil entra em crise o nacional-desenvolvimentismo que propiciou um crescimento vultoso mas foi um grande concentrador de renda e de poder. Hoje essa nova cultura política se expressa na necessidade de manter a ancoragem cambial que só poderia ser

mantida com a garantia da reeleição dos presidentes que a implantaram, veja-se a Argentina de Menem, Brasil de FHC, o México e até o Uruguai onde, o presidente foi demovido de propor a reeleição. Essa nova cultura política culmina no que os franceses chamaram de "Pensamento Único", ou seja, os parâmetros do desenvolvimento econômico estabelecem o caminho único: o neoliberalismo, um crime contra a humanidade.

A política cultural do neoliberalismo resume-se a submeter a cultura ao mercado, combater a diversidade e com isso combater qualquer forma de pensamento crítico.

O produto cultural enquanto mercadoria - como toda a mercadoria - tem que ser reposta. Mas deve prevalecer para a cultura contemporânea a concepção de que o bem cultural era produzido para durar para a eternidade, como diria Goethe, sendo os meios de comunicação de massa recurso fundamental para a difusão e democratização desses bens. A cultura contemporânea tem um caráter volátil, banal, superficial, fugaz. Pretende-se assim a padronização do gosto e do mercado.

Torna-se tarefa das gestões democrático-populares uma política cultural crítica ao esvaziamento, de valorização do conjunto de bens culturais da sociedade - sem concessões e sem demagogia. Essa política passa pelos seguintes eixos:

1. Cidadania Cultural - O ser humano deve ser visto como cidadão, e não como consumidor, como sujeito, criador e protagonista da cultura;

2. Democratização - através da criação de fóruns efetivos de participação cultural;

3. Descentralização - através da constituição de pólos culturais que dêem acessibilidade a toda a população, em espaços hoje atingidos pelo modelo da mídia. Mostrar e reforçar a diversidade e a riqueza cultural, socializar os bens culturais consagrados ou não eliminando as barreiras tradicionais;

Por meio desses eixos devemos contrarrestar a indústria cultural massificante e pasteurizada que não sofre nenhuma forma de controle democrático. É necessário mudar os hábitos de padronização cultural, não trabalhar cultura ao sabor das pesquisas de mercado. Fundamental é constituir uma identidade cultural fortalecida.

II. A pluralidade e a diferença, tão caras e importantes para a cultura, são elementos inviáveis no processo de globalização que homogeneiza e pasteuriza toda informação e cultura. Vivemos na era das imagens e do pacto das grifes. Marcam essa era a colagem, o reforço do individualismo, a bricolagem e o pastiche reforçando ao máximo o narcisismo e uma suposta individualização. Tudo isto resulta numa plastificação da cultura. Estabelece-se assim a perversidade das mídias através da combinação da mídia, do grande capital e da política.

Enquanto temos hoje uma ausência de ética veiculada pelos donos da mídia, que funciona como justificativa e não como padrão, é fundamental recuperar as capacidades de reflexão, crítica, criação e transformação como características humanas fundamentais.

É importante diferenciar o produto cultural de bens culturais. Devemos contrapor ao neoliberalismo uma cultura que significa valores universais, diversidade cultural e liberdade crítica em oposição ao obscurantismo do pensamento único.

III. Frente ao movimento de globalização da economia e a internacionalização das informação influindo na massificação e deterioração das culturas locais, garantir a diversidade e pluralidade étnica e cultural na formulação de políticas culturais.

Frente à imposição do pensamento único que a política neoliberal imprime à América Latina e Caribe, mais interessada em garantir um mercado sem barreiras alfandegárias e percebendo a necessidade de contrarrestar a submissão da cultura ao mercado, homogeneizando e pasteurizando toda expressão cultural - o que traz consigo o isolamento do ser humano, desenraizando-o - faz-se necessário no âmbito da política cultural:

* Instituir o Seminário de Cultura do Fórum de São Paulo em caráter permanente para avançar na construção de políticas culturais para a América Latina e Caribe. Ficam definidas comissões de trabalho que se reunirão sistematicamente para:

1. Realizar levantamento das políticas que vem sendo desenvolvidas pelos governos municipais e estaduais do campo democrático e popular configurando um diagnóstico;

2. Analisar as políticas culturais que os partidos, movimentos, grupos vem desenvolvendo, configurando um diagnóstico;

* Realizar uma pesquisa do impacto econômico das atividades culturais. No Uruguai apurou-se que chega a 4% do PIB, ultrapassando tradicionais setores industriais;

* Incentivar o ensino da língua castelhana nos currículos de I e II graus no Brasil e da língua portuguesa onde for possível nos países de língua castelhana;

* Divulgação do Prêmio Casa das Américas e eventos afins que procuram resgatar a riqueza cultural nas áreas do cinema, literatura e música.

* Encaminhar as resoluções deste seminário para o Comissão de Legisladores de

Cultura do Mercosul a realizar-se em 12 e 13 de novembro, na Câmara Federal, em Brasília;

* Que a Fundação Perseu Abramo e outras entidades funcionem como divulgadora das experiências de políticas culturais significativas para a integração latino-americana;

* Reedição do FLAAC - Festival Latino Americano de Arte e Cultura promovido pela UnB em 1987 e 89;

* Promover e incentivar a publicações da literatura e demais expressões culturais latino-americana e caribenha.

Porto Alegre, 31 de julho de 1997

DECLARAÇÃO SOBRE ECOLOGIA

A Importância da Luta Ecológica na Construção do Sociedade Socialista

Apresentação

"O bem comum se estrutura ao redor da justiça social e dos direitos pessoais, sociais e ecológicos. Seu fruto é a paz. (...) Não haverá uma Arca de Noé que salve a alguns e deixe outros se perderem. Ou nos salvamos todos juntos, ou juntos pereceremos todos. Amar e salvaguardar a Terra é o supremo valor, base para todos os demais valores.

Somos cidadão do mundo. (...) Devemos alimentar a consciência de uma cidadania mundial. (...) Projetar um tipo de desenvolvimento que se faça com a natureza, e não contra ela. É importante uma ecologia ambientalista que cuide da qualidade de vida em nosso planeta. Não é justo que 80% dos recursos naturais do planeta sejam controlados e consumidos por apenas 20% da população mundial. Queremos enfatizar a ecologia social, aquela que entende o ser humano, não como alguém fora e por cima da natureza mas dentro e junto dela como parte essencial, integrante. (...)."

Com essa advertência, Luiz Inácio Lula da Silva se despediu da presidência do PT, durante o 10º Encontro Nacional do partido. Lula apontava novos horizontes para o PT, ressaltando a luta ambientalista na perspectiva de transformação social e econômica do país. Isso representa uma importante mundança no discurso petista.

O PT está percebendo a importância da questão ambiental nos dias atuais. Primeiro, porque o PT luta por justiça social e qualidade de vida para aqueles que pagam mais caro pelo desenvolvimento capitalista no Brasil, sendo a degradação ambiental parte desse custo social. Segundo, porque não se pode estar alheio à disputa por recursos naturais no país, uma vez que, a abundância desses recursos ajuda a definir o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho e o seu modelo de desenvolvimento.

Tem papel destacado nessa breve história ambiental do PT os movimentos sociais. São eles também que empurram o partido para enfrentar os graves problemas ambientais do país, especialmente através dos ecologistas e de outros segmentos, como o movimento indígena, extrativista, comunitário, sindical, de mulheres, de negros entre outros.

Ao longo da sua história, o Núcleo de Ecologistas do PT de Porto Alegre, tem contribuído pioneiramente para inserir no cotidiano da vida partidária, o

entendimento de que, neste final de milênio, os grandes desafios que se colocam para a humanidade, as transformações sociais que temos como objetivo programático, passam necessariamente pela resolução dos problemas ambientais e pela configuração de um novo modelo de desenvolvimento. Portanto, o que queremos demonstrar é a importância estratégica, para a causa socialista, da luta ambiental, e é dentro deste contexto que trazemos para o conjunto dos delegados presentes neste 7º Foro de São Paulo a reprodução integral do Manifesto Ecossocialista, documento aprovado no Encontro Nacional dos Ecologistas do PT, realizado em Angra dos Reis no ano de 1990.

MANIFESTO ECOSSOCIALISTA

"1) Os ecossocialistas procuram resgatar a herança histórica de luta da humanidade pela justiça social, pela democracia como valor essencial e pelo direito à diferença (de gênero homem-mulher, da diversidade cultural dos povos e de opções sexuais, religiosas). Afirmam que, como parte dos movimentos que lutam por novas formas de relações sociais (socialistas), lutam também por novas formas de relação do ser humano com a natureza. Nesse sentido não somos nem socialistas no sentido estrito, nem ecologistas em sentido estrito: Somos Ecossocialistas.

2) O "socialismo realmente existente" ao propor a primazia do desenvolvimento das forças produtivas em detrimento de novas relações sociais que permitissem o livre desenvolvimento do ser humano e a proteção do meio-ambiente, reproduziu na prática características da sociedade capitalista que pretendia superar.

3) A crise na qual está imersa a humanidade não se restringe ao campo do econômico, mas de todo um processo civilizatório com suas crenças e valores, inclusive a crença de que a economia é a base da felicidade humana. Daí a necessidade de se repensar os fundamentos filosóficos para a construção de uma nova utopia. Entre esses valores que precisam ser repensados e que faz parte, inclusive, da herança filosófica de grande parte da esquerda, está o antropocentrismo.

4) Para os ecossocialistas as especificidades do homem enquanto espécie biológica que por exemplo, tem a propriedade de criar cultura e história, não são suficientes para autorizar a visão da natureza como objeto a ser submetido. Para os ecossocialistas o homem é parte da natureza, é aquela parte da natureza que, inclusive, desenvolveu a consciência. Se vivemos numa sociedade onde a espécie humana perdeu essa consciência da sua naturalidade, esta é mais uma dimensão do processo de alienação a que se chegou.

5) Para os ecossocialistas a defesa da vida não se restringe à defesa da vida humana, mas se estende a todas as formas de vida.

6) O chamado socialismo-científico, construído a partir das visões científicas do século passado (positivismo, evolucionismo, determinismo) e da lógica cartesiana e física newtoniana (mecânica) deve ser dialeticamente superado. Uma nova visão de mundo, holística, não compartimentalizada, que reconheça que aquilo que a ciência convencional chama de "LEI" e "ORDEM" é apenas uma parte da realidade, da qual o acaso também faz parte, constitui-se em um novo paradigma sobre o qual poderíamos reformular nossa utopia.

7) Os ecossocialistas recusam a tese que o homem está destruindo a natureza. Essa tese ao falar de um homem genérico, dilui as responsabilidades pela atual devastação do planeta. Numa sociedade fundada no lucro e na propriedade privada, a natureza não está igualmente à disposição do ser humano. A propriedade privada da natureza priva, por exemplo, grande parte da humanidade do direito de decidir o que dela vai ser feito. Assim, vivemos numa sociedade que gera uma riqueza (questionável) para poucos, miséria para muitos e degradação ambiental para todos, pondo em risco, inclusive, a própria sobrevivência do planeta.

8) Desse modo os recursos naturais do planeta não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada com poderes absolutistas do proprietário, mas sim de forma coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidárias com as gerações futuras.

9) Nesse sentido é necessário mudar a relação ser humano-natureza buscando uma relação harmoniosa preocupada com o futuro do planeta. Os interesses dos segmentos, grupos, classes, povos e nações têm que ser compatibilizados com o meio ambiente. Para os ecosocialistas os interesses dos explorados e oprimidos devem ser pensados para além do corporativismo e para isto é preciso que incorporemos um projeto que seja do interesse de toda a humanidade e da defesa da (s) vida (s) e do planeta. A visão holística inerente aos ecossocialistas é fundamental na superação do corporativismo pois implica reconhecer o outro enquanto outro na sua diferença.

10) Para os ecossocialistas um Meio-Ambiente saudável é incompatível com capitalismo nas suas duas vertentes, a neo-liberal e a social-democrata. A preocupação com o enriquecimento imediato, inerente à lógica do mercado e do lucro deve deixar de constituir a base dos valores da humanidade. A separação do homem da terra está na origem e no cerne da sociedade capitalista. Só assim foi possível a mercantilização generalizada dos homens (proletarização) e da natureza. A lógica do mercado que pressupõe a divisão do trabalho levou a uma extrema especialização tanto produtiva como do conhecimento. A lógica da concorrência impôs ritmos intensos ao processo de produção incompatível com os fluxos de matéria e energia de cada ecossistema (que ficam dependentes de insumos

energéticos externos) com o equilíbrio psico-afetivo do trabalhador (vide Chaplin em "Os Tempos Modernos") e com os ritmos próprios à vida de cada povo e cultura. Nesse sentido Capitalismo e Desenvolvimento Auto-Sustentável são incompatíveis.

11) A queda do Muro de Berlim e da Burocracia com suas polícias secretas sepultou o modo coletivista do estado autoritário e centralizado, mas não os princípios e os fundamentos de um igualitarismo socialista democrático.

12) No entanto, para a opinião pública mundial ficaram abalados os princípios da supremacia do coletivo sob o individual e do Plano sobre o Mercado. Impõe-se a necessidade de repensarmos a relação entre o individual e o social, entre o público e o privado.

A luta contra a desigualdade, por exemplo, não é uma luta pela igualdade no sentido estritamente econômico-social. É uma luta para que todos tenham condições iguais para afirmar sua diferenças.

Os ecosocialistas recusam uma visão do social que anule o indivíduo. Queremos um social que incorpore a visão de que cada indivíduo é singular, tem sua originalidade. Queremos um social que permita o desabrochar da criatividade que existe em cada ser humano. Queremos um socialismo (e não um social-ismo) que seja assinado na primeira pessoa, onde cada um se sinta estimulado e responsável individualmente pela usa construção. Não confundimos afirmação da individualidade com individualismo como, de certa forma, a esquerda até hoje veio fazendo. Como a questão do indivíduo era confundida com o individualismo burguês, ela foi negligenciada e recalcada. No entanto, como ela é parte constitutiva do homem moderno e não era explicitada no seio da esquerda, a questão do indivíduo veio se manifestando de uma maneira perversa através dos diversos cultos à personalidade. Aquilo que era negado à maioria sob o pretexto de que se constituia num princípio burguês passou a ser privilégio de alguns poucos (quase sempre do Secretário Geral).

13) Nesse sentido os ecossocialistas propugnam por ampliar radicalmente os espaços da liberdades coletivas e individuais não restringindo as especificidades do desenvolvimento afetivo, psicológico e cultural.

14) Em sociedades onde o Poder e a Economia estão extremamente centralizados monopolizados como a que vivemos tanto a nível nacional, como internacional, não é possível deixar exclusivamente às forças do Mercado a formação dos valores, dos gostos e dos preços. O Mercado não gosta dos miseráveis e a justiça social não é mercadoria que dê lucros imediatos. Não queremos trocar o Estado Total pelo Mercado Total. É preciso mesmo indagar-se se existe mercado numa economia

oligopolizada.

15) Afirmamos que os princípios da autogestão, da autonomia, da solidariedade (inclusive com as gerações futuras), da defesa da(s) vida(s) e das liberdades, do desenvolvimento espiritual e cultural dos indivíduos e dos povos e das tecnologias alternativas, libertos das amarras do produtivismo e do estado autoritário ajudarão a semear e robustecer a utopia transformadora ecossocialista e libertária.

16) Uma das decorrências do Antropocentrismo (na verdade do homem europeu, logo, do Eurocentrismo), foi - e é - o Produtivismo. A crença num homem todo-poderoso que tudo pode submeter está na base da idéia de Progresso do mundo moderno. O Progresso, entendido como aumento da riqueza material, medido através do PIB, impregnou as consciências, inclusive a de muitos que se pensam críticos da sociedade dominante. Para os ecossocialistas o capitalismo não é somente um modo de produção. É também um modo de vida, um determinado projeto civilizatório, um modo de ser para o ser humano. Não cabe simplesmente questionar o modo de produção-distribuição do capitalismo. Se o capitalismo não permite que todos tenham automóveis nós, os ecossocialistas, não lutamos para que todos tenham um, pois isto sé socializaria o congestionamento. Assim não questionamos somente o modo como se produz e para quem. Incorporamos à nossa crítica, também, o para quê? e o que? se produz. Não queremos simplesmente o bem-estar. Queremos um bem-viver, que vai além do conforto material. Sem medo de ser feliz.

17) Assim, os ecosocialistas questionam os padrões culturais de consumo que condicionam e são condicionados pelo modo de produção. Diferenciamo-nos dos demais ecologistas pois não ficamos na crítica ao consumismo pois este é a face aparente de uma sociedade que, no fundo, é produtivista. O produtivismo-consumismo é, por sua vez, filho direto dos valores antropocêntricos que a sociedade capitalista leva ao paroxismo, com sua visão da riqueza imediata, do lucro e da extrema fragmentação/especialização da produção, inclusive, da produção do conhecimento.

18) A crítica ecossocialista da matriz produtivista-consumista dos atuais modelos de desenvolvimento predatórios, embotantes e desumanos se dirige também à proposta de "crescimento zero" ou do anticonsumismo monástico para o Terceiro Mundo. Propomos, sim, um redirecionamento da produção-consumo que vise prioritariamente a superação da miséria, tanto material como espiritual e uma gestão democrática dos recursos. Para os ecossocialistas a produção não é um fim em si mesma mas um meio para a efetivação de uma sociedade igualitária baseada na radicalização democrática (que combina democracia direta e representativa).

19) A tese do "crescimento zero" demonstrou toda a sua fragilidade sobretudo nos

períodos de recessão e desemprego, inclusive com queda do PIB. Mesmo nesse contexto a degradação ambiental só fez progredir. Nada temos contra o crescimento se ele for baseado na proteção da natureza na gestão democrática dos recursos. O crescimento do ser humano não pode ser reduzido ao consumo de bens materiais. Não queremos substituir o ser pelo ter. Essa é a utopia capitalista.

20) Para os ecossocialistas o trabalhador não se define como "mão-de-obra" ou "força de trabalho", mas como um ser humano pleno e complexo, com direitos integrais de cidadania. Não reduzindo o ser humano ao mundo da produção, nem tampouco à sua dimensão econômica. A economia é apenas um instrumento a serviço da sociedade, e não ao contrário como acontece no capitalismo e, portanto, deve estar subordinada democraticamente aos cidadãos.

21) Os ecossocialistas não entendem que o proletário fabril e rural sejam os únicos agentes da transformação social. Há um movimento real, constituído por diferentes movimentos sociais, que procura suprimir o estado de coisas existentes. São pessoas que pelas mais diferentes razões rompem a sua inércia e vêm para o espaço público construir novos direitos.

22) Os ecossocialistas propõem novos critérios para a elaboração da contabilidade nacional, onde sejam computados os custos da degradação do meio ambiente como, por exemplo, a perda da biodiversidade, do fundo de fertilidade da terra (e da água), dos mananciais. A poluição é um claro exemplo de socialização dos prejuízos e da privatização dos benefícios. Para nós são indicadores do desenvolvimento, o tempo livre e o avança cultural do povo, e para isso é fundamental retomar a luta pela diminuição da jornada de trabalho. Não existe nenhum limite natural para a jornada de trabalho. Ele é claramente político e é o resultado das lutas de classes. Entendemos que o trabalho é uma necessidade e, como tal, deve ser democraticamente gerenciado e reduzido para que o homem possa ser efetivamente livre.

23) A sociedade americana, paradigma de desenvolvimento na ótica dominante, no seu afã produtivista-consumista chegou à insana condição de, com apenas 6% da população mundial, consumir 25% da produção mundial do petróleo. Desse modo se 24% da população mundial tiver o padrão cultural da sociedade norte-americana, consumiria 100% do petróleo mundial. Esse modelo se mostra, assim, definitivamente como um modelo não só devastador-poluidor como também excludente socialmente. Se na utopia capitalista a felicidade deve ser alcançada através do consumo de bens materiais com todas as conseqüências já apuradas, nós, ecossocialistas, propagamos por um redirecionamento do que seja riqueza que incorpore, inclusive, a dimensão ética pois deve se estendida a todos os seres humanos e se pautar no direito à vida de todos os seres vivos.

A sociedade moderna surgiu apoiada numa ética do trabalho, que, no entanto, vem sendo substituída pela ética do consumo. É preciso superarmos, dialeticamente, a ambas.

24) A ciência e a tecnologia são indispensáveis para a construção da sociedade ecosocialista, onde haja a superação do desperdício e da devastação e a diminuição da jornada de trabalho (o tempo livre). Todavia não podemos cair no mito racionalista que a ciência e a tecnologia são os únicos motores para se alcançar tal fim. É a própria noção de riqueza e de trabalho que precisa ser reelaborada. Outras sociedades, menos complexas tecnologicamente do que a nossa foram capazes de subordinar o trabalho e não se escravizar a ele.

25) A luta pela construção do ecossocialismo passa, necessariamente, pela invenção de novas tecnologias e por uma apropriação crítica do complexo tecnológico hoje à disposição da humanidade. Nesse sentido devemos estar atentos e abertos a todo o complexo científico-tecnológico que o conhecimento humano produziu e, sobretudo, saber adequá-lo às particularidades socio-culturais de nosso povo, tanto para recusá-lo, como para dele nos apropriarmos.

26) Até agora o movimento popular e sindical tem se preocupado com a questão tecnológica basicamente por seu impacto no (des)emprego, com ênfase nas conseqüências da robótica e da informática. Esse é um aspecto importante e através dele é possível perceber com clareza que a redução de jornada de trabalho constitui-se numa bandeira extremamente moderna e atual. No entanto, há um outro lado da questão que precisa ser aprofundado: é que em muitos casos o trabalhador tem vendido a sua saúde (insalubridade como adicional no salário) em vez de lutar pela despoluição das fábricas e dos processos de produção, deixando intacta a matriz tecnológica do capital. Os ecologistas lançam junto aos sindicatos e à classe trabalhadora a luta política pelas tecnologias limpas e por um ambiente de trabalho saudável, tanto no aspecto bio-físico-químico, como psico-social. Devemos, pois, assumir a luta por tecnologias que minimizem o impacto agressivo, sobre a saúde e a vida de quem produz e o meio ambiente, patrimônio da população e base de sua qualidade de vida. A luta pela substituição das tecnologias sujas que usam o benzeno, o mercúrio, o ascarel, o asbesto, os agrotóxicos e o jateamento de areia (nos estaleiros, por exemplo), entre outros, supõe o aumento da consciência de classe e, por incorporar a dimensão ecológica, torna-se uma questão de interesse de toda a humanidade, contribuindo para superar o corporativismo. Ambientes de produção ecologicamente seguros é condição preliminar para que todo o ambiente seja despoluído. O segredo comercial, normalmente invocado pelo capital para não revelar a composição química de seus produtos, não pode estar acima da vida.

27) As chamadas tecnologias limpas não se resumem ao tratamento da saúde, dos

efluentes e despejos, mas na despoluição de todo o processo de produção em todas as suas fases. O ecossocialismo não quer limpar a atual organização do processo produtivo, sem alterar seus princípios e sua lógica de funcionamento. Não queremos pintar de verde a fachada do prédio do capitalismo predatório, mantendo inalterada sua lógica de exploração, exclusão e desigualdades.

Assim, a bandeira das tecnologias limpas deve se associar às transformações na estrutura da propriedade, de distribuição e da natureza do consumo final.

28) Para efetivar esta bandeira torna-se fundamental uma articulação entre a comunidade científica, o movimento ambientalista e o movimento popular e sindical. Isolados estes, as teses ficam nas gavetas e a chantagem patronal joga os trabalhadores e ecologistas uns contra os outros. São os trabalhadores que vivem cotidianamente submetidos às piores condições ambientais tanto no seu local de trabalho, como de moradia. É preciso, no entanto, romper com os corporativismos que opõem trabalhadores de um lado e ambientalistas e cientistas de outro. Se os trabalhadores, por exemplo, não têm onde morar e, constrangidos, invadem áreas de interesse público, como mananciais, é preciso afirmar que, nesse caso a questão habitacional torna-se de interesse público e haveremos de buscar alternativas para que os trabalhadores tenham um teto e o manancial, por ser de interesse público, seja preservado.

Assim é preciso reverter o corporativismo e a alienação a ele vinculada, aprofundando a luta política, cimentando a concepção de uma nova sociedade fundada em um outro tipo de desenvolvimento tecnológico.

29) Os ecossocialistas propugnam pela reciclagem dos resíduos e materiais, a descentralização geográfica da economia e da política, pelo combate ao desperdício e à obsolescência precoce planejada do produto. A durabilidade deve se constituir num critério de qualidade do produto. Estas são bandeiras que devem estar associadas à luta contra a pobreza (material e simbólica), à concentração de terra e renda e à dependência externa.

30) A conversão gradual do complexo militar e industrial para uma economia voltada para um desenvolvimento autogerido, democrático e sustentável deve ser acompanhada pela transformação radical dos critérios de investigação de ecotécnicas, tecnologias economicamente eficientes, poupadoras de energia, descentralizáveis (tanto no plano técnico, como político), ecologicamente seguras e capazes de serem apropriadas e geridas pelo trabalho coletivo.

31) A tendência atual do capitalismo de diminuir cada vez mais o número de trabalhadores do processo de produção material, aumentanto enormemente a capacidade de produção, tem como um dos sustentáculos a manipulação do desejo,

a fabricação capitalista da subjetividade através da mídia, sobretudo da televisão. Este tem sido um poderoso instrumento político dos grandes monopólios. A democratização dos meios de comunicação torna-se essencial. Pela "Reforma Agrária no Ar".

32) A defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, em todos os níveis é fundamental para que criemos um complexo científico-tecnológico que contribua para um desenvolvimento ecologicamente seguro, voltado para o interesse comum e a soberania dos povos. Só com um estreitamento profundo da Universidade com os interesses da grande maioria do povo, será possível quebrar o mito da neutralidade das forças produtivas. A busca de um paradigma filosófico e científico não reducionista é parte da luta por uma Universidade de qualidade e voltada para o interesse comum.

33) Um projeto ecossocialista pressupõe as Reformas Agrária e Urbana e devem ser pensadas na sua articulação com a matriz energética. O incentivo às formas de geração de energia descentralizadas como mini-usinas, biodigestores, eólica (vento) e solar é importante no sentido de democratizar o acesso à energia sem aumentar a pressão sobre a atual matriz energética, esta sim excludente, com vistas a possibilitar o desenvolvimento de pequenas e médias cidades.

Essa preocupação não deve nos omitir das responsabilidades quanto aos problemas das grandes cidades exigindo a proteção de encostas, dos mananciais e fundos de vales, a primazia do transporte coletivo sobre o individual, o uso do gás como combustível, ciclovias, reciclagem do lixo urbano e outras propostas.

34) Na sociedade atual há um verdadeiro culto à centralização, à concentração e ao que é grande (ao maior) sob o pretexto de que seriam mais eficientes. Combatemos radicalmente esse princípio não por um culto ingênuo ao pequeno, ao menor, mas sim pela hierarquização e centralização do poder que os megaprojetos comportam.

O limite de tamanho é desigual para as diferentes atividades e sociedades e não é uma questão de ordem exclusivamente técnica, embora comporte, como tudo, um lado técnico, do fazer. Como tal o limite de tamanho é sobretudo do campo do político e, assim, deve ser estabelecido a partir de uma base democrática e autogestionária.

Não é difícil perceber a íntima relação entre os megaprojetos no Brasil (Tucuruí, Jari, Carajás, Angra I e II, Itaipu, ...) e o suporte autoritário que os criou. E aqui não devemos confundir o autoritarismo com sua fachada aparente que foi a ditadura militar, mas, sobretudo, ver os vínculos profundos que mantém com o capital monopolista.

35) Os ecossocialistas lutam pelo desenvolvimento de formas democráticas e participativas de gestão em todos os níveis, desde o local de trabalho até o Parlamento através da combinação da democracia direta e da representativa. Acreditamos ser esta uma forma evoluída de gestão política e administrativa. Os cidadãos trabalhadores devem ter uma noção geral dos problemas e participar criativamente das soluções, substituindo a visão fragmentária por uma visão holística (que se preocupa com a relação das partes entre si, das partes com o todo e com a relação do todo retroagindo sobre as partes).

Para isso são necessários tanto um processo educacional que, ao mesmo tempo que estimule o senso crítico e a criatividade, vise o interesse público, como uma radical democratização dos meios de comunicação. Sem essas condições as mudanças no regime de propriedade e nas formas de gestão, que estão associadas, ficam comprometidas.

36) Para os ecossocialistas uma nova ética revolucionária é pré-condição de uma nova política: os fins não justificam os meios. As práticas autoritárias, machistas, elitistas, militarizadas e predatórias só fundamentam uma falsa transformação, sem a afirmação de novos valores para uma nova sociedade.

37) Essa nova ética ecológica planetária é incompatível com a exportação de lixo químico dos países ricos para os países periféricos e é incociliável com os testes nucleares que transformam o planeta em laboratório e a população em cobaia. Sobretudo, agora, quando caiu o muro e com ele toda a lógica da guerra fria e sua corrida armamentista, torna-se necessário a desnuclearização do mundo para que a política não fique submetida àqueles que têm o poder de definir a Morte. A queda da burocracia no Leste Europeu, saudada por todos os verdadeiros socialistas, deixou, por outro lado, o imperialismo de mãos livres para apertar o botão.

38) Defendemos uma nova divisão internacional do trabalho radicalmente diferente da atual onde os países ricos se reservam as tecnologias de ponta como a robótica, a biotecnologia, a química fina e o laser e relocalizam no Terceiro Mundo as indústrias sujas, altamente degradadoras do meio ambiente e consumidoras de energia, inclusive do próprio homem. Uma nova ética ecológica planetária supõe intercâmbio, cooperação, paz, solidariedade e liberdade no lugar da hipocrisia do nacionalismo chauvinista que justifica as próprias agressões praticadas por cada governo e empresas contra suas próprias populações e meio ambiente. O direito a autodeterminação dos povos não pode ser evocado para destruí-los, assim como as suas fontes naturais de vida. Um novo conceito de soberania é necessário, incorporando uma ética ecológica.

39) O ecossocialismo não se constrói num só País, nem numa só direção. A

solidariedade entre todos aqueles que são negados em sua humanidade, por serem explorados e oprimidos, se faz pelo reconhecimento de que formamos uma mesma espécie, cujo maior patrimônio é a nossa diferença cultural. Uma posição verdadeiramente revolucionária, ecosocialista, reconhece que habitamos uma mesma casa, o Planeta Terra, que por sua vez, vem sendo ameaçado por um internacionalismo fundado no dinheiro e no lucro e por um poder altamente concentrado: o imperialismo.

40) Os ecossocialistas entendem que é necessário romper com a idéia restrita de revolução, originária da mitológica tomada de assalto do poder, militarizada e, por sua vez, derivada de uma idéia restrita do Estado. Afirmamos que inexiste o tal corte absoluto mistificado na história, uma vez, que o processo de transformação social é composto não por uma, mas por várias rupturas, descontinuidades, desníveis e disfunções.

No entanto, numa sociedade onde o poder está hierarquizado, do cotidiano familiar ao aparelho de Estado passando pelos locais de trabalho, as diversas rupturas nos diversos níveis têm contribuições diferenciadas, embora todas essenciais num verdadeiro processo de transformação, aliás, em curso. Aqui se faz necessária, mais uma vez, uma visão que dialetize a relação entre as partes e o todo.

Os debates acerca dessa questão vêm ganhando maior profundidade no seio da esquerda. Mesmo aqueles que procuram afirmar a idéia de uma ruptura têm apontado que ela implica o estabelecimento de novas relações entre o Estado e a sociedade civil, entre os partidos e os sindicatos e demais movimentos populares. Apontam que o socialismo se torna uma necessidade reconhecida pela população quando, no processo de luta evidenciarmos os limites de desenvolvimento capitalista. Esses limites são evidenciados, por sua vez, quando a Burguesia rejeita propostas de humanização em geral, em particular no tocante à socialização da propriedade. Deste modo a ruptura deve ser entendida como o resultado prático e teórico da dialética reformas/revolução. Nesta dialética é fundamental, portanto, entender que a teoria e a prática para uma sociedade socialista devem existir já a partir do capitalismo, embora condicionada pelos limites e barreiras dessa sociedade. Aí são fundamentais, por exemplo, os Conselhos Populares. Estes devem ser organizações da sociedade civil autônomas em relação ao Estado e aos Partidos, atuando como verdadeiros laboratórios de construção de hegemonias. Assim a democracia socialista não é simplesmente a negação da democracia capitalista, mas sim a sua superação.

Se a democracia é um valor estratégico, como acreditamos, e não tático e o Poder não se localiza em um lugar restrito, como no aparelho do Estado, por exemplo, devemos instituir práticas democráticas em todos os lugares de interesse público, inclusive nas unidades de produção (empresas-locais de trabalho), o que implica

repensar o regime de propriedade. Afinal, assim como os fluxos de matéria e energia dos ecossistemas, e mesmo da sociedade, transcendem as fronteiras nacionais, o mesmo ocorre com as cercas e fronteiras da propriedade privada.

41) Por fim, a atual crise que afeta a humanidade expressa na descrença com relação ao futuro, no hipocondrismo, no alcoolismo, na violência cotidiana, no stress, na apatia e no consumo indiscriminado de drogas em geral mostra a decadência do atual modelo de desenvolvimento. Repudiamos a militarização do combate às drogas que vem substituindo a antiga caça aos comunistas. A militarização no combate às drogas acaba escamoteando a verdadeira questão: o esvaziamento do sentido da vida, a instrumentalização mercantilizada do desejo, a vida sem direito à fantasias típicas da sociedade que transformou a liberdade "numa calça Lee velha e desbotada" conforme um anúncio publicitário. Nós ecosocialistas reconhecemos que se é, num certo sentido verdadeiro, que ninguém vive de fantasia, afirmamos que também é verdadeiro que a dimensão da fantasia é inerente à vida. Nesse sentido repudiamos a sociedade que reduz a fantasia à sua busca através da droga. Sem medo de ser feliz!"

Contatos com o Núcleo dos Ecologistas do PT de Porto Alegre:

Av. João Pessoa, 785 - Bairro Farroupilha

Porto Alegre - RS - CEP 90040-000

Fone 224-3709 - Fax 226-0329

Internet E-Mail:pt_poa@portoweb.com.br

Coordenador do Núcleo dos Ecologistas: Renato Ferreira

Secretário do Núcleo dos Ecologistas: Carlos Nunes

Secretário de Organização do PT de Porto Alegre: Inês Rodenco

DECLARAÇÃO DAS FUNDAÇÕES

Reuniram-se em Porto Alegre, no dia 31 de julho, representantes de 15 fundações ou institutos de 09 países. Alguns dentre estes são vinculados a distintos partidos políticos. Outros são instituições autônomas. Entre suas áreas de atuação, destacam-se:

** Formação Política*

** Reflexão Político-Ideológica*

** Publicações*

No decorrer da reunião, verificou-se a existência de várias áreas e problemas comuns. Foi consensualmente decidido incrementar o contato e intercâmbio de publicações e de experiências entre estas entidades, de maneira a dar os primeiros passos para a constituição de uma rede de cooperação.

Presentes:

Argentina:

Instituto Buenos Aires

Instituto Bonaerense de Análisis y Proyectos

Universidad de los Trabajadores

Bolivia:

Instituto Boliviano de Estudios Sociales y Técnicos (IBEST)

Brasil:

Fundação João Mangabeira

Fundação Perseu Abramo

Instituto Astrogildo Pereira

Canadá:

Alternatives - Fórum Mundial das Alternativas

Chile:

Instituto de Ciéncias Alejandro Lipschutz

Planificación y Gestión Municipal

França:

Espaces Marx

Haiti:

CRESFED

Itália:

Partito Democratici della Sinistra (PDS)

Uruguai:

Editorial "Conclusiones"

Instituto Fernando Oturgués (IFO)

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE PARLAMENTARES

PROJETO DE RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE PARLAMENTARES ANEXA AO VII FORO DE SÃO PAULO

O grupo de Parlamentares reunido no VII Foro de São Paulo no período de 30 e 31 de julho, em Porto Alegre, ouviu informações sobre a situação dos países latino americanos e do Caribe, prestadas pelos participantes parlamentares deste Foro. Examinou principalmente a situação dos parlamentos Latino Americanos, na fase histórica de predomínio da política neoliberal que estamos vivendo. Considerou necessário fixar sua opinião sobre os seguintes pontos:

1. Uma séria ameaça paira sobre os países da América Latina. A política neoliberal imposta aos nossos povos está trazendo uma situação de grande desemprego no hemisfério, crescimento da pobreza e exclusão de vastas setores sociais, além de enfraquecer seriamente a soberania desses países e retirar-lhes autonomia de decisão nas questões de seu desenvolvimento.

2. Através dos processos de privatização indiscriminada e venda de concessões de serviços básicos, a América Latina tem visto crescer perigosamente a desnacionalização de seu parque produtivo, além de uma desindustrialização arriscada, que atinge especialmente as industrias que incorporam tecnologias mais avançadas

3. Os governos neoliberais de nossos países tem se empenhado em produzir reformas políticas, econômicas e sociais em detrimento dos interesses maiores das nossas nacionalidades e particularmente dos trabalhadores de nossas terras . As camadas mais pobres tem sido vítimas da perda de direitos sociais básicos como os trabalhistas e os da seguridade, além de privadas dos serviços de saúde e educação públicas, saneamento básico e etc.

4. Na consecução desta política anti-popular os governos tem procurado insistentemente transformar os parlamentos em instituições homologadoras de suas decisões, assumindo crescentemente o monopólio da atividade legislativa, praticamente submetendo os parlamentos aos seus ditames. Em alguns casos chega a usar sórdidos meios de suborno e corrupção, como troca de favores e compra de votos de parlamentares.

5. Constatou-se também sérias ameaças de retorno ao autoritarismo na América Latina, com a tendência a concentração de poder nas mãos do executivo, em detrimento do legislativo e do judiciário, chegando ao ponto do Ministro da Defesa da Argentina ter feito, a 28 de julho passado, uma conclamação fascista às forças

armadas dos países do Mercosul, no sentido de que assumissem o combate " ao indigenismo, aos camponeses, a subversão, ao terrorismo e ao narcotráfico", na tentativa de alterar o papel constitucional dessas Forças Armadas e jogá-las de novo contra o povo .

6. A tentativa norte americana de organizar uma associação de livre comércio- a ALCA - foi vista como um caminho a ser criticado, posto que a ALCA é uma organização comercial hegemonizada pelos Estados Unidos, sem participação dos povos americanos e das associações sociais. Condenamos energicamente a política migratória dos Estados Unidos que tem causado graves violações aos direitos humanos dos trabalhadores latino-americanos que lá vão em busca de empregos. Estas violações tem sido acompanhadas de políticas e legislações xenófobas, racistas e discriminatórias das culturas e dos trabalhadores de origem latino-americana.

7. A despeito das limitações que querem impor sobre os parlamentos latino americanos, salientou-se a importância das forças progressistas e de esquerda continuarem ganhando maiores espaços de representação popular e atuando firmemente na defesa dos interesses do povo. Neste sentido, considerou-se igualmente importante que os partidos do Foro de São Paulo redobrem seus esforços para elaborar, dentro do poder legislativo, as propostas alternativas ao neoliberalismo em âmbito social, econômico e político.

8. A reunião fixou uma posição firme de protesto contra a continuada e abusiva atitude dos Estados Unidos de bloqueio e agressão à irmã República Socialista de Cuba, inclusive mantendo a insolente lei Helms Burton, afronta não só a Cuba mas a todos os povos que defendem autonomia política e comercial no mundo.

9. Por último, a Comissão de Parlamentares considerou indispensável que o Foro de São Paulo continue com o intercâmbio de experiências e a unidade das forças progressistas e de esquerda entre seus representantes parlamentares. Para isso, se considerou necessário melhorar seus níveis de coordenação em seus diversos foros parlamentares de caráter multinacional, como o Mercosul e o Parlamento Centro-americano, assim como no Parlamento Latino-Americano (PARLATINO) e na União Internacional de Parlamentares (UIP).

No caso do PARLATINO, a reunião considerou necessário discutir e propor iniciativas que o fortaleçam e o torne mais democrático e representativo. Em particular, a Comissão decidiu levar à consulta entre os partidos do Foro de São Paulo e entre as forças políticas de cada país a conveniência de lutar para que a eleição de representantes ao PARLATINO se realize por voto direto dos cidadãos.

No caso do Parlamento Centro-Americano, a Comissão acordou fazer um chamado

em sua defesa e fortalecimento frente às tentativas dos presidentes dessa região, que pretendem enfraquecê-lo, tirando-lhe poderes e capacidade de decisão.

Em relação à agenda dos parlamentares do Foro, considerou-se necessário incluir ao menos os seguintes temas para discussão imediata:

* área econômica: proposta de reforma fiscal e revisão da dívida externa (tomando como base o documento de Caracas de julho de 97) e sobre os projetos e acordos de integração comercial e econômica (tanto os da área Latino-americana como os da área da América do Norte);

* área social: as reformas da previdência social, os sistemas de aposentadoria, iniciativas em torno do desemprego, a proteção dos trabalhadores do setor informal e sobre os direitos dos povos indígenas;

* área política: reformas na legislação eleitoral e nas regulamentações que regem os parlamentares latino-americanos.

Para preparar a discussão, as próximas reuniões dos parlamentares e melhorar a coordenação dos deputados e senadores dos partidos do Foro de São Paulo, considerou-se necessário a formação de uma Secretaria Permanente formado por um representante de cada um dos países representados na reunião. Esta Secretaria se reunirá em outubro de 97 em São Paulo, Brasil, nos mesmos dias em que ocorram as seções do Parlamento Latino Americano.

DECLARAÇÃO DO SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO

COMUNICAÇÃO: DEMOCRACIA AUSENTE

Seminário Paralelo ao Foro de São Paulo

São muitas as transformações neste final de século. O neoliberalismo e a globalização têm seus reflexos no mundo do trabalho, na cultura, na economia, na qualidade e no modo de vida de todos os que habitam o planeta.

Os setores de comunicação, de telecomunicações e de informática têm sido responsáveis, em grande parte, por estas mudanças, tanto como implementadores quanto mentores, sem que, no entanto, estas transformações tenham sido apropriadas pelas populações excluídas do globo.

A crescente riqueza produzida por estes setores - analistas indicam para o ano 2015 cerca de 40% da produção mundial em torno destes setores - e seu óbvio poder colocou para os grandes grupos internacionais a necessidade de controle total sobre as redes de telecomunicações, por onde já trafega, e trafegará ainda mais, 1 trilhão de dólares/ano. Por isso, é perfeitamente compreensível os sumários processos de privatizações impostos pelo Banco Mundial à toda a América Latina. Grandes empresas públicas de nossos países agora são entregues a megacorporações transnacionais, ou seja, decisões fundamentais para o desenvolvimento de nossos países correm sérios riscos de não mais se efetivarem em Caracas, Buenos Aires ou cidade do México, mas em Madri, Londres, Roma ou Washington.

Aos partidos de esquerda resta a tarefa de impedir que aconteça esta desnacionalização que vem sendo implantada sem ao menos acontecer qualquer discussão mais ampla com a sociedade, mesmo que seja visível a hiper - concentração de setores da mídia provocando ainda mais formação de monopólios e oligopólios privados.

Por isto, dentro deste contexto de imposição da vontade das elites financeiras internacionais e das megacorporações que atuam nas áreas das comunicações e telecomunicações, os participantes do seminário Comunicação: Democracia Ausente, indicam para os senhores delegados do 7° Foro de São Paulo, realizado em Porto Alegre, os seguintes encaminhamentos para subsidiarem a discussão deste Foro em relação a produção de políticas que enfrentem o neoliberalismo no campo da informação e suas estradas físicas e eletrônicas:

1. Que a questão da comunicação e telecomunicação tenha um sentido estratégico no enfrentamento ao neoliberalismo. Isto significa os partidos abandonarem a concepção puramente instrumental da informação para adotarem uma postura de construção de políticas tendo a comunicação como um dos eixos fundamentais.

2. Que é urgente a constituição de um controle público, não necessariamente estatal, sobre os meios de comunicação e telecomunicação.

3. Que é tarefa doa partidos de esquerda reorganizar os sistemas de comunicação no sentido contrário da concentração monopolista e com um sentido público.

4. Capacitação da sociedade para se apropriar e entender os processos políticos e técnicos da implantação do modelo neoliberal de comunicação.

5. Envolvimento direto e prioritário dos partidos na luta pela controle público destas áreas.

6. Intransigente luta contra a desnacionalização destes setores.

7. Promover o debate e o estímulo à experiências concretas aos meios alternativos de comunicação.

8. Estimular a organização dos setores de comunicação de esquerda que envolvam de forma integrada os países da América Latina e Caribe.

9. Promover a divulgação das experiências exitosas e inovadoras da autêntica comunicação de esquerda.

10. Criação de uma Secretaria Especial de Comunicação e Telecomunicação permanente do Foro de São Paulo que promova este debate no seu interior com representantes em cada país.

Porto Alegre 30 de julho de 1997.

Inara Claro - Assessora Comum. Vice - Prefeito

Dica Sitoni - Assessora Comum. Prefeitura Porto Alegre

Vera Spolidoro - Assessora Comum. Tarso Genro

Renata Brecher Müller

Flávio Müller

Renato de Oliveira - ADFRGS

Paulo André Louzada

Arno Maciel

Deoni Fellizzari - SINTAF/RS

Cláudio Dutra - Executiva FITEL

Nelson Morgardo - Partido Comunista Chile

Gladis H. Wolft - Vereadora PT/RS

Celso Augusto Schröder - Secretário de Comunicação PT/RS, direção Fenaj

Ana Ribeiro - Assessora Comun. Prefeitura Porto Alegre

Patrícia Pessi - Assessora Com. Prefeitura Porto Alegre

Itamar B. Garcez

Adroaldo Correa

Marcelo Beltrão - Executiva Fittel

Tânia Failace

Milena Weber - Coordenadora Curso Comum. UFRGS

Daniel Herz - Direção Fenaj, Coordenador Forum Nacional pela Democratização

Herman Hansen - Frente Amplio Uruguay - Partido Socialista

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE EMPRESÁRIOS

CARTA EMPRESARIAL DE PORTO ALEGRE

Empresários do Brasil, Argentina e México estiveram reunidos em Porto Alegre nos dias 1 e 2 de agosto de 1997, paralelamente ao Foro São Paulo, para debater um modelo alternativo de desenvolvimento, concluindo:

As empresas nacionais são, para nós, um termômetro e um patrimônio da sociedade. Milhares delas tem quebrado, em conseqüência das novas regras da economia mundial, e da abertura indiscriminada da economia do continente, deixando um rastro de desemprego e exclusão social, conseqüência do modelo neo-liberal adotado.

As políticas monetária e cambial adotadas têm alcançado o controle da inflação, mas têm também agravado o processo de desestruturação da produção na indústria, no campo e nos serviços, beneficiando os monopólios e oligopólios, fundamentalmente transnacionais.

A corrupção solapa a democracia, anula a execução de políticas públicas e contribui para o aprofundamento da miséria.

Esta política força nossos mercados a se abrirem para o avanço de produtos dos países desenvolvidos. Mas a promessa recíproca de globalização do mercado mundial não é verdadeira. Os nossos produtos encontram barreiras alfandegárias, taxas protecionistas, exigências de patentes para remédios, além de condicionantes internas (juros, taxa cambial, ausência de financiamento à produção) e outros expedientes de dominação que tornam essa abertura unilateral e comprometedora da soberania nacional dos países latino-americanos.

O número crescente de excluídos sociais e a concentração de renda em nossos países inviabilizam a criação de mercados internos capazes de dinamizar a atividade econômica, e agravam a injustiça social.

A falta de ética na política tem levado em muitos casos ao comprometimento da credibilidade das instituições democráticas e ao desvio de recursos públicos para priorizar interesses de poucos e poderosos grupos econômicos, ao invés do que é essencial ao nosso desenvolvimento.

Muitos governos estão, neste momento, privatizando, uma após outra, as empresas estatais. Entregam nossos recursos naturais, reservas e riquezas, bem como nossa

capacitação tecnológica, a grandes conglomerados, que passam a decidir por nós questões estratégicas e nevrálgicas para o nosso desenvolvimento.

Nosso modelo alternativo de desenvolvimento exige:

* O direito à autodeterminação dos povos e o respeito às diferenças culturais.

* Nossa união, que nos fortalece para a negociação internacional em patamares extremamente favoráveis.

* Políticas de integração e investimento produtivo que preservem os interesses nacionais democráticos e das organizações dos excluídos.

* Uma política industrial da América Latina com investimentos prioritários, incluindo a educação em todos os níveis e em pesquisa científica e tecnológica, absorvendo tecnologias apropriadas e limpas.

* Uma política agrícola com reforma agrária abrangente, na maioria dos nossos países que ainda não a fizeram, visando uma agricultura com justiça social, um mercado interno vigoroso e a democratização da propriedade.

* Ampliar os sistemas de apoio à micro, pequena e média empresas, inclusive no que diz respeito à comercialização de seus produtos.

É vital nos reunirmos com os demais segmentos sociais: os trabalhadores do campo e da cidade, os movimentos populares, artistas, intelectuais, estudantes, profissionais de comunicação, religiosos, partidos políticos progressistas, ONGs, com todos aqueles que desejam um caminho de um novo desenvolvimento sustentável e mais democracia social em nossos países.

É fundamental reunir os nossos pares e aliados nos países que sofrem dos mesmos problemas, e lutar por uma política latino-americana de integração que preserve os interesses sociais e nacionais, e os valores democráticos e de justiça social.

Criamos o Fórum Empresarial da América Latina que tem por objetivo a formação de uma rede de empresários que lutará pela implantação de um modelo econômico solidário que coloque como prioridades a erradicação da pobreza, a justa distribuição de renda, o desenvolvimento com geração de empregos, a ética nos negócios e a preservação dos nossos patrimônios humanos, culturais, econômicos e ambientais.

CIVES – Associação Brasileira dos Empresários pela Cidadania - Brasil

APYME – Asamblea de Pequeños y Medianos Empresarios - Argentina

ANIT – Asociación Nacional de Industriales de Transformación – México

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE CRISTÃOS - ESPANHOL

7º Foro de São Paulo

Porto Alegre 30 y 31 julio de 1997

Declaración del Taller de Cristianos en Búsqueda de Alternativas al Neoliberalismo

1 - Cristianos de diversos paises de America Latina, reunidos en ocasión del 7º Encuentro del Foro de São Paulo, constatamos que, apesar de numerosas contradicciones, el Evangelio siempre fué presente y vivo en la vida y en la lucha de individuos y grupos en la busqueda de la superación de todas las formas de opresión existentes en nuestro continente. La ultima de estas, el neoliberalismo, és objeto de análisis apartir de la radicalidad del mensage evangélico, obligandonos todos a buscar alternativas y a encontrar razones de esperanza en vista de la superación del sufirmiento y la no vida presentes en nuestro medio y en favor de un nuevo proyecto y una nueva escala de valores.

2 - La critica que hacemos apartir del Evangelio al neoliberalismo, en tanto que proyecto de construir las bases de una sociedad mundial bajo la hegemonía de capital y presentandose como la única forma racional de organizar la sociedad, és radical:

2.1- Porque no cumple con la función de la economía de asegurar a todos los seres humanos las bases materiales de sus necesidades fisicas y culturales y al contrario significa la muerte de millones.

2.2- Porque se construye sobre una falsa representación del mercado como auto regulador económico y social, cuando la realidad és la construcción de relaciones sociales antagónicas.

2.3- Porque és antidemocrático, restríngiendo la democracia a sus metas y al ejercicio del voto cada cierto tiempo, reduciendo el papel del Estado y manípulando la conciencia colectiva.

2.4- Porque és antihumanista, reduciendo los seres humanos a ser instrumentos para lograr sus objetivos económicos y promover valores de competitividad y no de justicia, de individualismo y no de solidaridad.

2.5- Porque és destructor de la naturaleza, por la utilización de los recursos naturales con criterios puramente mercantiles.

Por eso estimamos que nuestra tarea en tanto que cristianos és la de deslegitimar el neoliberalismo, no solamente en función de sus abusos, sino de su lógica interna que construye la desigualdad social y la de proponer un reemplazo del sistema y no solamente su mejoramiento.

3 - En consecuencia, la busqueda de caminos para las alternativas és un objetivo fundamental:

3.1- Se trata en primer lugar de recordar siempre la utopía de la sociedad justa y fraternal, que para los cristianos significa una construcción concreta material y cultural, de nuevas relaciones sociales. Una tal perspectiva no permite caer en el pragmatismo de políticas solamente coyunturales.

3.2- Esta busqueda exige también, en una perspectiva cristiana, la elección como mediación de la ética, de un análisis social partiendo de la visión de los explotados, excluidos y discriminados, para construir colectivamente una ética de las relaciones sociales y no solamente de las relaciones interpersonales.

3.3- La esperanza és el eje central de una espiritualidad cristiana y de una mistica social, pensando que el Reino de Dios és el único fin de la Historia y que entretanto este se construye en el mundo con valores de justicia y amor. La esperanza también és un elemento esencial para vivir un proceso de transición que és de largo plazo y que se realiza dentro de las contradiciones de un proceso siempre dialéctico.

3.4- Se trata entonces de construir una espiritualidad liberadora, frente la espiritualidad elitista que usa el cristianismo para legitimar el capitalismo. Se trata de vivir una espiritualidad de las luchas sociales capaz de superar las tendencias recurrentes del reformismo, los obstáculos de la institucionalización de los movimientos sociales, como el burocratismo, el verticalismo, la pérdida de contacto con el pueblo y de superar también la crisis de confianza en un proyecto alternativo.

Se trata de una espiritualidad que incluye la subjetividad de cada persona, la dimensión femenina de la cultura, la diversidad de las mentalidades, lo cual se expresa en la celebración y en la convivencia. Se trada de una espiritualidad universal, preocupada por reunir todas las fuerzas de resistencia en el mundo, en los otros continentes, en las otras creencias y todas las fuentes de una nueva esperanza.

Estas conclusiones que presentamos, como una contribución al Pleno del 7º Encuentro del Foro de São Paulo se constituye también en nuestro compromiso de seguir en la lucha por la construcción de una sociedad justa, fraterna e igualitaria, conjuntamente com todos que desean conseguir este mismo objetivo.

Convocamos a todos los creyentes y cristianos comprometidos a poner la referencia de la fe como un elemento de contribución para la elaboración de este proyecto conjunto.

La fe no nos permite la ambiguedad de las indefiniciones y de la omisión. Nuestro lado es, obligatoriamente al lado de los oprimidos, de los excluidos, de los que claman con máxima urgencia por justicia. Esta és la forma de ser coherentes con el Evangelio y las fuentes inspiradoras de nuestra fe.

Pe. José Aldunati - Chile

Flavio Guerra - Brasil

Ir. Antonio Cechin - Brasil

Pe. Francois Houtart - Belgica

Volmir Miki Breier - Brasil

Selvino Heck - Brasil

Eduardo Piñate - Venezuela

Magdalena Toro - Colombia

Jacques Tavora Alfonsin - Brasil

Ana Isabel de Moraes Alfonsin - Brasil

Judite Dutra - Brasil

Alicia Topolanska - Uruguay

Pe. Armindo Fritzen - Brasil

Pe. Roque Zimermann - Brasil

Fray Ildo Perondi - Brasil

Carmem Lorenzoni - Brasil

Maria Helena Costa Risch - Brasil

Susete Stefani - Brasil

Carlos Alberto Steil - Brasil

Cesario Silva - Brasil

Pierre Beaudet - Canada

Fray Joao Luiz Borsatto - Brasil

David Stival - Brasil

Waldir Jose Bohn Gass - Brasil

Pastor Oneide Bobsin - Brasil

Carmen Morente - España

Julio Battistoni - Uruguay

Oscar Perna - Uruguay

Pe. Oliverio Medina - Colombia

Leonardo Toss - Brasil

Pastor Roberto E. Zwetch - Brasil

Clotilde Bins - Brasil

Luiz Eduardo Prates da Silva - Brasil

Vera Luci M. P. da Silva - Brasil

Imira Machado da Rosa - Brasil

Humberto Jose Scorza - Brasil

Gilberto Carvalho - Brasil

Eugenio C. G. Hansen - Brasil

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS - "O PROBLEMA RACIAL NEGRO" - ESPANHOL

EL PROBLEMA RACIAL NEGRO

Al dar continuidad a las exposiciones y debates en los Seminarios realizados el día 29 de julio de 1997, en la salón plenario Otávio Rocha, en la Cámara de Vereadores (concejales - ediles) de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, donde se trataron los siguientes temas, "El racismo en el mundo, en América Latina y en el Caribe" y "Solidaridad al Continente Africano", proponemos a los dirigentes de los partidos y Movimientos Sociales presentes en el 7º Foro de São Paulo las siguientes propuestas y resoluciones:

I. El Combate al Racismo y la Promoción de la Ciudadanía a los Poblaciones Negras de América Latina y el Caribe.

El 7º Foro de São Paulo se realiza en el momento de que la implementación de políticas neoliberales en varias partes des mundo, trayendo como consecuencia la ampliación del racismo, la exclusión y marginalización de las poblaciones negras y mestizas.

En este contexto hablamos de racismo y discriminación racial en América Latina y el Caribe, hablamos de formas y de instrumentos de dominación y de control social, cuyo objetivo es el de negar y anular el ejercicio de los derechos humanos de la ciudadanía y de las libertades fundamentales en los ámbitos políticos, económicos, sociales, culturales, etc., para millones de personas en esta parte del mundo.

Aquí, la eliminación o inexistencia de sistemas de protección, la flexibilización de los derechos de los trabajadores, la desarticulación de las políticas sociales, la miseria, el hambre, la brutal violencia en sus más variadas dimensiones, perjudican principalmente mujeres y a los jóvenes. Entre los privatizaciones de los sectores estratégicos y el aumento vertiginoso del desempleo estructural, impulsan a las poblaciones pobres, en algunos de nuestros países, por ejemplo Brasil y Haití, que son mayoritariamente negros y mestizas, a la dramática, terrible y nefasta condición de excedente poblaciones descartables.

En este escenario proponemos al 7º Foro de São Paulo, lo siguiente:

a. que en los debates, de los contenidos de los Programas y Plataformas de Acción de los Partidos e Movimientos Sociales, se asuma que los países de América Latina y del Caribe son constituidos por poblaciones multi-raciales e multi-culturales, en los cuales el racismo es una del las causas fundamentales que impiden el desarrollo

de las poblaciones negras y mestizas;

b. que las definiciones del 7º Foro de São Paulo consideren la absoluta imposibilidad de transformaciones estructurales de nuestros países sin la debida consideración de la problemática racial y del carácter estratégico del combate al racismo en la disputa por una sociedad nueva y en la construcción de un proyecto alternativo al neoliberalismo. Proponiendo para el nuevo milenio que se aproxima un horizonte más justo, sin discriminación de raza, clase y sexo y otras formas de dominación;

c. que en oposición al neoliberalismo, el cual señala como única y exclusiva perspectiva la salida individual, sea reforzada la necesidad de una actuación colectiva y de salidas de carácter social para eliminar todas las formas de racismo e xenofobia y intolerancia.

De esta forma le cabe al 7º Foro de São Paulo crear y fortalecer acciones e mecanismos necesarios para erradicar esas practicas y garantizar los derechos de los hombres y mujeres (negros, indios y mestizos), para que sean tratados en América Latina, en el Caribe y en todo el mundo con dignidad, como seres humanos que tienen derecho a ser felices.

Para que concreticemos estos ideales, proponemos que el 7º Foro de São Paulo críe en su organización una Coordinación de Partidos Políticos y Movimientos Sociales para el combate al racismo.

II. La Solidaridad al Continente Africano

En el marco de una realidad en los últimos dos años, murieron cerca de medio millón de personas de enfermedades pulmonares sin contar con un enorme numero de muertes provocadas por el hambre, por guerras y por epidemias, los países africanos muestran indicadores de cambios en la difícil situación del continente africano en las últimas décadas.

Con el término del Apartheid Sudafricano y de largas dictaduras, como las de Idi Amin, Bokassa y recientemente de Mobuto en el antiguo Zaire, hoy República Democrática del Congo; y junto al nuevo papel que África del Sur - través del Gobierno del Nelson Mandela - que se propone a buscar la gobernabilidad y el desarrollo para el Continente Africano, son importantes indicadores de que están ocurriendo cambios significativos en la oída política y económica de la región.

De forma simultánea, la prensa internacional principalmente aquella de la potencia imperialista, que por muchos años dominaron el África Negra o apoyaran las dictaduras que desperdiciaron y debilitaron cualquiera perspectiva de desarrollo de

los países africanos - retoma el histórico slogan: "África autónoma no es viable", tratando de ocultar y desprestigiar los cambios que en esta región están ocurriendo.

Uno de los objetivos del 7º Foro de São Paulo es el de establecer un Nueva Orden Económica Internacional creando espacios de concentración y coordinación de los países de América Latina y del Caribe con otras áreas del mundo, en la búsqueda de intereses comunes.

Es dentro de esta perspectiva que hacemos un llamado a los Partidos Políticos y Movimientos Sociales que forman parte del 7º Foro de São Paulo, para que través de una nueva visión del Continente Africano, establezcan lazos para una política activa de apoyo y solidaridad internacional para la reconstrucción de África.

Porto Alegre, 29 de Julio de 1997

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MULHERES - ESPANHOL

VII ENCUENTRO FORO DE SAO PAULO

DOCUMENTO TALLER MUJER 30 Y 31 DE JULIO 1997

1) IMPACTO DE LAS POLITICAS ECONOMICAS

El rasgo esencial de este fin de milenio en los países de América Latina y el Caribe ha sido el establecimiento de políticas de corte neoliberal en todo el continente como parte del proceso actual de expansión capitalista.

La realidad del orden económico internacional imperante ha tenido fuertes impactos negativos en el continente, principalmente el aumento de la dependencia y la pobreza, con serias consecuencias en la soberanía nacional. Si en 1960 el 20% más rico de la población mundial recibió ingresos 30 veces más elevados que los del 20% más pobre, en 1990 el 20% más rico recibía 60 veces más. (PNUD Indice de Desarrollo Humano 1992. Bogotá. Tercer Mundo. 1993 pag.18.) Estudios relacionados con las proporciones de la pobreza la estiman en unos 196 millones de personas en 1990, que representa aproximadamente el 46% de la población de la región.

Ante esta realidad los partidos políticos de izquierda están obligados a profundizar la temática de género y el análisis del impacto negativo de los cambios socio-económicos en la mujer, para ser coherentes con los principios de justicia e igualdad que promueven.

Este documento enfatiza sobre la importancia de ubicar el impacto de las políticas económicas sobre la vida de las mujeres, tanto en el plano económico, como social, cultural, político, familiar y personal, planteando una plataforma básica para que los partidos integrantes del Foro de San Pablo la asuman. Sobre todo, si se tiene en cuenta que las decisiones tomadas en el Encuentro de San Salvador en 1996, no han sido cumplidas en relación a que los documentos generales deben incluir la visión de género en todos los temas que se traten.

Las políticas económicas refuerzan otros factores estructurales, legales, culturales e ideológicos que obstaculizan el despliege de las potencialidades de las mujeres, su autonomía y autoafirmación. Las restricciones existentes en el acceso de la mujer a los recursos tierra, crédito, vivienda y servicios básicos están relacionados no sólo con la desigual distribución del ingreso, sino también con la influencia de la ideología patriarcal que los legitima.

Los procesos de integración de nuestros pueblos, no deben seguir siendo concebidos unicamente desde la perspectiva de los poderes ejecutivos o de gobiernos, debe tener en cuenta las opiniones y consideraciones de la sociedad civil, y en especial de las mujeres, que somos la mitad de nuestra región y del planeta.

a) Impactos económicos sobre la vida de las mujeres

La presencia de las mujeres en la fuerza de trabajo en América Latina viene aumentando en forma consistente y significativa en las últimas décadas, triplicándose entre 1960 y 1990. Se han incrementado el número de horas que las mujeres dedican al trabajo remunerado, así como sus años de vida econónicamente activa.

La afluencia masiva de las mujeres al mercado de trabajo no ha sido acompañada de una disminución significativa de las desigualdades profesionales ni salariales entre hombres y mujeres. La mayoría de los empleos femeninos continúan concentrados en algunos sectores de actividad y con modestas posibilidades de acceso a puestos jerárquicos.

El trabajo femenino en el hogar no disminuyó ante mayores responsabilidades fuera del mismo, sino que aumentó para suplir el deterioro real de los los ingresos familiares y el desmantelamiento de las prestaciones de seguridad social . Por otro lado aumentó el porcentaje de hogares encabezados por mujeres, lo que cada vez más pone en tela de juicio la idea de que la mujer constituye una "fuerza de trabajo secundaria". Pero también existen los hogares donde el aporte de la mujer al ingreso es igual o superior al de los hombres y que no es detectado en los censos de población ni en las encuestas de hogares debido a la definición de jefatura que es utilizada.

La tasa de desempleo femenina es sistemáticamente superior a la masculina en los países de la región, a lo que se agrega la problemática específica de las mujeres jóvenes que tienen una menor oportunidad de conseguir empleo en tanto que mujeres y jóvenes. También viene aumentando la proporción de mujeres en la formas precarizadas de trabajo (con bajos sueldos, baja productividad, ausencia de contratos y protección social), tanto las "viejas" ocupaciones precarias (trabajo doméstico, por cuenta propia), como las "nuevas" modalidades del trabajo (a domicilio, eventual, a tiempo parcial, subcontratado). Sin embargo las plataformas sindicales escasamente incluyen reinvindicaciones que atiendan estas particularidades.

b) Impactos sociales sobre la vida de las mujeres

Los términos nuevos que se van incorporando al hablar cotidiano dan cuenta de los cambios profundos que estamos viviendo. Lo que ayer era "pobreza" hoy es "pobreza extrema" , más aún "femenización" de la pobreza.

Aveces nos perdemos en los términos económicos y nos olvidamos que estos problemas también tienen un correlato en la vida familiar y personal de la gente, en los cambios de la vida urbana y rural, y en todos los aspectos. En esta óptica tenemos mucho que decir las mujeres. Porque la estrategia de supervivencia familiar ha sido la de incorporar nuevos integrantes de la familia a trabajar, y trabajar más horas aún a costa de salarios peor remunerados. Esto ha cambiado la vida familiar, porque la mujer ve acrecentadas sus responsabilidades de aportar un ingreso a la familia pero sin poder desatender su rol de madre, sin que al mismo tiempo se haya producido una democratización de la vida familiar.

Sentimientos de culpa y frustración se suman a la impotencia de solucionar los problemas económicos, o si éstos se neutralizan de todos modos no logran mitigar el deterioro de las relaciones interpersonales con las hijas, hijos y con la pareja.

Los cambios económicos han obligado, en todas las clases sociales a cambios en los papeles que juegan hombres y mujeres. El tradicional hombre proveedor, hoy puede ser un desempleado o un trabajador a destajo o subocupado. Este trastoque de jefes en jefas de familia sin una adecuación cultural que lo acompañe, ha traído una reacción de amargura, frustración y violencia que hoy invade el medio social en todos sus estratos.

Las mujeres jóvenes requieren además una atención especializada en relación a los problemas de violencia, embarzo adolescente, educación y su propia inserción en la sociedad.

Enfrentamos la invisibilidad social en todas las labores que realizamos. Del mismo modo que sólo se percibe los impactos negativos en el medio ambiente cuando la naturaleza termina cediendo, tampoco se valoran las mil tareas que realiza la mujer. Entre éstas, la mujer debe asumir un papel predominante en el uso y distribución de los recursos naturales en proceso de creciente deterioro, que no aseguran en el corto ni el largo plazo la continúa satisfacción de las necesidades humanas presentes o futuras.

El impacto actual de la política económica traducida en los roles del Estado está desarticulando el desarrollo social debido al recorte de diversos servicios en que las mujeres son usuarias tradicionales. Esto ha impedido que se proporcione salud preventiva y curativa e integral a las mujeres en todo su ciclo vital y acordes al perfil epidemiológico de las enfermedades de las mujeres en su condición de género.

Es importante destacar que la situación en todos los países de América Latina y el Caribe es heterogénea, pero en nuestro continente las mujeres siguen empeñadas en acciones para la búsqueda de una mayor igualdad.

Destacamos en esta heterogeneidad que Cuba mantiene una lucha sostenida pra asegurar los derechos sociales de su pueblo en el que las mujeres juegan un papel fundamental como destinatarias y protagonistas.

En este escenario, hoy más que nunca reivindicamos nuestro derecho emancipatorio y de crecimiento como seres humanos.

2) LA DEMOCRACIA COMO BASE DE ANALISIS

Nuestro accionar debe fundamentarse en el fortalecimiento del modo de vida democrático. La lucha por la Democracia es algo que nos atañe, entendida ésta como gobierno del pueblo y para el pueblo. En este sentido, nuestras políticas deben estar dirigidas a la construcción de una sociedad de iguales, respetuosas de las diferencias étnicas, religiosas, culturales, de género, y de opción sexual, que sea capaz de incorporar toda la riqueza de la diversidad a la construcción de la sociedad por la que luchamos los partidos de izquierda.

Para nosotras, la ciudadanía no está referida sólo a los derechos civiles del individuo frente al Estado, sino a los derechos económicos, sociales, políticos y culturales para todos los seres humanos, garantizando además el ejercício de los derechos reproductivos, sexuales y de decisión sobre el própio cuerpo.

La Democracia es aún imperfecta en nuestros países, pero lo que no es evidente para la mayoría, incluidas las propias mujeres, es que parte de su imperfección radica en las desiguales relaciones de poder y la existencia de violencia contra la mujer. Debemos exigir el adecuado marco democrático para el ejercicio de plenos derechos de nuestra ciudadanía.

En la medida que estos aspectos tienen una estrecha relación con los temas de poder, debemos asegurar el acceso de las mujeres a los puestos de decisión en todo nivel, a efectos de mejorar las posibilidades de incluir la perspectiva de género en la resolución de todos los problemas de la comunidad involucrada. Sin capacidad de decidir no cambiaremos las condiciones de desigualdad ni aseguraremos el fortalecimiento de una verdadera Democracia.

Las nuevas experiencias de gobiernos locales de izquierda comprueban que somos trabajadoras incansables en todas las tareas para el éxito de dichos gobiernos, que han sabido ser una verdadera alternativa de conducción política en los países de América. Estos éxitos debemos evaluarlos como un avance concreto en el camino

hacia el gobierno nacional. La izquierda tiene capacidad de resolver sobre los problemas de la realidad y para ello es imprescindible contar con mujeres capacitadas en el ejercicio del poder.

3) ARTICULACION PERMANENTE DE LAS MUJERES EN EL FORO

La globalización por tanto, nos plantea con más fuerza que nunca la necesidad de un mayor nivel de coordinación y de unidad de acción de las mujeres militantes de los partidos del Foro de San Pablo. Allí estaría nuestra fortaleza, que podría concretarse con la creación de algún mecanismo en su interior que asegure la continuidad del accionar de las mujeres militantes políticas. Al propio tiempo, nos plantea a nosotras la necesidad de insertarnos en el movimiento de mujeres progresistas y revolucionarias para ofrecer nuestros aportes y sobre todo para nutrirnos de su sabia renovadora y de sus saberes que nos permita, y permita a nuestros partidos, mantener el oído y todos los sentidos vinculados a las necesidades e intereses de un segmento social que constituye la mitad de la población.

Por todo lo antes expuesto, las mujeres proponemos al Foro de San Pablo la creación de una Coordinadora de Mujeres pertenecientes a partidos de izquierda en América Latina y el Caribe, que funcione de manera permanente.

Para orientar la actuación del Foro y de esta Coordinadora proponemos la siguiente Plataforma Básica.

4) ACCIONES DE LAS MUJERES DE IZQUIERDA PARA LA UNIDAD Y LA IGUALDAD

Debemos construir una agenda de accíon al interior de la izquierda que contenga los objetivos estratégicos básicos y las acciones que promuevan la mayor igualdad y participación de las mujeres en la vida política, económica y social de la región.

Los partidos de izquierda deben asumir esta plataforma como própia, insertando las propuestas en la plataforma general y creando los mecanismos para su aplicación.

Los puntos de esa plataforma básica son:

a) que las estrategias de construcción de un nuevo modelo económico en el que los partidos de izquierda están empeñados, responda a nuestra realidad de género: estableciendo acciones concretas para eliminar la discriminación en el empleo y salario, impulsando programas específicos para la mujer rural, reconociendo el trabajo no remunerado que realizan las mujeres, generando programas de formación profesional y adecuando las normas de seguridad social para dar visibilidad al doble esfuerzo como trabajadoras asalariadas y trabajadoras del

hogar, reproductoras de la fuerza de trabajo de la sociedad.

b) que se valore e incluya en la lucha por los derechos humanos los derechos de las mujeres, inclusive reformulando la legislación de forma de combatir la discriminación en el campo económico, social, familiar, sicológico y físico. Los derechos de género incluyen una transformación en la imagen que se construye sobre la mujer para evitar el estereotipo de roles asignados, el lenguaje y la educación sexista.

c) que se establezcan políticas de acción afirmativa de modo de asegurar el acceso de las mujeres a los puestos de decisión en todo nivel, dentro de los partidos y en los cargos ejecutivos y legislativos, a efectos de incluir la perspectiva de género en la resolución de todos los problemas.

d) que se definan las estrategias de sensibilización sobre las desigualdades de género de forma de incluir esta perspectiva en las acciones y programas que desenvuelvan los partidos de izquierda.

e) que los partidos políticos de izquierda en el ejercicio del gobierno que detenten, así como en las acciones que lleven a cabo desde la oposición, garanticen la implementación de políticas públicas sobre la optica de genero dirigidas al combate de todas las formas de discriminación, garantizando la participación de las mujeres en las instancias de poder y decisión.

f) considerando el avance en los textos aprobados en Conferencias Mundiales, regionales y en acuerdos internacionales, que los gobiernos ya se han comprometido a cumplir, se impone que los partidos políticos de izquierda se involucren en el seguimiento a dichos compromisos. De igual manera debemos tener conciencia crítica de esa plataforma y de su instrumentación, articulando con el movimiento amplio de mujeres en una posicíon respetosa y unitaria.

Pero nuestro esfuerzo no tendrá sus frutos si los partidos de izquierda no asumen esta plataforma como propia, insertándo las propuestas en la plataforma general, en lugar de que sea un apéndice en los documentos.

Por último el II Encuentro de Mujeres del Foro de San Pablo decide por apoyar e impulsar la convocatória del Encuentro Mundial de Solidariedad entre las Mujeres a realizarse en Havana -Cuba entre los dias 13 a 16 de abril de 1998. Para eso decido por la formación de Comités Preparatórios y propone que la coordinación del Foro decida empeñarse tambien en su realización.

Para darle continuidad a estos objetivos proponemos que el Foro resuelva por la

creación de una Coordinación de Mujeres integrada por representantes de los siguientes partidos: PRD de Mejico. PT y Pcdo B de Brasil, PC de Cuba, Frente Amplio de Uruguay, Liga Socialista de Venezuela, Frente Sandinista responsable por designar la representación de Centroamerica y una representante de Argentina. Esta Coordinacion trabajaria con el grupo de trabajo permanente del Foro de San Pablo hasta la realización del VIII Reunión del Foro.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MUNICIPALIDADES

OFICINA DE MUNICIPALIDADES

RECOMENDAÇÕES AO 7º FORO DE SÃO PAULO

1. Dirigentes partidários, prefeitos, vereadores e autoridades locais reunidos no seminário-oficina sobre as municipalidades, tendo em vista o amplo e rico debate realizado sobre os temas , AS CIDADES, A NOVA ORDEM INTERNACIONAL, O GOVERNO LOCAL, CIDADANIA E O PROJETO DEMOCRÁTICO POPULAR E SOCIALISTA, recomendam ao 7º Encontro do Foro de São Paulo a criação, no âmbito deste foro, do comitê temático de municipalidades.

O comitê municipalidades terá como objetivo constituir e viabilizar uma rede e um fluxo de informação e cooperação entre os partidos integrantes do Foro de São Paulo e seus respectivos governos locais.

Para estruturar e viabilizar seu funcionamento, o Comitê Municipalidades constituirá uma coordenação e uma Secretaria-Executiva a serem designadas por este 7º Encontro.

2. O Seminário-Oficina Municipalidades recomenda ainda a menção, na declaração do 7º encontro, do papel dos governos locais dirigidos pelos partidos que integram o Foro na luta contra o projeto neoliberal. Nesses governos estamos desenvolvendo políticas públicas alternativas que reafirmam as responsabilidades do Estado e respondem aos interesses e necessidades da cidadania.

Porto Alegre, 31 de julho de 1997

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JOVENS - ESPANHOL

Propuesta para la accion política

en materia de juventud

en el marco de una alternativa

democrática y popular

al neoliberalismo

Propuesta de las juventudes - Frente Amplio del Uruguay y PT del Brasil para el 7mo. Encuentro de Foro de São Paulo.

Porto Alegre -28 de julio de 1997.

1. Introducción

Si bien en distintos puntos del planeta se abandona el paradigma neoliberal ante el fracaso de sus propuestas para atender satisfactoriamente las demadas del crecimiento economico y el bienestar social de la poblacion, en America Latina nuestro paises y las grandes mayorias aun sienten sus consecuencias debido al dogmatismo e insensiibilidad de gobiernos que se niegan a cambiar de politica economica.

Los efectos de la apertura indiscriminada de las economias y la prescidencia de los Estados ante resultados muy graves como el desempleo y el deterioro de las condiciones de vida en general, constituyen el contexto referencial clave para abordar los temas de la juventud en su especificidad - como uno de los sectores sociales mas desprotegidos - y a la vez sin perder de vista el hecho de que las respuestas mas profundas solo se concretaran en una perspectiva transformadora de conjunto.

En la búsqueda de alternativas y en nuestra luchas, debemos asumir tres desafios centrales:

1. desarrolar propuestas de gobierno concretas para la superacion de los problemas juveniles de cara a nuestra posibles acciones de gobierno, o de oposicion;

2. apuntalar mayores niveles de participacion activa delos jóvenes en movilizaciones tras sus reivindicaciones, y una coordinacion efectiva de los movimientos juveniles politicos y sociales, tras las mismas, en todo el continente, y

3. incorporar los nuevos problemas que aparacen en la coyuntura mundial, trabajandolos con actitid creativa para enfretarlos colectivamentey com eficacia.

El impacto de las modificaciones que tienden a globalizar un importante nucleo de patrones y valores culturales desde los centros de decision mundial, sin la mas minima posibilidad o intencion, manifesta de interacción o selectividad, es uno de los mas importantes.Teniendo en cuenta de que la inmensa mayoria de las imagenes que se ven en nuestros paises provienen de los Estados Unidos, el creciente peso de los medios masivas de comunicación en la formación, formas de comportamiento, de pensamiento y las identidades culturales en nuestras sociedades - y particularmente en los jovenes - es impressionante. Acompanado de

la llamada globalizacion economica, esta universalizacion de "las imagenes" parece ser la contracara de la fragmentacion y las diferenciaciones sociales que se van desarrollando como consecuencia paralela del dedespliegue de esta globalizacion con orientacion neoliberal.

Por outro lado ointentamos avanzar sobre algunas ideas para la discusión y construcción de un marco de regferencia general que ayude a la definición de acciones concretas a desarrollar en materia de juventud dentro de un alternativa politica de izquierda.

Estamos convencidos que ambas son tares inseparable en la elaboración de un proyecto verdaderamente transformador.La critica sin la consiguiente propuesta, resulta un ejercicio esteril a la hora de enfrentar el discurso único del paradigma neoliberal dominante a la hora de convencer a nuestros pueblos de una alternativa posible.Ya no basta con definirla por la negativa ("progresista es lo que no es neoliberal")entre otras cosas,porque nos dice poco cuando se trata de disenar y plantear propuestas movilizadoras hacia otros horizontes posibles.

Para avanzar en pos de este horizonte,el Encuentro de Jóvenes de América Latina en el marco del Foro de San Pablo, se transforma en una instancia de incalculable valor para el intercambio y la articulación de iniciativas y experiencias de las fuerzas politicas de izquierda de la región,los aprendizajes realizados en los gobiernos progresistas locales y municiaples adquieren en este marco de intercambio una especial significación.

Este encuentro debe asociar el análisis con la propuesta, y ambos con la movilización de nuestros pueblos:ser lúcidos en cuanto a la realidad es la mejor contribución que podemos hacer para que el modelo alternativo que vive en nuestras sociedades se manifieste.

Las juventudes del Frente Amplio y PT de Brasil propone la realización de un taller preparatorio para el próximo encuentro de juventudes de America Latina y el Caribe en el marco del 8vo. Foro de San Pablo.

Para tal fin proponemos que la organización de un taller preparatorio quede a cargo de la juventud del Frente Amplio y PT, sin excluir a ninguna organización que desee sumarse a la organización del mismo.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE INDÍGENAS

AO 7º FORO DE SÃO PAULO

Seminário:

QUESTÃO INDÍGENA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

As lideranças indígenas e partidárias e representantes de entidades solidárias com a causa dos povos indígenas, participantes no Seminário Questão Indígena Latino-americana e Caribenha, agradecem ao 7º Foro de São Paulo a oportunidade deste evento que permitiu nos aproximar à realidade indígena e debater as lutas reivindicatórias e propositivas dos povos indígenas dos nossos países.

Na linha de contribuir na construção de propostas programáticas para os partidos, dos quais fazemos parte, queremos expor aos participantes do 7º Foro de São Paulo algumas preocupações que cremos devam ser superadas para alcançarmos realmente uma proposta partidária integral, digna de ser autenticamente democrática, plural e solidária.

1. Historicamente a questão indígena foi tratada de modo marginal, como uma questão secundária, subseqüente, pelos nossos partidos, ou então somente no contexto dos períodos eleitorais, como a tratam os partidos tradicionais da direita.

2. Na formação dos estados nacionais, mono-étnicos e concentradores do poder, os povos indígenas sempre foram excluídos e discriminados no exercício do poder político e demais direitos. Estes problemas evidentemente não estão ligados a sua condição étnica e cultural, mas sim a sua falta de poder. Isto, a partir do momento em que os invasores europeus e sucessivos colonizadores destruíram suas instituições e estruturas sócio-étnicas, políticas e econômicas tradicionais.

3. Atualmente, no marco da globalização e do perverso neoliberalismo, os povos indígenas são vítimas de novas formas de exploração e dominação colonial e suas demandas não fazem parte da agenda dos estados, a não ser no sentido de despojá-los de seus territórios e recursos naturais e sua cultura. Os partidos políticos da direita os consideram, mas na perspectiva de reduzir ou restringir seus direitos.

4. Os partidos políticos de esquerda, que lutam numa perspectiva de transformação social, por um projeto político alternativo ao vigente, são chamados a incluir na sua agenda e programa político a questão indígena, ou então serão também

responsabilizados pela histórica exclusão dos povos indígenas do processo de desenvolvimento dos nossos países.

Os povos indígenas, por sua parte, têm o desafio de entender que sua luta não avançará se ficarem isoladas do resto das lutas sociais e políticas, no marco de um projeto democrático e popular.

5. Incorporar a questão indígena implica em conhecer em profundidade e assumir suas demandas e propostas, que entre outras são: seu reconhecimento enquanto povos, entidades coletivas étnica e culturalmente diferenciadas; seu direito à terra ou território, dos quais tiram seu sustento e sem os quais não podem desenvolver sua identidade e cultura; seu direito à livre determinação, na sua forma de autonomia, no marco dos estados nacionais de que formam parte; a alteridade de seu sistema jurídico tradicional; o reconhecimento do caráter multi-étnico e pluricultural dos Estados.

6. Para este processo é precisso criar mecanismos de consulta e discussão direta com as lideranças e organizações representativas dos povos e comunidades indígenas. Isto ajudará a superar reducionismos e conteúdos programáticos alheios às necessidades concretas e perspectivas dos povos indígenas. Temos que entender que a solução da questão indígena já faz parte da solução dos problemas que atingem o conjunto das nossas sociedades, na busca de um projeto popular, autenticamente democrático, multi-étnico e pluricultural.

Propostas ao 7º Foro de São Paulo:

1. Que os partidos políticos assumam de fato as demandas e propostas dos povos indígenas, incuíndo-os efetivamente em seus conteúdos programáticos e práticas políticas, além de envolver-se em suas lutas concretas pela conquista de seus direitos secularmente negados.

2. Abrir mais espaços para a participação dos índios nas instâncias e mecanismos de participação e decisão interna dos partidos, respeitando a especificidade do modo indígena de fazer política e de exercer a democracia.

3. Assumir e propiciar a participação de representantes indígenas, indicados por seus povos, nos espaços de poder, como prefeituras, câmaras de vereadores, assembléias legislativas, Congresso Nacional.

4. Criar em cada partido instâncias para dar tratamento específico a questão indígena.

5. Propiciar fóruns para debater e construir a solidariedade com os povos indígenas,

em nível nacional, regional e latino-americano e caribenho.

6. Que o Foro de São Paulo crie um fórum permanente para tratar sistematicamente a questão indígena e sua inclusão nas propostas políticas e estratégicas dos partidos e do próprio Foro de São Paulo.

Conclusão:

As lideranças indígenas e partidárias e seus aliados estão dispostas a contribuir no debate fraterno que leve a um tratamento digno da questão indígena no interior dos nossos partidos, mas exigem que estes mostrem vontade política e criem condições para que esta perspectiva se concretize.

Ao Foro de São Paulo pedimos avançar na criação de mecanismos que facilitem a comunicação e a integração das nossas propostas no seu espaço e instâncias.

Porto Alegre, Brasil, 31 de julho de 1997.

RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE NARCOTRÁFICO - ESPANHOL

TALLER SOBRE NARCOTRÁFICO EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

18 y 19 de julio de 1997

SEMINARIO BÍBLICO LATINOAMERICANO

San José, Costa Rica

MEMORIA

PROGRAMA:

VIERNES – 18 DE JULIO:

1.- 8:30 am Llamada a los miembros de la Mesa Principal

Por el Grupo Soberanía

Por la Asociación Americana de Juristas

Por el Foro de Sao Paulo

Personalidades

2.- 9.00 am Instalación a cargo de el Licenciado Arturo Fournier

3.- 9.30 am Conferencia de el Sociólogo y Escritor Alfredo Molano Bravo

4.- 10:15 a 10:45 am Preguntas y Respuestas

5.- 10:45 am Refrigerio

6.- 11:00 am Conferencia de el Dr. Rodrigo Gutiérrez

7.- 11:45 a 12:00 PREGUNTAS Y RESPUESTAS

8.- 12:00 Lectura de la ponencia de el Sociólogo Estadounidense James Petras

9.- 12:15 a 12:30 pm Opiniones

10.- 12:30 pm Almuerzo

11.- 1:30 pm Conferencia de el Licenciado marcial Quesada

12.- 2.15 a 2:30 pm Preguntas y respuestas

13:- 2:30 pm Mesas de Trabajo

14.- 3:30 pm Refrigerio

15.- 3:45 pm Mesas de Trabajo

16.- 4:45 a 5:30 pm Trabajo de relatoría

SÁBADO – 19 DE JULIO:

1.- 9:00 am Plenaria

2.- 10:30 am Refrigerio

3.- 10:45 am Trabajo de relatoría general

4.- 11:30 am Plenaria para informe de el relator general

5.- 12:00 M. Discusión de tres minutos por participante para agregar a la relatoría

6.- 12:30 pm Palabras de Clausura

7.- 1:00 pm Almuerzo

RESUMEN DE LAS PONENCIAS

EXPOSICIÓN DEL DR. GUTIÉRREZ

Tema del Nacotráfico: Debe ser de dominio general, pues representa una forma se sujeción de las aspiraciones populares, la estructura organizativa del narcotráfico debe ser vista de el contrabando como marco general.

Narcotráfico es una sola estructura, no es típico de este que es lo del contrabando,

se dan luchas por el control del mercado y del trasiego. Sin la gestión política es imposible la estructura del narcotráfico.

Los actores no han variado.

En la estructura de contrabando consumidores y distribuidores son circunstanciales.

Disciplina vertical en base a lealtades.

Medios propicios para la corrupción, que debe enfrentar el pueblo.

La Estructura se asienta en el 59 en Costa Rica.

Lucha contra la corrupción debe ser conducida por los diputados del Congresos.

Costa Rica es clave en trasiego de drogas y lavado de dólares.

PREGUNTAS:

Cómo caracteriza la estructura de redes de contrabando?

Los diputados también son corruptos?

En América Latina, el contrabando no tiene gran impacto económico, pues su desarrollo no permite un alto consumo.

1959: La CIA envió a Costa Rica un grupo de exiliados Cubanos para la operación en Bahía Cochinos, ligados al Narcotráfico.

En Costa Rica el Partido Liberación Nacional y el Partido Unidad Social Cristiana reciben dinero del Narcotráfico.

"Mecanismo Alternativo para enfrentar el problema, conformar una Comisión pero termina consumiendo perfeccionar los instrumentos democráticos para la participación popular en la vida política, este es el único medio. Control político.

En América Latina no existe participación popular.

Marcial Quesada: Se debe elaborar discurso alternativo que despenalice el narcotráfico, pues la y el derecho juegan en un discurso oficial, monopolizado por el imperialismo, que demostró ser un fracaso histórico.

Dr. Gutiérrez: Hay que poner en evidencia la estructura del narcotráfico.

La estructura de la corrupción del contrabando solo puede combatirse con mucha democracia.

El Narcotráfico es fenómeno político.

Señor Luis Fernández:

Diagnóstico deja claro la relación del narcotráfico con la política internacional imperialista. Existen diversos escenarios de lucha: Uno es la legalización pero otro es el control político basado en los sectores populares.

Dr. Gutiérrez:

Legalización con ejercicio de poder popular funciona.

PONENCIA DE JAMES PETRAS:

A través de principios altruistas se justifica el saqueo y la explotación.

Con el fin de la Guerra Fría, lo nuevo que amenaza es el Narcotráfico.

La intersección (EE.UU.) se justifica en nombre de su propia seguridad.

En América Latina Surgen nueva ideología: Doctrina de la lucha contra el narcotráfico, para seguir principio del alto moral, ostentando su dominio.

Mientras haya demanda hay oferta y esto es problema del sistema social y político Norteamericano.

Detrás propone un nuevo colonialismo basado en la extraterritoriedad y la geniversalización de la ley impuesta por el imperio.

Aumento la dependencia latinoamericana através del tema del narcotráfico. Se dirige a aumentar el poderío Norteamericano a través de las compañías transnacionales y penetrando la misma institucionalidad político militar Latinoamericano.

El nuevo imperialismo no es neocolonial, se dirige al control ejecutivo basado en la responsabilidad y la eficacia.

La Globalizacion es ideología.

Las ONG.s sirven para desmantelar el Estado Benefactor.

La Guerra Anti-droga es ante todo contrarevolucionario.

El imperio desgarra el tejido social en América Latina. Se confrontan los campesinos- indoamericanos y el imperio norteamericano.

COMENTARIOS:

Importancia del ejercicio del poder político: Nuevo, de alternativas de poder.

Instrumentalización de la guerra contra las drogas, retoma el concepto de imperialismo, esto es importante.

Para América Latina es preocupante el hecho de que al final de siglo se vino cotidianamente, todo aparece diluido por eso es bueno el concepto de imperialismo.

El narcotráfico abarca más allá de los sectores campesinos. El problema es rehuir a lo lívido.

Dos visiones macro:

a) Fracaso proyecto cultural y forma de vida que sustenta nuevo modelo de acumulación.

b) Narcotráfico atenta la seguridad Nacional en el contexto del nuevo orden Mundial. Se libra la guerra en la patria extranjera. Colombia se puede balcanizar y EE.UU. intenta apropiarse de una zona para nuevo canal interoceánico (Franja Costera Occidente).

La extradición es elemento para desatar guerra en Colombia, se intenta repetir Panamá (1903 Zona para abrir el canal.

INTERVENCIÓN O PONENCIA DE MARCIAL QUESADA:

El narcotráfico constituye la primera trinchera contra el imperialismo y algunos ideológicamente se han emparentado con este (incluso sectores progresistas). Para mantener hegemonía económica y política Norteamericana.

La extradición se puede plantear en el plano conceptual, como la despenalización.

Existen aberraciones jurídicas, delitos de resultado anticipado.

Hay un excesivo moralismo, un fraude de simulación. La prohibición sirve para estigmatizar y aumentar las ganancias.

Hay que construir nuevos discursos.

El derecho sirve para promover una guerra social.

Se trata de medios racionales de control de la lívido, iliminando la imaginación que se gesta en la publicidad.

El discurso debe construirse en sentido inverso al oficial

COMENTARIOS:

La intervención en Panamá es el primer caso de invasión en nombre de la droga.

Debe tomarse en cuenta el problema de la dependencia, de la justicia, de la corrupción.

Dr. Alfredo Molano.

Trabajo realizado en zonas productoras de coca.

Cómo Colombia se convirtió en país productor de cocaína, marihuana y amapola?

Narcotráfico asociado al contrabando por un lado, y por otro con la contrainsurgencia.

En la Cosa Atlántica Colombiana (Sierra Nevada) y zona sur oriental, se planta marihuana a finales de los 60, plantíos de coca ambas asociadas al contrabando.

En los 60 Cuerpos de Paz, descubren en Sierrra Nevada plantíos de Marihuana y fundan colonias Hippie, en lo indígenas se conocía el consumo de Coa, algunos pilotos Norteaméricanos que luchan en Vietnam se van a Colombia y le dan una mirada empresarial a la marihuana, en donde se asocian con los contrabandistas.

Le da soporte comercial a la marihuana estaban las armas, cuando se va la marihuana quedan las armas.

Buena parte de esto engrosan las armas de la guerrilla (FARC-EP).

Los campesinos se pasan al plantío de la coca por intermediación de los empresarios comerciantes. En los llanos orientales también se da el fenómeno de la coca, introducido como plantas medicinales. El tráfico de cocaína empieza antes de la producción de coca (énfasis en el comercio) en Colombia.

Los primeros plantadores de coa en esta región fueron lo ligados en la actividad de las esmeraldas (contrabando. En un momento se da una sobreproducción de coca, y los campesinos aprendieron a procesarlo para sacar base de cocaína, pero el extender los plantíos daba problemas.

Los años treinta son los de las reformas liberales, pero en los 50 los conservadores desatan la violencia para detener las reformas liberales.

Los campesinos se desplazan.

En esta época el partido Liberal organizó en la zona oriental grupos armados.

Estos grupos después van a quedarse en la zona, la colonizan.

El Partido Liberal se enfrenta a grupos ligados al comunismo en plena Guerra Fría, lo que desata la problemática.

Al ser derrotados, esta gente se moviliza a Uribe, otra a Guayabero y una tercera columna al Caguán. De estas zonas salen las FARC.EP

Se desarrolla un proceso de colonización armada, basado en productos que no resultan rentables, por lo que se dedican a vender la tierra y viven en constante desplazamiento, sin posibilidad de capitalizar.

Al aparecer la Coca se da gran discusión, sino se apoya la organización guerrillera pierde su base social, pues los campesinos necesitaban los cultivos. De acá sale la tesis de la Narco-Guerrilla. Hay una porción del occidente producido por los plantíos que la guerrilla capta, pero no necesariamente produce. En las FARCEP la apropiación del excedente es colectiva mientras en el ejército es individual, se vuelve en beneficio propio de algunos.

Los EE.UU. distinguen frentes que no pertenecen a carteles.

La Guerrilla es una fuerza de carácter político, esto abre la posibilidad diálogo.

La resolución con la indulgencia contribuye a resolver las causas de los plantíos de Coca, que van de carácter social y político.

COMENTARIOS:

El problema de la marihuana en la Sierra Nevada no disminuye por la producción en Estados Unidos.

El eje Escobar-Noriega financia la contra en Nicaragua.

Los señores de la Coca se vuelven empresarios diversificados, un nuevo tipo de capitalistas.

La indulgencia no es narco-insurgentes, esto es reducir blanco de ataque (guerra de baja intensidad. Los narcotraficantes son los principales financiadores del paramilitarismo.

El meollo es el conflicto entre el poder civil y el militar, a este se subordinan todos los problemas de Colombia.

En Colombia la policía también es brutal, hace parte de las fuerzas militares, es un criariato completo, la policía es más corrupta posiblemente que el mismo ejercicio, está más ligado al narcotráfico.

En Colombia no existe la posibilidad de oposición, la violencia tienen origen oficial.

MIEMBRO DE LA JCC - Juventud Comunista Colombiana.

JAVIER FERNÁNDEZ

Narcotráfico es negocio capitalista.

Existe doble moral, es rentable para grandes grupos financieros pero censura a los países políticos.

Estados Unidos elabora nuevos juegos en su política imperial, encierra a Colombia en su política anti-narcótica.

Existe entreguismo de poder y decisión.

Movimientos agrarios firmes ante violencia del Estado.

Vinculación con paramilitares.

Política Social desclientelizado y democrático basado en los sectores campesinos.

Debe favorecerse la participación social.

Reforma agraria sin desplazar a la población, sustitución de cultivos.

Frente de todos las organizaciones sociales y políticas para enfrentar a la contrareforma del Sr. Samper.

No es posible separar el problema del narcotráfico con el problema social y político que vive Colombia.

El conflicto de la juventud tienen que ver con la desigualdad social que coarta posibilidades de educación y desempleo.

No hay política clara del Gobierno frente a la juventud.

DOCUMENTO DE LA FARC-EP

Tres peligros:

* Militarismo.

* Neoliberalismo

* Narcotráfico.

Ligados al gran capital.

Nuevas armas del capitalismo para explotar a los pueblos.

Narcotráfico no es problema fundamental de Colombia. No puede tratarse por la vía militar.

Niego relación con narcotráfico.

Especial preocupación en los jóvenes, por incremento del individualismo y del consumismo.

Concentración de la tierra íntimamente ligada al narcotráfico.

El campesino se ve obligado a plantar coca, marihuana y amapola para no morir de hambre.

Ligado a esto se dan problemas de corte ecologista, (destrucción de la selva amazónica por ejemplo).

Relación de los partidos políticos y el narcotráfico.

El lavado de dineros es capital financiero y soporte del neoliberalismo.

La supuesta guerra contra el narcotráfico es contra los campesinos más pobres.

El tema es económico-político. Políticamente el tema es manipulado por los Estados Unidos. El narcotráfico sustituye al comunismo en el plano del discurso ideológico norteamericano. contrarios a la extradición por atentar a la soberanía. La certificación es también una violación del prepotente imperio. La lucha es antiimperialista, pero además contra las cúpulas nacionales.

PONENCIA DEL DOCTOR IBARDO OREJUELA DÍAZ, Abogado Colombiano, profesor Universitario, politólogo.

Ponencia sobre la extradición: Hace un enfoque jurídico- político sobre el problema de la extradición en Colombia, anotando que su ponencia se parte de un texto listo para imprimir y que saldrá a la luz pública en Colombia.

Su exposición la plantea en nueve puntos y al final la conclusión.

1- SOBERANÍA: La explica en cuanto a la configuración nacional y la democracia política. La configuración nacional repasando históricamente la colonia y el semicolonialismo. Y en la democracia política, centrándola en el pueblo como actor. Que es indisoluble el concepto de nación y democracia en el tratamiento de la extradición como violación a la soberanía.

Que son derechos y deberes de cada estado el ser jueces naturales de sus propios coterráneos y entiende que la soberanía nacional es la subordinación política-territorial para sus conciudadanos y que el estado es el gestor veedor de las garantías a sus conciudadanos.

El estímulo a la política de la extradición viola la soberanía nacional y popular. Que los inspiradores de esta política son los Estados Unidos de Norteamérica quienes

históricamente ha demostrado la injerencia y entrometimiento en estos países y menciona la doctrina MOROE de América para los americanos, y segundo la de Teodoro Rusbell, la política del gran garrote con su célebre frase "I TOOK PANAMÁ" (yo tomé a panamá), política que busca reemplazar las conductas de las naciones por el intervencionismo unilateral de Washington y no cooperación a las Naciones Unidas.

Que la extradición ante las leyes del neoliberalismo corta la oferta pero se mantienen el mercado y que igualmente mañana se acudiría a la oferta de otras partes del mundo o a situaciones particulares de otros estados con crimen altamente organizado. Señala estudios según los cuales la mafia colombiana por llamarla de algún modo, sería ínfima frente a la mafia rusa, ante su peligrosidad y potencialidad al tener capacidad de manejo hasta de elementos de punta nuclear.

Por su parte la percepción de Washington es que hay una conspiración contra el imperio y la respuesta es de guerra preventiva como táctica igual a la empleada en Asia.

2- Tratamiento Imperial:

En este tópico hace énfasis nuevamente en que obedece a toda una política del imperio con sede en Washington, para mantener el control, dominio y hegemonía.

3- Política violatoria de los Derechos Humanos:

Que indiscutiblemente en los Estados Unidos no existen garantías procesales, ni para los colombianos, ni latinos.

Que dos convenios internacionales sobre el tema como lo son el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos de las Naciones Unidas de 1966 y el Pacto de San José de 1969, sobre el mismo tema, no han sido ratificados ninguno de los dos por los Estados Unidos de Norteamérica, quedando sin piso la garantía al debido y legitimo proceso, a la defensa, a la carga de la prueba y a controvertir la prueba. Durante su exposición el ponente hizo énfasis en casos concretos de ciudadanos colombianos juzgados por la justicia Latinoamericana. Denunció la falta de defensa al Señor Carlos Leder, relatando que de cinco testimonios valiosos para tumbar la tesis del fiscal, en sus acusaciones, el país le negó la visa de entrada a los Estados Unidos a los testigos, lo cual originó la frase del sindicado ante la corte federal "Me siento como un indio ante la corte del hombre blanco". El segundo caso es como amnistía internacional, el informe del año 1986 condena a los Estados Unidos por violación al régimen penitenciario y carcelario y concluye mencionando el nombre de Carlos Leder, a quien solo le han permitido dos horas de sol al día, y permanente en una celda subterránea, y el señor Hernán Botero, quien siempre fue

mostrado con billetes y cadenas. Que por la Señal Colombia cadena televisiva colombiana se pasó en exclusiva testimonios de cubanos renegados contra la revolución cubana que regresaron luego de haber pasado las humillaciones en cárceles norteamericanas y como testimonio llorando denunciaron las humillaciones a que fueron sometidos de los Estados Unidos de Norteamérica.

4- La Extradición irrespeta la tradición jurídica de Colombia.

Resalta que ningún tratado con validez jurídica se ha aceptado, la extradición de colombianos, que solo en el tratado de 1989 se obligó a la entrega de colombianos por nacimiento solicitados por otros países, pero que posteriormente la constitución nacional de 1991 en su artículo 35 consagró la tradición jurídica de Colombia de no permitir la entrega de ningún colombiano a otro país por solicitud.

5- La Hipocresía Norteamericana.

Sobre este tópico comienza resaltando lo expresado en este taller de como los casos de fumigaciones de cultivos de mariguana en la Sierra Nevada de Santa Marta, analiza dos aspectos:

a- La referencia de los Estados Unidos a las cárceles colombianas, a las cuales califica como de 3 estrellas. Pero son cárceles donde están internados los sindicados de narcotráfico. En cambio los narcos y mafiosos gringos han muerto de muerte natural y no en cárceles gringas. Menciona el caso del mafioso Luqui Lusiano; que fue condecorado en ese país por servicios prestados durante la segunda guerra mundial.

b- El argumento de que el presidente de Colombia ha sido financiado por dineros provenientes de los narcos para su campaña electoral y calla sobre la implicación de asesores de la mafia norteamericana en campañas como la del presidente Richard Nilson.

6- La extradición como supuesta política de colaboración:

Se ha planteado que la extradición es política de colaboración con la justicia y la comunidad internacional, pero no, que está demostrado que es de sometimiento al imperio y se pregunta ¿Cual es la comunidad internacional?, y responde, la dice Washington. Destaca el fogoso negocio que representa para el sistema de clínicas privadas de los Estados Unidos el tratamiento de personas afectadas por el consumo de estupefacientes y que es mayor su producido en ganancias a la de la primera de las cosechas agrícolas de los Estados Unidos. Que es un aspecto económico de mucho interés y que estamos frente a un nuevo orden político mundial en el que Washington se erige como el gran gendarme del mundo.

7- El regreso a la guerra:

Que los colombianos ya vimos, y padecimos la horripilantes escenas de los años 1988 y 1990 por la aplicación y práctica de la extradición en el país, que en dos años fueros extraditados 15 colombianos sin ningún peso ni fundamento legal existente, pues no tenía validez el tratado alegado, debido a que el congreso no aprobó o refrendó la ley que ordenaba su aplicación, que la ley del 12 de diciembre de 1986 cayó por inconstitucional y a los días el 14 de diciembre el gobierno de Barco, volvió a sancionar otra ley, el 14 de diciembre, pero sin que se hubiera hecha el tramite en el congreso y la corte constitucional lo declaró ilegal. Resalta nuevamente que sin ley fueron extraditados 15 colombianos. Que se comprenda el llamado angustioso que se hace a la opinión colombiana y opinión internacional sobre el regreso de la guerra por ese concepto. Que pese a todas las represarias con valentía el ponente junto con otro grupo de ciudadanos van a abrir una casa junto a la extradición en la Ciudad de Cali y sentencia los señores no se van a dejar extraditar, observa que se conoce que están importando y manejan importante tecnología militar de punta, es decir muy desarrollada y de acabado terminal, mientras tanto se está frente a un gobierno conejero y menciona el caso del tratamiento dado al ex funcionario costarricense Guido Sibaja, además el que para los voceros del Gobierno, la extradición no era prioritaria en su agenda gubernamental y de un momento a otro la canciller y el ministro del interior presionan en las curules de los senadores, en el congreso nacional forzando para que sean aprobados los proyectos de ley sobre extradición. Una cosa dijo el ministro del interior en el discurso de clausura del congreso y en cinco meses cambio. Concluye recordando que el fin de la guerra desarrollada por el narcotráfico terminó con la política de sometimiento a la justicia y con la promulgación del artículo 35 de la actual constitución política del 91. Menciona al actual Ministro Carlos Holmes Trujillo, quien afirma que es la primera vez que la extradición se va a votar sin presión en Colombia, y que el le pregunta que diga que presión tuvo para el votar por la extradición como constituyente en el año 91 y que responda si no es presión la agenda impuesta por el gobierno Norteamericano.

8- La Extradición hace parte del Proceso de Riesgo de Baja Intensidad:

El manejo de uso de la política implementada de cuerpos especiales de manejos diplomáticos, de presión sicológica encuadrado dentro de la ofensiva que siempre ha tenido Washington como sede del imperio, contra estos países.

Que se hace entonces natural, que quien es enemigo de la extradición, es amigo de los narcos.

Relata aspectos tendientes a resaltar la intromisión en las guerras de baja

intensidad, mencionando acciones encubiertas, como el asalto al alto del portal, edificios y todos en Santa Fe de Bogotá, en 1989, que dejó como saldos 11 muertos, quedando un único sobreviviente de nombre Custodio Gaitán Maecha, quien resultó ser lugarteniente de Gonzalo Rodríguez Gacha, jefe del palitarismo, narcotraficantes de drogas y de control de esmeraldas, y menciona a un personaje de nombre Claudio Rompert quien trabajó como comandante del frente sur de Panamá, que dirigió personalmente el operativo al asalto del alto del portal, el cual fue pagado personalmente por Gonzalo Rodriguez Gacha, que el Mismo Claudio Rompert, fue el asesor de seguridad del presidente Busch, cuando este viajó a Cartagena de Indias, corría el rumor que Claudio Escobar lo iba a matar y ese mismo Claudio es el de ese equipo de seguridad, es el mismo que posterior a la muerte de Gonzalo Rodríguez Gacha, da a conocer públicamente que el fue el que dirigió la operación para causarle su muerte, desmintiendo así la versión de que había sido el cuerpo élite de la policia nacional de Colombia. Que el tratado de 1979, entre Estados Unidos y Colombia, sale a la luz como respuesta de Torbay quien venía siendo vinculado con los intereses de los narcos, y fue el inspirador del represivo estatuto de seguridad del país, Syrus Vans y Virgilio Barco en Washington firman ese tratado y lo sancionó el ministro de Legatario Zea por lo cual se violó la ley y cayó por vicios de forma, pues debía sancionarlo el presidente titular, Torbay. Que sin embargo el exprocurador Carlos Jiménez Gómez, presentó demanda por normas de contenido y no solo de forma de la violación de la ley y contra los derechos fundamentales. Menciona el artículo 93 de la constitución nacional sobre el debate si un convenio internacional prima sobre un convenio legal constitucional.

9- La Convensión de Viena, sobre el tráfico de Narcóticos.

Toca el tema de extradición, alude a la ley 67 de agosto de 1993 para aderir a la convensión de Viena y que por tanto Colombia hizo reserva del artículo de la Convensión definiendo que Colombia no enviaría a nacionales en extradición.

Que un segundo país que hizo la reserva fue los Estados Unidos de Norteamérica acorde su constitución política con el conocimiento de la convensión. Que pasado dos años para impugnar la reserva, la señora procuradora de los Estados Unidos, solicita la extradición de los 4 colombianos. La cual no tienen ningún fundamento legal.

CONCLUSIONES DE ESTA PONENCIA:

a- Pedimos a los colombianos y centroamericanos ser receptivos por el impulso de un Movimiento Nacional por la soberanía.

b- Un pronunciamiento en que la petición de no extradición es un derecho que asiste a toda persona como conciudadano.

c- Que va a ir una comisión de abogados impulsada por el ponente, al encuentro de Guatemala para que se pronuncie sobre el respeto a la soberanía y la dictadura judicial que impera en el país.

Por último se pasó a una sesión de preguntas en que el asistente se captaron en Costa Rica no se puede extraditar nacionales Costarricenses, ni tampoco los nacionalizados, haciendo comparación con la norma Colombiana, de que no pueden ser extraditados, son los colombianos por nacimiento. En Costa Rica la Ley de extradición se hizo para que encajara dentro de la situación de Robert Vesco, afin de que por sus intereses no fuera extraditado de Costa Rica, que por eso se le conoce como la "Ley Vesco".

Que los organismos internacionales están presionando para el cambio de leyes en la Asamblea Legislativa, porque lo pide el fondo monetario Internacional. Que eso configura sedición y atentado contra la soberanía y los diputados Costarricenses no los deben aceptar.

Que en Costa Rica se presentó un gran presedente al suspender la corte constitucional el tratado existente entre Estados Unidos y Costa Rica, una vez conocida se hizo la decisión de la Corte Suprema de Justicia, de extraterritorialidad de los jueces de los Estados Unidos para seguir investigaciones por delitos contra nacionales, estadounidenses, cometidos en cualquier parte del mundo.

Se analizó los acuerdos de razonamiento en cuanto a las críticas conra la extradición, se resaltó que existen apremios legales y sentimentales frente a los desmanes de los jefes del narcotráfico que han movilizado la conciencia nacional ante tantos crímenes.

Que la extradición busca también un replantamiento del ejercicio de la justicia; promulgación de leyes y normas para garantía de aplicaciones de los derechos humanos de la población carcelaria, mejor imagen del sistema carcelario ante la comunidad internacional. Resaltar la eficacia de la justicia colombiana al tener bajo rejas a todos los llamados capos o grandes jefes de la droga. La propuesta de explorar posibilidades alternativas de una fiscalización o control internacional al régimen observación, manejo y control del sistema carcelario colombiano con predominio del respeto de los derechos humanos.

Por último se destacó ante preguntas de los participantes que pese a que están presos los grandes jefes del narcotráfico, y supuestamente desmembrada dentro de la infraestructura del narcotráfico de los carteres más poderosos, el consumo de la droga de los Estados Unidos de Norteamerica, no disminuido y los precios de la droga no se ha elevado echando por tierra la táctica de la DEA, de reprimir para

lograr aumento del valor de la droga y así evitar el acceso a ella de grandes grupos de población. Se especuló en que era inesplicable hasta el momento en que leyes o procedimientos económicos se basaba tal comportamiento. Se especuló con la hipótisis de que bien podría ser que debido a la represión los productores hicieran un mejor esfuerzo en mantener la cantidad y mejorar la calidad del producto o en segundo lugar que las grandes y voluminosas cantidades de drogas sean nuevamente puestas en circulación para su consumo para otros medios. Así concluyó la sesión de la mañana del día 19 de Julio de 1997.

RECOMENDACIONES

El fenómeno del Narcotráfico es un fenómeno político y social que debe ser atacado en su base misma:

1- El consumo y la producción, garantizando las condiciones de desarrollo y justicia social que posibiliten grandes transformaciones políticas, económicas y sociales, que tengan como resultado sociedades equilibradas.

2- Las soluciones a este fenómeno deben ser de carácter político, concertadas y no soluciones represivas que militaricen las medidas de prevención y solución del problema del narcotráfico.

3- Cada nación estado debe crear las condiciones de justicia que le garantice a sus ciudadanos la seguridad y dignidad que les permita realizar los derechos fundamentales, tanto como el desarrollo y la ejecución de los mecanismos de sanción propios

TRAFICANTES DE

MISTERIOS

ANÁLISIS DEL NARCOTRAFICO

MARCIAL QUESADA SOLIS

TABLA DE CONTENIDO

Introducción

I. El problema del tráfico de drogas

II. Evolución histórica

A. La Guerra del Opio

B. La coca en el mundo

C. De vuelta a la ilegalidad

III. Determinación de algunos problemas generales

A. La relación drogas-salud

B. La corrupción

C. La doble moral

D. La despenalización regulada

Cuando se han corrompido los principios de gobierno, las mejores leyes se hacen malas y se vuelven contra el Estado; cuando los principios se mantienen sanos aún las leyes malas hacen el efecto de las buenas.

Montesquieu

Introducción

El sentido común, los medios de información y la opinión pública insisten en la necesidad de plantear un análisis serio, veraz y objetivo acerca del problema de las drogas; pero, inexplicablemente, la discusión apenas empieza en el mundo. Para ello, es necesario enfrentar la realidad partiendo de su propia dinámica y distinguir sus principales manifestaciones fácticas, como fenómeno histórico-social. En consecuencia, la división entre drogas legales e ilegales, pierde su lugar de privilegio en la consideración metodológica y adquiere su valor relativo en el contexto de los demás factores implicados. Deja así de ser la premisa mayor que consuma los esfuerzos analíticos hasta ahora emprendidos en nuestro medio.

Para lograr un enfoque sereno del asunto consideramos que es indispensable la superación de la dicotomía entre las drogas lícitas e ilícitas. Este criterio, que constituye la esencia del problema en el campo jurídico, es artificial y no corresponde con la realidad concreta, que enfrentan los seres humanos en su vida cotidiana. En efecto, el despliegue de este artificio jurídico mediante su análisis, nos conduce a un razonamiento circular, que incide gravemente en la captación e interpretación del fenómeno.

Por el contrario, el enfoque global, que enriquece el análisis con la perspectiva interdisciplinaria, constituye una herramienta conceptual idónea para el acercamiento científico al fenómeno del narcotráfico. Ello debido, no sólo a sus características totalizante, sino, principalmente, porque permite reflejar la compleja dinámica de su desarrollo fáctico, comprender su lógica interna y evaluar su verdadera dimensión social.

Desde este punto de vista, no puede causar sorpresa el hecho que, mientras se estimula y promueve masivamente el consumo de ciertas drogas, se combata, en forma un tanto desigual y no de manera eficaz, el consumo de otras drogas, calificadas como prohibidas e ilegales. Ello no se debe a la naturaleza, calidad o consecuencias, ya que en esto no existen verdaderas diferencias, sino que se debe a razones un tanto oscuras y teñidas con tintes moralizantes.

Existe un fondo de incoherencia en el actual planteamiento oficial por cuanto las drogas que más se consumen y más daño causan a la salud pública son las llamadas drogas legales.

Nos encontramos ante una doble moral que limita y tergiversa la discusión, al partirse de una premisa falsa: drogas legales e ilegales, que como repetimos es propio del campo jurídico pero no del campo sociológico, dada la existencia de un consumo-negocio tan lucrativo, en tratándose de las mismas consideradas en forma genérica, que sólo las armas lo superan en el plano mundial.

Por eso, dada la magnitud del negocio, resulta una quijotada el pretender ocultarlo y desconocer la realidad social subyacente enfrentándolo, mediante la represión cuando lo cierto es que estamos ante un problema de salud pública, verdad manifiesta.

Un poco de glasnost sería saludable, más que quemas de herejes en la hoguera.

Se impone entonces un nuevo enfoque de conjunto que permita captar la realidad de manera integral y no en forma "compartimentada" o deformada por prejuicios o carencia de objetividad, que vea en la educación y en la verdad el método idóneo de enfrentar el fenómeno.

La televisión y los medios de comunicación social están llamados a jugar un papel de primer orden, por ser los más influyentes en la formación de las mentes de nuestros jóvenes y adultos, tanto o más que la educación institucionalizada, o la influencia de la familia, que se toman como mampara para eludir la responsabilidad de aquéllos; una especie de mecanismo psicológico de huida del mundo; de defensa.

Actualmente el narcotráfico es como un río desbordado, con cuyo dinero se compran voluntades aquí y allá. La corrupción inherente a un negocio ilegal; el llamado "lavado de dinero" o legalización de capitales se pueden combatir-controlar mediante métodos racionales.

Se deben enfrentar los fenómenos sociales partiendo de su insoslayable existencia y no luchando contra molinos de viento.

La realidad hay que enfrentarla; no se le puede rehuir. Está aquí presente y debe aceptarse y modificarse en la medida de lo posible. El método practicado hasta el momento ha demostrado históricamente ser ineficaz, como sucedió con la Ley seca o prohibición en la década de los veinte en Estados Unidos de América.

Estamos convencidos en la imperiosa necesidad de comenzar o proseguir con mayor interés el debate en torno a la despenalización del tráfico y consumo de las drogas ilícitas:

No se trata de una capitulación ante los traficantes, sino en todo caso de una forma de sacarlos del negocio. No es una aprobación de su uso, sino un reconocimiento de los derechos de los...adultos en elegir por sí mismos. No es un rechazo al "sólo dí no" sino más bien una solicitud al gobierno a fin de que proporcione asistencia y alicientes, no apenas criminales, en apoyo del no.

I. El problema del tráfico de drogas

La historia demuestra que la llamada Prohibición o ley seca, vigente en los Estados Unidos de América desde el año 1919 al año 1933, como experiencia psicosocial de control social, fue un fracaso: no logró solucionar, sino más bien agravar, el fenómeno sociológico en sus tres principales facetas: el moral, el económico y el de la salud pública, como se puede constatar en la realidad, dado el alto consumo de alcohol y tabaco como legales.

Para analizar el fenómeno aludido resulta impostergable hacer referencia al enorme poder económico que representa en el mundo actual tanto el tráfico de drogas legales como el de las ilícitas, y su consecuencia inmediata: el "lavado de dinero" o legalización de capitales.

Baste recordar que ocupa el segundo lugar en el comercio mundial, mencionándose cifras del orden de $600.000 millones anuales, siendo superado únicamente por el comercio de armas.

El núcleo del problema lo constituye la existencia de la ley prohibitiva o "ley seca

pluralista", para adecuar su nombre a nuestros días, la cual se ha constituido en la mejor aliada del narcotráfico, igual que ayer, por cuanto es un factor esencial en la determinación del precio y, en consecuencias de las ganancias producto de su tráfico: así se resume la hipótesis fundamental de este estudio.

Ese origen ilícito de tan gran cantidad de dinero trae aparejadas otras dos consecuencias: corrupción y doble moral, además de la estigmatización de naciones enteras:

Colombia no puede seguir siendo estigmatizada por un problema que no es suyo, sino básicamente de consumidores obsesionados en mantener la prohibición de las drogas mientras comercian ampliamente con el alcohol, tabaco, armas y precursores químicos. O que bloquean nuestras materias primas y nuestros productos lícitos de exportación.

Tal es la forma lapidaria con la cual Pedro Pablo Camacho termina el prólogo del editor del libro La legalización de la droga.

En resumen: debemos hacer uso de la ley en sentido negativo en lugar de su uso en sentido positivo, conforme sucede en nuestros días, por medio de la despenalización regulada.

Avanzando en la exposición, el capítulo segundo se dedica al análisis de la evolución histórica del fenómeno del narcotráfico. Para ello, se refiere someramente el proceso que inicia con la guerra del opio y finaliza con la guerra contra las drogas de nuestros días.

En el capítulo tercero, se definen los enfoques complementarios que permiten el abordaje interdisciplinario del fenómeno del narcotráfico. De acuerdo con ello, la problemática es tratada en los aspectos psicológico, legal, económico, moral y de la salud pública. Presentemos brevemente cada uno de ellos:

1) ASPECTOS PSICOLÓGICOS: la disonancia cognoscitiva como obstáculo para conocer, interpretar y transformar la realidad.

¿Ha conducido el narcotráfico, como se le interpreta actualmente, a un estado de disonancia cognoscitiva en el plano social, que bloquea la búsqueda de una distinta manera de solucionar el problema? ¿Ha conducido ella a un estado de falta de control de la realidad social por carencia de instrumentos conceptuales nuevos? ¿Responde lo dicho a una carencia de creatividad producto de un gran dogmatismo? Por el contrario, ¿conduce la prohibición a una deformación-manipulación de la libido?

2) ASPECTOS LEGALES: reducir el ámbito de aplicación de la acción penal por medio de la despenalización regulada, como una manera de desbloquear la actividad del Poder Judicial.

Reforzamiento de la libertad individual dentro del marco de régimen constitucional liberal.

Derecho Penal retomado como fue ideado originalmente: como última ratio y no como única ratio. En tal medida, darle mayor contenido al principio del Debido Proceso.

Reducción de la violencia social, de la impunidad, de la ilegitimidad del Derecho Penal y de la inseguridad ciudadana.

Liberación de recursos policiales y judiciales, los cuales se podrían canalizar hacia fines más importantes como la protección del medio ambiente.

3) ASPECTOS DE SALUD PUBLICA: mejoramiento de la salud moral y física de los individuos, mediante el control de calidad.

Prohibición de la propaganda comercial de licores y cigarrillos.

4) ASPECTOS ECONÓMICO MORALES: Forma de combate eficaz contra la corrupción, yendo a sus fuentes más sensibles: control del negocio mediante la transparencia, evitando la hiperinflación de precios y ganancias, y lográndose el respectivo pago de impuestos y patentes.

Para desarrollar los aspectos ut supra, parto de la siguiente hipótesis: Si la legalización del tráfico de las drogas ilegales resuelve los problemas generales señalados, entonces constituye el mejor mecanismo para controlar (o combatir, según el concepto o enfoque que se le dé al fenómeno) dicha situación psicosocial (por ello deben derogarse las leyes prohibitivas y regularse en debida forma el negocio).

La solución o consecuencia lógica de la legalización implicaría un debido pago de impuestos; un debido control de calidad; una mejora en la salud psicosocial evitando la manipulación comercial de la libido y a su vez provocando un desbloqueo mental que permita "ver la verdad a los ojos", como dice el ilustre filósofo Adam Schaff. Finalmente implicaría un mejor control de los hechos punibles, así como la evitación de su creación legal, factor criminógeno originado en la propia ley.

II. Evolución histórica

La guerra contra las drogas no es sino un capítulo más de la historia general de la estupidez humana. Así como reclamamos la libertad de pensamiento, para elegir nuestras lecturas o la película que deseamos ver, es decir, así como tenemos derecho a meter en nuestras mentes lo que queramos, también tenemos el derecho a elegir nuestros alimentos y otras sustancias que queramos meter en nuestros cuerpos. Los controles contemporáneos contra la droga, en lugar de estar basados en consideraciones objetivas (técnicas, científicas), más bien se parecen a las prohibiciones rituales, que descansan en consideraciones religiosas, políticas o sociales. Cualquiera que reflexione al respecto debe comprender que nuestras drogas culturalmente aceptadas en particular el alcohol, el tabaco y los remedios que alteran la mente constituyen una amenaza mayor y causan mucho más daño demostrable que las drogas prohibidas.

Thomas Szasz

Empiezo con esta cita, para ubicar desde el principio el tipo de enfoque que le haremos al fenómeno del narcotráfico, toda vez que partimos de la premisa de que el mismo está rodeado de todo un misterio; producto del deseo de manipular a las masas, deseo consciente o inconsciente pero en todo caso muy lucrativo, tanto en el plano ideológico como en el económico. O en ambos como se ha demostrado en el caso Irán Contras durante la guerra contra los sandinistas, en las décadas de 1980 y 1990; un verdadero fraude de simulación, que ha dado su aporte en el dominio que sufren los países tercermundistas y en la creación de una economía similar a la vida de un farmacodependiente: no se puede vivir sin ella (la droga o los préstamos y programas de ajuste estructural) pero tampoco se puede hacer con ella, al decir de Stavenhagen.

Cuanto mayor sea la deuda de los países en desarrollo y más severas las medidas económicas y políticas de la banca y del Fondo Monetario Internacional, mayor y más rápida será la reorientación de la capacidad agrícola y de los recursos financieros hacia la producción y exportación de drogas hacia los países acreedores en que existe demanda...

A. La Guerra del Opio

Se desarrolló a finales del siglo XVIII, producto de la Revolución Industrial, período durante el cual Gran Bretaña en su comercio con la India y China, "... consiguió el monopolio de la distribución del opio en la India e instó a los pobladores que tenía bajo su control para que cultivaran la amapola del opio..."

Como consecuencia del deseo inglés por imponer la legalización del consumo y el

comercio del opio en China se desató la Primera Guerra del opio durante los años 1839-1842. En 1856 estalla la Segunda Guerra del Opio, logrando Inglaterra, Francia, Rusia y Estados Unidos, mediante las "Tratados de Tienstin", suscritos dos años después e impuestos a China, que buscaban legalizar la importación, la comercialización y el consumo del opio.

En 1859 la guerra se reanuda y concluye con las Convenciones de Pekín, en 1860, con imposiciones similares sobre China, año en que la coca es cristalizada por primera vez en Alemania.

B. La coca en el mundo

Desde la cultura de los tiahuanacos de Bolivia, cuatro siglos antes de nuestra era, se ha comprobado la presencia de la hoja de coca; otro tanto sucedió con las culturas precolombinas encontradas por los primeros exploradores españoles en Costa Rica y en Colombia, con los Quechuas en Bolivia y los Incas en Perú. Posteriormente, extendiéndose a Europa y a Estados Unidos de América, en donde era consumida socialmente hasta por "...el Presidente de los Estados Unidos, Mc Kinley, Tomas Alva Edison y el Papa León XIII". La difusión de la coca se extendió al uso farmacopédico: "La casa Merck de Alemania elaboraba tabletas, elíxires, jarabes, etc., así como una competidora norteamericana, la Parke and Davis, que incluso lanzó al mercado cigarrillos de hoja de coca y, en 1885, publicó una monografía para médicos sobres sus virtudes".

Aparte de la coca, los trabajadores chinos traen consigo a Estados Unidos el hábito de fumar opio, el cual comienza a ser cultivado e importado a dicho país durante el siglo XIX. Además se comercializa la morfina y la heroína: "...las han publicado y difundido, provocando una demanda hasta entonces desconocida".

C. De vuelta a la ilegalidad

A raíz de la derrota de Alemania en la Primera Guerra Mundial, el gobierno norteamericano, por motivos más políticos y económicos que morales e higiénicos, hace introducir en los Tratados de Versalles de 1919 una cláusula por la cual los laboratorios alemanes deben renunciar a la libre venta al público de drogas sicotrópicos.

Ello provoca un creciente tráfico clandestino, el cual se mantiene hasta nuestros días como es público y notorio, al menos para consumidores que no lo requieran médicamente sino por placer.

En 1925 se suscribe la Segunda Convención Internacional del Opio, durante la primera Asamblea de la Liga de las Naciones, que pretendía regular el comercio de

las drogas ahora ilícitas, pero únicamente para fines médicos y científicos, y en el año 1961 la Asamblea General de las Naciones Unidas aprueba la Convención Unica de Viena, cuya introducción indica:

Las partes,

Preocupadas por la salud física y moral de la humanidad.

Reconocimiento que el uso medio de los estupefacientes continuará siendo indispensable para mitigar el dolor y que deben adoptarse las medidas necesarias para garantizar la disponibilidad de estupefacientes con tal fin.

Reconocimiento que la toxicomanía constituye un mal grave para el individuo y entraña un peligro social y económico para la humanidad.

Conscientes de su obligación de prevenir y combatir ese mal.

Considerando que para ser eficaces las medidas contra el uso indebido de estupefacientes se hace necesaria una acción concertada y universal.

Estimando que esa acción universal exige una cooperación internacional orientada por principios idénticos y objetivos comunes...

Velar por la salud física y moral de la humanidad, considerar que la toxicomanía constituye un mal grave para el individuo e implica un peligro social y económico para la humanidad, todo lo cual amerita una acción concertada y universal, guiada por principios idénticos y objetivos comunes, representan los rasgos fundamentales de dicha declaración y cuerpo normativo, el cual entremezcla cuestiones físicas con las morales que constituyen una alegoría con alto contenido moralista, aspecto este último que en nuestro criterio marca la "guerra contra las drogas", dando origen a la totalmente vigente en nuestros días doble moral, una de las peores aberraciones del mundo contemporáneo y encubridora del negocio de las armas y de las drogas, renglones prioritarios del comercio mundial actual.

Desde entonces se continúa con una "guerra de baja intensidad" (como dice Rosa del Olmo) en la cruzada contra el mal, por cuanto la existencia del comunismo se erigió en el principal enemigo de los empresarios morales de turno, hasta su caída en 1989.

Entonces el "Departamento de Estado y el Pentágono... al quedarse de pronto sin enemigo, estuvieron al borde del infarto económico militar. ¿Qué hacer con la poderosa industria de armamentos en un sorprendente mundo que pretendía

despojarse del odio? El mago capitalista extrajo de su galera el problema del narcotráfico (después de todo, Estados Unidos consume el 80% de la droga que se produce en el mundo), pero pronto advirtió que, ante tan sutil entramado clandestino, no eran aplicables tanques, misiles, armas químicas, submarinos atómicos, etcétera. Fue entonces que, como por ensalmo, apareció Saddam Hussein, con su ex abrupto consumado..."

La guerra contra las drogas, que se había intensificado desde finales de los años 70, continúa su marcha, convirtiéndose en el gran sustituto del comunismo, cual nuevo fantasma que recorre el mundo. Y así, bajo las riendas del naciente "gobierno mundial", en la era de globalización de la economía y bajo el gran alero del neoliberalismo y bajo la cobertura totalizante de los medios de comunicación mundiales, se instaura una nueva especie de "animalismo", con las características enunciadas con gran sarcasmo por George Orwell en su obra La granja de los animales.

A pesar del ciclo de fuerte represión que se inició a nivel mundial como consecuencia de la declaratoria de la "guerra contra las drogas" por parte del Gobierno de los Estados Unidos durante la administración Reagan-Bush, los porcentajes de droga incautada, de cultivos destruidos y de narcotraficantes capturados, no alcanzan a ser significativos, si se tiene en cuenta los volúmenes de droga producida, el número de hectáreas cultivadas o la cantidad de

III. Determinación de algunos problemas generales

Cogitationis poenam nemo patitur

Ulpiano

A. La relación drogas-salud

Como lo indica Cohen, líneas atrás, la falta de precauciones higiénicas, producto de la ilegalidad, constituye un factor importante en lo atinente al aspecto que ahora desarrollamos. El autor agrega lo siguiente:

También el alcoholismo crónico y el barbiturismo pueden ser más peligrosas que el consumo habitual de opio. En los enfermos con dolores rebeldes tratados durante que el consumo habitual de opio. En los enfermos con dolores rebeldes tratados durante años con opiáceos como la morfina o sus derivados, rara vez se advierten efectos nocivos atribuibles al estupefaciente, siempre y cuando este se administre con los cuidados necesarios.

Es harto conocido que el alcoholismo es una enfermedad que provoca desastres en

muchos países.

El consumo de bebidas alcohólicas por parte de la población joven de E.U. se ha convertido en un problema mayor que el causado por las drogas y ha obligado al Gobierno a pedir una drástica reducción de la publicidad de esos productos", publicidad que implica más de dos mil millones de dólares en esa nación..

Según un estudio de salud publicado en la revista mensual internacional Selecciones del Reader"s Digest, las compañías norteamericanas promueven el tabaquismo infantil en el Tercer Mundo como una manera de contrarrestar la merma de su consumo en los propios Estados Unidos: "Compañías como la Philip Morris y la R.J. Reynolds están utilizando tácticas de mercadotecnia consideradas "espeluznantes" por medios, pedagogos y psicólogos", reza un cable publicado en el periódico Esta Semana. Estos países en desarrollo son especialmente vulnerables por la falta de información acerca de las enfermedades como el cáncer y la arteriosclerosis provocadas por esta adicción, y por la falta de campañas contra su uso.

Las leyes contra el fumado se han extendido en muchos países. Sin embargo se extiende el tabaquismo, el cual "...alcanza proporciones y características de epidemia mundial..", según advirtieron expertos reunidos en San José de Costa Rica, en la Novena Reunión Latinoamericana sobre el Control del Tabaquismo. Se acotó en la misma que "...el negocio publicitario de las compañías del tabaco en Costa Rica asciende a los 500 millones de colones".

Repetidamente se ha mencionado que el alcohol es la puerta de entrada a otras drogas, como lo informa el Dr. Eliseo Valverde Monge en un artículo que publicara en La Prensa Libre del 13 de octubre de 1992:

Por lo general, la puerta de entrada a toda una tragedia, es el alcohol que hoy día se riega irresponsablemente a la juventud muchas veces con consentimiento de padres y educadores. Tratemos de vivir mejores y más años.

Toda la propaganda comercial que se derrocha por los medios de información junto a la violencia y pornografía, constituye una gran incoherencia en la historia oficial. "El lado maldito de la TV", le llama el periodista José María Penabad López ; en otro artículo suscrito por el señor Luis Montoya en La República del 6 de abril de 1989 se hace hincapié en el fenómeno de la intromisión televisiva y sus grandes secuelas, para bien o para mal, según el mensaje. Sin embargo el autor más se refiere a la forma:

Como se sabe, con el desarrollo del lenguaje, la reflexión verbal comienza a jugar un papel cada vez más importante en la adquisición de conocimientos. En tanto que

la reflexión no verbal va dejando, gradualmente, de ser la principal fuente de adquisiciones cognoscitivas.

Cada vez que necesitamos de palabras, de símbolos o de organizaciones lógicas, recurrimos al pensamiento verbal. Se trata, aquí, de funciones propias del hemisferio izquierdo. El consumo de televisión, al ser una experiencia visual no verbal, en función privilegiada del hemisferio derecho, cada uno de nosotros ha podido constatar cómo el consumo de la TV exige un escaso esfuerzo intelectual.

Y, como para cerrar con broche de oro, el Dr. Juan José Sobrado, comenta como

Es le frecuencia, el sentido, la intensidad, la dimensión, la intención, la explotación comercial como objeto de consumo, lo que hace profundamente distinta y dañina a la violencia que exhiben los medios televisivos. Al igual que con el sexo -otro gran tema de la vida humana- su trato por el arte o la narración, respecto de la pornografía, es muy distinta la violencia como objeto de circo y de mercado.

He referido lo expuesto para poner énfasis en la necesidad, en aras de un mejoramiento de la salud pública, tanto física como moral, de prohibir la propaganda comercial de licores y cigarrillo como forma de evitar el fomento irracional de su consumo, si se quiere ser consecuente con la guerra a las drogas, o su control más propiamente.

Para finalizar, el mismo tratamiento debe brindársele el fenómeno del aborto en una sociedad abortiva por sus condiciones materiales, como bien bautiza a las nuestras Yadira Calvo.

B. La corrupción

Como le hemos indicado desde el inicio del presente trabajo, el comercio de drogas en el plano mundial representa el segundo renglón, después de las armas. Sin embargo no debe olvidarse que ambas se entrelazan de manera simbiótica, no obstante la contraria apariencia simulada en forma consciente o inconsciente.

Informes de la guerra civil de Afganistán refieren cómo el negocio del opio floreció al amparo de la misma:

Kabul. Desde siempre los campesinos afganos han cosechado cantidades enormes de opio, suficientes para abastecer la mayoría de la demanda en Europa y para introducir miles de jóvenes a la drogadicción. Sin embargo, ellos utilizan tradicionalmente la pasta de opio para curar todo tipo de enfermedades.

En el transcurso de la guerra los campesinos cosecharon cantidades récord de opio, suficientes para abastecer el 80% de la demanda en Europa.

No debe olvidarse que Centro América se convirtió en plataforma hacia Estados Unidos y Europa, en el transporte de la cocaína producida en América del Sur, durante la guerra contra el gobierno sandinista de Nicaragua.

Distintas cifras se han mencionado, todas dudosas dada la falta de transparencia, pero sí indudablemente indicativas de su magnitud, acerca del comercio mundial de las drogas ilícitas:

a) Trescientos mil millones de dólares al año y cien mil millones de dólares en Estados Unidos, según la Agencia Norteamericana contra las Drogas (DEA).

b) Seiscientos mil millones de dólares se señala en un cable de la agencia EPS, correspondientes al año 1990, de los cuales ciento cincuenta mil millones de dólares se generaron el en mercado de Estados Unidos. Cifras correspondientes a ganancias. En el mismo cable se indica que hay en Estados Unidos 30 millones de drogadictos y que se consumen anualmente diez mil toneladas de marihuana y cien toneladas de cocaína.

c) Quinientos mil millones de dólares se "blanquean" al año en el mundo, de acuerdo con un informe del Consejo de Seguridad y Defensa de Estados Unidos titulado "El imperio subterráneo". Cifra comparable con los ingresos brutos de las siete empresas más grandes del mundo (General Motors, Exxon, Shell, Mobil, British Petroleum, Ford e IBM). En Estados Unidos se "lavan " con éxito unos trescientos mil millones de dólares al año, según la revista Business Week, situación que se agravaría con la puesta en marcha del Tratado de Libre Comercio (TLC) entre Estados Unidos, Canadá y México.

Y en otro orden de ideas, se sitúa una cifra que sobrepasa las cien mil personas asesinadas en Colombia durante los últimos cuatro años, producto del narcotráfico, los grupos paramilitares y la guerrilla, de acuerdo con un cable de la AFP publicado en La República del 3 de mayo de 1994.

Valga agregar que la negligencia policial en operativos antidrogas ha salido a la luz pública, como el caso publicado en La República en su edición del 3 de abril de 1993, en el que "... y producto de una descoordinación, el Tribunal de la Inspección Judicial deja entrever que, por la actuación de los miembros del OIJ de Nicoya, se descuida la vigilancia de la casa de la playa en Carrillo, lo cual permitió la movilización de aproximadamente trescientos kilos de la droga".

Según otro informe referente al mismo trasiego de 275 kilos de cocaína durante

operativo conjunto DEA-OIJ, el gobierno de Costa Rica pidió explicación a la DEA en los siguientes términos:

El propio Fishman confirmó anoche que remitió una carta al DEA y al OIJ, con el fin de que se den explicaciones de la entrega vigilada de los 275 kilos del narcótico, acción en que participaron ambas policías. Transcendió que en esa misiva se pedían detalles sobre la supuesta desaparición de una cantidad similar de droga, lo cual se habría producido durante el operativo.

En el periódico La Nación del 31 de agosto de l994, se involucra a oficiales del OIJ en el trasiego de cocaína decomisada, asunto relacionado con la muerte por decapitación del señor Ciro Monge Mena en los alrededores del Túnel Zurquí, carretera a Guápiles.

En el mismo periódico del 9 de setiembre de l994, se hace un recuento de los supuestos nexos entre algunos oficiales del OIJ con el narcotráfico: 5 de setiembre de l994 en la Delegación de Puntarenas, 29 de mayo de 1993 en la Delegación del OIJ en Limón.

Es obvio que se requiere buscar alternativas a la prohibición, como solución al gran atractivo que representan las altísimas ganancias del negocio de las drogas, legales e ilegales, mediante la transparencia económica. Es la mejor forma de desinflar el negocio, sometiéndolo al control de la ley y así evitando que bajo su ropaje se alimenten los buscadores de dinero fácil, cuya fuente principal radica en el "misterio" del placer, en el "misterio" del erotismo insoslayable y manipulado del ser humano.

El pago de patentes e impuestos constituiría una de las consecuencias de la legalización del comercio de las drogas ilícitas, con lo que se le daría mayor contenido al principio constitucional de igualdad ante la ley. Realmente es increíble que el segundo rubro del comercio mundial esté exento de dicho pago. ¿Por qué tal privilegio?

C. La doble moral

La maraña de intereses económicos e ideológicos que implica el negocio de las drogas ilícitas (y de las lícitas) ha conducido a la doble moral, pues mientras se rechazan las primeras, se promueve por medio de los medios de información el consumo de las segundas, unido al consumismo alucinante de la sociedad capitalista actual. No en balde se acepta que este último representa la "droga infernal":

La droga infernal, maldita y madre de todas las drogas, en la repetida ideología-

mito y magia, que proclama la felicidad a la que todos tenemos derecho, sin que importe lo moral, lo justo y la verdad. Una ideología que está terminando con la amistada y el amor, para lanzar al hombre en el desenfreno del poder y del tener, no importa el costo que se haya de pagar.

Es una droga intelectual, una utopía de ensueño y ambición, llena de luces y cantos; de color y sonido...

¡Al servicio de la droga maldita le hemos puesto la más grande tecnología, arte, ciencia e inteligencia, que jamás pudo soñar el mundo! La radio, el cine, la televisión, la prensa, el teatro, la música, la pintura, el discurso político...Todo ello no es más que el aparato inmenso de una publicidad sin limitaciones y sin fronteras, que nos habla de una vida humana sobre la tierra, que se ha de vivir única y exclusivamente, en aras del placer de tener poder y dinero...

El resultado es la manipulación del deseo sobre estimulando el apetito sexual, la violencia y la ingestión de drogas por medio de la propaganda comercial que instiga el consumismo desbordado, no importa que ello sea a costa del ozono y de la contaminación del planeta; de la destrucción de sus bosques y de su agua. Y todo en el nombre de la droga, cuya prohibición pretende desconocer actitudes que, según algunos, son parte de instintos del hombre y de los animales.

En efecto, de acuerdo con Ronald Siegel, psicofarmacólogo norteamericano que enseña en la Universidad de California, en un libro por él escrito titulado Intoxicación: la vida en busca del paraíso artificial, refiere que el uso de sustancias estupefacientes "es parte de nuestra naturaleza". Afirma que las raíces del moderno consumo de drogas se remontan a l35 millones de años atrás, cuando en el período Cretácico las plantas angiospermas comenzaron a producir sustancias tóxicas para defenderse de los animales herbívoros.

Ovejas atrapadas por los alucinógenos en las montañas de Canadá, cabras y caballos en delirio en el desierto de Texas, bandadas de cardenales enloquecidos por una sobredosis de pelotitas de plantas estupefacientes... hombres y animales son impulsados al consumo de drogas por una fuerza interna tan elemental y universal como el deseo de alimento y el instinto sexual.

En dicho periódico de fecha l5 de setiembre del mismo año se señala por qué el agotamiento es placentero. Se afirma que después de treinta minutos de ejercicios agotadores se goza del placer que se deriva de la relajación de los músculos, y que el cuerpo es invadido por una sensación de placidez, serenidad y ganas de vivir, producto de una hormona producida por el cuerpo humano llamada beta-endorfina, que actúa como sedativo. "La endorfina parece controlar, al menor parcialmente, el efecto de la hormona epinefrina, el acelerador bioquímico que entra en acción a

medida que aumenta el agotamiento", acota el profesor de fisiología de la Universidad Estatal de Pensilvania Peter Farrell.

En el suplemento "Revista" del periódico Esta Semana, aparecen varios artículos de sendos antropólogos acerca de la función de las hormonas cerebrales en el amor. Se afirma en uno suscrito por Anastasia Toufexis lo siguiente: "El cerebro es estimulado por la feniletilamida y posiblemente también por la dopamina y la norepinefrina, todas anfetaminas naturales. Estas producen sentimientos de euforia y placer. Esta etapa puede durar de dos a tres años y luego va desvaneciéndose". Se puntualiza que ello corresponde al cómo nos enamoramos. Seguidamente se asevera que en la etapa del compromiso "los amantes producen altos niveles de endorfinas, similares a la morfina, que crean una sensación de seguridad, calma y confort".

Al describir lo que llama "la droga del amor" anota que "la glándula pituitaria produce oxitocina -la droga del amor-, que estimula sensaciones durante el acto del amor, que a su vez crean sentimientos de íntima satisfacción y compromiso".

Lo antes expuesto corresponde al criterio de Helen Fischer, antropóloga e investigadora del Museo Norteamericano de Historia Natural de Nueva York, en su reciente libro Anatomía del amor: la historia natural de la monogamia, el adulterio y el divorcio, según publicación del periódico aludido.

En el periódico La Prensa Libre del 23 de julio de 1991, se señala que el psiquiatra de Harvard, Edward Khantzian ha sugerido que algunos adictos usan las drogas para automedicarse en busca de bienestar. En el artículo que aparece bajo el nombre de Lisa Davis, tomado de la Revista In Health, se informa que desde el año 2.500 antes de nuestra era "...los sumerios tenían un símbolo para el opio que los arqueólogos han traducido como "regocijo" o "alegría"".

Según Andrew Weil, experto en adicción, todas las culturas las han tenido -uso de drogas- excepto los moradores de las nieves, que probablemente las tendrían si pudiese crecer alguna planta en el hielo. tanto así que algunos investigadores hablan del "impulso" humano a la intoxicación.

Michael Harner, de la New School of Social Research, demostró que las brujas europeas "volaban" gracias a un ungüento que se aplicaban en su cuerpo, hecho con extractos de plantas como la mandrágora y la belladona, que contienen atropina, un alucinógeno vegetal que se absorbe fácilmente a través de la piel.

En un artículo aparecido en La Nación del 9 de agosto de l994, se informa que la marihuana podrá ser usada en los hospitales británicos como parte del tratamiento para calmar los dolores y ansiedad de algunos pacientes.

Todo lo referido atrás permite concluir que la lucha contra el uso de drogas no es más que una actitud similar a la del Glorioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha, peleando contra molinos de viento.

Así se comporta la sociedad actual. Y también permite entender que al ser humano no se le puede castrar parte de sus tendencias naturales, tal y como le sucedió a la yegua "Mollie" de La granja de los animales de Orwell, quien no podría vivir sin su terrón de azúcar y sin el lazo rojo de su crin, a pesar de que le ofrecían la satisfacción de todas sus necesidades animales restantes.

El fondo del discurso oficial no es más que "la tecnología pastoral del poder", ejercido este de arriba hacia abajo y como una manifestación más de la dominación de unos sobre otros. Todos "los de abajo", guiados por el pastor como un rebaño; más allá de las individualidades, más allá de las diferencias, más allá del sujeto: todo un mundo orwelliano, totalizador, que no deja espacio para la libertad individual. En suma, la contradicción magnificada: el neoliberalismo negando la libertad individual psíquica.

...la mecánica del poder es esencialmente represión...el poder es la guerra, la guerra continuada con otros medio; se invertiría así la afirmación de Clausewitz, diciendo que la política en la guerra continuada con otros medios...

...esta relación de fuerza mediante una especie de guerra silenciosa, de inscribirla en las instituciones, en las desigualdades económicas, en el lenguaje, en fin en los cuerpos de unos y otros...

Y por supuesto, el nuevo espantapájaros resulta altamente rentable en dicha relación de poder-dominación, en la medida en que justifica la existencia de la policía y de las armas, negocio número uno en el mercado mundial. Por ello el mismo Foucault, en la citada obra, nos ofrece otra idea esclarecedora:

La sociedad sin delincuencia. ¡Con ello se soñó a finales del siglo XVII. Y después, inmediatamente, pfft! La delincuencia era demasiado útil para que se pudiera soñar algo tan tonto y tan peligroso...sin delincuencia no hay policía.

D. La despenalización regulada

La eliminación del delito de legalización de capitales nos quitaría una gran venda de los ojos que nos impide ver la vida, abriéndose así las puertas para la búsqueda de soluciones al deterioro del ambiente y al problema de la inseguridad ciudadana real y no la ficticia, producto, la última, de la disonancia cognoscitiva. Ello permitiría el reforzamiento de la libertad individual dentro de un marco constitucional liberal.

El artículo 28 de la Carta Magna establece el Principio Universal de Acción, el derecho a la privacidad:

Nadie puede ser inquietado ni perseguido por la manifestación de sus opiniones ni por acto alguno que no infrinja la ley.

Las acciones privadas que no dañen la moral o el orden público o que no perjudiquen a tercero, están fuera de la acción de la ley.

No se podrá, sin embargo, hacer en forma alguna propaganda política por clérigos o seglares invocando motivos de religión o valiéndose, como medio, de creencias religiosas.

Siguiendo las corrientes más modernas y racionales, la despenalización del consumo de drogas ilícitas le reconocería mayor libertad al individuo, evitando que el poder se introduzca en nuestras "almas" y cercene sus opciones psíquicas tendientes a la búsqueda del placer. Por supuesto que con los sofisticados medios de comunicación modernos, la televisión y las formas audio-visuales principalmente, la libido se tergiversa y manipula atrozmente, lo que hace imprescindible sacar a los mercaderes del templo, a los que lucran con los sanos instintos del ser humano, deformándolos, hipertrofiándolos, utilizándolos para vender sus drogas consumistas y sus drogas legales cual nuevos conquistadores que nos ofrecen sus bolitas de vidrio y sus espejitos a cambio de nuestro oro.

Por lo expuesto es que también el Derecho Penal se conformaría como fue ideado inicialmente: como última ratio y no como única ratio, lo cual reforzaría el Principio del Debido Proceso consagrado en el canon 4l constitucional.

Ethan A. Nadelmann, profesor de ciencia política en la Escuela Woodrow Wilson de Asuntos Internacionales en la Universidad de Princeton, aporta al debate algunas ideas que consideramos importante citar:

Es interesante notar que el apoyo público en favor de la derogación de las leyes que prohíben las drogas ha surgido casi siempre principalmente del extremo conservador en el espectro político: William F. Buckly, Milton Friedman, el académico jurisperito Ernest van den Haag, y los editores del seminario británico The Economist, todos ellos lo han expresado así.

Continúa el citado profesor Nadelmann diciendo: "Según el sentir general, el espectacular incremento en los esfuerzos para la aplicación de la ley contra las drogas ha tenido un efecto discreto sobre este mercado ilícito en los Estados Unidos". Según él, la proscripción "... es suficiente para mantener el precio de

drogas ilegales a un nivel notablemente más alto del que les correspondería si no existieran dichas leyes". He aquí la fuente generadora de un negocio especulativo; muy lucrativo, gracias a la prohibición.

No se está más que reproduciendo la experiencia fallida de la ley seca, prohibición vigente en Estados Unidos, desde l920 a l933, que mantuvo ilegal la venta de alcohol en dicho país, lo cual hoy nos parece un absurdo.

Rememorando aquello, refiere Nadelmann:

Al mismo tiempo, se dieron cuenta de que más leyes y policía parecían generar mayor violencia y corrupción, juzgados y cárceles colmadas, desacato generalizado al gobierno y la ley, y más poder y beneficios para las bandas. Abolir la Prohibición llegó a ser considerando no como una capitulación ante bandidos como Al Capone, sino como un medio de sacar a los contrabandistas del negocio y al mismo tiempo eliminar gran parte del precio que se pagaba relacionado con estas leyes.

Refiere igualmente que "...la conexión drogas crimen que explica los gastos actuales de la justicia penal...podría cortarse". Y cierra su artículo así:

Lo sucedido en los últimos 20 años ha demostrado que una política sobre drogas conformada por una retórica destinada a atemorizar sólo ha llevado al desastre actual. A menos que estemos dispuestos a sopesar todas las alternativas, entre ellas las diversas estrategias de legalización, quizá nunca encontremos la mejor solución a nuestros problemas causados por las drogas.

Del artículo, que se publicó en la República del 1 de junio de l993, del señor Antonio Haas, se extrae lo siguiente: "De nada puede servir una guerra cuando la manzana de la discordia es un arca abierta, un tesoro inagotable del cual fluyen ríos de oro y plata, flotillas e yates y jets, rascacielos y "penthouses" en las ciudades más caras del mundo". Continúa diciendo:

Mientras ese tesoro exista y permanezca a la vista de todos, el conflicto no puede terminar. Los traficantes seguirá comprando armamentos y conciencias, ejércitos de matones o de legisladores, porque no hay país en el mundo que tenga un presupuesto antidrogas comparable con el de sus traficantes.

De acuerdo con una investigación efectuada por la Comisión Interamericana de Políticas sobre las Drogas, grupo privado de expertos de alto nivel de Bolivia, Canadá, Colombia, México, Perú y Estados Unidos, financiado por la Fundación Ford, la política antidrogas del último país citado es equivocada y ha producido los efectos contrapuestos a los pretendidos, entre otros aspectos, en el relacionado con la sustitución de las plantaciones de coca en Bolivia. Se puntualiza que el dinero

invertido en tal guerra no es más que dinero perdido: "En el presupuesto federal norteamericano propuesto para 1992, cerca del 10 por ciento de los fondos destinados para el combate a las drogas ($ll.680 millones) están destinados a tratar de detener el ingreso de drogas en las fronteras y en la aplicación de la ley..."

"La Lucha contra las drogas es un gran engaño mundial", se titula un informe de expertos según publicación aparecida en el periódico Esta Semana, del 25 al 31 de mayo de 1993, del cual se extraen las siguientes citas:

La pregunta es si un mundo que no ha podido salir del enmarañado laberinto del alcohol y el tabaco a los que la publicidad presenta como agentes que "invitan a vivir" podrá abandonar a las buenas el túnel de la cocaína, la heroína y la marihuana.

Y al señalarse la doble moral que la adorna, se establece la gran diferencia en cuanto a su significación social y de salud pública: "Tan solo en Francia, por ejemplo, fallecen anualmente entre 30.000 y 50.000 personas por el alcoholismo, frente a las 400 que mueren en el mismo período por consumo de alcaloides."

Continúo citando del artículo en referencia: "El prestigioso psicólogo clínico, Jesús Arechas, quien dirige un centro de rehabilitación de drogadictos en el sureste de Estados Unidos, dijo a una radio neoyorquina que "necesitamos un nuevo enfoque mundial para tratar ese asunto de los estimulantes".

En un comentario internacional aparecido en la República del 30 de mayo de 1988 llamado "Lucha antidroga en Estados Unidos: endurecimiento o capitulación", se indica que

Los partidarios de la legalización se apoyan en un convincente argumento de la historia reciente de Estados Unidos: la ley seca que rigió de 1919 a 1933 no quitó a los norteamericanos el hábito del alcohol, pero sí levó a las nubes los precios del whisky y la cerveza, hizo millonarios a Al Capone y a otros cientos de gangsters y cobró un gigantesco precio de sangre a ambos lados de la ley.

El Lic. Jaime Cerdas Mora igualmente se mostró partidario de la tesis que defendemos, al considerar que la manera de acabar con la droga es su legalización a nivel mundial. O como dice la Licda. Gloria Navas, aunque comentando en general aspectos de la administración de justicia: "Es más fácil tener al enemigo de frente que buscarlo a tientas en medio de la oscuridad".

Por la senda de la legalización transita Austria, según un cable constante en la Prensa Libre del 24 de julio de 1991, según el cual el fumar marihuana no será delito con la entrada en vigencia de una nueva ley para finales del año 1991, según

anuncio del Ministro de Salud hecho en Viena en la misma fecha de la publicación.

Igual sucede con Alemania cuyo Tribunal Constitucional consideró, en julio e 1993, que no merecían ninguna sanción los consumidores de hashish aunque no así los distribuidores. Y también la Corte Constitucional de Baviera aprobó en 1987 que a nadie se le podía prohibir tener "...un comportamiento insensato que fuera resultado de la decisión libre del individuo...", con fundamento en la libertad universal de acción fijada por la Constitución.

También en los Países Bajos, España y Gran Bretaña, en donde "...la posesión, la compra y la venta de hashish son toleradas hasta la cantidad de 30 gramos".

En un destacado ensayo titulado "The Unmentionable Alternative: the need for, and the arguments against, the decriminalization of drug laws", suscrito por Peter B. Kraska, de la Universidad del Estado de Kent, Estados Unidos, el autor hace un planteamiento similar en sus rasgos básicos en relación con el problema de las drogas, sus vínculos con la libertad individual, con los nexos policiales y de altos costos, para concluir diciendo que "criminalization doesn"t work" (la penalización no funciona). Esta excelente investigación fue publicada en Journal of Drug Issues (Revista sobre asuntos de drogas).

And last but not least: el propio Fiscal General de Colombia Gustavo de Greiff Restrepo apoya la legalización de las drogas, según el cual con ello se destruirá el jugoso negocio de los narcotraficantes. Refiere aquí de Greiff:

Que yo sepa cuando alguien habla de la legalización de las drogas no está hablando de volver obligatorio su consumo, sino de destruir el jugoso negocio de los narcos, controlar a los consumidores y reducir al máximo los delitos que se cometen bajo influjo de las drogas.

No puede dejar de mencionarse un reciente libro que recoge una serie de análisis sobre el mismo tema: La legalización de la droga, patrocinado por la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional de Colombia, editado por Jurídica Radar Ediciones de este país, en 1994, en cuyo anexo XXXII, páginas 297 y siguientes, se reproduce la opinión de de Greiff.

En el prólogo del editor, se señala cómo el escritor Gabriel García Márquez afirma que "la prohibición ha hecho más atractivo y fructífero el negocio de la droga y fomenta la criminalidad y la corrupción".

Seguidamente vamos a efectuar varias citas del mismo libro, como la del profesor de la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional de Colombia, Rodrigo

Uprimny Yepes: "El gran culpable no es una persona o una institución, sino la existencia de una política equivocada a nivel internacional, fundada en la prohibición absoluta de unas drogas que, a pesar de esa prohibición cuentan con una demanda importante y una cierta aceptación social".

"Satanización de la droga: Pero no sólo los negocios crecen en la sombra, sino las ideologías del terror con sus fetiches, como ocurre con la manipulación del narcotráfico..." mediante el poder hipnótico de la ideología de masas, según Andrei Sakharov.

...la guerra contra las drogas será recordada como una de las grandes guerras estúpidas de la humanidad, de igual manera como hoy recordamos las guerras religiosas del siglos pretéritos.

...no se trata de un concepto científico sino de una consigna, de un uso semántico instituido a partir de agenciamientos morales y políticos que tiene por objeto calificar de censurable una actuación del ciudadano.

Las opiniones sobre la droga están en gran parte mediadas por lo que J.F. Revel llamó el "conocimiento inútil. Tejido de preconcepciones morales e ideológicos..."

El mismo autor cita a Sidney Cohen, especialista californiano en el tratamiento de farmacodependientes, señalando que el consumo habitual de cigarrillos puede ser más peligrosos para el individuo que el consumo de heroína. "Los peligros de la heroína -afirma Cohen- están vinculados en gran parte a la falta de precauciones higiénicas con que se usa la sustancia y a la vida al margen de la ley que se ven obligados a llevar la mayoría de los adictos".

"Debe adoptarse a cambio un sistema de legalización regulada o controlada, propia del Estado intervencionista", asevera Jaime Nanclares Vélez, magistrado del Tribunal Superior de Antioquia, quien cita también una máxima de Gracián al inicio de su artículo: "Muchas veces la enfermedad nace del mismo remedio".

La despenalización progresiva de las drogas prohibidas es una de las recomendaciones que se estilan en el libro y que hemos postulado en el presente trabajo.

Seminario sobre el narcotráfico en América Latina y el Caribe

Estimados compañeros:

Quiero enviar mis saludos y apoyo a la conferencia y expresar mi oposición al

imperialismo disfrazado como cruzada contra drogas. En mi ausencia – por un compromiso anterior – quiero enviar este ensayo como contribución al debate.

Fraternalmente,

James Petras

El Imperio y el narcotráfico en América Latina

James Petras

CONFESIÓN DESDE WASHINGTON:

"Las medidas bajo consideración incluyen el inmovilizar los bienes estadounidenses de los supuestas contrabandistas y sus socios, prohibir que sus empresas comerciales legítimas hagan negocios en los EE.UU. y bloquear el acceso de los traficantes a los bancos estadounidenses" (el subrayado es nuestro). New York Times. 27 de abril 1997.

INTRODUCCIÓN

A lo largo de la historia de la expansión imperialista, al citar "principios altruistas" los voceros de los imperios han buscado justificar la conquista de los pueblos y la explotación de los recursos. Durante el siglo pasado, los ingleses describieron el pillaje de Asia y África como parte de la "carga del hombre blanco" para traer la civilización a la "gente oscura." Los franceses sostuvieron que su conquista se motivó por el deseo de traer los frutos de la cultura francesa a gente atrasada.

En este siglo, con el surgimiento de las conquistas imperialistas estadounidenses, particularmente en el hemisferio occidental, se adoptó un "tono de alta moral" parecido para justificar su intervención militar, la cual se lanzó para defender sus banqueros en Santo Domingo, sus compañías bananeras en Centroamérica y sus monopolios petroleras en México. Estas intervenciones se justificaron como maneras de "defender el orden y la estabilidad" y "proteger las vidas de ciudadanos estadounidenses." Con la llegada de la revolución mexicana, el Presidente Woodrow Wilson justificó la intervención imperialista estadounidense a nombre de la "democracia" y el "orden." Después de la revolución rusa, Washington diseñó un nuevo pretexto para la intervención - el "anticomunismo" y la "amenaza roja." Con el fin de la Guerra Fría y la caída del comunismo soviético, Washington volteó hacia la "narco-amenaza" para justificar su intervención y control de la política de seguridad y gobernantes en América Latina.

Surge la pregunta - ¿por qué Washington tiene que ocultar tras altos principios morales sus verdaderos intereses económicos, políticos y militares para poder intervenir? Básicamente porque los EE.UU. constituyen una democracia imperialista: la retórica moral se usa para convencer o neutralizar la opinión pública nacional. Mientras la política exterior estadounidense se dirige mayoritariamente a servir a las compañías multinacionales, los políticos quienes aplican esa política requieren votos.

De ahí el doble discurso de la política estadounidense; la práctica búsqueda de dominación para la élite económica y la retórica moralista para asegurar legitimidad del electorado. Como todo poder imperialista, Washington siempre presenta su intervención violenta como medidas "defensivas de seguridad nacional." Así pues se justificó el apoyo financiero y político a terroristas mercenarios (los Contra de Nicaragua) y a genocidios militares en Guatemala y El Salvador, sobre la base de "seguridad nacional" - porque los indios y campesinos pobres eran capaces de amenazar con invadir a los EE.UU. Claro que la realidad era distinta - el pueblo y las naciones de Centroamérica no fueron solamente amenazados sino también asaltados por las políticas intervencionistas de Washington. El fin de la Guerra Fría era la señal para que Washington intensificara su proyecto de construir su imperio.

La Guerra del Golfo, la invasión de Panamá, la pequeña guerra en Somalia, la expansión de la OTAN hacia Europa del Este y la proyección de un "Nuevo Orden Mundial" bajo la hegemonía estadounidense formaron parte de este esfuerzo para crear un imperio global.

Claro, los competidores europeos y los japoneses no aceptaron fácilmente el ser subordinados a los EE.UU. En América Latina, luchas socio-políticas importantes surgieron a despecho del intento de imponer un Nuevo Orden Mundial basado en un capitalismo salvaje llamado "Neoliberalismo." En Colombia, México y Perú los movimientos campesinos guerrilleros están activos; en Bolivia, Paraguay, Ecuador y Brasil surgen importantes movimientos campesinos. En Venezuela y Argentina, levantamientos urbanos y huelgas de sindicatos está ganando apoyo popular.

La amenaza desde abajo hacia el consenso de la élite "neo-liberal" apoyado por los EE.UU. impulsó a Washington para que buscara una nueva ideología para apoyar su intervención por medio de las fuerzas armadas y la policía. La doctrina de la Lucha Contra el Narcotráfico sirvió a los propósitos de Washington en cuanto a construir su imperio.

En primer lugar, disfrazó las políticas represivas y explotadoras detrás de un propósito de alta moral. Así neutralizó la opinión pública nacional. En segundo lugar, la Lucha Contra el Narcotráfico permitió que Washington penetrara las fuerzas de seguridad internas de América Latina para establecer su propio agenda

político. En tercer lugar, la "guerra al narcotráfico" permitió el acceso directo de Washington hacia la sociedad, empujando su agenda económico y contra-insurgente. Al enfocar la lucha contra el narcotráfico hacia América Latina y el campo en particular, Washington pudo dirigir golpes contra movimientos revolucionarios sociales, ya sean reales o potenciales.

Si Washington estuviera en serio en cuanto a los temas del narcotráfico, enfocaría sus acciones internamente: en los grandes bancos internacionales que lavan la mayoría del narco dinero; invertirían más en la educación anti-droga. Proporcionaría trabajos dignos para los grupos marginales de sueldos bajos que llegan a ser los traficantes. La decisión de mirar hacia el extranjero y hacia abajo en vez de hacia adentro y arriba es una elección política, un requisito imperialista.

Cualquier análisis objetivo del narcotráfico tendría que concluir que el tema es en esencia un problema del "mercado" o de la "demanda." Fundamentalmente es un problema interno de los EE.UU., su sistema gubernamental, social, económico y cultural. Mientras exista aquella demanda habrá una oferta. El problema está profundamente arraigado en una sociedad fragmentada, en la cual el escapismo producido por la droga ha llegado a ser una forma de vida. La carencia de empleos significativos, de solidaridad social y de mecanismos políticos para vincular la insatisfacción personal con la expresión pública, conduce a que los estadounidenses busquen y usen la droga.

La "externalización" del narco problema tiene un valor doble para Washington: funciona para desviar una crítica profunda de la sociedad y economía estadounidense y también proporciona un pretexto para la manipulación continúa de la política, los políticos y los oficiales militares latinoamericanos.

La manera más indebida es el tema de la "certificación." Washington presume el poder de juzgar, evaluar y castigar régimenes según su propio criterio de acatamiento en la guerra contra la droga. Aquellos gobiernos que son más sensibles a las directivas de Washington son "certificados" - los que rechazan la intromisión de Washington son calificados de "no cooperadores" o estigmatizados como "colaboracionistas con la droga."

La "guerra contra la droga" dirigida desde Washington fortalece sus reclamos imperialistas de "extra-territorialidad" - así se erradica las legítimas fronteras nacionales de los países latinoamericanos. La aplicación de la ley Helms-Burton constituye otra expresión de la misma pretensión a "extra-territorialidad:" la ley estadounidense como la ley del planeta.

Así la guerra contra la droga orquestada desde Washington va más allá del "neo-colonialismo" hacia un regreso a la dominación colonial.

EE.UU.: EL NUEVO COLONIALISMO

El intento del gobierno estadounidense de hacer de su legislación (la Ley Helms-Burton) la ley suprema del planeta (en términos legales, se conoce como extra-territorialidad) refleja la centralizada creciente de los intereses imperialistas en la definición de la política exterior de los EE.UU. Esta imposición se encaja en un contexto de penetración estadounidense de facto en los escalones más altos de los aparatos ejecutivos, militares y de inteligencia en los estados latinoamericanos.

Mientras la mayoría de los comentaristas han criticado los controles financieros ejecutados por los bancos estadounidenses, particularmente por medio de la crisis de la deuda, y otros escritores citan la influencia penetrante ejercida por los EE.UU. a través de su poder compartido en el Banco Mundial y el FMI, pocos analistas han combinado estas palancas económicas poderosas con las fuerzas militares latinoamericanas organizadas bajo el mando estadounidense, una meta fijada en los años 60 y 70, e inalcanzable hasta ahora.

En México, Bolivia y Colombia los embajadores estadounidenses y el departamento de estado dictan rutinariamente cuales oficiales militares y ministros son "aceptables" (certificados) y cuales están para ser despedidos (no-cooperadores). Y, como rutina, los gobiernos latinoamericanos cumplen con las exigencias de los EE.UU. En cada uno de estos países, las listas negras estadounidenses terminan en que personas potencialmente designadas para oficios públicos sean retiradas, en que oficiales sean retirados y en un paso más rápido en la implementación de las políticas estadounidenses, ya sea la erradicación de los cultivos, la represión de los campesinos que la cultivan o los pagos expeditos de los servicios de la deuda externa.

El fortalecimiento del control estadounidense sobre los asuntos internos de seguridad en América Latina es paralelo a la política de Washington de presionar a los gobiernos latinoamericanos para aumentar su dependencia en los EE.UU. Mientras, a la vez se fortalecen sus aparatos represivos de policía interna y fuerzas militares.

Incluso al nivel táctico, los oficiales del FBI y la DEA dirigen investigaciones y exigen que los oficiales latinos proporcionen información de inteligencia. Los oficiales estadounidenses incluso dirigen operaciones.

Una visita a Chaparé desengaña a cualquier observador del estado boliviano. Incluso actividades operacionales diarias están dirigidas por una docena de oficiales de la DEA estacionados allí. En Chaparé, Bolivia y en la Valle Huallaga en Perú, los oficiales de la DEA no hacen ningún esfuerzo para disfrazar quién está al mando de

las operaciones. Y la mayoría de los generales y Presidentes están muy conscientes del hecho de que la estigmatización estadounidense ("narcotraficante") puede costarles su posición. La influencia formidable al nivel presidencial es evidente en el afán del Presidente Samper al intensificar la erradicación de cultivos campesinos y del presidente de México al hacer los pagos de deuda por adelantado a pesar del empobrecimiento creciente de millones de sus compatriotas.

La "guerra contra las drogas" de Washington va dirigida a aumentar el poder estadounidense en América Latina. El uso del dinero de la droga lavado a través de los bancos estadounidenses financia los desbalances comerciales de Washington. La guerra contra las drogas aumenta la influencia general de Washington sobre la política económica, permitiendo que las multinacionales estadounidenses compren compañías públicas latinoamericanas a precios escandalosamente bajos y que penetren los mercados. Todas las compañías petroleras lucrativas mas importantes y estatales están en venta - en Brasil, México, Venezuela, Bolivia, etc.

Las maquiladoras y otras áreas de mano de obra barata están volviéndose emblemáticas de la estrategia de Washington en cuanto al "crecimiento exportador" de América Latina. Entre 1983-93, las exportaciones de servicios de comunicación estadounidenses aumentaron en un 138% comparadas con exportaciones totales de servicios, las cuales aumentaron sólo en un 90%. Exportaciones de bienes "enlatados" y de penetración ideológica aumentaron en un 2,143% mientras las exportaciones totales de bienes aumentaron sólo en un 110%. Las corporaciones estadounidenses están activos en el campo inmobiliario así que también en ventas al detal y centros comerciales.

La militarización patrocinada por los EE.UU. se dirige a proteger el pillaje de América Latina. El Nuevo Imperialismo no es "neo-colonial," se dirige al control ejecutivo ejercido por medio de una estructura de mando rutinario ejercido sobre los oficiales ejecutivos latinoamericanos evaluados por el criterio estadounidense de responsabilidad y eficacia.

El Nuevo Imperialismo intenta fortalecer su posición global que está en descenso por la explotación más intensa de las economías latinas. Mientras se ha desarrollado aquel, se ha establecido dos vehículos nuevos para controlar el desasosiego: una ideología y una red organizativa. La ideología de la "globalización" y la promoción de las ONG no lucrativas.

La primera es para mistificar a los intelectuales para que se sometan ante la Ola Inevitable del Porvenir, la segunda es para proporcionar a los intelectuales los medios para desmantela el estado de beneficio social nacional.

No obstante, el alcance y la profundidad de la penetración imperial sigue socavando

un círculo de clases sociales cada vez más ancho: la insolvencia de compañías pequeñas y medianas, la movilidad social hacia abajo para los funcionarios públicos, los campesinos desplazados, los obreros de sueldos bajos o temporales. Incluso sectores minoritarios de los intelectuales han empezado a resucitar tentativamente la noción de imperialismo como el concepto central para el análisis y la política. Pero este último paso es muy tentativo y se limita a círculos muy reducidos. El núcleo de la oposición frente a las ambiciones imperialistas estadounidenses se ubica en el campo: en Brasil el MST, en México los Zapatistas en Chiapas, el EPR en Guerrero y los movimientos campesinos en Oaxaca. La oposición más importante, sin embargo, se encuentra en Colombia con las FARC-EP y sus 20,000 guerrillas, con presencia e influencia extendida a más de 600 de los 1,200 municipios del país.

La razón por la cual los EE.UU. ha concentrado su guerra contra la droga en Colombia es que Washington teme la posibilidad de que llegue a ser el segundo Vietnam. La exigencia de Washington que el Presidente Samper lance una guerra integral en contra de la droga está vinculada a la influencia creciente de las FARC-EP entre los campesinos y su proximidad creciente a la capital de Bogotá. Después de 30 años de lucha, las FARC-EP han consolidado su base y son ahora capaces de cortar carreteras a tan solo 40 kilómetros de la capital.

Así la guerra anti-droga de Washington está profundamente entretejida con su política contra revolucionaria; su ayuda militar se dirige principalmente a destruir los vínculos de los campesinos con las FARC-EP. Al erradicar la coca, al estimular importaciones baratas y al reprimir las organizaciones campesinas, los EE.UU. y las fuerzas militares colombianas esperan desalojar los campesinos del campo y aislar a las guerrillas. Los resultados de ésta política han sido contradictorios; mientras algunos campesinos huyen de la violencia de las fuerzas paramilitares, otros se unen a la guerrilla. La política estadounidense de polarizar la sociedad colombiana ha tenido un efecto profundo en destruir el tejido de la sociedad.

La lógica de la expansión de los nuevos movimientos campesinos esta íntimamente relacionada con las transformaciones internas del campesinado (política, cultural y económicamente) así que su resistencia dialéctica a la invasión creciente de exigencias imperialistas. El "campesinado" de hoy es a la vez orientada hacia el "mercado" y el "obrero." El acceso al crédito, los mercados y la ayuda técnica de pequeños productores esta vinculado a sus condiciones de clase crecientes como obreros asalariados. El desplazamiento de campesinos educados (automedicados o educados formalmente) vinculado con los centros urbanos modernos crea un nuevo campesinado con dones organizacionales modernos y de comunicación que conectan las actividades agriculturales a los estilos urbanos de combate de clase.

Sería un error muy grave descartar los movimientos campesinos contemporáneos

como el último suspiro de la rebelión antes de que se desaparezca del mapa. La persistencia y carácter arraigada del campesinado y el desplazamiento creciente de obreros urbanos, las ciudades de alta taza de criminalidad y el descenso de servicios sociales ha reducido la brecha entre el campo y la ciudad. Mientras los movimientos realicen tomas de tierra y construyan comunidades, podría haber una estabilización sino un reverso de la migración rural hacia lo urbano. No hay una lógica inherente, histórica que imponga el cambio demográfico...en gran parte es una cuestión política. La región afectada por la penetración imperial es el campo a través de la subordinación del Estado a las obligaciones imperialistas: pagos de interés, la represión de cultivadores de coca, el subsidio de conglomerados agro-exportadores son todos dirigidos por el estado.

La dinámica fundamental de resistencia está en el "producto final" de esta cadena imperialista explotadora del estado. Y es en este punto final que el proceso reverso de resistencia y transformación está ocurriendo.

El proceso de construir un imperio no es el resultado de aconteceres conjuntivos o políticas particulares sino refleja procesos profundos y estructurales incorporados al sistema productivo y los balances de ganancia de instituciones económicas importantes en el pico del sistema económico estadounidense.

Hasta la fecha, el Imperio ha florecido como nunca se ha visto: las condiciones de apropriación mineral, acceso a los mercados, bajos costos de mano de obra y influencia sobre gobiernos y fuerzas militares de este siglo nunca han sido mejores. El espacio de "reformas" son casi inexistentes dentro de la fórmula imperialista de mercado libre, regímenes electorales y control militar. El polo opuesto de ésta dialéctica, sin embargo, es la descomposición de las fuerzas mediatoras del sector mediano urbano y la acumulación y rápida pauperrización de los obreros y funcionarios moviéndose hacia los polos de acción social directa. Es en éste ambiente de excesos imperialistas, acumulación sin precedente de riquezas y la degradación masiva de labor, que los nuevos polos de acción social en el campo están ganando influencia política nacional y prominencia protagónica.

El giro fundamental de los temas agrarios a la transformación social está construido alrededor del renovamiento de un praxis socialista: que vincula la autonomía cultural y la producción a pequeña escala con el control sobre las alturas estratégicas de la economía. Eso solo puede llegar a ser realidad cuando el socialismo llega a ser integrado en las formas endógenos de prácticas culturales y sociales y si los productores básicos están infundidos del nuevo valor de igualdad de género y compatabilidad con el medio ambiente. El Imperio ha golpeado y desgarrado el tejido económico, cultural y político de las sociedades de América Latina. Ha asimilado algunas pocas y explotado muchas.

Pero ahora la Izquierda ha devuelto el golpe - desde las aldeas de Colombia y Bolivia, desde las ocupaciones rurales del Brasil, hasta las comunidades indígenas de México - un nuevo movimiento se está desarrollando y está escribiendo su propia historia y practicando su propia teoría.

CONCLUSIÓN

De extremos opuestos del espectro político y económico dos fuerzas dinámicas están en una estado de ser cada vez más confrontacional: los campesinos indo-americanos versus el Imperio estadounidense. La dinámica detrás del Imperio estadounidense se constituye alrededor de imperativos económicos internos y oportunidades político-militares externas. La expansión dinámica de los nuevos movimientos campesinos se centra sobre las transformaciones económicas, culturales y sociales que vienen transformandolos "campesinos aislados" en una fuerza revolucionaria cohesiva y consciente de clase.

El patrón de la construcción de imperio se construye alrededor de la extracción de pago de interés de la deuda externa, el pillaje de los recursos naturales, y la transferencia a gran escala de la propiedad pública a multinacionales. Juntas estas fuerzas han presionado de manera tremenda sobre el sistema social latinoamericano para aumentar la extracción de valor, ingreso y mano de obra de obreros y campesinos. En este proceso de extracción y apropiación las "provincias" y las zonas rurales han sido golpeados duramente, porque la "estructura de poder local" se encuentra en las ciudades centrales. La intensificación de la explotación está acompañada por la penetración de mercancías culturales que facilitan la fragmentación y alienación, particularmente de grupos urbanos desplazados. La dinámica de explotación y fragmentación acompaña la circulación (patrocinado por el imperio)de "ideologías de mercado" por las ONG y los intelectuales, lo cual impone una separación entre los profesionales de clase media, intelectuales y obreros. El bloque imperialista hegemónico se fortalece por la naturaleza "sobre determinada" de la influencia estadounidense en las fuerzas militares y las instituciones policiales, mayoritariamente a través de campañas anti-drogas.

El hilo conductor de la construcción de imperio estadounidense se determina por la dependencia decisiva de las multinacionales estadounidenses más grandes en las ganancias extranjeras y de la economía estadounidense en cuentas favorables con América Latina para compensar los déficits en Asia y Alemania. La "campaña anti-droga" está en el centro del proyecto imperialista de Washington. Pero en Colombia está enfrentando un reto serio en la movilización del campesinado y en los grupos revolucionarios de guerrilla.

TALLER

"Narcotráfico en América Latina y el Caribe"

San José, Costa Rica, Julio 18 - 19 de 1997

Ponencia Presentada por la Comisión Internacional de las FARC-EP

"En los tiempos de hoy, no es posible hablar por separado de tres peligrosos fenómenos que amenazan el presente y el futuro de los pueblos del continente, sometidos a las drásticas imposiciones del capitalismo: el militarismo, el narcotráfico y el neoliberalismo. Cruzados de la mano hacen realidad la aplicación despiadada de las recetas del Fondo Monetario Internacional y de la Banca Mundial, en beneficio de los intereses del gran capital. Lo que pone de presente, la urgente convergencia de todas las fuerzas y tendencias amigas del progreso, para liderar propuestas

y acciones de presión con masas e inteligencias que consigan cimentar los cambios de fondo y obliguen a reflexionar en profundidad sobre el peligro que contra los intereses más sentidos de los explotados significan las nuevas armas utilizadas por el capitalismo en su consustancial labor de explotar, excluir y aumentar la pobreza, el desempleo, el analfabetismo, la muerte y la intimidación contra los desposeídos que cada vez aumentan en cantidad y en necesidades de todo orden"

"Militarismo, narcotráfico y neoliberalismo."

Comandante Raúl Reyes

del Secretariado del Estado Mayor Central FARC-EP

Suplemento Informativo RESISTENCIA

Edición Internacional

Las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo FARC-EP consideramos el narcotráfico como un grave problema de nuestro país y del mundo, con particular énfasis en América Latina y el Caribe; pero no el fundamental; en nuestra propuesta de plataforma para un gobierno de reconstrucción y reconciliación nacional, dedicamos un punto al tema dice: Solución del fenómeno de producción, comercialización y consumo de narcóticos y alucinógenos, entendido ante todo como un grave problema social que no puede tratarse por la vía militar, que requiere acuerdos con la participación de la comunidad nacional e internacional y el compromiso de las grandes potencias como principales fuentes de la demanda mundial de los estupefacientes.

Es necesario repetir que las FARC-EP, no comparte, no negocia, no tienen relación con el narcotráfico y lo rechazamos por principios y por ética, porque es incompatible con la democracia y la convivencia ciudadana y porque genera corrupción, impunidad, criminalidad, descomposición social, entre otras cosas, afectando especialmente a los jóvenes del mundo.

Las afirmaciones contrarias hacen parte en la mayoría de los casos del coro a las calumnias dirigidas a deslegitimar nuestra justa lucha y en otros, los menos, a la gran desinformación producto de la manipulación de la información por parte de los grandes medios impulsores de esa campaña, en defensa lógica de los intereses de sus propietarios. Lo que les incomoda, es que no sirvamos de policías rurales para su falsa e hipócrita política antidrogas y que no atropellemos a los cultivadores de productos ilícitos arrasando con ellos y sus escasos bienes. No conciliamos con el doble juego de, so pretexto de la lucha antidrogas, reprimir a los sectores populares, criminalizar su protesta y simultáneamente lucrarse de los inmensos beneficios de ese negocio, financiando sus campañas electorales y promoviendo sus industrias y centros financieros.

Especial preocupación e intereses, merece el tema de los jóvenes, que son los más afectados, no solo por la posibilidad del consumo y la adicción, sino también por las frustraciones de varias generaciones a las que les han cambiado sus valores: se impone el objetivo de hacer dinero rápido y utilizando cualquier medio, se incrementa el consumismo a cualquier precio, se presenta como anticuada la preocupación por los problemas sociales y políticos de sus pueblos, se acentúa el individualismo y el egoísmo propios del capitalismo y la solidaridad es un anacronismo, al igual que la lucha por los derechos fundamentales.

Estamos en absoluta disposición de desarrollar una batalla contra el narcotráfico y sus consecuencias, partiendo de propuestas viables, que pasen por beneficiar a las mayorías nacionales, a los sectores populares; haciendo énfasis en los aspectos sociales, económicos y políticos y no en la represión dirigida a estas mayorías, a estos sectores populares, que están lejos de ser narcotraficantes y solo subsisten de actividades relacionadas con las drogas, obligados por las circunstancias, pues no lo pueden hacer de otra manera; mientras los verdaderos narcotraficantes, los que sacan las millonarias ganancias están tranquilos porque han desarrollado con el poder del dinero -corrupción-, sus redes de protección.

Esta disposición parte del convencimiento del mal que causado a la humanidad por la droga, no solo por el daño en la salud de los consumidores, sino por las posibilidades de corrupción que presenta, para la manipulación de los destinos de nuestros pueblos, desde los aspectos económicos, políticos y sociales; estamos seguros que con grandes transformaciones en estos campos, cuando se presente la posibilidad a nuestros pueblos de vivir dignamente de su trabajo, en condiciones de

verdadera democracia y soberanía, es posible la solución del problema de las drogas y del tráfico de ellas.

Intimamente ligada al fenómeno del narcotráfico, esta la concentración de miles de hectáreas de tierra que pasan a poder de los nuevos ricos; en Colombia el 70% de las tierras cultivables conocidas (ver cuadro), están ahora en manos de los narcotraficantes y sus testaferros, como producto de su negocio, pero también de la quiebra a que se han visto abocados numerosos propietarios por la aplicación de las políticas neoliberales; la consecuencia no se ha hecho esperar, Colombia es ahora el primer productor de hoja de coca, porque los campesinos desplazados por esta contrareforma agraria, se dirigen a las zonas de colonización a sembrar, lo único que les permite subsistir, coca, amapola y marihuana; en zonas donde no hay vías de comunicación, no hay posibilidades, ni políticas de mercadeo, no hay asistencia técnica, ni mucho menos asistencia financiera, es la solución encontrada por los campesinos para no morirse de hambre.

Inversión de los narcotraficantes colombianos en la tierra:

Regiones Departamentos

1. Costa Atlántica Guajira, Magalena, Cesar, Atlántico, Bolivar, Sucre y Córdoba.

2. Noroccidente Antioquia, Caldas, Risaralda, Quindío y Chocó.

3. Nororiente Santander y Norte de Santander.

4. Centro Boyacá y Cundinamarca.

5. Sur occidente Valle del Cauca, Tolima, Huila, Cauca y Nariño.

6. Orinoquia Arauca, Casanare, Meta y Vichada.

7. Amazonia Caquetá, Guaviare, Vaupés, Amazonas y Putuamayo.

Han comprado las mejores tierras en 30 departamentos del País, es decir, en un 90,90%.

Este es uno de los aspectos, sin embargo es necesario mirar otros; las drogas, en particular la cocaína, tienen diferentes etapas:

- La producción, realizada por campesinos descritos anteriormente, sin olvidar, o mejor destacando el papel jugado por los productores de los llamados precursores

químicos indispensables para volver la hoja de coca, cocaína, dichos precursores son producidos fundamentalmente en los llamados países desarrollados; Colombia con Perú y Bolivia, son los países sindicados por los organismos antidrogas internacionales, de ser los mayores productores en el mundo. Y el gobierno Estadounidense, impone a los gobiernos de estos países, la obligación de agenciar una política de destrucción de los cultivos, como parte de la supuesta lucha antidrogas, priorizando la fumigación aérea, indiscriminada, con defoliantes químicos que acaban con el ecosistema y son una verdadera amenaza contra la vida, no solo actual, sino también futura. Otro aspecto negativo, es la paulatina, pero constante destrucción de la selva amazónica, lugar hacia el cual son desplazados cada día, tumbando la selva y creando fincas para el cultivo de coca, lejos de las zonas de fumigación.

Los campesinos se han organizado en defensa de sus vidas, no en defensa de la coca, la solución planteada a los gobiernos, en particular en el caso colombiano, donde el consumo ancestral, ligado a las culturas indígenas es irrelevante, es la sustitución de cultivos y la posibilidad de explotar otros productos agrícolas, con verdaderas garantías políticas, económicas y de mercadeo para producir en sus regiones distintos bienes de consumo derivados del sector agrario; pasando obligadamente por la construcción de la infraestructura necesaria, que no es extraordinaria, sino la indispensable para la vida de un pueblo.

- El acercamiento a las grandes ciudades, hecha por intermediarios -traquetos- que compran al campesino y venden en las ciudades a los narcotraficantes.

- El narcotráfico, como tal, realizado por quienes obtienen la primera de las grandes ganancias producidas en el negocio, al enviar la cocaína a los centros de consumo, a los países desarrollados, especialmente a los EE.UU.; constituyen los verdaderos carteles de la droga, su enriquecimiento es exorbitante y esta demostrada su relación con los partidos políticos tradicionales, con las cúpulas dominantes de los países, extendiendo su poder de corrupción a todas las actividades de la economía, la política, la sociedad y hasta en la cultura y diversión.

- Los distribuidores en esos centros de consumo (con gran participación de nacionales de las metrópolis, nunca denunciados y muchos menos perseguidos), quienes se quedan con la segunda de las grandes ganancias, manejan la distribución también del dinero, entre el que envían como pago a los narcotraficantes y el que se queda como su ganancia, ambos movidos por la banca internacional.

- Y la legalización o lavado de los dineros, hecha en las instituciones bancarias de esos países, siendo la tercera de las grandes ganancias y la mas importante, en la circulación bancaria, pasa a convertirse en capital financiero, soporte fundamental

del neoliberalismo y mecanismo de dominación actual. En esta etapa, también hay algunas ramificaciones o escalas, desde los grandes distribuidores hasta los jíbaros.

- Finalmente, el consumo, realizado por millones y millones de adictos. Que necesitan urgentemente políticas de sanidad encaminadas a la solución de su problema de adicción y no a mejorar la distribución de la droga, bajo eufemisticas formas de legalización del consumo; y políticas reales de prevención de la adicción entre la juventud y la niñez.

La supuesta guerra contra el narcotráfico desarrollada actualmente esta dirigida contra los sectores mas débiles, los de menor beneficio económico y con más perjuicio recibido en sus vidas; los campesinos sembradores de la hoja de coca y los consumidores, solo enfermos.

Precio de kilogramo de cocaína (Cifras en dólares)

Mayoreo Menudeo

Miami 19.000 75.000

París 45.000 75.000

New York 19.000 75.000

Amsterdan 20.000 40.000

Los Angeles 17.500 87.500

Moscú 90.000 180.000

Stuttgart 90.000 175.000

México 13.000 20.000

Colombia 2.100 2.800

Fuente: El Financiero, México,a 15 de enero de 1996, Pág., 41.

No hay real interés por resolver este problema, es un tema económico y político.

Económicamente, deja grandes dividendos, solo en EE.UU., el país con una de las mayores deudas externas, se recicla el 80% del medio Trillón de dólares producido

como ganancia de las drogas anualmente, esta economía se ve beneficiada realmente por esos dineros; pero no son los únicos, en los países donde se termina la legalización de esos dineros, a través de inversiones, se convierten en la base para mostrar cifras macroeconomicas positivas, pero mentirosas, porque esto no se refleja en la economía nacional, ni en los niveles de vida de la mayoría de la población. Nos preguntamos la relación de estos dineros del narcotrafico, circulando vertiginosamente en las respetables instituciones bancarias -algunas de las cuales no acaban de explicar sus relaciones y negocios con el fascismo italiano y alemán, desde la segunda guerra mundial- con el desmesurado incremento del capital financiero; padre, madre y sustento del monstruoso modelo neoliberal responsable del incremento de la miseria en los pueblos del mundo, ni siquiera los de los países desarrollados se escapan a esta situación; aunque pretenden esconderla buscando y señalando otras causas.

Políticamente, el tema es manipulado por los EE.UU. y los diferentes gobiernos, en el caso colombiano todo aquel que no esta de acuerdo con las políticas oficiales es declarado objetivo militar con la sindicación de terrorista y/o narcotraficante.

El narcotráfico sustituyo al enemigo de los pueblos, según el imperio y su corte, el comunismo internacional, al cual le extendieron certificado de defunción con la caída del campo socialista en Europa del Este, condenando a los pueblos a sufrir el desarrollo del capitalismo sin ninguna posibilidad de lucha; pero estos no se resigna a ese futuro de miseria, saben que esa no es la única posibilidad y siguen sus luchas.

Es con el narcotráfico como se justifican intervenciones abiertas y descaradas, retrocediendo a formas coloniales supuestamente superadas, que van desde las invasiones -caso Panamá- hasta las negociaciones de la soberanía, a través de tratados para la lucha contra el narcotrafico, como los hechos por varios países del Caribe, cediendo su mar territorial para que los EE.UU. lo patrullen, Colombia también firmo un acuerdo en similares términos; pasando por las imposiciones hechas por el imperio en materia de políticas internas, hasta el chantaje, no solo a los mandatarios de algunos países, sino incluso también a los aspirantes a la presidencia. Y en su conocida actuación con doble moral, caben tambien las incursiones en el negocio de las drogas para su beneficio - Abastecimiento de narcoticos a los soldados de su ejército en el Vietnam y el escandalo llamado Iran-Gate.

Sin embargo es necesario dejar clara nuestra consideración acerca de temas, los cuales se deben desnarcotizar, como el de la extradición, a la cual somos contrarios por principios, es un tema que tiene relación con la autodeterminación de los pueblos y la soberanía, no creemos necesario, ni justo, enjuiciar nacionales de ningún país en otro, si las leyes o la corrupción no permiten juicios o condenas

justas, eso es lo que hay que cambiar y no olvidemos que es el sistema el de la crisis y no los gobiernos de turno. El Imperio se erige como el gran policía del mundo y depositario de la moral, sin ningún pudor ni recato; con el pretexto de la lucha contra las drogas, esto no se puede permitir, ni justificar, como tampoco considerar las protestas contra esto, como hechas por amistad o relación o simpatía con el narcotráfico y los narcotraficantes. Otro ejemplo de esto es el abrogarse el derecho a calificar las políticas de los países con la llamada certificación, bien podría ser un proceso interno, porque como país tienen derecho a entregar sus ayudas a quienes quieran, pero no dejando en la picota pública a aquellos, a quienes descalifican por no cumplir con sus requisitos, porque inmediatamente son considerados países dependientes del narcotráfico, independientemente si los gobernantes de estos lo son y sus clases dirigentes y/o dominantes mantienen estas relaciones; son los pueblos, los nacionales de cada país los llamados a juzgar esta actitud y no el prepotente Imperio.

La lucha contra el narcotráfico como flagelo de la humanidad que beneficia económica y políticamente al imperio es una lucha antiimperialista, por la soberanía y la autodeterminación de los pueblos, pero también es una lucha contra las cúpulas dominantes nacionales por el beneficio de las mayorías nacionales y hace parte fundamental de la agenda a resolver para garantizar a nuestros pueblos una vida con justicia social, digna, en paz, con democracia y soberanía.

CONTRA EL IMPERIALISMO ... POR LA PATRIA

CONTRA LA OLIGARQUIA ... POR EL PUEBLO

HASTA LA VICTORIA FINAL ... SOMOS FARC-EP

1997 – AÑO DEL CHE

LISTA DE PARTICIPANTES

(Parcial)

TOVE STINA JOHNSON

UPPSALA, SUECIA

JOVENTUD IZQUIERDA DE SUECIA

SALVADOR MARTINEZ TORRES

BOGOTA, COLOMBIA

PLUTARCO HERNANDEZ SANCHO

SAN JOSE, COSTA RICA

LIC. ARTURO FOURNIER FACIO

SAN JOSE, COSTA RICA

ASOCIACION AMERICANA DE JURISTAS

ANA ESTHER POSADA SANCHEZ

CURRIDABAT, COSTA RICA

ASOCIACION AMERICANA DE JURISTAS

CARLOS GUILLERMO AGUILAR SANCHEZ

ALAJUELA, COSTA RICA

UNIVERSDAD DE COSTA RICA

ALFREDO MOLANO BRAVO

BOGOTA, COLOMBIA

SOCIOLOGIA

GILBERTO LOPEZ

SAN JOSE, COSTA RICA

GRUPO SOBERANIA

WALTER ANTILLON

SAN JOSE, COSTA RICA

GRUPO SOBERANIA

JULIO E. JURADO DEL BARCO

SAN JOSE, COSTA RICA

GRUPO SOBERANIA

MARIA LUZ GUTIERREZ CHAVARRIA

SAN JOSE, COSTA RICA

ABOGADA

LUIS FERNANDO ASTORGA GUTIERREZ

SAN JOSE COSTA RICA

CODEHUCA

RODRIGO GUTIERREZ SAENZ

GUADALUPE, COSTA RICA

DINORAH OBANDO HIDALGO

SAN JOSE, COSTA RICA

ASOCIACION AMERICANA DE JURISTAS

HECTOR GUZMAN GUZMAN

BOGOTA, COLOMBIA

C N N EN ESPAÑOL

ALVARO GERONIMO GONZALEZ

MANAGUA, NICARAGUA

ASOCIACION DE JURISTAS DEMOCRATICAS

MARCIAL QUESADA SOLIS

ALAJUELA, COSTA RICA

NELSON ARCILA C.

COLOMBIA

CORPORACION AMIGOS POR LA PAZ

MARCO LEON CALARCA

FARC-EP COLOMBIA

JUAN ANTONIO ROJAS

FARC-EP COLOMBIA

MIGUEL ANGEL DIAZ

FARC-EP COLOMBIA

LIBARDO ORJUELA DIAZ

CALI, COLOMBIA

CORPORACION AMIGOS POR LA PAZ 4 DE JULIO

HUMBERTO VARGAS CARBONELL

SAN JOSE, COSTA RICA

PARTIDO PUEBLO UNIDO

EDUARDO MORA VALVERDE

SAN JOSE COSTA RICA

PARTIDO DEL PUEBLO COSTARRICENSE

ZABIER MANUEL HERNANDEZ BUELVAS

BOGOTA, COLOMBIA

PARTIDO COMUNISTA, JUVENTUD COMUNISTA

PABLO CRUZ

U. AUTONOMA COLOMBIA

JAIME VELEZ

ASOCIACION JURISTAS – COLOMBIA

VIII ENCONTRO - CIDADE DO MÉXICO (MÉXICO) – 1998

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

DECLARACION FINAL DEL VIII ENCUENTRO DEL

FORO DE SAO PAULO

El VIII Encuentro del Foro de São Paulo, dedicado a la memoria del Comandante guatemalteco, Rolando Morán, se realiza en medio de la crisis del modelo neoliberal y del creciente rechazo a los gobiernos y partidos que lo han implementado y que una vez más buscan que sean los pueblos quienes si paguen sus consecuencias.

La crisis, que se inició en el sudeste asiático, llegó a nuestro continente y amenaza con agravar aun más la situacion de la mayoría de los latinoamericanos y caribeños. Los países desarrollados desacelerarán su crecimiento y, dentro de ellos, muchos sectores sociales sutrirán las consecuencias. Pero nuestra región - cuya participación en el PBI mundial es sólo de 6,1 por ciento y tiene una situación de atraso estructural y dependencia, con una abultada deuda extema- pagará el más alto costo social, lo que ensanchará todavia más la brecha entre ricos y pobres, así como también profundizará aun más las desigualdades sociales por razón de género, etnia, raza y edad, agravando las consecuencias en la población femenina e infantil. Nunca como desde ahora quedarán al descubierto las atrocidades perpetradas por el neoliberalismo. Nunca como desde ahora se justificará tanto un cambio radical en las orientaciones prevalecientes en la región.

Hasta ahora ha predominado una orientación según la cual impera en el mundo una lógica de globalización neoliberal que lleva a propiciar desde los gobiernos las mejores condiciones para la competitividad de las empresas transnacionales. Nosotros creemos en la lógica de una economía humanizada, al servicio de la sociedad. Mientras el imperialismo pretende que el avance científico y tecnológico conduce a eternizar el status quo, nosotros estamos convencidos de que ese avance muestra la capacidad de la humanidad para resolver los problemas que amenazan su existencia misma. Ratificamos plenamente lo expresado en b Declaración Final del Vll Encuentro del FSP: "El modelo neoliberal concibe al desarrollo como la condición en que las élites pueden acumular mas riqueza a expensas dei crecimiento de la pobreza, la marginación y la exclusión de una creciente franja de la población mundial. Afirmamos que el objetivo supremo del desarrollo debe ser la satisfacción de las necesidades materiales y espirituales del ser humano, con justicia social y armonía con la naturaleza".

Este panorama mundial resulta agravado por la creciente hegemonía política de

Estados Unidos y una situación unipolar en lo militar que ha habilitado un creciente intervencionismo de esa potencia en diversas partes del planeta, ya sea utilizando los organismos supranacionales o a través de su acción militar directa.

Como ya lo ha expresado el FSP en anteriores encuentros, las criticas que hacemos al orden intemacional vigente no suponen aislarnos en este mundo contradictorio, conflictivo y en globalización, sino aprovechar las oportunidades y ventajas que nuestra época ofrece para el desarrollo, lo que sólo será posible con proyectos integrales altemativos al neoliberalismo, capaces de generar el más amplio consenso y compromiso de todas y todos los actores sociales afectados, en el marco de un proyecto de integración regional al servicio de los intereses de los puebios, que se sustenten en una estrategia de poder funcional a los Intereses de las grandes mayorías nacionales que nos permita acumular fuerzas en la dirección de los cambios profundos.

Es resaltable que ahora se escuchen voces de "autocrítica" en el seno de los mismos organismos intemacionales que son responsables del modelo e insensibles a las aspiraciones de los pueblos a una vida digna. Pero para nosotros es claro que no existe voluntad política de implementar cambios sustanciales al modelo, en función de los intereses que históricamente han defendido las élites latinoamericanas.

Nos corresponde a los pueblos luchar por cambios en el orden mundial, que modifiquen drásticamente las condiciones internas en el seno de cada pais. La justicia social y la plena vigencia de los derechos humanos no serán realidad si no avanzamos hacia una sociedad que se proponga eliminar la brecha cada vez más grande entre ricos y pobres, y superar las desigualdades de género, raza, etnia y edad, utopia a la que unos llamamos socialista y otros sociedades postcapitalistas.

Los gobiernos neoliberales pretenden absorber el efecto de los ajustes anunciados tras la crisis bursátil, con un asistencialismo puntual que sólo busca impedir la adopción de medidas encaminadas a una justa producción y distribución de la riqueza material y espiritual, y a los cambios estructurales que dicho objetivo requiere. No podemos aceptar que los responsables de la pobreza nos hablen de la necesidad de erradicarla mientras ocultan la riqueza que se acumula en el otro polo cada vez más reducido de la sociedad., que destruyen incluso a las capas medias y muchos empresarios no vinculados al capital transnacional . Hay que marcar la responsabilidad de los gobiernos de la región que, al no adoptar medidas para revertir dicha situación, estimulan en nuestros países una mayor crisis social y política, amenazando de hecho las conquistas democráticas.

Frente a esta realidad tenemos plena seguridad de que existen salidas alternativas ante la explotación y la desigualdad social y de género, la depredación del planeta y

la creciente degradación de la condición humana. Estos desafíos exigen revalorizar, desde la izquierda, la acción politica y el papel de los partidos para tornarlos capaces de cumplir democráticamente la función de representación de amplios sectores sociales, de organizar y conducir a las mayorías, con estrategias de poder adecuadas para realizar las transformaciones necesarias que exigen las sociedades injustas de nuestros países, y gobernar identificados con los intereses de sus naciones y sus pueblos. No hay democracia sin política, sin partidos, sin sindicatos y sin movimientos sociales organizados.

En las condiciones actuales de la globalización capitalista el poder de las transnacionales está reduciendo el papel de los gobiemos para controlar los movimientos del capital - los que se han acelerado vertiginosamente por la vía informática - y para conducir las políticas económicas y sociales. Paralelamente se promueven por las fuerzas de derecha transformaciones institucionales, funcionales a esta nueva realidad economica

Es que el sistema no puede sostenerse sino a condición de limitar sempre mas drásticamente la participación de los pueblos en la toma de decisiones. Cuando no impone dictaduras o autoritarismos pugna por vaciar de contenido las formas democráticas. En concordancia con los dogmas del neoliberalismo se dictamina que las grandes decisiones son puramente opciones de naturaleza técnica. Toda consideración de las demandas sociales es descalificada como populismo. El consenso es proclamado como el modo de ser de la politica moderna, vaciándola asi de su función de representación de los diferentes intereses sociales. Se actúa deliberadamente para limitar el carácter representativo de los órganos electivos, para aislar al máximo de la influencia y control del pueblo los centros de decisión fundamentales.

A su vez, se pugna intensamente por la limitación de su soberania nacional. Resoluciones determinantes para ei futuro de los pueblos son transferidas crecientemente a instancias supranacionales, no electas, ajenas e inalcanzables a todo control popular donde se ejerce determinantemente la influencia de las empresas transnacionaies y los centros imperiales. El FMI, el Banco Mundial, la OMC, el Grupo de los 7, el Foro Mundial de la Economia, reducen más y más el ejercicio de la soberania nacional de nuestros paises. A ello se pretende agregar ahora el Acuerdo Multilateral de Inversiones (AMI) que darla a las transnacionales la posibilidad de acusar internacionalmente a los gobiernos que dicten leyes que puedan afectar sus ganancias previstas.

No aceptamos un orden mundial que no es capaz de garantizar la propia supervivenda de la humanidad en condiciones de dignidad. En medio de las complexidades y las incógnitas de nuestra era, la izquierda latinoamericana y caribeña, reunida en el Foro de São Paulo - espacio antimperialista, antineoliberal,

y plural de encuentro, acción solidaridad y formulación de alternativas programáticas y de lucha procura conocer cada vez más las nuevas condiciones presentes en el mundo y en cada pais, para construir, a partir de esas realidades intemacionales y nacionales, proyectos compatibles con sus principios, pero concebidos no como modelos cerrados y definitivos, sino abiertos, sujetos a la experimentación y ia rectificación e impulsados por el componente fundamental de la participación social.

Toda alternativa al neoliberalismo requerirá, teniendo en cuenta las peculiaridades de cada país, una apuesta efectiva a la independencia nacional, la justicia social, la igualdad de condiciones y oportunidades, la solidaridad y la participación, en el marco de una nueva democracia, altamente participativa y que se vaya profundizando. Tenemos principios pero no recetas para movernos en pos de esos objetivos -que exigen emprender profundas transformaciones estructurales, auténticamente revolucionarias- y cada gobiemo de izquierda y progresista, en cada país, en cada ámbito, deberá desplegar con creatividad y perseverancia una política que asegure el derecho del pueblo a construir su propio destino.

Nunca como ahora, y cada vez más, la izquierda esta llamada a dar una respuesta altemativa. Hemos hecho valiosas experiencias de gobiemo, hemos impulsado y protagonizado significativas luchas, y hemos crecido en la consideración de nuestros pueblos, haciendo una contribución sustancial para construir una nueva sociedad.

SIN pretender enumerar aqui todas las iniciativas que han de ser incluidas en un programa altemativo ni hacer un desarrollo exhaustivo de ellas, es oportuno reseñar algunos de los elementos esenciales a tener en cuenta para estructurar nuestras propuestas nacionales, populares, democráticas y revolucionarias, cuya aplicación deberá ajustarse a las peculiaridades de cada realidad nacional y a las correlaciones de fuerzas en cada lugar y momento, teniendo presente el desarrollo integral de la persona.

Será imprescindible detener y revertir el proceso de destrucción productiva que tiene lugar en la mayoría de los países de la región adoptando las medidas estructurales, de política financiera, crediticia, comercial y laboral, que promuevan el desarrollo de la industria manufacturera, del agro -donde es frecuente una fuerte concentración de la propiedad y la tenencia de la tierra- y de las áreas productivas en general. Parte esencial de esta tarea es la preservación del medio ambiente y los recursos naturales, asi como establecer legislaciones en materia de comercio exterior e inversión extranjera, y politicas de desarrollo tecnológico regidas por un proyecto autónomo, nacional y regional.

Será necesario combinar armónicamente la producción hacia los mercados interno y

externo, impulsar políticas responsables en materia fiscal, asi como articular políticas de desarrollo industrial. El éxito de esta política debe medirse por su papel en el restablecimiento de las cadenas productivas nacionales y regionales, la generación de empleo, la satisfacción de las necesidades sociales y la conformación de una economia balanceada.

Un requisito central ha de ser el control de los movimientos internacionales de capital especulativo. Será imprescindible propender a la constitución y el fortalecimiento de bloques entre las economias de la región, de acuerdo a los lineamientos que sobre integración el Foro de Sao Paulo ha venido reafirmando como única forma de contrarrestar la acción de los megabioques que encabezan Estados Unidos, Unión Europea y Japón. Será necesario revisar los condicionamientos que han venido imponiendo las instituciones internacionales de crédito, dando la batalla en todos los ámbitos, aprovechando incluso los reconocimientos que desde los organismos financieros comienzan a escucharse al ver que "la aldea está en llamas".

En la mayoría de nuestros países deben impulsarse reformas sustanciales a los sistemas tributarios, de tal manera que la política fiscal contribuya a desarrollar economias productivas y lograr una mejor redistribución del ingreso. Se debe tributar más a los que más tienen v combatir la evasión para revertir las situaciones en que los pobres son los únicos que pagan impuestos.

Asegurar procesos a traves de los cuales se garantice la participación democrática en la toma de decisiones por parte de todas y todos los actores sociales en el marco de relación igualitaria y del respeto a la diversidad. Así como el desarrollo de estrategias políticas que articuien lo nacional con lo regional y lo local, asegurando reales procesos de descentralización v la democratización de los procesos de elaboración y aplicación de políticas públicas.

Habrá que buscar nuevas articulaciones entre los sectores público y privado, lo que exigirá transformaciones en el Estado, que debe ser un participante activo en la orientación de las actividades económicas, y un actor central en el impuiso y la articulación junto a la sociedad civil- de las politicas sociales. Se requiere la modernización del Estado, eliminando la corrupción, el clientelismo, y defendiendo nuestros patrimonios nacionales de las politicas de privatización, y una nueva relación de éste con el mercado que garantice el bienestar de la población.

La reestructuración económica orientada al desarrollo sostenible, al incremento del nível de vida de la población y a la redistribución de la riqueza, exige que se revierta la tendenda a la reducción del mercado interno, politicas para el control nacional de los excedentes, el estímulo a la asfixiada pequeña y mediana empresa, la creación de empleos productivos que rescaten a la población económicamente

activa de las filas del desempleo y del sector informal, así como la solución de los problemas sociales básicos.

Habrá que encarar imprescindibles reformas sociales, incluyendo programas de emergencia. La educación, herramienta imprescindible para construir una sociedad donde exista la igualdad de oportunidades, la salud, la vivienda y la seguridad social en sus diversos aspectos constituyen otras áreas en donde se requerirán iniciativas audaces, imaginativas, de largo plazo y de hondo contenido solidario. También en el abordaje de graves problemas, como la discriminación de la mujer- que exige ser encarada y combatida con un claro enfoque de género-, la situación de la niñez, el racismo, la delincuencia y la inseguridad ciudadana, el narcotráfico y el rol de las fuerzas armadas en una sociedad democrática.

En relación a la multietnicidad, pluriculturalidad y multilinguismo que caracteriza a las sociedades latinoamericanas, resulta fundamental el reconocimiendo social, político y jurídico de esta diversidad, el respeto a sus identidades, asi como a los derechos que de las mismas se derivan, en un marco de unidad nacional y regional.

Ninguno de estos objetivos se logrará sin una activa participación social, lo que demandará el desarrollo de políticas públicas, y la promoción de conductas colectivas a todos los niveles.

Nuestra meta es la revolución, es decir, una profunda transformación de la sociedad, la que habrá de realizarse reafirmando y recreando la democracia, aspecto esencial de todo proyecto alternativo. Cada día se hace más notoria la necesidad de reformular, ampliar y profundizar la democracia en América Latina y el Caribe, lo que pasa, esencialmente, por abrir más y mejores canales de participación de todos los segmentos de la población, sobre todo de quienes continúan marginados del proceso de decisiones. El avance de una nueva democracia pasa por lograr mayor poder politico para el pueblo y por restituirle a las instituciones del estado-nación la capacidad decisoria que le permita cumplir sus funciones de mediación social. La vigencia y consolidación de un sistema politico-institucional democrático es sustancial para el proyecto aiternativo. En él deben confluir simultáneamente la libertad, la justicia y la participación efectiva de la población.

La politica exterior debe estar al servicio de los intereses de cada pais y de la búsqueda y promoción de mercados para su producción, en el marco de los siguientes principios: afirmacion de la independencia irrestricta en las decisiones que tome cada nación; solidaridad con los pueblos del mundo; reafirmación del principio de no intervención y autodeterminación; mantenimiento de relaciones con todos los paises; democratización de los organismos internacionales; promoción de la constitución de un frente de deudores para encarar el problema de la deuda

externa y del intercambio desigual y apoyo a las iniciativas que a este respecto se establecieron en el encuentro de Caracas; defensa de los derechos humanos; impuiso a los foros intemacionales a favor del combate al "dumping social" y por el mejoramiento de las condiciones de vida; defensa del medio ambiente; respaldo al desarme y activo compromiso en favor de la paz mundial, lucha por un orden internacional justo.

Una línea fundamental debe ser la no aceptación de tratados impuestos unilateralmente, violando nuestra soberania. En ese contexto rechazamos el Acuerdo Multilateral de Inversiones (AMI) y a toda forma unilateral de condicionamientos comerciales y de inversión.

El poder transformador de las fuerzas democráticas en América Latina dependerá, más que nunca en esta época, de su capacidad para interpretar y ganar el apoyo activo de las grandes mayorías, así como del impuiso de auténticas y flexibles políticas de alianzas que posibiliten amplios consensos sociales. El objetivo no es meramente llegar al gobiemo, sino llegar para transformar la sociedad. Y como ello no es tarea de unos pocos años, sino un proceso complejo y largo, será imprescindible consolidar y ampliar los respaldos sociales para la construcción de un proyecto estratégico que permita mantenerse en el gobiemo y realizar los qrandes cambios revolucionarios que demandan nuestras sociedades. Un triunfo electoral, y en general el ascenso de la izquierda al gobiemo, no debe transformarse en una frustración. Ante los reiterados fracasos de los partidos de derecha, son crecientes ias expectativas de que la izquierda solucione los problemas de la gente, lo que puede generar impaciencias y hasta fricciones con un gobierno popular. Por eso hay que hablar antes de alcanzar el gobiemo con mucha claridad, sin demagogia, sin generar falsas expectativas, acerca de las posibilidades pero también de las limitaciones y condicionamientos que deberemos enfrentar para llevar adelante nuestro proyecto. Debe quedar claro que no podrán revertirse de un día para otro todos los efectos de décadas de políticas antipopulares. Estas tareas históricas son responsabilidad y corresponde resolverlas a las fuerzas revolucionarias, democráticas y progresistas en su propio país y de acuerdo a las condiciones concretas nacionales.

Finalmente, somos conscientes de que el proyecto alternativo en cada país solamente podrá abrirse camino si el conjunto de los pueblos y las organizaciones de izquierda conjugamos ese valor superior que es la solidaridad.

Solidaridad con quienes luchan por el pan, por la democracia, por la paz y por la justicia; con quienes se enfrentan a la reacción y al imperialismo; solidaridad con Cuba -objeto desde hace décadas de un inadmisible e inhumano bloqueo-; solidaridad con los gobiernos populares locales que ya son realidad en varias ciudades y regiones del continente; solidaridad con los frentes y partidos

progresistas y de izquierda que en los proximos años seguramente van a ir asumiendo los gobiemos nacionales en distintos paises. La solidaridad y la unidad de los pueblos y las organizaciones politicas comprometidas con las transformaciones democráticas y revolucionarias serán otro de los grandes requisitos para abrirnos camino en el difícil escenario internacional.

Al tiempo de reconocer la necesidad de la búsqueda y de admitir que no pretendemos respuestas definitivas para todos los problemas, afirmamos que la izquierda ha recorrido un largo camino no sólo en la elaboración teórica y en la lucha junto al pueblo, sino que posee ya diversas y exitosas experiencias de gobiemo. Ellas demuestran que existen otras maneras de hacer las cosas. El creciente respaldo popular a las opciones progresistas va tornando cada día menos creíbles las predicciones de la derecha (y de varios jefes de Estado) con relación a la presunta incapacidad de la izquierda para gobernar, para atraer inversión extranjera e impedir la fuga de capitales, y para garantir los equilibrios y la seguridad. Son ellos quienes han fracasado. No somos nosotros sino ellos los que han desencadenado o facilitado una crisis como la actual, los que han despejado el espacio para el vuelo de los capitales golondrina, los que han generado la inestabilidad y la incertidumbre, los que han ocasionado los conflictos sociales y las situaciones de enfrentamiento y guerra. También es en el marco del modelo neoliberal que se ha engendrado la corrupción, otro de los elementos que jaquean a la política y acorralan a la ética.

Con confianza pero con humildad, con firmeza pero con flexibilidad, seguros de nuestros principios y conquistas, pero conscientes de la necesidad de profundizar nuestras búsquedas y luchas, las organizaciones integrantes del Foro de Sao Paulo llamamos a los pueblos de América Latina y el Caribe, a todas las fuerzas democráticas, a todos los sectores dispuestos al dialogo, a redoblar los esfuerzos para alcanzar un mundo más justo y seguro para todos. Consideramos que la búsqueda de una alternativa al neoliberalismo y la conquista de victorias en la lucha por la independencia nacional, la democracia y la justicia social en nuestros paises. requiere la más amplia unidad del pueblo Io que implica la convergencia política entre las fuerzas y corrientes democráticas y antiimperialistas.

SALUDAMOS y nos solidarizamos con quienes a lo ancho y a lo largo de nuestro continente alientan la esperanza en los cambios; a los millones de excluidas y excluidos de una vida digna; a los pueblos que enfrentan la represión, la guerra sucia y el terrorismo de Estado -como el de Colombia-, o el criminal bloqueo impuesto por el imperialismo -como el que padece Cuba-, o sufren aun el anacronismo histórico del colonialismo -como Puerto Rico (donde se cumplen cien años de la invasión norteamericana), Martinica, Guadalupe, Guayana francesa. Islas Malvinas y otros países de América Latina y el Caribe- o el abuso de castas dirigentes involucradas en la corrupción y el saqueo de los bienes públicos.

Nos identificamos con las luchas de los pueblos indigenas de América Latina, para lograr el reconocimiento de sus identidades y derechos. Destacamos especialmente como una tarea pendiente de las fuerzas democráticas, progresistas y revolucionarias el lograr que los estados cumplan con el Convenio 169 de la Organización Intemacional del Trabajo (OIT), que establece la obligatoriedad que tienen las empresas nacionales y extranjeras, de consultar a las comunidades originarias e indígenas sobre las condicíones de las inversiones y explotaciones de los recursos naturales, renovables y no renovables, y si es posible beneficiarlas de las utilidades de su explotación.

Nos solidarizamos con la lucha por lograr la equidad de género que debe ser emprendida por hombres y mujeres por igual. Reafirmamos nuestro compromiso de combate a toda expresión de racismo en nuestro continente.

Nos comprometemos a vigilar el cabal cumplimiento de los Tratados del Canal de Panamá de acuerdo a los cuales el 31 de diciembre de 1999 deberá culminar el desmantelamiento de las bases militares extranjeras allí instaladas, y la reversión de esa via acuática al patrimonio nacional panameño.

Saludamos las acciones de las entidades y partidos que. en ocasión de la Conferencia de la OEA sobre Terrorismo aue se realizará en Mar del Plata los dias 24 y 25 de noviembre de 1998, están organizando una Contra-conferencia con el fin de desenmascarar los verdaderos objetivos de la misma.

Rechazamos la estrateqia norteamericana de "guerra a las droqas" que se desarrolla en América Latina en general y en los países andinos de manera particular, Ia cual se ha convertido en un pretexto de intervención politica, económica y militar en nuestros países. Rechazamos la certificación unilateral con la que Estados Unidos somete a nuestros pueblos y demandamos una certificación multilateral que involucre tanto a los paises productores como consumidores de droqa. Reiteramos nuestro compromiso con la lucha frontal contra la libre empresa de la droga y exiqimos una salida pacífica v concertada a un problema mundial que. con la actual política antidrogas, solo ha tenido a los campesinos como sus principales víctimas.

Saludamos y nos solidarizamos con los movimientos populares y las organizaciones de izquierda y progresistas que llevan adelante jornadas de luchas sociales, como las recientes huelgas en Colombia, Ecuador, Argentina. Perú y Chile; con los puebios que han logrado conquistas relevantes producto de procesos de lucha que propiciaron exitosas negociaciones, como El Salvador y Guatemala, los cuales deben expresarse y profundizarse en una democracia económica, política y social; las conversaciones de paz en Colombia y en Chiapas, respetando los derechos de esos pueblos, la concreción de importantes avances, con perspectivas de gobiemo,

en todo el Continente.

Saludamos al puebio Cubano al cumplirse, el 1° de enero de 1999, los primeros cuarenta años del triunfo de su revolucion. Una vez más nuestra fraterna solidaridad en su lucha por construir una nueva sociedad mucho más justa y democrática.

Saludamos al pueblo de Nicaragua y al FSLN, al conmemorarse el 19 de julio de 1999, 20 años del triunfo de la revolución popular sandinista que significó una victoria de todos los pueblos de América y el Caribe, y tuvo hondas repercuciones en el continente y particularmente en Centroamérica. Es necesario que reflexionemos sobre ese proceso, su presente y futuro.

Saludamos y nos solidarizamos con el pueblo de México y sus Partidos de izquierda y muy especialmente, con el Partido de la Revolución Democrática (PRD), fraterno y hospitalario anfitrión de este VIII Encuentro, que llevó al compañero Cuauhtémoc Cárdenas a gobernar la ciudad más grande del continente y alcanzar importantes victorias en otras partes de México, imponiendo un cambio sustancial en las perspectivas futuras de este país.

El VIII Encuentro del Foro de São Paulo reafirma la vigencia y proyección de este espacio plural, democrático, antiimperialista y solidario, y se compromete a continuar intercambiando experiencias y opiniones, buscando con espíritu abierto las soluciones que nuestros países requieren, y bregando junto a cada pueblo para que se haga realidad el sueño de nuestros próceres de la primera independencia y de quienes, con Ernesto Che Guevara como símbolo y ejemplo, han construido a lo largo del siglo que finaliza la inextinguible confianza en nuestras propias fuerzas.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998.

MANIFESTO DO MÉXICO - ESPANHOL

MANIFIESTO DE MEXICO

Importantes acontecimientos han ocurrido en el escenario internacional y regional desde que, hace poco más de un año, el Foro de Sao Paulo celebró su VII Encuentro en Porto Alegre. Una grave crisis financiera afecta a Japón, a los llamados "tigres asiáticos" --que se nos presentaban como modelos a emular--, agrava las tendencias desintegradoras en Rusia --una de las mayores potencias nucleares-- y amenaza con devastar la economía y agudiza la explosiva situación social en todos los confines del planeta. Las guerras nacionalistas, étnicas y religiosas proliferan en Europa, Asia y Africa. El hambre, la sed y las enfermedades azotan a extensas regiones marginadas. Se agiganta la brecha entre países ricos y pobres, y entre las élites y los seres humanos que no tienen derecho al presente ni al futuro.

En América Latina y el Caribe es cada vez más evidente que el crecimiento del desempleo y la precarización del trabajo constituyen problemas estructurales sin solución dentro del modelo neoliberal, agravándose asi la pobreza y la violencia social en nuestro continente. Paralelamente, las consecuencias socioeconómicas del neoliberalismo agudizan el resto de las formas de opresión y discriminación. El neoliberalismo, en síntesis, amenza a la democracia, distorsiona las identidades culturales, profundiza la crisis ambiental, potencia la feminización de la pobreza, y pone en riesgo la dignidad de los seres humanos.

La crisis económica y financiera afecta directamente a Brasil y amenaza extenderse a todo el continente, incluidos los propios Estados Unidos. En ese contexto el proyecto de creación de un Area de Libre Comercio de las Américas, que los Estados Unidos pretende imponer a los gobiernos de la región, profundizaría la subordinación de nuestras naciones y reduciría los espacios de soberanía e independencia de nuestros pueblos.

Los efectos de las políticas de apertura unilateral y asimétrica ya no sólo aumentan la explotación, la pobreza y la miseria de las mayorías a niveles sin precedentes, sino que impactan en las capas medias y conducen a la quiebra a los sectores económicos nacionales que no lograron insertarse en la rotación del capital transnacional. Es por ello que los gobernantes y partidos que durante los últimos veinte años aplicaron diligentemente el modelo neoliberal cambian el discurso e intentan presentarse como los más capacitados para neutralizar o aminorar las consecuencias de una crisis de la cual son corresponsables,agravándola con sus administraciones corruptas.

En este breve lapso de apenas unos meses, se extiende la conciencia de que la globalización neoliberal dista mucho de ser un proceso inexorable y gana terreno la comprensión de que la alternativa de izquierda es la única posible. Los pueblos responden a la doctrina neoliberal con el incremento de las luchas políticas y sociales. Los partidos y movimientos del Foro de Sao Paulo avanzan en la acumulación política y social. El sindicalismo, una de las principales víctimas de la oleada neoliberal, recupera terreno y se orienta hacia la construcción de plataformas de lucha nacionales y regionales. Al mismo tiempo, se incrementa la acción de los movimientos sociales que defienden las reivindicaciones de las mujeres, étnicas, culturales, de las mujeres y los hombres sin tierra, sin techo y sin salud. Las luchas contra la impunidad y por la plena vigencia de los Derechos Humanos, que constituyen un elemento fundamental de nuestro accionar político, han cobrado mayor impulso con el enjuiciamiento y la dentención del dictador Pinochet, hecho que consideramos altamente positivo y que esperamos sirva de precedente para hacer justicia con los asesinos y torturadores de tantos hijas e hijos de nuestros pueblos.

Frente al esquema neoliberal de soberanía restringida que usurpa los derechos políticos de la ciudadanía y lo sustituye con decisiones impuestas por el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial y otras instituciones supranacionales hegomonizados por los Estados Unidos, se amplían, profundizan y fortalecen los espacios institucionales ocupados por la izquierda en las legislaturas nacionales, gobiernos estaduales y locales, al tiempo que maduran las condiciones para el triunfo electoral que pueda conducirlas al gobierno en varios países de la región. La experiencia acumulada en las gestiones legislativa y gubernamental por parte de las fuerzas de izquierda les permite desarrollar sus propias propuestas programáticas y aprovechar los espacios democráticos conquistados en sus luchas para impulsar políticas de bienestar popular.

Es de particular importancia la consolidación y profundización de los procesos de transición democrática en El Salvador y Guatemala, producto de exitosas negociaciones políticas que pusieron fin a los conflictos armados internos en esos paises.

En los escenarios de las luchas populares extrainstitucionales se registra también un significativo proceso de acumulación y construcción de espacios alternativos y de impugnación de las políticas neoliberales.

La apertura de un proceso de diálogo entre el gobierno de Colombia y la insurgencia de ese país es una muestra de acumulación política de la izquierda, que abre las posibilidades a una solución del conflicto social y armado, basada en la erradicación de las causas que le dieron origen. En dirección opuesta, es preocupante el recrudecimiento de la violencia en Chiapas y los obstáculos que han

provocado el estancamiento del proceso de negociación.

Los hechos acontecidos durante los últimos ocho años, confirman la certeza de los pronunciamientos realizados por los encuentros anteriores del Foro de Sao Paulo sobre las perversas consecuencias del modelo neoliberal, y refuerzan nuestra indeclinable vocación de trabajar por una genuina integración regional y el afianzamiento de la solidaridad. En ese sentido tienen una especial importancia las luchas por la independencia de los territorios coloniales que aún subsisten en nuestra América y la solidaridad con la Revolución Cubana, que enfrenta la hostilidad y el bloqueo del gobierno de los Estados Unidos.

Por consiguiente hoy, 1° de noviembre de 1998, reunidos en la ciudad de México, la mayor urbe del continente, gobernada por un partido miembro del Foro de San Paulo, el Partido de la Revolución Democrática, las mujeres y los hombres participantes de este VIII Encuentro, como conclusión de nuestros debates:

* Afirmamos que el curso de la globalización neoliberal no es inexorable; el detenerlo y derrotarlo está en nuestras manos, promoviendo la solidaridad y globalizando las acciones de los pueblos de América Latina y el Caribe, para la concreción de una via propia y alternativa de desarrollo económico con justicia social.

* Proponemos construir, respetando nuestro compromiso de unidad en la diversidad, un proyecto que rescate y socialice los espacios productivos, afiance la industria, la agricultura y la productividad nacional, profundice y amplie socialmente la democracia, reformule el rol del estado, garantice los derechos humanos, respete el medio ambiente, integre la igualdad y equidad de género, el reconocimiento de la identidad y derechos de los pueblos indígenas, elevando la calidad de vida de nuestra gente y propugne una verdadera integración de nuestros pueblos.

* Ratificamos nuestra decisión de seguir promoviendo nuevas formas de gobierno y de gestión política social y económica, ejerciendo el poder de manera democrática, cristalina y al servicio de los pueblos, con la participación permanente de la sociedad.

* Manifestamos que marcharemos hombro con hombro con las mujeres y los hombres de este continente dispuestos a luchar contra la globalización neoliberal y sus efectos, y por la construcción del proyecto alternativo que haga realidad el sueño de nuestro próceres de una América libre, donde "los más infelices sean los más privilegiados".

México, D.F., 1 de noviembre de 1998.

Obs.: Aprovada por unanimidade pela plenária do VIII Encontro do Foro de São Paulo. Com o compromisso do Grupo de Trabalho de incorporar as emendas apresentadas durante o debate final.

NEGOCIAÇÃO E PROCESSO DE PAZ - ESPANHOL

TALLER DE NEGOCIACION Y PROCESOS DE PAZ

EN AMERICA LATINA

La Mesa de Negociación y Procesos de Paz en América Latina se instaló a las 10:45 horas del día 30 de octubre de 1998. El moderador de la mesa Carlos Payán Velver, senador del Partido de la Revolución Democrática (PRD) y miembro de la Comisión de Concordia y Pacificación (COCOPA), introdujo el tema con la ponencia "México y la Paz". A grandes rasgos, describió la coyuntura internacional de los procesos de paz que se han dado recientemente. Abordó también el conflicto en Chiapas y la necesidad de privilegiar el diálogo como forma de solución del conflicto; afirmó que éste sólo se dará cuando cese la violencia.

En segundo lugar, intervino Carlos González, representante de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG), quien hizo una síntesis del proceso negociación para alcanzar la paz firme y duradera en Guatemala. Inscribió este proceso como el último para la pacificación de Centroamérica. Como un rasgo principal para alcanzar la paz habló de la suma de esfuerzos entre la URNG, la sociedad civil y demás fuerzas políticas y sociales de Guatemala. Afirmó, que un factor importante para lograr la paz fue el haberse superado prejuicios que impedían el libre curso de la negociación. Reconoció la participación internacional para lograr la paz en Guatemala, y el hecho de que México permitiera que en su territorio se llevara a cabo la mayor parte del dicho proceso. Señaló, que si bien, fue una negociación larga lo importante fue respetar los tiempos políticos acordados por las partes, y limitar los intereses de éstas, ante los de la sociedad guatemalteca. Por último, planteó las diferencias y dificultades que hay entre negociar la paz y construirla.

El tercer orador fue el senador del Partido Revolucionario Institucional (PRI), Pablo Salazar Mendiguchía, miembro también de la COCOPA. Hizo una exposición detallada del surgimiento del conflicto en Chiapas, de la creación de la COCOPA y del rompimiento del diálogo entre el Gobierno Mexicano y el Ejercito Zapatista de Liberación Nacional (EZLN). Planteó que la causa principal del levantamiento en Chiapas es la extrema pobreza y la marginación, y que mientras estas causas existan el conflicto estará latente.

En respuesta a la pregunta realizada por Pedro Marle de Izquierda Unida de España, de si el gobierno mexicano prepara una salida militar en Chiapas, Pablo Salazar afirmó que no cree que ésta se dé ya que si el gobierno mexicano "no tiene la capacidad para hacer la paz, menos la tiene para hacer la guerra". Sobre este

punto, el senador Payán manifestó su posición sobre la posibilidad de una salida militar. Dijo que en Chiapas el gobierno mexicano administra el conflicto apoyando una guerra de baja intensidad y fomentando el desarrollo de grupos paramilitares.

El diputado del Partido Acción Nacional (PAN) y presidente en turno de la COCOPA, Felipe de Jesús Vicencio Alvarez, mandó su ponencia por escrito para ser leída por el moderador de la mesa. En ésta se plantea el papel que desempeña la COCOPA en el conflicto armado en Chiapas. Como punto principal afirma que no hay una sola ruta para transitar a la paz, que cada proceso tiene sus particularidades. El documento expresa la metodología y los objetivos de la COCOPA, así como, que el único camino para alcanzar la paz es el diálogo.

Por su parte, el representante del Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN), Jorge Shafik Handal, manifestó que los procesos de diálogo y negociación no pueden ser vistos como hechos aislados, sino como parte de los procesos históricos de cada país. Señaló que la característica que distingue al proceso salvadoreño de otros fue la fuerza que adquirió su aparato político-diplomático, el cual logró tener representación en todos los países involucrados directa o indirectamente en el conflicto, incluyendo una oficina en Washington DC. Hizo un recuento de los diversos procesos de diálogo y negociación que se llevaron a cabo entre los gobiernos salvadoreños y el FMLN a partir de 1984. Destacó el papel contradictorio que jugaron el gobierno norteamericano, que sistemáticamente presionó en busca de la aniquilación del grupo armado, y por otra parte México y Francia, países que desde 1981 reconocieron las causas internas del conflicto armado y la urgencia de un proceso de negociación en que se reconociera a las partes con el estatuto de beligerantes. Narró, en particular, el proceso que dio lugar a la negociación final, en que cumplieron un papel significativo las ofensivas del FMLN en 1989-90. Concluyó señalando como resultados positivos de la negociación la realización de una reforma constitucional, que incluye el establecimiento de una Procuraduría de Defensa de los Derechos Humanos, la disolución de los cuerpos policiacos y paramilitares, la formación de una policía nacional civil, la limitación de las atribuciones constitucionales de las fuerzas armadas y su depuración y reducción.

Por último tomó la palabra Marco León Calarcá representante de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP), quien planteó que no puede existir una verdadera paz si se mantienen las condiciones de miseria e injusticia que sufre el pueblo colombiano. Manifestó que hasta ahora todos los procesos de diálogo y negociación entre los grupos armados y el gobierno colombiano han resultado en una desmovilización de los primeros, la persecución y asesinato de cientos de sus integrantes, y el hostigamiento continuo a las organizaciones populares, sin que se haya resuelto efectivamente ninguna de las demandas que dieron lugar a la lucha armada de los grupos revolucionarios. Se

manifestó esperanzado en el actual proceso de negociación iniciado en junio de 98, que ha conducido a que el Ejército desocupe cinco departamentos y a la suspensión de órdenes de aprehensión en contra de los integrantes de la Comisión de Diálogo, pero insistió en que el proceso de paz no se resolverá sino hasta que se satisfagan las demandas de justicia, dignidad y soberanía que dieron origen al conflicto armado en Colombia.

Los integrantes del Taller de Negociación y Procesos de Paz en América Latina proponen a la Plenaria del VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo la adopción de las siguientes

RESOLUCIONES

1. Los procesos de lucha armada en América Latina han tenido sustento en condiciones de pobreza, exclusión y falta de democracia, y no podrán resolverse hasta en tanto se dé satisfacción a las demandas de vida digna, pleno ejercicio de derechos humanos, civiles y políticos para todos los habitantes de la región.

2. Existe una creciente conciencia internacional de que sólo por medio del diálogo y la negociación es posible dar fin a los conflictos armados. Sin embargo, la lógica del comportamiento de las fuerzas involucradas no puede ser vista como hecho aislado, sino como parte del proceso histórico de cada país.

3. En cada uno de los procesos de lucha armada, el diálogo y la negociación tienen sus propias particularidades. Las soluciones que aportan corresponden sólo a ellas y sin embargo, no deben desestimarse en la comprensión y solución de otros conflictos

4. Una de las enseñanzas más importantes de tales procesos de negociación es que, pese a su duración y la incertidumbre en relación al comportamiento de las partes en conflicto y sus posibles resultados, en la mayor parte de los casos muestran que es posible tener esperanzas en que tengan una conclusión positiva.

5. Para ello, es indispensable que las partes manifiesten no sólo en los discursos sino en los hechos, verdadera voluntad política para reconocer la legitimidad de las demandas de sus adversarios, respetar su integridad durante y después del proceso de negociación, y dar respuesta efectiva a las causas económicas, sociales y políticas que dieron origen al conflicto.

Los integrantes del Taller de Negociación y Procesos de Paz en América Latina proponen a la Plenaria del VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo la adopción de las siguientes

RESOLUCIONES PARTICULARES

1. El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo hace un llamado al pueblo colombiano, al Presidente Andrés Pastrana, a las FARC-EP y al ELN para que no escatimen esfuerzo alguno en contribuir con que el proceso de negociación en curso concluya con una paz digna en ese país. Para ello, es indispensable que las partes manifiesten no sólo en los discursos sino en los hechos, verdadera voluntad política para reconocer la legitimidad de las demandas de sus adversarios, respetar su integridad durante y después del proceso de negociación, y dar respuesta efectiva a las causas económicas, sociales y políticas que dieron origen al conflicto.

2. El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo hace un llamado al pueblo mexicano, al Presidente Ernesto Zedillo y al EZLN para que no escatimen esfuerzo alguno en contribuir con que el proceso de negociación en curso concluya con una paz digna en ese país. Para ello, es indispensable que las partes manifiesten no sólo en los discursos sino en los hechos, verdadera voluntad política para reconocer la legitimidad de las demandas de sus adversarios, respetar su integridad durante y después del proceso de negociación, y dar respuesta efectiva a las causas económicas, sociales y políticas que dieron origen al conflicto.

3. El Foro de Sao Paulo da la bienvenida al Acuerdo de Belfast como una contribución puntual al desarrollo del Proceso de Paz de Irlanda. Felicita a todos los involucrados. Reconoce, como lo muestran otras experiencias internacionales, que la implementación del Acuerdo es indispensable para que las negociaciones continúen en el futuro.

Manifiesta su preocupación por el retraso actual para establecer las políticas institucionales acordadas, que podría ser contraproducente en el proceso. Por lo tanto, demanda al gobierno Británico, al de Irlanda y a las otras partes involucradas en el Acuerdo, su adhesión al cumplimiento del cronograma acordado para el establecimiento de instituciones políticas.

Asimismo, llama a las partes a utilizar esta propuesta para lograr los importantes beneficios de la política, la justicia, la igualdad y la desmilitarización de la sociedad, y resolver los asuntos que son clave para un proceso duradero de paz.

A solicitud del representante de Sinn Fein de Irlanda, los integrantes del Taller de Negociación y Procesos de Paz en América Latina resuelven trasladar a la Plenaria la siguiente Propuesta de Declaración, en relación a un proceso de similares características al que vive Irlanda:

"En su declaración del 18 de septiembre de 1998, la Organización armada Euskadi Ta Askatasuna (Patria Vasca y Libertad – ETA) anunció un alto al fuego de carácter

unilateral e indefinido.

Reconocemos la importancia y la trascendencia de esta decisión.

Llamamos a los Gobiernos español y francés a asegurar el establecimiento de negociaciones inclusivas y sustantivas sin demora.

Esperamos ver un acuerdo político consensuado que pueda alcanzar la fidelidad de todos y que esté basado en los principios de democracia, igualdad y ejercicio de la autodeterminación".

RESOLUÇÕES ESPECIAIS - ESPANHOL

RESOLUCIONES SOBRE SOLICITUDES DE INGRESO

AL FORO DE SAO PAULO

El grupo de trabajo del Foro de Sao Paulo, después de analizar las solicitudes de ingreso de partidos latinoamericanos y caribeños y con base a la normatividad vigente, resuelve lo siguiente:

1. En lo referido a la solicitud del "Movimiento Todos por lo Patria" de Argentina, se resuelve que continúe como OBSERVADOR, en tanto no exista consenso para su ingreso por parte de las organizaciones de ese país, que son miembros plenos del Foro de Sao Paulo.

2. Con respecto a la solicitud de ingreso planteada por la organizaciòn "Corriente Comunista Luíz Carlos Prestes" de Brasil, las organizaciones y partidos de ese país, que forman parte del Foro, solicitan que el ingreso de esta organización sea discutido entre las organizaciones miembros, por lo que la decisión se difiere para el IX Foro. En base a la argumentación anterior se resuelve que dicha organización participe con el estatuto de OBSERVADOR.

3. Los diez partidos miembros del Foro de Sao Paulo de la República Dominicana, solicitan un período de tiempo para discutir la situación de los partidos "Partido de la Liberación Dominicana" y "Partido Revolucionario Dominicano", lo que les permitirá discutir sus diferencias dentro del marco nacional, por lo que atendiendo la solicitud de los miembros del grupo de trabajo de dicho país, se decide mantener el estatuto de OBSERVADORES para ambas organizaciones.

4. Se recibió la solicitud de ingreso del "Movimiento Revolucionario Tupac Amaru" del Perú. El grupo de trabajo, ante la ausencia en el Foro de las organizaciones miembros de este país, acuerda realizar la consulta respectiva con los partidos miembros del Perú, para tomar una resolución al respecto.

5. Se recibió la solicitud de la organización "Confluencia Frenteamplista" de Uruguay. En razón, de no existir consenso entre las organizaciones miembros de dicho país para aceptar su ingreso, se toma la decisión de otorgarle el status de OBSERVADOR.

6. En lo que se refiere a la organización "Asamblea por la Soberanía de los Pueblos" de Bolivia, en razón de la ausencia de la organizaciones miembros de ese país en el

VIII Foro de Sao Paulo, se decide realizar la consulta respectiva para tomar la decisión definitiva sobre su ingreso.

7. Se analizó la propuesta realizada por la Secretaría Regional para Centro América del Foro de Sao Paulo, con respecto a la solicitud de ingreso del "Partido Fuerza Democrática" de Costa Rica, y se decidió aceptar la solicitud de dicho partido como MIEMBRO de este Foro.

8. Por último, se recibió la comunicación de la organización miembro del Foro "Partido Obrero Revolucionario de Colombia" de mantener su permanencia como miembro, con el nombre de "Presentes por el Socialismo".

México, D. F. 1 de noviembre de 1998

RESOLUCIÓN SOBRE LA DETENCIÓN DEL DICTADOR AUGUSTO PINOCHET

El arresto del dictador chileno Augusto Pinochet en Londres a solicitud de la justicia española ha sido recibido con profunda satisfacción por los partidos y fuerzas integrantes del Foro de Sao Paulo.

Consideramos que su detención es una expresión del repudio de la comunidad internacional a la negación sistemática de verdad y justicia y a la prevalencia de la impunidad por los crímenes de lesa humanidad cometidos por las dictaduras latinoamericanas, que han caracterizado los procesos de transición en nuestros países.

Por ello, el encarcelamiento de Pinochet significa un poderoso aliento a la lucha democrática de los pueblos de América Latina y en particular del pueblo de Chile, sometido aún al peso de la herencia antidemocrática del pasado dictatorial.

El arresto ha provocado también la reacción airada de las fuerzas de derecha en ese país que permanecen subordinadas al dictador. En correspondencia con su carácter, amenazan la estabilidad de los espacios democráticos conquistados por el pueblo. Invocan en la defensa del tirano valores como la inmunidad diplomática, la soberanía nacional y la extraterritorialidad, todos ellos pisoteados sistemáticamente por el régimen dictatorial y sus promotores y sostenedores internos y externos.

Pinochet es uno de los ejecutores de la "Operación Cóndor" que sistematizó operaciones criminales mas allá de las fronteras nacionales, en conjunto con los aparatos represivos de Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y Bolivia incluyendo la comisión de delitos de lesa humanidad en esos y otros países como EE. UU. e Italia. Estos hechos de jurisdicción internacional constituyen parte sustancial del proceso que lleva adelante el juez Garzón en correspondencia con la legislación española y los tratados internacionales que en la legislación chilena prevalecen por sobre las leyes internas.

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo acuerda intensificar la lucha contra la impunidad y por alcanzar verdad y justicia en nuestra región y para ello resuelve:

1. Respaldar los procesos que llevan adelante los jueces españoles en el respeto de su ordenamiento jurídico y de los tratados internacionales.

2. Solidarizarse con las fuerzas democráticas chilenas en su lucha contra la impunidad y por enjuiciar a Pinochet.

3. Instar a sus organizaciones miembros para que, en conjunto con otras organizaciones sociales y políticas, realicen mítines en los diferentes países como parte de una jornada continental contra la impunidad, en torno del día 10 de diciembre, fecha en que se conmemoran los 50 años de la Declaración Universal de los Derechos Humanos.

4. Constituir una comisión que constibuya a coordinar las acciones de las fuerzas democráticas de los países en los que actúan los impulsores de la Operación Cóndor. (Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay, Chile y Bolivia).

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUTIVO ANTE EL DECESO DEL CRO. MANUEL PEREZ GARCIA

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, UELN expresa sus condolencias a los compañeros de la UCLN de Colombia, por la muerte del compañero Manuel Pérez García, Comandante General de esa organización y figura histórica de la revolución y las luchas democráticas en Colombia, durante las últimas décadas.

El Comandante Manuel Pérez fue, igualmente, ejemplo de internacionalismo y un cristiano comprometido con los pueblos de América Latina.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUCIÓN SOBRE LOS PRESOS POLÍTICOS DE LA TABLADA EN LA ARGENTINA

Los participantes del VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo considerando:

1. Que América Latina y el Caribe se han logrado superar enfrentamientos del pasado por medio de diferentes procesos de paz que han culminado con la inserción de todos los sectores en la vida política y, por ende, con la consolidación de los procesos democráticos en cada país;

2. Que Argentina padeció periodos de crímenes y aberraciones incalificables, vive desde 1990, una situación en la que no existe la posibilidad de que el autoritarismo pueda volver a implantarse;

3. Que sin embargo, este hecho trascendente y alentador para una sociedad que salió de la etapa más funesta de su historia, se ve ensombrecido por la existencia de 22 presos políticos (la mayoría hace casi 10 años) y otros perseguidos por los sucesos de La Tablada;

4. Que esta situación que se ha convertido en una injustificable remanente de las ya felizmente superadas circunstancias vividas en el pasado, ha generado innumerables pronunciamientos internacionales y hace casi un año el informe 55/97 de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la OEA, se solicita la libertad de los presos;

5. Que es imprescindible consolidar el proceso democrático iniciado en la Argentina en 1983 y, en virtud de la necesidad de superar los conflictos del pasado y asumir el compromiso de convivencia entre todos los sectores antes enfrentados, presenta la siguiente RESOLUCION:

1. Los participantes al VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo se comprometen a realizar gestiones antes el gobierno argentino en favor de la libertad de los presos políticos de La Tablada y el cese de las persecusiones.

2. Encomiendan al Grupo de Trabajo la conformación de una comisión del Foro integrada por el PRD de México, el Frente Amplio de Uruguay, el PT de Brasil y el FSLN de Nicaragua para que a más tardar en el mes de diciembre se entreviste con el gobierno y las fuerzas políticas de la Argentina con el fin de que se logre la inmediata solución de la situación aquí planteada.

México, D,F., 1° de Noviembre de 1998

RESOLUTIVO SOBRE LOS PRESOS POLÍTICOS EN BRASIL

El Foro de Sao Paulo,

Considerando:

Que desde 1989 un grupo de combatientes del MIR Político de Chile guardan prisión en cárceles brasileñas, por su participación en una acción armada que tenía como objetivo recaudar fondos para apoyar los procesos de guerra revolucionaria que se libraban en Centroamérica.

Considerando:

Que en el largo y complicado proceso jurídico que siguió a la detención de este grupo de combatientes, se cometieron graves irregularidades y violaciones a los derechos de los detenidos, incluyendo torturas, y se recurrió a distintas maniobras para negarle a ellos la calidad de presos políticos.

Considerando:

Que a pesar de haber cumplido casi nueve años en prisión y de llenar otros requisitos legales, a los detenidos se les niegan sistemáticamente los beneficios contemplados en la ley brasileña, como son: la libertad condicional y la prisión semi-abierta.

Resuelve:

1. Demandar al gobierno de Brasil, el reconocimiento de su calidad de presos políticos a:

Nombre.Nacionalidad.

María Emilia Marchi Badilla. Chilena e italiana.

Christine Lamot. Canadiense.

David Spencer. Canadiense.

Raymundo Roselio Costa Freire. Brasileña.

Pedro Lembach. Chilena.

Ulises Gallardo. Chilena.

Sergio Olivares. Chilena.

Héctor Collantes. Chilena.

Horacio Paz. Argentina.

Humberto Paz. Argentina.

2. Exigir el cumplimiento de la ley brasileña que implique el otorgamiento a los detenidos de los beneficios correspondientes.

3. Solicitar la libertad y la salida de Brasil de los detenidos extranjeros.

VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

México, D.F., 1° de Noviembre de 1998

RESOLUCIÓN SOBRE PUERTO RICO

Por cuanto

Este año se cumple un siglo de la invasión militar estadounidense contra Puerto Rico, en el marco de la guerra Hispano-Cubano-Americana.

Desde entonces y tras ser tomada como botín de guerrera, Puerto Rico ha sido utilizado por Estados Unidos a su antojo, imponiendo un régimen colonial y controlando su economía, agrediendo su cultura y utilizando su territorio para fines militares, muchas veces para agredir a países de América Latina.

El pueblo puertoriqueño ha luchado durante todo este siglo en condiciones desiguales, en defensa de su nacionalidad y por su autodeterminación e independencia.

Cien años después de la invasión yanqui, Puerto Rico se mantiene como nación caribeña y latinoamericana, enfrentando el dominio colonial y sus intentos anexionistas del gobierno actual.

La solidaridad internacional ha sido un componente de gran importancia en la lucha del pueblo Puertorriqueño por su autodeterminación e independencia nacional.

Por tanto

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo reitera su solidaridad con el pueblo de Puerto Rico en su lucha por la autodeterminación e independencia nacional.

Demandamos del gobierno de Estados Unidos que cese su dominación colonial sobre Puerto Rico que ya cumple cien años, y que se disponga a promover un proceso de descolonialización verdadera de esa nación caribeña y latinoamericana.

Reclamamos la inmediata liberación de los presos políticos puertorriqueños, encarcelados en prisiones de Estados Unidos por el ‘delito’ de lucha y por la independencia de su patria.

Reafirmamos que Puerto Rico es una nación caribeña y latinoamericana que forma parte esencial del conjunto de naciones de América Latina, con el derecho inalienable a la autodeterminación e independencia.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUCIÓN SOBRE HAITI

Los participantes al VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo reunidos en la ciudad de México, han constado el bloqueo político que agrava la crisis económica y también el peligro de inestabilidad de la vida institucional de ese país caribeño.

Proclama su solidaridad con el pueblo haitiano y acuerda organizar una misión de información a Haiti a fin de proponer una mediación entre los partidos en conflicto.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

PROPUESTA DE RESOLUCION POR LA LIBERTAD DE VICTOR POLAY Y DE TODOS LOS PRESOS POLITICOS EN PERU

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo:

Teniendo conocimiento de que el Comité de Derechos Humanos de la ONU en su 61 periodo de Sesiones, el 6 de noviembre de 1997, aprobó su dictamen emitido a tenor del párrafo 4° del Artículo 5° del Protocolo Facultativo, respecto a la comunicación No. 577/1994, sobre el caso del detenido político Víctor Alfredo Polay Campos, considerando: "... que el señor Polar debe ser puesto en libertad... porque la víctima ha sido condenada en base a un juicio que no contó con las garantías básicas de un juicio justo...".

Siendo este el caso de miles de presos políticos, y habiendo pasado más de 10 meses de emitido el dictamen El Foro de Sao Paulo resuelve solicitar al gobierno peruano cumplimiento de la resolución de la ONU, y hacer extensivo dicho dictamen a los demás presos que sufrieron los mismos vicios procesales y no tuvieron la posibilidad de defenderse ni la garantía de un juicio justo.

Existiendo muchas formas de resolver un problema que ha recluido, en condiciones muy duras, a miles de seres humanos, esperamos que en un gesto de humanidad del gobierno peruano, tanto el Señor Polay como los miles de procesados puedan alcanzar la libertad, y dar cumplimiento a una resolución del Comité de Derechos Humanos de la ONU.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUTIVO EN MEMORIA DEL DR. JOSE FRANCISCO PEÑA GOMEZ

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo evocó la memoria del Dr. José Francisco

Peña Gómez, Secretario General del Partido Revolucionario Dominicano, recientemente fallecido, como un incansable combatiente de la democracia y de la justicia social y hace llegar a su pueblo, partido y familia, su solidaridad.

México, D.F. a 1° de Noviembre de 1998.

RESOLUCIÓN SOBRE EL PAÍS VASCO

Ante la situación creada en el conflicto del país Vasco, por el surgimiento de nuevas iniciativas políticas, el VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo resuelve:

1. Manifiestar su deseo de que se alcance una pronta y justa solución al mismo.

2. Exhortar a las partes involucradas a realizar los máximos esfuerzos a fin de alcanzar la paz en el corto plazo.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUTIVO ANTE EL DECESO DEL

CRO. MANUEL PEREZ GARCIA

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, UELN expresa sus condolencias a los compañeros de la UCLN de Colombia, por la muerte del compañero Manuel Pérez García, Comandante General de esa organización y figura histórica de la revolución y las luchas democráticas en Colombia, durante las últimas décadas.

El Comandante Manuel Pérez fue, igualmente, ejemplo de internacionalismo y un cristiano comprometido con los pueblos de América Latina.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

COMUNICADO DEL GRUPO DE TRABAJO DEL FORO DE SAO PAULO Y LOS PARTIDOS DE LA IZQUIERDA EUROPEA ASISTENTES AL VIII ENCUENTRO

Durante el VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo se realizó una reunión entre el Grupo de Trabajo y los partidos de la izquierda europea asistentes al mismo. En la reunión se retomó el espíritu de la Resolución adoptada en el VI Encuentro del Foro en El Salvador sobre la conveniencia de desarrollar encuentros entre el Foro y la izquierda europea y se acordó lo siguiente:

1°.- El Grupo de Trabajo del Foro propone realizar un encuentro con diferentes grupos de partidos de izquierda y progresistas europeos, así como con distintas organizaciones sociales europeas en el primer semestre de 1999.

2°.- Para facilitar el intercambio con las izquierdas y organizaciones sociales de ambos lados del Atlántico, el Foro de Sao Paulo propone que los intercambios se

lleve a cabo en el Parlamento Europeo. En ese sentido, los partidos del Grupo Parlamentario Europeo de Izquierda Unitaria Europea-Izquierda Verde Nórdica llevarán a efecto las gestiones necesarias para que dicha propuesta pueda realizarse en la sede del Parlamento Europeo por invitación del NELF (Foro de la Nueva Izquierda Europea) y de la dinámica de la Cumbre de Líderes de la Izquierda Transformadora Europea.

3°.- El Foro Sao Paulo trabajará para desarrollar reuniones con los partidos socialdemócratas, verdes, y otras organizaciones progresistas, movimientos sociales, sindicales y ONG's.

RESOLUCIÓN SOBRE COLOMBIA

1. El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo expresa la indignación de los pueblos latinoamericanos y caribeños ante la guerra sucia, el terrorismo de Estado y la sistemática violación de los Derechos Humanos en Colombia. Exigimos del gobierno la disolución de los grupos paramilitares y plenas garantías para la actividad de la oposición política y social.

2. Saludamos las combativas movilizaciones de los trabajadores que enfrentan las políticas neoliberales y autoritarias y reafirmamos nuestra firme solidaridad con el pueblo colombiano.

3. Saludamos las perspectivas de conversaciones entre el gobierno y el movimiento guerrillero en busca de caminos para construir la paz. En este sentido el Foro de Sao Paulo manifiesta su firme disposición de apoyar la búsqueda de estos caminos de entendimiento y acuerda formar una comisión integrada por el PRD de México, el PT del Brasil, el Frente Amplio de Uruguay y el FMLN de El Salvador, el FSLN de Nicaragua y el PC de Cuba y otros miembros del Foro de Sao Paulo que asistan como obsevadores cuando se inicien los diálogos de paz.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUTIVO DEL FORO DE SAO PAULO SOBRE EL VOTO DE LOS MEXICANOS EN EL EXTRANJERO

Los delegados, participantes e invitados al VIII Foro de Sao Paulo, que se lleva a cabo en la Ciudad de México, suscribimos:

a. Que los mexicanos que viven en el extranjero no deben ser considerados ciudadanos de segunda clase, al negárseles derechos constitucionales;

b. Que es innegable la enorme contribución económica de los siete mil millones de dólares provenientes de aquellos trabajadores mexicanos que radican en los Estados Unidos;

c. Que el derecho al sufragio es universal y principal pilar de cualquier democracia del mundo;

d. Que este derecho no puede ser negado por decreto u omisión, por lo tanto aprobamos el siguiente:

RESOLUTIVO

1. Que es responsabilidad y derecho de los mexicanos que radican en el extranjero, el votar en las elecciones presidenciales del año 2000;

2. Que el derecho al voto es una cuestión de tipo constitucional y, la politización de éste, viola los derechos constitucionales de millones de ciudadanos mexicanos residentes en el extranjero;

3. Que el proceso democrático de la República Mexicana no estará completo sin la inclusión de aquellos ciudadanos mexicanos que radican allende las fronteras;

4. Que nos pronunciamos a favor de que se implemente el derecho al voto de los mexicanos en el extranjero a la mayor brevedad, sin pretextos de ningún tipo;

5. Que las declaraciones gubernamentales a priori, solamente entorpecen el proceso de implementación y el trabajo de la comisión de especialistas, que determinarán las modalidades bajo los cuales los ciudadanos mexicanos podrán ejercer este derecho constitucional.

México, D.F. a 1° de Noviembre de 1998.

RESOLUCIÓN SOBRE LIBIA

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo expresa su solidaridad con el pueblo de Libia en contra del embargo y apoya su propuesta en el juicio de los presuntos implicados en el Tribunal Internacional de la Haya.

México, D.F., 31 de octubre de 1998

RESOLUCIÓN SOBRE LA ELECCIONES PRESIDENCIALES EN EL SALVADOR

Considerando:

1. La importancia que para los pueblos de América Latina y el Caribe tienen la participación del FMLN en las próximas elecciones presidenciales para el periodo 1999-2004.

2. La oportunidad histórica de que en El Salvador gobierna la izquierda como una conquista más en el avance del proceso de consolidación democrática surgida con los acuerdos de paz.

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, resuelve:

1. Expresar nuestro apoyo al FMLN y a su fórmula presidencial integrada por los compañeros: Facundo Guardado y Nidia Díaz, quienes integrarán un gobierno de concertación nacional con un programa político, económico y social que garantice cambios a favor del pueblo salvadoreño.

2. Resaltar la importancia de la presencia de la compañera Nidia Díaz como clara expresión de equidad de los géneros.

México, D,F., 1 de Noviembre de 1998.

RESOLUCIÓN DE SOLIDARIDAD CON LOS DAMNIFICADOS POR EL HURACÁN MITCH

Considerando:

1. Los estragos que el huracán "Mitch" ha causado en los países centroamericanos.

2. Que más de mil personas han muerto o desaparecido y grandes daños han sufrido las viviendas de pobladores de escasos recursos.

3. Que el huracán "George" afectó considerablemente a la República Dominicana, Haiti, Puerto Rico y Cuba.

Resolvemos:

1. Expresar nuestra solidaridad con los pueblos centroamericanos y caribeños afectados por estos hechos.

2. Solicitar a los gobiernos de los países afectados por el huracán "Mitch" declarar el Estado de Emergencia Nacional y realizar gestiones para facilitar el apoyo material y financiero necesario para las familias afectadas.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE CRISTÃOS - ESPANHOL

8° Encuentro del Foro de Sao Paulo

Declaración del Taller de Cristianos sobre "La izquierda hacia el nuevo milenio: ética y utopía (gallinas o águilas)"

1. Cristianos y cristianas de América Latina reunidos y comunicados como lo hicieron en Porto Alegre nuestros hermanos, ahora nosotros, en el marco del VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, presentamos nuestros aportes éticos y espirituales, así como nuestras reflexiones sobre el Nuevo Proyecto Social. Lo hacemos desde el punto de vista de "los de abajo" que ya es la vista de un punto.

2. Desde la teología de la liberación hemos venido compartiendo con ustedes, de muy diferentes modos y lugares, los procesos de opresión/liberación de los pueblos latinoamericanos: en los 60's y 70's fue la inserción con el pobre y oprimido, político y material; en los 80's compartimos el desafío del pobre cultural, de los nuevos sujetos emergentes. De la sociedad fuimos remitidos a la cultura; y ahora en los 90's nos hemos enfrentado a la globalidad desde lo ambiental, social, mental e integralmente. Amerita desatar un proceso de evaluación sobre la relación (recíproca, instrumental, de exclusión o material), que las izquierdas y los cristianos establecieron en los últimos treinta años. Así como aportes y limitaciones. De nuestra parte tenemos la autocrítica a nuestras iglesias santas y pecadoras, así como la producción teórica-marxista de nuestros teólogos, los movimientos eclesiales, los mártires en toda América Latina: Camilo Torres, Leónidas Proaño, P. Esquivel, Oscar Arnulfo Romero, Sergio Méndez Arceo, los mártires de Acteal, y centenas de cristianos que hoy continúan en la defensa y en la producción de la vida. Con ellos, con ustedes y con nuestra historia hoy, levanta vuelo una de las más dignas propuestas políticas: El Foro de Sao Paulo.

3. Las experiencias de la caída de los paradigmas, la enorme crisis que atraviesa el capitalismo hoy globalizado, los enormes desequilibrios sociales, representan una nueva etapa en el proceso de Cosmogenésis. Vamos en el mismo barco y tenemos que entrarle a la globalización. No como nos impone las potencias controladoras del mercado mundial, como meras mercancías. Nosotros queremos entrar soberanos y conscientes de nuestra posible contribución ética, multicultural y espiritual.

4. Todos los seres estamos llamados a despertar el águila que cada uno de nosotros lleva dentro. Ese proyecto infinito llamado utopía. Estamos llamados a romper los límites de la situación existencial. Sabemos que hay movimientos en la política, en la educación y en proceso de mundialización que pretenden reducirnos a simples gallinas: despojándonos de nuestra naturaleza, de nuestros valores y

dignidad. ¿Cómo habremos de rescatar valores de héroes para alzar el vuelo y ser sujetos de nuestro destino? Aquí está el reto y la oportunidad para discernir sobre el mercado, para sugerir caminos, direcciones y un proyecto de esperanza.

5. Las políticas del Mercado "Globalizado" han destruido al mundo globalmente con el llamado ajuste estructural. La lógica para justificar el ajuste estructural es la "eliminación de las distorsiones del mercado", y así aplican, como una simple técnica: la apertura indiscriminada de los flujos de capitales y mercancías, la supuesta disolución del estado, las privatizaciones (que son fuente de un enorme pillaje), la flexibilización de la fuerza de trabajo (para el control absoluto del trabajador), la defensa de los derechos humanos, la protección al medio ambiente, la lucha por la justicia y el diálogo.

6. Este lenguaje esconde todo lo contrario. Por ejemplo los derechos humanos que ellos ("los de arriba") enarbolan, son los derechos del Mercado, que ser refieren a personas jurídicas, a personas "naturales" (Toyota, Siemens, Microsoft, etc.). La empresa como sujeto universal de derechos humanos. La persona reducida a la empresa. Así van eliminando los otros derechos humanos, los valores y todo lo que se refiere a la persona y seres corporales: derecho de alimentación, casa, salud, salario, cultura, felicidad, ¡son meras distorsiones del mercado! Aquí solo caben los derechos de "propiedad", de productividad, sólo aquello que está dentro de las políticas neoliberales, con un supervalor: la competitividad. Este Proyecto del imperialismo de perversión y de muerte está perdiendo legitimidad y empieza a emerger el otro Proyecto.

7. El Proyecto de Liberación de los de "abajo", salido de la palabra verdadera de los más pequeños, los indios, los zapatistas rebeldes que lo han expresado así: "Una sociedad donde quepan todos", "para todos todo". Estamos ante una nueva perspectiva de liberación. Este es un Proyecto que nos mete al problema central: la subjetividad. Aquello que subyace. No es el sujeto ya constituido, objetivo: la burguesía, el sujeto que controla la autoridad, la ley, el que toma las decisiones. Es ahora, la subjetividad de una "sociedad donde quepan todos" la que nos abre la posibilidad de reformular el problema de una manera global, sin los determinismos universalistas y eternos de la objetividad de las relaciones de producción, ni de la sociedad donde la autoridad es la encargada de la subjetividad mientras el sujeto guarda silencio, mientras calla. Hemos constatado que este nuevo Proyecto viene permenado a todo el mundo y se ha convertido en la nueva esperanza. Así nos lo enseñan los Sem terra de Brasil, los cocaleros de Bolivia, los movimientos de mujeres, urbanos, obreros, etc. Los partidos de la izquierda latinoamericana lo empiezan a incluir en su lenguaje y en sus campañas electorales. Por ejemplo aquí en México, el PRD participó y ganó su campaña con el lema "una ciudad para todos".

8. Es la sociedad de la resistencia (indígena, femenina, obrera, etc.), es la sociedad

de los sujetos, es la otra cara de la moneda, es la alteridad. En el socialismo eso se quería pero resultó, como en el capitalismo, que la autoridad asumió el control de la subjetividad: sustituyó la autoridad en nombre del cumplimiento de las exigencias de la gente; a los sujetos se les expropió su condición de ciudadanos; la propiedad se hizo estatal, el cambio fue una salida y no el desarrollo de la sociedad; el determinismo de las relaciones de producción llevó a centrar el problema de la misma manera que la burguesía: en las relaciones objetivas; con la toma del poder, el sujeto ya no cupo; en el socialismo real también se acabó con la resistencia; la idea de la abolición del mercado y del estado impidió pensar en la transformación del mercado y del estado. Hoy los socialistas contamos con toda esa experiencia.

9. El proyecto de utopía de la "sociedad donde quepan todos" nos mete a otra dinámica y a otra forma de lucha: la del equilibrio dinámico de los polos en función de la subjetividad. No se trata de eliminar al contrario, ni de la lucha entre el mercado y planificación, sino cómo equilibrar, dentro de la gran lucha de clases, para que todos quepan. La democracia estará en función de la subjetividad, además que la democracia participativa se requiere un cambio de equilibrio "donde quepan todos". El neoliberalismo quiere destruir el otro polo y de ahí radica su seguridad, su dogmatismo, su fundamentalismo, su guerra que lo hace más inseguro ante las "distorsiones del Mercado", ante las crisis financieras (Asia, México, Rusia, Brasil). Estas situaciones ponen preocupados a los poderosos al sentir que esas crisis se pueden transformar en crisis mundial, al sentir que el sistema siga perdiendo legitimidad, y ver que hasta la bolsa se salga de su control.

10. ¡Si se puede! Hacer una "sociedad donde quepan todos", donde "manden obedeciendo". La izquierda latinoamericana puede dar grandes zancadas de calidad por este camino, quizá hasta una revolución. Tiene todas las condiciones objetivas para crecer en la subjetividad. En Europa también se están dando muchos acontecimientos nuevos, como el dejar la Socialdemocracia; se construyen nuevos espacios de transformación. Por doquier, crece la resistencia: aparecen grupos, foros, corrientes, preocupaciones; crece la opinión pública de los desequilibrios ocasionados por el mercado, de los sufrimientos de las víctimas. La resistencia económica va apareciendo con una creatividad insospechada, basada en la solidaridad de las personas y los pueblos, en el intercambio y trueque de dones y carismas, en la nueva manera entre las personas para satisfacer sueños y deseos por medio de relaciones de gratuidad. Igualmente se viene descubriendo todo lo gratuito de la naturaleza y la gracia de Dios, Padre y Madre misericordiosa. Esto nos alienta a los cristianos a seguir el camino de Cristo, a encarnar el evangelio mundialmente, a profetizar y echar demonios de personas y estructuras sociales, a construir la comunidad de amor, en una nueva alianza de re-ligación de todos los seres, sin aniquilamiento de los opuestos, pero sí en proceso de transformación indeterminada y complementaria:

11. No sólo en águila sino también la gallina, no sólo la gallina también el águila, no sólo el águila sino también la gallina en el águila, no sólo asumir la gallina-águila, sino también saber cuándo enfatizar el águila en la gallina y cuándo la gallina en el águila; no sólo la materia y el espíritu, sino también su interacción: la vida; no sólo la trascendencia y la imanencia cotidiana, sino también su interpenetración: la transparencia; no sólo el hambre del pan, sino también de espiritualidad; no sólo el yo y los arquetipos sino también el Centro y el Sol interior, no sólo los seres humanos sino también la tierra y el universo, no sólo la vida y la muerte, sino también la resurrección y la vida eterna.

México, D.F. 30 de Octubre de 1998.

P. Miguel D'Escoto Brockmann, FSLN; Nicaragua.

Liliana Vázquez Roa, México.

Daniel Rodríguez, México.

Jesús Ramírez Funes, México.

Franz Hinkelammert, Costa Rica.

Enrique Dussel, México.

P. Gerardo Thijssen, México.

Aurora del Pilar Morales, México.

AL ALCALDE DE GOTEMBURGO, SUECIA

Conocedores de la tragedia ocurrida en ciudad afectando a más de 60 jóvenes, profundamente conmovidos, deseamos expresar nuestras condolencias y pésame a usted y los familiares de los fallecidos.

VIII Encuentro Foro de Sao Paulo

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE EMPRESÁRIOS - ESPANHOL

CONCLUSIONES DE LA MESA DE EMPRESARIOS DEL

VIII FORO DE SAO PAOLO

OCTUBRE 30 Y 31 DE 1998 MEXICO, D.F.

La Mesa de Empresarios concluyó en la elaboración de la

CARTA DE MEXICO

El II Encuentro Latinoamericano de Empresarios que sesiono en México, D.F., los días 30 y 31 de octubre de 1998, con la participación de los delegados de ANIT (Asociación Nacional de Industriales de Transformación), CONMIPEIN (Confederación Nacional de Micro y Pequeñas Industrias) por México; CIVES (Asociación Brasileña de Empresarios de la Ciudadanía) por Brasil APYM (Asamblea de Pequeños y Medianos Empresarios) por la Argentina.

DECLARAN:

Se oye en América Latina el Neoliberalismo y la globalización de la economía al lesionado profundamente y llevado a la quiebra, a decenas de miles de industriales, comerciantes, agricultores y prestadores de servicios.

La crisis del endeudamiento de Latinoamérica, la administraron tanto los gobiernos de los países desarrollados, como las instituciones financieras internacionales, FMI, Banco Mundial de los grandes bancos privados, creando un acto de dependencia que se agudiza con el tiempo.

La apertura indiscriminada de importaciones, la ausencia de créditos adecuados para el desarrollo, la injusta política tributaria que penaliza las micro, pequeñas y medianas empresas y no a los grandes grupos económicos, la ausencia de políticas activas por parte de los estados, la transferencia de capital productivo al capital financiero, son los factores que impiden su desenvolvimiento.

Países tan diferentes, se están viendo obligados a adoptar el riguroso modelo jde las organizaciones financieras internacionales para recibir un dinero que no se destina a inversiones que resulten en más empleos, mejor educación o más producción, sino en garantizar el capital especulativo.

Es por todo esto que entendemos que los micro, pequeños y medianos empresarios, son víctimas del modelo neoliberal.

Así reconocemos que las micro, pequeñas y medianas empresas, son puente principal de la producción y generación de empleo y componente fundamental del tejido social.

Por lo que constituimos la alianza latinoamericana de micro, pequeños y medianos empresarios, que se denominará ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE MICRO, PEQUEÑOS Y MEDIANOS EMPRESARIOS (ALAMPI).

El objetivo de esta asociación es el de defender y promover los intereses de los micro, pequeños y medianos empresarios de cada uno de sus países, tanto de la ciudad como del campo.

Es por ello, que en muchos países se están gestando movimientos sociales y políticas pendientes a encontrar soluciones superadas del fundamento del mercado y de la idea del pensamiento único.

En este sentido, la Asociación Latinoamericana de Micro, Pequeños y Medianos Empresarios, desarrollará acciones tendientes a lograr por parte de los estados nacionales de cada uno de los países, políticas adecuadas que tienden a su desarrollo, con vista a fortalecer el mercado interno, generar empleo y calidad de vida.

Además propenderá a la integración real de las Micro, Pequeñas y Medianas Empresas, en el ámbito regional latinoamericano en contraposición a la utilización de los convenios, sólo a favor de los grandes grupos económicos y multinacionales.

Otras de las metas inmediatas de esta asociación, es evitar que se apruebe el famoso Acuerdo Multilateral de Inversión (AMI). Para lograr tener un acervo importante en el desarrollo de la tecnología, los países de Latinoamérica debemos abandonar el convenio de París.

Ha llegado la hora de crear un marco legal que encuadre el capital especulativo y regule su entrada, operación y salida en nuestros países.

ALAMPI es consciente de que construir una alternativa al neoliberalismo requiere no sólo de la elaboración de un programa sano, crear una fuerza social y política que lo sustente.

Las organizaciones de las micro, pequeñas y medianas empresas cubanas y rurales

de cada país, no sólo deben fortalecer sus estructuras, sino fortalecer a la vez alianzas estratégicas con otros sectores sociales, trabajadores, estudiantes profesionales, etc.; con el propósito de afianzar las soberanía de los pueblos de cada país e incluso trascender de la democracia electoral a la democracia participativa.

Es necesario promover también la democracia económica, la justicia social, los derechos humanos, la cooperación, la solidaridad y la libertad.

Las micro, pequeñas y medianas empresas debemos oponernos a la globalización del capital financiero internacional.

Estas son las condiciones básicas para lograr una América Latina independiente.

CONCLUSIONES DE LA COMISION DE ORGANIZACIÓN.

Los trabajos de este II Encuentro Latinoamericano de empresarios, concluyen en que las asambleas aprueben el nombre de:

"ASOCIACION LATINOAMERICANA DE MICROS, PEQUEÑOS Y MEDIANOS EMPRESARIOS"

ALAMPY

Cuyo objetivo será: la representación y defensa de los intereses de los micro, pequeños y medianos empresarios latinoamericanos, la difusión de su base ideológica, y la integración de las otras organizaciones y similares latinoamericanas y municipales.

La política de acción se establecerá en que la adhesión a la ALAMPY será en forma voluntaria y de cohesión homogénea.

Su organización se establecerá a través de un cuerpo colegiado integrado por nueve miembros permanentes (y sus suplentes), tres miembros por cada una de las organizaciones: APYME de Argentina, CIVES de Brasil y ANIT de México.

Se constituirá en una comisión directiva:

La Secretaría General, integrada por:

FRANCISCO DOS REIS APYME DE ARGENTINA

PEDRO SALCEDO GARCIA ANIT DE MEXICO

(") CIVES DE BRASIL

La Secretaría Comercial integrada por:

FRANCISCO BALCANYI CIVES DE BRASIL

(") APYME DE ARGENTINA

(") ANIT DE MEXICO

La Secretaría Institucional integrada por:

ADAN RIVERA ANIT DE MEXICO

(") CIVES DE BRASIL

(") APYME DE ARGENTINA

Adán Rivera de ANIT de México, Francisco Dos Reis de PAYME de Argentina y Francisco Balcanyi de la CIVES de Brasil, constituirán el Comité Coordinador de la ALAMPY.

La integración financiera se realizará conforme las aportaciones de cada una de las Organizaciones citadas.

Deberá existir comunicación constante, los miércoles de cada semana por vía electrónica satelital cada cuatro meses.

La página web de APYME se extenderá a la ALAMPY

En 30 días habrá página web de ALAMPY

Deberá anotarse la leyenda "Adherida a la ALMPY", en la papelería de las organizaciones y en los logos de cada asociación.

Las conclusiones de esta mesa de empresarios se difundirán a partir de la semana próxima.

Comisión de Vinculaciones Comerciales

Considerando:

Lo debatido en el primer encuentro de empresarios latinoamericanos, en Porto Alegre; las reuniones de trabajo APYME, CIVES y ANIT en la ciudad de México en 1997; las reuniones de trabajo entre APYME y CIVES efectuadas en San Pablo en el corriente año; así como lo debatido en el presente encuentro, esta comisión pone a consideración lo siguiente:

Crear en el seno de la asociación un área de negocios para lo cual sugerimos dos puntos:

1. Que la Dirección de la organización creada designe entre sus miembros un responsable institucional por cada país integrante.

2. Designar un responsable operativo (sugerimos que esto se de en un plazo máximo de 60 días).

3. Relevar la infraestructura existente en cada organización.

Entendiendo por infraestructura:

a. Cantidad de persona destinadas a esta tarea (recursos humanos destinados efectivamente a estos temas).

b. Tecnología para la comunicación (fax, correo electrónico, etc.)

Sugerimos que este relevamiento se complete en un plazo máximo de 60 días.

Acordadas estas pautas generales de funcionamiento, esta comisión sugiere alcanzar los siguientes objetivos en el plazo de un año:

1. Relevar un mínimo de cien empresas por país en condiciones de iniciar contactos comerciales apuntando a definir un patrón final estandarizado para dicho relevamiento.

2. Que por lo menos 10 empresarios de cada país y hayan iniciado el ciclo de vinculación comercial a los efectos de analizar las experiencias.

3. Concretar vinculaciones con los municipios como primera base en la búsqueda de apoyo gubernamental.

4. Promover acuerdos con las universidades a los fines de mejorar la gestión,

permitiendo la inserción de los nuevos profesionales en la práctica del comercio exterior de los pequeños y medianos empresarios.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE GÊNEROS - ESPANHOL

RESOLUTIVO DE LA MESA DE GÉNERO

DEL VIII FORO DE SAO PAULO

México, D.F., 30 de Octubre de 1998

Las compañeras y compañeros participantes en el Taller de Género, integrantes de diversos partidos de 16 países de América Latina y el Caribe, presentamos ante esta plenaria los siguientes acuerdos:

Las políticas neoliberales impuestas a nuestras naciones latinoamericanas han provocado que las condiciones económicas, sociales, culturales y políticas del continente manifiesten un estado general de desigualdad entre clases, razas y sexos, manteniendo una actitud discriminatoria hacia las mujeres y los grupos vulnerables que viven en la extrema pobreza.

En las últimas décadas, si bien ha habido avances en cuanto a la participación de la mujer en la vida pública y social, continúa existiendo un alto grado de discriminación en todos los ámbitos, en el discurso, en los ejes programáticos, en los estatutos de los Partidos, en el impulso de las políticas públicas, en materia legislativa y en el número de espacios que tienen las mujeres, es decir que los avances no han sido homogéneos, ni en todos los países, ni en todos los partidos.

En América Latina, las garantías individuales de amplios sectores de la población no son respetadas, ni se ejerce la ciudadanía de forma plena; por ello, los partidos de izquierda buscan la consolidación de la democracia, para que hombres y mujeres, por igual, sean sujetos de derecho.

La naturaleza de la Izquierda es el impulso de las ideas progresistas y proyectos de cambio hacia la democracia y justicia social, pero hasta ahora no han asumido plenamente el enfoque de género en sus valores fundamentales y estrategias de acción.

El nuevo milenio plantea a los Partidos Políticos retos muy importantes expresados en la consolidación de la democracia con equidad de género y la construcción de un proyecto económico viable que ponga el acento en los seres humanos y no en las variables macroeconómicas.

ESTRATEGIAS

1.- Es un compromiso de los partidos de izquierda mantenerse a la vanguardia de la perspectiva de género, para promover una estrategia amplia donde hombres y mujeres participen en igualdad de condiciones, para ello es vital interrelacionar los espacios institucionales de la promoción de la mujer, política de género y acciones transversales.

De esta manera los institutos políticos en todos sus órganos partidarios y en sus acciones específicas, tales como la educación y la formación política, relaciones internacionales, etc. abrirán espacios para las mujeres e incorporaran el enfoque de género en su programas de trabajo.

2.- Los partidos deben revisar los enfoques y métodos en el ejercicio del poder, así como actitudes discriminatorias hacia las mujeres, que permitan la construcción de relaciones igualitarias entre los seres humanos y una nueva forma de hacer política y ejercer gobierno.

3.- Pasar de las declaraciones, sobre la problemática de género a la elaboración de políticas públicas, de tal manera que aseguren cambios sustanciales en la condición y situación de las mujeres. Esto necesariamente debe estar acompañado de la incorporación de mujeres en cargos directivos de gobierno.

4.- Desarrollar una estrategia política que sepa articular, en igualdad de prioridades, lo nacional con lo regional y lo local; lo que implica elevar la importancia de la municipalidad y asegurar reales procesos de descentralización.

5.- Revalorizar todo lo femenino, de tal manera que se integralice la política y acción partidaria, contribuyendo a superar la asignación de roles por razones de género y a construir una nueva escala de valores que nos haga más humanos y humanas y por tanto revolucionarios (as).

6.- Reconocer que lo privado y cotidiano de las mujeres es un problema público, que afecta a la sociedad en su conjunto y por tanto incorporarlo en las estrategias políticas partidarias.

PROPUESTAS

1. Los Partidos de izquierda deben incluir entre sus candidatos a puestos de representación popular y cargos de dirección partidaria, un mínimo de 30 por ciento de mujeres.

2. A los encuentros anuales del Foro de Sao Paulo, se debe garantizar la asistencia y participación del 50 por ciento de delegadas de cada país miembro; así como, se

hace indispensable asegurar la incorporación de al menos cinco mujeres en el Grupo de Trabajo, de las cuáles dos pertenezcan al partido anfitrión.

3. Se propone la realización del Taller de Género, uno o dos días antes del Foro de Sao Paulo, para que en los días del encuentro las mujeres que asistan como delegadas participen en todas las mesas o talleres de análisis.

Las mujeres de partido asumiremos la responsabilidad de participar, no sólo con cantidad sino con calidad en la construcción de un nuevo proyecto económico-social alternativo, que permita tener en toda Latinoamérica y el Caribe, gobiernos promotores de justicia social que aminoren las desigualdades y la discriminación.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE INDÍGENAS - ESPANHOL

VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

Taller de Discusión:

Indígenas – Situación Actual y Perspectivas

Los participantes en el Taller de Discusión Indígenas: Situación Actual y Perspectivas, reunidos en la ciudad de México, D.F., en el marco del VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, expresamos, en principio, la necesidad de llevar a cabo un ejercicio de autocrítica, debido a que no se observa un cambio sustancial en el tratamiento secundario que nuestros partidos han venido dando a la cuestión indígena. Lo que se expresa de manera concreta en la escasa presencia de hermanos indígenas en este foro, delegados de los partidos miembros, así como en la falta de compromisos y propuestas.

Constatamos que una de las grandes tragedias que han sufrido nuestros pueblos ha sido el aislamiento profundo entre las luchas indígenas y las luchas de la izquierda latinoamericanas. Que, lamentablemente, una cosa ha sido lo declarativo y, otra, la importancia real que se le asigna a esta trascendental cuestión.

Por consiguiente, consideramos que es un deber asumir como partidos la obligación de hacer un diagnóstico que nos lleve a realizar propuestas concretas para superar dicha situación, y evitar que prevalezcan posiciones etnocéntricas.

Coincidimos, en que, en líneas generales, en Nuestra América los grandes problemas son similares. Nuestras naciones, particularmente los pueblos indígenas o naciones originarias, sufren problemas semejantes y vienen cursando procesos que demuestran que hoy existe una verdadera emergencia del movimiento indígena y campesino.

Sin embargo, nuestros partidos vienen trabajando bajo parámetros, conceptos, y doctrinas, muchas veces alejados de nuestras complejas realidades, y que no nos han permitido avanzar en la solución de la lacerante situación indígena de nuestros países.

Aquí nos hemos preguntado: ¿si es que hoy en día son sólo los indígenas quienes tienen la capacidad de ver las estrellas?

Los pueblos descendientes de los pobladores originales de América mantienen vivos

su idioma, su filosofía, sus religiones, sus leyes y formas de gobierno; se reconocen como pueblos, en algunos de nuestros países, como naciones originarias, con proyecto propio.

Sin embargo, continúan viviendo en los sótanos de los edificios nacionales. Son "los parias entre los parias". Viven en la marginación de los beneficios sociales pero integrados a los sistemas nacionales e internacionales de explotación. Los niños indígenas presentan los más altos índices de desnutrición y altas tasas de mortalidad y padecimiento de enfermedades infecciosas asociadas a la desnutrición, las más bajas tasas de alfabetización, escolaridad y empleo.

Pobreza y exclusión, discriminación y racismo son los signos bajo los que estas grandes mayorías viven, vinculados principalmente a la agricultura y en medio de una lucha por la sobrevivencia entre indios y no indios, por problemas relacionados con la tierra.

En este taller se planteó que los procesos de globalización neoliberal, -que vulneran de manera particular las condiciones materiales y, por ello, las identidades de los pueblos indígenas-, pueden ser superados a través de un proyecto alternativo a ese modelo neoliberal, que incluya la lucha decidida contra las políticas impuestas por el Fondo Monetario Internacional y la integración subordinada en mecanismos como el Tratado de Libre Comercio, el Acuerdo de Libre Comercio de las Américas y el Acuerdo Multilateral de Inversiones; el no pago de la deuda externa; un reparto agrario radical, bajo control de los campesinos y trabajadores rurales; la defensa de la propiedad social de la tierra; la lucha contra la privatización de las empresas estratégicas; la democratización de la economía, la lucha frontal contra la privatización de las tierras comunales que representan una agresión a los indígenas, y se viene desarrollando en todo el continente; la erradicación de la corrupción y la promoción de la solidaridad entre los sectores mayoritarios del pueblo.

Se consideró que la construcción de proyectos nacionales sólo será posible bajo una clara directriz de alianza estratégica entre el movimiento indígena y los partidos de izquierda, evitando fenómenos como el clientelismo, el paternalismo y el corporativismo que dificultan el crecimiento y desarrollo del movimiento indígena.

Los participantes en este taller opinamos que es falsa la presunción de que en América Latina no padecemos el flagelo del racismo, cuando es claro que los pueblos indios son discriminados no sólo en razón de sus características culturales y sociales, sino también, con fundamento en un estereotipo racial considerado socialmente.

Las comunidades indígenas son víctimas, así mismo, de conflictos derivados tanto

de la tenencia de la tierra, de la falta de reconocimiento de sus sistemas normativos, así como de las estrategias de contrainsurgencia que se dejan sentir con especial rigor en las regiones que habitan. Es un hecho que las violaciones a los derechos humanos se concentran principalmente en esas comunidades, frente a unas instituciones de procuración de justicia que les dejan en el desamparo en razón de su lengua y de su propia condición indígena.

A esto se suma una exclusión política significativa; debida en parte, a la ausencia de mecanismos legales que favorezcan la representación indígena en las estructuras políticas. Es necesario reconocer que los partidos no pueden seguir manteniendo el monopolio de la representación política y abrir nuestros sistemas constitucionales a las candidaturas independientes.

Mientras las políticas sectoriales sigan siendo definidas fuera del mundo indígena, se seguirán observando rasgos que bien pueden ser calificados como coloniales.

No obstante todo lo anterior, nada ha podido evitar el surgimiento y desarrollo de un movimiento indígena cada vez más relevante. Se ha desarrollado de manera notable una nueva intelectualidad y un liderazgo político indígenas. El renacimiento de la literatura y la cultura indígenas se ha expandido de manera muy significativa. Los procesos de alfabetización y recuperación de las lenguas ha ayudado a crear condiciones para recrear y fortalecer la identidad de los pueblos indígenas.

A lo largo y ancho de Nuestra América han surgido y se consolidan organizaciones representativas de los pueblos indios y naciones originarias, con un papel fundamental en la lucha general de los pueblos latinoamericanos por la democracia, la paz y la justicia social, por el derecho a la libre determinación y la autonomía; por la recuperación de sus territorios y recursos naturales, y la promoción de una concepción de la vida basada en la propiedad comunal y en la solidaridad. Particularmente en los países donde es mayor el número de pueblos y naciones indígenas, pero su acción es también significativa donde no lo es. Se acumula una incalculable experiencia y se superan errores cometidos en otros tiempos y circunstancias.

Así, a partir de 1992, con la conmemoración de los 500 años de resistencia india, y dos años mas tarde, en 1994, con la rebelión de los mayas zapatistas, lo indígena se ha puesto en el centro de las políticas nacionales. Ahora, la cuestión indígena es parte de la agenda política nacional de nuestros países.

De esa larga tradición de lucha y resistencia civil han emanado propuestas de democracia participativa, que nuestros partidos deben analizar y adoptar. E, igualmente, se registran las más diversas formas de lucha por alcanzar los objetivos de la igualdad y la justicia social.

Pero consideramos que es de destacarse el contenido ético que le han dado a sus movimientos, ante el pragmatismo que parece impregnar la lucha por el poder en la vida de nuestros partidos.

La rebelión maya zapatista, en particular, muestra cómo el movimiento indígena puede ir acompañado de una sociedad civil nacional e internacional y concitar los apoyos de una gran diversidad de movimientos sociales. Esto también constituye una enseñanza para nuestros partidos y organizaciones políticas. El momento de fusión más ordenado de esta convergencia es aquél cuando se negociaron los acuerdos de San Andrés. El EZLN no negocia una agenda específica sino invita al conjunto de la sociedad y del movimiento indígena a elaborar una propuesta. Surgen iniciativas como la de reformar las constituciones para otorgar pleno reconocimiento al mundo indígena y, esencialmente, para darle un nuevo contenido a los estados - nacionales contemporáneos.

Es en estas circunstancias, cuando aparece un nuevo actor político significativo: los pueblos indígenas, incómodos para los gobiernos, por cuestionar las políticas tradicionales de dominación; para las iglesias, por la autonomía de los grupos otrora bajo su tutela; para los partidos políticos, porque reclaman otras formas de organización política; para la intelectualidad liberal, por su defensa del derecho a la diferencia ejercido de manera colectiva. Cuestionan, en suma, la cultura política tradicional.

Este nuevo sujeto político reivindica nuevas formas de hacer política que deben ser pensadas para reconstruir la izquierda latinoamericana. Se plantea el reconocimiento de derechos en torno a valores. Una visión de la política como servicio a la comunidad y no como simple instrumento para alcanzar y retener el poder.

Hemos expresado, sin embargo, nuestra preocupación por ciertas concepciones etnicistas, anti intelectuales, y anti partidistas entre el movimiento indígena que tienden a pensar que es posible prescindir o aislarse de los movimientos de otros sectores sociales en lucha o de los partidos como instrumentos para hacer política.

Las circunstancias exigen ejercicios de descentralización y de autonomía más audaces que los que hoy se reivindican contra el arraigado poder de los caciques y de las inercias conservadoras en la conformación de federaciones o estados unitarios.

Se demanda, en suma, un nuevo pacto entre ciudadanos, pueblos indígenas y naciones originarias y Estado, en el que es fundamental comprender la existencia de los derechos colectivos y no sólo aquellos derivados de la ciudadanía. Una

nación de ciudadanos con derechos plenos, pero también una nación de pueblos en el ejercicio de sus derechos.

Imaginar e innovar nuevas formas de relación entre nuestros partidos políticos y los movimientos indígenas, que lleven a evitar la lógica de confrontación y disputa; que parta del reconocimiento de los pueblos indígenas como sujetos con instituciones políticas democráticas propias, y que conduzcan a su participación en las instancias locales y federales del poder.

Reivindicamos el principio de la complementariedad. La interacción y construcción de alianzas entre sujetos políticos con principios y programas propios. Por ello, los partidos políticos de este foro deben definirse.

Todos estamos aprendiendo en la perspectiva de enriquecer nuestros movimientos, partidos y organizaciones, hacia la unidad latinoamericana de la que formen parte inalienable los pueblos originarios de Nuestra América y nos permita vivir con dignidad y cada vez mejor.

Desde aquí llamamos a establecer y profundizar una relación con los pueblos indígenas desplazados y desarraigados por diversos motivos, que salieron de sus pueblos originarios y se encuentran en diversos países del continente.

Los partidos políticos de la izquierda latinoamericana debemos comprometernos con el derecho de los pueblos a la libre determinación y a la autonomía y plasmar este compromiso en nuestros documentos programáticos.

Finalmente, saludamos de manera decidida el próximo diálogo del EZLN con la sociedad civil y la Comisión de Concordia y Pacificación, pero particularmente hemos señalado nuestra preocupación por la falta de voluntad del gobierno mexicano para resolver el conflicto de Chiapas y cumplir con los acuerdos de San Andrés.

La paz es la condición y el fin para que todos veamos las estrellas, de un firmamento para todos y cada uno.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JUVENTUDE - ESPANHOL

8º ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO

RESOLUTIVOS DE LA MESA DE JUVENTUD

COMPAÑERAS Y COMPAÑEROS:

Cabe destacar que es reciente la inclusión de la mesa de juventud en este Foro, lo cual festejamos... pero, por lo mismo el primer resolutivo de nuestra mesa es que en todos los siguientes encuentros la mesa de juventud sea permanente. No olvidemos que la juventud es presente y futuro.

La izquierda en todos los países siempre se ha nutrido principalmente de jóvenes. Esto no es gratuito. Nosotros participamos en el ideal de un mundo mejor. Nos hemos sumado a todas las tareas que buscan ese objetivo. No obstante, creemos que en buena mediada la participación juvenil no se ha valorado en su justa dimensión. La actitud de los adultos hacia nosotros se ha concretado a considerar que sólo podemos realizar tareas operativas como pegar propaganda, repartir panfletos y actividades similares.

Consideramos, hoy más que nunca, entiendan, que si los proyectos que enarbolan nuestros partidos, para que se hagan realidad en un futuro próximo, es necesario comprometerse con la formación de los futuros cuadros políticos que harán frente a tan importante reto. Por ello, demandamos la convencida inclusión de nuevas generaciones en todas las esferas de la vida pública que se generen a partir del trabajo político. Ustedes saben que por ejemplo, los triunfos electorales de nuestros partidos se han dado en gran medida a la participación y el voto joven. No lo olviden.

Estamos convencidos de la necesidad que la formación de nuevos cuadros es insoslayable, si no es así, estaremos apoyando al fracaso de nuestra oferta política. Proponemos la creación de un fideicomiso internacional para implementar en un primer momento seminarios, talleres, conferencias con un carácter de formación política para los jóvenes de nuestras países, que nos provenga de los elementos para ser dirigentes a la altura de las necesidades y demandas que el acontecer político nos exige.

Para realizar cabalmente nuestra tarea es importante establecer las formas de comunicación que faciliten esta labor. Nos hemos planteando trabajos de mediano y largo plazo que exigen las condiciones propicias para ello, por tanto, pedimos su

apoyo para realizar reuniones regionales de intercambio y preparación permanente entre los jóvenes.

Proponemos que todos los partidos pertenecientes al Foro hagan un esfuerzo por facilitar la creación de la página de la juventud de izquierda en internet. De la misma forma, pedimos que apoyen todo requerimiento de desplazamiento hacia nuestros países. La comunicación que hagamos será nuestro punto de partida.

Más allá de los discursos, demandamos que nuestros partidos y gobiernos se comprometan firmemente con la promoción y el respeto irrestricto de los derechos humanos en el mundo.

Los jóvenes participantes en este Foro, consideramos que el respeto, la libertad y la tolerancia a las preferencias sexuales, religiosas y de pensamiento son derechos de cualquier ser humano. ¡Viva la diversidad!

La juventud del Foro de Sao Paulo se proclama enemiga de cualquier sistema de opresión e injusticia por lo tanto repudia la política económica del neoliberalismo en todas sus formas de expresión.

Exigimos la libertad de todos los presos políticos de nuestros países; y solicitamos a los parlamentarios de los partidos del Foro la implementación de esta resolución.

Pedimos que se haga juicio político por crímenes a la humanidad a Augusto Pinochet.

Exigimos el cumplimiento de los acuerdos de San Andrés Larráinzar, por parte del gobiernos federal mexicano.

Apoyamos la lucha del pueblo peruano en contra de la dictadura y el modelo neoliberal. Exigimos el cese de la represión de todos los sectores democráticos y disidentes del régimen.

Exigimos al gobierno peruano respete las leyes internacionales en materia de derechos humanos. Modifique el sistema carcelario, se revisen los procesos judiciales, respeto a la autonomía del poder judicial, la abolición de los tribunales militares y cese a la persecución de la prensa.

Participantes integrantes del Foro de Sao Paulo: El Salvador, Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional , José Adrián Flores; España, Partido Comunista de los Pueblos

Españoles, Juan Lorenzo Santa Ana; Guatemala, Unión Revolucionaria Nacional Guatemalteca, Ricardo Ramírez; México, Partido de la Revolución Democrática, Miroslava García Suárez; Partido Popular Socialista, Sandra Portillo; República Dominicana, Partido Revolucionario Democrático, Leo Adames Tejeda.

Participantes observadores: Péru, Movimiento Nacional Tupac Amaru, Alejandro Vázquez; Taller de Estudios Andinos, Jorge Luke; APRA, Juan Condor; México, Frente Zapatista de Liberación Nacional, Neftalí Miranda.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS - ESPANHOL

VIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO

RESOLUTIVO PARTICULAR DEL TALLER

"Relación de los partidos políticos con los movimientos sociales"

Presidium del Taller y Comisión Redactora

a) Manuel Ortega González, PRD México

b) Alba Palacios, FSLN Nicaragua

c) Wilson Romero, URNG Guatemala

d) Arlindo Chinaglia, PT Brasil

e) Carlos Flanagan, FAO Uruguay

f) Salvador Sánchez, FMLN El Salvador

g) José Navarro Céspedes, PT México

h) José Camilo Valenzuela, PRD México

Cámara de Comercio de la Ciudad de México

Av. Reforma No. 42, 30 de octubre de 1998.

VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

Resolutivo particular del Taller

"Relación de los partidos políticos con los movimientos sociales"

I. Consideraciones Generales

1. Este taller considera como un gran acierto del Grupo de Trabajo del Foro de Sao Paulo, la incorporación del tema "Relación de los Partidos Políticos con los movimentos sociales", toda vez que nos ha permitido un intercambio valioso de las diversas experiencias de nuestros organismos políticos en estos sectores.

Adicionalmente, nos ha permitido ubicar coincidencias básicas y retomar lo que pueda aplicarse de manera generalizada para afinar la línea política de la izquierda Latinoamericana y del Caribe.

2. En este Taller, participaron representantes de 31 Partidos Políticos de 25 países de Latinoamérica, Europa y Asia quienes plantearon su experiencia histórica, desde el surgimiento de sus Partidos, hasta la situación que guardan en la actualidad.

De estas exposiciones, resalta el hecho de que sin distinción, nuestras Organizaciones Políticas han surgido, han crecido y se mantienen hoy fuertemente enraizados en el pueblo.

Nacimos en el pueblo y a él nos debemos.

3. La fortaleza de un Partido se mide por el grado de influencia entre la sociedad.

Por ello, un objetivo estratégico de todos los aquí presentes, es desarrollar las políticas necesarias para atraer a la mayoría del pueblo a la causa de la liberación nacional, la soberanía, la justicia social y la libertad para nuestras naciones.

En este sentido, consideramos que no habrá transición hacia la democracia y hacia una nueva sociedad, sin un movimiento social fuerte y organizado.

4. Estamos, asistiendo en este momento histórico al declive internacional de la doctrina neoliberal impuesta a nuestras naciones por el gran capital financiero internacional y sus organismos a través de las camarillas gobernantes locales.

Sin embargo, entendemos que el neoliberalismo no se reduce a un listado de medidas económicas cuyas consecuencias han llevado a la desarticulación de la planta productiva nacional, al atraso generalizado y al incremento de la miseria, la injusticia y la marginación.

Nó, El neoliberalismo, además de un conjunto de medidas económicas, conlleva políticas en lo social, lo cultural y lo ideológico.

Por ello, este Taller se pronuncia por la definición y puesta en marcha de alternativas globales que detengan y reviertan la política neoliberal en todos los niveles.

II. Conclusiones y Lineamientos

1. Nos pronunciamos por continuar y fortalecer el trabajo de los Partidos Políticos, en el movimiento y Organizaciones sociales atendiendo prioritariamente los sectores obrero, campesino, índigena, juvenil, de mujeres, empresarial, profesionistas, intelectuales y de los sectores marginados o socialmente excluídos como los migrantes y los desemplados.

2. Esta relación entre Partido y movimientos sociales deberá desarrollarse conforme a la situación histórica de cada país bajo el criterio general de respetar su autonomía, sus espacios, sus órganos de representación y decisión, su identidad, su naturaleza y hasta su protagonismo.

3. La relación entre Partido y movimiento social, mas que una cuestión orgánica, debe darse sobre la base de la identidad en el programa, la estrategia y la táctica en la lucha por el poder.

4. En este sentido, nos pronunciamos por hacer que el movimiento social avance programáticamente encaminándose hacia la lucha política por la toma de poder.

5. Hoy, las demandas gremiales de los movimientos sociales, se deben convertir cada vez mas en luchas políticas contra los gobiernos conservadores

6. Nos pronunciamos porque donde nuestro partido donde hayan conquistado espacios de gobierno y representación, los movimientos sociales participen activamente en las tareas del nuevo gobierno, coadyuvante en las provincias, en las comunidades, en los municipios, en las colonias y en las grandes ciudades, en el diseño y puesta en marcha de programas de gobierno acorde a sus necesidades.

La intención es impulsar desde los espacios del poder público, la descentralización y mecanismos de participación social y ciudadana.

7. Nos pronunciamos porque la conquista de espacios de gobierno no se transforme en mediatización y conservadurismo de los movimientos sociales, ya que buscamos construir una nueva relación entre organizaciones sociales y el gobierno acabando

con la relación subordinada y autoritaria.

8. Finalmente, este taller se pronuncia porque los Partidos coadyuvemos en el desarrollo de acciones y tareas de coordinación y solidaridad permanentes entre los movimientos sociales de Latinoamérica y el Caribe.

9. Particularmente, se acordó desarrollar una gran Jornada Latinoamericana para octubre de 1999, con base a una agenda que incluya por lo menos:

a) Tierra para los desposeídos

b) Reactivación de la planta productiva nacional

c) Empleo

d) Vivienda

e) Justicia

f) Democracia

III. Resoluciones Particulares

* Este taller acuerda brindar toda la solidaridad al Movimiento de los Sin Tierra (MST) de Brasil.

* Se resuelve apoyar decididamente el movimiento nacional de deudores de México.

* Se acuerda otorgar el respaldo de este taller a las demandas de la Coordinadora Centroamericana de Trabajadores.

* Se resuelve demandar la inmediata liberación de los presos políticos de Argentina y de toda Latinoamérica.

* Se acuerda para la ratificación de la Convención Internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migrantes y de sus familias.

* Se resuelve articular una segunda versión de la antorcha de la libertad durante 1999 y preparar para el 12 de octubre del año 2000, la jornada mundial "Un día sin migrantes".

* Se resuelve continuar la solidaridad internacional con la Revolución Cubana.

RESOLUCION

La mesa acoge la propuesta de la Coordinadora Centroamericana de Trabajadores "COCENTRA" y la Iniciativa Civil para la integración centroamericana (ICIC) en relación a:

1. La necesidad que en los mecanismos de negociación del ALCA se integre un Foro Laboral, donde participen las expresiones organizadas de los y las trabajadoras del continente.

2. La urgencia que en el tratado del ALCA se incorpore una cláusula social que contenga la obligatoriedad al respeto y cumplimiento de los compromisos de los estados con los convenios y recomendaciones de la OIT, el mejoramiento del nivel de salud, seguridad social y del salario mínimo.

México, D.F., a 30 de octubre de 1998.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DO FÓRUM PARLAMENTAR - ESPANHOL

FORO PARLAMENTARIO – FORO DE SAO PAULO

HACIA UNA INTEGRACION PARA EL DESARROLLO JUSTO Y DEMOCRATICO

Criterios Generales para una Integración Justa y Democrática

Los legisladores reunidos en el marco del VIII Foro de Sao Paulo reafirmamos nuestro compromiso de impulsar alternativas de integración para el desarrollo y bienestar de nuestros pueblos.

Para ello proponemos los siguientes Criterios Generales para una Alternativa de Integración para el Desarrollo:

Oponernos al proceso de globalización neoliberal expresado en proyectos como la nueva agenda corporativa de la Organización Mundial del Comercio (OMC), en el Acuerdo Multilateral de Inversiones (AMI) y en el proceso oficial en curso de las negociaciones de un Acuerdo de Libre Comercio de la América (ALCA). Pero sobre todo debemos, junto con los demás actores progresistas y de Izquierda de nuestra sociedades proponer un proyecto alternativo bajo los siguientes principios generales:

1. La integración se debe realizar a partir de proyectos nacionales de desarrollo ampliamente discutidos y consensados en nuestros respectivos pueblos.

2. Es necesario profundizar los procesos de integración de los países de América Latina y el Caribe y diseñar estrategias comunes de negociación que fortalezcan nuestra visión alternativa sobre los procesos de integración en curso.

3. Se debe apoyar primordialmente al sector productivo y desalentar el predominio actual de la especulación. La estrategia de desarrollo debe ser multifacética y no asumir al mercado internacional como único dinamizador de la demanda. Es necesario potenciar el mercado interno que genera un círculo virtuoso entre la elevación del nivel de vida de la población y el crecimiento de la economía. Para que las exportaciones no sean un enclave sin efectos benéficos para el resto de la economía deben tener un alto contenido nacional; en consecuencia los Estados Nacionales deben conservar su derecho a diseñar e impulsar una política industrial tendientes a integrar las cadenas productivas y que las reglas de origen exigidas por los acuerdos internacionales para ingresar a los mercados dentro de la zona impliquen contenido nacional.

4. Es tarea prioritaria como parlamentarios el mantener, reformar y promulgar leyes que preserven el irrenunciable papel de los Estados Nacionales en la conducción de la economía.

5. Cualquier acuerdo de integración debe estructurarse desde una lógica social. Lo social no debe ser un

añadido al lado de una lógica económica excluyente y empobrecedora; sino como se dice en la declaración del Foro Parlamentario realizado en Santiago de Chile al interior de la cumbre de los pueblos: "La mejor política social es una estrategia económica con efectos sociales positivos". La sustentabilidad no tiene hoy sólo que ver con cuestiones ambientales, sino también con la superación de la miseria en la que ha sumido el actual modelo neoliberal a millones de compatriotas. Ello debe implicar incluir en la negociación al menos los siguientes temas:

a) Derechos Humanos en su sentido integral, no sólo los civiles y políticos, sino también los económicos y sociales y los de los pueblos. Ello implica la ratificación, por parte de los países que no lo han hecho, de los principales instrumentos jurídicos internacionales y que estos formen parte de los acuerdos de integración, así como la creación de mecanismos e instituciones que aseguren su vigencia.

b) Derechos plenos de los pueblos migratorios. Promover la firma y/o ratificación de convenciones y acuerdos internacionales (p.e. Convención para la Protección de los Derechos de los Trabajadores Migratorios y sus familias, ONU, 1990); proponer la renegociación del TLCAN para incluir la migración laboral, y que esta se considere dentro de acuerdos específicos en las negociaciones del proceso de integración continental. Promover el desarrollo regional sustentable, son proyectos productivos y un mejor aprovechamiento de los recursos en las zonas de expulsión de fuerza de trabajo.

c) La integración económica debe ser un instrumento para la superación de la pobreza y ello fundamentalmente por la vía de la generación de más y buenos empleos frente al actual proceso de desempleo y precarización de los empleos existentes. Por lo que cualquier acuerdo de integración debe favorecer la conservación y elevación de los derechos y estándares laborales.

6. Uno de los objetivos de cualquier acuerdo es el de reducir desigualdades entre naciones, dentro de los países entre mujeres y hombres, y entre razas. Los objetivos de la reciente ola de acuerdos de libre comercio han sido el levantamiento recíproco de aranceles comerciales entre las naciones, sin considerar los niveles de desarrollo de los países, ni los particulares intereses nacionales. El principio dominante de estos acuerdos ha sido el concepto de trato nacional, el cual implica exigir que los gobiernos den trato similar a los extranjeros, sus productos e inversiones que a los nacionales. En su lugar, el acceso a los mercados para las inversiones y los productos foráneos, debe ser claro, estable y previsible; pero negociado en el marco de los planes nacionales de desarrollo. Los diferentes niveles de desarrollo entre los países son una justificación para hacer valer el principio de la no reciprocidad y búsqueda del trato preferencial en el acceso a los mercados. Para ello, La Carta de Derechos Económicos y Deberes de los Estados (ONU 1974) en sus artículos 2, 14, 17 y 18 establecen las bases jurídicas y socioeconómicas para demandar un tratamiento justo (no igual). El trato igual entre desiguales conduce a la desigualdad.

El objetivo de reducir las asimetrías debe traducirse en fondos compensatorios y de desarrollo para los países, regiones y sectores menos desarrollados o vulnerables y en un enfrentamiento de fondo del problema de la deuda externa.

7. La sustentabilidad y el cuidado del medio ambiente son, junto con el combate a la pobreza, los retos fundamentales de cualquier estrategia económica o acuerdo de integración. Los acuerdos comerciales

deben privilegiar la calidad de desarrollo; lo que implica establecer límites sociales y medioambientales al crecimiento. La sustentabilidad y el bienestar de la población deben sobreponerse a la ganancia a corto plazo.

Las nuevas reglas dentro de la integración económica deben permitir una propiedad y una administración democrática de nuestra tierra, de nuestros recursos naturales, así como un genuino respeto a los territorios y derechos indígenas. Los países ricos y las grandes corporaciones tienen una deuda ecológica acumulada y ocupan un espacio ambiental exagerado respecto a su población y territorio. Cualquier acuerdo debe repartir con equidad los costos de la transición hacia un modelo sustentable.

Para llevar a la práctica los objetivos expuestos es necesario construir confluencias

Para materializar nuestras aspiraciones es preciso, forjar y proyectar una agenda común que fortalezca y profundice la democracia, el desarrollo sustentable y justo, y para lograrlo debemos promover la confluencia plural de posiciones democráticas y progresistas en diversos ámbitos. Dicha agenda común debe incluirse en foros de partidos políticos como la COPPPAL y el Foro de Sao Paulo; en ámbitos legislativos, tanto en nuestras cámaras locales y nacionales como en las instancias interparlamentarias de carácter bilateral, regional (Parlatino y Parlacen), y mundial (UIP) y participando en aquellos procesos sociales, como la llamada Cumbre de los Pueblos de América, que convoca la Constitución de una Alianza Social Continental.

Nuestro desafío es darle continuidad a este encuentro parlamentario que nos permita fortalecer y coordinar la fuerza legislativa que los partidos de izquierda tenemos para que nuestra actuación como representantes populares expresen plenamente el interés y la voluntad de nuestros pueblos.

Reivindicar el papel de los órganos legislativos

Los órganos legislativos cada vez cobran mayor relevancia en los procesos de transición democrática que viven nuestros países. Ello implica una nueva relación con la ciudadanía, grupos sociales y colectividades, en el que la redención de cuentas tiende a convertirse en cotidiana, y exige la consulta permanente con el electorado.

El papel de los órganos legislativos por supuesto no deben circunscribirse en la simple ratificación de tratados, nuestra exigencia para la incorporación inmediata de los parlamentarios y congresistas de cada país, en el proceso de integración, es un imperativo para cumplir de modo informado, veraz y oportuno con las responsabilidades de aprobación, ratificación y/o rechazo de los acuerdos comerciales que fundamentalmente consisten en informar, sensibilizar, socializar e incorporar en su discusión a sectores de la población –organizada o no-, sobre el tema de integración y el desarrollo, que nos permitan a su vez, formular iniciativas técnicamente sustentadas y respaldadas política y socialmente.

En lo internacional, y en la medida en que fortalezcamos confluencias parlamentarias, nos proponemos fortalecer el diálogo y la forja de una propuesta de acción con las distintas redes y organizaciones (sociales, laborales, mujeres, ambientales, eclesiales, políticas, urbanas, de derechos humanos, etc.) para

producir una articulación ciudadana y parlamentaria con objeto de construir una alianza social continental. Formular una agenda de alternativa común nacional, regional, continental e internacional, que nos permita enfrentar los problemas que nos imponen la globalización y los acuerdos de libre comercio. Avanzar en la elaboración de una propuesta de modelo de desarrollo alternativo que apunte hacia un desarrollo social y ambientalmente sustentable.

EN CONCLUSIÓN:

El día de hoy con ocasión de la realización del VIII FORO DE SAO PAULO ratificamos el compromiso de construir un Foro Parlamentario Permanente, para trabajar en la elaboración conjunta de modelos alternativos de integración que partan de los intereses y bienestar de la población, decididos democráticamente y partiendo de la sustentabilidad del desarrollo.

12 PROPUESTAS DEL FORO PARLAMENTARIO

Al VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

1. Desde una perspectiva popular, democrática y revolucionaria, el proceso de la mundialización económica y de la convencionalmente llamada globalización, no admite ni candorosas apologías a la misma, ni actitudes reactivas y derrotistas que promueven más bien, desmoralización e impotencia. Los parlamentarios democráticos debemos, por el contrario, liderear un posicionamiento nacional y regional integracionista:

a) Fundado en los intereses de nuestros pueblos-nación.

b) Centrado en el desafío de una estrategia focalizada en la superación de la miseria económica.

c) Incorporando los legítimos intereses de los sectores productivos nacionales. Reivindicando el crecimiento de los sectores privado de menores ingresos, micros, pequeños y medianos empresarios.

d) Reconociendo las asimetrías existentes entre las naciones, para reclamar un trato justo y preferencial para las naciones más débiles.

El problema a fin de cuentas es quien gana y quien pierde, pero también quien liderea o gobierna el proceso internacional. Hasta ahora hegemonizado por los neoliberales. Este es el desafío.

2. El proceso mundial no solamente ofrece esas magras o ilusorias posibilidades para nuestros países. Sino que conlleva también con inusitada fuerza una internacionalización aún mayor de problemas como la espantosa miseria de millones de seres humanos, el auge del crimen organizado, el imperio de la corrupción política, administrativa y de mercados viciados, la depredación del medio ambiente, etc. Ello reclama de los parlamentarios de izquierda realizar un extraordinario esfuerzo para liderear, coliderear o por lo menos incidir significativamente para lograr una internacionalización y regionalización de

verdaderos caminos y soluciones.

3. Se nos plantea en el fin del milenio el reto de relanzar la idea-objetivo de la comunidad de naciones latinoamericanas, lo cual pasa necesariamente por una Alianza Interparlamentaria para una propuesta y una acción alternativa permanente frente a la globalización y particularmente frente a la conducción y hegemonía neoliberal de proceso y, por consiguiente frente al excluyente, subordinador y empobrecedor usufructo que hacen del mismo los megapoderes transnacionales, financieros y gran mercantilistas.

Se trata, entre otras cosas de una opción y acción alternativas frente al ajuste y a los tratados de libre comercio antinacionales y antipopulares.

4. Una propuesta y una acción alternativas exigen a la izquierda responsible, inteligente y democrática: incursionar e incidir desde el parlamento, pero también desde la sociedad civil y quizá primordialmente a incidir desde el mismo pueblo, en los Centros Nacionales y Regionales de decisión, en Materia Integracionista. Precisamente ahí donde se realiza el diseño y seguimiento de las políticas integracionistas. Es contraproducente hacer el vacío a ese nivel porque eso consolida el monopolio de la conducción política por las fuerzas retardatarias y antinacionales.

5. Contribuir desde el parlamento de la unión irrompible de la política alternativa con el conocimiento, a la propuesta alternativa con los números y con el dato preciso creando o consolidando los Centros de Inventigación Económico-Social.

a) Dentro de los parlamentos

b) Y promoviendo centros propios de la sociedad civil o conjuntos del parlamento y sociedad civil

6. Recobrar banderas genuinamente democráticas y revolucionarias.

a) Democracia profunda, real e integral.

b) Modernización económica, política y social, concebida como realización plena de los seres humanos, en la elevación de la calidad de vida de los pueblos, asociada al cambio estructural progresista.

c) Justicia en su enfoque multidimensional y profundo.

d) Desarrollo. Estrategia de desarrollo entendida como progreso y prosperidad realmente compartida, participativa y equitativa.

No es revolucionaria la izquierda que permite que la reacción cínicamente usurpe sus genuinas banderas y se apodere del discurso.

7. Recuperar en La Agenda Interparlamentaria temáticas claves para la vida de nuestros pueblos:

a) La reforma fiscal progresista, la restructuración tributaria efectiva y progresiva, la descentralización y revolución fiscal municipalista que potencíe el desarrollo democrático participativo desde la base, desde lo local, desde la comunidad.

b) La reestructuración progresista del Estado, hacia un Estado realmente eficaz en el cumplimiento de sus responsabilidades públicas, sociales y económicas. Contrario a la tendencia dominante de abandono de las mismas.

c) La reconversión presupuestaria cualitativa, transparente y participativa. Que incluya la fiscalización cotidiana del presupuesto del Estado por el Parlamento y por la misma sociedad civil.

d) Liderear el combate a la corrupción.

e) Declaración de lucha contra el crimen organizado, frecuentemente asociado a poderes retrógrados.

f) Crear y desarrollar la institucionalidad para combatir las prácticas monopólicas y oligopólicas y en el mercado.

g) Reforma financiera, dirigida a contrarrestar el esquema superconcentrador, expoliador y excluyente, potenciando el desarrollo del sector financiero no bancario y popular que contribuya a la masificación del pequeño y el microcrédito y que también asuma el desafío de reconcebir un nuevo tipo de banca de desarrollo orientada a desarrollar el tejido productivo nacional.

h) Reivindicar el poder de decisión parlamentaria en relación a la Carta de Intenciones, Stand By, que nuestros estados suscriben con el Fondo Monetario Internacional (FMI), generalmente a espaldas de los pueblos y de los parlamentos.

i) Rechazo concertado a las pretenciones de extraterritorialidad de las leyes por parte del Gobierno de los Estados Unidos.

8. Homologación latinoamericanista de las legislaciones y de sus mecanismos de aplicación, desde los intereses nacionales y populares.

9. Establecer en este periodo el primer circuito de comunicación interparlamentario de la izquierda, mediante la internet y el correo electrónico.

Organizar en los próximo tres meses la primera Teleconferencia Interparlamentaria, para dar seguimiento y fortalecer la vigencia de las resoluciones de este Foro.

10. Producir la primera investigación Interparlamentaria Latinoamericana, sobre el estado del endeudamiento de nuestros países, como esfuerzo de la concertación democrática interparlamentaria

surgida del Foro de Sao Paulo, con vistas a promover pauta de acción.

11. Trabajar para ampliar espacios y para accesar a la propiedad de medio de comunicación masiva y para el desarrollo de las radios comunitarias, a fin de potenciar la voz de los sectores populares y la de nuestros partidos, para ganar más conciencias y más adhesiones en la lucha por la construcción de una nueva sociedad donde prevalezca la justicia y la solidaridad.

12. Reivindicar, recuperar y devolver el sentido más noble y legítimo de la política, entendida la política como servicio y lucha para el cambio, contribuyendo desde el parlamento, a marcar la diferencia efectiva respecto a los partidos tradicionales.

PROYECTO DE RESOLUCION

EXPOSICION DE MOTIVOS

1. Recientemente, en el mes de octubre, se realizó la XXI Reunión Plenaria de la COPPPAL; actualmente se realiza en la Ciudad de México, la VIII Reunión del Foro de Sao Paulo.

2. En las ponencias y resoluciones de ambas reuniones se constataron importantes coincidencias en asuntos de gran importancia y actualidad, como el examen de realidad latinoamericana y mundial ante el fenómeno de la globalización –especialmente lo financiero- y la situación crítica que atraviesan distintas regiones del mundo a raíz de los severos problemas que presenta el modelo neoliberal.

3. Igualmente en ambos encuentros se reafirmó la necesidad de fortalecer y profundizar la democracia, dentro del papel que le corresponde a los partidos políticos y parlamentos, es de máxima trascendencia y se constató la coincidencia en la necesidad de fortalecer los procesos de integración en curso en nuestra región, procurando que sus iniciativas y propuestas expresen los anhelos y preocupaciones de nuestros pueblos.

POR LOS MOTIVOS EXPUESTOS PROPONEMOS

a) Examinar y tomar las iniciativas apropiadas, para realizar durante 1999 una reunión conjunta de parlamentarios integrantes de partidos políticos, miembros de la COPPPAL y del Foro de Sao Paulo.

b) Algunos temas a examinar pueden ser:

* La crisis económica y financiera internacional e iniciativas parlamentarias tendientes a corregir la situación.

* El papel de los Parlamentos en el proceso de integración.

* Examinar la actuación de los parlamentarios presentes en los ámbitos parlamentarios internacionales

como la UIP, Parlatino y otros.

* El papel de los parlamentos en la consolidación y profundización de la democracia.

* La reforma parlamentaria: diagnóstico y propuestas.

* Iniciativas tendientes a perfeccionar la información, coordinación e intercambio de experiencias parlamentarias.

* Iniciativas legislativas en materia de empleo, salud, educación, reforma del estado, entre otros.

c) A fin de coordinar y concretar la iniciativa precedente se acuerda conformar una comisión integrada por:

Diputada	Joana D'arc	PT	Brasil
Diputado	Gustavo Cardesa	PT	Argentina
Diputado	Jorge Rivas	PSD	Argentina
Diputado	Getson Martínez	FMLN	El Salvador
Diputado	Jacinto Suárez	FSLN	Nicaragua
Senador	Jorge Calderón	PRD	México
Diputado	Carlos Heredia	PRD	México
Diputado	Carlos Baraibar	FA	Uruguay
Diputado	Sigfrido Reyes	PARLACEM	El Salvador
Diputado	Arlindo Chinaglia	PT	Brasil
Diputado	Edwin Castro	FSLN	Nicaragua
Diputada	Alba Palacio	PARLACEM	Nicaragua

VIII FORO DE SAO PAULO, CIUDAD DE MEXICO 01 DE Noviembre de 1998.

DECLARAÇÃO DE NIQUINOHOMO - ESPANHOL

DECLARACIÓN DE NIQUINOHOMO

En los albores del siglo XXI y del Tercer Milenio de nuestra era, a una década de fundado el Foro de São Paulo, el agravamiento de la crisis política, económica, social y cultural por la que atraviesa la humanidad, ha despejado las incógnitas- algunas reales y otras aparentes- que motivaron la convocatoria al "Encuentro de Partidos y Organizaciones de Izquierda de América Latina y el Caribe", celebrado en Brasil, en julio de 1990.

El núcleo fundador de lo que es hoy nuestro Foro, asistió a aquel encuentro en São Paulo para realizar un intercambio de puntos de vista sobre el impacto que el fin de la bipolaridad de la segunda postguerra tendría en las luchas de los partidos y movimientos políticos de la izquierda de América Latina y el Caribe.

El encuentro de São Paulo tuvo el mérito de haber logrado, por primera vez en la historia latinoamericana, la convergencia de partidos y movimientos políticos de todo el espectro de la izquierda; protagonistas de las más diversas formas de lucha, quienes en conjunto constatamos que los dramáticos problemas que afectan a los pueblos del mundo, particularmente los de América Latina y el Caribe, no desaparecerían con el fin de la Guerra Fría, sino que solo se erradicarían con el fin de la opresión, dominación, explotación y el racismo. Dentro de nuestra pluralidad y diversidad, los partidos y movimientos políticos miembros del Foro de São Paulo coinciden en la lucha contra el imperialismo, que en las dos últimas décadas del siglo XX adoptó la forma del capitalismo neoliberal.

Los diez años transcurridos desde la creación de nuestro Foro no han hecho otra cosa que ratificar la validez de nuestras ideas iniciales. Al igual que en julio de 1990, los partidos y movimientos políticos del Foro de São Paulo rechazamos tajantemente que el neoliberalismo pueda constituir un proyecto de desarrollo que, tras un periodo del llamado ajuste, "derramaría" riqueza a todos los habitantes de la tierra. Rechazamos que la doctrina neoliberal responda a supuestas leyes inexorables del desarrollo económico y científico técnico.

Especialmente, la realidad de la última década ha demostrado los limites del modelo neoliberal y su incapacidad para resolver los problemas de la humanidad. El fracaso de la reunión de Seattle, en diciembre de 1999 es la expresión simbólica de la fuerza de la resistencia internacional antineoliberal y del fracaso de este modelo.

La doctrina neoliberal responde, en realidad, a intereses económicos y políticos de quienes están dispuestos a sacrificar y exterminar a una mayoría de la humanidad

para mantener una diabólica y vertiginosa carrera en pos de la acumulación de riqueza, en magnitudes casi inimaginables.

La economía mundial ha entrado a una fase depredadora. Las palabras claves para describir al mundo contemporáneo son concentración, polarización y dominación neocolonial. Concentración de riqueza, propiedad y producción. Polarización política, económica y social, con su secuela de miseria, exclusión y marginación.

Esta polarización y desigualdad se expresan en el ámbito mundial en la reducida proporción de la población planetaria que consume la mayor parte de los productos y hace uso de los servicios disponibles; en la riqueza concentrada en no más de trescientas familias; en los millones de seres humanos sin acceso al trabajo, a la salud, a la alimentación, a una vivienda digna, a la educación, a los derechos básicos de sobrevivencia, reproducción y desarrollo conquistados por la especie humana de generación en generación.

A ello se agregan los efectos de la agresiva unipolaridad militar de Estados Unidos y su criminal determinación de violentar el orden legal internacional de la posguerra, claramente expresada en el genocidio al Pueblo de Yugoslavia bajo el rótulo de la ONU y desde una OTAN reformada para esos fines.

Ante estas realidades, reunidos en la tierra natal del general Augusto C. Sandino, proclamamos:

Que la única forma de salvar a la humanidad de una segura autodestrucción es colocar la satisfacción de las necesidades humanas y no la ganancia y el lucro individuales, como la prioridad básica de la sociedad futura.

Que es necesario seguir desarrollando la lucha de la mujer para vencer prácticas e ideologías sexistas que incluso en el seno de nuestras organizaciones y partidos siguen subsistiendo como manifestaciones de discriminación que es necesario erradicar para una nueva relación entre los géneros en condiciones de igualdad de oportunidades.

Que la izquierda debe asumir los nuevos problemas que plantea la intelectualidad progresista en torno a la defensa de la universidad y la educación públicas como patrimonio de la cultura democrática.

Que la solución de los problemas del mundo pasa por la erradicación, a través de la lucha, de las contradicciones fundamentales que hoy gravan a la sociedad; esto es, las contradicciones de clase que se encuentran estrechamente relacionadas con las más diversas formas de opresión, discriminación y explotación, entre ellas, las de género, étnicas, raciales, culturales, religiosas, de grupos de edad o por preferencia

sexual.

Que los pueblos del mundo no podrán aspirar a consolidar su libertad, ni conquistar su autodeterminación y soberanía integral mientras no se haya borrado todo vestigio de colonialismo y neocolonialismo, como el que oprime a los hermanos pueblos de Puerto Rico, Martinica, Guadalupe, Guyana Francesa, Antillas Holandesas y a casos específicos como el de las islas Malvinas.

Que en el Siglo XXI, la izquierda se presenta como una real alternativa de poder popular construyendo nuevas instituciones participativas, nuevas formas democráticas de gobierno y de desarrollo económico fundamentadas en el bienestar integral de las mayorías nacionales. Que todos los reveses y las victorias de la historia del movimiento obrero y popular y, en particular, las tradiciones de lucha de la izquierda latinoamericana y caribeña, y la experiencia que hemos adquirido como miembros del Foro de São Paulo, forman parte del acerbo político y social para asumir el papel que corresponde a los pueblos en el gobierno de sus propios destinos.

En ese acerbo contamos con la experiencia de elaboración de propuestas, de conquista de espacios y poderes, de construcción de modelos alternativos que nacen de la ubicación y conocimiento de la realidad concreta y que aspiramos a transformar, y de la necesidad de encarar profundos cambios estructurales que lleven a revertir el proceso de destrucción de nuestras plantas productivas, que combatan la especulación financiera internacional, redistribuir la riqueza, democratizar y socializar la elaboración presupuestal, promover la participación social y la descentralización política y económica dirigida a trasformar el Estado, poniéndolo al servicio del desarrollo y la profundización de una nueva democracia integral: social, política, económica, cultural y de género.

Parte fundamental de ese patrimonio es el avance de las fuerzas de izquierda, particularmente de los partidos miembros del Foro, en el logro de mayores espacios institucionales, en gobiernos estatales y municipales, así como en los movimientos sociales, las instancias no gubernamentales, las luchas extrainstitucionales y las insurgencias populares.

Conquista esencial de nuestra América es la heroica resistencia del pueblo cubano y su avance hacia la construcción de una sociedad más justa y humana. Que el secuestro en Miami del niño cubano Elián González, es una muestra de la irracionalidad y el odio contra el pueblo cubano que guía a los círculos reaccionarios de Estados Unidos, capaces de colocar al gobierno de ese país en una situación de rehén de sus estrechos intereses. Este IX Encuentro del Foro de São Paulo ratifica su solidaridad con la Revolución Cubana, exige la devolución inmediata de Elián y el cese de todas las medidas de bloqueo y aislamiento contra ese hermano pueblo.

Parte fundamental lo constituye la lucha del pueblo hermano de Nicaragua que logró derrocar a la dictadura de Anastasio Somoza y construir una Revolución Popular Sandinista, cuyas conquistas hoy defiende el FSLN, en las condiciones y por las vías que se corresponden con la coyuntura nacional e internacional.

Forma parte de estas conquistas el proceso democrático salvadoreño que, luego de una guerra revolucionaria de doce años, concluyó con la firma de Acuerdos de Paz que inciden notablemente en los avances democráticos que lograron superar una dictadura militar y que han sido para el FMLN el punto de partida para construir el poder popular. Aun están pendientes importantes transformaciones, las cuales solo serán posible con el avance firme de las fuerzas populares en El Salvador.

Los Acuerdos de Paz en Guatemala, aún incumplidos en partes fundamentales, establecen rumbos distintos y representan obstáculos decisivos a las políticas neoliberales que se pretenden imponer totalmente. Estos Acuerdos han permitido la emergencia de nuevos sujetos sociales importantes, así como el desarrollo de las fuerzas políticas de izquierda representadas por la URNG y la Alianza Nueva Nación, con crecientes posibilidades de llegar a gobernar en el futuro próximo.

Se suma a esta contribución, en la grave crisis económica, social y política del área andina, la insurgencia indígena popular y de militares democráticos en Ecuador, la cual revela no solo el agotamiento progresivo de un sistema político pervertido, sino también una reiterada crisis de gobernabilidad y dominación políticas, y un creciente proceso de acumulación de fuerzas en el campo popular y progresista, que debido a maniobras de sectores de la cúpula militar, no pudo esta vez, lograr las rupturas de ese injusto orden, pero que al mismo tiempo revela mayores posibilidades en esa dirección.

El singular proceso político que se desarrolla en Venezuela, bajo la conducción del presidente Hugo Chávez Frías, ha logrado desarticular el sistema político corrupto, fraudulento e ineficiente que se había impuesto en ese país durante casi cuatro décadas. Saludamos las importantes medidas de Gobierno Venezolano para garantizar la soberanía nacional y rechazamos cualquier injerencia foránea que pueda poner en peligro el desarrollo y avance pacífico de este proceso revolucionario.

La lucha del pueblo panameño, latinoamericano y caribeño que se vio coronada con el establecimiento de la soberanía panameña del Canal de Panamá, estrechamente unida a la memoria del general Omar Torrijos Herrera.

El caudal político, organizativo y de movilización alcanzados por el pueblo y la izquierda colombiana, y muy en particular, por los movimientos políticos militares

que desarrollan actualmente procesos de diálogo para buscar soluciones de fondo a los problemas estructurales de esa nación. El Foro de São Paulo denuncia y rechaza las imposiciones del Fondo Monetario Internacional en este país, así como la intervención militar directa de Estados Unidos o de una eventual acción colectiva con participación de ejércitos latinoamericanos.

La presencia de los pueblos indígenas de nuestra América que resisten los embates del neoliberalismo y las transnacionales con rebeliones y movilizaciones que han contribuido a destacar la necesidad de profundas transformaciones en nuestros estados nacionales para garantizar la preservación de la biodiversidad, el ecosistema, así como la pluralidad étnica, el reconocimiento de su identidad, derechos y libre autodeterminación de esos pueblos.

Los retos son enormes para la izquierda latinoamericana y solo lograremos vencer en la medida en que hagamos de la unidad de acción y de propósitos el instrumento mas preciado de nuestras luchas, comprendiendo que la pluralidad y la diversidad de la izquierda es un capital democrático que debemos preservar. En ellas, y en la tolerancia a las diferencias, se encuentra la base de la unidad de las fuerzas del cambio y su capacidad transformadora. Unidad que debe forjarse en cada país, y también mas allá de las fronteras, para hacer viable el proyecto, y para que este tenga caracter integrador y solidario.

Asumimos el compromiso con los principios humanistas que han defendido con su vida nuestros héroes y mártires; la defensa de los intereses nacionales y populares por encima de los intereses de nuestros respectivos partidos y organizaciones; el sentimiento patriótico que enarbolaron los y las forjadoras de nuestras nacionalidades en su lucha contra toda forma de dominación externa y en contra de toda tiranía. Después de diez años de fundado el Foro de São Paulo, la izquierda latinoamericana reafirma esas tradiciones democráticas y de resistencia de que han dado ejemplo nuestros pueblos y esta resuelta a luchar y vencer.

Managua, Nicaragua

20 de Febrero de 2000

CARTA À COLÔMBIA - ESPANHOL

Foro de São Paulo

Managua, 19 de febrero del 2000

Compañeros y Compañeras

Frente Social y Político de Colombia

Coordinación Política

Compañero Luis Eduardo Garzón

Reciban nuestro caluroso saludo con motivo del lanzamiento nacional del Frente Social y Político, donde se resumen las fuerzas sociales más representativas de los trabajadores, campesinos, indígenas, cívicas, comunales, ecologistas, mujeres, transportistas, pensionados, jovenes y la izquierda política colombiana.

Los puntos básicos que a ustedes los convocan, la lucha antineoliberal, antiimperialista, la negociación política del conflicto armado, la autonomía política con un programa alternativo popular, los cambios democráticos del Estado colombiano, la defensa y lucha por la vigencia de los derechos humanos, la lucha contra la impunidad, la corrupción y el fin de la criminalización de la protesta social, son parte del espíritu que compartimos y guía nuestra acción en cada país, y por los cuales de seguro avanzaremos en luchas comunes en los diversos escenarios internacionales.

Nuestra solidaridad con el combativo pueblo colombiano encuentra desde ahora un nuevo interlocutor legítimo, con grandes posibilidades de acción política nacional e internacional.

Hacemos los mejores votos de éxito en vuestro lanzamiento y en el proceso abierto de organizar fortalecer nacionalmente la propuesta, sobre la base de los principios que desde el inicio les han guiado: la unidad, el debate democrático y el respeto mutuo.

Fraternalmente,

Foro de São Paulo

A ESQUERDA FRENTE AO NOVO SÉCULO - ESPANHOL

LA IZQUIERDA FRENTE AL NUEVO SIGLO

En conmemoración del 66 aniversario del asesinato del general Augusto C. Sandino, convocados bajo el título de "La izquierda frente al nuevo siglo; la lucha continúa", del 19 al 21 de febrero del presente año se celebró en Managua, Nicaragua, el IX Encuentro del Foro de São Paulo, que agrupa a aproximadamente ciento veinte partidos y movimientos políticos de todo el espectro de la izquierda de América Latina y el Caribe, evento al que también asisten invitados y observadores de Europa, Asia, Africa y Medio Oriente.

Como es usual, el IX Encuentro del Foro fue precedido por la celebración de talleres con diversos sectores de la sociedad, que estuvieron dedicados al intercambio de punto de vista sobre los temas de género, étnico, la lucha de los cristianos comprometidos con el cambio social, pequeños y medianos empresarios progresistas, la lucha contra el neoliberalismo en la universidad pública y la coordinación entre parlamentarios de izquierda del subcontinente.

Los debates pusieron de manifiesto la convergencia de la izquierda continental en la lucha contra el modelo neoliberal y la necesidad de desarrollar alternativas de gobierno dentro de un contexto que responda a los intereses populares, con la aplicación de tácticas y estrategias que se ajusten a la realidad de cada nación. En el discurso inaugural, el dirigente brasileño Luiz Inacio Lula da Silva, destacó la importancia de forjar la más amplia unidad en torno a proyectos nacionales destinados al beneficio de las grandes mayorías, lo cual aparece como un proyecto crecientemente factible. Otros oradores en este acto inaugural fueron José Ramón Balaguer, miembro del Buró Político del Partido Comunista de Cuba, Pablo Monsanto, secretario general de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca, Amalia García, presidenta del Partido de la Revolución Democrática de México y Tomas Borge, vicesecretario general del Frente Sandinista de Liberación Nacional.

En sus sesiones, los participantes en esta novena edición del Foro de São Paulo proclamaron que la única forma de salvar a la humanidad de una segura autodestrucción es colocar la satisfacción de las necesidades humanas y no la ganancia y el lucro individuales, como la prioridad básica de la sociedad futura.

En la clausura de este evento, que tuvo lugar frente a la casa museo Augusto C. Sandino, ubicada en la ciudad de Niquinohomo, a 45 km al Este de Managua, se dió lectura a la declaración que lleva ese nombre, la que fue formalmente aprobada por todos los participantes en el Encuentro, así como se produjo la intervención final, que estuvo a cargo del secretario general del Frente Sandinista de Liberación

Nacional, Daniel Ortega Saavedra.

RESOLUÇÃO SOBRE EL SALVADOR - ESPANHOL

RESOLUCIÓN SOBRE EL SALVADOR

L@s delegad@s asistentes al IX ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO, manifestamos nuestra profunda preocupación por la inflexible posición del Gobierno Salvadoreño contra los trabajadores de la salud, los cuales exigen detener el proceso de privatización del Seguro Social, ya que esto perjudicaría al pueblo que hace uso de tal servicio, y agravaría la situación económica de los mismos.

Ante la posibilidad que dicha situación se agrave, exigimos al Gobierno Salvadoreño buscar una salida negociada con l@s trabajadores.

Nos pronunciamos además, en apoyo al FMLN, quien el doce de marzo participará en elecciones en El Salvador y quienes según las encuestas son la primera opción electoral, lo cual se traducirá en mas alcaldes y alcaldesas y diputad@s de izquierda en beneficio del proceso democrático. Nos mantendremos vigilantes a fin que dicho proceso sea transparente y abunde en más democracia.

Dado en la Ciudad de Managua, a los diecinueve días del mes de febrero del Año dos mil.

RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL

INFORME DE TRABAJO DEL

TALLER LATINOAMERICANO EN DEFENSA DE LA UNIVERSIDAD PÚBLICA

CONTRA EL NEOLIBERALISMO

AL IX FORO DE SÃO PAULO

Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua

Managua, 17 y 18 de febrero de 2000.

Asistentes: 101

Ponencias presentadas: 22

Otras ponencias enviadas: 8

La universidad pública, centro neurálgico de la vida intelectual en los países latinoamericanos, ha sido un espacio en el que se han generado y han tenido cabida visiones que conjugaron las aspiraciones sociales de nuestros pueblos. Ha sido una institución estratégica no solo en la perspectiva académica sino como legado histórico en la recuperación y enriquecimiento de una cultura latinoamericana.

Hoy, este espacio de reflexión y creación social está en un proceso de destrucción y reestructuración para hacerlo funcional al proyecto de los grandes intereses propietarios nacionales y transnacionales. Y a pesar de que estamos ante un fenómeno que tiene más de una década, no ha sido comprendido cabalmente por las comunidades universitarias ni se han articulado respuestas claras y eficaces para enfrentarlo.

La reestructuración de la universidad, promovida por los organismos internacionales como el Banco Mundial, el BID y la OCDE y llevada a cabo a través de los gobiernos, es profunda e integral, y afecta tanto sus actividades sustantivas como las relaciones entre sus miembros, y entre ella y la sociedad.

Como pivote de estas transformaciones, en el centro de la estrategia dominante

está la drástica reducción del presupuesto del Estado para las universidades públicas, tanto en términos relativos como absolutos, con lo cual se las empuja a un proceso de privatización de su financiamiento y se las somete a presiones y decisiones del gran capital. Asimismo, las acciones gubernamentales tendentes a debilitar las formas colegiadas y democráticas del gobierno universitario favorecen usos discrecionales y patrimonialistas de los recursos, que refuerzan la conformación de elites privilegiadas en las instituciones.

En ese marco se ataca la gratuidad de la educación superior, se reducen los salarios de los trabajadores universitarios y se condiciona a los académicos a obtener ingresos extra salariales y extra institucionales, mediante la mercantilización, degradación y estratificación del trabajo académico.

Con estas presiones financieras se le imponen a las universidades públicas contenidos, orientaciones y destinatarios en docencia, investigación y en la difusión de la cultura, lo que se ejecuta a través de un complejo sistema de evaluación y acreditación externas, que atenta de manera directa contra la autonomía universitaria. No se trata solo de un problema financiero y administrativo, sino de la gestación de un profundo proceso de transformaciones ideológicas, valóricas y epistemológicas que apuntan a la legitimación de las visiones y proyectos más conservadores en la sociedad, y a la utilización de la comunidad universitaria como instrumento de control social y político.

El buscado empequeñecimiento material y científico de las universidades públicas responde al desinterés de los sectores dominantes por la creación, innovación y adaptación de ciencia y tecnología autónomas en América Latina con el fin de preservar el monopolio de las mismas en los centros capitalistas, y a sus intenciones de mantener a nuestras instituciones como centros de conocimiento subsidiarios de esa realidad.

Al mismo tiempo, con el argumento de la contracción presupuestal, se restringe el ingreso y permanencia de los estudiantes, provocando una selección elitista del acceso a la educación superior, con lo que las universidades públicas intervienen como reproductoras de la exclusión y desigualdad sociales.

Todas estas transformaciones han ido cristalizándose en una normatividad jurídica nueva y en la creación de órganos gubernamentales suprauniversitarios de dirección, con los que se han ido expropiando las facultades de decisión autónoma a las universidades, bajo el pretexto de la racionalización administrativa. Con esas estructuras, los sectores dominantes, representados en los gobiernos, orientan directa y autoritariamente el quehacer universitario. Ejemplo de esto es el actual proyecto de Ley de Educación Superior en República Dominicana, así como la aprobada hace algunos años en Argentina y las normas e instituciones que se han

ido constituyendo en México y otros países.

Los rechazos a estos cambios radicales en las universidades han surgido principalmente de movimientos estudiantiles, que son sometidos a intensas represiones con heridos, muertos y encarcelados, como en Argentina, Chile, Nicaragua, entre otros, y actualmente en México, donde quedan más de 250 presos políticos universitarios (de un total de mil detenidos) y se han girado otras 432 órdenes de aprehensión. La violencia autoritaria contra las luchas universitarias se observó el pasado enero, cuando la policía asaltó durante 48 horas los recintos de las universidades Central de Quito y Cuenca, en Ecuador. En Colombia, los paramilitares han secuestrado y asesinado a profesores dentro de las instalaciones universitarias. Víctimas de la represión también son los sindicatos universitarios que resisten las políticas de disgregación, "flexibilización" laboral y topes salariales.

Frente a esta realidad, las fuerzas contrarias al neoliberalismo no logran articular programas y acciones que contrarresten las medidas liquidacionistas de la universidad pública. Parte importante de los intelectuales universitarios han renunciado a ejercer el caracter liberador de la ciencia, amoldándose a las condiciones y objetivos que los sectores dominantes le asignan a la universidad pública, con lo cual, actúan como ejecutores y reproductores de esas estrategias. Por su parte, las fuerzas políticas de izquierda han desatendido el papel estratégico de la universidad pública en la construcción de un proyecto alternativo de sociedad.

Sin la asunción de estos desafíos, estaremos obstaculizando las transformaciones que reclama nuestra región.

Por este motivo, los asistentes a este Taller, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Consejo Superior de Universidades de Centroamérica, Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), decidimos:

1. Convocar a las fuerzas progresistas de América Latina, y particularmente en esta oportunidad a las que se expresan en el Foro de São Paulo, a multiplicar y hacer

confluir los esfuerzos en la defensa de la universidad pública contra el neoliberalismo, condición necesaria para la construcción de sociedades y países justos, democráticos e igualitarios en nuestra castigada América Latina. Una universidad que garantice el acceso a los estudios superiores gratuitos porque son un derecho del pueblo, y que desarrolle investigación, docencia, divulgación de la cultura y extensión del más alto nivel, al servicio de las necesidades mayoritarias de nuestros países.

2. Constituir la Red Latinoamericana en Defensa de la Universidad Pública.

3. Promover en cada uno de nuestros países y subregiones del continente la divulgación de nuestros trabajos, debates y conclusiones.

4. Promover reuniones de esta naturaleza en cada uno de nuestros países y en las distintas subregiones, convocándonos a un nuevo Taller Latinoamericano el año próximo, que posiblemente podría realizarse en la Universidad Autónoma de Santo Domingo, República Dominicana.

5. Promover en nuestras universidades la creación de Cátedras, programas y áreas de investigación de la problemática universitaria pública, en el espíritu que caracterizó a este Taller.

6. Emitir pronunciamientos públicos de solidaridad con los universitarios mexicanos, ecuatorianos, colombianos y dominicanos, y un saludo a la reunión de OCLAE (se anexan).

SOLIDARIEDADE COM GUADALUPE, GUIANA FRANCESA E MARTINICA - ESPANHOL

SOLIDARIDAD CON LOS PUEBLOS DE GUADALUPE,

GUYANA FRANCESA Y MARTINICA

La última década del siglo XX fue proclamada por la ONU década de liquidación del colonialismo.

Los pueblos de Guadalupe, Guyana Francesa y Martinica van a entrar en el siglo XXI bajo una dominación total del colonialismo francés.

Estos países de América Latina y del Caribe son una de las últimas colonias en el mundo.

A través de su tutela sobre estos países, Francia se garantiza una presencia fuerte en la región para su política de potencia al nivel económico, militar y político, lo que representa una ventaja por su preeminencia en el seno de la Unión Europea.

Pero esta misma presencia constituye un verdadero obstáculo a la integración de los países del Caribe y una amenaza para los pueblos de la región - ver la decisión de Francia de no firmar el acuerdo de prohibición de transporte de productos radiactivos en el Caribe.

Los participantes al IX Encuentro del Foro de São Paulo, tomando en cuenta la lucha que llevan los trabajadores y las masas populares de estos países por su identidad, su dignidad, su libertad, su autodeterminación,

* Denuncian la dominación colonial de Francia en la área.

* Apoyan la reivindicación de estos pueblos por el reconocimiento de su derecho a la independencia nacional y el ejercicio efectivo de su derecho a la autodeterminación.

RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL

INFORME DE TRABAJO DEL

TALLER LATINOAMERICANO EN DEFENSA DE LA UNIVERSIDAD PÚBLICA

CONTRA EL NEOLIBERALISMO

AL IX FORO DE SÃO PAULO

Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua

Managua, 17 y 18 de febrero de 2000.

Asistentes: 101

Ponencias presentadas: 22

Otras ponencias enviadas: 8

La universidad pública, centro neurálgico de la vida intelectual en los países latinoamericanos, ha sido un espacio en el que se han generado y han tenido cabida visiones que conjugaron las aspiraciones sociales de nuestros pueblos. Ha sido una institución estratégica no solo en la perspectiva académica sino como legado histórico en la recuperación y enriquecimiento de una cultura latinoamericana.

Hoy, este espacio de reflexión y creación social está en un proceso de destrucción y reestructuración para hacerlo funcional al proyecto de los grandes intereses propietarios nacionales y transnacionales. Y a pesar de que estamos ante un fenómeno que tiene más de una década, no ha sido comprendido cabalmente por las comunidades universitarias ni se han articulado respuestas claras y eficaces para enfrentarlo.

La reestructuración de la universidad, promovida por los organismos internacionales como el Banco Mundial, el BID y la OCDE y llevada a cabo a través de los gobiernos, es profunda e integral, y afecta tanto sus actividades sustantivas como las relaciones entre sus miembros, y entre ella y la sociedad.

Como pivote de estas transformaciones, en el centro de la estrategia dominante

está la drástica reducción del presupuesto del Estado para las universidades públicas, tanto en términos relativos como absolutos, con lo cual se las empuja a un proceso de privatización de su financiamiento y se las somete a presiones y decisiones del gran capital. Asimismo, las acciones gubernamentales tendentes a debilitar las formas colegiadas y democráticas del gobierno universitario favorecen usos discrecionales y patrimonialistas de los recursos, que refuerzan la conformación de elites privilegiadas en las instituciones.

En ese marco se ataca la gratuidad de la educación superior, se reducen los salarios de los trabajadores universitarios y se condiciona a los académicos a obtener ingresos extra salariales y extra institucionales, mediante la mercantilización, degradación y estratificación del trabajo académico.

Con estas presiones financieras se le imponen a las universidades públicas contenidos, orientaciones y destinatarios en docencia, investigación y en la difusión de la cultura, lo que se ejecuta a través de un complejo sistema de evaluación y acreditación externas, que atenta de manera directa contra la autonomía universitaria. No se trata solo de un problema financiero y administrativo, sino de la gestación de un profundo proceso de transformaciones ideológicas, valóricas y epistemológicas que apuntan a la legitimación de las visiones y proyectos más conservadores en la sociedad, y a la utilización de la comunidad universitaria como instrumento de control social y político.

El buscado empequeñecimiento material y científico de las universidades públicas responde al desinterés de los sectores dominantes por la creación, innovación y adaptación de ciencia y tecnología autónomas en América Latina con el fin de preservar el monopolio de las mismas en los centros capitalistas, y a sus intenciones de mantener a nuestras instituciones como centros de conocimiento subsidiarios de esa realidad.

Al mismo tiempo, con el argumento de la contracción presupuestal, se restringe el ingreso y permanencia de los estudiantes, provocando una selección elitista del acceso a la educación superior, con lo que las universidades públicas intervienen como reproductoras de la exclusión y desigualdad sociales.

Todas estas transformaciones han ido cristalizándose en una normatividad jurídica nueva y en la creación de órganos gubernamentales suprauniversitarios de dirección, con los que se han ido expropiando las facultades de decisión autónoma a las universidades, bajo el pretexto de la racionalización administrativa. Con esas estructuras, los sectores dominantes, representados en los gobiernos, orientan directa y autoritariamente el quehacer universitario. Ejemplo de esto es el actual proyecto de Ley de Educación Superior en República Dominicana, así como la aprobada hace algunos años en Argentina y las normas e instituciones que se han

ido constituyendo en México y otros países.

Los rechazos a estos cambios radicales en las universidades han surgido principalmente de movimientos estudiantiles, que son sometidos a intensas represiones con heridos, muertos y encarcelados, como en Argentina, Chile, Nicaragua, entre otros, y actualmente en México, donde quedan más de 250 presos políticos universitarios (de un total de mil detenidos) y se han girado otras 432 órdenes de aprehensión. La violencia autoritaria contra las luchas universitarias se observó el pasado enero, cuando la policía asaltó durante 48 horas los recintos de las universidades Central de Quito y Cuenca, en Ecuador. En Colombia, los paramilitares han secuestrado y asesinado a profesores dentro de las instalaciones universitarias. Víctimas de la represión también son los sindicatos universitarios que resisten las políticas de disgregación, "flexibilización" laboral y topes salariales.

Frente a esta realidad, las fuerzas contrarias al neoliberalismo no logran articular programas y acciones que contrarresten las medidas liquidacionistas de la universidad pública. Parte importante de los intelectuales universitarios han renunciado a ejercer el caracter liberador de la ciencia, amoldándose a las condiciones y objetivos que los sectores dominantes le asignan a la universidad pública, con lo cual, actúan como ejecutores y reproductores de esas estrategias. Por su parte, las fuerzas políticas de izquierda han desatendido el papel estratégico de la universidad pública en la construcción de un proyecto alternativo de sociedad.

Sin la asunción de estos desafíos, estaremos obstaculizando las transformaciones que reclama nuestra región.

Por este motivo, los asistentes a este Taller, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Consejo Superior de Universidades de Centroamérica, Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), decidimos:

1. Convocar a las fuerzas progresistas de América Latina, y particularmente en esta oportunidad a las que se expresan en el Foro de São Paulo, a multiplicar y hacer

confluir los esfuerzos en la defensa de la universidad pública contra el neoliberalismo, condición necesaria para la construcción de sociedades y países justos, democráticos e igualitarios en nuestra castigada América Latina. Una universidad que garantice el acceso a los estudios superiores gratuitos porque son un derecho del pueblo, y que desarrolle investigación, docencia, divulgación de la cultura y extensión del más alto nivel, al servicio de las necesidades mayoritarias de nuestros países.

2. Constituir la Red Latinoamericana en Defensa de la Universidad Pública.

3. Promover en cada uno de nuestros países y subregiones del continente la divulgación de nuestros trabajos, debates y conclusiones.

4. Promover reuniones de esta naturaleza en cada uno de nuestros países y en las distintas subregiones, convocándonos a un nuevo Taller Latinoamericano el año próximo, que posiblemente podría realizarse en la Universidad Autónoma de Santo Domingo, República Dominicana.

5. Promover en nuestras universidades la creación de Cátedras, programas y áreas de investigación de la problemática universitaria pública, en el espíritu que caracterizó a este Taller.

6. Emitir pronunciamientos públicos de solidaridad con los universitarios mexicanos, ecuatorianos, colombianos y dominicanos, y un saludo a la reunión de OCLAE (se anexan).

PRONUNCIAMENTOS PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL

Al Dr. Juan Ramón de la Fuente, Rector de la Universidad Nacional Autónoma de México

A la comunidad universitaria mexicana y latinoamericana

A la opinión pública internacional

Los asistentes al Taller Latinoamericano en Defensa de la Universidad Pública contra el Neoliberalismo, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Consejo Superior de Universidades de Centroamérica, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centroamericana (Managua), Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), reunidos en el Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, en Managua, los días 17 y 18 de febrero de 2000,

nos pronunciamos de manera enérgica para exigir la libertad incondicional de los presos políticos universitarios y la eliminación de las órdenes de aprehensión contra los integrantes del movimiento estudiantil de la Universidad Nacional Autónoma de México.

En nuestros debates analizamos con profundidad la crisis que vive la universidad pública en toda América Latina, como producto de la desnaturalización social, científica y cultural a que es sometida por las estrategias que buscan convertirla en una institución funcional a los grandes intereses propietarios y privilegiados y reproductora de la exclusión y la desigualdad sociales. Situación que provoca el estallido de numerosos conflictos universitarios en la región para restituir a la universidad pública su papel en la construcción de sociedades y países justos, democráticos y desarrollados. Las respuestas represivas a tales conflictos no solo ofenden la inteligencia y la moral democrática, sino que profundizan los escenarios conflictivos que supuestamente pretenden eliminar. Por eso, la libertad de los presos, la eliminación de órdenes de aprehensión y de cualquier acción represiva

contra los universitarios mexicanos, constituirá un paso decisivo para restablecer el diálogo y la negociación necesarias hacia la reconstrucción de la Universidad Nacional Autónoma de México.

Managua, 18 de febrero del 2000.

Al Dr. Gustavo Vega, Rector de la Universidad de Cuenca y Presidente de la Asociación Nacional de Universidades Públicas de Ecuador

A la comunidad universitaria ecuatoriana y latinoamericana

A la opinión pública internacional

Los asistentes al Taller Latinoamericano en Defensa de la Universidad Pública contra el Neoliberalismo, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Consejo Superior de Universidades de Centroamérica, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), reunidos en el Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, en Managua, los días 17 y 18 de febrero de 2000,

manifestamos nuestro repudio a la violación a la autonomía universitaria cometida con los asaltos policiales, el pasado mes de enero del 2000, contra las universidades Central de Quito y de Cuenca, y contra todas las persecuciones a los universitarios ecuatorianos, quienes están dando un gran ejemplo de dignidad universitaria en su lucha junto a los indígenas, sindicalistas y otras fuerzas democráticas por un Ecuador justo y democrático.

Reciban nuestra solidaridad latinoamericana.

Managua, 18 de febrero de 2000.

Al Dr. Andrés Pastrana, Presidente de la República de Colombia

A la comunidad universitaria colombiana y latinoamericana

A la opinión pública internacional

Los asistentes al Taller Latinoamericano en Defensa de la Universidad Pública contra el Neoliberalismo, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Consejo Superior de Universidades Centroamericanas, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), reunidos en el Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, en Managua, los días 17 y 18 de febrero de 2000,

manifestamos nuestro repudio a los actos de persecución, secuestros y asesinatos de universitarios colombianos, algunos ocurridos en sus propias aulas o recintos universitarios, circunstancias que ofenden la inteligencia y la moral democrática de todos los latinoamericanos.

Llamamos enérgicamente a encontrar los caminos de la paz a través de la negociación democrática entre las fuerzas políticas y sociales colombianas, a la resolución de las carencias económicas, sociales, políticas y culturales fundamentales de la población -origen histórico del presente conflicto-, así como a la protección y la defensa irrestricta de los derechos humanos de todos los colombianos, y en particular de los universitarios, actores imprescindibles de un futuro de democracia y justicia social en la hermana República de Colombia. Pensamos que esto solo podrá realizarse en el marco de la autodeterminación plena del pueblo colombiano, sin injerencias militares externas.

En Managua, el 18 de febrero del 2000.

A los Honorables Miembros del Congreso Nacional de la República Dominicana

A la comunidad universitaria dominicana y latinoamericana

A la opinión pública internacional

Los asistentes al Taller Latinoamericano en Defensa de la Universidad Pública contra el Neoliberalismo, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Consejo Superior de Universidades Centroamericanas, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), reunidos en el Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, en Managua, los días 17 y 18 de febrero de 2000,

solicitamos a los miembros del Congreso Nacional de la República Dominicana acoger las observaciones y propuestas hechas por la Universidad Autónoma de Santo Domingo al Proyecto de Ley de Educación Superior, que próximamente será enviado por el Poder Ejecutivo al Congreso Nacional para su conocimiento y aprobación y que es lesiva para la autonomía universitaria

Exigimos que se respete la ley 5778 de Autonomía de la Universidad Estatal, y los derechos y prerrogativas que de ella se desprenden, como facultades irrenunciables para la que es la más antigua institución de educación superior en el continente americano.

En Managua, el 18 de febrero de 2000.

Al XII Congreso de la Organización Continental Latinoamericana y Caribeña de Estudiantes (OCLAE)

A la comunidad académica latinoamericana

A la opinión pública internacional

Los asistentes al Taller Latinoamericano en Defensa de la Universidad Pública contra el Neoliberalismo, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua),

Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Consejo Superior de Universidades Centroamericanas, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), reunidos en el Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, en Managua, los días 17 y 18 de febrero de 2000,

saludamos la realización del XII Congreso de la OCLAE, que se celebrará el próximo mes de abril del 2000 en La Habana, Cuba, y nos sumamos a los esfuerzos de los estudiantes latinoamericanos por construir las estrategias del movimiento estudiantil y de la comunidad universitaria en general, para enfrentar la ofensiva neoliberal en Nuestra América, con la enorme responsabilidad que nos toca, al respecto, en la defensa de la Universidad Pública, sometida una contrarreforma profunda e integral, que pone en peligro su propia existencia y la posibilidad de construir alternativas para nuestras sociedades.

Manifestamos, una vez más, nuestro más categórico repudio a todas las formas de represión que sufren los estudiantes en sus admirables luchas, las que son verdaderos ejemplos de dignidad juvenil y universitaria.

Les invitamos al próximo Taller Latinoamericano, que posiblemente celebraremos en la Universidad Autónoma de Santo Domingo, República Dominicana, a comienzos del año 2001, en el que tendremos que seguir profundizando en la construcción de un proyecto de universidad nueva para nuestra castigada América Latina.

En Managua, el 18 de febrero de 2000.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JOVENS - ESPANHOL

IX ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO, TALLER DE JUVENTUD

OLOFITO - MANAGUA, NICARAGUA, 18 DE FEBRERO

Declaración de juventud

La situación económica de América Latina en los últimos años se ha visto plagada de interminables crisis, en ello el sistema financiero internacional ha jugado un papel predominante, generando una profundización de la iniquidad y la pobreza en nuestros países.

En el mundo la izquierda ha construido proyectos y discutido acerca de nuestras posiciones con la intención de generar nuevas iniciativas políticas. Estamos trabajando sobre un nuevo concepto de la política, una política relacionada con ideales y valores que incidan sobre las condiciones de vida de los jovenes en A. Latina, una política de las grandes esperanzas y al mismo tiempo realista y que tome en consideración las condiciones de vida reales de los jovenes.

Somos jovenes de un mundo nuevo, aún por construir y en el que las certezas del pasado ya no pueden regular los conflictos, ni establecer reglas universales.

Nuestra generación creció en medio de la ideología más tenebrosa del mundo: el Neoliberalismo que en los años 80 relanza sus valores y sus ideologías que se han difundido intentando uniformar mensajes y perspectivas, nos contaron que el mercado desenfrenado y sin reglas iba a resolver las desigualdades de la humanidad para generar un desarrollo justo y sostenible.

La derecha trató de construir un pensamiento único, una globalización conservadora que ofrecía una perspectiva única para el mundo: la de aceptar las reglas de los más fuertes, de los más ricos, de los más poderosos sin posibilidad de cambiar, sin esperanza, sin poder ni siquiera luchar; pero hoy, la derecha ahora está pagando un precio altísimo, la ideología conservadora ha perdido la partida y hoy en día la izquierda encuentra de nuevo razones y esperanzas de abrir un nuevo capítulo en el desarrollo y crecimiento de la humanidad.

Jovenes de A. Latina, organizaciones miembros del Foro de São Paulo: estamos aquí para declarar con fuerza que entre los protagonistas de esta nueva etapa estamos nosotros, la izquierda que no renuncia a sus principios y mira hacia el futuro con gran optimismo.

Lo afirmamos aquí en el Centro de A. Latina, en Managua, Nicaragua, en la tierra de Sandino, donde todos podemos constatar los efectos de las políticas neoliberales, países salidos de dictaduras militares que han sufrido años de liberalismo desenfrenado, ahora cuentan con los esfuerzos de una nueva izquierda latinoamericana que asume la responsabilidad de gobernar, que lucha por cambiar la sociedad y las pautas establecidas, formamos parte de esta izquierda, en un continente en que los jovenes representan el 70% de la población.

Tenemos el reto de construir una A. Latina democrática, justa y solidaria. Sabemos que no es una tarea fácil pero también somos conscientes de las nuevas realidades de estos últimos años.

Sentimos profundamente que en A. Latina la doctrina neoliberal ha perdido su fuerza. La izquierda latinoamericana debe fomentar el análisis y la generación de opciones reales de política económica que generen crecimiento y equidad. El reto fundamental es eliminar la enorme iniquidad social que ha caracterizado a nuestras economías.

Nuestra generación es la generación de una izquierda que debe vencer.

La validez de este encuentro, que se erige como escenario importante, para que las organizaciones juveniles de izquierda se reúnan, discutan y se proyecte en favor de los jovenes de este continente con acciones concretas en contra del Neoliberalismo.

Nuestro rechazo a las políticas Neoliberales y a su aplicación por los gobiernos de nuestros países por construir, los pilares esenciales sobre los que se sostiene el Capitalismo en su afán desmedido de acumulación capitalista a costa de nuestros pueblos.

Desarrollar una campaña de concientización entre nuestros jovenes y demás miembros de nuestra sociedad, de las causas que facilitan el Neoliberalismo, sus efectos y la forma de luchar contra este.

Proponer que se elabore un documento base para que se discuta, como preparación para la conformación de una organización regional, el cual sea elaborado por la organización del país que coordinará el próximo año la realización de este Foro.

Desarrollar este taller juvenil en los próximos encuentros que se efectúen del Foro de São Paulo, garantizando que los temas juveniles sean tomados en cuenta en las decisiones políticas que se adopten por los partidos de izquierda.

Convocar a todas las organizaciones del continente a prepararse para discutir el

documento base en sus estructuras, una vez elaborado para constituir la organización regional.

Condenar el vil secuestro de nuestro niño Cubano Elian González, por mafiosos de origen Cubano, que bajo la protección del gobierno de EE UU de América, han convertido la inocencia de un niño, que hoy es Cubano pero que mañana podrá ser de cualquiera de nuestros países, en un negocio burdo y cobarde que le facilita, a estos compinches del terror y el crimen, jugosas ganancias, y junto a ello reiterar la condena al bloqueo económico a que es sometido por el imperio del norte, el cual aplica a cualquier país del mundo, las leyes extraterritoriales que con ese fin ha creado.

Colombia atraviesa una de las situaciones más complejas de Latinoamérica. La imposición del modelo con su consecuente lastre de miseria, recorte de derechos sociales y económicos y vulnerabilización de la dignidad humana, ha hecho de la Juventud Colombiana su blanco preferido.

Sumado a esto la creciente e ignominiosa intervención norteamericana en los asuntos del país, con pretexto del narcotráfico pone en peligro la posibilidad de una salida negociada al conflicto social y armado donde son los jovenes quienes ponen la más alta cuota de víctimas en esta guerra que cada día se profundiza más.

En este sentido apoyamos las negociaciones que se han iniciado entre el gobierno y una parte de la insurgencia, e instamos a que se desarrollen desalojos con el resto del movimiento guerrillero con el fin de solucionar las causas políticas, económicas y sociales de este doloroso conflicto.

A su vez. vemos con profunda preocupación la discusión que en el congreso norteamericano se desarrolla sobre la ayuda de US$1,600 millones de dólares al gobierno colombiano que un porcentaje mayoritario iría a fortalecer a los aparatos militares estatales, con pretexto de la lucha antinarcótico, lo que con seguridad pondría en peligro los anhelos de paz del pueblo Colombiano.

Los jovenes de izquierda denunciamos ante el mundo, que en Guatemala después de una larga lucha de 36 años, se firmaron los Acuerdos de Paz, firme y duradera, en Diciembre de 1996. Acuerdos, que son la plataforma democrática para alcanzar las transformaciones básicas de un Estado de Derecho.

Sin embargo, el gobierno de Alvaro Arzú con quien se firmaron los acuerdos, no cumplió con ellos; por el contrario obstaculizó el proceso y retrasó la calendarización de lo planteado, dejando al país, en la miseria, y con una mayor ampliación de la diferencia entre ricos y pobres.

Igualmente el gobierno electo, de Alfonso Portillo del FRG (extrema derecha), a pesar de su discurso populista, no impulsa medidas políticas y económicas con el espíritu de los Acuerdos; por el contrario, sus medidas eminentemente neoliberales van en contra de estos.

U.R.N.G. reafirma que los Acuerdos de Paz, son una respuesta contra el neoliberalismo, y que con el impulso de estos alcanzaremos las transformaciones básicas para construir una democracia plena, con justicia social y plena seguridad.

Por lo que U.R.N.G. y ahora con la conformación de la A.N.N. (Alianza Nueva Nación), que une a organizaciones de izquierda, estamos comprometidos con los Acuerdos de Paz, y buscaremos todas las formas posibles de lucha para alcanzarlos.

Por cuanto: Puerto Rico es un país Latinoamericano al cual el Gobierno de los EE UU ha privado, por más de cien años, su derecho natural e inalienable a la independencia.

Por cuanto: Gran parte del territorio nacional puertorriqueño es utilizado actualmente para propósitos militares en el cual se destaca la isla - Municipio de Vieques - que por más de 60 años ha sufrido impacto incesante de bombardeos, destrucción ambiental, daños a la salud y violaciones crasas a los derechos humanos de sus habitantes.

Por cuanto: El Partido Independentista Puertorriqueño encabezado por su presidente Rubén Berríos Martínez llevan a cabo un acto de desobediencia civil en plena área de bombardeo de la Marina de Guerra de los EE UU en Vieques por espacio de 10 meses sirviendo como escudo humano a riesgo de su seguridad personal y vida.

Por cuanto: Tanto el Gobierno de Puerto Rico, encabezado por el Sr. Pedro Rosselló, así como el Partido Nuevo Progresista y el Partido Popular Democrático, liderado por el Sr. Carlos Pesquera y la Sra. Sila María Calderón respectivamente, han traicionado la clara y contundente voluntad del pueblo puertorriqueño en relación al cese permanente y definitivo del bombardeo en Vieques.

Por tanto: Resuélvase por éste Taller de Juventud, del IX Foro de São Paulo en la ciudad de Managua, Nicaragua lo siguiente:

1. Afirmar nuestro compromiso con la independencia de Puerto Rico.

2. Apoyar la gesta que lleva a cabo el Partido Independentista Puertorriqueño y su presidente Rubén Berríos Martínez en la isla de Vieques a instar al presidente de los EE UU Bill Clinton a que acate y respete la voluntad mayoritaria del pueblo de

Puerto Rico poniendo fin a las prácticas militares en territorio puertorriqueño.

En Uruguay con un gobierno recientemente electo, donde los partidos de derecha se han confundido en un solo cuerpo, se inicia una nueva etapa que se acusa ya de profundizar el proyecto neoliberal. Se inicia el año con 2,500 puestos de trabajo perdidos en un mes y con 62 conflictos sindicales donde el futuro presidente Jorge Battle se le ríe en la cara a la propia central de obreros.

Por otro lado este nuevo gobierno a instalarse próximamente desconoce a la primera fuerza política del país, desconociendo así a la voluntad de más del 40% de la población.

Por lo cual denunciamos esta actitud poco democrática del gobierno, así como saludamos a los compañeros Frenteamplistas en esta nueva etapa del proceso electoral a desarrollarse en Mayo donde la fuerza progresista seguirá avanzando con un programa solidario y con justicia social.

En una economía globalizada destinada a un mayor enriquecimiento de las clases altas en desmedro de los intereses populares uno de los sectores afectados por el proceso de globalización es el de la Juventud, hombres y mujeres jovenes ellos carentes de oportunidades se ven empujados hacia la denominada delincuencia juvenil, drogadicción, prostitución o servir de Burrier como forma de sobreviviencia.

En este contexto la falta de acceso a la Educación y a la Cultura en general, al trabajo digno, no es más que el resultado de un modelo económico que discrimina a grandes sectores de la población obligándolos a diversas formas de sobreviviencia que denigran su condición de seres humanos. Junto a esta forma de resistencia pasiva al neoliberalismo existe otra forma consciente y organizada de hombres y mujeres jovenes que luchan contra el modelo neoliberal y que en razón de sus ideales de justicia y libertad son objeto de persecución política, detención y torturas, ejecuciones extrajudiciales o encarcelamiento en condiciones infrahumanas.

Por esta razón en este encuentro de jovenes en el marco del Foro de São Paulo, pedimos a la comisión de redacción se emita un pronunciamiento en favor de quienes por luchar por una vida digna, por enfrentar decididamente al modelo neoliberal se ven hoy privados de su libertad. Bajo el régimen del dictador Alberto Fujimori en la actualidad existen de 4 a 5 mil presos políticos en su inmensa mayoría jovenes, dirigentes barriales, sindicales, dirigentes populares, cuyo único delito fue oponerse al modelo neoliberal y al régimen dictatorial del gobierno de Perú.

Cientos de jovenes ven en la solidaridad una posibilidad de crear unidos una

América unida y libre de opresión y explotación; construir la patria grande, sueño de Bolívar y el Che.

Los jovenes reunidos en el Foro de São Paulo el día 18 de Febrero del año 2000, ante la preocupación que nos genera el conflicto en la UNAM, nos manifestamos enérgicamente por la liberación inmediata de todos los estudiantes detenidos por la Policía Federal Preventiva (P.F.P.) de México y por el cese de las órdenes de aprehensión en contra de otros jovenes que han participado en la huelga universitaria. Asimismo confiamos en que se solucione el conflicto universitario por la vía del diálogo, para la UNAM, se mantenga como la institución educativa, pública y gratuita, fundamental en la vida de los Mexicanos.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MULHERES - ESPANHOL

POR LA IGUALDAD REAL DE OPORTUNIDADES EN LA FAMILIA, EN LA SOCIEDAD Y EN LOS PARTIDOS POLÍTICOS

RESOLUCIÓN

Con la participación de aproximadamente 94 compañeras y 3 compañeros de 12 países, pertenecientes a partidos políticos de izquierda y medios de comunicación, se realizó el Taller de Género con el tema Participación de las Mujeres en los Partidos de Izquierda@ y se llegó a las siguientes consideraciones:

Que la globalización neoliberal es un fenómeno multilateral y abarcador que afecta, además de la economía, a la política, a la ideología, a la cultura, a las personas, a su subjetividad y a la familia, entrañando una cultura única emitida desde un centro de poder y difusión por el gran monopolio de los medios de comunicación.

Nuestra región de América Latina y El Caribe ha sufrido los impactos severos de esta doctrina que pretende erigirse como la salvación de los problemas que enfrenta la humanidad. Sin embargo, la imposición de este modelo a nuestros países y el consiguiente impacto de los ajustes estructurales ha conducido a que se profundice la situación de pobreza de grandes mayorías en nuestros pueblos, con una mayor incidencia en los sectores más vulnerables de la sociedad, entre ellos las mujeres quienes constituyen el mayor por ciento de los pobres del planeta.

Si bien en las últimas décadas la participación de las mujeres ha crecido en las diferentes esferas de la vida social, aún continúa existiendo un alto grado de discriminación de género tanto en lo público como en lo privado.

A pesar de la diversidad de situaciones en los países de América Latina y El Caribe, se analizó que el sistema capitalista patriarcal y los patrones socio culturales tradicionales determinan conductas de discriminación y violencia contra la mujer en la familia y en la sociedad.

Los partidos políticos de izquierda han implementado de manera heterogénea algunas estrategias de acción afirmativa para favorecer la participación política de las mujeres y su acceso a cargos de dirección y elección popular. Sin embargo, las acciones emprendidas no han sido suficientes, ni en el marco de un planteamiento integral desde los partidos. Se coincidió que muchas veces estas decisiones se quedan en el papel y que su implementación requiere de la perseverante lucha de las mujeres y de mecanismos puntuales.

Se constató la importancia de las cuotas como mecanismo transitorio mientras se corrigen las iniquidades. Al mismo tiempo, se evidenció que es una medida insuficiente y que es necesario implementar políticas integrales y mecanismos de democratización interna que permitan garantizar una progresiva presencia y permanencia de mujeres en los puestos de decisión.

En cuanto a los medios de comunicación se consideró que una gran parte de estos juegan un papel negativo para la sociedad al reproducir estereótipos sexistas, valores individualistas y mensajes de violencia al servicio del sistema dominante.

Se planteó como necesario un mayor avance y respaldo a las reformas legislativas que favorezcan la participación ciudadana y política de las mujeres, que combatan toda forma de discriminación particularmente la violencia intrafamiliar.

Es igualmente necesaria la articulación con los diferentes sectores del movimiento social, que permita la acumulación de fuerzas en los distintos ámbitos, para no solo llegar a puestos de decisión, sino incorporar planteamientos de género asumidos conscientemente por los diferentes sectores, particularmente con los movimientos de mujeres.

Fueron demandas del taller de género el reforzamiento de la solidaridad en las luchas de los pueblos, la continuación de las luchas por la liberación de las presas y presos políticos de Perú y Argentina; la solidaridad particularmente hacia las mujeres del pueblo hermano de Colombia; el repudio al secuestro y la exigencia del retorno a Cuba del niño Elian González; y la solidaridad con las mujeres indígenas y luchadoras por sus reinvindicaciones en Chiapas.

También se planteó reforzar los mecanismos de solidaridad entre mujeres lo cual pasa por superar las descalificaciones y confrontaciones entre nosotras y tratar de sistematizar el intercambio de experiencias sobre las luchas de las mujeres en nuestros países.

Estrategia mínima para los partidos políticos:

* Llevar a cabo acciones afirmativas que además de las cuotas, contemplen mecanismos específicos de promoción, asesoría, formación y capacitación a las mujeres.

* Que las desigualdades de género en el ámbito de lo privado, se conviertan en un tema de discusión política a lo interno de los partidos.

* La construcción del enfoque de género como una política de partido e

incorporación del mismo en las escuelas de cuadros y programas de formación política e ideológica para toda la militancia

* Que los partidos políticos incorporen a su sistema de información las variables de sexo, edad y etnias.

* Promoción de espacios mixtos e intersectoriales de discusión y acción en torno a la problemática de género.

* Emprender acciones concretas de cara a los medios de comunicación para visibilizar la acción y el protagonismo de las mujeres como sujetas políticas.

* Crear mecanismo de vigilancia, prevención y sanción para los casos de violencia intrafamiliar cometidos por las y los militantes de los partidos.

* En los medios de comunicación y divulgación de los partidos políticos, ampliar los espacios dedicados a los temas específicos de las mujeres y la equidad de género.

* Incorporar en el discurso de los partidos políticos el lenguaje no sexista; que permita construir una nueva relación social entre los géneros.

Propuestas para avanzar en la equidad de género en el Foro de São Paulo

01. Insistir en una mayor presencia de mujeres en el Grupo de Trabajo.

02. Incorporar los temas de género en los diferentes talleres y actividades organizados por el Foro.

03. Promover una participación equitativa de hombres y mujeres en los diferentes talleres y actividades organizadas por el Foro.

04. Que los partidos políticos, a través de su representante en el taller de género, informen sobre el nivel de cumplimiento y avance de las recomendaciones en materia de equidad de género, emanadas de los Encuentros del Foro de São Paulo.

05. Que los partidos de izquierda integrantes del foro contribuyan al fortalecimiento del movimiento mundial de mujeres.

06. Que el Foro de São Paulo se incorpore a las actividades de la MARCHA MUNDIAL CONTRA LA POBREZA, que se realizará en octubre del año 2000.

Managua, Nicaragua

18 de Febrero del 2000

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS - ESPANHOL

IX REUNION DEL FORO DE SAO PAULO

"TALLER DE MOVIMIENTOS SOCIALES"

"POR LAS BANDERAS SOCIALES EN LOS PROCESOS ELECTORALES Y FRENTE A LA GLOBALIZACIÓN...LUCHA POPULAR"

¡NI UN PASO ATRÁS!

HOTEL LAS MERCEDES

MANAGUA, NICARAGUA

18 DE FEBRERO 2000

Contenido del Taller:

1. Neoliberalismo, lucha popular y procesos electorales.

2. Alianzas electorales e interrelación de los movimientos sociales y los partidos políticos frente a los procesos electorales.

3. Intereses electorales partidarios versus intereses populares.

Mesa Directiva:

- Edwin Ortega. URNG - Guatemala.

- Fernando Falcón. Cocentra - Panamá

- Alfonso Goitía. ICIC - El Salvador

- Marcial Cabrera. UITA

- Gustavo Porras C. FSLN - FNT - Nicaragua

- Ada Benitez. CTC - Cuba

En el presente taller participarón 102 personas representando a 41 organizaciones y partidos políticos, provenientes de 14 paises.

LISTA DE PARTICIPANTES:

1) Rafael Flores Estrella. Partido Revolucionario Dominicano – Rep. Dominicana

2) Ernesto González. URNG – Guatemala

3) Edwin Ortega. URNG – Guatemala

4) Fernando Falcón Vargas. Cocentra – Panamá

5) Eugenia Paiz. Cocentra – Panamá

6) Aguilera. Cocentra – Panamá

7) Miguel Sáenz C. FMLN – El Salvador

8) Búcaro. FMLN – El Salvador

9) Sandra Elizabeth Agred. FMLN – El Salvador

10) Alfonso Goitía. ICIC – El Salvador

11) José F. Hernández. Cocentra – El Salvador

12) Transito Borja Hernandez. Cocentra – El Salvador

13) Germán Sierra. Unificación Democrática – Honduras

14) Leo Sierra Oyuela. Juventud Part. Unificación – Honduras

15) Norma Iris Rodríguez. Cocentra – Honduras

16) Arnoldo Hernández. OFRANEH – Honduras

17) Julio Marenles. Movimiento de Participación Popular – Uruguay

18) Felix Castellanos Hernández. Unión Ejedos Costa Chica – México

19) Espen Rosen. Comité Solidaridad – Noruega

20) David García Sequiera. UNE – FNT – Nicaragua

21) Oliver Barrios Díaz. Movimiento Comunal – Nicaragua

22) José Antonio Zepeda. CGTEN – ANDEN – FNT – Nicaragua

23) Luis A. Cornavaca. Asociación de Asentamiento – Nicaragua

24) Marcial Cabrera. UIJA – Nicaragua

25) José Luis Lara. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

26) Valentín Muñoz. FNT – Nicaragua

27) Carlos Castillo. Asociación de Asentamiento – Nicaragua

28) Andrea Morales. CST José B. Escobar – Nicaragua

29 Walter Alex Pineer. FSLN – Nicaragua

30) Ivania Webster. FSLN – Nicaragua

31) Shanda Henriquez. FSLN – Nicaragua

32) Kenia Romero. FSLN – Nicaragua

33) Ignacio Vivas Valerio. UNE – FNT – Nicaragua

34) Manuel S. Moreira. Movimiento Comunal – Nicaragua

35) Dalila Alemán García. CST – Nicaragua

36) Gloria Martínez Largaespada. Madres de Héroes y Mártires- Nicaragua

37) Mirían Reyes. UNE – FNT – Nicaragua

38) Mauricio Benedith. CST – Nicaragua

39) Armando Zepeda L. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

40) Román Castillo C. Movimiento Revolucionario – Nicaragua

41) Miguel Ruíz. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

42) Arnoldo Siesa H. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

43) Mario Martínez C. CEAL – Nicaragua

44) Pablo Rojas O. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

45) Roberto Alfonso Castillo V. Movimiento Revolucionario – Nicaragua

46) Heberto Ruiz Morales. Unión Nacional Empleados – Nicaragua

47) Gloria María Hernández S. UNE – FNT – Nicaragua

48) Francisco Pérez G. CST – Nicaragua

49) Picado A. Movimiento Comunal – Nicaragua

50) Alba Palacios. Cocentra – Nicaragua

51) Róger Barrantes Estrada. CST José B. Escobar -FNT– Nicaragua

52) Luis Eduardo Amaya. Movimiento Comunal – Nicaragua

53) Sergio Sáenz. Movimiento Comunal – Nicaragua

54) Elmer Tórres Valdivia. FEDTRACSE – UNE- FNT – Nicaragua

55) Henry Zambrana Quezada. FESITUN – FNT – Nicaragua

56) Sergio Norori Hendí. Universidad Bieu Raan – Nicaragua

57) Anne Ibsen. SID – Dinamarca

58) Fausto Tórres Aráuz. ATC – FNT – Nicaragua

59) Wilmer Ricky. Movimiento Comunal – Nicaragua

60) Víctor Gutiérrez Soto. Movimiento Comunal – Nicaragua

61) Iván Cruz Piña. FSLN – Nicaragua

62) José Angel Bermúdez. FNT – Nicaragua

63) José Novoa. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

64) Roberto Soza. Ayuda Popular Noruega – Nicaragua

65) Néstor Napal. Ayuda Popular Noruega – Nicaragua

66) Isidro Iglesias. Fetsalud – FNT – Nicaragua

67) José Rosalio Pérez A. Fetsalud – FNT – Nicaragua

68) Evile Umaña O. Fetsalud – FNT – Nicaragua

69) Bayardo Altamirano L. CESADE – Nicaragua

70) Domingo Fco. Pérez. UNE – FNT – Nicaragua

71) Celso Romero Chavarría. Fenacop – Nicaragua

72) Godofredo Membreño. Movimiento Comunal – Nicaragua

73) Asunción Alonso Rodríguez. CST Jose B. Escobar – FNT – Nicaragua

74) Pedro Ortega. Federación Sindicatos Textisa – Nicaragua

75) Luis Barosa. CST Jose B. Escobar – Nicaragua

76) Pastor Díaz Pacheco. Comité Revolucionario – Nicaragua

77) Juan Fco. Guerrero. Comité Revolucionario – Nicaragua

78) Estebana Ortega H. Sindicato de Periodistas – Nicaragua

79) María de los A. Siezar. Sindicato de Periodistas – Nicaragua

80) Jairo Javier Zúniga. Stuni / Fesitun – FNT – Nicaragua

81) Roberto Palacios Mejía. Stuni / Fesitun – FNT – Nicaragua

82) Marlon Rodríguez M. Comité Revolucionario FSLN – Nicaragua

83) Raúl Valverde A. FSLN – Nicaragua

84) José Mercedes González. Fenacop – Nicaragua

85) Antonio José Baldizon. Fenacop – Nicaragua

86) Mario Herrera A. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

87) Emilio Irías. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

88) Gilberto Barberena. Movimiento Comunal – Nicaragua

89) Sonia Aguirre Vargas. CST – Nicaragua

90) Orlando Baltodano Ortega. Movimiento Comunal – Nicaragua

91) Maru Yarnoz Eseverri. CEBS – Residente Nicaragua

92) Ritha Fletes Z. FSLN – Nicaragua

93) Vilma Meléndez Reyes. FSLN – Nicaragua

94) Bismarck Soto. Nicaragua

95) Ada Benitez C. CTC – Cuba

96) César M. Moya F. Asentamientos – Nicaragua

97) Guadalupe Valdez. Alianza por la Democracia – Rep. Dominicana

98) Edargo García. ATC – Nicaragua

99) Orlando Núñez. Cipres – Nicaragua

100) René Núñez. FSLN – Nicaragua

101) Alfonso Goitía. ICIC – El Salvador

102) Gustavo Porras. FNT – FSLN – Nicaragua

Trabajo de Grupos:

Propósito:

Identificar propuestas y/o alternativas en la relación de los partidos políticos con los Movimientos Sociales en:

1. Procesos electorales.

2. Alianzas estratégicas y programáticas.

3. Procesos de regionalización /globalización.

4. Autonomía de la participación.

Coordinadores de los grupos de discusión:

Tema No. 1 (Procesos Electorales).

- René Núñez.

- Sergio Sáenz.

- Gilberto Barberena.

Tema No. 2 (Alianzas estratégicas y programáticas)

- Edwin Ortega.

- Enrique Picado.

Tema No. 3 (Procesos de regionalización / globalización)

- Alfonso Goitía

- Evelin Umaña

- Fernando Falcón.

- Fausto Tórres

Tema No. 4 (Autonomía de la participación)

- José Angel Bermúdez.

- Luis Amaya.

- Wilmar Ricky.

IX REUNION FORO SAO PAULO

Resoluciones Particulares del Taller de Movimientos Sociales

1.- Resolución sobre Cuba.

El Taller de Movimientos Sociales Resuelve:

Condenar el bloqueo que durante mas de 40 años tiene impuesto el gobierno de los Estados Unidos al hermano pueblo cubano, asimismo nos pronunciamos en contra del secuestro del niño Elián González y exigimos su devolución al seno de su familia en Cuba.

2.- Resolución en apoyo a los trabajadores nicaraguenses.

El Taller de Movimientos Sociales resuelve:

Solidarizarse con la lucha que libran los trabajadores nicaragüenses por detener la privatización de las pensiones del seguro social.

Demandamos que el gobierno retire el anteproyecto de ley de la privatización de la seguridad social, porque esta medida afecta al pueblo trabajador nicaragüense.

3.- Resolución en apoyo a los ONG"s nicaraguenses.

El Taller de Movimientos Sociales resuelve:

Exigir al gobierno de Nicaragua y a sus funcionarios abstenerse de amenazas y acciones en contra del trabajo que realizan los Organismos No Gubernamentales en

Nicaragua.

4.- Resolución en apoyo al hermano pueblo de El Salvador.

El Taller de Movimientos Sociales resuelve:

Respaldar plenamente la justa lucha de los sindicatos del seguro social salvadoreño en contra de la privatización de los servicios de salud y por la restitución de los trabajadores despedidos.

Demandamos al gobierno salvadoreño una solución a este problema que afecta a los trabajadores y médicos del seguro social y a la población en general.

También repudiamos la actitud prepotente y autoritaria del gobierno de El Salvador, la cual no contribuye en nada al proceso de democratización y desarrollo de El Salvador.

5.- Resolución en apoyo al pueblo ecuatoriano.

El Taller de Movimientos Sociales resuelve:

Rechazar los crímenes en contra del pueblo de América Latina, demandar el cese de la persecución a líderes populares y la libertad para los presos políticos.

Exigir la investigación y esclarecimiento de los asesinatos de Jaime Hurtado, excandidato a la presidencia de la república y diputado del MPD en ejercicio, al igual que de Pablo Tapia diputado del MPD , y del dirigente sindical Saul Cañar. El Taller de Movimientos Sociales llama, a luchar por expulsar a las tropas y bases norteamericanas de los países de América Latina.

6.- Resolucion en apoyo al pueblo hondureño.

El Taller de Movimientos Sociales resuelve:

Condenamos el asesinato del compañero Jairo Amilcar Ayala Nuñez, destacado dirigente del Sindicato de Trabajadores del Instituto Nacional Agrario (SITRAINA) y promotor de la Reforma Agraria en el bajo Aguán. El asesinato del compañero Ayala forma parte de un plan de los terratenientes y paramilitares para eliminar a toda costa a dirigentes y militares del movimiento popular que luchan por la conquista de la tierra, la defensa de los bosques, la naturaleza y el medio ambiente.

El taller condena enérgicamente este y otros asesinatos y exige al gobierno

Hondureño una exhaustiva y rápida investigacion de los hechos y castigo ejemplar a los autores intelectuales de este crimen.

Conclusiones del Taller de Movimientos Sociales

I. Sobre 1er. Taller de Movimientos Sociales realizado en México.

Trabajar por el cumplimiento de los lineamientos del 1er. Taller de México, principalmente:

1. Fortalecer el trabajo de los Partidos Políticos en el Movimiento y Organizaciones Sociales atendiendo prioritariamente los sectores: obrero, campesino, indígena, juvenil, de mujeres, empresarial, profesionistas, intelectuales y de los sectores marginados o socialmente excluidos como los migrantes y los desempleados.

2. La relación entre Partido y Movimientos Sociales deberá desarrollarse conforme a la situación histórica de cada país bajo el criterio general de respetar su autonomía, sus espacios, sus órganos de representación y decisión, su identidad, su naturaleza y hasta su protagonismo.

3. La relación entre Partido y Movimientos sociales, más que una cuestión orgánica, debe darse sobre la base de la identidad en el programa, la estrategia y la táctica en la lucha por el poder.

4. Hacer que el movimiento social avance programáticamente encaminándose hacia la lucha política por la toma del poder.

Las demandas gremiales de los movimientos sociales, se deben convertir cada vez mas en luchas políticas contra los gobiernos conservadores.

5. Lograr que donde el partido haya conquistado espacios de gobierno y representación, los movimientos sociales participen activamente en las tareas del nuveo gobierno, coadyuvante en las provincias, en las comunidades, en los municipios, en las colonias, y en las grandes ciudades, en el diseño y la puesta en marcha de programas de gobierno acorde a sus necesidades. La intención es impulsar desde los espacios del poder público, la desentralización y mecanismos de participación social y ciudadana.

6. Lograr que la conquista de espacios de gobierno no se transforme en mediatización y conservadurismo de los movimientos sociales, ya que buscamos construir una nueva relación entre organizaciones sociales y el gobierno acabando con la relación subordinada y autoritaria.

II. Sobre Alianzas Estrategicas y Programaticas:

1. Se considera que dentro del proceso de la toma y mantenimiento del poder es indispensable la alianza estratégica y programática entre el partido y los Movimiento Sociales. Esta debe permitir construir el poder en forma horizontal con diferentes sectores de la sociedad: trabajadores, pobladores, indígenas, campesinos, mujeres y la población especialmente los pobres y excluidos.

2. La alianza estratégica debe basarse en programas, contenidos, agendas de trabajo que garanticen verdaderos espacios de participación social y beneficios sociales: educación, salud, empleo, tierras, etc., y debe generar una correcta concepción de la conciencia revolucionaria.

3. Los Partidos Políticos de izquierda deben de obtener la mayoría política a través de un contacto permanente con la gente, levantando las banderas de los Movimientos Sociales. Los Partidos no deben tener como objetivo unicamente conquistar el gobierno, sino alcanzar el pdoer real en todo el sentido de la palabra, y esto pasa por lograr una correlación de fuerzas favorable. La alianza de los Partidos Políticos con los Movimientos sociales debe hacerse sobre objetivos comunes y planteamientos programáticos.

III. Proceso de Regionalizacion / Globalizacion.

1. Impulsar el fortalecimiento de Foros Regionales y Sub-Regionales y lograr la participación activa de los Movimientos Sociales en espacios públicos y políticos como: Parlacen, ICIC, Cocentra, Mercosur, Jubileo, Pacto Andino, Iniciativa del Caribe, etc.

2. Realizar un trabajo en conjunto sobre el foro social latinoamericano, que nos permita contar con un espacio para la construcción y presentación de propuestas, fortaleciendo la agenda social, desde la perspectiva de los y las trabajador@s y diferentes sectores populares. Introducir la agenda social, en todos los referentes de trabajo de redes latinoamericanas, elaborando una propuesta de modelo económico a fin de que los partidos políticos asuman este compromiso.

3. En los procesos de integración es necesario revisar la posicion real de partidos y movimientos sociales que permita articular alianzas serias y responsables con políticas locales, regionales y latinoamericanas, asimilando todos la problemática social latinoamericana.

IV. Sobre Procesos Electorales.

1. Ratificar al socialismo como sistema alternativo ante el capitalismo, promoviendo la unidad de los Movimientos Sociales y Partidos Políticos de izquierda para construirlo, considerando los procesos electorales como una forma de lucha.

2. Los partidos de izquierda deben construir su plataforma electoral y política a partir de las agendas de los Movimientos Sociales. La fuerza popular debe obligar a los partidos políticos a cumplir su oferta electoral.

3. Los partidos políticos y los movimientos sociales deben luchar por modificar las leyes electorales en cada país para mejorar la posibilidad de conquistar espacios de poder para las grandes mayorías.

V. Sobre la autonomía de los Movimientos Sociales.

1. Los Movimientos Sociales deben ser sujetos protagónicos y los Partidos Políticos deben respetar la identidad y autonomía de los Movimientos Sociales.

2. Los Movimientos Sociales deben recuperar su vocación de construir poder, y deben luchar por espacios en todos los ámbitos de la sociedad y su autonomía debe ser un planteamiento estratégico para capitalizar fuerzas sociales.

3. Se reconoce que los Movimientos Sociales son espacios heterogéneos, y deben ver al Partido Politico como un referente ideológico. Los planteamientos de los Partidos Políticos deben sustentarse en las propuestas de los Movimientos Sociales, los Partidos Políticos no pueden castrar las dinámicas y capacidades de discusión de los Movimientos Populares, y estos no pueden ver la autonomía como la negación del vínculo con los partidos políticos y de sus relaciones de respeto mutuo y alianza estratégica.

DECLARAÇÃO FINAL

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

Havana, Cuba, 4 a 7 de dezembro de 2001

O X Encontro do Foro de São Paulo se realizou em Havana, Cuba, entre os dias 4 e 7 de dezembro de 2001, com a participação de 518 delegados provenientes de 81 países da América Latina e do Caribe, América do Norte, Europa, Ásia, África, Médio Oriente e Austrália, representantes de 74 partidos e movimentos políticos membros e de 127 partidos e organizações convidados.

No contexto de um ambiente bélico e uma crise política, econômica, social e moral sem precedentes, o X Encontro ratifica seu compromisso com as bandeiras da independência nacional, justiça social, paz, democracia e internacionalismo; reitera a disposição de redobrar sua luta por um projeto econômico, social e político que se identifique com esses princípios, e por uma ordem internacional alternativa, que reverta o caráter subordinado de nossos países e responda aos interesses das grandes maiorias.

O X Encontro do FSP confirma a vitalidade, pertinência e vigência deste espaço, que se identifica de esquerda, anti-imperialista, anti-neoliberal, contra todas as manifestações de colonialismo e neocolonialismo, solidário e participativo na formulação de projetos alternativos para os povos da América Latina e Caribe, convencidos de que um mundo melhor é possível.

Este X Encontro teve em Cuba um cenário de alto valor simbólico, pelo que este país representa para a esquerda do continente, por sua dignidade, como exemplo de resistência e por seu forte compromisso com os princípios que guiam o Foro. Aqui vai o agradecimento de todos os participantes ao povo cubano, pela fraternal acolhida que nos dispensou, e ao Partido Comunista de Cuba, por sua capacidade organizadora e contribuição, em todos os aspectos, ao êxito desta reunião, que se caracterizou pelo clima fraternal, a disposição construtiva de todas as delegações e o valioso conteúdo dos aportes realizados.

Sirva este reconhecimento igualmente ao Grupo de Trabalho e a todas as organizações que contribuíram para a preparação do X Encontro. De maneira especial se reconhece a numerosa participação de organizações do Caribe e a incorporação crescente de novas organizações da área andina.

CONTEXTO INTERNACIONAL

Existe consenso na análise do contexto sócio-econômico e político que serve de marco a este Encontro, caracterizado pelo crescente controle da produção, a comercialização de bens e serviços, assim como dos fluxos financeiros por parte de um reduzido número de países desenvolvidos e de mega-empresas transnacionais, que a sua vez, são os agentes protagonistas do processo de globalização neoliberal. Este, longe de propiciar uma participação mais homogênea dos diferentes países na economia mundial, acentuou a diferenciação entre os desenvolvidos e sua periferia, marginalizou ainda mais a esta e incrementou a polarização da riqueza ao interior de ambos os grupos de países.

Os participantes no X Encontro debateram particularmente a situação econômica e social da América Latina e Caribe. Ressaltam os magros crescimentos logrados na última década, que estão abaixo de suas necessidades e potencialidades, e os débeis cimentos nos quais se assentam, dada a ausência de sólidas bases endógenas para sua sustentabilidade.

A distribuição de suas rendas é a mais regressiva do mundo, acompanhada de penosa lentidão no progresso educacional e científico técnico, inquietantes manifestações de volatilidade, insegurança econômica, alarmantes fluxos migratórios, corrupção e violência. A eliminação da pobreza se identificou como o maior desafio da região, especialmente suas manifestações nos segmentos populacionais mais vulneráveis: as crianças, as mulheres, os idosos e, no caso dos povos indígenas, por sua dupla condição de indígenas e pobres.

Se aos riscos antes mencionados se agrega o problema não resolvido da distribuição da terra, o aumento da brecha que separa a América Latina e o Caribe dos países desenvolvidos, a perda de participação relativa da região na economia mundial, a insatisfação expressada pelos cidadãos e o crescente endividamento externo, pode demonstrar-se que o neoliberalismo – dirigido a reforçar o poder do capital financeiro transnacional – contrariamente ao que proclama seu discurso, tem um caráter destrutivo sobre as economias e as sociedades, como o evidencia sua incapacidade para reativar a produção, gerar emprego, elevar a renda e reverter o processo de marginalização. Ele se traduz abertamente em uma crise do paradigma hegemônico e do chamado "pensamento único".

Pode-se lograr objetivos de mais longo alcance deixando de lado a influência dos argumentos que sustentam o pensamento dominante, que limita o aproveitamento das forças produtivas porque se opõe às mudanças nas relações sociais exigidas pelos níveis atuais do desenvolvimento científico técnico. O anterior está vinculado à dependência do imperialismo e à subordinação das classes dominantes de cada país, que impossibilitam resolver os problemas de nossa região sem modificar essas relações para avançar até um projeto alternativo.

Nenhuma proposta distinta de sociedade, de construção de Estados Nacionais com desenvolvimentos soberanos, poderá se edificar se continua a transferência líquida de riquezas aos bancos e aos Estados imperialistas, por isso é necessário exigir o fim dos processos de privatização e impedir a escalada indiscriminada de apropriação dos recursos estratégicos da região em beneficio do capital transnacional e sus aliados.

A vertiginosa velocidade do processo de globalização em curso, apoiada no avanço do progresso científico técnico e a expansão das novas tecnologias da informação e as telecomunicações, coincide com uma ordem econômica internacional e uma organização da sociedade que resultam inaceitáveis e que distorcem o próprio desenvolvimento material da humanidade. Por isso lutamos por outra globalização: a da solidariedade, justiça, eqüidade, vigência plena da democracia, respeito à diversidade, à autonomia, à identidade pluricultural e os direitos dos povos; ainda que também entendemos que o fundamental está na libertação de cada país.

Los atentados do 11 de setembro de Nova York, Washington e Pensylvania agravaram a situação internacional, gerando uma nova conjuntura e abrindo um processo de imprevisíveis conseqüências.

O Foro de São Paulo se solidarizou de imediato com as vítimas desses atos criminais e reivindicou o caminho da paz e da justiça como o único válido para derrotar o terrorismo, reiterando sua solidariedade com todos aqueles que sofrem suas conseqüências. Nós, partidos e movimentos pertencentes a povos que sofreram e sofrem os terríveis efeitos do terrorismo de Estado, estamos contra todas as manifestações de terrorismo, por razões éticas, morais, humanitárias e políticas.

Esses lamentáveis acontecimentos propiciaram o marco para legitimar uma política, até então encoberta, expressada hoje nos perigosos termos da Doutrina Bush: "ou estão conosco ou estão com os terroristas". A recentemente aprovada lei por parte dos EUA, titulada "Unindo e fortalecendo a América provendo-lhe as ferramentas apropriadas para interpretar e obstruir o terrorismo (USA PATRIOT ACT)" merece ser condenada por este Encontro, não só pelos efeitos imediatos contra o povo dos EUA, mas também pelo caráter extraterritorial de sua aplicação, a qual se inscreve no propósito de estabelecer uma legalidade imperialista em prejuízo de nossos povos. Não aceitamos a opção desta disjuntiva que se nos mostra e rechaçamos o papel de polícia do mundo que se auto-adjudicam os EUA.

Deste modo, estamos convencidos de que não é com ações bélicas, nem violando o direito internacional, nem com desdobramento militar em escala planetária que se combate o terrorismo. Que, pelo contrário, a doutrina Bush está gerando um ressurgimento da intolerância, racismo, xenofobia, discriminação e mais vítimas

inocentes, além da exacerbação de fundamentalismos irracionais.

Rechaçamos todo intento de apresentar como terroristas os movimentos de liberação nacional, o chamado movimento antiglobalização, a esquerda, os movimentos sociais e progressistas. Reafirmamos o direito de nossos povos de saber a verdade e de obter justiça em relação aos terroristas de Estado que hoje continuam impunes.

No contexto da denominada luta anti-terrorista, a "Carta Democrática da OEA e a reativação do TIAR" se convertem em uma camisa de força para negar a soberania popular, controlar os processos de mudança e legitimar eventuais intervenções, mediante mecanismos de bloqueio ou ações militares coletivas.

No atual cenário global, o Plano Colômbia assume um novo protagonismo e funcionalidade à estratégia norte-americana, intervencionista no âmbito militar e neocolonial no econômico e institucional.

Esta realidade, relativamente encoberta até 11 de setembro, se complementa com a presença das bases militares norte-americanas, cujas atividades contribuem para sustentar as políticas econômicas e sociais dos países onde se converteram em exércitos de ocupação e desde onde apoiam ações de contra-insurgência e repressão. Erguem-se assim em uma constante ameaça para os regimes que defendem projetos políticos contrários aos interesses do imperialismo. Pretende-se sobrepor a debilidade política dos EUA com a apelação à supremacia militar.

Dentro da estratégia integral de dominação se pretende apresentar o Plano Colômbia e seu complemento, a Iniciativa Regional Andina e ao Plano Puebla-Panamá, como projetos de desenvolvimento e humanitários, sendo seu verdadeiro objetivo o controle e a apropriação dos recursos estratégicos, energéticos e de biodiversidade. Para complementar estes objetivos pretendem a dolarização das economias regionais e a eliminação de toda resposta popular, desde a social até a insurgente. O X Foro reafirma seu apoio à saída política dos conflitos armados da região e reclama o direito de seus povos a decidir seus destinos em pleno exercício de suas autonomias.

Respaldamos firmemente o direito inalienável à autodeterminação e independência dos povos latino-americanos e caribenhos submetidos à dominação colonial (Porto Rico, Guadalupe, Martinica, San Marteen, Guiana Francesa e as Antilhas Holandesas). Apoiamos o chamamento feito pela ONU para eliminar essa humilhante e anacrônica forma de dominação ao proclamar o período 2000-2010 como a Segunda Década pela Erradicação Total do Colonialismo. Durante este ano se intensificou em Porto Rico a luta por tirar a marinha de guerra dos EUA da ilha município de Vieques, luta que conta com a simpatia e admiração de nossos povos,

e à qual o Foro de São Paulo reitera seu mais completo apoio.

Os crescentes protestos contra a atual ordem, que rechaça a mercantilização globalizada, imposta a todas as esferas, e que começou a rachar o triunfalismo neoliberal e também sua onipotência, obrigaram as principais potências capitalistas e os organismos internacionais a edulcorar suas linguagens e propostas porque as maciças mobilizações para combater as políticas emanadas desses centros hegemônicos não puderam ser desconhecidas, nem subestimadas.

A força demonstrada pela Cúpula dos Povos, Fórum Social Mundial de Porto Alegre e outras ações, evidenciam também que o Foro de São Paulo, como espaço aberto e plural de coordenação de iniciativas políticas das forças progressistas e de esquerda de nossa América, tem diante de si uma nova etapa de trabalho. Necessitamos generalizar a resistência, aprofundar a proposta, desenvolver a consciência de toda a sociedade civil e potencializar o poder contestador e a capacidade negociadora das organizações sociais, das redes, movimentos e partidos que se opõe ao neoliberalismo.

O objetivo de acumular forças, visto como um processo, está vigente para nosso Foro; devemos continuar sendo um referente para a luta pela defesa dos legítimos interesses das maiorias, organizadas ou não; e devemos potencializar nossa incidência sobre a estratégia e as ações dos movimentos sociais e populares da região latino-americana e caribenha, ao mesmo tempo que continuamos ampliando e fortalecendo as relações com partidos progressistas e de esquerda de outras latitudes. Estas alianças resultam essenciais para avançar na busca de alternativas à ordem internacional vigente.

DESAFIOS PARA A ESQUERDA

Frente aos desafios e à responsabilidade histórica que tem o conjunto da esquerda, é imprescindível desenvolver uma série de ações que contribuam para a definição de objetivos estratégicos, o qual é possível a partir da construção da unidade em todos seus espaços de ação e respeitar a diversidade regional existente no interior de nossos países.

Assistimos a importantes avanços das forças de esquerda e progressistas, atuando sós ou como parte de amplas coalizões, em vários países de nosso continente, com importantes resultados eleitorais, e em alguns deles com possibilidades reais de alcançar governos nacionais e locais nos próximos anos, por via da acumulação eleitoral e pelo caminho das lutas populares mais diversas.

É indispensável articular reflexões, construir consensos e propiciar ações que envolvam a militância partidária de mulheres e homens com o movimento social e a

luta dos povos indígenas, em um processo que construa tecidos de poder alternativo, respeitando seus processos e autonomias.

Se estas propostas não encontraram eco e sujeitos político-sociais para se imporem na esfera política, tampouco poderão triunfar. Em última instância, os projetos coletivos só triunfarão se se expressarem em decisões políticas que mudem o Estado, construam alianças regionais e estabeleçam uma política internacional que aponte para uma mudança na correlação de forças e para a democratização das instâncias de decisão no âmbito mundial.

Adicionalmente é um imperativo que a esquerda e o movimento social dêem conta das mudanças e impactos da globalização neoliberal no tecido social, o qual permitiria identificar outros aliados que o próprio processo de exclusão e exploração econômica gerou e que até há pouco não podiam ser considerados como tais. Chamamos a atenção especialmente à necessidade da participação dos jovens e garantir sua representação nas instâncias de decisão.

Este caminho implica não só se opor ao neoliberalismo, como também à acumulação das forças de mudança, e propor e implementar alternativas na construção de um novo modelo social para alcançar um governo nacional, popular, democrático e anti-imperialista. Os Partidos do Foro de São Paulo assumem o compromisso de desenvolver estratégias, programas e políticas públicas dirigidas a fomentar a igualdade de direitos e oportunidades entre os gêneros. Ao mesmo tempo promover a discussão sobre a identidade e direitos dos povos indígenas que inclui a eliminação de concepções e práticas discriminatórias que ainda persistem no seio de nossas organizações e partidos.

Devemos gerar práticas de democracia participativa, adotando mecanismos que possibilitem a participação popular nas decisões de governo, promovendo desta maneira a construção da cidadania.

Ao cumprir-se uma frutífera década do Foro de São Paulo, estamos ante o desafio de uma nova etapa: definir as grandes linhas da proposta alternativa – que se concretizará em cada país de acordo com as peculiaridades nacionais e as condições específicas – aproveitando a experiência que a esquerda adquiriu.

Insistimos na transformação política, em convergência com as demandas sociais, e como via imprescindível para alcançá-las. Esta reivindicação do aspecto político é uma responsabilidade que os partidos e as organizações do Foro de São Paulo devemos assumir plenamente, em uma época histórica em que essa atividade foi desprestigiada pela corrupção, clientelismo e políticas sociais e econômicas que deram as costas aos povos.

O PROJETO ALTERNATIVO

Duas condições são essenciais para pôr em marcha e sustentabilidade deste projeto:

a) A prioridade dos objetivos sociais em oposição à condição de elementos residuais à qual foram relegados pelas políticas neoliberais.

b) A recuperação dos espaços de soberania econômica e política nas relações com os países centrais e os núcleos de decisão da economia global.

Entre os eixos principais de um projeto alternativo figuram o resgate do desenvolvimento e a soberania; o impulso a os processos de integração regional como forma de inserção na economia mundial; a construção de autênticas democracias participativas, considerando o papel crescente da mulher e os jovens, a secular e profunda luta dos povos indígenas e a luta contra todas as formas de exploração, opressão econômica e alienação dos cidadãos.

Estamos pela defesa de todas as formas de propriedade social existentes em nossa região (cooperativa, estatal, áreas de propriedade dos trabalhadores, comunitária, originária etc.) e pelo desenvolvimento de formas de economia popular que permitam tanto estratégias de sobrevivência, de exercício da democracia econômica, de respeito real à biodiversidade, como a construção de redes de comercialização alternativa e consumo ético.

O referente principal de qualquer projeto emancipador não é o crescimento, mas também o desenvolvimento, em uma perspectiva multi-dimensional, que eleja mulheres e homens e não o dinheiro como o principal sujeito desse processo; propicie as condições para o crescimento estável e sustentado; impulsione mudanças estruturais, a equidade na distribuição da riqueza; garanta igualdade de oportunidades no acesso aos serviços sociais; preserve o meio ambiente, e respeite a realidade pluricultural e multiétnica de nossos povos.

Com respeito aos processos de integração regional, o Foro está claramente a favor de reorientá-los e aprofundá-los para avançar até um nível superior de integração, uma verdadeira Comunidade Latino-americana de Nações e povos originários ou indígenas.

Mas hoje nossa América está submetida à ameaça de desarticular os precários intentos de integração em marcha devido ao qual o Foro se pronuncia por rechaçar o projeto geoestratégico de dominação concebido através da ALCA, devido a que:

- Aprofunda o modelo neoliberal que prevaleceu nos últimos anos, com nefasto

resultado para os povos latino-americanos.

- Pretende uma abertura total e imediata das economias latino-americanas e caribenhas em um momento de profunda crise econômica e social da região.

- Oferece garantias absolutas só aos interesses corporativos do grande capital, especialmente as empresas transnacionais norte-americanas, por cima dos Estados nacionais.

- Significa uma maior restrição da soberania sobre as políticas econômicas nacionais e limita ainda mais o exercício do poder político por parte dos governos e as possibilidades de desenvolvimento endógeno da região.

- Viola direitos dos povos acolhidos em nossas Constituições.

- Não toma em consideração as grandes disparidades entre os países firmantes, pondo ênfase na reciprocidade e não na preferencialidade.

- causa Impacto muito negativamente nos mercados laborais, torna ainda mais precárias as condições de trabalho, debilita o segurança alimentar e acelera a desarticulação do setor agropecuário.

- Atenta ainda mais contra as identidades pluriculturais e os direitos dos povos indígenas.

- Incrementa a sobrexploração e produz a desapropriação de nossos recursos naturais e das reservas de biodiversidade e agrava a deterioção do meio ambiente.

- Por razões de diferenças históricos entre os quais se conta a ausência de ética de Estados Unidos ante seus compromissos internacionais.

O Foro levanta como alternativa à ALCA o desenvolvimento e potencialização dos processos de integração reais de América Latina e Caribe e a convergência entre eles, transcendendo os aspectos comerciais e a lógica neoliberal que sustenta os Acordos de Livre Comércio, e focalizando-os até os objetivos do desenvolvimento sustentável e a vinculação das sociedades, o qual supõe ressaltar a dimensão política como pilar destes projetos. Esta integração deve ser dotada de mecanismos para enfrentar as desigualdades prevalecentes entre os países; e ao interior destes, entre os diferentes grupos sociais, promovendo a equidade de gêneros e o reconhecimento da identidade e os direitos dos povos indígenas. Adicionalmente devem prestar atenção à cooperação produtiva e tecnológica, assim como ao fortalecimento da independência monetária, enfrentando o crescente processo de

dolarização.

Promovemos um projeto de integração com forte participação do Estado e controle do mundo do trabalho, que permita projetos comuns que apontem a novas formas de produção e propriedade, assim como a uma distribuição eqüitativa da riqueza. Propomos a criação de bancos interestatais de desenvolvimento, projetos energéticos conjuntos e pactos de produtores que favoreçam a industrialização de produtos agrícolas e minerais a escala global. Trata-se de uma integração horizontal, respeitosa das dimensões regionais e capaz de ser impulsionada com ações de luta comuns em cada sub-região e entre elas.

Sustentamos que todo projeto regional que envolva nossos países deverá ser amplamente informado, discutido e avaliado previamente pela cidadania, os povos indígenas em suas próprias formas de discussão e pelos setores sociais e forças políticas de cada país. O Foro considera fundamental a incorporação crescente das mulheres e os jovens, de suas organizações e movimentos como uma força decisiva neste processo.

Nenhum projeto de desenvolvimento e integração é viável em nossa região sem remover o obstáculo que interpõe a dívida externa, pelo qual este Foro se pronunciou pela criação de um Pacto de Devedores que defenda o direito de cada país de negociar ou não pagar a dívida externa ilegítima e fraudulenta.

Avançar na recuperação e desenvolvimento do pensamento emancipador em nossa América.

Os partidos e movimentos integrantes do Foro de São Paulo reafirmamos nosso compromisso com os princípios humanistas que defenderam nossos heróis e mártires. Nossa luta é pela transformação política, econômica e social e também uma batalha de idéias por um mundo melhor.

Havana, Cuba, 7 de dezembro 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE AURY SARA MARRUGO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO DE DENÚNCIA CONTRA O ASSASSINATO DO COMPANHEIRO AURY SARA MARRUGO

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido do 4 a 7 de dezembro de 2001 em Havana, Cuba:

CONSIDERANDO:

1. Que a 2 de dezembro, foi encontrado com sinais de tortura o corpo do companheiro Aury Sara Marrugo, Presidente da União Sindical Operária – USO, em Cartagena, desaparecido desde 29 de novembro passado.

2. Que o caso dos companheiros sindicalistas merece atenção especial, pois neste ano que termina foram assassinados 147 lutadores sindicais na Colômbia. Ano passado foram assassinados 90 no mundo, dos quais 69 colombianos.

3. Que na crescente luta popular na Colômbia, os paramilitares, com o auspício e a cumplicidade oficial, seguem desenvolvendo uma sistemática política de terrorismo de Estado e de repressão, assassinando e encarcerando lutadores populares e sociais.

RESOLVE:

1. Repudiar estes fatos e a política que os sustenta.

2. Exigir do governo colombiano o cumprimento dos compromissos de combater o paramilitarismo e responder por plenos direitos e garantias para os que desenvolvem a luta sindical e social.

3. Exortar aos partidos e movimentos políticos assistentes a este Encontro para manifestar de maneira pública seu rechaço a esta situação e castigo exemplar para os culpados, fazendo chegar a todas as instâncias possíveis, iniciando pelo Presidente da Colômbia, Sr. Andrés Pastrana A.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE AFEGANISTÃO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO DE CONDENAÇÃO À AGRESSÃO BÉLICA CONTRA O POVO DO AFEGANISTÃO

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001, em Havana, Cuba, condena a agressão bélica contra o povo do Afeganistão, em especial pelas perdas de vidas inocentes e as graves conseqüências sociais da guerra para todo o povo.

O Foro reafirma seu compromisso pela paz e a plena vigência do Direito Internacional, que garanta a defesa universal dos Direitos Humanos para todos os povos.

Cidade de Havana, 7 de dezembro do 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE EVO MORALES

X ENCONTRO DO FORO DO SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE REPRESSÃO A DEPUTADO BOLIVIANO

O X Encontro do Foro do São Paulo, em Assembléia Plenária, expressa sua preocupação pelo infame atentado à democracia boliviana, através da descarada intervenção da embaixada de uma potência estrangeira ao exigir dos partidos políticos que tirem a imunidade parlamentar do deputado camponês Evo Morales Ayma, por sua luta veemente a favor dos camponeses cocaleros e pela ofensa que isso significa para o império.

O Foro do São Paulo denuncia ante a opinião pública internacional esta grosseira pretensão e se solidariza com a luta dos camponeses bolivianos, dos cocaleros e do povo boliviano em geral. Exige respeito aos partidos políticos e rechaça categoricamente toda forma de intervenção estrangeira que signifique menosprezo da soberania política e nacional.

As lutas sociais pretendem ser aplainadas em nossos países com o poder imperialista; depois de 11 de setembro, os dirigentes camponeses são acusados de "terroristas" e, como se sabe, suas formas pacíficas da luta têm sido a greve e o bloqueio de estradas. A nova caça às bruxas começou. Hoje são os dirigentes camponeses e amanhã qualquer dirigente político cujas ações ou declarações incomodem ou ponham obstáculos ao cumprimento das ordens imperiais.

O Foro do São Paulo exorta os parlamentares bolivianos a resistir à pressão, a não ceder à vergonha que significa não defender a soberania. A dignidade política passa necessariamente pela coragem de defender o que somos. Se não nos respeitamos a nós mesmos, ninguém nos vai respeitar, e menos ainda nossos povos.

Solicitamos à Secretaria do Foro a publicação desta Resolução e seu envio com nota expressa à Câmara dos Deputados do Parlamento Boliviano, à brevidade possível.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO DE CONDENAÇÃO PLANO COLÔMBIA E APOIO AO POVO COLOMBIANO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO DE CONDENAÇÃO AO PLANO COLÔMBIA E DE SOLIDARIEDADE COM A LUTA DO POVO COLOMBIANO

O X Encontro do Foro de São Paulo reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001, em Havana, Cuba.

CONSIDERANDO:

1. A grave crise econômica, política e social que sofre o povo colombiano, produto das políticas desenvolvidas pelo Estado e seus diferentes governos, aplicando as imposições do Império e as receitas do Fundo Monetário Internacional – FMI.

2. A justa e necessária luta de colombianas e colombianos por construir a sociedade que merecem, em paz, com justiça social, dignidade e soberania.

3. O desenvolvimento de medidas imperiais como o Plano Colômbia e seu complemento, a Iniciativa Regional Andina, verdadeiros planos de guerra contra o povo colombiano, latino-americano e caribenho.

4. O terrorismo de Estado que segue assassinando a população civil paralisada pela ação de seus grupos paramilitares.

RESOLVE:

5. Apoiar e encoraja os processos de diálogos desenvolvidos pelas FARC – Exército do Povo e o ELN, em busca de soluções diferentes à guerra para a grave crise colombiana e o conflito social, político e armado, ficando à disposição, na medida de nossas possibilidades e as necessidades dos processos.

6. Manifestar sua solidariedade e reconhecimento com a Frente Social e Política como expressão importante da organização de colombianos e colombianas no desenvolvimento da luta por seus direitos.

7. Repudiar e condenar novamente o Plano Colômbia e seu complemento, a Iniciativa Regional Andina, e organizar a resistência popular como parte da corrente de lutas contra a dominação neocolonial da qual fazem parte megaprojetos como a

ALCA.

8. Manifestar publicamente, como forças e movimentos políticos anti-imperialistas, nossa defesa aos direitos de rebelião e autodeterminação dos povos do mundo e rechaçar o qualificativo de terroristas para toda forma de resistência.

9. Ratificar a legitimidade, justeza e necessidade da luta das organizações colombianas e solidarizar-nos com elas.

10. Condenar energicamente o terrorismo de Estado e demandar castigo ao paramilitarismo e seus responsáveis materiais e intelectuais, nacionais e estrangeiros.

11. Reivindicar o reconhecimento dos presos políticos e sindicais na Colômbia e exigir sua liberdade imediata. Pedir o pleno exercício do direito à defesa e a aplicação urgente das recomendações da ONU para modificar as condições carcerárias deploráveis em contradição com as normas elementares da dignidade humana.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E MST NO BRASIL

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE A REFORMA AGRÁRIA E O MOVIMIENTO DOS SEM TERRA DO BRASIL

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001, em Havana, Cuba, se solidariza com a luta pela Reforma Agrária no Brasil, em especial com o Movimento Sem Terra (MST), cujos participantes são vítimas da repressão e das políticas de criminalização dos movimentos sociais.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001

RESOLUÇÃO SOBRE OS 5 PRESOS CUBANOS NOS EUA

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE OS CINCO PATRIOTAS CUBANOS ENCARCERADOS NOS ESTADOS UNIDOS

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido no Palácio das Convenções, adota a seguinte Resolução:

1. Demandar a liberdade dos cinco patriotas injustamente presos em cárceres dos Estados Unidos – em Miami.

2. Que nossa solidariedade chegue até as prisões norte-americanas e faça saber a René, Gerardo, Fernando, Antonio e Ramón que os partidos e organizações reunidos aqui reconhecem essa entrega e patriotismo refletido em sua digna dedicação em evitar que sua pátria seja objeto de ações terroristas.

Nosso reconhecimento a estes cinco dignos filhos da Pátria Martiana.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE HAITI

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE HAITI

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001, em Havana, Cuba, chama a atenção sobre as conseqüências das eleições fraudulentas de ano de 2000 no Haiti, que exasperaram uma prolongada crise institucional, evidenciando a incapacidade do governo populista e corrupto de Aristide em encarar os graves problemas da nação. Crescem a miséria e o descontentamento, enquanto a repressão e as violações dos direitos humanos nutrem uma crescente instabilidade e polarização política. As repetidas missões de conciliação empreendidas pela OEA e o CARICOM não puderam ainda facilitar uma saída negociada entre o poder Lavalas e a Convergência Democrática, a qual, com o apoio de amplos setores da população se mostra como a alternativa a este regime personalista que frustrou as esperanças populares.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE EQUADOR

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE EQUADOR

O X Encontro do Foro de São Paulo, frente à importância geopolítica da região andina, reconhece os logros na luta e resistência social que o povo equatoriano alcançou no contexto da profunda crise econômico-institucional que atravessa o país.

Por isso manifesta sua preocupação pelo aumento da repressão social através, sobretudo, da criação de grupos paramilitares que buscam intimidar os movimentos políticos de esquerda e as organizações populares, assim como a indiferença e impunidade que o Estado e o governo equatorianos apresentam nos casos do assassinato do legislador do MPD, Jaime Hurtado, do dirigente sindical socialista Saúl Cañar e dos dirigentes indígenas assassinados em ocasião do levantamento de janeiro de 2001, entre outros dirigentes sociais. Tudo isto inscrito na implementação do Plano Colômbia, hoje denominado Iniciativa Andina, que no Equador toma maior visibilidade na entrega da base de Manta a tropas dos Estados Unidos para a agressão às forças insurgentes colombianas e a perseguição ao regime de Hugo Chávez na Venezuela.

De igual forma, as intenções de dar corpo à ALCA se fundamentam no desaparecimento de uma política monetária soberana, aplicando a dolarização no Equador, com tantos custos sociais e produtivos nefastos, assim como em torpedear o débil processo de integração regional da Comunidade Andina de Nações.

Ante isto, resolve:

Respaldar os processos de diálogo e ação concertada que os partidos membros levam a cabo para um acionar político mais efetivo no Equador.

Sugerir ações conjuntas de organizações equatorianas e da região para impedir a instauração do plano de guerra e a anexação político-económica que a ALCA e a Iniciativa Andina propõem.

Apoiar as lutas de setores sociais e políticos frente às intenções de privatização de empresas públicas, enquanto se dedica cinqüenta por cento do orçamento do Estado para a dívida externa e o incremento de gastos militares, contrastando com o recorte orçamentário de políticas sociais previamente deficitárias e a impunidade

até agora garantida aos banqueiros que assaltaram os fundos dos equatorianos.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE PROF. JUAN BOSCH

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE HOMENAGEM PÓSTUMA AO PROFESSOR JUAN BOSCH

Mestre laborioso das letras e da palavra, o professor Juan Bosch dignificou o exercício da política ao desempenhar, com honestidade e respeito às liberdades públicas, a elevada função de Presidente da República.

* Propulsor de muitas das principais jornadas de luta empreendidas do exílio contra a tirania de Rafael Trujillo;

* Formador da consciência social com sentido humanista de amplos setores do povo dominicano, através de um discurso simples e direta, que ficou como modelo de educação popular;

* Inspirador da Constituição de 1963, a mais avançada das Cartas Magnas com que já contou a República Dominicana em toda sua história;

* Líder do Movimento Constitucionalista, Juan Bosch foi a cabeça política da explosão popular de 24 de abril de 1965, um dos acontecimentos mais relevantes na história republicana do povo dominicano; e

* Fundador dos Partidos Revolucionário Dominicano e da Liberação Dominicana, duas das maiores formações políticas da República Dominicana, destacou sua grande capacidade organizadora.

Tudo isto catapulta a figura de Bosch como um protagonista sobressalente da história nacional do passado século XX, identificado com os valores da liberdade, da democracia, da independência, do progresso e do bem-estar para os dominicanos e dominicanas.

Como parte destacada desse protagonismo, a vida e obra do fenecido Presidente se cristalizou como símbolo de cultura, componente indispensável para forjar uma sociedade dominicana dotada dos mais elevados instrumentos de civilização.

A extensa variedade de imagens e conceitos de grande beleza e profundidade, que se registram nas páginas dos seus numerosos escritos políticos e literários, os quais revelam o brilho da inteligência e da criatividade de Bosch, projeta-o como um dominicano universal.

Com sua morte, Juan Emílio Bosch Gaviño entra como grande herói na história do povo dominicano.

* Paz a seus restos

* Glória eterna a sua memória

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE MULHERES

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001 em Havana, Cuba, faz seus os Acordos adotados pela reunião de mulheres de dezenove países participantes nesta reunião e resolve:

1. Que o Grupo de Trabalho e os países sedes dos Encontros do Foro mantenham as Oficinas de Mulheres como espaço permanente.

2. Que os partidos políticos e organizações integrantes do Foro de São Paulo promovam uma participação eqüitativa de homens e mulheres em suas delegações e tenham em conta a diversidade étnica de seus países.

3. Que os documentos emanados do Foro sejam redigidos com enfoque de gênero.

Além disso, concorda-se em:

1. Manter uma rede eletrônica e de comunicação permanente.

2. Realizar uma Reunião de Mulheres no marco do Fórum Social Mundial, a celebrar-se em Porto Alegre, Brasil, de 30 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE POVOS INDÍGENAS NO MÉXICO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO MÉXICO

O X Foro de São Paulo demanda ao Governo mexicano:

1. A rediscussão e promoção de uma nova lei dos direitos e cultura dos povos indígenas com base nos acordos de San Andrés, Chiapas.

2. O desenvolvimento e julgamento dos grupos paramilitares e seus responsáveis em Chiapas e outros Estados como Oaxaca e Guerrero.

3. O esclarecimento imediato do assassinato da advogada Digna Ochoa, defensora dos direitos humanos, e particularmente dos camponeses ecologistas de Guerrero.

4. O Foro de São Paulo manda uma saudação solidária e fraterna ao Exército Zapatista de Liberação Nacional e demanda ao Governo o estabelecimento das condições necessárias para o diálogo e a paz com justiça.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE NICARÁGUA

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE NICARÁGUA

Denunciamos e condenamos o terrorismo eleitoral praticado pelo governo dos Estados Unidos contra o direito do sofrido e heróico povo da Nicarágua de eleger livremente seus governantes, sem intimidações nem ameaças diretas ou indiretas de forças exteriores.

As mensagens, discursos, declarações de imprensa ou comunicados, provenientes do Presidente Bush e de outros altos funcionários do governo norte-americano, só podiam ser entendidos como ameaças de novas agressões se o povo nicaragüense cometesse a ousadia de eleger uma vez mais a FSLN. Essas ameaçadoras declarações tinham um só propósito: infundir o terror entre os nicaragüenses. Mediante esse terrorismo eleitoral, Washington ganhou as eleições em um processo que só pode ser caracterizado como fraudulento pelo alto nível da intervenção norte-americana.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE PAZ NO ORIENTE MÉDIO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE A PAZ NO ORIENTE MÉDIO

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido do 4 a 7 de dezembro de 2001 em Havana, Cuba, compromete-se a trabalhar a favor do estabelecimento da paz justa e global na zona do Oriente Médio, em consonância com os princípios dos quais partiu o processo de paz na Conferência de Madri, e fundamentados sobre a base do cumprimento das Resoluções 242, 338 e 425 das Nações Unidas.

O Foro de São Paulo condena a escalada de violência na região e clama a retomada e a pronta conclusão das negociações de paz que garantam os direitos legítimos do povo da Palestina e outros povos ocupados no Oriente Médio.

Cidade de Havana, 7 de dezembro do 2001

RESOLUÇÃO SOBRE MUMIA ABU-JAMAL

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE MUMIA ABU JAMAL

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001 em Havana, Cuba, expressa sua solidariedade com Mumia Abu Jamal e reitera sua exigência de liberdade imediata. Condenamos as severas condições de encarceramento em que é mantido e a violação carcerária de seus direitos, atuação inumana com que se prolonga e aprofunda sua injusta prisão.

Havana, Cuba, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO DE APOIO AO PC CHILENO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO DE APOIO AO PARTIDO COMUNISTA DO CHILE

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido em Havana, Cuba, de 4 a 7 de dezembro de 2001, expressa sua solidariedade com o Partido Comunista do Chile e sua Secretária Geral, companheira Gladys Marín, ante o ataque e a investida realizada pela polícia militarizada desse país à sede do Comitê Central de seu Partido.

O X Encontro do Foro de São Paulo expressa sua profunda preocupação por este feito que afeta o Partido Comunista do Chile, membro desta organização, a somente dezessete dias das eleições gerais do Parlamento chileno.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE PORTO RICO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE PORTO RICO

CONSIDERANDO QUE o governo dos Estados Unidos da América invadiu o território nacional de Porto Rico em 25 de julho de 1898;

CONSIDERANDO QUE desde essa data, Porto Rico segue ocupado por forças militares estadunidenses e, desde então, o governo dos Estados Unidos sujeitou a nação porto-riquenha a um esmagador regime colonial;

CONSIDERANDO QUE a ocupação do território porto-riquenho tanto pelos corpos militares como pelas agências repressivas do governo estadunidense esteve dirigida até a subordinação da nação porto-riquenha e de sua população, ocasionando, entre outras coisas, uma diáspora em que cerca do 40% da população porto-riquenha atualmente viva nos próprios Estados Unidos da América;

CONSIDERANDO QUE para os Estados Unidos, todo o território nacional de Porto Rico constitui uma zona estratégica, dispondo de seu destino em claro desprezo ao direito internacional, o qual condena o colonialismo e consagra o direito a autodeterminação;

CONSIDERANDO QUE como resultado de mais de cem anos de colonialismo e de repressão desatada contra os lutadores anti-coloniais porto-riquenhos, ainda permanecem em cárceres norte-americanos seis presos políticos porto-riquenhos e outros tantos na clandestinidade;

CONSIDERANDO QUE em Vieques, um município com aproximadamente 9.400 habitantes, onde a marinha estadunidense se apoderou de três quartas partes de seu território e do qual nos dias de hoje ainda controlam cerca do 50%, e contamina o entorno natural, resultando nas mais altas taxas de incidência de mortalidade infantil, menor expectativa de vida, maior taxa de câncer e outras enfermidades em comparação ao resto da população de Porto Rico, sem ter a ilha de Vieques outros poluentes que não sejam as operações militares;

CONSIDERANDO QUE em Vieques, assim como em outras partes do território nacional porto-riquenho, os Estados Unidos e sua marinha experimentaram todo tipo de armas convencionais e não convencionais, incluindo as químicas, biológicas, de urânio enriquecido, e submarinos armados de armas nucleares, desafiando

assim o Tratado de Tlatelolco e o ditame do Tribunal Internacional de Justiça sobre as armas nucleares;

CONSIDERANDO QUE em Vieques e em outras partes do território nacional porto-riquenho se ensaiam as invasões que logo levaram a cabo em diversas nações de nosso hemisfério latino-americano assim como em outras partes do mundo;

CONSIDERANDO QUE a luta dos porto-riquenhos para tirar a marinha dos Estados Unidos da ilha de Vieques vem-se realizando há algumas décadas e se intensificou logo que, em 19 de abril de 1999, uma bomba lançada pela marinha matou o civil viequense David Zanes Rodríguez;

CONSIDERANDO QUE nos últimos dois anos, a luta dos porto-riquenhos pela paz em Vieques levou mais de mil e quinhentos lutadores pela paz em Vieques ante os tribunais do império, pessoas representativas de todos os setores da sociedade porto-riquenha, como estudantes, artistas, professores, religiosos de diversas denominações, figuras políticas e inclusive congressistas norte-americanos, dos quais centenas foram encarcerados, entre eles o prefeito de Vieques, Dámaso Serrano, condenado a quatro meses de cárcere e atualmente preso;

CONSIDERANDO QUE a escalada militar estadunidense se evidência também com a presença de múltiplas agências e aparatos de inteligência militar e civil, os quais incluem a sede do Exército Sul, o Comando de Operações Especiais e o Componente Naval do Comando Sul, o radar portátil – ROTHR, e outras facilidades para a espionagem dirigida contra países irmãos latino-americanos;

CONSIDERANDO QUE tanto o povo de Vieques como todo o povo de Porto Rico se expressou em repetidas ocasiões e por maioria absoluta, através de processos eleitorais, grandes manifestações, petições, plenárias e a desobediência civil pacífica, pela saída imediata da marinha estadunidense de Vieques;

CONSIDERANDO QUE Porto Rico, nação caribenha e latino-americana, membro indiscutível da grande família da Nossa América, constitui um dos últimos redutos coloniais em nosso hemisfério;

CONSIDERANDO QUE a permanência da presença militar dos Estados Unidos da América no território nacional porto-riquenho constitui, além de uma ofensa de todos os povos à vida e à liberdade, um perigo para a segurança e soberania de todas as nações do hemisfério;

CONSIDERANDO QUE o reclamo de todas as instituições da sociedade porto-riquenha a favor da saída da marinha dos Estados Unidos da ilha de Vieques foi respaldado a nível internacional pelo Comitê de Descolonização da Organização das

Nações Unidas, a Internacional Socialista, assim como diversas instituições desde a Argentina até Coréia e Japão;

RESOLVE este Foro de São Paulo, em assembléia reunida em 7 de dezembro do ano 2001 na cidade de Havana:

PRIMEIRO: exigir a saída imediata da ilha de Vieques de todos os agentes militares dos Estados Unidos, a despoluição de todos os terrenos ocupados durante os últimos 60 anos, sua devolução a seus legítimos donos, o povo de Porto Rico, e uma justa indenização às vítimas pelo dano sofrido.

SEGUNDO: exigir o fim imediato de toda prática militar dos corpos armados dos Estados Unidos da América no território nacional porto-riquenho e sua retirada do mesmo.

TERCEIRO: exigir do governo dos Estados Unidos da América a concessão de anistia total a todos os condenados pela luta para tirar a marinha estadunidense de solo viequense, a liberação imediata de seis patriotas que permanecem encarcerados por seu compromisso com a descolonização de Porto Rico e a permissão para o retorno à vida livre na sua comunidade aos que ainda são obrigados a viver na clandestinidade.

QUARTO exigir dos Estados Unidos da América o cumprimento das normas do Direito Internacional e as Resoluções da Organização das Nações Unidas que recalcam o direito dos porto-riquenhos à livre determinação e que, em acordo, promova um verdadeiro processo de descolonização que leve a nação porto-riquenha ao logro de sua plena soberania.

DISPÕE TAMBÉM:

PRIMEIRO: que esta Resolução se dê a conhecer tanto à imprensa nacional como internacional em todos os países membros deste Foro.

SEGUNDO: que esta Resolução se faça chegar aos parlamentos e governos deste hemisfério, ao Parlamento Europeu, e às pertinentes organizações internacionais governamentais e não-governamentais.

TERCEIRO: que os membros deste Foro de São Paulo iniciem gestões nos parlamentos dos respectivos países para que os mesmos se pronunciem a favor da desmilitarização e descolonização de Porto Rico, e especificamente a saída imediata da marinha estadunidense da ilha porto-riquenha de Vieques.

QUARTO: que se dê seguimento pelo Grupo de Trabalho deste Foro de São Paulo a este tema.

QUINTO: que, sendo o militarismo e o colonialismo um problema que compartilham várias nações da área do Caribe, sejam ambos temas ponto na agenda da assembléia deste Foro de São Paulo do ano 2002.

Cidade de Havana, 7 de dezembro do 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE BLOQUEIO AOS PAÍSES ÁRABES

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

SOBRE BLOQUEIO AOS PAÍSES ÁRABES

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001 em Havana, Cuba, censura e condena a prática de bloqueio a países por seus efeitos prejudiciais a seus povos, em particular os setores mais pobres.

Portanto, este Foro reclama o imediato levantamento das sanções contra os povos do Iraque, Líbia e Síria.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

DECLARAÇÃO SOBRE CARIBE COMO ZONA DE PAZ

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DO CARIBE COMO ZONA DE PAZ

Reunidos neste X Encontro do Foro de São Paulo em Cuba, de 4 a 7 de dezembro de 2001, em nome de Maurice Bishop, Walter Rodney, George Washes, Rosie Douglas, Juan Bosch e Che Guevara, conclamamos as Nações Unidas a declarar o Caribe como Zona de Paz.

O Caribe como Zona de Paz compreende os seguintes objetivos:

1. Eliminar todas as bases militares que existem na região do Caribe, tanto aquelas locadas nos Estados independentes como nos territórios dependentes.

2. Pôr fim a todos os pactos militares com potências alheias à região do Caribe.

3. O fim de todas as sanções comerciais, embargos ou bloqueios na região.

4. A conversão dos gastos com bases militares e com concessões não pagas em um Fundo Caribenho de ajuda em caso de desastres, com o fim de ajudar os Estados e territórios que enfrentam desastres naturais, e como parte do dividendo de paz que se propôs ao mundo com o fim da Guerra Fria.

5. A solução de todos os conflitos fronteiriços e reclamações territoriais mediante o arbítrio de instituições da região, com a anuência das Nações Unidas ou outros órgãos internacionais competentes.

6. A condenação de qualquer maneira de terrorismo contra os Estados.

7. A negação ao transporte de dejetos nucleares e seus materiais danosos pela região do Caribe.

8. Pôr fim à prática dos Estados que deportam para os países da área os criminosos que entraram em seu território e aí residiram por um período maior de 10 anos.

9. Pôr fim à "guerra das bananas", de longa data, que até agora empobreceu vários pequenos Estados anglófonos, através de uma conferência promovida pelas Nações Unidas, e que a OIT aceite e ponha em vigor os acordos que dela se derivem.

10. Que todos os países do Caribe que pertençam à Zona de Paz declarem e apliquem um Código de Direitos Humanos e Responsabilidades que garanta aos povos dos Países Membros a segurança das pessoas, a liberdade para que os Estados realizem ações de arbitragem, que garantam a todos os cidadãos o desfrute dos direitos à paz, ao saber, o direito à moradia, ao emprego, ao acesso à atenção médica básica e à educação.

Além disso, deve-se declarar que o extermínio dos povos autóctones da região constitui um crime de lesa humanidade, com as conseqüentes reparações que há que se pagar aos Estados membros.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001

RESOLUÇÃO SOBRE VENEZUELA

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO A FAVOR DA REVOLUÇÃO BOLIVARIANA DA VENEZUELA

O processo venezuelano enfrenta neste momento a agressão das correntes neoliberais e contra-revolucionárias, com o propósito de aniquilar a possibilidade de aprofundar as mudanças que encaminham o povo e o governo revolucionário da Venezuela, encabeçado pelo Presidente Hugo Chaves.

A ameaça crescente impulsionada do exterior é um fato real imediato que merece o rechaço de todas as organizações populares, progressistas e democráticas do mundo, particularmente dos povos latino-americanos e caribenhos.

Em tal sentido, o X Encontro do Foro de São Paulo concorda em expressar seu apoio ao processo revolucionário que acontece na Venezuela, assim como às organizações e movimentos comprometidos com o projeto, como expressão das forças populares que se encaminham ao logro da justiça social, fundamentada nos melhores princípios e valores da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, produto da vontade popular.

Finalmente, chamamos as organizações progressistas do continente e do mundo aqui representadas a que contribuam nos seus países para explicar a verdadeira natureza da Revolução Bolivariana, assim como promover um amplo movimento de solidariedade internacional com o povo da Venezuela e seu governo.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

PRONUNCIAMENTO SOBRE II ENCONTRO PELA PAZ NA COLÔMBIA

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

PRONUNCIAMENTO SOBRE O II ENCONTRO PELA PAZ NA COLÔMBIA

O X Encontro do Foro de São Paulo, realizado em Havana, Cuba, de 4 a 7 de dezembro do ano 2001, declara sua preocupação ante a acentuação da situação na Colômbia. As constantes matanças de camponeses em distintos lugares do país, ameaças, encarceramentos, desaparições de pessoas, constituem mostras da constante violação dos direitos humanos por parte do Governo colombiano, o qual provocou a resposta popular convertida em ações políticas, diplomáticas e guerrilheiras por parte do povo colombiano.

Nesse marco se realizou em San Salvador, durante os dias 20, 21 e 22 de julho deste ano, o I Encontro Internacional de Solidariedade e pela Paz na Colômbia e América Latina, realizado por iniciativa e sob a direção da FMLN de El Salvador. O II Encontro Internacional de Solidariedade e pela Paz na Colômbia e América Latina se celebrará na Cidade do México, nos dias 4 e 5 de março do próximo ano, tendo como anfitriões de dito evento os companheiros do Partido do Trabalho do México. O X Encontro se pronuncia por convidar todas as organizações e partidos membros do Foro de São Paulo a apoiar e participar ativamente deste evento.

Havana, Cuba, 7 de dezembro de 2001.

DECLARACIÓN FINAL DEL XI ENCUENTRO

DECLARACIÓN FINAL

XI ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO

Antigua, Guatemala, 2 al 4 de diciembre de 2002

1. Reunidos en La Antigua Guatemala, con motivo del XI Encuentro del Foro de São Paulo, realizado del 2 al 4 de diciembre de 2002, 595 representantes de 142 partidos y movimientos políticos de izquierda de 45 países de América, Europa, Asia, Africa, Medio Oriente y Oceanía, realizamos un balance de la evolución de la situación mundial y, en particular, de la agudización de la crisis política, económica y social que azota a la mayoría de los países de América Latina y el Caribe y de los trascendentales avances cosechados en las luchas de los pueblos de la región.

? Los participantes en este Encuentro expresan su reconocimiento a la dirección y la militancia de URNG, y al hermano pueblo guatemalteco por el cálido recibimiento dispensado y recuerdan con emoción la figura entrañable de Rolando Morán, dirigente histórico de nuestro Foro de São Paulo.

? El proceso de globalización capitalista da lugar a una estrategia de dominio político unilateral por parte de los Estados Unidos, que despliega una conducta belicista a escala planetaria, exacerbada después de los atentados del 11 de setiembre de 2001, desafiando la voluntad de paz de los pueblos y de la mayoría de los miembros de la comunidad internacional.

? Hoy el neoliberalismo sigue siendo la política de las principales grandes potencias, los organismos financieros internacionales y las elites gobernantes en América Latina. Sin embargo, crece día a día su crisis de credibilidad en los más amplios sectores sociales. Esa doctrina ya resulta incapaz de confundir y desmovilizar a los pueblos de la región: soplan vientos de cambio.

? En un mundo capitalista que se caracteriza por el aumento de la brecha entre ricos y pobres, la concentración del poder político, económico y militar, con su correlato de ampliación de la marginación y la exclusión social, de discriminación de género, racial, étnica, cultural, generacional y otras, la depredación del medio ambiente, de incremento de la amenaza y el uso de la fuerza militar, de la corrupción, el narcotráfico, el terrorismo y otros flagelos que ponen en riesgo el futuro de la humanidad, los partidos y movimientos políticos del Foro de São Paulo constatamos la certeza y la vigencia de las Declaraciones Políticas, Acuerdos y Resoluciones aprobados en nuestros diez encuentros anteriores. Como expresión de

la agudización de la crisis y de la madurez de nuestras luchas, hemos pasado de la crítica, al combate y del combate a la construcción de alternativas concretas al neoliberalismo.

? La reunión se efectuó bajo el impacto del triunfo del pueblo brasileño que consagró a Lula Presidente, con más de 52 millones de votos, expresión del amplio apoyo de fuerzas de izquierda, progresistas y democráticas. La conquista del gobierno en el mayor país del continente reafirma la validez de una política de alianzas de máxima amplitud y profundidad, conformada en torno al Partido de los Trabajadores con su programa de transformaciones sociales. Señalamos con satisfacción que la mayor parte de los partidos integrantes de la alianza tienen activa participación en el Foro de São Paulo desde su origen. Lula Presidente significa un punto de inflexión en el continente e insufla un poderoso aliento a todos los que luchan por la democracia en el plano político, económico y social.

? En Brasil, la esperanza venció al temor y permitió una victoria del "sí se puede" contra el pensamiento único. Fue un triunfo moral contra la corrupción, un punto de encuentro entre la ética y la política, una voluntad de cambio que llegó a todos los confines de ese inmenso país y se irradia a América Latina y el Caribe, abriendo perspectivas esperanzadoras a las luchas políticas y sociales que nuestros pueblos están llevando adelante contra las consecuencias nefastas de las políticas neoliberales, agravadas en el último período.

? Al triunfo de Lula se suma la victoria de Lucio Gutiérrez, candidato de la alianza Sociedad Patriótica 21 de enero y el movimiento Pachakutik, con el apoyo del Movimiento Popular Democrático, de partidos de izquierda y movimientos sociales. Se suman también el resultado electoral sin precedentes alcanzado por el movimiento indígena, campesino, popular y de izquierda boliviano a través de la candidatura de Evo Morales, el desarrollo de nuevas formas de organización y lucha popular en Argentina y el auge del movimiento social salvadoreño, peruano y uruguayo en contra de las privatizaciones, así como la lucha del pueblo puertorriqueño para sacar a la marina estadounidense de la isla de Vieques, anunciada para mayo del 2003.

? El proceso de consolidación de la revolución democrática popular en Venezuela y la redefinición hacia unas relaciones más soberanas en América Latina, constituye un mejor escenario para la lucha de nuestros pueblos. La resistencia popular frente a los golpistas y la solidaridad internacional son aspectos nodales para la defensa y el desarrollo del proceso de autodeterminación venezolana.

? Hay que aprovechar esta coyuntura para reafirmar nuestra histórica vocación integracionista y contribuir efectivamente en todas las regiones para cambiar los rumbos de los procesos de integración liderados hasta hoy por una visión

exclusivamente mercantilista. Profundizar la integración latinoamericana y caribeña significa, ante todo, priorizar la dimensión política y social, mediante la construcción de instituciones -parlamentos regionales directamente electos, comisiones representativas de la pluralidad de intereses subregionales y de intereses de los pueblos, etc.- y mecanismos que permitan la formulación e implementación de políticas públicas regionales para enfrentar los problemas causados por las graves desigualdades estructurales anteriormente mencionadas.

? El XI Encuentro del Foro de São Paulo, con la convicción de que otro modelo de integración es posible, propone que enfrentemos el Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), el Plan Colombia y el Plan Puebla-Panamá con mayor resistencia y que avancemos en las propuestas de cambio de los actuales procesos: MERCOSUR, Comunidad Andina de Naciones, el proceso de integración centroamericano y el CARICOM. Nuestra perspectiva es la construcción de una Comunidad Latinoamericana de Naciones que defienda la soberanía y la riqueza de sus pueblos. Debemos mirar con atención el caso de México, pues a ocho años del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC) ha aumentado la pobreza, la inseguridad, la desarticulación de las cadenas productivas y la extranjerización de su banca, su industria y su comercio. Esto reafirma lo que venimos declarando en los últimos Encuentros: el ALCA tal como fue propuesto por los Estados Unidos constituye un plan de anexión y no un acuerdo de verdadera integración para las Américas. Frente a esa estrategia, proponemos una integración alternativa, que contemple principalmente la dimensión política y social.

? Para poder avanzar en esos objetivos, es necesario fortalecer nuestros vínculos con los movimientos sociales, particularmente con las mujeres, los campesinos, los jóvenes, los pueblos indígenas u originarios. Reafirmamos nuestro compromiso de combate frontal a la discriminación de los pueblos indígenas u originarios, y por el respeto de su identidad nacional. Los partidos del Foro de São Paulo consideramos injusta la opresión por razones de sexo de que son víctimas las mujeres, sumada a la que ya sufren por su pertenencia de clase, el color de la piel, etnia y generación. La lucha por la participación de mujeres y hombres en igualdad de derechos, oportunidades y condiciones forma parte de nuestra estrategia, ya que responde a una responsabilidad histórica de las fuerzas revolucionarias de izquierda el construir un entramado de relaciones sociales integralmente humanas, basadas en la justicia y alternativas a las milenarias estructuras de opresión y explotación.

? Todos nuestros partidos promoverán la discusión entre sus militantes de base y dirigentes, hombres y mujeres, sobre las relaciones de género, a fin de visibilizar la situación de las mujeres en cada país y en el interior de nuestras propias organizaciones. El reconocimiento de los avances, retrocesos y obstáculos principales nos servirán de base para la elaboración de un programa que exprese el compromiso ético, la voluntad política y las medidas específicas de lucha contra la

desigualdad de género. Los partidos del FSP, además, deberán implementar mecanismos de seguimiento que aseguren el cumplimiento de estos programas y planes.

? Será tarea del Foro de São Paulo, los partidos y gobiernos, elevar la prioridad otorgada a los problemas de la inmigración, que tienen consecuencias cada vez más profundas en nuestros países.

? En los países del Caribe insular, el XI Encuentro del Foro de São Paulo resalta la anacrónica subsistencia de la colonia estadounidense de Puerto Rico, y de las colonias de países europeos: Antillas Holandesas, Islas Vírgenes, Guayana Francesa, Martinica y Guadalupe. El Foro de São Paulo respalda las gestiones de dichas naciones ante el Comité de Descolonización de la ONU y en otros foros internacionales, y considera discriminatoria la caracterización de los pueblos de las tres últimas como poblaciones, por parte del gobierno francés. Mientras, en Haití la lucha del pueblo por cambios en el sistema político y por mejores condiciones de vida se enfrenta a sistemáticas violaciones a la democracia e institucionalidad por parte del gobierno. Con mucha preocupación se tomó nota de la injustificada movilización de tropas de los Estados Unidos a la frontera de ese país con República Dominicana, así como la entrega de armamentos a esta última nación.

? Reitera la solidaridad con el pueblo cubano y la condena al bloqueo que desde hace cuarenta años los gobiernos de Estados Unidos mantienen contra Cuba. Este hecho recientemente condenado, una vez más, por la Asamblea General de la ONU por votación de 173 a 3, demuestra el aislamiento de esa política. Asimismo, denunciamos la violación de los derechos humanos de los cinco cubanos prisioneros en cárceles de los Estados Unidos, al tiempo que demandamos su libertad inmediata.

? Rechazamos el Plan Colombia por constituir una estrategia de dominación estadounidense en la región, su abierta utilización con fines contrainsurgentes, la ampliación de una red de bases militares de Estados Unidos que cercan todo el territorio colombiano y que se extiende a otros países, con la complicidad de algunos gobiernos en detrimento de su propia soberanía. Todo ello está llevando a la agudización y ampliación del conflicto y a la crisis humanitaria. El Foro enfatiza que el diálogo y la negociación, orientado a la búsqueda de una solución política que resuelva sus causas originales, es la única salida al conflicto colombiano, por lo que exhortamos a su inmediata reanudación.

? En el caso de Guatemala vemos con preocupación como los Acuerdos de Paz, que constituyen una agenda para la construcción de una nueva nación multiétnica, pluricultural y multilingüe y con justicia social, sea sustituida por las políticas neoliberales y por el incremento del presupuesto militar, agravando de esta manera

las condiciones de pobreza, exclusión y marginación social. Valoramos la lucha de las organizaciones campesinas e indígenas por sus legítimos derechos por la tierra y saludamos los preparativos de URNG para las próximas elecciones como la alternativa para el real cumplimiento de los Acuerdos de Paz.

? Este es un momento en que el Foro de São Paulo, integrado por latinoamericanos y caribeños, hacemos un llamado para que se reflexione sobre las sabias palabras de Benito Juárez en el sentido de que "El respeto al derecho ajeno es la paz". Es también el momento para recordar con mucho orgullo lo que sin duda alguna ha sido el mayor aporte de nuestra región al derecho internacional y a la causa de la paz mundial, es decir, el principio de la no-intervención y el respeto a la autodeterminación de los pueblos. El principio que debe ser respetado para preservar la paz, es el del derecho internacional y no el uso arbitrario del poderío militar o económico.

? El Medio Oriente se convierte nuevamente en una de las más tensas zonas de conflicto del mundo. Este XI Encuentro del Foro de São Paulo considera totalmente inaceptable la amenaza y el uso de la guerra contra cualquier Estado. Es por intermedio de las Naciones Unidas que los conflictos deben encontrar una solución y, en esos términos, consideramos totalmente condenable la guerra contra Irak. También rechaza la política del Estado de Israel de ocupación y genocidio en los territorios palestinos, en violación reiterada de las resoluciones de la ONU. Al mismo tiempo se pronuncia contra toda forma de violencia que provoque victimas civiles y reitera la necesidad de la reanudación de las negociaciones de paz.

? Frente a la intensificación de las corrientes belicistas en el mundo, el Foro de São Paulo llama a intensificar la lucha por la paz. Asimismo , denunciamos con el pretexto del combate contra el terrorismo, se pretende criminalizar las luchas sociales de los pueblos, y atentar contra las libertades civiles y los derechos humanos en general. No aceptamos la conducción unilateral de las cuestiones de seguridad global de pueblos y naciones. La paz es un desafío cotidiano de todos.

? Por último, ante el agravamiento de las condiciones económicas, políticas y sociales en el mundo, el Foro de São Paulo, hace suyas las conclusiones de los encuentros de movimientos sociales, celebrados recientemente en Quito y La Habana, en relación al ALCA, que contribuyan a sensibilizar y movilizar a los pueblos en defensa de su soberanía y el control de sus economías.

? Por todo lo anterior, el Foro de São Paulo llama a intensificar la lucha contra el neoliberalismo y por el respeto a la autodeterminación de los pueblos, como premisa fundamental para la construcción y preservación de la paz. La lucha popular, electoral, parlamentaria, desde las comunidades y desde los gobiernos, continúa siendo un reto para todos los integrantes del Foro de São Paulo.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.

RESOLUCIÓN SOBRE CHIAPAS

El XI Encuentro del Foro São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre el Estado de Chiapas, México:

Ante el agravamiento de la situación en el Estado de Chiapas, México, derivado del incumplimiento por parte del gobierno de las condiciones para el diálogo y la paz con el Ejercito Zapatista de Liberación Nacional.

Resuelve:

Demandar al gobierno y a las autoridades mexicanas:

1. La desarticulación de las bandas paramilitares y castigo a los dirigentes y responsables del hostigamiento, represión y asesinato de los indígenas zapatistas.

2. Que se comprometan a promover en el Congreso de la Unión la aprobación de una ley indígena basada en la Ley COCOPA.

3. El retiro del ejercito mexicano de la zona de conflicto y cumplir con las condiciones para restablecer los procesos de diálogo para lograr una paz con justicia.

Ciudad Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002

RESOLUCIÓN SOBRE ARGENTINA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo, reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, resuelve:

1. Mientras aquí en Antigua, Guatemala, transcurrían las deliberaciones del Foro de São Paulo, en Buenos Aires, Argentina, Bandas para-policiales asesinaron al militante piquetero y dirigente del Partido Comunista Ramón Rodríguez de 30 años de edad.

2. El Foro de São Paulo repudia enérgicamente este alevoso asesinato, exige investigación Juicio y castigo para sus responsables materiales e intelectuales.

3. Al mismo tiempo, expresa su sentimiento de solidaridad al movimiento territorial liberación, al Partido Comunista y a todas las organizaciones sociales y políticas que luchan por darle una salida democrática y popular a la devastadora crisis que vive Argentina como consecuencia de los planes neoliberales de hambre y represión.

4. En tal sentido, el Foro de São Paulo saluda y alienta el esfuerzo que distintas organizaciones políticas y sociales del campo popular hacen para concretar una convocatoria unitaria para la gran movilización de conmemoración del Primer Aniversario la rebelión popular del 20 de Diciembre pasado, exigiendo al actual gobierno, el fin de las provocaciones y la represión y garantía para la libre expresión del reclamo popular.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.

RESOLUCIÓN SOBRE GUADALUPE Y LAS COLONIAS FRANCESAS DEL CARIBE Y AMÉRICA LATINA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala, del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre Guadalupe y las colonias francesas del Caribe y América Latina:

El Foro de São Paulo resuelve:

1. Incorporar la necesidad de enfrentar en nuestra región el colonialismo europeo además del imperialismo norteamericano.

2. Exhortar a los Parlamentarios de la izquierda europea a que tomen iniciativas y apoyen a nuestros países en su lucha por la autodeterminación.

3. Exhortar a los parlamentarios del FSP a que apoyen la misma gestión en los organismos políticos regionales y que gestionen ante sus gobiernos acciones para lograr la reinserción de nuestros países en la lista de países a descolonizar de la ONU.

4. Integrar en la agenda del FSP el seminario sobre colonialismo el próximo marzo 2003 a celebrarse en Guadalupe.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.

RESOLUCIÓN SOBRE HAITÍ

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre Haití:

Hondamente preocupados por los acontecimientos de violencia y represión ocurridos en Haití en los últimos meses:

1. El Foro de São Pulo denuncia la política antidemocrática del gobierno de Jean Bertrand Aristíde en Haití, que ha defraudado las esperanzas del pueblo y ha sometido a este país a un régimen de violación a los derechos políticos y libertades individuales.

2. Condena asimismo la negativa del gobierno de Haití a llegar a un acuerdo político con la oposición después de las elecciones fraudulentas del año 2000 y cumplir las resoluciones 806 y 822 de la OEA, que indica una salida a la crisis que sacude a esa nación mediante elecciones verdaderas, libren y transparentes.

3. Expresa su más firme condena a la violencia sistemática de los derechos de la oposición, expresada en los últimos días por sangrientas agresiones policíacas y para-policíacas contra manifestaciones pacíficas en diversas ciudades del país, lo cual abre una peligrosa dinámica de mayor violencia en el país.

4. Apoya los esfuerzos de la conferencia democrática para llegar a restaurar el orden democrático en Haití y crear condiciones para el desarrollo económico y social de esa nación a víspera de la celebración, en el 2004, del bicentenario de su independencia.

5. Llama a los partidos miembros del foro y a los pueblos de América Latina a contribuir con su solidaridad con las fuerzas democráticas y a preparar la celebración de los doscientos años de la independencia de la primera nación libre del Continente.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.

URNG / Equipo de Edición de Ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE DISCAPACIDAD

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 02 al 04 de diciembre del 2002, aprobó la siguiente resolución sobre las personas con discapacidad:

1. El Foro de São Paulo, expresa su saludo y manifiesta su solidaridad con las luchas emprendidas por los movimientos sociales de personas con discapacidad, por el respeto a sus derechos ciudadanos y su búsqueda por la construcción de una sociedad en equidad, que entienda las diferencias como aporte y no como fuente de segregación.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre 2002.

DECLARACIÓN SOBRE IRAK

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 02 al 04 de diciembre del 2002, aprobó la siguiente resolución sobre Irak:

Comprometido con la lucha por la paz mundial y la justicia social, y por el levantamiento de las sanciones impuestas a Irak, resuelve:

1. Expresamos nuestro rechazo y condena a las pretensiones guerreristas del gobierno de Estados Unidos en contra de Irak, una nación que desde hace doce anos también sufre las consecuencias del bloqueo económico y de reiteradas agresiones militares.

2. Los planes militares de Estados Unidos contra Irak responden exclusivamente a los intereses norteamericanos en el Medio Oriente, que busca controlar sus recursos energéticos, y afianzar el control de la región.

3. Una guerra contra Irak no sólo traerá muerte y destrucción, sino que desestabilizara aun más la región y la ya precaria paz mundial. En tal sentido, este XI Encuentro del Foro de São Paulo, se suma al clamor por la paz mundial, fortalecido por la decisión del gobierno iraqui de permitir el retorno incondicional de los inspectores de desarme de la ONU.

4. Nos comprometemos a acompañar la celebración de jornadas de movilización y demás esfuerzos internacionales contra la guerra.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.

URNG / Equipo de Edición de Ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE LIBIA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de Diciembre 2002, aprobó la siguiente resolución:

1. Expresa su frontal rechazo a los mecanismos de intromisión sobre la soberanía de los pueblos y, en este contexto, a la política de aislamiento y de bloqueo que se ejerce sobre el pueblo libio.

2. En este orden de cosas convoca a la comunidad internacional a rechazar este caso particular de agresión contra Libia y exige el cese del bloqueo y el levantamiento inmediato del embargo económico del que es victima.

Antigua, Guatemala, 5 de diciembre 2002.

RESOLUCIÓN SOBRE LAS MUJERES

El XI Encuentro del Foro de Sao Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución con relación a las mujeres:

1. El Foro de Sao Paulo se solidariza con las familias de las 284 mujeres victimas de la persecución en Ciudad Juárez, México, quienes han sido desaparecidas y asesinadas por grupos policiales y militares desde 1992.

2. Estas mujeres comparten la característica de ser jóvenes, trabajadoras de las maquiladoras que llegan a buscar trabajo.

3. La desaparición y la muerte no han sido aclaradas, ni castigadas por el gobierno local, ni federal.

4. Por tanto este Foro exhorta a los gobiernos correspondientes a castigar a quienes resultaran responsables.

5. Así se pronuncia por la Defensa de los Derechos Humanos, laborales y la integridad física de las mujeres trabajadoras.

Antigua, Guatemala, 5 de diciembre de 2002.

URNG / Equipo de Edición de ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE JOSÉ MARTÍ

El IX Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de Diciembre del 2002, aprobó la siguiente resolución sobre José Martí:

1. Recomienda a sus partidos y organizaciones miembros, que con ocasión del ano conmemorativo del sesquicentenario del natalicio del pensador José Martí se propicien los mecanismos adecuados para divulgar su pensamiento y rescatar su trascendente esfuerzo para construir la identidad e independencia americana.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre 2002.

RESOLUCIÓN SOBRE LOS CINCO PRISIONEROS CUBANOS EN ESTADOS UNIDOS

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de Diciembre 2002, aprobó la siguiente resolución:

POR CUANTO:

1. Cuba y su pueblo han sido victimas permanentes de las actividades terroristas de grupos y organizaciones radicadas en territorio de los Estados Unidos por mas de 40 años.

2. Esas agresiones han sido la causa de innumerables perdidas humanas y cuantiosos danos a la largamente bloqueada economía de ese hermano país.

3. Tales actividades han contado en todos los casos con el apoyo y la plena complicidad de las administraciones norteamericanas.

4. Ante esta situación, el gobierno cubano y su Revolución no han tenido otra opción de defenderse contra dichas manifestaciones de terrorismo, incluso en su peor variante, el terrorismo de estado.

5. Como parte de dicha batalla, cinco cubanos, Gerardo Hernández Nordelo, Ramón Labanino Salazar, Fernando Gonzáles Llort, René Gonzáles Sehwerert y Antonio Guerrero Rodríguez, con riesgo de sus propias vidas, trabajaron en territorio norteamericano sobre organizaciones que públicamente practican el terrorismo contra el pueblo cubano.

6. El resultado de esa labor permitió a tiempo la frustración de innumerables acciones planeadas por las organizaciones terroristas que operan en Norteamérica y otros países.

7. Como consecuencia de la participación de los cinco patriotas en esta batalla antiterrorista, los mismos fueron sometidos a un juicio irregular que viola las propias leyes de Estados Unidos, y la Sexta Enmienda de su propia Constitución.

8. Estos prisioneros políticos, recibieron por delitos que nunca fueron probadas largas condenas y han sido sometidos a un régimen carcelario especial de aislamiento, que en la practica impide incluso las visitas de sus familiares más íntimos, y que violenta todas las normas de derecho humanitario internacional.

POR TANTO, ESTE XI ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO RESUELVE:

1. Expresar su plena solidaridad con los cinco prisioneros políticos mantenidos en cárceles separadas de los Estados Unidos, y exigir su inmediata liberación.

2. Reclamar el respeto pleno a los derechos humanos de los cinco prisioneros, sus representantes jurídicos y sus familiares. Mientras la justicia se abra paso, las condiciones de aislamiento carcelario deben cambiarse por un régimen justo y humano que facilite las normales relaciones familiares.

3. Demandar el derecho que les asiste a recibir un nuevo juicio realmente imparcial y justo en condiciones que favorezcan el ejercicio verdadero de la ley, sin las presiones extrajudiciales de la mafia anticubana de la ciudad de Miami, tal y como lo establecen la razón , además de la propia legislación norteamericana.

4. Exhorta a sus miembros a organizar y sumarse a las jornadas que por la libertad de los cinco prisioneros políticos se desarrollarán internacionalmente el 12 de Septiembre del 2003.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre 2002.

URNG / Equipo de Edición de ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE PALESTINA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunidos en Antigua, Guatemala del 02 al 04 de Diciembre del 2002, altamente preocupado por el genocidio en contra de Palestina, aprobó la siguiente resolución sobre Palestina:

1. Expresar nuestra preocupación y condena por esta situación, la cual es mantenida y estimulada por la política terrorista del gobierno estadounidense, y que ha causado millares de victimas inocentes, así como la destrucción de pueblos, templos religiosos y de importantes lugares históricos.

2. Altamente identificado con las luchas por la paz y la justicia social en el mundo, y la solidaridad entre los pueblos, los Partidos Miembros del Foro de São Paulo se comprometen a impulsar acciones diversas de acompañamiento, encaminadas a ponerle fin a la agresión israelí, y porque se respete la vida y la autoridad del pueblo palestino.

3. Hacer diversos esfuerzos para asegurar la presencia de ayuda humanitaria a las victimas civiles, particularmente, de atención medica y alimenticia, en las zonas donde, las tropas israelíes, mantienen bajo asedio y terror a la población Palestina.

4. Promover en cada uno de nuestros países, jornadas permanentes de solidaridad con la causa Palestina, y contribuir desde los diversos foros y espacios, a demandar el cese de la agresión militar.

Antigua, Guatemala, 05 de diciembre del 2002.

URNG / Equipo de Edición de ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE EL TEMA DE LA SALUD EN EL SALVADOR

El XI Encuentro del Foro de São Paulo, celebrado en Antigua Guatemala, del 2 al 4 de Diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre la situación de la salud en El Salvador:

Considerando que:

1. Que el modelo neoliberal desarrollado en El Salvador, esta golpeando duramente a los sectores populares.

2. Que la privatización del Sistema de Salud, desató un movimiento popular contra las privatizaciones y defensa de las organizaciones sindicales.

3. Que la creciente presión popular manifestado en lucha de calle, paros laborales, bloqueos de carreteras y lucha parlamentaria, logro aprobar un Decreto Legislativo que prohíbe la privatización del sistema de salud.

4. Que el miércoles 27 de Noviembre, una Marcha de Trabajadores de la Salud, acompañado de Organizaciones Sociales y Diputados de la Fracción Legislativa del FMLN fue brutalmente reprimida por la Policía Nacional Civil.

Resuelve:

5. Condenar al Gobierno de El Salvador por la actitud represiva en contra del movimiento social, y contra los pacientes internos de los diferentes Hospitales que se vieron afectados por los gases lacrimógenos.

6. Exigir al gobierno de El Salvador el cumplimiento del Decreto 1024, que prohíbe la privatización de la salud publica, y que reinstale a todos los Trabajadores y Médicos despedidos, y se les garantice su estabilidad y garantías laborales.

Antigua Guatemala, 5 de diciembre 2002.

RESOLUCIÓN SOBRE PUERTO RICO Y VIEQUES

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de Diciembre 2002, aprobó la siguiente resolución sobre Puerto Rico y Vieques:

1. POR CUANTO en el X Encuentro de este Foro de São Paulo celebrado en la Habana Cuba en Diciembre de 2001 se aprobó una Resolución exigiendo la Estados Unidos que promueva un verdadero proceso de descolonización en Puerto Rico para el advenimiento de la nación Puertorriqueña a su plena soberanía e independencia.

* En esa misma Resolución aprobada en el pasado Encuentro, esta Asamblea exigió al gobierno estadounidense el cese de las practicas militares y la salida inmediata de la marina de guerra de los Estados Unidos de la Isla Puertorriqueña de Vieques así como la descontaminación de los terrenos ocupados y su devolución a sus legítimos dueños.

* El gobierno de los Estados Unidos se ha pronunciado verbalmente en el sentido de que buscara lugar alterno para sus ejercicios y practicas militares que actualmente realiza Vieques señalando mayo de 2003 como fecha de una posible retirada;

* Recibido el informe de la Delegación de este Foro de São Paulo que visito la Isla Municipio de Vieques en cumplimiento de lo acordado en el Encuentro de la Habana del pasado ano.

Este XI Encuentro del Foro de São Paulo RESUELVE:

1. Apoyar el reclamo al cese inmediato de las maniobras y bombardeos de la marina estadounidense en la Isla de Vieques así como el cumplimiento del anuncio de su salida para mayo de 2003, indicándose que respaldará la continuación de la lucha por la devolución y descontaminación de las tierras actualmente ocupadas. El Foro de São Paulo promoverá una campana continental para el 19 de Abril de 2003 e todos nuestros países así como enviar una delegación a Vieques para las actividades que se celebren en el Mes de Mayo.

2. Reiterar su apoyo al ejercicio de la autodeterminación y su derecho a la independencia del pueblo puertorriqueño, promoviendo la participación del foro de São Paulo en las sesiones del Comité de Descolonización de las Naciones Unidas para el ano 2003. Así mismo, el Foro de São Paulo respaldara las gestiones para elevar el caso de PR ante la Asamblea General de las Naciones Unidas en el momento en que se estime conveniente, de acuerdo a los principios establecidos por esta en su resolución 1514.

Antigua, Guatemala, 4 diciembre de 2002.

URNG / Equipo de Edición de ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE EL TRIUNFO EN EL ECUADOR

El XI Encuentro del Foro de Sao Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre el Ecuador:

1. Saluda a las fuerzas populares y de izquierda del Ecuador que, con ocasión del proceso electoral, lograron un espacio de unidad para alcanzar el triunfo presidencial del Coronel Lucio Gutiérrez.

2. Aspira que este acuerdo electoral, se fortalezca para coadyuvar favorablemente en las expectativas de cambio que la inmensa mayoría de Ecuatorianos expresó al votar mayoritariamente por las candidaturas que confrontaron el modelo neoliberal todavía prevaleciente en el Ecuador.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO - QUITO, 26 E 27 DE MAIO DE 2003

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo se reuniu nos dias 26 e 27 de maio de 2003 em Quito, com a presença de delegados de partidos e movimentos políticos do México, Cuba, Porto Rico, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Brasil, Uruguai, Argentina e Chile.

1. A agenda de trabalhos começou com a discussão sobre a guerra de agressão contra Iraque e o exame da situação latino-americana em geral e, com base em suas conclusões, os participantes aprovaram a declaração anexa.

2. Depois a reunião passou a analisar o documento com a proposta de normas do Foro de São Paulo, apresentado pela comissão responsável por sua elaboração. Privilegiou-se nesta proposta:

Recuperar as normativas anteriores, que já foram aplicadas em eventos do FSP, juntando-lhes alguns aportes que tentam atualizar e aperfeiçoar o funcionamento das instâncias;

O processo de tomada de decisões e por consensos;

Potencializar o trabalho das regionais, no sentido de que seu funcionamento seja o que oriente e articule a própria organização do Foro;

Após ampla discussão, decidiu-se encaminhar o documento para consulta, com os aportes recolhidos, a todos os partidos membros do GT do FSP. A comissão deverá continuar o trabalho de incorporar os aportes que lhe cheguem. O texto deverá ser apresentado para o debate e consenso na próxima reunião do GT e, depois, na reunião do FSP, quando finalmente será aprovado.

3. A reunião do Grupo de Trabalho decidiu a convocação do próximo Foro de São Paulo para a segunda quinzena de janeiro do 2004, na cidade de Quito, Equador, com a seguinte sugestão de organização e agenda:

Organização do Foro de São Paulo

Agenda:

Análise do trabalho da Secretaria Executiva

Análise do trabalho das secretarias regionais

Análise do desempenho do Grupo de Trabalho

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

Plano Colômbia

Integração latino-americana e regional

Escalada imperialista

Luta social na América Latina e Caribe; incidência no Fórum Social das Américas

Programação:

1° dia - 5ª.-feira, noite: Ato de Inauguração do Foro de São Paulo

2° dia - 6ª.-feira: Seminários - Oficinas

3° dia - Sábado: Plenário

4° dia - Domingo: Aprovação da Declaração final e encerramento

Responsáveis por a organização:

Pachakutik

Movimento Popular Democrático (MPD)

Partido Socialista Equatoriano (PSE)

Partido Comunista (PC)

Partido Comunista Marxista-Leninista Equatoriano (PCMLE)

Comissões que serão criadas:

Executiva , logística, financeira, segurança e outros.

Antes da realização do Foro, haverá a reunião do Grupo de Trabalho, com duas

possibilidades: em Cancún, México, em setembro, coincidindo com a Reunião da OMC, ou Venezuela para o mês de outubro.

Os presentes à Reunião do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo participaram como convidados especiais na Sessão Solene pelo 77º. Aniversário do Partido Socialista - Frente Ampla, em 26 de maio, bem como houve intercâmbio com partidos membros da Coordenación Socialista Latinoamericana.

Os participantes consignaram os esforços unitários dos partidos anfitriões da reunião: Movimento Popular Democrático, Movimento Plurinacional Pachakutik, Partido Socialista - Frente Ampla, Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador e Partido Comunista do Equador.

Delegados participantes:

PT-Brasil:

Ana Maria Stuart

Paulo Ferreira

Delegação colombiana:

Hernando Gómez Serrano

Milton Hernández

Fermín Gonzalez

Alfredo Holguín

Hernando Moreno

PC-Cuba:

Roberto Regalado

FMLN-El Salvador:

Blanca Flor Bonilla

Ana Cristina Aviles

URNG-Guatemala:

Silvia Solórzano

PRD-México:

Mario Saucedo

FSLN-Nicarágua:

Jacinto Suaréz

Delegação porto-riquenha:

José Escoda

FA-Uruguai:

Hugo Rodríguez

Carlos Flanagan

Delegação equatoriana:

Fernando Buendía

Rodrigo Collaguazo

German Rodas

Gustavo Ayala

Gustavo Terán

Luis Villacís

Osvaldo Palacios

Patricio Aldaz

Gustavo Iturralde

Observadores

PS-Argentina:

Osvaldo Deza

Clorinda Yelicic

PC-Chile:

Jorge Insunza

PS-Chile:

Osvaldo Puccio

PSRP-Peru:

Víctor Oliva

Talia Vega

MVR-Venezuela:

Amilcar Figueroa

RESOLUCIÓN SOBRE VENEZUELA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo, reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución a favor de la Revolución Bolivariana de Venezuela:

De nuevo los sectores que fueron desplazados del poder por un proceso democrático, mediante siete elecciones sucesivas, pretender retornar a sus antiguos privilegios, a través de diferentes acciones, entre las que no se descarta un reintento de golpe de Estado fascista, como el del 11 de abril del 2002. En realidad nunca han aceptado que existe una nueva Constitución, que fue aprobada mediante referéndum por la inmensa mayoría venezolana, y una nueva institucionalidad.

La amenaza creciente es un hecho real y creciente que merece el rechazo de todas las organizaciones populares, progresistas y democráticas del mundo, particularmente de los pueblos latinoamericanos y caribeños.

El XI Encuentro del Foro São Paulo resuelve:

1. Expresar su apoyo al proceso revolucionario que acontece en Venezuela, así como a las organizaciones y movimientos comprometidos con el proyecto como expresión de los movimientos populares que avanzan hacia el logro de la justicia social, fundamentada en los mejores principios y valores de la Constitución de la Republica Bolivariana de Venezuela, producto de la voluntad popular.

2. Hacer un llamado a las organizaciones progresistas del Continente y del mundo aquí representadas a que contribuyan en sus países a explicar la verdadera naturaleza de la Revolución Bolivariana y apoyar la democracia.

3. Promover un amplio de solidaridad internacional con el pueblo de Venezuela y su gobierno.

4. Exhortamos a la OEA, Centro Carter y al PNUD, facilitadores en la mesa de dialogo entre la oposición y el gobierno de Venezuela, a que respeten el Estado de Derecho Constitucionalmente establecido.

Antigua, Guatemala, 4 de Diciembre de 2002.

URNG / Equipo de Edición de ponencias

DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO - QUITO

Reunidos em Quito, nos dias 26 e 27 de maio, os participantes do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo concordaram em:

1.- Condenar a guerra de agressão ao Iraque pelos Estados Unidos e seus aliados, registrando os desacordos e pronunciamentos opostos da Rússia, Alemanha, França, China, Brasil, México e Chile, entre outros, e as tentativas diplomáticas do Papa para evitá-la. E sobretudo destacar e saudar a formidável mobilização dos povos em todo o planeta, principalmente da juventude, contra esta criminosa guerra imperialista.

Condenar o saque do patrimônio cultural iraquiano, que constitui um valioso patrimônio da humanidade.

Exigir a imediata saída das tropas invasoras, a liberação dos presos de guerra e o respeito de seus direitos e o trato humano aos prisioneiros em Guantánamo.

2.- Que rechaçamos a ofensiva militarista que avançou hoje no mundo, impulsionada pelo governo de ultra-direita dos Estados Unidos e seus aliados de turno que arrasam com o Direito Internacional e suas instituições. Pelo contrário lutamos por um mundo onde domine o multilateralismo, com verdadeiras soberanias nacionais, com respeito aos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos e com organismos internacionais representativos, capazes de assegurar a paz e respeitosos do Direito Internacional.

3.- Sua enorme preocupação pela situação de deterioração social, econômica e política em que se encontra a América Latina e o Caribe, como conseqüência das políticas que integram a estratégia global neoliberal dos países imperialistas e os organismos internacionais como o FMI, Banco Mundial, impulsionada pelos governos que rifaram nossa economia ao capital estrangeiro.

4.- Lutamos sempre pela paz, hoje tão cruelmente abandonada, assim como pela democracia. Para tanto, defenderemos a não militarização dos conflitos da região e disporemos todas as nossas energias na procura das negociações e gestões de paz e a defesa do Direito Internacional.

5.- É coincidente a imensa preocupação dos participantes com respeito aos pronunciamentos ameaçadores, as manobras e provocações do governo dos Estados Unidos com respeito à Cuba, Venezuela e Colômbia, reiterando o compromisso solidário e o rechaço ao bloqueio e cerco econômico e político contra

Cuba, e a qualquer intenção de intervenção militar nestes países.

6.- Reiteramos nossa saudação aos triunfos e avanços de nossas organizações e das fraternas em cada país. em particular saudamos o triunfo do PT no Brasil, bem como no Equador onde se expressou a vontade de mudança de sue povo; os avanços das mobilizações populares de corte anti-imperialista na América Latina e Caribe e a afirmação da luta social na região.

Destacamos a transcendente vitória eleitoral da Frente Farabundo Martí para Liberação Nacional - FMLN, nas eleições municipais e legislativas, cujo resultado o consolidou como a primeira força política do país. Destacamos também a significativa vitória do povo porto-riquenho com a saída das tropas norte-americanas da ilha de Vieques.

Registramos como uma ratificação do repudio ao criminoso neoliberalismo a contundente derrota de Carlos Menem nas últimas eleições da Argentina.

Os processos que vivem atualmente nossos países permitem avistar uma conjuntura favorável para que na região avance una integração capaz de nos permitir recuperar nossa independência e soberania sobre nossos recursos e gerar um modelo de desenvolvimento produtivo autônomo que defenda no mundo atual os direitos de justiça social de nossos povos.

Neste sentido, orientamos nossos esforços partindo de considerar o Mercosul, a CAN e os distintos esforços de integração regional e sua inter-relação como uma base de grande valor para a integração latino-americana, enquanto avançamos a formas mais profundas para enfrentar os projetos de dominação e de integração dependente como a ALCA e outros, tal como são apresentados pelos Estados Unidos.

7.- O Foro de São Paulo ratifica a responsabilidade de cumprir com o objetivo de ser um instrumento protagônico no desenvolvimento da resistência a esta nova forma de imposição de unilateralismo e avançar na construção de um projeto continental alternativo ao neoliberalismo, de desenvolvimento produtivo sustentável, justo e liberador.

Para isso, impulsaremos diversas medidas de mobilização popular e o imprescindível intercâmbio e coordenação das diversas organizações do FSP, de maneira de atuar em conjunto em cada um dos países e nas organizações internacionais com o objetivo de resistir a esta radicalização imperialista e fazer possível a construção de outra ordem mundial. Além disso, propiciamos relações com as forças sociais e políticas da América do Norte para encontrar linhas de ação comum em procura do desenvolvimento de tarefas compartilhadas frente à

globalização neoliberal.

Quito, 27 de maio de 2003.

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO – SÃO PAULO SP 2004

São Paulo, 16 e 17 de fevereiro de 2004

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo se reuniu nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2004 em São Paulo, com a assistência de delegados de partidos e movimentos políticos do Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua e Uruguai.

* A reunião se iniciou com uma apresentação do Secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, do Brasil, Dep. Paulo Delgado, e também Secretário Executivo do FSP, com ênfase no fortalecimento dos vínculos políticos e da coordenação entre os partidos progressistas e de esquerda latino-americanos, como um dos elementos prioritários da estratégia do PT.

Neste sentido, o FSP considerou como o âmbito privilegiado para a construção de uma agenda e ações comuns, com base em objetivos consensuais.

* O tema de debate central da reunião - a estratégia comum dos partidos e movimentos sociais frente à integração e o comércio global - foi introduzido pelas exposições de João Felício, Secretário Geral da CUT e titular da Secretaria Sindical do PT, e de Gonzalo Berrón, da Secretaria da Aliança Social Continental, quem agregou um informe do estado das negociações e da campanha continental contra o ALCA.

Por sua parte, Felício defendeu a adoção de uma agenda econômica e social comum para América Latina, considerando que atualmente se apresentam condições favoráveis para a luta comum, englobando as forças políticas e sociais, no âmbito continental.

Na conclusão do debate, os delegados dos países presentes reafirmaram a necessidade de uma verdadeira integração de nosso continente e rechaçaram a proposta da ALCA como apresentada pelo Governo dos EUA, assim como os tratados de comércio sub-regionais e bilaterais promovidos sob as regras unilaterais e desiguais.

Em alternativa concordaram desenvolver uma maior cooperação entre os partidos políticos e os movimentos sociais, para defender uma integração e relações comerciais solidárias, que respeitem a soberania dos países de nossa região e promovam o direito inalienável dos povos ao desenvolvimento econômico e social.

* O debate sobre as conjunturas nacionais que se deu à continuação, em base aos informes das delegações sobre seus respectivos países, resultou na aprovação de resoluções específicas sobre a situação de Colômbia, o Salvador e Haiti, além de uma declaração de caráter geral, às quais se encontram ao final.

* Considerando que o objetivo principal da convocatória desta reunião do GT era a preparação e realização do XII Encontro do FSP, os participantes dedicaram uma grande parte do tempo à análise dos diversos aspectos e condições necessárias para sua realização e êxito. Ao final, decidiram unir esforços para superar as dificuldades atuais e realizar o XII Encontro em março de 2005, em Quito, Equador.

* Também se aprovaram os demais pontos da agenda do GT para o próximo período, na forma que segue:

1. Realizar um seminário temático em Manágua, Nicarágua, tendo como eixo a celebração do Aniversário da Revolução Sandinista, em 17, 18 e 19 de julho de 2004.

2. Realizar a próxima reunião do Grupo de Trabalho na mesma ocasião, em 16 de julho de 2004.

3. Organizar a participação do Grupo de Trabalho no Fórum Social e Fórum Parlamentar das Américas, em 25-30 de julho de 2004, em Quito, com duas atividades:

- Uma mesa de diálogo no Fórum Social das Américas sobre a relação entre os partidos e os movimentos sociais;

- Organizar um painel no Fórum Parlamentar das Américas para discutir a coordenação das agendas e estratégias partidárias e parlamentares.

4. Da mesma forma, organizar a participação do Foro de São Paulo no Fórum Social Mundial e no Fórum Parlamentar Mundial em Porto Alegre, em janeiro de 2005.

5. Preparar a realização do XII Encontro do Foro de São Paulo em Quito, Equador, em março de 2005.

* Aprovou-se também uma importante resolução sobre a constituição de uma Coordenação de Mulheres do FSP, que segue abaixo:

Resolução de Coordenação de Mulheres do GT-FSP

I. o Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido em 16 e 17 de fevereiro de 2004 em São Paulo, saúda o maior número de companheiras integrando as delegações participantes desta sessão do GT. Por sua vez, exortamos os partidos integrantes do FSP a continuar os esforços que garantam a democracia com eqüidade de gênero em nossos partidos e em nossas sociedades.

II. O Grupo de Trabalho propõe criar um mecanismo de coordenação de mulheres dos partidos do FSP com o objetivo de promover o diálogo e ações que nos levem a coincidir em uma agenda de gênero do FSP. Os partidos membros do GT elaborarão a proposta para apresentar no próximo Encontro.

III. A essência de nossos partidos está na articulação com os movimentos sociais e neste marco chamamos este 8 de março a participar nas mobilizações convocadas a nível mundial pelas mulheres no Fórum Social Mundial com a consigna "Contra a Guerra!"

* As demais resoluções aprovadas seguem abaixo:

Resolução sobre Colômbia

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido em 16 e 17 de fevereiro em São Paulo, Brasil:

1. Saúda com esperança os processos de governabilidade local e departamental que assumiram setores democráticos e de esquerda na Colômbia.

2. Exorta os governos latino-americanos a liderar decididamente a solução política ao conflito colombiano e a rechaçar de maneira contundente iniciativas que buscam expandir o conflito colombiano à região andina e militarizar o continente, como o Plano Colômbia e a Iniciativa Regional Andina.

Além disso, dada à profunda crise humanitária e de direitos humanos neste país, que exortem o governo de Álvaro Uribe Vélez a aplicar as recomendações do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos a deter as reformas constitucionais que lesam a democracia, eliminam o Estado Social de Direito e afetam os direitos fundamentais da população.

3. Rechaça de maneira categórica a instrumentalização da OEA para legitimar o processo de negociação que adianta o governo de Álvaro Uribe Vélez com os grupos paramilitares, seriamente questionado porque conduz à impunidade de graves crimes de lesa humanidade, à legalização dos ativos do narcotráfico e das terras roubadas de milhares de camponeses, indígenas e afro-descendentes deslocados por a ação destes grupos.

Os governos latino-americanos e a OEA devem garantir a observância plena dos direitos humanos consagrados na carta da OEA e das Nações Unidas, em particular os direitos a justiça, verdade e reparação.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2004.

Resolução sobre El Salvador

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de São Paulo nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2004, saúda os avanços logrados pela Frente Farabundo Martí para a Liberação Nacional (FMLN) na campanha eleitoral para a eleição presidencial que se desenvolve em El Salvador.

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo se pronuncia por que se respeite em El Salvador o marco institucional em que devem desenvolver-se as campanhas eleitorais. Condena também o clima de desestabilização e insegurança que estão criando setores de extrema direita vinculados ao governo, lesionando assim o processo democrático que está em construção depois dos acordos de paz. Esta desestabilização persegue o objetivo de semear o temor e incerteza na população e assim evitar a participação maciça de salvadorenhos e salvadorenhas em 21 de março para eleger o novo presidente de El Salvador.

Saudamos o companheiro Schafik Handal, candidato presidencial da FMLN, por sua luta incansável em favor da justiça social, da paz e da auto-determinação dos povos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2004.

Resolução sobre Haiti

Em torno da atual crise política que vive o Haiti, o Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de São Paulo, Brasil, emite a seguinte resolução especial.

1. A crise política que vive a nação haitiana surge do flagrante desconhecimento das instituições democráticas que fizeram o governo de Jean Bertrand-Aristide e a constante violação aos direitos humanos que praticou nos últimos anos.

2. A ampla mobilização popular que atualmente demanda a renuncia de Aristide constitui o resultado de uma crescente conscientização política em torno da necessidade de exigir a restauração da democracia, o respeito à liberdade de

expressão e aos direitos humanos e à existência de um verdadeiro Estado de Direito.

3. A comunidade internacional deve mediar no atual conflito com o fim de ajudar numa saída política que ponha fim à crítica situação de violência existente neste país caribenho, no ânimo de que sejam os próprios haitianos que decidam seu rumo político e a reconstrução de seu sistema democrático.

4. O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo se solidariza com a luta do povo haitiano e da Plataforma Democrática. em particular, emite seu más amplo respaldo político à Organização do Povo em Luta, encabeçada por Gerard Pierre-Charles, partido irmão membro do Foro de São Paulo.

5. O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo deseja que a reconstrução democrática do Haiti seja um fator determinante do início de uma etapa de desenvolvimento econômico que garanta justiça social, liberdade e dignidade para a primeira nação independente de nossa América Latina.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2004.

Delegações participantes:

PT - Brasil

PCCH - Chile

Delegação colombiana

PCC - Cuba

FMLN - El Salvador

Delegação equatoriana

URNG - Guatemala

PRD - México

FSLN - Nicarágua

Frente Amplio - Uruguai

Observadores:

PCdoB - Brasil

Fundação Perseu Abramo - Brasil

Aliança Social Continental

DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FSP – SÃO PAULO SP 2004

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido dias 16 e 17 de fevereiro na mesma cidade onde foi fundado, comunica o resultado de seus trabalhos:

1. Os partidos e as forças políticas participantes do Grupo de Trabalho debateram a estratégia comum dos movimentos sociais e da esquerda frente aos temas da integração e do comércio global. Com relação a isso, reafirmam a necessidade de uma verdadeira integração de nosso continente e rechaçam a proposta da ALCA, da forma apresentada pelo Governo dos EUA, assim como os tratados de comércio sub-regionais e bilaterais promovidos por este país. Defendemos uma integração e relações comerciais solidárias, que respeitem a soberania dos países de nossa região e promovam o direito inalienável dos povos ao desenvolvimento econômico e social, deixando claro nossa posição a favor da inclusão de Cuba no sistema inter-americano e condenação do bloqueio estadunidense a esta nação.

2. Realizamos uma profícua análise da realidade política, social e econômica da América Latina, a partir de informações apresentadas pelos partidos e movimentos políticos de: México, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Cuba, Colômbia, Equador, Chile, Uruguai e Brasil. Em comum temos, em todos os países, uma crescente e vigorosa resistência à estratégia neoliberal imposta pelo imperialismo à América Latina e Caribe. Cabe ressaltar os avanços das forças políticas de esquerda, com vitórias eleitorais já conquistadas e outras ainda por vir. Os povos de nosso continente vêm demonstrando uma inequívoca vontade política de superar o modelo neoliberal e construir um futuro de paz, soberania, democracia e justiça social.

3. Decidimos realizar o XII Encontro do Foro de São Paulo em março de 2005, em Quito, Equador.

4. Além disso, resolvemos convocar um seminário em Manágua, Nicarágua, nos dias 17 e 18 de julho, nos marcos da comemoração dos 25 anos da Revolução Sandinista. Também se resolveu convocar a próxima reunião do Grupo de Trabalho do FSP para o dia 16 de julho, no mesmo local.

5. Enfim, organizaremos nossa participação no Fórum Social das Américas, em julho de 2004, em Quito, e no correspondente Fórum Parlamentar, bem como nos Fóruns Social e Parlamentar Mundial, em Porto Alegre, no início de 2005, enfocando o tema das relações entre partidos e movimentos sociais.

Grupo de Trabalho

Foro de São Paulo

São Paulo, 17 de fevereiro de 2004.

AGENDA DO FORO DE SÃO PAULO PARA 2004

16 JULHO 2004

Reunião do Grupo de Trabalho

Reunião do Grupo de Trabalho, em Manágua, Nicaràgua, antecedente às Comemorações dos 25 anos da Revolução Sandinista.

17 JULHO 2004

Seminário sobre América Latina aos 25 anos da Revolução Sandinista

Seminário realizado em Manágua, Nicarágua, dias 17 e 18 de julho, no marco das comemorações dos 25 anos da Revolução Sandinista.

19 JULHO 2004

25 anos da Revolução Sandinista

Comemoração dos 25 anos da Revolução Sandinista.

25 JULHO 2004

Fórum Social das Américas

Realização dos Fóruns Social e Parlamentar das Américas, em Quito, Equador, de 25 a 30 de julho.

SEMINÁRIO EM MANÁGUA - 2004

O Seminário internacional "América Latina aos XXV Anos da Revolução Popular Sandinista" foi realizado nos dias 17 e 18 de julho de 2004, por ocasião da celebração dos 25 anos da Revolução Sandinista, em 19 de julho, em Manágua, Nicarágua.

TEMAS DE DISCUSSÃO DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL

MEMÓRIA DO SEMINÁRIO

"AMÉRICA LATINA AOS 25 ANOS DA REVOLUÇÃO POPULAR SANDINISTA"

Manágua, Nicarágua - 17 e 18 de julho de 2004

A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) apresenta aos assistentes ao Seminário Internacional "América Latina aos XXV anos do triunfo da Revolução Popular Sandinista", apoiado pelo Foro de São Paulo, a Memória deste importante encontro da esquerda latino-americana.

A presente memória registra através das ponências, fotografias e vídeos, os principais momentos do evento. As ponências foram as seguintes:

Situação Pré-Eleitoral, Perspectivas da Frente Ampla e Programa de Governo, Companheira **Graciela García** – Comissão de Relações Internacionais da Frente Ampla. MLN-Tupamaros.

Logros da Revolução Bolivariana, Companheiro Elías Jaua, Diretor de Doutrina do Movimento Quinta República, da Venezuela.

A Esquerda e os Processos Eleitorais, Companheiro **Shafick Handal** – Membro da Comissão Nacional e Chefe da Fração Parlamentar FMLN El Salvador.

Programa de Lula, Fome Zero, Iniciativas sobre Comércio Internacional e Dívida

Externa, Companheiro **Gleber Neime**, Secretário Nacional de Organização e Membro da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores do Brasil, e companheiro **Reinaldo Carvalho**, Secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista do Brasil.

Os Tratados de Livre Comércio vistos através da experiência mexicana e nicaragüense, Companheiro **Jorge Calderón Salazar** – Diretor do Instituto de Estudos da Revolução Democrática, e **Oscar René Vargas**, militante da FSLN.

A política contra Cuba na geopolítica do imperialismo norte-americano, Companheiro **Roberto Regalado** – Chefe de Informação e Análise do Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba.

Intervenções Especiais

Chile: Posição dos Partidos de Esquerda no Governo e na oposição. Lautaro Carmona, Secretário de Organização do Partido Comunista Chileno.

Costa Rica: Os Movimentos Sociais ante o processo de Privatização. Ricardo Segura, Secretário Executivo do Comitê de Defesa da Institucionalidade de Costa Rica.

Nicarágua: Reforma Agrária, Experiência da Nicarágua e Via Campesina Internacional. Movimento Social Nicaragüense.

Saudações das delegações internacionais ao XXV Aniversário da Revolução Popular Sandinista.

Participantes do evento

Assistiram representantes de: Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Porto Rico, Uruguai, Venezuela; igualmente assistiram delegados de: Espanha, Itália, Grécia, República Popular da China, Vietnã, entre outros.

Partidos e organizações políticas e sociais que participaram:

Os partidos e organizações políticas e sociais representados no evento foram: Partido dos Trabalhadores, do Brasil, Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista do Chile, Movimento de Esquerda Revolucionária do Chile, Movimento Orgulho do Passado (Chile), Partido Comunista de Cuba, Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (El Salvador), Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), Nova Aliança da Guatemala, Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN, Nicarágua), Partido do Trabalho do México (PT), Partido da Revolução Democrática (PRD, México), Frente Ampla do Uruguai, Partido Socialista do Uruguai, Movimento Quinta República da Venezuela, Novo Movimento Independentista de Porto Rico, Frente Social e Política da Colômbia, Conselho de Defesa da Institucionalidade da Costa Rica, Partido Comunista Italiano, Partido Comunista da Grécia, Grupo de Esquerda Unida (Parlamento Europeu), Partido Socialista Suíço, Partido Comunista da China (Popular), Partido Comunista do Vietnã, Movimento de Comitês Revolucionários da Grande Jamahiria Árabe Líbia Popular Socialista, Parlamento Africano, Organização para a Libertação da

Palestina (OLP), Conselho da Raça dos Estados Unidos.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=93&even=Seminário%20em%20Manágua%20-%202004

SEMINÁRIO EM MANÁGUA - 2004

O Seminário internacional "América Latina aos XXV Anos da Revolução Popular Sandinista" foi realizado nos dias 17 e 18 de julho de 2004, por ocasião da celebração dos 25 anos da Revolução Sandinista, em 19 de julho, em Manágua, Nicarágua.

SAUDAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Saudação do Foro de São Paulo ao XXV Aniversário da Revolução Popular Sandinista

O triunfo da Revolución Popular Sandinista nicaragüense de 1979 marcou um novo avanço das forças de esquerda na América Latina e particularmente nas lutas revolucionárias e populares da América Central. Hoje, aos 25 anos de seu triunfo, segue vigente o ideal de transformação social que protagonizou a revolução sandinista.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), no início dos anos 60 do século XX, nasce e se inspira sob a experiência e o ideal do movimento de libertação nacional e social de Sandino e sob a influência da Revolução Cubana, ambos com vocação anti-imperialista e de justiça social. Suas primeiras ações armadas se realizam em 1963; entre 1964 e 1965, a FSLN desenvolve um trabalho de propaganda e de organização clandestina entre a população campesina e urbana. Em 1967 volta a realizar outra tentativa armada em Pancasán. A repressão a obriga a se retirar e inicia a etapa da acumulação de forças em silêncio. Ao mesmo tempo, desenvolve-se uma discussão no seio da FSLN sobre as vias e táticas do movimento guerrilheiro, que conduziu a uma divisão tática da FSLN em três tendências.

Por todo um período suas ações são esporádicas e intermitentes, até o golpe de 27 de dezembre de 1974, quando um comando sandinista toma de assalto a casa de um destacado somozista e pelo qual impõe a libertação de prisioneiros políticos, com grande impacto político na sociedade nicaragüense e chamando a atenção de muitos setores da comunidade internacional.

A conjugação de fatores nos anos 1978-1979 entre a luta armada, as mobilizações de massas, a insurreição, a política de alianças e de unidade popular e a radicalização crescente da pequena burguesia urbana, combinação sobre a qual estava a origem da división e o contúdo dos posteriores debates, permitiu a unificação das três tendências sem maiores discussões e complicações. O ano de 1978 se caracterizou pelo desenvolvimento da burguesia inter-burguesa e aprofundamento dos problemas econômico-sociais. A incapacidade da burguesia e do imperialismo para salvar da crise a ditadura somozista e mediar a luta revolucionária e ao derrocamento da ditadura somozista em julho de 1979.

A revolução sandinista triunfou com um massivo apoio popular e com uma importante aliança com setores da burguesia. Nessa aliança, a hegemonia, baseada no apoio popular e controle do novo exército, correspondia sem dúvida aos representantes sandinistas e afins. Um setor da burguesia opositora desempenhou, a seu modo, um papel ativo e não meramente de espectador na luta contra Somoza, e assim o via uma parte da población, mas conforme a Revolução Popular Sandinista aplicou medidas de caráter revolucionário e de outra orientação popular, os aliados da burguesía começram mais ativamente sua oposição à evolução, articulando-se à estratégia norte-americana de guerra e bloqueio contra a jovem Revolução Popular Sandinista.

Em que pese odas as adversidades, a revolução sandinista de 1979 a 1990 desenvolveu um projeto revolucionário de caráter democrático, popular e anti-imperialista; democratizou a sociedade, o poder e a riqueza nan Nicarágua; deu poder aos setores populares, abriu claros espaços de poder político aos setores progressistas e de esquerda no país, assegurou-se a independência política e a dignidade da nação, houve uma militante solidariedade com todos os povos em sua luta pela libertação nacionale social.

A política de agressão e intervenção dos Estados Unidos na década de 80 na América Central e Caribe teve efeitos negativos sobre a dinâmica revolucionária, que unido ao desaparecimento do bloco socialista da Europa do Leste, à derrota eleitoral da FSLN, à política de hostilidade, bloqueio e crescente agressão contra Cuba, junto ao aval da política neoliberal dos Estados Unidos, cria as condições para o reordenamento do sistema inter-americano e a imposição de um novo modelo de dominação estadunidense na América Latina.

No plano **político-econômico** se expressam os condicionamentos que impõem os organismos financeiros internacionais sobre as economias de nossos países, que se manifesta também no apoio à ALCA, com os Tratados de Livre Comércio Regionais que cerceiam a auto-determinação e a soberania dos povos da América Latina e Caribe, perpetuando a dependência; no militar, uma nova versão política de “ajuda militar”, o Plano Colômbia-Iniciativa Andina e a rede de bases militares estabelecidas na área. Todo o anterior se move em torno da hegemonia estadunidense, sustentada em sua economia belicista que representa uma ameaça ao equilíbrio da paz mundial.

O chamado **Consenso de Washington** pressupunha, entre outras medidas, a desregulamentação estatal, a privatização das empresas públicas, taxas de câmbios flexíveis, abertura ao comércio mundial e desproteção dos trabalhadores. Entrentanto, na maioria dos países do mundo, onde foi aplicado, fracassou.

Os países que aplicaram os mandamentos do **Consenso** e as fórmulas impositivas do FMI afundaram no marasmo econômico e aprofundaram a exclusão social, aumentando o desemprego e a pobreza.

Ao longo deste período, de 1990-2004, depois de uma baixa relativa do total de gastos com armamentos, opera-se um relançamento dos orçamentos militares e uma concentração e reorganização da indústria militar. Os gastos militares aumentaram a partir de 2001.

A penetração do capital financeiro transnacional em nossos países se traduziu na quebra das

economias nacionais, concentração da riqueza, desemprego e, como conseqüência, em um acelerado processo de atomização social. As crises não esperarem e abundam exemplos na América Latina.

A nível internacional e, em particular, na América Latina e Caribe, a realidade descrita contribuiu decisivamente ao desenvolvimento do movimento social que hoje se expressa en manifestações e ações concretas de oposição à ordem neoliberal e conseqüente processo de transnacionalização e desnacionalização com atores muito destacados como o movimento indígena, campesino, ambientalista e de trabalhadores.

No plano político, temos hoje uma nova realidade na América Latina e Caribe, que se manifesta com a presença de governos de esquerda, como o Governo de Lula, no Brasil, o processo venezuelano de Chávez, que busca consolidar e aprofundar a Revolução Bolivariana na Venezuela, assim como com o Governo progressista da Argentina, os triunfos eleitorales recentes no Panamá e República Dominicana, que junto com a Cuba socialista fazem possível um maior intercâmbio de experiências e na prática, um apoio solidário econômico e político ao resto de toda a América Latina e Caribe.

Acumulamos experiências. Há uma tendência ascendente da esquerda e forças sociais e políticas na América Latina e Caribe, que deverá ser potenciada para fazer avançar mais nossos projetos e ideais de transformação social, para forjar um mundo justo e digno para todos. A esquerda logrou ampliar através da via eleitoral em muitos países, sua participação em expêriencias de gestão local em muitas cidades, levando nestas gestiões o poder popular às bases sociais.

Estes novos ventos forjaram as condições ideais para lograr uma verdadeira integración política, econômica e cultural de nossa América Latina e Caribe, com o fortalecimento e a unidade das forças de esquerda e movimentos sociais, representadas no Foro de São Paulo e nos Foros de Movimentos Sociais, representativos do conjunto da sociedade civil de nossos povos. Este caminho é indispensável para lograr democratizar nossas sociedades, para superar nossos problemas e alcançar a justiça social para nossos povos.

Aproveitamos a ocasião do Foro de São Paulo que nos convoca a todos para saudar especialmente os 25 anos do triunfo da revolução sandinista. O papel diretor da FSLN, o aporte de milhares de militantes que deram sua vida pela libertação da Nicarágua, seu papel organizador de vastos setores populares que foram exemplo e um símbolo para todos aqueles homens e mulheres internacionalistas que se solidarizaram com a luta pela justiça social e a democracia. Reconhecer a contribuição da FSLN às lutas revolucionárias de nosso continente como fiéis herdeiros do ideal do General de Homens Livres A. C. Sandino, assim como reconhecemos a incidência significativa que desempenha e tem a FSLN como partido revolucionário na vida política e social nicaragüense. Respaldamos o papel político da FSLN na sociedade nicaragüense e seu legítimo direito a retomar o poder que le permita dar continuidade às transformações revolucionárias iniciadas há 25 anos.

¡Viva Nicarágua Sandinista!

¡Viva a Frente Sandinista de Libertação Nacional!

Manágua, Nicarágua, 18 de julho de 2004.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=97&even=Seminário%20em%20Manágua%20-%202004

REUNIÃO EM SÃO PAULO (BRASIL) - NOVEMBRO DE 2004

DECLARAÇÃO

Declaração do Grupo de Trabalho

Foro de São Paulo

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de São Paulo nos dias 22 e 23 de novembro de 2004, em clima de vitória pelo contundente triunfo da Frente Ampla, que consagrou Tabaré Vázquez Presidente de Uruguai:

- Ressalta a importância do resultado do plebiscito realizado no Uruguai, no mesmo dia da eleição presidencial, pelo qual ficam incluídos na Constituição, como parte integral dos Direitos Humanos, os serviços de água potável e saneamento.

- Destaca os avanços dos partidos membros do Foro de São Paulo que participaram nas eleições municipais de Brasil, Chile e Equador, com atenção especial para os resultados vitoriosos obtidos pela Frente Sandinista de Libertação Nacional na Nicarágua e pelas forças que apóiam o Presidente Chávez nas eleições regionais de Venezuela. Por outro lado, registra com preocupação a rearticulação de forças conservadoras e neoliberais.

- Saúda a recente eleição interna na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional como expressão de democratização que os coloca em melhor posição para enfrentar os desafios futuros.

- Denuncia e repudia o assassinato do Promotor Público da Venezuela, Danilo Anderson, como expressão do terrorismo ao serviço dos inimigos do Governo democrático do Presidente Hugo Chávez, cujo triunfo no referendo de agosto foi acompanhado por uma delegação do Grupo de Trabalho que expressou a solidariedade do Foro de São Paulo.

- Manifesta indignação pelos assassinatos dos companheiros do Movimento Sem Terra no Brasil, cujos responsáveis já foram identificados e responsabilizados. Este fato representa bem a ação das oligarquias rurais e setores contrários à reforma agrária no Brasil.

- Reitera o compromisso de lutar junto aos movimentos sociais que, no dia 12 de outubro, manifestaram-se contra a ALCA em toda América Latina.

- Congratula-se com as importantes manifestações democráticas no Chile, contra a política intervencionista do governo Bush, e saúda as iniciativas dos movimentos político-sociais contra a estratégia neoliberal, durante a recente reunião da APEC.

- Saúda a posição liderada pelo Ministro de Defesa do Brasil, Vice-Presidente José Alencar, e assumida por vários Ministros da região, que na 6ª. Reunião de Ministros de Defesa das Américas enfrentou com sucesso a proposta do Governo dos Estados Unidos, apoiado pelo Governo da Colômbia, para a criação de uma força multilateral para combate ao narcotráfico.

- Manifesta regozijo pela expressiva votação de 179 votos na Assembléia Geral das Nações Unidas, condenando novamente o bloqueio a Cuba por parte dos Estados Unidos, e repudia a política norte-americana de isolamento da irmã nação de Cuba.

- Ratifica seu compromisso com a busca de uma saída política negociada ao conflito colombiano e repudia o Plano Colômbia e a Iniciativa Regional Andina, como expressão da intervenção dos Estados Unidos na região andina e amazônica.

- Reitera o repúdio à continuidade da guerra e ocupação do Iraque e, em especial, condena o massacre de Faluja pelas tropas invasoras.

- Expressa grande pesar pela perda do companheiro Gerárd Pierre-Charles, dirigente da Organização do Povo em Luta (organização membro deste Grupo de Trabalho), e lutador incansável pela liberdade e a justiça no Haiti.

- Manifesta solidariedade com o povo brasileiro, pelo falecimento do economista Celso Furtado, insigne pensador da realidade latino-americana e defensor de políticas de desenvolvimento com justiça social.

- Realiza uma homenagem póstuma ao grande lutador da causa palestina, Presidente Yasser Arafat, e reitera a posição de apoio à criação do Estado Palestino e à retomada do processo de negociações de paz no Oriente Médio.

Por último, manifesta o compromisso de trabalhar para a realização do 12°. Encontro em São Paulo em 2005, por ocasião do aniversário de 15 anos da fundação do Foro de São Paulo.

São Paulo, 23 de novembro de 2004.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=9&even=Reunião%20em%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%20novembro%20de%202004

REUNIÃO EM SÃO PAULO (BRASIL) - NOVEMBRO DE 2004

RESOLUÇÃO CONTRA CANDIDATURA DE FRANCISCO FLORES

RESOLUÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO

FORO DE SÃO PAULO CONTRA A CANDIDATURA DO

EX-PRESIDENTE DE EL SALVADOR PARA

SECRETÁRIO GERAL DA OEA

Os Partidos membros do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunidos em São Paulo nos dias 22 e 23 de novembro, rejeitam a candidatura do Sr. Francisco Flores Pérez, ex-Presidente de El Salvador, à Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), por ocasião da renúncia do senhor Miguel Ángel Rodríguez ao cargo de Secretário General.

Motivam esta decisão, entre outras, as seguintes razões:

Durante seu mandato presidencial em El Salvador, Francisco Flores manifestou um perfil contrário ao requerido para a condução de um organismo tão importante como a OEA, uma vez que seu Governo contrariou os princípios da Organização a respeito da tolerância política interna e externa, assim como aceitou práticas de corrupção.

Sua gestão seria marcada pela dúvida no cumprimento da missão de integração dos povos latino-americanos.

Francisco Flores Pérez foi o primeiro e único Presidente latino-americano que reconheceu e legitimou o golpe de Estado contra o legítimo Presidente da República Bolivariana da Venezuela.

Durante seu Governo, o ex-Presidente permitiu a organização de ações de desestabilização e atentados contra o Governo cubano, facilitando estadia e documentação salvadorenha a Luís Posada Carriles, para transitar pela região. Sua visão política é a favor de manter Cuba isolada da comunidade internacional, postura repudiada pelos Partidos do Foro de São Paulo.

Durante sua gestão, fixou a Embaixada de El Salvador em Jerusalém, omitindo-se às múltiplas Resoluções da ONU a respeito.

El Salvador é um dos 28 países no mundo que não mantêm nenhum tipo de relação com a República Popular China, além de não manter relações nem com os países árabes, nem com os países africanos.

Apoiou a guerra e a invasão do Iraque, desrespeitando as normas internacionais de convivência pacífica, como a Resolução da Organização de Nações Unidas (ONU) e a Carta da OEA.

Em sua condição de Chefe de Estado, foi questionado pela ONU, o qual consta nas observações finais da Resolução do Comitê de Direitos Humanos, CCPR/C/SR.2125- 2003, colocando El Salvador em uma situação delicada, já que nela se manifesta que o Estado salvadorenho e o Presidente da República deixaram de respeitar aos direitos humanos e violaram permanentemente a Constituição da República, negando ao povo salvadorenho não somente o direito a esclarecer e conhecer a verdade sobre o passado, bem como de viver o presente em condições dignas.

Chamamos os partidos e governos dos Estados americanos a fazer cumprir a Carta da OEA, devendo o Secretário Geral Adjunto assumir interinamente as funções de Secretário Geral da OEA, até que a Assembléia Geral eleja o novo titular para o período completo, de acordo com o Artigo 108 da mesma Carta.

GRUPO DE TRABALHO

FORO DE SÃO PAULO

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=10&even=Reunião%20em%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%20novembro%20de%202004

SEMINÁRIO EM MANÁGUA - 2004

O Seminário internacional "América Latina aos XXV Anos da Revolução Popular Sandinista" foi realizado nos dias 17 e 18 de julho de 2004, por ocasião da celebração dos 25 anos da Revolução Sandinista, em 19 de julho, em Manágua, Nicarágua.

PALAVRAS DO PADRE MIGUEL D'ESCOTO

Foro de São Paulo – Seminário Internacional

"AMÉRICA LATINA AOS 25 ANOS DA REVOLUÇÃO POPULAR SANDINISTA"

Palavras de abertura do P. Miguel d"Escoto Brockmann

Companheiros e companheiras membros do Foro de São Paulo e outros representantes de partidos políticos de esquerda regionais e extra-regionais convidados a este Seminário Internacional, "América Latina aos 25 anos da Revolução Popular Sandinista", auspiciado pelo Foro de São Paulo. Em nome da Frente Sandinista de Libertação Nacional lhes desejo nossa mais cordial saudação de boas vindas à Nicarágua.

Desde que nós, do Foro de São Paulo, nos vimos reunindo, ou seja, desde 14 anos atrás, nunca o panorama internacional foi tão sombrio, nunca a paz e a segurança internacional estiveram tão seriamente ameaçadas como agora pelo terrorista presidente George W. Bush, que em nome de uma incompreensível democracia e liberdade busca como submeter e escravizar todas as nações da terra.

O que torna o momento em que vivemos ainda mais terrível é o convencimento de que não estamos ante um mal transitório, ante um pesadelo que durará até que permaneça Bush no poder. Pensar o contrário, ou buscar tranquilidade no feito histórico da transitoriedade dos impérios só nos pode conduzir a uma equivocada política de espera, de deixar que passe a tormenta.

Desde que o núcleo fundador de nosso Foro assistiu ao encontro de São Paulo, o intercambio de opiniões sobre as conseqüências do fim da bipolaridade para a luta de nossos partidos e movimentos de esquerda foi uma das principais características do Foro de São Paulo.

Hoje, 14 anos mais tarde, podemos ver e compreender com muito maior clareza que, com o fim da bipolaridade, Washington considera que já não tem por que se preocupar muito em guardar as aparências, com fazer crer aos ingênuos que os Estados Unidos verdadeiramente crê no império da lei nas relações internacionais, que os Estados Unidos está realmente comprometido com o multilateralismo e com a paz mundial.

Com os acontecimentos de 11 de setembro, as idéias que Paul Wolfowitz vinha propondo aos governantes estadunidenses, desde há uma década, oficializaram-se e os rumores, dúvidas e temores de serem vistos como realmente são, o "Rogue State", como Chomsky chama este Estado criminoso, foram já praticamente descartados.

Hoje, mais do que nunca, podemos dizer que o tendão de Aquiles do império é a opinião do povo norte-americano que ainda crê na falsa retórica de seus governantes, mas que considera que democracia, liberdade, justiça social e todos os valores da esquerda, são ideais que devem ser defendidos. Tampouco queremos eximir o povo estadunidense de toda responsabilidade nas atuações de seus governantes. Como o cão de Pavlov, eles também foram condicionados a fazer fila atrás de seus presidentes apenas bastando o soar dos tambores de guerra.

Não devemos esquecer nem minimizar a reação do povo norte-americano quando Clinton, a muito poucos meses de iniciar seu primeiro mandato, quando ainda tratava de alterar sua imagem de débil e indeciso, fez alarde de força e decisão ordenando o imediato bombardeio ao Iraque em represália por um suposto plano para assassinar Bush pai enquanto este se encontrava de visita no Kuwait. Pouco ou nada importou ao povo norte-americano que tudo havia sido uma mentira, como deixou claro o informe da Anistia Internacional, entre outros. As pesquisas de opinião pública demonstraram um imediato e dramático aumento na aceitação de Clinton como um Presidente pronto a usar a força do império ante qualquer provocação, suposta ou verdadeira.

O que sucede é que, como conseqüência da política de mentiras e enganos que sempre caracterizou as relações dos governos norte-americanos com seu próprio povo, este povo ignora os crimes cometidos por Washington em todas as partes e desde sempre em nome de uma pretendida democracia e da liberdade. Esta ignorância se agrava pela robotização do povo norte-americano que, entre outras coisas, foi programado para não questionar as decisões de seus governantes quando estes levantam imperativos de segurança nacional. E esta programação alcança também os legisladores do partido de oposição.

Não devemos esquecer que os legisladores democratas, sem exigir mais informação, deram luz verde a George W. Bush para a invasão do Iraque, deixando muito claro que, para eles, ainda que se trate somente de uma suposta ameaça à segurança nacional, o sistema jurídico, incluindo os compromissos internacionais, suspende-se e o Presidente fica autorizado a fazer tudo o que achar conveniente, ou seja, o que desejar.

Independente da ignorância do povo norte-americano sobre as verdadeiras motivações e natureza da política exterior de seu país, do grau de programação de suas mentes para dar sempre o voto de confiança a um presidente que alegue querer defender os Estados Unidos de alguma iminente ameaça, a verdade é que temos que ver o povo norte-americano como potencialmente o mais importante aliado em nossa luta pela PAZ, a democracia, o multilateralismo e o império da lei nas relações internacionais.

Certo é que o próprio Governo norte-americano é o que, ainda que hipocritamente, fomentou o apego do povo estadunidense a estes valores. Ali precisamente está a vulnerabilidade do império e temos que aproveitá-la ao máximo. Haveria que ver o que acontecerá quando o

povo estadunidense se der conta da falácia de seus governantes; quando se der conta que a política de Washington constitui a maior ameaça para a paz e a segurança internacional e que, de fato, converteram os Estados Unidos no maior inimigo da democracia, que impede a auto-determinação dos povos e apóia sempre os mais sinistros governantes desde que estes sejam dócies e apóiem sua criminosa política internacional, como a invasão ao Iraque, por exemplo.

O fato irrefutável de que a tão alardeada democracia estadunidense seja uma grande fraude, uma grande mentira, não significa que não haja muitas coisas positivas nos Estados Unidos. Depois de tudo, essa é a pátria de Thoreau, de Emmerson, de Whitman, de Martin Luther King e de Dorothy Day. Portanto, ainda que a classe política dos Estados Unidos esteja pior que podre, não devemos abandonar a esperança de poder contar com o povo norte-americano como sócio na construção do outro mundo possível.

Aos vinte e cinco anos do triunfo sandinista na Nicarágua, o mundo é muito mais inseguro e a voracidade do império é já quase ilimitada. Os Estados Unidos falam da necessidade de fortalecer suas defesas ainda que não exista potência capaz de enfrentá-los militarmente. Internamente, os Estados Unidos também mudaram muito. Diz a sabedoria popular quem deve, teme e, neste momento, não cabe dúvida de que o temor se instalou nos Estados Unidos. São tão grandes seus requerimentos de pessoal militar para o cada vez maior número de bases militares ao redor do mundo, que se está seriamente contemplando voltar ao serviço militar obrigatório. A liberdade e os direitos do povo estadunidense se vêem cada vez mais limitados. O número de gente protestando nas ruas contra o belicismo de Washington é cada vez maior, ainda que insuficiente no momento para constituir uma ameaça ao sistema.

O momento que vivem hoje os latino-americanos, a 25 anos do triunfo da Revolução Popular Sandinista, é algo que não podíamos prever então. O problema principal para nosso avanço na busca de soluções às mais sentidas necessidades de nossos povos segue sendo o mesmo: o imperialismo norte-americano. Este segue empenhado em nos impor receitas econômicas que somente nos afundaram ainda mais na miséria. A ALCA ou o CAFTA não poderão ter melhores conseqüências para nossas economias latino-americanas que as que já tiveram o NAFTA para a economia mexicana. Entretanto, é triste constatar o irresponsável servilismo com que os governantes centro-americanos competem para ver quem é o primeiro em acatar as ordens de Washington e assinar tudo o que este lhes propõe.

Ainda estão muito vivas as lembranças da criminosa e ilegal política de Washington contra a Nicarágua sandinista, que havia cometido a ousadia de sonhar com um mundo diferente e essas lembranças seguem amedrontando a muitos. Agora, com o fim da bipolaridade, o imperio é mais explícito: “Estão comigo ou estão com os terroristas”, nos diz Baby Bush. A obediência cega e imediata é exigida para não receber o tratamento que Washington impõe aos que decide rotular de terroristas, pelo mero fato de não dobrar-se ante as arbitrariedades de seu único poder imperial. Claramente a Besta Apocalíptica deixou de ser já só uma horrenda imagem bíblica.

Quando em abril del ano 1984, Nicarágua introduziu a demanda en Haia contra os Estados Unidos pela guerra que nos havia imposto. O que nos moveu a tomar esta medida audaz foi o convencimento de que alguem tinha que pegar o boi pelos chifres e fazer algo contundente em defesa do direito internacional.

Uma análise detida de editoriais e de artigos de opinião publicados ao longo de um mês em mais de 30 dos principais diários norte-americanos sobre a invasião à Granada nos convenceu de que o problema para a América Latina não dependia de quem ganhava ou perdia as eleições nos Estados Unidos. Essa centena de artigos de opinião e editoriais nos permitiram ver que a Doutrina Acheson de quarenta anos atrás, sobre a não-obligatoriedade do direito para os Estados Unidos, havia se convertido já em algo essencial da cultura imperial.

Robert Kagan, sem dúvida um dos mais talentosos expoentes da ideologia do Projeto para um Novo Século Americano, em um recente ensaio publicado sob o título de "Power and Weakness" (Poder e Debilidade) expressalo seguinte:

> “A caricatura que os europeus fazem dos Estados Unidos chega até o extremo de apresentá-los como uma sociedade dominada pela ‘cultura da morte’, seu temperamento guerrerista (segundo eles), é conseqüência lógica de uma sociedade violenta onde cada um tem um arma e a pena de morte é ainda vigente. Mas ainda os europeus que não fazem esta crua relação de causa e efeito estão de acordo com as profundas diferenças entre a forma em que os Estados Unidos e a Europa conduzem sua política exterior.
>
> “Os europeus alegam que os Estados Unidos, comparado com a Europa, recorre mais rapidamente ao uso da força e têm menos paciência com a diplomacia. Os americanos, segundo eles, em geral vem ao mundo dividido entre o bem e o mal, entre amigos e inimigos, enquanto os europeus têm uma visão mais complexa do assunto. Quando confrontam reais ou potenciais adversários, os norte-americanos geralmente favorecem políticas de coerção em vez de persuasão, dando mais importância a sanções punitivas que a formas de induzir um melhor comportamento, o carro na frente dos bois.
>
> “Os americanos, segundo os europeus, têm que resolver as coisas de uma vez por todas en assuntos de política exterior: querem que os problemas se resolvam e que as ameaças sejam eliminadas e, assim, dizem que os norte-americanos se inclinam cada vez mais ao unilateralismo, que se inclinam cada vez menos a atuar através de instituições internacionais como as Nações Unidas, a trabalhar em cooperação com outras nações para alcançar objetivos comuns, e que são mais céticos com respeito ao direito internacional e mais dispostos a funcionar fora de seus limites quando o consideram necessário ou, simplesmente, útil.”

Segundo Kagan, esta é certamente uma caricatura, mas capta bem a essência do que os Estados Unidos realmente são. Kagan, entretanto, se queixa de que os analistas europeus “se interesaram mais em atacar os Estados Unidos que em tratar de compreender por que os Estados Unidos atuam como atuam.” Depois de tudo, diz, os Estados Unidos se comportam como toda grande potência se comportou e se comportará sempre. Isso do respeito à normas de convivência civilizada consagradas na Carta das Nações Unidas, o multilateralismo e a solução pacífica de diferenças são coisas para os débeis, para os que não têm outra saída, já

que não têm a força suficiente para impor sua vontade. Portanto, os Estados Unidos não têm que ser criticados, mas compreendidos e aceitos como são já que, como é tão poderoso, está obrigado a ser prepotente e a violar todas as normas para a convivência pacífica entre as nações. O monstro não só nos enforca mas também quer que nos compadeçamos dele por ser tão forte y criminoso.

Este é o monstro cínico com que nos encontramos e nos seguiremos encontrando sempre que tentarmos tirar nossos povos da frente e defender nossos direitos. Este é o monstro com que provavelmente teremos que seguir lidando, ao menos, pela maior parte do século que apenas estamos começando. Sua ofensiva é multifacetária e, portanto, nossa defesa também deve ser não só no campo econômico mas também nos campos ideológico, jurídico e das Nações Unidas. Na luta por conseguir que o povo norte-americano acorde e compreenda o nefasto comportamento de seus dirigentes, nossas denúncias por violações de Washington ao direito internacional, a nossa auto-determinação e à própria Carta das Nações Unidas podem ser mais compreensíveis para esse povo e, portanto, mais útil para o avanço de nossa causa. Com dedicação, imaginação e coordinação entre nós, venceremos. A verdade pode mais que a mentira.

Novamente, desejamos a todos um frutífero encontro e, por favor, sintam-se todos como em sua própria casa, pois a pátria de Sandino pertence a todos os que sonham e trabalham convencidos de que outro mundo é posível.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=94&even=Seminário%20em%20Manágua%20-%202004

SEMINÁRIO EM MANÁGUA - 2004

O Seminário internacional "América Latina aos XXV Anos da Revolução Popular Sandinista" foi realizado nos dias 17 e 18 de julho de 2004, por ocasião da celebração dos 25 anos da Revolução Sandinista, em 19 de julho, em Manágua, Nicarágua.

RESOLUÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO

Resoluções do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo no contexto do Seminário internacional "América Latina: aos XXV anos da Revolução Popular Sandinista"

O **Foro de São Paulo**, em sua sessão do Seminário internacional **"América Latina: aos XXV anos da Revolução Popular Sandinista",** celebrada em Manágua, nos dias 17 e 18 de julho de 2004, depois de suas deliberações sobre a gravidade da situação humana nos territórios palestinos ocupados, da escalada contínua e das agressiões contra a população civil palestina, aprovou o seguinte:

DECLARAÇÃO DE SOLIDARIEDADE COM A LUTA DO POVO PALESTINO

O Foro São Paulo:

1. Reconhece e apóia o direito do povo palestino de exercer a resistência contra a ocupação militar israelense, o que emana do Direito Internacional e das resoluções das Nações Unidas.

2. Condena energicamente a construção do muro de separação nos territórios palestinos ocupados, que reflita discriminação racial, tendente a consolidar as concepções de isolamento e guetos contra um povo, neste caso contra a população palestina.

3. Aplaude a sentença da Corte Internacional de Justiça de 09 de julho de 2004, ao considerar ilegal a construção do muro de separação nos territórios palestinos ocupados, e demanda a toda a Comunidade Internacional assumir a sentença e pô-la em prática.

4. Pede à Comunidade Internacional e Governos Nacionais assumir suas responsabilidades para uma solução pacífica e justa do Conflito palestino-israelense pela via do diálogo e as negociações para garantir:

a) O fim da ocupação israelense em todo o território nacional palestino.

b) O pleno e soberano exercício do direito à livre determinação do povo palestino.

c) O direito de retorno de todos os refugiados palestinos a seus lugares de origem.

d) A convivência pacífica de todos os povos e países na região do Oriente Médio.

5. Reconhece e apóia a boa vontade e disposição dos esforços da Autoridade Nacional Palestina na busca de uma solução pacífica e negociável do Conflito palestino-israelense, sob a liderança do Presidente Yasser Arafat.

6. Reclama à Comunidade Internacional pôr fim ao cerco imposto contra o Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, por parte de Israel.

7. O Foro de São Paulo se solidariza e promoverá distintas atividades de solidariedade com a luta do povo palestino em seus respectivos países.

RESOLUÇÃO DE SOLIDARIEDADE COM CUBA

O **Foro de São Paulo**, na cidade de Manágua, Nicarágua, de 16 a 18 de julho de 2004, no marco do Seminário Internacional: América Latina aos XXV anos da Revolução Sandinista, resolve:

Expresar sua total solidariedade com a causa dos cinco patriotas cubanos injustamente presos em cárceres norte-americanas, por lutar contra o terrorismo em defesa da paz, a soberania e a integridade do povo cubano e de todos os povos do mundo, incluindo o próprio povo norte-americano.

Condenar a cada vez mais hostil e agressiva política dos Estados Unidos contra Cuba, expressada na recente promulgação de um novo pacote de medidas que aumentam o bloqueio e pretendem sufocar este povo.

O Foro de São Paulo reitera seu apoio irrestrito ao povo e à Revolução Cubana e expressa sua confiança e segurança de que uma vez mais derrotarão as pretensões criminais e expansionistas de George W Bush.

RESOLUÇÃO DE APOIO AO POVO DE PORTO RICO

Reunido o Foro de São Paulo, nos dias 17 e 18 de julho de 2004, no marco do *Seminário de América Latina e os 25 anos da Revolução Sandinista,* resolve:

1. Reiterar o apoio ao direito à auto-determinação e independência do povo porto-riquenho e as conseqüentes resoluções aprovadas pelo Comitê de Descolonização das Nações Unidas e o Movimento de Países Não-Alinhados.

2. Unir-se ao reclame pela libertação dos presos políticos e prisioneiros de guerra porto-riquenhos Oscar López Rivera, Haydee Beltrán e Carlos Alberto Torres, encarcerados nos Estados Unidos há mais de vinte e cinco anos, cumprindo sentenças equivalentes a condenações perpétuas por atividades a favor da luta pela Independência de sua pátria. É hora de que regressem a sua pátria pelo qual o FSP exorta suas organizações membros a participar na Jornada Internacional a levar-se a cabo no mês de outubro do presente ano.

3. Saudar o triunfo do povo porto-riquenho ao lograr a saída da Marinha de Guerra dos Estados Unidos e o fim dos bombardeios na Ilha de Vieques. Ainda, apóia sua reclamação contra a contaminação e pela devolução das terras ocupadas, para que possam ser utilizadas em seu desenvolvimento sócio-econômico.

RESOLUÇÃO DE APOIO AO POVO E GOVERNO DO BRASIL

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido en 16 de julho de 2004 na cidade de Manágua, Nicarágua, por ocasião do XXV Aniversário da Revolução Popular Sandinista, saúda o povo brasileiro e a seu Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e lhes deseja grandes vitórias na realização dos câmbios progressistas a favor das grandes maiorias.

Além disso, deseja à Coalizão que encabeça o Partido dos Trabalhadores êxitos nas próximas eleições municipais, base importante para a consolidaçõa da maioria política que conduzirá as transformações necessárias para o desenvolvimento social, econômico e político deste irmão país latino-americano.

RESOLUÇÃO SOBRE EL SALVADOR

Reunido o Foro de São Paulo nos dias 17 e 18 de julho dos correntes, na cidade de Manágua, Nicarágua, no marco do Seminário: *"AMÉRICA LATINA E OS 25 ANOS DA REVOLUÇÃO POPULAR SANDINISTA",*

CONSIDERANDO

Que o Presidente de El Salvador, Elías Antonio Saca, em sua recente visita aos Estados Unidos da América, prometeu a continuidade da presença de tropas salvadorenhas no Iraque, pondo em risco a segurança do povo, que se opõe ao envio de mais soldados e oficiais a este convulsionado país árabe,

RESOLVE

1. Expressar sua preocupação pela decisão do Governo de enviar ao Iraque um novo contingente militar.

2. Manifestar que a presença do exército salvadorenho na ocupação do Iraque obedece à políticas belicistas dos Estados Unidos, baseadas em premissas falsas e desacreditadas mundialmente, inclusive nos Estados Unidos

3. Rechaçar a participação militar de nossas nações em agressões militares.

4. Exigir respeito à auto-determinação dos povos e à solução pacífica negociada dos conflitos internacionais.

5. Demandar ao Presidente Elías Antonio Saca que leve em conta o clamor da população e não participe em ações que violam a soberania e direitos que somente competem ao povo iraquiano.

RESOLUÇÃO DE SOLIDARIEDADE COM O POVO E GOVERNO BOLIVARIANO DA VENEZUELA

O Foro de São Paulo, reunido no Seminário "América Latina: aos XXV anos da Revolução Popular Sandinista", celebrado em Manágua, Nicarágua, nos dias 17 e 18 de julho de 2004, depois de suas deliberações sobre o processo revolucionário da República Bolivariana da Venezuela,

CONSIDERANDO:

- Que a Revolução Bolivariana da Venezuela, com o Presidente Hugo Chávez Frías à frente, baseada nos ideais de Simón Bolívar e respaldada jurídica e institucionalmente na Constituição da República, continua sendo ameaçada pela ingerência do imperialismo estadunidense e a Administração Bush, que não vacilaram em impulsionar e apoiar resolutamente os setores contra-revolucionários e opositores a este processo, conspirando contra as autoridades legitimamente constituídas e violentando a soberania e o direito à auto-determinação do povo venezuelano.

- Que o Governo da República Bolivariana da Venezuela, junto a seu povo, venceu derrotando o golpe de Estado, a sabotagem petroleira e a greve patronal, as ameaças e manobras dirigidas a dificultar os avanços do processo revolucionário venezuelano que, por seu caráter e benefícios, é fonte de emulação para todos e todas lutadores políticos e sociais de nossos tempos.

RESOLVE

1. Expressar sua solidariedade com o povo e Governo da República Bolivariana da Venezuela, encabeçada pelo Presidente Hugo Chávez Frías, na construção e defesa da Revolução Bolivariana, que com base na participação protagonista do povo e à vontade política do Governo, estão resolvendo os grandes problemas econômicos, sociais e culturais da imensa maioria de venezuelanos que historicamente haviam sido excluídos do benefício das riquezas deste país.

2. Rechaçar as manobras da midia, econômicas, militares e políticas que o imperialismo estadunidense realiza contra o Governo legítimo e constitucional do Presidente Hugo Chávez Frías.

3. Manifestar nossa plena confiança de que, no referendo de 15 de agosto, o povo venezuelano ratificará o mandato do Presidente Hugo Chávez Frías.

4. Respaldar e organizar atividades de difusão e solidariedade com o povo e o Governo venezuelano, em apoio à ratificação do mandato do Presidente Hugo Chávez.

5. Participar ativamente na observação do processo referendário de 15 de agosto, para certificar ante o mundo a transparência dos resultados.

RESOLUÇÃO DE SOLIDARIEDADE COM A RESISTÊNCIA DO POVO IRAQUIANO

O Foro de São Paulo, na cidade de Manágua, Nicarágua, de 16 a 18 de julho de 2004, no marco do Seminário internacional “América Latina: aos XXV anos da Revolução Sandinista”,

resolve:

Condenar com todas as nossas forças a ilegal e imoral invasão e ocupação do Iraque por parte das tropas dos Estados Unidos e Grã-Bretanha, apoiados por regimes títeres.

Condenar com igual força o genocídio, os assassinatos, as torturas, violação e humilhações cometidos contra o povo iraquiano. Condena o saque de hospitais, museus, universidades e outros centros educativos e de investigação e a destruição da infra-estrutura do país.

Reafirmar o apoio e reconhecimento à resistência do povo iraquiano para a expulsão das tropas invasoras, por sua auto-determinação e soberania.

RESOLUÇÃO DE APOIO À GRANDE JAMIHIRIA ÁRABE DA LÍBIA

O Foro de São Paulo, reunido na cidade de Manágua, Nicarágua, de 16 a 18 de julho de 2004, saúda a iniciativa tomada pela Grande Jamihiria Árabe Líbia Popular Socialista e sua Direção Revolucionária sob a liderança de Muammar Al Khadafi, por expresar seu desejo de renunciar voluntariamente aos programas e equipes que possam ser utilizados para a produção de armas de destruição em massa proibidas a nível mundial.

Estamos seguros que este passo foi dado no caminho correto e será um exemplo para a consolidação da estabilidade e segurança no mundo.

Desde este encontro, também fazemos um chamado aos países que possuem armas de destruição em massa, encabeçados por Estados Unidos da América, a que sigam o exemplo da Grande Jamihiria Líbia e renunciem a suas armas de destrução em massa, em prol da criação de um mundo livre de armas proibidas e de instrumentos hegemonizantes para que reine a segurança, a estabilidade e a paz em todo o planeta

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=96&even=Seminário%20em%20Manágua%20-%202004

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

SAUDAÇÃO AO PT - BRASIL

Saudação ao PT-Brasil

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo felicita o Partido dos Trabalhadores por cumprir seus vinte e cinco anos de fundação este próximo 19 de março. Desejamos êxitos em sua luta por construir um Brasil melhor e agregamos nossas forças para avançar na integração de nossos povos.

Montevidéu, 02 de março de 2005.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=20&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

RESOLUÇÃO SOBRE COLÔMBIA

Resolução sobre Colômbia

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo concordou dar respaldo aos esforços para restabelecer o diálogo em favor de uma solução política negociada e pela paz na Colômbia e acompanhar a convocatória a uma delegação parlamentar internacional plural que visite tal país e se encontre com as autoridades do mesmo.

Concorda-se realizar a mesma na primeira quinzena de abril, com base na proposta das bancadas parlamentares dos partidos membros do FSP na Colômbia, que são os responsáveis pelo convite e pela organização do programa local. Realizaram-se esforços para coordenar com a Rede Parlamentar Internacional e com a COPPPAL, para lograr a maior amplitude possível.

Montevidéu, 02 de março de 2005.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=16&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

RESOLUÇÃO SOBRE XII ENCONTRO

Resolução sobre o XII Encontro do Foro de São Paulo

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de Montevidéu em 02 de março de 2005, decidiu convocar o XII Encontro do Foro de São Paulo em julho de 2005, na cidade de São Paulo.

A programação do 12º. Encontro incluirá a comemoração do 15º. aniversário de fundação do FSP, nesta mesma cidade.

A organização do mesmo estará a cargo do Partido dos Trabalhadores, do Brasil, que cumpre este ano seus 25 anos, e o Presidente Lula da Silva será convidado para fazer a abertura do Encontro.

O eixo temático dos debates de dito Encontro será “Integração latino-americana desde a perspectiva dos partidos progressistas e de esquerda“. No próximo Grupo de Trabalho, a se realizar em Caracas, o PT deverá apresentar um projeto para a realização do evento e se ajustará a programação.

Montevidéu, 02 de março de 2005

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=18&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

SAUDAÇÃO À FRENTE AMPLA - URUGUAI

Saudação ao Triunfo da Frente Ampla / Encontro Progressista Nova Maioria do Uruguai

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de Montevidéu, em 02 de março de 2005, agradece aos companheiros e companheiras da Frente Ampla o convite para participar da jornada histórica da posse do companheiro Dr. Tabaré Vázquez.

O triunfo da Frente Ampla sintetiza a visão de unidade da esquerda uruguaia e se constitui num paradigma para o trabalho das forças políticas de esquerda e progressistas da América Latina que em dito triunfo destacamos a profunda convicção de transformação que sempre animou a esquerda uruguaia, ainda nas piores vicissitudes provocadas pela repressão e o autoritarismo.

Expressamos ao Presidente Tabaré Vázquez e a seu governo constituído o desejo de que seus êxitos constituam a resposta ao enorme volume eleitoral, à fé e à esperança do povo uruguaio. Estamos convencidos que o exercício do poder será uma demonstração exemplar não só para o Uruguai, mas também para América Latina e o mundo, de que é possível construir uma alternativa real frente à crise que vive nossos povos, e que possível levantar a bandeira da dignidade para abrir o caminho da esperança, a justiça, a eqüidade, em atenção aos múltiplos requerimentos das sociedades contemporâneas que foram vítimas de todo tipo de colonialismo.

Neste ano se cumprem 15 anos do Foro de São Paulo e a chegada da Frente Ampla ao governo do Uruguai significa um avanço a mais das forças de esquerda e progressistas em nosso continente no longo caminho pela liberdade e a justiça, na defesa da soberania e dos direitos humanos.

Saudações companheiros e companheiras da Frente Ampla!!!

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=19&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

MENSAGEM A GLADYS MARÍN

Mensagem a Gladys Marín

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo faz chegar aos companheiros do Partido Comunista do Chile, à família e à companheira Gladys Marín, toda sua solidariedade ante a difícil situação que enfrenta e a dura batalha que está dando por sua vida.

Exemplo de luta e entrega à causa libertadora e democrática de seu povo, lutadora incansável pela verdade e justiça e os direitos humanos, enfrenta hoje momentos complexos de grande angústia.

Recebam nosso sentimento de angústia e preocupação e tenham certo que a companheira Gladys Marín está e estará presente em cada momento de luta e triunfo de nossos povos latino-americanos.

Montevidéu, 02 de março de 2005

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=21&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

RESOLUÇÃO SOBRE PRÓXIMA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO

Resolução sobre a próxima reunião do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido em Montevidéu em 02 de março de 2005, concorda em realizar a próxima reunião do GT em Caracas, em maio do presente ano, sob o auspício do Movimento V República.

Este Grupo de Trabalho terá uma agenda de trabalho que incluirá:

- Avaliação dos resultados da missão parlamentar a se realizar na Colômbia para reiniciar o diálogo pela paz e analisar possibilidades de avançar até uma segunda fase nestes esforços.

- Realização de uma atividade em solidariedade com o Haiti, neste ano de 2005.

- Realização de um Seminário em El Salvador em 07 e 08 de outubro do presente ano, organizado pela FMLN no marco das celebrações de seu 25º. aniversário.

- Discussão da agenda e da programação do 12º. Encontro.

Montevidéu, 02 de março de 2005

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=17&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005

Reunião em São Paulo (Brasil) – maio de 2005

DECLARAÇÃO

Reunião do Grupo de Trabalho

Foro de São Paulo

São Paulo, Brasil – 24 e 25 de maio de 2005

Declaração

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de São Paulo nos dias 24 e 25 de maio, com o objetivo de avaliar os resultados da Missão Parlamentar à Colômbia, programar as ações do segundo semestre e, em especial, preparar o XII Encontro do Foro de São Paulo,

Considera:

1. Que dada a transformação do cenário regional latino-americano nos últimos anos, conseqüência de lutas e triunfos eleitorais de nossas forças políticas que hoje governam em vários países da região, os partidos do GT-FSP concordam em considerar esta conjuntura única para a realização dos objetivos que, 15 anos atrás, proclamamos no Primeiro Encontro.

2. É importante reafirmar nosso compromisso para enfrentar as graves situações econômico-sociais herdadas de governos que implementaram as políticas neoliberais predominantes na década de noventa e renovar nossas práticas de intercâmbio de experiências e solidariedade.

3. É preciso continuar o combate às políticas intervencionistas dos EUA que, no segundo Governo Bush, ameaçam hostilizar ainda mais o governo de Cuba e Venezuela, assim como prosseguir com o Plano Colômbia e a regionalização do conflito em toda o área andina.

4. Que, pela primeira vez em sua história, os Estados Unidos não conseguiram impor seu

candidato a Secretário Geral da OEA e, no campo econômico-comercial, não conseguiram implantar seu projeto da ALCA, os partidos do Foro de São Paulo devemos nos dedicar à discussão sobre nossas propostas de integração como instrumentos políticos legítimos para defender os interesses de nossas nações e povos.

5. Que, para avançar na construção de um sistema de convivência democrática no continente, faz-se necessário respeitar e aplicar o Direito Internacional, o Direito Humanitário, condenando o terrorismo em todas as suas formas.

Resolve:

1. Respaldar os processos de luta político-social que liberam nossos povos e apoiar solidariamente aos partidos membros do Foro de São Paulo que, a partir de dezembro de 2005 e durante todo o 2006, estarão disputando eleições. Seguramente enfrentaremos desafios cruciais para nossos projetos que buscam a paz, a justiça, a igualdade e a soberania para nossos povos.

2. Avançar na coordenação entre nossos partidos, apoiando as redes de parlamentares, prefeitos e outros sujeitos sociais e políticos.

3. Considerar muito positivos os resultados da Missão Parlamentar e divulgar a Carta de Bogotá onde estão estipulados os passos futuros para retomar o processo de negociação política entre o Governo colombiano e a insurgência em função do objetivo de lograr a Paz na Colômbia.

4. Continuar a tarefa de exigência ao Governo da Colômbia para que retome o processo de negociação política com todos os setores da sociedade colombiana. Depois de escutar o informe do Dep. Tarcísio Zimmerman, integrante da Missão Parlamentar a Colômbia, resolve implementar em todos os âmbitos nacionais e internacionais, as propostas da Declaração de Bogotá, somando nossas sociedades, Estados e instituições internacionais.

5. Participar no XXV Aniversário da FMLN de El Salvador e, em especial, do Seminário sobre o tema “Os partidos políticos e os processos de integração”, do 06 a 10 de outubro de 2005.

6. Iniciar uma articulação dos partidos do FSP junto a entidades e parlamentares latino-americanos para somar nossos esforços de solidariedade com o povo haitiano. Nesse sentido, devemos aprofundar a análise da situação atual de Haiti e do papel da MINUSTAH-ONU.

7. Coordenar ações com COPPPAL e COPA para organizar una missão ao Haiti com o objetivo de reunir todas as expressões sociais e políticas desse país para discutir as ações comuns pela estabilidade política, econômica e social, assim como a reinserção soberana da nação haitiana na comunidade internacional.

8. Com base no Direito Internacional, exigir do governo dos Estados Unidos a entrega à

justiça venezuelana do terrorista Luis Posadas Carriles, para que seja julgado pelos múltiplos crimes cometidos.

9. Promover sistemas eleitorais que respeitem a representação plural da sociedade.

São Paulo, 25 de maio de 2005

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=22&even=Reunião%20em%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%20maio%20de%202005

Seminário em San Salvador – 2005

RESOLUÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO

DECLARACIÓN DE LA REUNION DEL GRUPO DE TRABAJO DEL FORO DE SÃO PAULO

Reunido el Grupo de Trabajo durante la realización del seminario internacional “Los partidos políticos y la integración de los pueblos” realizado en San Salvador 6 – 8 de octubre 2005. En el marco de las actividades de celebración de los 25 años de fundación del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional; con la participación de delegaciones de los partidos políticos de México, Guatemala, El Salvador, Nicaragua, Honduras, Panamá, Puerto Rico, República Dominicana, Venezuela, Colombia, Brasil, Uruguay y Chile, concluyó en los siguientes acuerdos:

1.- Expresa todo su reconocimiento en un amplio y profundo homenaje al guerrillero heroico, Comandante Ernesto Ché Guevara. Coincide las conclusiones de nuestro trabajo en este día 8 de octubre, a 38 años de *ENTRAR EN LA INMORTALIDAD* con su mirada especial y sobre todo con su *EJEMPLO PERSONAL* de entrega. Sigue siendo y acrecentándose como referente para las nuevas generaciones de revolucionarios, que cada vez quieren saber más de su vida y de su obra y de reafirmación para quienes hemos levantado su bandera históricamente. Este homenaje alcanza todo su realce en el contexto del 25 ANIVERSARIO DEL FMLN.

2.- Expresamos nuestro más profundo sentimiento de solidaridad con las víctimas y damnificados por los desastres sociales como consecuencia de los fenómenos naturales que azotan desde el Sur de México hasta el Norte de Colombia con especial gravedad a la población más vulnerable de Guatemala y El Salvador. Para tal efecto acordamos una declaración específica.

3.- Los partidos del grupo de Trabajo del Foro de Sao Paulo denunciamos las nuevas formas que adquieren los esquemas de dominación del gran capital financiero transnacional a través de la Doctrina Hemisférica impulsada a partir de los atentados a los centros neurálgicos del poder económico, político y militar de Estados Unidos en septiembre de 2001, y que han sido pretexto para la redefinición de una política y el unilateralismo como respuestas únicas al terrorismo visto como la principal amenaza a la seguridad de los Estados Unidos y otras

economías transnacionales del mundo. Este anticrimen organizado que sirve de pretexto para la militarización de zonas de desarrollo estratégico como es la ocupación con bases militares en el principal manto acuífero del mundo en Paraguay, la firma anticonstitucional de la alianza para la Seguridad y la Prosperidad de América del Norte (Aspan por sus siglas en español) que adiciona al Tratado de Libre Comercio de América del Norte (Tlcan por sus siglas en español) un apartado de seguridad energética para armonizar las regulaciones bajo el esquema de que México se ajuste a los modelos del mercado de gas natural y de la industria eléctrica que impera en EE.UU. y Canadá, así como el apartado de seguridad fronteriza que desplaza la frontera México-EUA hacia la frontera México – Centroamérica, criminalizando la migración latinoamericana.

4.- Saludamos el proceso de unidad de la izquierda en Colombia y sus significativos avances para lograr un candidato único a la presidencia, listas únicas al congreso y la instalación de una Mesa de Unidad Nacional. Valoramos como un hecho positivo la apertura de una Casa de Paz para un diálogo entre la sociedad colombiana y el Ejército de Liberación Nacional ELN en función de superar los obstáculos que impiden el inicio de conversaciones entre el gobierno y la insurgencia. Reafirmamos nuestro apoyo a un acuerdo humanitario entre el gobierno y las FARC para la liberación de las personas que han perdido su libertad en el marco del conflicto armado interno e instamos a la comunidad internacional a mantener los esfuerzos en esta dirección. Expresamos, una vez más, que sólo la solución política y negociada del conflicto armado es el camino que requiere Colombia y, en este sentido, asumimos el compromiso de convocar a América Latina para acompañar los esfuerzos de la sociedad colombiana por la paz, la justicia y la democracia.

5.- Nos unimos a las voces de la comunidad internacional, manifestando nuestro repudio por el asesinato del líder independentista puertorriqueño, Filiberto Ojeda Ríos, lo que ha provocado una contundente repulsa de parte de todos los sectores del pueblo puertorriqueño. Denunciamos la movilización a suelo de Puerto Rico de 200 agentes del gobierno federal de los EUA, que culminaron con el asesinato del compañero Ojeda Ríos. Hacemos un llamado a los partidos y amigos del FSP a que se unan a esta denuncia contra esta nueva invasión a un pueblo latinoamericano de parte del gobierno federal estadounidense y renueven el apoyo de la comunidad internacional a la lucha de Puerto Rico por su independencia.

6.- El grupo de trabajo reitera su solidaridad con los *cinco héroes* de la República de Cuba, quienes desde hace ya 2 meses están ilegalmente presos en cárceles norteamericanas, luego que el Tribunal Supremo de Atlanta, dictaminara sin lugar, el politizado juicio realizado hace 7 años en Miami. En tal sentido el grupo de trabajo hace un llamado a todos los partidos miembros del Foro de Sao Paulo, para que exijan al gobierno de EE.UU. la inmediata liberación de los heroicos patriotas cubanos, que son en verdad ejemplo de combatientes contra el terrorismo internacional, que cobija en territorio yanqui a sus principales exponentes.

7.- Manifestamos nuestra condena al intervensionismo de la administración Bush en los asuntos internos de Nicaragua. Al mismo tiempo instamos a los nicaragüenses a solucionar los problemas acuciantes que vive el país a través de la negociación política. En este sentido respaldamos el llamado del Frente Sandinista para la continuación del diálogo nacional. Llamamos a todos los partidos del Foro de Sao Paulo a mantenerse atentos a la evolución de la delicada situación de Nicaragua y a participar como observadores en el próximo proceso electoral.

8.- Expresamos nuestra solidaridad con los seis ciudadanos de origen vasco privados de su libertad en el Reclusorio Oriente de la ciudad de México y que enfrentan un proceso de extradición solicitada por España. Denunciamos el irregular proceso de extradición que vulnera los principios constitucionales del derecho al debido proceso.

9.- Deseamos éxitos a los partidos hermanos miembros del Foro de São Paulo que próximamente participarán en procesos electorales el 22 de noviembre en Honduras con elecciones generales, y el 11 de diciembre en Chile con elecciones presidenciales y parlamentarias, y finalmente en Bolivia.

10.- Manifestamos nuestra preocupación y nos disponemos a realizar las acciones pertinentes por exigir se respete y garantice un proceso electoral democrático en Bolivia. Hacemos llegar nuestro mensaje de amistad y solidaridad al compañero Evo Morales candidato presidencial en dicho país.

11.- El grupo de trabajo del Foro de São Paulo ha resuelto realizar su próxima reunión entre los días 16 al 18 de diciembre de 2005 en la ciudad de La Habana, Cuba.

12.- Con el propósito de dar el máximo de relevancia a este acuerdo manifestamos nuestro saludo solidario y comprometido lleno de reconocimiento al heroísmo y a la contribución que realizan todos los pueblos a los 25 años del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional.

Los partidos miembros del Grupo de Trabajo del Foro de Sao Paulo manifestamos públicamente nuestro reconocimiento a la organización, por el cariño y solidaridad que nos han expresado nuestros hermanos anfitriones del FMLN.

GRUPO DE TRABAJO DEL FORO DE SAO PAULO

SAN SALVADOR, 8 DE OCTUBRE DE 2005.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=150&even=Seminário%20em%20San%20Salvador%20-%202005

Seminário em San Salvador – 2005

DECLARAÇÃO DE SOLIDARIEDADE – (Original unicamente em espanhol)

DECLARACIÓN DE SOLIDARIDAD

Los partidos miembro del Foro de Sao Paulo reunidos en el marco del Seminario Internacional del Foro de Sao Paulo “Los partidos Políticos y los Procesos de Integración”, analizamos con profunda preocupación los desastres sociales consecuencia de fenómenos naturales que azotan con especial gravedad a la población mas vulnerable, desde el sur de México hasta el norte de Colombia, incluído de Guatemala y El Salvador.

A pesar de que los estudios geológicos y meteorológicos concluían de manera clara y precisa la dimensión de la catástrofe que se avecinaba, no se impulsó eficazmente la acción gubernamental para la evacuación de la población de las zonas que iban a ser fuertemente afectadas.

Consideramos que la ausencia de políticas de Estado claramente estructuradas de prevención, impiden que las acciones humanitarias provenientes de los más diversos actores nacionales e internacionales lleguen a los damnificados en forma directa y efectiva.

Este hecho no es aislado en nuestro continente, conforma una definición de políticas gubernamentales contrarias a los intereses y necesidades de las mayorías populares y hemos visto una serie de situaciones similares en las que se prioriza la instrumentación de esquemas de producción que destruyen el equilibrio ecológico y el medio ambiente, es decir, el ecosistema mundial; e incluso, ante la creciente presión internacional por el cuidado del planeta, se niegan a la firma de los tratados internacionales en materia de protección ambiental, en particular el Protocolo de Kyoto que ha establecido compromisos para la salvaguarda del ecosistema.

De esta irresponsabilidad dan cuenta grandes desgracias humanas como las que a últimas fechas han azolado a importantes áreas del mundo. El Tsunami en el océano Índico, los huracanes y tormentas tropicales en el Atlántico, el Pacífico y en el Golfo de México (Katrina, Rita), zonas en las que constatamos la enorme vulnerabilidad en que se encuentra la población por la falta de estas políticas de Estado de prevención y mitigación del impacto de los desastres naturales.

Ante lo señalado, los partidos políticos miembros del Grupo de Trabajo del Foro de Sao Paulo ratificamos nuestro compromiso irrenunciable con nuestros hermanos damnificados para lo cual impulsaremos acciones de solidaridad en nuestros países, a los efectos de que esta ayuda llegue con celeridad y directamente a los miles de ciudadanas y ciudadanos damnificados por los fenómenos naturales en la región mesoamericana.

Asimismo, impulsaremos la creación de un fondo internacional en el seno de las Naciones Unidas para la atención de las víctimas de estos fenómenos naturales que deberá tener un correlato nacional en el que estén representados todos los actores y sectores involucrados en forma directa con la responsabilidad de proveer asistencia a quienes sufrieron pérdidas humanas y materiales, brindando la imprescindible transparencia y rendición de cuentas sobre el manejo y administración de todos los recursos que se asignen a esta labor.

PARTIDOS MIEMBRO DEL GRUPO DE TRABAJO

DEL FORO DE SAO PAULO

San Salvador, 8 de octubre de 2005.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=149&even=Seminário%20em%20San%20Salvador%20-%202005

Reunião em Havana (Cuba) - dezembro de 2005

MEMÓRIA DA REUNIÃO

Memória da reunião do GT do Foro de São Paulo

Havana, 16 a 18 de dezembro de 2005

1. A reunião do GT foi dedicada a três temas principais: a) a conferência das atividades realizadas e dos compromissos assumidos pelo GT e pelos partidos membros; b) a análise da conjuntura latino-americana; c) a organização do XIII Encontro do Foro de São Paulo, bem como da agenda do Grupo de Trabalho.

Atividades e compromissos

2. Foi dado um informe sobre as atividades das subsecretarias regionais do Foro:

a) a Sub-Secretaria Caribe não logrou funcionar. Foi decidido que esta Sub-Secretaria e a Sub-Secretaria Mesoamérica se somariam, criando a Sub-Secretaria Mesoamérica e Caribe;

b) a Sub-Secretaria Andina fará uma reunião por ocasião do FSM policêntrico em Caracas;

c) a Sub-Secretaria do Cone Sul reuniu-se nos dias 6 e 7 de dezembro. As deliberações desta reunião estão nos “links” nos Encontros.

3. Em relação à campanha de solidariedade e pela independência de Porto Rico, foi aprovado o seguinte:

a) apoiar as gestões de Porto Rico frente ao Comitê de Descolonização da ONU. Enviar delegação do FSP para depor no Comitê. Que esta delegação visite Porto Rico antes de ir a Nova Iorque;

b) apoiar as gestões para levar o caso de Porto Rico à Assembléia Geral. Promover gestões nas chancelarias. Mencionar o tema nas intervenções na Assembléia Geral;

c) Incrementar a divulgação do caso de Porto Rico. Jornadas e visitas de solidariedade. Seminário ou fórum sobre Porto Rico, por ocasião do XIII Encontro do Foro de São Paulo. Conferência internacional de solidariedade com Porto Rico a partir de 2007.

4. Em relação às eleições de Honduras, tomou-se nota dos resultados, ainda não oficiais nem reconhecidos por uma das partes.

5. Em relação às eleições do Chile, tomou-se nota do resultado do primeiro turno. O PS chileno não estava presente à reunião do GT. O PC chileno informou sua disposição de apoiar Michele Bachelet, no segundo turno, desde que o PS e a candidata socialista comprometam-se com algumas reivindicações, entre elas o fim do sistema binominal.

6. Em relação as eleições de Bolívia, constatou que pelo menos três partidos membros do FSP enviaram representantes para acompanhar o processo eleitoral: PT do Brasil, PC do Brasil e Frente Ampla do Uruguai. A eleição coincidiu com o último dia reunião do Grupo de Trabalho (18/12).

7. Foi dado um informe a respeito da base militar norte-americana no Paraguai, bem como sobre a disposição da Sub-Secretaria Cone Sul do FSP, de investir mais nas relações com as organizações políticas e sociais do Paraguai.

8. Sobre o FSM policêntrico Caracas (6ª edição do FSM e 2ª edição do Fórum Social das Américas), de 24 a 29/11, avaliou-se que será uma atividade de grande importância, provavelmente com destaque e público superiores aos Fóruns policêntricos marcados para Mali (que também será o 1o. FSM africano) e Paquistão. Há mais de 2.200 atividades inscritas. Previsão de até 60 mil participantes, metade dos quais estrangeiros. Só em janeiro se conhecerá a programação. Mas há uma marcada inclinação à posições mais definidas ideologicamente, contra o imperialismo e contra o capitalismo. Exemplo disso é a atividade de abertura, no dia 24 de janeiro: “marcha contra o imperialismo e pela soberania dos povos”. Há vários problemas organizativos (alojamentos, dispersão dos eventos, infra-estrutura da cidade), além da falta de recursos (várias entidades que financiaram os eventos anteriores, não financiarão este).

9. O Foro de São Paulo e seus partidos membros estão envolvidos em diversas atividades, com destaque para:

a) Foro de Autoridades Locais (está bem encaminhado);

b) Foro de Parlamentares (sob a responsabilidade de Filinto Durán, do Movimento V República: filinto.duran@parlatino.org.ve);

c) uma atividade realizada em conjunto com a Aliança Social Continental e com a Central Única dos Trabalhadores (Brasil).

10. Os partidos membros do FSP devem comunicar, à Secretaria Executiva, a relação das atividades em que estão envolvidos, para que possamos nos apoiar mutuamente.

11. O Grupo de Trabalho estimula seus partidos membros a participar, por intermédio de seus militantes sociais, das atividades que os movimentos sociais realizarão durante o FSM, por exemplo, a Assembléia dos Movimentos Sociais.

12. Tão logo se divulgue a programação exata do FSM, a secretaria executiva consultará os partidos membros acerca da composição das mesas da atividade promovida em conjunto por FSP/Aliança Social Continental/CUT. Foi elaborada uma relação de possíveis expositores, para esta e para outras atividades.

13. A reunião de partidos políticos europeus, com partidos latino-americanos e do Caribe está prevista para maio de 2006, em Viena, próximo a Cúpula de Presidentes da América Latina e Europa. A secretaria executiva consultará os partidos europeus sobre a vigência da proposta. A composição da delegação do FSP dependerá da data do evento e das possibilidades de apoio financeiro. O assunto será debatido na próxima reunião do Grupo de Trabalho.

14. O seminário sobre as experiências dos partidos membros do Foro de São Paulo que estão em governos será realizado nos dias 15 e 16 de março, no México. Os convocantes e organizadores são o PRD e o Partido del Trabajo do México. O primeiro dia do seminário será dedicado aos governos locais e estaduais; o segundo dia será dedicado aos governos nacionais. Proximamente circulará a proposta detalhada de programação.

15. A data do Encontro Parlamentar Internacional na Colômbia depende de uma proposta que será apresentada, proximamente, pelas organizações colombianas. Ainda a respeito da Colômbia, foram oferecidos diversos informes, inclusive sobre o diálogo entre o governo colombiano e o ELN, que ocorria em Cuba, na mesma data em que o GT estava reunido.

16. A Sub-Secretaria Mesoamérica e Caribe avaliará a proposta de enviar uma delegação do FSP aos Estados Unidos.

17. O Partido Comunista cubano convidou os partidos do FSP para um seminário que ocorrerá, de 10 a 12 de maio, em Havana, tendo como tema a luta pelo socialismo no século XXI. O Partido del Trabajo convidou os partidos do FSP para um seminário que ocorrerá de 17 a 19 de março, na Cidade do México, sobre “Los partidos y una nueva sociedad”.

Análise da conjuntura latino-americana e caribenha

18. Foi travado um debate sobre a conjuntura latino-americana e caribenha, com informes detalhados sobre Nicarágua, Porto Rico, Haiti, Brasil, Colômbia, Guatemala, Equador, Uruguai, Venezuela e Chile.

19. Foi destacada a ocorrência de uma grande concentração de eleições durante o ano de 2006, que podem resultar na posse de mais governos de esquerda e progressistas. Foi observado, a esse respeito, que o governo norte-americano e parte das forças de direita estão adotando uma política de deslegitimar os processos eleitorais (vide caso da Venezuela). Foi ressaltada a importância do resultado da eleição boliviana, na conjuntura geral latino-americana e caribenha.

20. Foi destacada a importância de Mar del Plata e da posterior integração da Venezuela no Mercosul. Observou-se que, não obstante a derrota da ALCA em Mar del Plata, os EUA

seguem implementando os TLC.

21. Foi reafirmada a necessidade de um debate mais profundo sobre o caso do Haiti. Devido à ausência das organizações haitianas, o debate foi travado a partir de um informe detalhado feito por um especialista do PC cubano. Reafirmou-se a necessidade de uma solução política, econômica e social. O FSP organizará uma delegação ao Haiti.

22. Como parte da solidariedade a Colômbia, a próxima reunião do GT será realizada lá, sendo precedida de reuniões e atividades entre os partidos membros do FSP e as organizações políticas e sociais colombianas.

XIII Encontro do Foro de São Paulo

23. O XIII Encontro do Foro de São Paulo será realizado nos dias 8, 9 e 10 de dezembro, em El Salvador.

24. O texto-base será redigido por uma comissão composta pelo Partido da Revolução Democrática, Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista de Cuba e Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional.

25. O texto-base será debatido e aprovado nas reuniões que o GT fará na Colômbia (21 a 23/ abril) e Uruguai (18 a 20/agosto).

26. O tema geral do XIII Encontro será “Integração latino-americana e caribenha”. Os dois sub-temas sugeridos são: o projeto de integração latino-americano e caribenho; e os desafios dos governos de esquerda e progressistas.

Agenda

Janeiro

- 24 a 29: FSM policêntrico Caracas.

Fevereiro

- Eleição em Costa Rica.

- Talvez visita do Grupo de Trabalho do FSP ao Haiti.

- Talvez reunião de organização do XIII Encontro do Foro de S. Paulo, em El Salvador.

Março

- Eleição em El Salvador.

- Eleição na Colômbia.

- Talvez visita ao Haiti.

- 15 e 16: seminário de seguimento das experiências de governo dos partidos do Foro de São Paulo, realizado no México, organizado pelo PRD e pelo Partido del Trabalho do México.

- 17, 18 e 19: Seminário “Los partidos y una nueva sociedade”, realizado no México, promovido pelo Partido del Trabalho (lospartidosyunanuevasociedade@yahoo.com.mx).

Abril

- Eleição no Peru.

- 20 a 23: Reunião do Grupo de Trabalho na Colômbia.

- 28 a 30: XIII Encontro Nacional do PT.

Maio

- Eleição na Colômbia.

- 8 e 9: encontro de editoras e revistas marxistas, em Cuba, promovido pelo Partido Comunista.

- 10 a 12: Encontro Internacional "Las luchas por el socialismo en el siglo XXI", realizado em Cuba e promovido pelo Partido Comunista.

- Proposta de reunião em Viena, entre partidos europeus e partidos do Foro de São Paulo.

Junho

- Comitê descolonização da ONU, sobre Porto Rico.

Julho

- Eleição no México.

- Aniversário da FSLN.

Agosto

- 18 a 20: Reunião do Grupo de Trabalho do Foro de SP no Uruguai.

- Fórum meso-americano.

Setembro

Outubro

- Eleição no Brasil.

- Eleição no Equador.

Novembro

- Eleição na Nicarágua.

Dezembro

- Eleição na Venezuela

- 8 a 10: XIII Encontro do Foro de São Paulo, na cidade de San Salvador, El Salvador.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=23&even=Reunião%20em%20Havana%20(Cuba)%20-%20dezembro%20de%202005

REUNIÃO DA REGIÃO CONE SUL - 2005

DECLARAÇÃO – (Original unicamente em espanhol)

Montevideo, diciembre 7 de 2005

A los Presidentes y Cancilleres de los países del MERCOSUR y asociados

Los pueblos de América Latina avanzan hoy con firmeza hacia su integración haciendo por fin realidad los esfuerzos de los próceres de nuestra independencia para lograr la unión continental.

En este Primer Encuentro de la regional Sur del Foro de Sao Paulo realizado en Montevideo los días 6 y 7 de diciembre de 2005 y en la Cumbre de Presidentes del MERCOSUR que se reúne en Montevideo el 9 y 10 de diciembre, se consagran muchas iniciativas que son decisivas para nuestra integración:

- La incorporación de Venezuela como miembro pleno del MERCOSUR, que significa que toda la costa atlántica de América del Sur se integra en un solo bloque regional de más de 250 millones de habitantes.

- La creación del Parlamento regional, que significa que de la unión económica y comercial se avanza en la integración política e institucional.

- La puesta en práctica de fondos estructurales y el anillo energético.

En la Cumbre de Mar del Plata se demostró que el MERCOSUR era capaz por primera vez de defender los intereses de la región frente a los planes de los países del norte, representados en el proyecto del ALCA, con el apoyo de la Cumbre de los Pueblos y una extraordinaria movilización.

Los partidos políticos de izquierda y progresistas tenemos una tarea fundamental en esta nueva etapa en que ciudadanos y ciudadanas de nuestros países deberán dar sustento a un MERCOSUR que defienda y profundice la democracia y la vigencia de los derechos humanos en la región. El respeto a la diversidad y el desarrollo de políticas activas contra la discriminación de todo tipo deberán ser base sustancial de este MERCOSUR ciudadano.

Saludamos los esfuerzos de nuestros gobiernos para desarrollar una política de paz para la región y el mundo, en contraposición a las políticas de guerra desplegadas por la potencia

hegemónica y asimismo manifestamos nuestra preocupación por la presencia de tropas y bases militares extranjeras en la región.

Consideramos fundamental la consolidación de la democracia y el respeto a la libre expresión ciudadana en los comicios a realizarse en la región, Chile y Bolivia en lo inmediato.

Finalmente nuestro MERCOSUR se seguirá ampliando hacia formas más profundas de integración latinoamericana, por el desarrollo económico y social, y hará más justa la distribución de la riqueza y defendiendo nuestros recursos naturales, estratégicos y el medio ambiente.

Viva la integración de nuestros pueblos!

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=152&even=Reunião%20da%20Região%20Cone%20Sul%20-%202005

REUNIÃO DA REGIÃO CONE SUL – 2005

ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS E INTEGRAÇÃO – (Original unicamente em espanhol)

Primer Encuentro Regional Sur del Foro de São Paulo

EL ROL DE LAS ORGANIZACIONES POLÍTICAS EN LA INTEGRACIÓN REGIONAL

6 y 7 de diciembre de 2005

Montevideo, Uruguay

Introducción

1. Al cumplirse quince años de existencia del Foro de Sao Paulo, hemos dedicado varios de nuestros encuentros generales y regionales a estudiar y reflexionar sobre una de las principales tareas de la hora: LA INTEGRACIÓN DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Es así que en el Foro realizado del 1º al 4 de julio de 2005 en Sao Paulo – Brasil, dedicamos gran parte de los debates y exposiciones a las raíces integradoras desde nuestras luchas por la independencia hasta nuestros días, así como las diferentes experiencias que han tenido como protagonistas a pueblos, líderes y gobiernos de nuestra América Latina.

2. También en El Salvador a principios de octubre de este mismo año, con motivo del 25º. Aniversario del FMLN, se realizó un Seminario denominado “Los Partidos Políticos en los procesos de Integración de los Pueblos”, en donde también se realizaron valiosas contribuciones a la problemática de la Integración latinoamericana, analizándose especialmente las alternativas de integración que están planteadas en la Región de Mesoamérica y Caribe.

3. Es así que llegamos a este Encuentro de Partidos Políticos de la Regional Sur del Foro de

Sao Paulo, donde vivimos una particular coyuntura, compuesta por la dinámica de la lucha política y social de cada país, por la articulación de esas luchas, movimientos y organizaciones en los ámbitos regional y continental, así como por el enfrentamiento a las políticas imperialistas impulsadas por los Estados Unidos. Un punto alto de este enfrentamiento fue la III Cumbre de los Pueblos y la IV Cumbre de las Américas efectuada en Mar del Plata, República Argentina, los días 4 y 5 de noviembre 2005. Esta se distingue radicalmente de las tres anteriores: la de Miami en 1994, en la que el presidente Bush padre lanzó el ALCA (Área de Libre Comercio de la Américas), proyecto hegemónico de predominio del imperio desde Alaska a la Tierra del Fuego, y las de Santiago de Chile y Québec. En Mar del Plata, por primera vez en una reunión panamericana EEUU fracasó en el intento de imponer su objetivo de hacer votar su proyecto: el ALCA. Los 4 países del MERCOSUR (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay), actuando en forma mancomunada con Venezuela, todos a través de sus máximos representantes, echaron por tierra los intentos de Washington puestos en marcha a través de México, Canadá y posteriormente Panamá. Un hecho relevante consiste en que los opositores al ALCA hicieron conocer los videos de las sesiones de la Cumbre, en que aparece claramente definida la posición de cada participante, contribuyendo así a poner fin a la diplomacia secreta y a los acuerdos de trastienda en las relaciones internacionales. Por otra parte, el hecho de que se hayan incluido las dos posiciones discrepantes en el documento final ha sido considerado como “algo inédito en las cumbres”. Mar del Plata exhibió a EEUU más aislado que nunca en el plano internacional, en este caso en América Latina, considerada por los geopolíticos del Pentágono como su “patio trasero”. Esto se suma a los reveses sufridos previamente por la diplomacia yanki en la Cumbre Iberoamericana de Salamanca (14 y 15 de octubre) en que se votó por unanimidad contra el bloqueo a Cuba y por la extradición del archicriminal Luis Posada Carriles, protegido por el gobierno de Bush; y en la propia Asamblea General de la ONU del 8 de noviembre, en que 182 países contra 4 reclamaron el cese inmediato del bloqueo a Cuba. Se agrega también el hecho de que EEUU fue incapaz de imponer su candidato a la secretaría general de la OEA y que sus tres personeros sucesivos fueron rechazados. Esto coincide con el momento en que la popularidad de Bush está en su punto máximo de declive en el plano interno y se acrecienta en todos los órdenes el movimiento que reclama poner fin a la guerra en Irak y traer a las tropas de vuelta a casa. En Mar del Plata se fortaleció el MERCOSUR, por obra de la acción concertada de sus 4 integrantes y de Venezuela, en vísperas del ingreso de este país hermano como miembro pleno de la institución sureña. La derrota de los Estados Unidos se debe, en parte, al hecho de que en varios países, las fuerzas políticas de izquierda y progresistas han accedido al Gobierno, como son los casos de Brasil, Uruguay, Argentina, Chile y Venezuela. Se une a esta situación, la cercana posibilidad de varios partidos políticos de izquierda por acceder al gobierno en próximas elecciones así como lo positivo del crecimiento de las fuerzas de izquierda en muchos países de nuestra región.

4. “Por estas razones, nos encontramos en inmejorables condiciones para profundizar e impulsar los anhelos de integración que son la base de nuestras sólidas relaciones políticas interpartidarias y fundamentan la propia existencia del Foro de Sao Paulo, a lo largo de estos 15 años”, afirmamos ya en el documento guía del debate elaborado para el XII Encuentro del Foro de Sao Paulo realizado en el mes de julio. La aspiración por la unidad latinoamericana tiene sus raíces en las luchas de liberación desplegadas en el siglo XIX y se prolonga en las luchas democráticas, populares y socialistas del siglo XX A lo largo de estos doscientos años, las propuestas populares de unidad latinoamericana convivieron y entraron en conflicto con propuestas de “integración” impulsadas por las oligarquías dominantes y por gobierno conservadores. Lo característico de la actual coyuntura, es que se han agotado las propuestas

de integración como proyecto mercantil. El crecimiento y acumulación de las fuerzas progresistas y de izquierda regionales se produce en un contexto donde se desarrollan y profundizan experiencias integradoras, basadas en una integración impulsada por gobiernos y pueblos, dotadas de otro contenido político, económico y cultural, propuestas nacidas en etapas de auge neoliberal (el MERCOSUR) y otras posteriores a las graves crisis económicas sufridas en la región, como lo es la Comunidad Sudamericana de Naciones, siendo ambas expresiones del sentimiento común de que **"solos no podemos lograr el objetivo fundamental de superar el subdesarrollo y lograr satisfacer todas las necesidades de nuestros pueblos"** (Documento guía, pág. 20). En ésta coyuntura favorable, con procesos de integración transitando múltiples aciertos y dificultades, acuerdos y desacuerdos se hace impostergable que las Organizaciones Políticas con acento progresista y de izquierda reflexionemos sobre nuestro rol a desempeñar en función de aportar en la construcción de los instrumentos de integración política para avanzar en **"la resolución de problemas, partiendo de nuestras propias fuerzas, reservas y experiencias, sin intervención de países u organismos fuera del Continente"** (Ibíd. Pág. 21).

5. En este documento, al principio retomamos todo el capítulo sobre el MERCOSUR que fue editado en el Documento del XII Encuentro del Foro de Sao Paulo realizado en julio por considerar que expresa correctamente lo acontecido desde su creación a la actualidad, enumerando algunas de las problemáticas actuales. Intentaremos también, profundizar en el papel de nuestras Organizaciones Políticas en la construcción y desarrollo del futuro Parlamento mercosuriano, así como en el impulso y promoción de la INTEGRACIÓN en todos los planos posibles y necesarios. Al final, intentaremos sentar las bases de un ámbito de coordinación e intercambio de la Secretaría Regional Sur del Foro de Sao Paulo, que tenga continuidad y contribuya verdaderamente con este proceso en marcha.

La experiencia del MERCOSUR

6. La integración se presenta, en los años 80, como respuesta regional a la tendencia general, con la conformación de grandes agrupamientos de Estados en relación, a los nuevos centros de poder político y económico. Este es el sentido del acuerdo firmado, entre los gobiernos brasileño y argentino, a mediados de los 80. Pero, a proximidad de la caída del llamado socialismo real, Estados Unidos propone a través del Presidente Bush (padre), inspirado en la Alianza para el Progreso, instrumentar una propuesta actualizada de la Iniciativa para las Américas, buscando de esta manera consolidar su influencia en América Latina. Es en este contexto que toma impulso el MERCOSUR. Este bloque regional, tiene su origen con la firma del Tratado de Asunción el 26 de marzo de 1991, entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. Se pone en práctica de esta manera una política económica de largo plazo, que apuntaba a consolidar una zona de libre comercio, una unión aduanera y un proceso de avance hacia un mercado común.

7. La democratización de los regímenes políticos del Cono Sur favoreció los cambios en la tendencia histórica de rivalidades entre Brasil y Argentina, los países mayores del bloque,

habilitando a sus gobiernos a plantearse una política regional conjunta. Si bien ésta se pensó como la posibilidad de una economía complementaria, gradual y sectorial, avanzó finalmente en el sentido de privilegiar las relaciones comerciales, en el marco de la perspectiva llamada de “regionalismo abierto”. Las consecuencias de implementación de ese modelo en el MERCOSUR, pautado por los imperativos del libre mercado, fueron sentidas a lo largo de los noventa en toda la región. En función de las políticas neoliberales dominantes, se realizaron cambios profundos en las economías de cada uno de los países, llevando al cierre de industrias, al desempleo de millones de trabajadores, a la profundización de la pobreza y a la privatización de las empresas del Estado, cuyo ejemplo más claro fue el de Argentina, donde la aplicación del modelo a rajatabla, llevó a la crisis política y social a partir del año 2000, extendiéndose a Uruguay posteriormente. Las dificultades de consolidar el proyecto de integración tuvo como causa principal la opción de utilizar al MERCOSUR como plataforma para reducir las resistencias internas al proceso de apertura comercial, sin ofrecer alternativas institucionales en políticas comunes capaces de atender las asimetrías procedentes de todo proceso de intensificación de intercambio comercial.

8. Este MERCOSUR de los años noventa terminó. En la actual coyuntura, los gobiernos de Brasil, Argentina y Uruguay tienen una visión diferente sobre la integración, formulada en proyectos de desarrollo con políticas públicas activas. Como dicen los especialistas, es el pasaje de una integración negativa hacia una integración positiva, lo que significa principalmente, centrar el proyecto en las potencialidades de complementación productiva, en la implementación de políticas comunes de reconversión económica y el establecimiento de instituciones que le den un marco de regulaciones que permitan la implementación de un mercado común con libre circulación de personas, bienes, capitales y servicios en un plazo de tiempo razonable. El MERCOSUR se encuentra en una fase de negociaciones, luego de aprobarse los objetivos 2004 – 2006, requiriendo de los gobiernos una gran capacidad de negociación, innovaciones y propuestas, como las reflejadas en los documentos ya suscritos por los presidentes Lula y Kirchner que son el “Consenso de Buenos Aires” de octubre del 2003 y el “Acta de Copacabana” de febrero del 2004, con avances posteriores en la Cumbre de Ouro Preto II donde se dio impulso a la creación del Parlamento del MERCOSUR, y en la reciente Cumbre realizada en Asunción. En ésta última se acordó la formación de un “anillo energético” para abastecer a varios países del continente sudamericano y la creación del Fondo de Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM) para combatir asimetrías económicas entre los países miembros.

La nueva institucionalidad del MERCOSUR

9. El acceso de Lula al gobierno del Brasil en el año 2002 y el de Kirchner en Argentina en el 2003 implican la consolidación de un eje Argentina Brasil que actúa como un elemento dinamizador del proceso de integración regional. Se da entre ambas naciones un acercamiento programático que se concreta con la firma del Consenso de Buenos Aires en octubre del 2003 al que se alinea informalmente el gobierno paraguayo y que resiste el entonces gobierno uruguayo presidido por Batlle. Fruto de esta coordinación programática que se da entre los Gobiernos de Argentina y Brasil es que se puede afirmar que se comienza a analizar seriamente la instrumentación de una nueva institucionalidad como soporte de un nuevo modelo de integración regional. El embrión de esta nueva institucionalidad se esboza claramente en la cumbre de Asunción del 2003 en donde se presentan tres documentos de vital importancia:

Objetivo 2006 presentado por Brasil, el cual está integrado por el Programa político, económico, social y cultural, el Programa de Unión Aduanera, el Programa Base de mercado Común y el Programa de la Nueva Integración.

El Instituto Monetario del MERCOSUR que introduce una propuesta gradualista para la concreción de una moneda común dentro de plazos viables y negociados, propuesta ésta presentada por la Argentina.

Tratamiento de Asimetrías, propuesta presentada por Paraguay, en la que se plantea la necesidad del reconocimiento de las asimetrías económicas y sociales, con un consiguiente trato diferencial para los países más pequeños del bloque.

10. En la **nueva Agenda, propuesta por los gobiernos,** los puntos que tienen más relevancia desde el punto de vista económico son:

- La coordinación macroeconómica y tributaria.

- La complementación productiva, la cual se instrumentará a través de los Foros de Competitividad y que implica el surgimiento de **cadenas productivas mercosureñas**.

- Complementación en materia de infraestructura de uso común.

- Complementación en materia integración energética.

- Libre circulación de personas.

- Reconocimiento de las asimetrías y flexibilidades en especial con los socios menores del acuerdo.

- Negociación Internacional como bloque y con una única voz ante terceros y en el seno de los foros internacionales.

- En los mismos discutiremos los contenidos de la Agenda de la OMC en la cual hay temas que tanto afectan a nuestras economías, como lo son por ejemplo el tema de los subsidios agrícolas, el tema de las compras gubernamentales, o el tema de la propiedad intelectual.

- Estrategia comercial conjunta, que busca la interlocución con otros bloques, no solo con los EE.UU. y la Unión Europea, sino que busca también negociaciones con China, Japón, Sudáfrica, Rusia y con los Países Árabes.

- Estrategias de financiamiento intrazonal, pensando en la creación de bancos, tanto de fomento o inversiones como de un Banco Central. Incorporación de nuevos socios al acuerdo, consolidando gradualmente la unidad latinoamericana.

- Nueva Institucionalidad.

11. Ninguno de los temas de esta Agenda es fácil de abordar, todos presentan problemas y contradicciones, la superación y resolución de los mismos demandarán mucha negociación política. Particularmente complejo, es el desafío de repartir la riqueza, camino señalado por nuestros Partidos, como el único capaz de superar realmente la pobreza, que alcanza a la mitad o más de la población del continente. También por esto, necesitamos un MERCOSUR que se oriente a una nueva institucionalidad, que supere las deficiencias del originario del 91. Necesitamos un nuevo formato, que supere el ínter gubernamentalismo y apunte, en forma gradual hacia una estructura de carácter supranacional, tema éste tan temido como malentendido. El término supranacionalidad denota una cualidad a la que deben propender las organizaciones internacionales que persiguen la integración económica de sus miembros. Estos, no solo están dispuestos a cooperar limitando sus competencias, sino que, dando un paso más, las transfieren a las instituciones de la organización a las que dotan de un poder normativo capaz de producir efectos jurídicos vinculantes de forma automática y uniforme en el orden interno de los Estados miembros, incluso con un rango jerárquico superior al de sus leyes. La estrategia para lograr la plena integración implica la adopción de una táctica gradualista.

12. Estamos hoy inmersos en una coyuntura regional en la cual se han operado modificaciones políticas de fundamental importancia que empujan a la reforma, el único gobierno del bloque (el del Dr. Jorge Batlle) que se opuso a este renovado giro del MERCOSUR tuvo una derrota electoral histórica. El gobierno de Tabaré Vázquez en el Uruguay ya ha puesto en práctica su alineamiento con las políticas seguidas por Brasil y la Argentina en materia de integración regional. Somos concientes de que persisten los viejos lobbies anti-MERCOSUR y que se han generado nuevos. Sabemos también que el imperativo de las exigencias acrecentadas de sociedades nacionales profundamente heridas por la crisis obligan a los gobiernos a tomar medidas que dañan el MERCOSUR. Son estos obstáculos que deberemos superar. Creemos que debemos aprovechar esta oportunidad que hoy se nos presenta, estamos plenamente convencidos que nuestros países no tienen salida en solitario. Tenemos que luchar por tener un lugar en el mundo desde el cual podamos incidir y desarrollarnos económicamente para así poder dar satisfacción a las demandas de nuestras sociedades empobrecidas. Esto solo lo lograremos si actuamos en bloque y para que éste se consolide es imperioso dotar de una nueva institucionalidad al MERCOSUR. Y esta solo podrá ser alcanzada en la medida en que existan la convicción y voluntad política necesarias. El futuro del MERCOSUR se decide en clave política.

Actualidad del MERCOSUR

13. El MERCOSUR tiene una tarea fundamental por delante: consolidarse y ampliarse efectivamente. Es sabido que el MERCOSUR se ha relanzado en una gran cantidad de oportunidades. Es sabido, también, que enfrentamos aún la cuestión de las trabas y salvaguardas bilaterales. Estos problemas serán superados en la medida en que se vuelva hegemónica, en los gobiernos y en los pueblos de la región, la concepción del MERCOSUR

como unidad política, económica y cultural. Este es el camino que viabilizará las políticas capaces de enfrentar, las asimetrías existentes entre las economías de la región.

14. En la profundización social seguimos, hasta hoy, en una vía muy elocuente en lo declarativo pero sin llevarlo a la práctica. No hemos podido, con gobiernos progresistas, superar las múltiples trabas de las burocracias nacionales a las que cotidianamente nos enfrentamos. Esto es muy fácil de comprobar a las dificultades en firmar acuerdos con Venezuela y a las trabas que se le coloca al Grupo de Alto Nivel de Empleo donde la reticencia a la participación tripartita estuvo presente a pesar de que éste grupo fue una propuesta de los trabajadores. Otro ejemplo podemos encontrar en la escasa previsión que se ha hecho para contribuir con fondos presupuestados a los Fondos de Convergencia del MERCOSUR. De todas formas, existe cierto convencimiento ya aceptado que solamente con el MERCOSUR comercial no alcanza y eso ha permeado todo el proceso, el problema se encuentra en cómo instrumentar una vía diferente.

15. Los Partidos de la región del Foro de Sao Paulo, observamos que los gobiernos progresistas les cuesta dejar el compás marcado por las oligarquías nacionales y cambiar el rumbo de este proceso. Para esto, deben profundizar el intercambio con la ciudadanía. De igual forma, es a través de la concientización y movilización política que superaremos las trabas a las que se está enfrentando, el parlamento del MERCOSUR. Tratase de construir una cultura y ciudadanía MERCOSUR, siendo necesaria una publicación de alguno de los actores sociales de la región para traspasar fronteras, no importa si es “pro-integración”, gratuita o busca tender lazos culturales.

16. Con respecto a la ampliación, cabe resaltar dos aspectos importantes.

El primero es la asociación con Venezuela, ya que esta nación hermana puede aportar mucho a la región. Aún no está claro las condiciones en que se dará tal asociación, pues lo que sabemos es que llevará un trámite largo. En este caso Venezuela entra como miembro pleno pero debemos detallar la relación que mantenemos con los diferentes miembros asociados que al día de hoy poseemos y racionalizar los diferentes foros de negociación y acuerdo político que mantenemos, caso contrario se dificulta sustentar la política exterior del bloque.

17. **El segundo** aspecto está referido a las dificultades para encontrar una política exterior común al bloque, cuya potencialidad se reveló en Mar del Plata.

18. El MERCOSUR actualmente tiene muchísimas negociaciones iniciadas, algunos tratados marco firmados y casi nulas concesiones y facilidades prácticas. No cabe ya casi ni mencionar la dificultad para acordar en algunos foros internacionales. **Un avance** en este sentido sin duda está centrado en dos negociaciones importantes: la propuesta agrícola del G-20 en la OMC y la propuesta conjunta de Argentina y Brasil para las negociaciones de los bienes no agrícolas. También la ya mencionada postura de todo el MERCOSUR con respecto al Área de Libre Comercio de las Américas. En la Cumbre de las Américas se denunció a fondo la política de EEUU en materia de subsidios, por ejemplo en la producción y comercialización del arroz, que lo enfrenta en un litigio con Brasil. Por su parte Brasil, bajo cuya iniciativa se gestó el G-20 junto a la India, Sudáfrica, China y contando con la adhesión de Uruguay, va a impulsar la

lucha en Hong Kong, demostrando los efectos funestos de esta política en un continente en el cual 222 millones de habitantes (el 43% de su población total de 512 millones) viven en la pobreza, y uno de cada cinco son indigentes: no alcanzan a cubrir siquiera la alimentación básica.

La integración regional en clave mercosuriana

19. La reflexión de este encuentro está centrada específicamente en la problemática de la integración. Las problemáticas, trabas, marchas y contramarchas nos demuestran que ésta tiene una dimensión plural, por su propia complejidad y multiplicidad de aspectos. El MERCOSUR, más allá de lo comercial, implica la necesidad de un avance en lo político, cultural, social e incluso productivo. Es cada vez más imperioso que lo “mercosuriano” como problema y nivel de análisis, no como utopía, cruce la reflexión y la progresiva integración de todas esas dimensiones. La construcción de un proyecto político, cultural, social y económico de integración es un desafío complejo y plagado de dificultades reales.

20. Exige para su concreción, la imprescindible reflexión y acción por parte de todos los actores sociales y políticos implicados en la construcción de un MERCOSUR más consistente. De no producirse insumos sistemáticos, creíbles y estructurados, se corre el riesgo de imposibilitar un MERCOSUR más profundo y trascendente, fortaleciéndose otro esencialmente comercial, de carácter “neoliberal” y con enormes debilidades del punto de vista de una integración real. Este proyecto de construcción político, social, cultural y económico, es un desafío difícil y complicado, habiendo múltiples factores que lo traban. Más que nunca, hoy queda claro que la suerte del MERCOSUR está más guiada por la voluntad política de los liderazgos coyunturales, que por un destino geográfico manifiesto.

21. La victoria de Kirchner, de Lula, de Tabaré Vázquez, parecen estar favoreciendo ampliamente el proceso de integración, en un momento que el MERCOSUR parecía “enterrado”. Es en la negociación entre varios actores que se construye la estrategia, no dependiendo únicamente de la voluntad política de algunos (por ejemplo.: los gobiernos) Las opciones de integración que expresan los elencos políticos de nuestros países son, a menudo, contradictorias. La pregunta, más allá de las voluntades políticas manifiestas de los elencos gubernamentales, es ¿cuál es la base política de la integración regional en la coyuntura actual?.¿Qué de este cuadro político e institucional favorece el proceso de integración y qué tipo de integración privilegia?

22. En casi todos nuestros países, constatamos que el empresariado es quien articula este proceso, entiende mejor las reglas del juego, tratando de influir en el proceso de integración con continuidad. Los actores sociales, políticos y jurisdiccionales están generalmente muy atrasados. Una excepción son las centrales sindicales, pero en los equilibrios sociopolíticos actuales, tienen un margen reducido de influencia en las decisiones principales.

23. Está en juego un proyecto sociocultural y geopolítico, y la coyuntura es favorable para un relanzamiento del MERCOSUR, dada la orientación de los gobiernos de Lula , Kirschner y Tabaré pero esto es así, si no se la desperdicia priorizando intereses nacionales sin compatibilizarlos con la dimensión regional. Sobre todo en base al peso de Argentina y Brasil en el bloque regional. Brasil, que es el país con más fuerza en el MERCOSUR, decide darle

prioridad a su estrategia de integración: el MERCOSUR, para negociar hacia afuera, para crear un mercado regional más integrado, políticas productivas, políticas de financiamiento regional, un parlamento común, y algunas instituciones supranacionales. El gobierno argentino va acompañando en buena medida, también este enfoque. Existe hoy un momento particularmente especial al que se suma Uruguay. En la salida a la crisis por la que evidentemente atraviesa la región, es fundamental en el mediano plazo, sumar nuestras fuerzas en un planteo regional (Brasil, Uruguay, Argentina y Paraguay, al que deberían sumarse los países asociados). Cabe destacar, y esto es de gran importancia, que no hay MERCOSUR sin un acuerdo político entre Argentina y Brasil, y es en este sentido que Uruguay, como pequeño país depende del mismo.

24. Es un hecho que en América Latina, los diferentes países presentan hoy espacios económicos muy pequeños para lograr acceder a un proceso de desarrollo moderno. Brasil, es quien más se aproxima a un espacio natural de desarrollo en las condiciones actuales, Esto, que se dificulta en lo que refiere al país más grande de la región, pareciera que sí es posible si la combinación de los cuatro países del MERCOSUR pueden generarla.

25. Existen posibilidades de construcción de un MERCOSUR alternativo al modelo de una zona de libre comercio; un MERCOSUR dinámico, capaz de generar un polo de desarrollo en esta región del mundo, pero no se trata de una tarea fácil. Es conveniente y necesario que profundicemos la discusión entre nosotros, en torno a lo que claramente queremos, y que encontremos el modo de hacerlo. Este es un problema esencialmente político, porque no existe claridad en el cómo hacerlo, ni en el rumbo que se debe tomar, así como sortear las resistencias que tenemos en puntos absolutamente heterogéneos en el espacio político y económico. El MERCOSUR tiene para nosotros un carácter político estratégico y es nuestra voluntad política desarrollarlo y profundizarlo, y a la par entendemos que no debe acotarse exclusivamente a establecer un espacio comercial común, esta visión sin lugar a dudas ha sido uno de los factores que más ha debilitado al bloque.

Otra vertiente integradora: la Comunidad Sudamericana de Naciones

26. Desde el año 2004, en la ciudad de Cuzco comenzó a funcionar la Comunidad Sudamericana de Naciones, conformada por dos bloque sudamericanos: la Comunidad Andina de naciones y el MERCOSUR. Hasta ahora, la CSN ha tenido también un énfasis comercial y de inversiones, acordándose en la última reunión de Brasilia, la construcción de infraestructura carretera que una el Atlántico con el Pacífico y la financiación del gasoducto que abarcaría desde Venezuela a los países del sur, con miras a la consolidación del “Anillo Energético” de gran importancia futura. Si bien esto es positivo para nuestros países, debería estar acompañado de la profundización de una Agenda social y política que profundice la fortaleza e integración del MERCOSUR.

El MERCOSUR y el ALCA
Los desafíos para las Organizaciones progresistas y de izquierda en América Latina

27. El proyecto liberal se debilita en el continente y un proceso de transformación político, social y económico emerge con grandes dificultades por la grave herencia de la década liberal. Un clima político de cambio se despliega en la región, que contrasta con el panorama

conservador predominante hace una década. Asistimos a una reestructuración política en América del Sur por la cual los viejos partidos tradicionales se debilitan y emergen nuevos partidos. Las viejas opciones presentan una creciente deslegitimación ante la ciudadanía. En varios países las opciones liberales y conservadoras, partidos o fracciones de partidos, pierden peso electoral o tienen serias dificultades, como se ha visto en recientes contiendas electorales, frente a coaliciones progresistas o nuevos partidos. Sin embargo debemos observar que este debilitamiento no siempre va acompañado del crecimiento organizativo de las opciones de signo progresista y de izquierda.

28. Debemos apostar al fortalecimiento de los partidos progresistas y de izquierda en Latinoamérica como condición fundamental para la consolidación y fortalecimiento de la democracia en la región y de los procesos de transformación social y económica en curso. Solo con partidos políticos fuertes y consolidados, actuando por los canales de expresión de la diversidad ciudadana, desarrollaremos democracia y aseguraremos un camino de transformación. Se trata de construir una nueva tradición, un nuevo estilo político-partidario para América Latina, recogiendo todas las tradiciones de cambio que han nutrido nuestra historia.

29. La integración de los pueblos latinoamericanos es un objetivo histórico fundamental, responsabilidad que recae en gran medida en la capacidad política de nuestros partidos de liderar la misma. **Esto acrecienta nuestra responsabilidad en el fortalecimiento de los partidos.**

30. Otro aspecto en el que se hace necesario avanzar, y en el que hay grandes déficit a nivel de la Región, es el de la coordinación y profundización de organismos conformados por las Organizaciones Políticas interesadas y comprometidas con la Integración, ya que si bien existen excelentes relaciones bilaterales entre muchas de las organizaciones políticas en los diferentes países que conforman el MERCOSUR, no hay ámbitos estables de coordinación, de reflexión y capacidad de aportes y propuestas concretas, a semejanza de las organizaciones sociales que funcionan regularmente. Es un reto que debe quedar planteado para aquellas fuerzas políticas que integran el Foro de Sao Paulo, muchas de las cuales poseen responsabilidades de gobierno en varios países de la región.

Relacionamiento de partidos de izquierda en la región

31. Debemos pensar el proceso de integración en forma permanente desde los partidos, así como lo hacen los movimientos sociales, los empresarios, etc. Las posibilidades de este proceso **dependen** en gran medida del **impulso que se le dé desde los gobiernos** y **los partidos políticos**. Los sectores conservadores tienen un proyecto de integración fundamentalmente comercial. La izquierda y el progresismo de la región deben profundizar su nivel de formulación de un proyecto de desarrollo regional. Estamos anclados aún en nuestro análisis político y de formulación de propuestas económicas en los marcos del Estado-nación, y por consiguiente la capacidad de formulación de propuestas para los marcos regionales se ve afectada. Debemos dar un salto teórico para imprimirle efectivamente al proceso de integración un nuevo signo, lo que nos exige redoblar esfuerzos.

32. Para asegurar un camino de transformaciones debemos afinar también el **relacionamiento ínter partidario a nivel regional**. Los intercambios pueden estar circunscritos al relacionamiento personal de dirigentes y gobernantes, pero también debemos estructurar un modo de relacionamiento institucional de los partidos donde éstos se alimenten mutuamente y se elaboren propuestas con mayor concreción. Las transformaciones implican **desafíos institucionales**, como la instalación de un **Parlamento de escala regional**, lo que nos exige explorar nuevas formas de relacionamiento político- partidario que permitan un flujo de intercambio permanente en la región. Este intercambio y cooperación requieren de la formación de una **Secretaría Regional del Foro de San Pablo dinámica, que coordine permanentemente propuestas y acciones.**

33. La Secretaría Regional del Foro de Sao Paulo realizará una reunión semestral de consulta y debate político, alternando el país sede.

34. En el año 2006, la Secretaría Regional del Foro de Sao Paulo promoverá:
a. Un Seminario de seguimiento de las experiencias de los gobiernos de izquierda y progresistas de la región.
b. Un seguimiento de la situación política de Paraguay y Bolivia.
c. Un festival político – cultural en Diciembre de 2006.
d. Apoyar la coordinación para el Foro Social Mundial de Caracas, que el Grupo de trabajo del Foro de Sao Paulo tiene planteada.
e. Incentivar la participación de los Partidos de izquierda y progresistas en los Foros parlamentarios.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=151&even=Reunião%20da%20Região%20Cone%20Sul%20-%202005

REUNIÃO DA REGIÃO MESO-AMERICANA - 2005

AGENDA DE ATIVIDADES E ACORDOS

AGENDA DE ATIVIDADES PARA OS MESES QUE RESTAM DO ANO DE 2005

Região meso-americana

Maio

1º. de maio: Marcha em todos os países

13, 14 e 15: Atividade UD de Honduras para estruturar sua campanha eleitoral

15: Dia da solidariedade com o povo da Palestina

Inauguração do busto de Yasser Arafat em El Salvador

26, 27 e 28: Encontro na Costa Rica da plataforma sindical comum

Junho

Jornadas de solidariedade de Bolívar e suas lutas

Julho

1º. a 04: Encontro do Foro de São Paulo

19: Aniversário da Revolução Sandinista

22: Evento para conhecer e discutir a ALBA

23 e 24: Encontro parlamentar centro-americano

26: Cuba assalto ao quartel Moncada

Agosto

05 e 07: Assembléia ANN

19: Encontro de mulheres de partidos de esquerda em Honduras

20 e 21: Reunião meso-americana em Honduras.

22: V Conferência de mulheres de partidos políticos de esquerda na Guatemala

23: Aniversário cruzada de alfabetização na Nicarágua

23 e 24: Fórum de partidos políticos do PARLACEN na Guatemala

Setembro

15: Independência Morazânica. Todos os países.

25: II Congresso da URNG

Outubro

07 e 08: Seminário Foro de São Paulo no marco do 25º. aniversário da FMLN

08: Comemoração do assassinato de Che em todos os países

08: y 11 Atividades no marco do 25º. aniversário da FMLN

Novembro

11 e 17: Evento de resgate dos acordos de paz de El Salvador, no México

25: Dia da não violência contra a mulher

27: Aniversário do assassinato dos companheiros da FDR em El Salvador

27: Eleições gerais em Honduras

29: Dia nacional do povo palestino em todos os países

Dezembro

Sem data: Convenção da FMLN para lançar os candidatos a cargos públicos

OS ACORDOS SÃO OS SEGUINTES:

1. 1º. de maio se concorda incluir na celebração a saída política diplomática na Colômbia

2. Que El Salvador coordene para mobilizar os meso-americanos nos EUA contra a ratificação do TLC:

- Promover um recurso de inconstitucionalidade no âmbito regional.

- Acordar presença de parlamentares em audiência do Congresso dos Estados Unidos sobre o TLC.

- Que os governos locais façam pronunciamentos contra o TLC e enviá-lo ao Congresso.

- Participação nos eventos na Costa Rica sobre o TLC.

3. A incorporação das mulheres no espaço meso-americano.

4. Criar um correio ou página web meso-americano.

5. A FMLN coordena a Secretaria por um ano.

6. Acompanhar o processo eleitoral de Honduras.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=100&even=Reunião%20da%20Região%20Meso-Americana%20-%202005

REUNIÃO DA REGIÃO MESO-AMERICANA – 2005

RESOLUÇÃO

Declaração Política

Os Partidos políticos da região meso-americana: FMLN de El Salvador, FSLN da Nicarágua, UD de Honduras e ANN e URNG da Guatemala, membros do Foro de São Paulo, reunidos em Antigua, Guatemala, nos dias 23 e 24 de abril do 2005:

1. Ratificamos o compromisso dos partidos que formamos o Foro de São Paulo na luta política e social pela democracia real e justiça em cada um de nossos países, pelo direito à autodeterminação de nossos povos, pelo direito à liberdade de organização e mobilização, à liberdade de pensamento e expressão na busca permanente pela paz na América Latina e Caribe, pelo qual nos pronunciamos contra a tendência de criminalizar, de parte dos governos, às organizações e mobilizações sociais e condenamos as ações legislativas e de repressão que se levantam em cada um dos países da região.

2. Em vista da transcendência econômica e do caráter estratégico que os tratados comerciais têm para o futuro de nossas nações centro-americanas em geral, e somando-nos à preocupação expressada pelos grêmios empresariais e campesinos, mulheres e jovens, sindicatos, igrejas, universidades e outros setores da sociedade civil da região, condenamos a forma em que foram negociados, aprovados e ratificados pelos governos e algumas assembléias legislativas da região centro-americana os Tratados de Livre Comercio entre República Dominicana, América Central e Estados Unidos de América (TLC-RD-CA-EUA/ RDCAFTA), por considerar que ditos tratados são inconstitucionais, violam a soberania de nossos países e são lesivos aos interesses de nossos povos e que só favorecem as grandes empresas transnacionais e as oligarquias locais. Por tal motivo, manifestamos nossa convicção de que é necessário revisar o pacto e que se deve evitar a ratificação dos TLC nos países onde ainda não foram ratificados. Comprometemo-nos a impulsionar e coordenar todas as ações jurídicas e sociais a nosso alcance para ter maior capacidade de incidência na América Central e no Congresso e Senado dos Estados Unidos.

3. Estamos profundamente preocupados pelos níveis de militarização e desenvolvimento da guerra na Colômbia, impulsionados como parte do Plano Colômbia, que incide nos níveis de violência e violações aos direitos humanos e constituem a ameaça cotidiana à estabilidade social e política para toda a região andina. Manifestamos nosso pleno respaldo político à delegação parlamentar do Foro de São Paulo, que visitará a Colômbia com o fim de contribuir com a busca de uma solução política negociada ao conflito armado interno

que há várias décadas afeta esse povo, e nos comprometemos a seguir trabalhando nessa direção.

4. Expressamos nossa solidariedade com o Partido da Revolução Democrática (PRD), do México, ante os abusos e manobras que os setores de poder econômico e político da direita programaram contra o pré-candidato presidencial, Chefe de Governo do Distrito Federal, Andrés Manuel López Obrador. Além disso, enviamos a nosso partido irmão uma saudação por seu recente aniversário de fundação e a realização de seu Congresso.

5. Reiteramos nossa indignação e condenação pela posição dos governos centro-americanos, que na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra votaram alinhados à posição estadunidense de condenação à República de Cuba. Ratificamos nossa gratidão pelas imensas mostras de solidariedade que esse povo manifestou aos povos de nossa região e nos comprometemos a elevar as ações de solidariedade para o reconhecimento dos avanços da heróica revolução cubana.

6. Saudamos o Partido dos Trabalhadores, do Brasil, e a Frente Farabundo Martí para a Liberação Nacional (FMLN) de El Salvador, por cumprirem este ano 25 anos de luta e compromisso social, pela democracia real e a autodeterminação dos povos.

7. Saudamos ao povo e Governo da República Bolivariana de Venezuela por ter derrotado há três anos o golpe de estado, impulsionado por a direita que se opõe à revolução pacífica que impulsiona o Presidente Hugo Chávez. Comprometemo-nos a integrar o esforço de construção da ALBA, como a alternativa para a integração de nossos povos. Saudamos a realização, no próximo mês de agosto, do XVI Festival da Juventude e Estudantes, em Caracas.

8. Expressamos nosso reconhecimento e solidariedade aos partidos políticos e organizações populares de Equador que saíram às ruas na luta pela defesa de sua dignidade e que logrou depor o ditador Lucio Gutierrez e reivindicar os direitos dos povos desse irmão país. Também demandamos aos governos e à OEA o respeito ao direito da autodeterminação do povo equatoriano.

9. Expressamos nossa preocupação pelo aprofundamento da guerra de ocupação no Iraque. Fazemos um chamado ao Governo de El Salvador para retirar suas tropas de ocupação que violam todos os direitos do povo iraquiano.

10. Continuamos vigilantes sobre o Processo de Paz na Palestina, comprometendo-nos a continuar as ações de solidariedade pelo direito à autodeterminação e à paz do povo palestino.

11. Denunciamos a incapacidade das instituições dos estados da região meso-americana no combate aos níveis de violência e assassinatos das mulheres e jovens. Comprometemo-nos a desenvolver ações de respeito aos direitos humanos das mulheres e jovens e para a aplicação da justiça nestes casos.

Reivindicamos o papel que os partidos políticos de esquerda tivemos na democratização de nossos países e a contribuição que estamos fazendo para construir uma esperança de mudanças em nossos povos.

Os partidos do Foro de São Paulo da região meso-americana agradecem à URNG e ANN, da Guatemala, pelo esforço e êxito na organização deste foro.

Antigua, Guatemala, 24 de abril do 2005.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=99&even=Reunião%20da%20Região%20Meso-Americana%20-%202005

DOCUMENTO BASE

INTRODUCCION

En enero de 2007, en El Salvador, tendrá lugar el XIII Encuentro del Foro de São Paulo. El tema general del XIII Encuentro será “la nueva etapa de la lucha por la integración latinoamericana y caribeña”. Este tema será abordado desde cuatro ángulos complementarios:

a) las respuestas alternativas al neoliberalismo, en el ámbito político, social y económico;
b) el colonialismo, la ingerencia imperialista y los acuerdos de paz;
c) la seguridad hemisférica: el crimen organizado, el narcotráfico, el terrorismo y la militarización;
d) la relación entre las fuerzas políticas, los movimientos sociales y los gobiernos de izquierda y progresistas.

El documento base de este XIII Encuentro fue elaborado por una comisión designada por el Grupo de Trabajo del Foro de São Paulo. Integran dicha comisión las siguientes organizaciones: el Partido de los Trabajadores (Brasil), el Movimiento V República (Venezuela), el Frente Farabundo Martí (El Salvador) y el Partido de la Revolución Democrática (México).

El texto que se presenta a continuación hace, en primer lugar, un recuento de los Encuentros del Foro; luego, un breve análisis de la coyuntura mundial y, enseguida, de la situación latinoamericana y caribeña, donde se destaca la nueva etapa que se vive a partir de los resultados electorales de la izquierda en el año 2006.Enseguida, tratamos de abordar cada uno de los puntos que componen el temario del XIII Encuentro. Intentamos sistematizar el debate acerca de las estrategias, tácticas y programas adecuados para enfrentar esta coyuntura. Y, finalmente, planteamos algunas propuestas para mejorar el desempeño del Foro de Sao Paulo, en este momento histórico que vivimos, muy diferente de aquél, cuando se creó, hace más de 15 años.

Estamos convencidos de que este encuentro demostrará que el espacio plural del Foro de São Paulo sigue siendo extremadamente útil para todas y cada una de las organizaciones que participan de él y que se volverá a refrendar la voluntad política para llevar a cabo cada vez más acciones comunes.

http://forosaopaulo.fmln.org.sv/final/la_nueva_etapa/introduccion.htm

DOCUMENTO BASE

EL FSP: MAS DE 15 AÑOS DE UNIDAD EN LA LUCHA

El XIII Encuentro debe tomar, como punto de partida, lo acumulado en casi 17 años de existencia del Foro de São Paulo.
A lo largo de más de tres lustros, el FORO de SAO PAULO, integrado por fuerzas políticas con distintas orientaciones ideológicas, ha avanzado en la unidad en medio de la diversidad, interpretando correctamente los momentos históricos por los que ha atravesado, y tratando de elaborar un modelo de sociedad soberana, solidaria, justa e integradora para un continente tan plural y complejo como el nuestro.

El entorno en que surge el FORO de SAO PAULO, estuvo determinado por la crisis del modelo socialista, el derrumbe de la URSS y el viraje de la socialdemocracia al abandonar las políticas del "Estado Benefactor". Al mismo tiempo, coincidió con el fin de la larga etapa histórica conocida como la "guerra fría" y el surgimiento de nuevas corrientes progresistas y democráticas en América Latina y El Caribe.

Así, en julio de 1990, en el momento en que se desplomaba el socialismo soviético y los adoradores del neoliberalismo afirmaban que llegaba el "fin de la historia", el Partido de los Trabajadores, PT, de Brasil, convocó en Sao Paulo al Primer Encuentro al que asistieron representantes de 48 partidos y organizaciones latinoamericanas y caribeñas, de las más diversas corrientes de pensamiento de izquierda, democráticas, progresistas y patriotas.

En aquel primer encuentro se evaluó la crisis del modelo de socialismo soviético. Fue analizada la amenaza imperialista basada en la estrategia neoliberal de la globalización lanzada contra nuestros pueblos y se revisaron las estrategias revolucionarias de la izquierda latinoamericana y caribeña.

Igualmente, se sentaron las bases para avanzar en propuestas de unidad de acción en la lucha anti-imperialista y popular por una sociedad justa, libre y soberana, por la renovación del pensamiento de izquierda y el socialismo, y por el fortalecimiento de las organizaciones antineoliberales y de sus objetivos antiimperialistas, socialistas y populares.

Asimismo se fijó una posición de rechazo a la idea imperialista de una nueva "Integración Americana", basada en una única zona de libre comercio, para asegurar el dominio económico y político sobre América Latina y El Caribe.

En el FORO se definieron las bases de un nuevo concepto de unidad e integración latinoamericanista y caribeño para reafirmar nuestra soberanía, independencia y recuperar nuestra identidad cultural e histórica, promover la democracia y la soberanía populares. Asimismo se mantuvo el compromiso de solidaridad activa con la revolución socialista de Cuba, la revolución popular sandinista, la lucha de los pueblos salvadoreño, panameño y andinos que enfrentaban la presión militarista del imperialismo.

En México, durante el II Encuentro, se ratificó el nombre de Foro de Sao Paulo; se amplió la participación a organizaciones y partidos políticos de Canadá, Estados Unidos y Europa, y se profundizó en el análisis de la crisis generada por el neoliberalismo en la “década perdida” de los años 80. Se analizó también la caída de las dictaduras militares, los nuevos espacios de lucha política democrática que habían estado cerrados durante los años de la guerra fría, y la aparición de nuevos movimientos sociales y partidos políticos populares.

La apertura de nuevos caminos para luchar contra el neoliberalismo se confirmó en 1992 al realizarse, en Managua, el III Encuentro del Foro de Sao Paulo. En esta ocasión el debate se concentró alrededor del proyecto alternativo de la izquierda latinoamericana y las nuevas formas de integración de los pueblos de la región. Se concluyó que el capitalismo neoliberal agravaba la situación de América Latina y el Caribe y que por ello se enfrentaban dificultades para consolidar las instituciones políticas, y que esta situación podría llevar a un fortalecimiento del autoritarismo.

El IV encuentro del FSP reafirmó la resuelta condena contra el bloqueo imperialista contra Cuba, así como el inaceptable status colonial de Puerto Rico, Guyana francesa, Martinica, Guadalupe y otros territorios continentales, respaldando la causa de la independencia nacional y autodeterminación para sus pueblos. Ratificó también el compromiso de continuar con la lucha por la integración plena e incondicional de la Comunidad Latinoamericana y Caribeña de Naciones.

De la misma manea que quedó constatado el ascenso de la movilización social de los pueblos, se destacó la importancia de la lucha por la profundización de la democracia política, quedó resaltada la necesidad de reconocer e incorporar en el pensamiento programático la pluralidad étnica y cultural de nuestros países, y la importancia de luchar por la igualdad de género.

El V Encuentro realizado en Montevideo en 1995, registró el incremento, diversificación y desarrollo de las luchas populares, expresado a través de huelgas, protestas, manifestaciones y bloqueo de caminos. Se analizó, de manera especial, la rebelión en Chiapas como una nueva forma de expresión de lucha por la democracia y el poder popular.
Los resultados de elecciones realizadas en 14 países de América Latina entre 1993 y 1995, fueron positivos para las izquierdas, ya que éstas lograron una mayor participación en gobiernos locales o en los parlamentos de sus países.
Ante este ascenso, las derechas neoliberales respondieron El gobierno estadounidense convocó a la Cumbre de las Américas realizada en Miami en 1994, con el doble objetivo de imponer, de un lado, su diseño regional y global de “Seguridad Colectiva”, y, de otro, el Tratado de Libre Comercio para el conjunto de los países del continente bajo las siglas del ALCA.

En el VI Encuentro realizado en El Salvador en 1996 quedó claro que la globalización neoliberal había exacerbado contradicciones y conflictos muy diversos: entre el desarrollo económico y la conservación del medio ambiente; por la cada vez mayor concentración de la riqueza, así como también por las oportunidades desiguales que para el desarrollo de la humanidad ofrecían los avances científico-técnicos.
Quedó evidenciado que las libertades políticas eran obstruidas por los neoliberales para impedir el desarrollo con justicia social, así como para bloquear el ejercicio de los derechos económicos y sociales de los pueblos.

El VII encuentro realizado en 1997, Porto Alegre, Brasil, confirmó la tendencia del ascenso de las luchas sociales. En este encuentro se resolvió establecer mecanismos de coordinación y discusión permanente con el propósito de contribuir a que la izquierda latinoamericana y caribeña encabezaran las soluciones políticas, económicas y sociales alternativas al neoliberalismo y a la globalización neoliberal; al afianzamiento de la solidaridad y la integración en beneficio de los pueblos y el desarrollo con justicia social y armonía con la naturaleza.

El siguiente FORO, el VIII, realizado en México, en 1998, reflejó el creciente apoyo de los pueblos a las opciones de izquierda y progresistas, a causa de la crisis del modelo neoliberal iniciado en Asia, en los países llamados los “dragones del pacífico”, crisis que golpeó a parte del mundo europeo y de América Latina, en particular a México, Brasil y Argentina.

Era más evidente que la crisis neoliberal, que apenas comenzaba a salir a la superficie, propiciaba la búsqueda de salidas alternativas impulsadas por la izquierda. Se consideró que “no hay democracia sin política, sin partidos, sin sindicatos y sin movimientos sociales organizados”.
El encuentro permitió reafirmar conclusiones importantes, como lo relacionado a la pluralidad étnica, lingüística y cultural de las naciones latinoamericanas y caribeñas, y la necesidad de luchar por el respeto y reconocimiento social, político y jurídico de esta diversidad.

En el año 2000, en Managua, durante el IX Encuentro, se conmemoró el Décimo Aniversario del FORO y se reafirmó el aporte a la lucha de los pueblos latinoamericanos y caribeños. Al mismo tiempo se reconocieron los aportes de la intelectualidad de izquierda y progresista en torno a la defensa de las Universidades y la educación pública como patrimonio democrático. Se ratificó el compromiso con la lucha contra la discriminación, en particular de la mujer, y la búsqueda de la igualdad entre los géneros. Se refrendó también, con firmeza, el objetivo de conquistar las libertades, la independencia y la soberanía, para terminar con todo vestigio de colonialismo y neocolonialismo. Se dejó sentada la tesis de que en el siglo XXI, por comenzar, la izquierda se convertirá en una alternativa real de poder popular basada en nuevas instituciones participativas, formas democráticas de gobierno y de desarrollo económico en beneficio de las mayorías nacionales.

Es necesario detenerse particularmente en el análisis que hemos desarrollando desde el X Encuentro, realizado en diciembre de 2001 en La Habana, pues éste se realizó luego del ataque a las “Torres Gemelas” del mes de septiembre de ese año.

En aquél momento, el neoliberalismo, principalmente en sus aspectos económicos e ideológicos, vivía un gran desgaste, debido a múltiples crisis económicas que se habían presentado en países de Asia pero también en Brasil, Rusia, Turquía y Argentina.

En este contexto, las acciones militares desarrolladas por los EEUU y por algunos países europeos, primero contra Afganistán y después contra Irak, sumadas a las exacerbadas medidas internas de seguridad, parecían tener como efecto colateral la profundización de las medidas de liberalización económica.
El discurso del Presidente Bush, según el cual “quienes no están con nosotros están contra nosotros” y “el terrorismo es fruto de la pobreza y ésta debe ser combatida con el crecimiento económico proveniente del libre comercio” fue un claro mensaje para presionar a muchos países para que aceptaran una agenda de negociación en la Conferencia de la OMC en Doha que debería concluir con

una mayor liberalización del comercio a favor de las grandes potencias mundiales.
La nueva política militar de Estados Unidos, llamada de la “guerra preventiva”, tenía un contenido abiertamente intolerante, racista, xenofóbica, criminal y genocida, y fue rechazada en su momento por la izquierda y las fuerzas progresistas, democráticas y patriotas, como fue rechazado también el intento de calificar como terroristas a los movimientos de liberación nacional, a las fuerzas de izquierda, a los movimientos sociales y progresistas.

El XI encuentro realizado en Antigua, Guatemala en el 2002, caracterizó al nuevo orden internacional como injusto y altamente riesgoso, ya que el gobierno de los Estados Unidos con su unipolaridad militar colocaba al mundo al borde de la guerra, estrategia global que lesionaba la democracia y soberanía nacional de los países.

Se analizó la crisis Argentina y su impacto en el Sur del continente; la situación por la que atravesaban Venezuela y de Cuba en esos momentos. Todo ello como punto de referencia para el análisis de la lucha de nuestros pueblos frente al proyecto de dominación de Estados Unidos que se presentaba bajo el discurso de la integración comercial.
Se discutieron también las nuevas perspectivas abiertas por las fuerzas progresistas y el momento histórico para la integración latinoamericana hacia un modelo alternativo. Las expectativas del triunfo de Brasil y el acceso de las izquierdas al gobierno definió la lucha por la democracia y la unidad del pueblo como un planteamiento estratégico del FORO de Sao Paulo.

Por su parte, el XII encuentro, realizado en Sao Paulo, el 2005, a 15 años de su fundación, concluyó que las luchas han dado frutos y que se ha producido una reestructuración política y social en América Latina y el Caribe, debilitándose las fuerzas de derecha al punto de perder protagonismo y sufrir reveses y derrotas políticas. Se reconoció la aparición de nuevos sujetos sociales: población de comunidades, organizaciones de mujeres, religiosas, de lucha por la defensa, protección y desarrollo de los recursos naturales y medio ambiente, organizaciones de la cultura, de la intelectualidad, y nuevos movimientos políticos que destacaban en comparación al clima dominante que se observaba una década atrás.

El relato de la evolución de los Foros permite afirmar que estamos ante la presencia de un nuevo período histórico que apenas ha comenzado y en el que se ha puesto en evidencia de manera reiterada y tajante que democratización política y neoliberalismo económico se contraponen y chocan, lo que se traduce, al mismo tiempo, en ascenso de las luchas populares y sociales.

La nueva realidad política demanda de las fuerzas de izquierda y socialistas de la región actuar a la ofensiva y profundizar la lucha democrática. Un punto a debate es si estos avances pueden sentar las bases para la construcción del socialismo del Siglo XXI, en un escenario en el que existen diversas formas de lucha.

Por ello el FORO debe mantener sus esfuerzos de elaboración de estrategias y políticas así como el permanente intercambio de experiencias sobre los profundos cambios que suceden en América Latina y el mundo.

El FORO también debe contribuir a impedir que las fuerzas de derecha y el imperialismo restauren el control de poder político hasta ahora perdido en la región, a defender los procesos de democracia

revolucionaria en marcha y a desplegar toda nuestra capacidad internacionalista y solidaria con Cuba, los gobiernos democráticos de izquierda y la lucha de los pueblos.

http://forosaopaulo.fmln.org.sv/final/la_nueva_etapa/unidad.htm

DOCUMENTO BASE

LA SITUACION MUNDIA: COMPLEJA Y CONTRADICTORIA

Cinco años después del X Encuentro en La Habana, podemos decir que ha fracasado el intento de salvar al neoliberalismo a través de la guerra y de la liberalización comercial. En el ámbito militar, las invasiones de Afganistán y de Irak por parte de tropas, principalmente de EEUU e Inglaterra, y en menor número de otros países europeos y de Australia, se transformaron en dos "atolladeros" políticos y militares. La caída de los talibanes y de Saddam Hussein, ambos ex aliados de los Estados Unidos, estuvo seguida por una mayor inestabilidad tanto en la región como a escala mundial.

Los EEUU ya perdieron más de tres mil soldados solamente en Irak. Su plan, por ahora, ha fracasado. Irak vive hoy una guerra civil entre las diferentes etnias y comunidades religiosas que componen el país, la que ha costado la vida, en promedio, a cinco mil personas al mes.

La invasión de Irak, además de no haber sido autorizada por el Consejo de Seguridad de la ONU, contó con la oposición de amplia mayoría de la opinión pública mundial. La participación de tropas españolas e italianas en esa guerra ayudó a poner fin a los gobiernos, respectivamente, de Aznar (2004) y Berlusconi (2006), al igual que contribuyó para la derrota de los republicanos en las recientes elecciones para el Congreso de los EEUU (2006).

En el terreno económico, habrá que recordar que el derrumbe del socialismo soviético y el fin de la etapa histórica de la "guerra fría" le imprimieron mayor velocidad al reajuste mundial, a la globalización económica neoliberal y a la corriente por un **comercio internacional negociado**[1], que impactó de manera desigual a los países. La humanidad comenzó a atravesar por una transición dominada por el neoliberalismo.

En esta nueva etapa del capitalismo se han configurado tres grandes bloques. Uno, encabezado por los Estados Unidos que incluye los países del NAFTA o TLCAN (Tratado de Libre Comercio de América del Norte) y las naciones que formarían el CAFTA (Tratado de Libre Comercio de América Central). Otro está constituido por los integrantes de la Unión Europea; y el tercero estaría formado por los países asiáticos más desarrollados. Por otro lado, encontramos la configuración de otros bloques de segundo nivel (en América Latina, el MERCOSUR, Comunidad de Naciones Andinas, entre otros).

La disputa entre los principales bloques comerciales y económicos, y los países más desarrollados por separado se está reflejando, en este período histórico, en tres sistemas de pagos internacionales: el sistema monetario basado en el Euro; el otro basado en el Dólar; y el tercero el ACU (moneda asiática), comandada, por ahora, por la República Popular de China, Japón y Corea del Sur[2], y que reemplazó al Yen que se perfilaba, hacia finales de 1999, como la base para el sistema monetario asiático para competir con la Unión Europea y Estados Unidos. Un dato fundamental de esta nueva

situación es que en la carrera por “conquistar” económicamente el siglo XXI[3], irrumpió abruptamente China, que hasta 1999 solo se mencionaba como posible amenaza hasta el 2015, pero en el 2006 se ha colocado como tercera o cuarta potencia económica mundial.

Existe pues una disputa por el dominio económico mundial en general encarnada en estos tres bloques bajo una competencia colosal cuyo desenlace, histórico por supuesto, aún está por verse.

Estados Unidos, además, ha perdido terreno económico en Asia, en particular en aquellos países que antes eran su “patio trasero” asiático, los llamados “dragones del pacífico”. En cambio, se ha fortalecido el bloque liderado por China, Japón y Corea del Sur. En el horizonte mediato también se perfila la posibilidad de que la India y Rusia se incorporen a ese mega bloque asiático. El pacto entre China y Rusia mostrarían también una pérdida de terreno por parte de los Estados Unidos.

El reacomodo o reajuste de las correlaciones de fuerzas mundiales en proceso, principalmente por el desarrollo de los nuevos grandes bloques comerciales, de un lado, y el debilitamiento del poderío económico de Estados Unidos por el otro, plantean como interrogante si lo que estamos presenciando es un proceso de decadencia del imperialismo norteamericano.

Por otra parte, el capitalismo, en esta nueva etapa, sigue observando **un crecimiento desmedido del sector financiero** de la economía mundial, que empezó a instalarse a principios de los años 1970, con la crisis del petróleo y el fin de los “Acuerdos de Bretton Woods”.

Este crecimiento desmedido del sector financiero se traduce, por ejemplo, en el movimiento mundial diario de aproximadamente US$ 1,5 billones de dólares, recursos que no están aplicados directamente en actividades productivas. Esto constituye en lo fundamental un giro especulativo que genera ganancias de corto plazo para el capital financiero y las grandes empresas, incluidas aquellas consideradas como “productivas” pero que muchas veces retiran de la especulación la mayor parte de sus ganancias.

El crecimiento desmedido del sector financiero estuvo acompañado por un proceso profundo de reestructuración productiva y de alteración de los patrones de participación del Estado en la economía, de la reducción de los derechos laborales y sociales antes provistas por políticas públicas y estatales, así como de la reducción del proteccionismo vigente en diversas naciones, reducción a favor de las grandes empresas y potencias. Ha sido, además, la causa principal de las crisis financiera de muchos países y de la inestabilidad económica mundial, por lo que representa una amenaza al desarrollo económico en todo el planeta.

Por otra parte, la economía mundial sigue siendo controlada por unos cuantos países, básicamente los EEUU, la Unión Europea, Japón, países de origen de las 500 mayores empresas multinacionales, de las cuales alrededor de 450 están presentes en América Latina y Caribe. Estas empresas tienen influencia sobre los gobiernos nacionales y las instituciones multilaterales como el Fondo Monetario Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) y Organización Mundial del Comercio (OMC). Tales gobiernos e instituciones, no por casualidad, han sido instrumentos fundamentales para la puesta en práctica de las medidas de liberalización y los dogmas del llamado “Consenso de Washington”. Influyen también en

las negociaciones en la OMC, ALCA y los tratados bilaterales de comercio.

La sumisión de la mayoría de los países a la nueva lógica neoliberal provocó todavía más concentración de poder económico y político en las manos de los países más ricos y poderosos, aumentando la brecha que separa a unos y otros. En este contexto, los gobiernos de Brasil, Argentina y Uruguay vienen haciendo esfuerzos en el sentido de disminuir la vulnerabilidad externa. Una de las medidas adoptadas por estos gobiernos, con este propósito, fue la no renovación de los acuerdos con el FMI. Merece mención, asimismo, la negociación de la deuda argentina, que logró colocar soberanamente los intereses del país por encima de los intereses de los acreedores.

Además de la presencia, ya mencionada, de las empresas multinacionales más importantes del mundo en nuestro continente, convivimos en América Latina y Caribe directamente con la mayor potencia económica y militar del mundo, los EEUU, e indirectamente con los intereses de la Unión Europea, en particular de algunos de sus miembros que ya tuvieron colonias aquí.

Seguimos conviviendo, también, con un proceso de distribución regresiva de la renta y de exclusión social, situación que une la pobreza económica con la falta de acceso a derechos ciudadanos fundamentales como salud, educación, vivienda, agua potable, etc.

Se calcula que actualmente, en el mundo, 1,2 mil millones de personas viven con menos de un dólar al día, o sea, por debajo de la línea de la pobreza, de acuerdo a los criterios de la ONU, y en situación de exclusión social.
Millones de personas migran de un país a otro actualmente, ya sea porque son refugiados de los varios conflictos bélicos regionales, ya sea porque buscan trabajo en otros países más desarrollados, por no encontrarlos en los suyos. Esto sucede también en nuestro continente.

El envío de parte del ingreso duramente conquistado por parte de aproximadamente 191 millones de migrantes a sus países de origen suma actualmente US$ 233 mil millones, de los cuales US$ 167 mil millones van para países en desarrollo, según la Organización Internacional de Migraciones (OIM). En algunos casos, en Centroamérica, los envíos representan ya de 10 a 15% del PIB. En Brasil, los giros de dinero de los migrantes suman US$ 10,5 mil millones al año, y en Ecuador, cerca de US$ 2,3 mil millones al año. A México, que es quizás el ejemplo más destacado de América Latina, llegan casi 20 mil millones de dólares al año.

La migración, además de haberse convertido en una fuente de ingresos financieros muy importante para nuestros países, ha provocado también transformaciones en la sociedad y en la política de cada Nación. No debemos olvidar, por ejemplo, las declaraciones del embajador norteamericano en El Salvador, que en plena campaña presidencial afirmó que los envíos de los emigrantes salvadoreños que viven en los Estados Unidos podrían interrumpirse, en el caso de una victoria del hoy añorado compañero Schafik Handal, candidato del FMLN a la presidencia de la República.

Ahora bien, en el ámbito de las negociaciones comerciales, dos hechos indican claramente el fracaso de las iniciativas de la agenda neoliberal en materia de libre comercio:

a) La paralización de las negociaciones que pretendían resultar en la creación de un Área de Libre Comercio de las Américas. Es importante considerar el papel ejercido, en este sentido, por la

acción de los presidentes de los países del MERCOSUR que, liderados por el país anfitrión de la Cumbre de Mar del Plata, realizada a fines de 2005, pusieron un freno que creemos definitivo a las pretensiones de los gobiernos de los Estados Unidos de viabilizar el ALCA.

b) La “Ronda de Doha”, que hasta el día de hoy no ha llegado a resultados concretos. No hay perspectivas en el corto plazo de que vaya a alcanzarlos. En estas negociaciones, la acción del gobierno brasileño y de los gobiernos del MERCOSUR en la reunión de Cancún, realizada en 2003, fue decisiva para enfrentar la hegemonía de los intereses de los EEUU y de la Unión Europea. La formación del G-20 ha constituido un avance importante en el diseño estratégico de las relaciones Sur-Sur.

Por su parte, frente al bloqueo del ALCA, los Estados Unidos han impulsado Tratados de Libre Comercio bilaterales. Algunos ya fueron firmados y otros están en fase de avanzada negociación entre los cuales podemos incluir a Colombia, Perú y El Salvador.

Los gobiernos progresistas, por su parte, han impulsado la integración continental a través del cambio de rumbo de los procesos existentes, en especial del MERCOSUR. En este particular, destacamos la creación del Parlamento del MERCOSUR y de los Fondos de Convergencia Estructural. Subrayamos también la ampliación del MERCOSUR, con la entrada de Venezuela, en julio de 2006, así como de las relaciones con Cuba.

La Comunidad Sudamericana de Naciones, igualmente impulsada por los gobiernos del MERCOSUR y de la Comunidad Andina de Naciones, cumple un papel importante en la integración territorial y energética de América del Sur. Los acuerdos Venezuela-Cuba, para el intercambio solidario en las áreas de la salud, educación y otras, forman parte de este nuevo impulso de integración. En este sentido, la Alternativa Bolivariana para las Américas (ALBA), constituye un instrumento más al servicio de la causa de la integración latinoamericana.

---

[1] En realidad “libre comercio” internacional no existe: existen dos tipos de comercio entre países, el negociado denominado eufemísticamente como “libre” comercio y el comercio no negociado o protegido.

[2] Otros piensan que a más largo plazo estaría configurándose otro sistema entre la República Popular de China y la Federación Rusa, los países con los mercados y territorios más extensos del mundo, respectivamente, y la incorporación al sistema del ACU a la India.

[3] Se dice que el siglo XIX fue el siglo de los ingleses; el siglo XX, por lo menos la segunda mitad del mismo, perteneció a Estados Unidos y está por verse quien dominará el siglo XXI.

http://forosaopaulo.fmln.org.sv/final/la_nueva_etapa/situacion_mundial.htm

DOCUMENTO BASE

LAS DISPUTAS ELECTORALES EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE

Después del XII Encuentro del Foro de São Paulo, realizado en 2005, en Brasil, hemos tenido un conjunto importante de elecciones en América Latina y Caribeña.
Estas elecciones – en Chile, Colombia, Bolivia, Haití, Costa Rica, México, Ecuador, Perú, El Salvador, Nicaragua, Brasil y Venezuela – han revelado una correlación de fuerzas, electoral y política, signada por la victoria o por lo menos por el crecimiento de las fuerzas progresistas, nacionalistas y de izquierda. Estados Unidos ha perdido parte sustancial del control político sobre América Latina y El Caribe.

Los procesos electorales han revelado también que los Estados Unidos tratan a América Central como "zona prohibida" para gobiernos de izquierda y progresistas, como ya habíamos observado en las últimas elecciones presidenciales en El Salvador. Hay que subrayar que, pese a todos estos esfuerzos, Daniel Ortega fue electo presidente de Nicaragua y, en los demás países, las fuerzas populares han venido ampliando su fuerza.

Veamos, aunque sea de modo superficial, el resultado electoral de algunos países.
En Bolivia, la acumulación de fuerzas y el avance de las luchas sociales en aquel país no sólo derrocaron a varios presidentes en los últimos años, sino que llevaron a la presidencia a Evo Morales, uno de los líderes más importantes de aquellas luchas, un *aymara* representante de la población originaria y mayoritaria de Bolivia que, sin embargo, siempre estuvo excluida de los centros de poder.

Luego de haber adoptado una serie de medidas para asegurar la posesión y el control de las riquezas naturales del país, en particular los hidrocarburos, y también para promover la reforma agraria, el gobierno Morales, el Movimiento al Socialismo (MAS) y sus aliados ahora luchan para llevar adelante la aprobación de una nueva Constitución para el país que dé sustento jurídico permanente a los compromisos asumidos con la mayoría de la población boliviana. Los cambios vienen enfrentando, empero, una fuerte resistencia de la derecha del país que, incluso, articula movimientos autonomistas en las provincias en donde es más fuerte.

En Brasil, por su parte, más de 58 millones de brasileños y brasileñas reeligieron al petista Luiz Inácio Lula da Silva como presidente de la República. Participaron en la campaña del segunda vuelta militantes del PT, PCdoB, PRB, PSB y los dirigentes y afiliados del PMDB, PDT, PV, PP, PCB, PL, PPS, PTB y PSOL. Así como militantes de movimientos sociales de la ciudad y del campo, mujeres, jóvenes, negros, indígenas, artistas, intelectuales, religiosos y sindicalistas que salieron en defensa de sus conquistas y de la continuidad de un programa de transformación económica, social y política del país.

La campaña de Lula fue de izquierda, en sintonía, como en el pasado, con nuestra militancia y con nuestra tradición de combatividad. La victoria de Lula expresa la esperanza y la confianza de nuestra sociedad, especialmente de las capas populares, en el futuro del país. Un futuro que se anuncia como

de más crecimiento económico, políticas sociales, democracia y soberanía nacional. Fue también una respuesta a los sectores conservadores y golpistas de la oposición que prometieron “acabar con la raza del PT”.

El país ingresa a un nuevo período y tiene por delante grande desafíos: el crecimiento sustentable de la economía; la consolidación democrática, sobre todo para asegurar una mayor participación del pueblo en la vida política del país. El tercer desafío es el mantenimiento y la ampliación de las inversiones en políticas sociales.

En Nicaragua, la elección de Daniel Ortega fue una derrota explícita del imperialismo norteamericano. La victoria del FSLM tendrá impacto en la región centroamericana y es una muestra de la expansión de la ola de victorias antiliberales más allá de la parte sur del continente. Sin duda, este triunfo crea un clima político favorable para las luchas de los pueblos de Guatemala y El Salvador y permitirá también incorporar a esta parte de América Latina a un proceso de integración regional alternativo. En un Nación azotada por la pobreza y con tantas expectativas hacia el nuevo gobierno, el sandinismo tiene enormes retos. Entre los más inmediatos, saber enfrentar las presiones del FMI, el gobierno norteamericano y la derecha y al mismo tiempo, conducir al país en un marco de paz, estabilidad y reformas sociales.

A principios de 2006, fue electo también el nuevo presidente de Haití, René Préval, que ya había gobernado el país de 1996 a 2001. Préval es del partido “Fanmi Lavalas”, del presidente Bertrand Aristide. Desde que Aristide fue alejado del gobierno, en 2003, hay tropas de la ONU (MINUSTAH) en Haití, cuyo tiempo de permanencia todavía no está definido.

El Foro de São Paulo enviará una delegación a Haití, con el objetivo de analizar la situación local, a partir de contactos con las fuerzas políticas y sociales, así como también con el gobierno Préval. Esta delegación, compuesta por todos los partidos-miembros del Grupo de Trabajo, debe producir un informe sobre esa visita.

De antemano, el XIII Encuentro se dirige a los partidos que integran gobiernos que tienen tropas en la MINUSTAH, informando que nuestra opinión es que hace falta crear las condiciones para, en el plazo más corto, sustituir la presencia de tropas de la MINUSTAH por un apoyo exclusivamente humanitario.

En las elecciones presidenciales de Ecuador, en octubre, disputaron la segunda vuelta el candidato Álvaro Noboa, por el Partido de la Renovación Institucional – Alianza Nacional (PRIAN) y Rafael Correa, por la Alianza País (AP). Correa logró unir la izquierda y la centro-izquierda en torno a su candidatura y venció al “Magnate de las Bananas”, Noboa, por una diferencia de 14 puntos porcentuales.

Correa se comprometió a no firmar el Tratado de Libre Comercio con los EEUU ni a renovar la cesión de la base militar de Manta a los norteamericanos. Tendrá, empero, un gran reto por delante, a saber, el de gobernar prácticamente sin apoyo en el parlamento, puesto que la derecha ha formado amplia mayoría y la AP no lanzó candidatos. En este sentido, su propuesta de transformaciones estructurales en Ecuador pasa por la realización de un plebiscito que consulte a la población acerca de si ésta desea o no la convocatoria de una Asamblea Nacional Constituyente.

La victoria del presidente Chávez en Venezuela fue indiscutible y fue fruto del trabajo que viene haciendo para transformar a su país. Chávez consolidó su liderazgo político cuando se enfrentó al proceso golpista que promovió la derecha al inicio de su mandato y que, en la práctica, sólo tuvo fin en 2004, con su victoria en el referendo derogatorio. En tan sólo dos años que separan ese momento de la actual elección, el gobierno bolivariano de Venezuela hizo mucho para avanzar con la organización popular y para promover la justicia social.

En Chile salió victoriosa la candidata Michele Bachelet. Apoyada por los partidos de la Concertación y luego en la segunda vuelta por el Partido Comunista, logró derrotar a la derecha. Bachelet hizo compromisos para reformar el sistema electoral y al mismo tiempo, encabezar otras reformas de tipo social, como el del sistema de pensiones. La posibilidad de que se fortalezca una vía progresista frente a la corrupción, el burocratismo y la derecha en Chile dependerá de la iniciativa de las fuerzas de izquierda, el movimiento popular, y la conducta de la Presidenta. Como quiera que sea, y los acontecimientos ocurrido por la muerte de Pincochet lo demuestran, la existencia de un gobierno como el de Bachelet tiene una significado muy relevante para las fuerzas democráticas, progresistas y de izquierda de América Latina.

Al lado de estas victorias, tuvimos otras elecciones presidenciales cuyos resultados deben ser analizados de forma distinta: Costa Rica, Perú, Colombia, México.
En Costa Rica, en febrero de 2006, Oscar Sánchez Arias, del Partido de Liberación Nacional (PLN) fue el vencedor de las elecciones presidenciales. Él ya había sido presidente de 1986 a 1990. En 1987, recibió el Premio Nóbel de la Paz por su actuación en las negociaciones de paz en Centroamérica. Sin embrago, disputó las elecciones de 2006 con una plataforma totalmente neoliberal, de defensa de la privatización de las empresas públicas costarricenses y de la firma del Tratado de Libre Comercio de América Central (CAFTA).

Arias derrotó a Ottón Solís por un margen de sólo 1,1% de los votos. Su oponente había sido Ministro de Planificación del primer gobierno de Arias y había renunciado entonces por discrepar del plan de ajuste estructural instrumentado por Arias bajo la orientación del FMI. Fue candidato por el Partido de la Acción Ciudadana – PAC, creado en 2002, que ya había causado sorpresa al elegir 24 diputados federales.

Solís llegó muy cerca de la victoria en una campaña en la cual se oponía al Cafta y enfatizaba la adopción de medidas de participación popular y de combate a la corrupción. Su ascenso al segundo lugar rompió una tradición de disputa bipartidista entre el PLN y el demócrata cristiano Partido de la Unidad Social Cristian (PUSC), ambos desgastados por sucesivos escándalos de corrupción.

En el Perú, la principal disputa se dio en junio de 2006, entre Ollanta Humala, un militar de la reserva y candidato por la coalición partidaria Unión por el Perú; y Alan García, que ya había presidido el país en la década de 1980 por el Partido Aprista.

Humala se presentó con una plataforma nacionalista y de promoción de los derechos sociales, que le dio la mayor votación en la primera vuelta, aunque insuficiente para ganar la Presidencia. En el segundo turno, el apoyo de los partidos de derecha a García le permitió a éste obtener una mayoría

con el 54% de los votos.

Mientras que Alan García venció holgadamente en la capital y provincias cercanas, Ollanta triunfó en las 16 provincias del interior, principalmente en las regiones más pobres. Sin embargo, partidos de izquierda como el socialista (PSP), el comunista (PCP) y “Patria Roja”, todos juntos, obtuvieron tan sólo un 1,5% de los votos en el primer turno y quedaron sin representación parlamentaria.

En Colombia, el presidente Álvaro Uribe fue reelecto en primera vuelta, en mayo, con el 62,2% de los votos. No obstante, el Polo Democrático Alternativo alcanzó el segundo lugar, con la candidatura de Carlos Gaviria, superando al Partido Liberal y convirtiéndose en una alternativa real de gobierno en el país. Este avance electoral de la izquierda se debe también a un proceso de acumulación de las luchas sociales, de la construcción de unidad del Polo y de sus alianzas locales, así como por el éxito obtenido en gobiernos municipales y estatales conquistados en 2003, como, por ejemplo, la Alcaldía de Bogotá y el Estado del Valle.

Uribe detenta la mayoría en el parlamento desde las elecciones parlamentarias realizadas en marzo de 2006, y lleva a cabo un programa neoliberal que incluye la realización de un acuerdo de libre comercio con los EEUU. Sin duda, el gobierno colombiano ha sido uno de los aliados más importantes de los intereses norteamericanos en América Latina.

En México se dio una de las campañas electorales más disputadas. El candidato de la Coalición Por el Bien de Todos (integrada Partido de la Revolución Democrática, el Partido del Trabajo y el Partido Convergencia), Andrés Manuel López Obrador, mantuvo la delantera prácticamente todo el tiempo, enfrentando una durísima campaña calumniosa y anticomunista por parte del entonces Presidente Fox, un grupo poderoso de empresarios, y el PAN, el partido de la derecha mexicana, con la ayuda de los grandes medios de comunicación.
Los resultados electorales oficiales dieron la victoria a Felipe Calderón (PAN) por 0.58% de diferencia. La Coalición inició al otro día una protesta masiva alegando fraude sobre todo por la intervención del Presidente y de los empresarios, prohibidas por la ley, pero también por diversas irregularidades en cerca de 50 mil urnas, de un total de 132 mil, o sea, casi 38% de los votos estaban bajo sospecha.

El PRD articuló un proceso de recursos judiciales y de movilizaciones para presionar al Tribunal Electoral y se recontara la totalidad de los votos. Esta movilización incluyó, durante casi dos meses, la realización de grandes asambleas en el centro de la Ciudad de México, normalmente acompañadas por más de un millón de personas, y por un campamento en el Zócalo, la plaza central de la ciudad, además del bloqueo de las principales avenidas de la capital.

Sin embargo, el 6 de septiembre, el Tribunal Electoral del Poder Judicial Federal de México ignoró todas las protestas y declaró vencedor al candidato de la derecha. Ante ello, las fuerzas de la Coalición decidieron proclamar a López Obrador como presidente legítimo y darle posesión como dirigente de un gobierno paralelo, el día 20 de noviembre, fecha simbólica, pues marcó el inicio de la Revolución Mexicana en 1910.

Hasta los sectores izquierdistas que pregonaron el voto nulo, pues para ellos el PRD y la candidatura de López Obrador no representaban diferencias fundamentales en relación a los demás partidos y candidatos, apoyaron las movilizaciones contra el fraude y contra la derecha. Si estas mismas fuerzas

hubieran decidido participar en la campaña y llamar a votar por López Obrador quizás se hubiera podido evitar el triunfo de la derecha y se hubiera contribuido a transformar a México en un país más democrático, con un gobierno más respetuoso con los movimientos sociales y que seguramente aportaría al proceso de transformación política de América Latina y Caribe.

De cualquier manera, las elecciones mexicanas de 2006 confirmaron la decadencia del PRI y reafirmó al PRD como la fuerza de oposición más importante y como una alternativa real de gobierno.

Este ciclo de elecciones presidenciales, que debe cerrarse con la disputa en Argentina, en 2007, consolidó e incluso amplió el abanico de gobiernos progresistas y de izquierda en América Latina.

Estos resultados demuestran que gran parte, quizá la mayoría de la población de nuestro continente, quiere seguir el camino de los cambios y no quiere vivir más bajo la hegemonía neoliberal. Este proceso de cambios asume distintas formas, desde las más radicales hasta las más moderadas e institucionales. Los caminos de la izquierda latinoamericana son diversos y plurales.

Por su parte, la derecha ha respondido en estos países de manera muy similar, con métodos basados en los medios de comunicación, el poder del dinero y la mentira, y con un rostro extremadamente reaccionario.

En primer lugar, quedaron cada vez más evidentes los puntos de contacto y la cooperación entre las fuerzas políticas de derecha, en cada país, y los intereses de los EEUU.
En segundo lugar, los Estados Unidos mantuvieron una actitud de ingerencia, que fue particularmente fuerte en América Central y en algunos países que el gobierno norteamericano trata como enclaves, como es el caso de Colombia, Paraguay y El Salvador.

En tercer lugar, la maquinaria político-ideológica de la derecha, sus principales líderes, los medios y las fuerzas económicas en nuestra región hablan ahora de la existencia de una confrontación entre las fuerzas de mercado y democráticas versus el “populismo de izquierda” y autoritario.

Llaman a nuestros gobiernos “populistas” en el afán de estigmatizar y descalificar nuestra política, asociándola con el pasado. Al mismo tiempo, intentan dividir a los gobiernos progresistas en dos grupos: la “izquierda moderna” y la “izquierda atrasada” con la intención de borrar los muchos objetivos comunes que unen a nuestros gobiernos y partidos. Esta diferencia es falsa y lo que en verdad existe es una diversidad de estrategias que responden a las realidades y condiciones de lucha que existen en cada país.

A la vez que se traba una batalla ideológica contra nosotros, la derecha no demuestra mayores escrúpulos para intentar mantenerse en el poder. En Venezuela, por ejemplo, impulsó un golpe de Estado, que fue derrotado por la intervención popular. En Brasil, intentaron un golpe mediático. En México, no dudaron en violar la ley y hacer fraude en las elecciones. En Colombia, apoyan el paramilitarismo.

http://forosaopaulo.fmln.org.sv/final/la_nueva_etapa/elecciones.htm

DOCUMENTO BASE

UN NUEVO PERIODO EN AMERICA LATINA

La coincidencia de varios gobiernos de izquierda y progresistas en América Latina constituye la gran novedad de la situación actual en esta región del mundo.
Esta novedad se hizo posible gracias a la combinación de tres elementos principales: los efectos del neoliberalismo en la región, la capacidad que han demostrado varios partidos de capitalizar electoralmente la insatisfacción popular, y el crecimiento de los movimientos populares de resistencia y de protesta.

Es importante recordar que, en los últimos años, el movimiento social ha logrado alcanzar gran relevancia y articulación internacional, por ejemplo, por medio de los sucesivos “Foros Sociales Mundiales”, lanzando la consigna de que “otro mundo es posible”, contra la globalización neoliberal y el “pensamiento único”.

Además de las cinco ediciones mundiales (cuatro en Porto Alegre y una en Mumbai) y la edición “policéntrica” de 2006 (teniendo en Caracas uno de sus polos), se llevaron a cabo decenas de eventos regionales, nacionales e incluso municipales, posibilitando la participación de millones de personas en los debates, un proceso que ha dado una contribución importante para las transformaciones políticas, económicas y sociales defendidas por los partidos miembros del Foro de São Paulo.
Es importante poner de relieve que, desde el primer Foro Social Mundial, el Foro de São Paulo ha organizado actividades para promover el diálogo entre partidos políticos y movimientos sociales, buscando la convergencia en torno a los objetivos comunes de combate al neoliberalismo. La realización del Foro Parlamentario Mundial y del Foro de Autoridades Locales también contó con intensa participación de representantes de los partidos del FSP.

En el continente americano, se organizó la “Alianza Social Continental”, que desde 1997 viene llamando la atención sobre los daños de todo orden que el libre comercio, impulsado por los EEUU, trae a los países en desarrollo del continente. En consecuencia, la Alianza Social Continental ha defendido con firmeza el rechazo al ALCA.

Las “Cumbres de los Pueblos”, eventos paralelos a las cumbres de jefes de Estado de las Américas realizadas desde 1998 en Santiago de Chile, también han sido momentos memorables. En estas Cumbres, parlamentarios del Foro de São Paulo siempre han estado presentes.

Podemos decir, en síntesis, que la correlación de fuerzas en el continente, hoy, es mucho más favorable a las ideas defendidas por los partidos que integran el Foro de São Paulo. Pero es necesario recordar que los avances registrados por las fuerzas de izquierda y progresistas traen consigo enormes posibilidades, pero también viejos y nuevos problemas. Además, nuestros éxitos no significan que el neoliberalismo haya sido derrotado, ni tampoco que el patrón histórico de desarrollo capitalista vigente en la región esté cerca de ser superado. Todo esto pese al gran esfuerzo que se vienen haciendo varios gobiernos de la región, en el sentido de ampliar la soberanía, la democracia y las políticas

sociales.

Al analizar la situación mundial y la de América Latina en particular, podemos afirmar que estamos en un momento extremadamente contradictorio. Por un lado, las fuerzas neoliberales mantienen su hegemonía en el terreno económico-social, en el manejo de las instituciones internacionales, y en el control del aparato militar; conservan además el gobierno de varios países de la región. Por otro lado, las fuerzas progresistas, democrático-populares y socialistas han recuperado parte de la capacidad organizativa y de movilización que tenían antes de los años 1990, además ocupan posiciones importantes en los gobiernos de varios países de la región, desde los cuales vienen buscando reorganizar el tejido social y el funcionamiento de la economía nacional y regional.

Esta es la realidad con la que nos toca lidiar. Enfrentar al capitalismo y al imperialismo, pero ahora desde la nueva coyuntura política establecida en nuestro continente, en la cual, al lado de partidos y movimientos sociales, disponemos también de influencia sobre varios gobiernos nacionales.

No está por demás recordar que en 1990, sólo había un gobierno dirigido por un partido miembro del Foro de São Paulo, Cuba. Hoy, además, partidos-miembros participan de gobiernos nacionales en Nicaragua, Brasil, Venezuela, República Dominicana, Bolivia, Chile, Uruguay, Argentina y Ecuador.

Por ende, nuestra principal tarea política en este XIII Encuentro del Foro de São Paulo es la de promover un debate que resulte no sólo en una visión adecuada del momento, sino que principalmente permita acciones concretas que articulen gobiernos, partidos y movimientos sociales en una estrategia de integración regional que responda a los intereses de la soberanía nacional, ampliación de las libertades democráticas, desarrollo con justicia social y combate a las asimetrías sociales y territoriales.

Actuando de esta forma, reafirmaremos los compromisos asumidos desde el X Encuentro de La Habana, de luchar por la independencia nacional, por justicia social, por la paz, por la democracia y por un nuevo orden internacional, que ponga fin a la subordinación de nuestros países a las potencias imperialistas, en todos los sentidos.

Como bien ha sido señalado en varios de nuestros Encuentros, las fuerzas políticas y sociales de la izquierda latinoamericana y caribeña operan en realidades históricas y desde estrategias muchas veces diferentes y contradictorias entre sí. Exactamente a causa de ello, el punto de contacto que permitirá acordar un plan común entre gobiernos, partidos y movimientos sociales está en la construcción de una **estrategia convergente de integración continental**.

DOCUMENTO BASE

PROPUESTAS ALTERNATIVAS AL NEOLIBERALISMO EN EL AMBITO POLITICO, SOCIAL Y ECONOMICO

Uno de los temas más debatidos por el Foro de São Paulo, desde su surgimiento, ha sido el de un proyecto alternativo al neoliberalismo. En 1990, cuando se creó el Foro, la mayor parte de las organizaciones fundadoras tenía en el socialismo el horizonte estratégico a partir de cual pensaban su alternativa al neoliberalismo.

Hoy, cuando la hegemonía neoliberal está siendo rebasada por la izquierda y actuamos en una correlación de fuerza mejor que en aquella que predominó en los años 90, hay una variante más amplia de respuestas.

Muchas de las organizaciones que integran el Foro de São Paulo siguen teniendo como “objetivo final” la construcción de una sociedad alternativa y superior al capitalismo. Otras organizaciones trabajan por la constitución de sociedades con altas dosis de bienestar social, democracia política y soberanía popular, en los marcos del capitalismo.

Además de esta diferencia programática, conviven también al interior del Foro de São Paulo distintas estrategias políticas, con respecto a las formas de lucha, su participación en procesos electorales, el papel de las fuerzas de izquierda en gobiernos electos, y la relación con las clases dominantes locales y con los Estados Unidos.

El XIII Encuentro debe ser un espacio para que estas diferencias estratégicas y programáticas sean debatidas en profundidad, pero sin perder de vista que – más allá de estas discrepancias – sigue siendo posible y necesario construir acciones comunes en la disputa que realizamos en cada uno de nuestros países y en el conjunto del continente, desde la acción partidaria, de las luchas sociales, de las disputas electorales y de la acción de los gobiernos.

A pesar de que la hegemonía del capitalismo parece muy sólida, por otro lado se han agravado todos los grandes problemas de la humanidad. Justamente por esa razón, la hegemonía neoliberal, principalmente en nuestra gran región, viene sufriendo conmociones políticas y económicas y perdiendo significativamente capacidad de obtener el apoyo social. La construcción de caminos nacionales e internacionales ***post neoliberales*** sigue siendo un enorme desafío. Uno de los mayores avances en la superación de este desafío ha sido justamente la combinación entre lo nacional y la construcción de un espacio común en América del Sur, en contraposición al dominio del imperialismo norteamericano. Pero permanecen los desafíos internos de cada país, resultantes del peso hegemónico del capital en la organización económica y en las estructuras de poder. Una combinación dinámica y virtuosa de conquistas nacionales e internacionales sigue en el orden del día.

En este contexto, cualquiera que sea nuestro “objetivo final”, se hace imperativo luchar por la soberanía nacional, por la democracia y por la ampliación de las políticas sociales, lucha que además es vista

como altamente subversiva por las fuerzas de *status quo*.

La adopción de un modelo orientado al desarrollo, entendido no sólo como crecimiento económico, sino como un camino de superación de la dependencia y de la desigualdad, representaría un avance inmenso para la América Latina y Caribeña. Un modelo de este tipo no constituye, obviamente un regreso al pasado. Hay que recordar que el desarrollo capitalista en nuestro continente, incluso en donde asumió formas más avanzadas, siempre estuvo acompañado de la ampliación de las desigualdades, de la dependencia externa y de la falta de democracia política.

El modelo neoliberal agravó los rasgos más negativos del capitalismo latinoamericano y caribeño: desde principios de los años 1990, asistimos al empeoramiento de la situación social, al aumento del desempleo, a la ampliación de la dependencia externa y a la concentración aún mayor del ingreso y de la riqueza. Si nuestro objetivo es superar el neoliberalismo, sin volver a los límites del modelo de desarrollo anterior, tendremos que enfrentar varios retos.

El primero de ellos es luchar por la democratización profunda de nuestras sociedades. Esto significa mucho más que elecciones periódicas. El sistema político existente en la mayoría de los países de nuestro continente sigue produciendo enormes distorsiones, susceptible a todo tipo de manipulación por parte de las oligarquías económicas y de los partidos conservadores. El control social sobre la actividad política y estatal es extremadamente reducido. A la mayoría de la población sólo le toca elegir periódicamente a sus representantes. Los medios de comunicación, que generalmente están en manos de monopolios privados, interfieren de manera descarada en perjuicio de la democracia.

El segundo se refiere a la ampliación de las políticas sociales públicas, incluso la creación de nuevos derechos. Antes de la ola neoliberal, la cobertura del Estado en áreas como salud y educación era reducida en la mayor parte del continente. Sin embargo, el neoliberalismo aumentó esta debilidad al extremo, haciendo que varios de estos servicios públicos pasaran a ser accesibles solamente a través del mercado.

Además de tener plenamente garantizado el derecho a la salud, educación y alimentación, los pueblos latinoamericanos y caribeños deben tener asegurados los servicios básicos (electricidad, telecomunicaciones, agua potable y alcantarillado, transporte público y vivienda), así como el acceso cada vez más amplio a las redes de carreteras, caminos, puertos y aeropuertos.

.

El tercer desafío consiste en la realización de reformas estructurales que alteren la matriz social y económica de nuestras sociedades. Banderas como la reforma agraria y la reforma urbana no son asuntos de los años 1950. Siguen constituyendo objetivos esenciales, en la mayoría de nuestros países.

El cuarto reto se refiere a la creación de un modelo económico alternativo que combine capacidad de crecimiento, capacidad de innovación, generación de empleo y renta, con redistribución del ingreso y de la riqueza. Este objetivo, en el actual estadio de la economía internacional y en los marcos de la correlación de fuerzas vigente en el mundo, exige que se trabaje a escala continental.

El modelo de desarrollo “latinoamericano y caribeño”, alternativo al neoliberal, debe acabar con la polarización pobreza-riqueza. Asimismo debe acabar con todo tipo de discriminación profundizado por

el “capitalismo salvaje” y con el grave deterioro de los recursos renovables y no renovables de la naturaleza

Para ello, la base productiva de bienes y servicios de cada uno de los países, así como las fuentes fundamentales de energías y materias primas e insumos diversos, deben quedar bajo control de los Estados y los países y no al servicio exclusivo de las empresas transnacionales. Estos sectores productivos constituyen los fundamentos para el desarrollo económico en general; de su crecimiento depende la generación de empleos para población.

El desarrollo de las capacidades productivas de bienes y servicios debe tener como centro la satisfacción de las necesidades básicas de las poblaciones para elevar gradualmente su nivel de vida, y al mismo tiempo apoyar la capacidad de exportación para generar los recursos financieros necesarios para el desarrollo, la estabilidad y crecimiento sostenido de la economía nacional.

Es necesario considerar, asimismo, que si nuestras economías necesitan ser en parte orientadas hacia el mercado externo, es fundamental que ellas sigan, en gran medida, dirigidas hacia el mercado interno. Mientras el primero permite reunir los recursos para comprar bienes que no producimos, es el segundo el que genera la dinámica interna que hace posible generar empleos, renta y calidad de vida.

Por ello, debemos buscar fortalecer nuestros mercados internos, de manera integrada con la política externa, lo que implica definir una política industrial expansiva y una política agrícola la soberanía alimentaria. Esto, en muchos casos, exigirá llevar a cabo la reforma agraria, acompañada de medidas para garantizar apoyo técnico y crédito para estos productores. De esta forma, podremos garantizar alimentos para nuestra población y eventualmente excedentes agrícolas para exportar.

Hay todavía algunos factores más que deben ser movilizados, también en el sentido del fortalecimiento de los mercados internos, como el apoyo a las pequeñas y medianas empresas. Éstas, normalmente, están compuestas por capital nacional, generan más empleos por unidad de capital en comparación a las grandes empresas transnacionales, y tienden a reinvertir sus recursos en sus países de origen.

Una de las maneras de hacerlo es por medio de la orientación de compras gubernamentales. Por ello, este tema debe mantenerse fuera de la agenda de la OMC y evitar que se apruebe alguna medida relevante que los restrinja como instrumento de política económica.

La inversión de recursos debe orientarse hacia el respaldo a las empresas nacionales de todos los tamaños. Un aspecto importante tiene que ver con el acceso a la ciencia y la tecnología. El modelo deberá sacar del atraso tecnológico particularmente a los sectores populares de la economía, incluyendo a los informales, e incorporar plenamente a la dinámica económica del país a todos aquellos sectores parcial o totalmente excluidos.

El sistema de desarrollo latinoamericano y caribeño alternativo, debe contar con su propio sistema de financiamiento y crediticio alternativos a los que funcionan hoy sólo en interés de oligarquías y bancos extranjeros.

El quinto desafío es el de combinar la soberanía nacional con la cooperación entre los distintos pueblos y países que abracen este proyecto de integración continental. Desafío aún mayor si recordamos que cada uno de nuestros países posee historias particulares y correlaciones de fuerzas específicas, a lo cual respondemos con estrategias y programas también diferenciados.
La polarización Norte-Sur debe ser reemplazada por la solidaridad y cooperación e Integración Sur-Sur, y cooperación Norte-Sur con respeto y beneficio mutuo, bajo el lema de que históricamente “un mundo mejor es posible” para los pueblos del tercer mundo.

Todos estos desafíos están entrelazados: no habrá democracia sin soberanía y desarrollo; no habrá soberanía sin desarrollo y democracia; y no habrá desarrollo de nuevo tipo sin democracia y soberanía. Tales desafíos suponen, además, enfrentar la herencia y los intereses de importantes fuerzas políticas y sociales.

DOCUMENTO BASE

UNA INTEGRACION ALTERNATIVA

El proyecto estratégico de integración continental concebido por los Estados Unidos fue el Acuerdo de Libre Comercio de las Américas. Anunciado en 1992 y previsto para su arranque enero del 2005, como instrumento para competir con la Unión Europea por la hegemonía económica del Siglo XXI, "murió" sin embargo a comienzos del 2006.

Estados Unido tuvo que tomar el camino de los tratados de "libre comercio" bilaterales y regionales (Chile, Colombia, Perú, Panamá, CAFTA), proceso iniciado desde principio de los noventas, para bloquear los esfuerzos comunitarios que le estorbaban como MERCOSUR y la Comunidad Andina de Naciones.

El ALBA y otros esfuerzos de integración latinoamericana y caribeña, que aparecieron en una dirección y rumbo opuesto al trazado por el imperialismo para el ALCA y los TLC bilaterales, abrieron otros **caminos integracionistas de los pueblos.** Estos proyectos avanzan con base en acuerdos y convenios entre los gobiernos de Venezuela, Cuba, Bolivia, Brasil, Argentina y otros, así como entre gobiernos municipales dirigidos por fuerzas de izquierda revolucionaria, progresistas y patriotas.

En América Latina, y El Caribe, el intento de un solo sistema monetario basado en el dólar fracasó y su posibilidad histórica está clausurada. Habrá que discutir con mayor cuidado si existen condiciones para configurar un sistema financiero y monetario único para el avance de los procesos de integración de los pueblos latinoamericanos y caribeños. Un sistema de pagos adecuado a la situación del período actual de los procesos integracionistas, en transición hacia la ruptura con el capitalismo y consolidación y desarrollo del nuevo modelo con orientación al socialismo.

Los compromisos de los pueblos latinoamericanos y caribeños deben orientarse hacia una plena integración en los aspectos políticos, económicos, sociales, de cooperación científico-tecnológica y culturales, y unidad de voz y posición frente a la readecuación mundial en marcha.

La región debe fortalecer los procesos de integración para hacer sentir su participación y peso conjunto en los organismos de la Comunidad Internacional, tanto del sistema de Naciones Unidas, de la Organización de Estados Americanos y de los organismos subregionales, así como para empujar los cambios que exigen nuestros pueblos.

Un proceso de integración alternativo demanda análisis y comprensión de la realidad asimétrica existente entre las economías de nuestros países y, sobre todo, exige mucha capacidad política. Esto último porque existe una contradicción que se presenta entre el fortalecimiento de la soberanía nacional para enfrentar el imperialismo y las políticas de las empresas multinacionales, vis-à-vis el proyecto de integración económica, social y política que necesariamente exige que cada país abdique

de algún nivel de soberanía. Si esto no ocurre no hay integración posible.

Los países más grandes tienen que entender que deben ceder más a los países de menor tamaño, y no a la inversa. No se puede esperar, principalmente en economía, que haya reciprocidad simétrica entre países asimétricos. Ésta es, incluso, una de las razones por las cuales nos opusimos al ALCA. Por éstas y otras razones, los gobiernos tienen que intervenir, promoviendo la necesaria discusión y negociación para que haya una participación equilibrada de todos y para minimizar eventuales consecuencias negativas.

La ventaja de América Latina y el Caribe en este aspecto es que presenta muchas posibilidades económicas aún inexploradas y una población de aproximadamente 500 millones de habitantes que conforma un mercado potencial muy interesante. Todavía no tenemos una idea clara de la magnitud que podría adquirir una mayor integración física entre nuestros países. Entre muchos de ellos, las principales y hasta únicas vías de transporte son la fluvial, la marítima o la aérea. Hasta hoy no existe conexión terrestre entre América del Sur y América Central.

En el caso de las conexiones aéreas, todavía hay verdaderos absurdos, como por ejemplo, que para ir de Bogotá a la ciudad de Belém en la Amazonía brasileña es necesario pasar por São Paulo, lo que transforma un vuelo potencial de dos horas en un viaje de aproximadamente nueve horas, casi el mismo tiempo para ir de Bogotá a Madrid, en España. Lo mismo ocurre para ir de Mato Grosso, Rondônia o Acre hacia Bolivia, país lindero con estos estados.

De esta forma, países que son vecinos y que podrían desarrollar relaciones económicas y políticas mucho más estrechas, en la práctica están tan distantes como los continentes europeo, asiático o africano. Por lo tanto, la inversión en carreteras, ferrocarriles y puentes, entre otros, es fundamental. La Iniciativa para la Integración de la Infraestructura de Sudamérica (IIRSA) considera la realización de estas obras en América del Sur. Los críticos de esta iniciativa la acusan de favorecer solamente al capital. Por ejemplo, la construcción del puente y de la carretera que ligarán Brasil al Perú por medio de la frontera en Acre tendría tan solo el objetivo de canalizar la soja brasileña hacia el Pacífico por medio de los puertos peruanos y como efecto colateral la producción de soja se extendería por la Amazonía con graves daños ambientales.

Desde nuestro punto de vista, no podemos ser ingenuos, paro tampoco debemos adoptar una actitud defensiva. La integración territorial es una necesidad, pues sin ella otros aspectos serán muy difíciles alcanzar. La cuestión es conducir dicha integración bajo una hegemonía política adecuada que permita evitar o por lo menos controlar los daños colaterales. Nada impide, por ejemplo, que haya severas reglas y fiscalización para evitar daños ambientales a la Amazonía.

La integración energética es otro factor de suma importancia, debido al potencial de energía eléctrica hidráulica existente en varios de nuestros países, el petróleo y gas natural en otros y la biomasa posibilitada por la extensión y riqueza del suelo latinoamericano.

Los acuerdos petroleros firmados por Venezuela, Brasil y Argentina durante la primera cumbre de la Comunidad Suramericana de Naciones (CASA) fueron un primer paso para la integración energética del sur. Venezuela, el quinto exportador mundial de petróleo, firmó cinco convenios para invertir US$ 3,5 mil millones en proyectos energéticos conjuntos entre las empresas estatales Petróleo de

Venezuela (PDVSA) y Petróleo do Brasil (Petrobras).

Según declaraciones de Venezuela, los convenios con Brasil tienen como objetivo impulsar el proceso de integración suramericana, así como la aproximación entre Petroamérica y Petrocaribe. Petroamérica es una iniciativa basada en la cooperación y complementación energética entre los países de América del Sur, que incluirá las iniciativas de Petrocaribe, Petroandina y Petrosur.

Otra propuesta es el Anillo Energético del Sur. Este plan prevé una red de gasoductos que abastecería a Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay con gas venezolano, al cual se sumaría, posteriormente, Bolivia.

Los recursos naturales existentes en América Latina y el Caribe ofrecen la base para cualquier proyecto de desarrollo, puesto que, a diferencia de otros países que hoy son industrializados, aquí tenemos la energía necesaria para sustentarlo y tenemos, además, las condiciones para alimentar a todos.

Sin embrago, el modelo político para conducir la integración también tendrá que ser diferente al que ha sido adoptado en las experiencias hasta ahora en ejecución (MERCOSUR, CAN, SICA y CARICOM), en las que todas las decisiones están concentradas en los jefes de Estado. Si la integración no involucra a más actores, no se expandirá. A modo de ejemplo, en el caso de recién creado Fondo para Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM), si la burocracia de esta institución no llega a tener un mínimo de autonomía para definir los proyectos a financiar y si son sólo los gobiernos centrales los que deciden, él Fondo servirá de poco.

Hablamos mucho de integración entre los pueblos, pero si no llega a haber mecanismos institucionales que la promuevan, tales como, para dar un ejemplo, la enseñanza del idioma de los países vecinos, así como su historia, geografía y cultura; si no se generan espacios institucionales en donde autoridades locales, parlamentarios, sindicatos y empresas, puedan incidir de forma relevante y, principalmente, si no hay libre circulación de personas por las fronteras, el proyecto de integración será tan sólo un discurso.

Llevar la integración del continente a su plenitud es probablemente el principal reto que está planteado para nuestros gobiernos, ya de ella depende que se mantenga el desarrollo nacional y la reducción de la dependencia externa de nuestros pueblos.

La integración debe considerar también los aspectos sociales y políticos. El ALBA, acordada inicialmente entre Cuba y Venezuela y el Acuerdo de Comercio entre los Pueblos propuesto por Bolivia son iniciativas positivas que asumen esta dimensión.

En el aspecto social, hay mucho que podrá y deberá hacerse en común, como programas de salud y combate a endemias como el HIV-SIDA, malaria, tuberculosis y enfermedad de Hansen, que pueden potenciar sus resultados en forma más económica, realizando acciones en mayor escala.

En cuanto a la educación, una meta común es la erradicación definitiva del analfabetismo, que puede ser ejecutada de forma supranacional por medio de programas solidarios e incluso con la participación voluntaria de estudiantes. Las iniciativas cubanas en este sentido y la metodología Paulo Freire de

Brasil pueden ser buenas referencias para este fin.

Además de los programas comunes de idiomas, historia, geografía y cultura en la enseñaza fundamental, que fortalecerán el proceso de integración de forma permanente, es también posible promover programas de intercambio en formación técnica y universitaria. Resultaría también fundamental desarrollar mecanismos de equiparación curricular y reconocimiento mutuo de certificados de formación superior.

La política de medio ambiente en áreas fronterizas y en regiones comunes, tales como la Cuenca Amazónica que abarca a Bolivia, Perú, Colombia, Venezuela, Guyana, Surinam, Guyana Francesa y Brasil, debería ser compartida y concertada. Hay también iniciativas que se derivan del Protocolo de Kyoto, para el control de la emisión de carbono, que pueden igualmente ser instrumentados de común acuerdo.

Ciertas políticas sociales, tales como la erradicación del trabajo infantil y el trabajo esclavo o análogo, la promoción del concepto de trabajo decente de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) y políticas de renta mínima, resultarían también fortalecidas en la medida en que todos los países las adoptaran como prioritarias.

Se puede incluso pensar en acciones conjuntas ante las instituciones multilaterales para financiar las iniciativas propuestas en el caso de ausencia de recursos a nivel nacional. De igual manera con relación a otros temas, como pueden ser vivienda y saneamiento básico.
Además de promover la integración latinoamericana, bajo las premisas mencionadas, debemos pensar en la necesidad de establecer una relación internacional sur-sur que provea las bases para mejorar las relaciones con el norte. La importancia de esto ha quedado demostrada con la creación del G-20 en la OMC y con la articulación de los gobiernos progresistas en la elección del Secretarios General de la OEA.

Hay también iniciativas internacionales que pueden traer beneficios para todos, como es el caso, por ejemplo, de la conferencia de países sudamericanos y árabes, realizada en Brasilia en 2004.
Finalmente, debemos tener claridad sobre el hecho de que la integración no es un proyecto sencillo, ni tampoco a corto plazo. El proceso europeo, aún inconcluso, y que a nosotros nos sirve más como aprendizaje que como modelo a seguir, ya lleva más de 50 años.
Lo fundamental, en cualquiera de los casos, es asegurar una integración continental que tenga en el pueblo su cimiento fundamental. Para ello, debemos trabajar en pro de la creación, en el plazo más corto posible, de un parlamento continental.

A la par de la definición de un proyecto de integración continental y mundial, hay que reflexionar en que, para construir un modelo alternativo al neoliberalismo, es necesario replantearse el papel del Estado. Según la experiencia histórica de muchas sociedades del mundo, incluyendo América Latina, el Estado debe ser instrumento fundamental del desarrollo. Para ello, el Estado debe promover la concertación económica y social entre todos los sectores, en función del bienestar de la población y el país, y sobre estas bases deberá desplegar su capacidad negociadora en el plano internacional, y en defensa de los intereses y soberanía nacionales.

El Estado debe conservar bajo su control aquellos recursos económicos de alcances estratégicos, fomentar la productividad y competitividad del país, realizar las inversiones en la infraestructura económica y social que sean necesarias, impulsar programas de ciencia y tecnología, mejorar la eficiencia de los servicios públicos y asegurar el marco legal que propicie las inversiones de capital nacional y extranjero.

El Estado, mediante la ejecución de políticas fiscales adecuadas a las necesidades del modelo alternativo de desarrollo, debe promover la redistribución de los ingresos y procurar equidad efectiva en el disfrute de los beneficios del crecimiento económico. También hay que fortalecer la capacidad financiera del Estado con programas de justicia fiscal a través de reformas tributarias que hagan progresivo el pago de impuestos sobre la renta, aliviando así la tributación de pequeñas y medianas empresas, además de gravar especialmente las herencias y grandes fortunas.

En la medida de las posibilidades históricas debe procurarse que **la economía tienda a estar cada vez más en manos de la sociedad,** en particular de sus sectores mayoritarios.
El Estado debe encargarse de asegurar desarrollo cualitativo y cuantitativo de la educación, la cultura y la investigación científica y tecnológica, que permita asimilar los cambios de la revolución científico-técnica y equiparnos para progresar en este terreno a los ritmos mundiales promedio. El acceso de toda la población a una educación moderna es condición indispensable del progreso económico social, de la democracia, del mejoramiento del bienestar, la calidad de vida y la armonía con la naturaleza.
.
Las tareas encargadas al Estado deben ir acompañadas de reformas que permitan una mayor transparencia y mecanismos de rendición de cuentas. Igualmente se deberá avanzar en el fortalecimiento de la descentralización político/administrativa, pues las esferas de gobierno que están más próximas de la población podrán atenderla de forma más eficaz y poner en práctica el funcionamiento de mecanismos de democracia participativa, tales como los consejos populares y el presupuesto participativo. Todo ello para que se aprecien y se evalúen mejor las políticas gubernamentales y se fortalezca la participación política de la población.

DOCUMENTO BASE

COLONIALISMO, INGERENCIA IMPERIALISTA Y LOS ACUERDOS DE PAZ

El período 2001-2010 ha sido declarado por la Asamblea General de la ONU como la Segunda Década Internacional para la Eliminación del Colonialismo. Hay un plan de acción aprobado en 1991 que destaca las funciones de diversos agentes e instituciones para eliminar el colonialismo. Ello incluye el papel que deben cumplir la comunidad internacional, la misma ONU, las potencias administradoras de las colonias, los organismos especializados, las organizaciones no gubernamentales y, principalmente, el Comité Especial de las Naciones Unidas.

Desde la fundación de la ONU en 1945, más de 80 naciones cuyos pueblos se encontraban sometidos al dominio colonial vinieron a sumarse a la comunidad de las Naciones Unidas. No obstante, hoy, los términos de la resolución de la ONU sobre eliminación del colonialismo se aplican a los siguientes territorios no autónomos: Anguila, Bermudas, Gibraltar, Guam, Islas Caimán, Islas Malvinas, Islas Turcas y Caicos, Islas Vírgenes Británicas, Islas Vírgenes, Montserrat, Nueva Caledonia, Pitcairn, Puerto Rico, Sahara Occidental, Samoa Americana y Santa Helena. Nueve de ellos se encuentran en América Latina y el Caribe y son administrados por Estados Unidos e Inglaterra. En la región encontramos también a Guadalupe, Guyana Francesa, Martinica, Reunión, San Michel y Miquelon y las Antillas Holandesas bajo algún tipo de dominación colonial.

No tiene sentido, y menos en pleno siglo XXI, el mantenimiento de esta colonización y en algunos de estos territorios hay movimientos que luchan por la independencia que debemos apoyar firmemente. El propio Comité Especial ha reiterado que el aislamiento, el espacio territorial limitado o la escasez de recursos no deben servir de excusas para negar a sus habitantes el derecho a la independencia y a la autodeterminación.

Hay, no obstante, procesos diferenciados. Algunos casos ni siquiera han sido tratados por el Comité Especial todavía. Sin embargo, en su última reunión, éste volvió la solicitar a los Estados Unidos que resuelvan el caso de Puerto Rico, que debe alcanzar su independencia. En los casos de constitución de nuevas naciones, los demás países de Latinoamérica y del Caribe deben estar preparados para ayudarlas en el período inicial de la independencia, que es siempre difícil.

Igualmente grave resulta, también, la ingerencia imperialista externa directa en países que ya son independientes. Actualmente, esta ingerencia se presenta de varias maneras. Una de ellas es el mantenimiento del bloqueo a Cuba, desde fines de los años 1950 hasta nuestros días. Este bloqueo es condenable desde todos los puntos de vista, a la luz del derecho internacional, y sólo se mantiene debido a la arrogancia y al poder unilateral de los Estados Unidos.
Las fuerzas armadas norteamericanas mantienen también distintas bases militares en el continente que podrían servir para realizar intervenciones armadas en esos y otros territorios cercanos. Se trata, principalmente, de la base de Guantánamo en la Isla de Cuba, en donde se mantienen a prisioneros capturados en Afganistán, desde 2001; las bases aéreas de Araba, isla colonizada por Holanda en el Caribe, y de Manta, en Ecuador, que permiten monitorear a la América Andina desde el aire. Éstas sirven especialmente de apoyo a la participación americana en los objetivos del “Plan Colombia”, pero representan una amenaza directa también a Venezuela, con la cual los EEUU tienen diversos asuntos

contenciosos.
Más recientemente, se firmó un tratado de cooperación militar entre EEUU y Paraguay, en el cual este último cede la base de Mariscal Estigarribia, situada al noroeste del país, desde donde es posible alcanzar rápidamente a los diversos países del Cono Sur. En los años 1980, técnicos norteamericanos construyeron allí un enorme aeropuerto con una pista de 3.800 metros, en la que pueden operar aviones B-52, C-5 Galaxy y C-130 Hercules. Además, la base es capaz de albergar a 16.000 soldados a tan solo 200 kilómetros de la frontera con Bolivia.
Pese a los desmentidos de Washington y Asunción, los objetivos de la superpotencia han ido quedando claros con el paso de los meses. Uno de los hechos más llamativos ha sido la aprobación de inmunidad para tropas norteamericanas que eventualmente pudieran intervenir en el país, disposición que fue votada en el Congreso paraguayo, el 26 de mayo pasado, de forma muy discreta.
En varias ocasiones, militares norteamericanos han concurrido a países de la región latinoamericana y caribeña supuestamente para participar en ejercicios conjuntos con las fuerzas armadas locales o bien para entrenarlas en operaciones contra el narcotráfico. Para tratar de evitar cualquier resistencia de la población local, la presencia militar viene a menudo acompañada de la apertura de pozos, campañas de vacunación, revisaciones médicas y distribución de medicinas y reciben la sencilla denominación de "Ejercicios Combinados y Conjuntos de Acción Cívica y Humanitaria" o, como las actividades propuestas para el Perú, que fueron llamadas "Nuevos Horizontes 2006".
Además de la tradicional presencia militar y policial norteamericana, el poder económico de los Estados Unidos, mediante sus empresas, también cumple un papel en la política externa de aquel país. La repatriación de ganancias y dividendos de sus inversiones externas directas es fundamental para compensar su balanza comercial, crónicamente negativa. Esta presencia permite, además, la difusión de sus valores políticos e ideológicos.
En este sentido, hay incluso proyectos ambiciosos y de fuerte peso político y estratégico, como es el "Plan Puebla-Panamá" (PPP), que pretende implantar un complejo energético e industrial que ocuparía el territorio que abarca el Sur de México hasta Panamá. Esta es una región que incluye al Océano Pacífico, lo que la volvería estratégica en cuanto a exportaciones a China y Japón, y es muy abundante en agua, petróleo, biodiversidad, madera y mano de obra barata.
Se trata de un proyecto complementario al NAFTA o TLCAN, y al CAFTA, y a los tratados con Perú y Colombia. El gobierno de Uribe ha demostrado interés incorporar directamente a Colombia al PPP. Toda la infraestructura de transportes y energía sería financiada con recursos públicos de los países participantes y con préstamos del Banco Interamericano de Desarrollo (BID). El sector privado participaría con la explotación de los negocios.
No es casual que el gobierno Bush haya hecho todos los esfuerzos posibles para poner a personas de su confianza en los cargos principales de las instituciones multilaterales que se relacionan con el continente, como es el BID, aunque haya tenido que ceder en el caso de la secretaría general de la OEA. Además, en este mismo sentido, ha impedido a Venezuela ocupar un asiento entre las representaciones no permanentes de Seguridad de la ONU. El país elegido fue Panamá, aunque con el beneplácito de los venezolanos.

El gobierno Uribe inició su segundo mandato ofreciendo la posibilidad de llevar adelante conversaciones con dos grupos guerrilleros activos en Colombia, en busca de un acuerdo de paz, particularmente con las FARC. En este caso, el proceso se iniciaría por la determinación de un área desmilitarizada y enseguida habría un intercambio de prisioneros entre las partes. Posteriormente, habría negociaciones que podrían llevar a un acuerdo de paz.
Sin embargo, la explosión de un "coche bomba" en el centro de Bogotá, de autoría desconocida, llevó a la interrupción de las conversaciones y a la decisión de Uribe para solicitar al ejército que proceda a la

liberación de los prisioneros en poder de las FARC por medios militares.
La versión corriente es que el alto comando del ejército habría presionado al Presidente para que no llevara adelante las negociaciones de paz, por estar convencido de la posibilidad de vencer el conflicto militarmente. La explosión del “coche bomba” habría ocurrido con el solo fin de generar una justificación a dicha medida.
Independientemente de esto último, hay negociaciones entre el gobierno y el segundo grupo guerrillero, el “Ejército de Liberación Nacional”. Éstas vienen ocurriendo en La Habana, acompañadas por observadores de otros países.
Probablemente, el ejército y el gobierno colombianos han calculado que, a raíz de su fortalecimiento gracias a los recursos del “Plan Colombia” y del cierre del frente de lucha con el ELN, tendría condiciones de derrotar militarmente a las FARC. Sin embargo, el costo para la población colombiana, en materia de violación de los derechos humanos y generación de más refugiados, sería enorme.
A lo largo de la historia reciente del continente, hemos tenido varios conflictos armados en los cuales se han negociado acuerdos de paz. En algunos casos, como El Salvador y Nicaragua, los diferentes sectores políticos enfrentados pudieron integrarse a los respectivos procesos políticos, sumando la izquierda conquistas electorales, a pesar de que la derecha ha mantenido una actitud violenta. En otros casos, como Guatemala y Colombia, el costo para la izquierda ha sido alto en términos de pérdidas de vidas de sus militantes, en razón de que los acuerdos no fueron cumplidos por parte de las fuerzas de derecha.
Creemos que, en el caso colombiano, es necesario seguir luchando por un acuerdo de paz con las debidas garantías posteriores para los combatientes y para su plena incorporación, si así lo deciden, a la vida política. Cabe a la comunidad internacional y a la latinoamericana en particular presionar en este sentido y ofrecer el apoyo necesario para avanzar en la búsqueda de una paz digna y permanente para todos los involucrados.

DOCUMENTO BASE

SEGURIDAD HEMISFERICA, CRIMEN ORGANIZADO, NARCOTRAFICO, TERRORISMO Y MILITARIZACION

Durante las décadas de la “Guerra Fría”, el Imperialismo Norteamericano impuso al mundo su estrategia de ***Seguridad Nacional,*** para combatir al supuesto enemigo, la “amenaza comunista”. Todo esfuerzo de partidos y movimientos socialistas, democráticos, progresistas y patriotas, que participaron en la lucha política fue bloqueado por el Imperialismo: el “comunismo era en todo momento una amenaza a la democracia”.

En muchas ocasiones, el camino de la lucha política y social fue aplastado con fusiles, metrallas, bayonetas y en algunos casos con bombas, cañones y aviones. Ello llevó a que en algunos casos, la lucha armada, en diferentes formas, permitiera a los pueblos enfrentar la represión militar, tal fue el caso de Cuba, Nicaragua, El Salvador y Guatemala en distintos períodos y con resultados también diferentes.

Con la caída del socialismo soviético (1989-1991) finalizó el doloroso período histórico de la “guerra fría” y desapareció el “enemigo comunista”. Comenzó entonces un nuevo período de movilizaciones populares en América Latina y El Caribe.

El fin de la Guerra fría dejó, sin duda, un vacío en la estrategia global de seguridad del imperialismo estadounidense, que se resolvió tras el atentado del 11 de septiembre del 2001 a las torres gemelas en Nueva York. Fue este acontecimiento lo que precipitó la nueva estrategia militar norteamericana señalando al nuevo enemigo principal: “la “amenaza terrorista”. Sobre estas bases concentró su estrategia de guerra contra Afganistán e Irak.

Para América Latina y El Caribe, en particular, el nuevo “enemigo”, la amenaza terrorista, incluye tal como definiera el Gral. James T. Hill, Jefe del Comando Sur basado en Florida y *’responsable’* de América Latina a:

a) Los narcoterroristas y sus aliados;

b) Las pandillas urbanas y otros grupos ilegales armados, generalmente ligadas también al comercio de drogas; y

c) Los grupos radicales islámicos en la región y a quienes los apoyan, realizando actividades para recaudar fondos para ellos.

Otro ejemplo de la política norteamericana en materia de seguridad hemisférica, lo encontramos en el ASPAN (Acuerdo para la Seguridad y la Prosperidad de América del Norte) firmado por México, Canadá y los Estados Unidos. Se trata de un acuerdo que incluye una política común frente al “terrorismo” y el crimen organizado, pero también abarca otros temas como la “seguridad energética” y el agua. Este Acuerdo se firmó sin el conocimiento ni la aprobación del Congreso y hay muchos puntos oscuros que no han sido aclarados y que seguramente comprometen la soberanía y los recursos

naturales de México y Canadá a favor de la gran potencia.

A pesar de estos lineamientos, el nuevo enfoque de seguridad hemisférica y mundial adoptado por los Estados Unidos no es estático y registra modificaciones, conforme a las condiciones igualmente cambiantes. Las nuevas definiciones de amenazas se dan en un contexto difuso, mucho más complejo para los teóricos del pentágono, que cuando se enfrentaban a los soviéticos y comunistas a secas.

Sin embargo, la guerra contra el terrorismo aplicado en Asia, no ha servido para frenar el ascenso de la ola de lucha política y social de los pueblos que comenzó a desbordarse en América Latina y El caribe al finalizar la época de la “guerra fría” (1989-1991).

Las maniobras electorales del gobierno norteamericano y sus aliados fueron derrotadas en Bolivia, Haití, Brasil, Nicaragua, Ecuador y Venezuela, a pesar de los esfuerzos por presentar al “populismo radical” como una nueva amenaza para la región.

Pero también es cierto que Cuba ha sufrido varios ataques terroristas contra ciudadanos e instalaciones que partieron de agentes de la oposición, que tiene sede en Miami y cuenta con el apoyo disimulado del gobierno norteamericano. En el caso de Venezuela, tuvimos la tentativa de golpe de Estado para sacar del poder al presidente legítimamente electo, Hugo Chávez, y posteriormente la huelga y los sabotajes en PDVSA, donde no faltaron provocadores de todo tipo, que llegaron hasta a disparar sobre la población. Para no hablar del financiamiento de los EEUU a los grupos oposicionistas venezolanos.

La Organización de Estados Americanos (OEA), en octubre del 2003, definió un nuevo concepto de seguridad hemisférica, distinto al que prevaleció en la Guerra Fría que se enfocaba en los aspectos tradicionales de defensa y seguridad de los Estados. Ahora se incorporaron como nuevas amenazas a la seguridad los temas relacionados con la democracia, el crecimiento económico, el bienestar social, la salud y la protección al medio ambiente. Sin embargo, para el Gobierno estadounidense el “populismo radical”, en ascenso, es una amenaza a la democracia y a los intereses de Estados Unidos.

Para el Pentágono, el “populismo radical” es un riesgo cada vez mayor para los “gobiernos democráticos”, comprometidos con el “comercio libre y las economías abiertas”, es decir, de "democracia del mercado libre". Ello incluye la posibilidad de perder el control de las bases militares en países en donde los “populistas radicales” estén logrando victorias electorales, como, por ejemplo, en Ecuador.

Los países que componen la “Triple Frontera”, Argentina, Brasil y Paraguay, son altamente vigilados, bajo el pretexto de la fuerte presencia de emigrantes árabes y palestinos, potenciales apoyadores – en la opinión de los norteamericanos – del Hezbollah libanés y del Hamas palestino, ambos partidos de gran fuerza en sus respectivos países.

Estados Unidos pretende también sustituir la tradicional “Escuela de las Américas”, de los tiempos de la guerra fría, por una nueva institución llamada “Internacional Law Enforcement Academy” – ILEA (Academia Internacional para el Cumplimiento de la Ley) que será instalada en El Salvador. Además, si el gobierno peruano lo admite, se abrirá una filial en dicho país andino.

Los estudiantes invitados que asistirían a dicha academia vendrían de países de América Central, Caribe, América Andina y Brasil, preferentemente profesionales que trabajen en las áreas judiciales y de las corporaciones policiales. Los temas a ser tratados serían: terrorismo internacional, crímenes financieros, tráfico de drogas, migración, robo de vehículos y corrupción gubernamental.

Dado que, para los estrategas del Pentágono lo anterior es insuficiente para enfrentar los nuevos riesgos, se ha comenzado a hablar de la posibilidad de revivir una nueva versión de la Escuela de las Américas, que durante más de cincuenta años se utilizó para "capacitar" militares latinoamericanos y caribeños, criminales, torturadores y genocidas, para encabezar dictaduras militares encargadas de detener y derrotar al "comunismo".
Esta amenaza cobra fuerza con la creación del "Western Hemisphere Institute for Security Cooperation", diseñada para incrementar la presencia militar frente, según Washington, a la "amenaza de las victorias izquierdistas en la región".

Se ha conocido que el gobierno Bush ha decidido desmontar las sanciones (cese de ayuda militar) que impuso a los países de América Latina que decidieron no apoyar la guerra en Irak para seguir incidiendo en los ejércitos por la vía de la "Cooperación Militar".

Igualmente, el gobierno Bush, antes de la derrota electoral del 7 de noviembre con la cual perdió el control de la Cámara de Representantes y Senado a manos de los Demócratas, presionó a algunos países para que aprobaran leyes antiterroristas a fin de definir como enemigos de seguridad y la democracia a las luchas populares y sociales contra el neoliberalismo.

Frente a este peligro que recorre de nuevo nuestra América Latina, es necesario profundizar en el análisis político de la situación con el fin de definir una posición clara de resistencia y construir una propuesta alternativa de seguridad hemisférica en función de consolidar la democracia y los derechos humanos.

La lucha de la izquierda en América Latina y el Caribe siempre ha sido a favor de la paz y contra la militarización de nuestros países, lo que no significa que no debamos preocuparnos por nuestra seguridad. Primero, por las amenazas externas que provienen de la intolerancia del imperialismo frente a las transformaciones políticas en curso en América Latina y el Caribe. Y en segundo lugar por las acciones del crimen organizado y del tráfico de drogas ilícitas, que tiene tanto raíces como ramas en el continente, por el otro.

Los países del continente nunca han tenido una política común de seguridad que no fuera estimulada por los intereses de las grandes potencias. Durante la guerra fría, casi todos seguían la "Doctrina de Seguridad Nacional", patrocinada por los EEUU. Es hora de que los gobiernos progresista del continente empiecen a tomar iniciativas para elaborar una política común que tengan en cuenta las distintas amenazas a su seguridad, pues la posibilidad de que haya ingerencia armada externa sobre un país es una amenaza para todos, al igual que la desidia de un país contra el crimen organizado tiende a neutralizar los esfuerzos de los demás.
Este es un tema que se relaciona también con la integración de nuestros países y que debe fundarse en una serie de principios que resguarden la integridad de nuestros territorios, recursos naturales, humanos y económicos, así como también la soberanía y la autodeterminación de los pueblos. Es fundamental también separar las políticas de defensa de aquellas de seguridad pública y ciudadana. La posibilidad de cooperación en las áreas de inteligencia y fronteras, al igual que la realización de ejercicios policiales y militares conjuntos, sería una contribución importante para la integración continental que buscamos. Sin embargo, si estas llegan a ser implementadas, deben hacerse con total transparencia, lo cual significa informar a los países que no participaron en el ejercicio de la realización y la naturaleza de este evento. Significa asimismo que los ciudadanos de cada país estén enterados de las políticas nacionales de seguridad y de las iniciativas prácticas. Tampoco se debe

admitir la participación de militares implicados en hechos de tortura o en otros actos de violación de los derechos humanos.

DOCUMENTO BASE

CRIMEN ORGANIZADO

La ofensiva neoliberal estuvo acompañada por un crecimiento del crimen organizado y del narcotráfico en todo el mundo. Bandas de criminales de Rusia, del Este Europeo, de los Balcanes y países bálticos actúan en el tráfico de heroína y de 200.000 “esclavas sexuales” que distribuyen cada año por los burdeles de todo el mundo. La violenta mafia albanesa que opera en la recién “liberada” provincia de Kosovo controla una parte significativa del tráfico de heroína y de prostitución en Europa Occidental y en América del Norte.
Las enormes cantidades de heroína producida por los señores de la guerra del “también liberado” Afganistán – aliados de los EEUU – pasan a través de los países que componían la antigua Yugoslavia e inundan los países de Europa Occidental. La mafia rusa controla una parte importante del tráfico de drogas, armas ilegales, mujeres y niñas destinadas a la industria sexual y del lavado de dinero en los países europeos, EEUU y Canadá.
El comercio ilícito de cocaína mueve cerca de US$ 70 mil millones al año, favoreciendo no sólo a los traficantes, sino también a grandes bancos, a los que poco importa el origen de este dinero.
Los multimillonarios de la mafia, en todo el mundo, se han infiltrado en la política y en los organismos de poder nacional, como forma de ejercer influencia sobre la legislación, el poder judicial y los órganos policiales para proteger sus intereses.
En América Latina y el Caribe la situación no es muy diferente y crece el poder del crimen organizado, desde los “Yardbirds” de Jamaica; pasando por los narcotraficantes mexicanos y los “coyotes” que explotan a los emigrantes que intentan cruzar la frontera de los EEUU; por los carteles del narcotráfico en Medellín, Cali y otros en Colombia; por no mencionar las organizaciones criminales como el *Primeiro Comando da Capital* (PCC) en São Paulo y el *Comando Vermelho* (CV) en Río de Janeiro, implicados en el tráfico de drogas y secuestros en Brasil.
Además de las bandas locales, existen otros grupos internacionales que se hacen presentes en el continente, tales como la mafia italiana, desde hace ya mucho tiempo, y la mafia nigeriana, que ha llegado más recientemente. En general, todos éstos están implicados en el tráfico de cocaína para Europa, al igual que en el tráfico de personas.

La posibilidad de que se incremente la militarización de América Latina, según la estrategia norteamericana, responde también a la crisis de los sistemas de seguridad publica que se producen en la mayoría de los países de la región.

De ahí que un nuevo modelo de intervención extranjera se viene poniendo en práctica por medio de convenios de cooperación en el área policial. Bajo el argumento del combate al lavado de dinero y al “financiamiento del terrorismo”, el gobierno norteamericano ha firmado convenios de cooperación técnica con varios países latinoamericanos que le permiten abrir oficinas en las cuales circulan agentes del “Federal Bureau of Inteligence” (FBI) que establecen contactos con sus colegas locales y que permiten el acceso a una serie de datos estratégicos, no sólo sobre asuntos policiales y de seguridad, sino también sobre finanzas y flujos de comerciales.
No creemos que la política unilateral de los Estados Unidos y el aparato que ha organizado en el continente, a saber, los convenios policiales bilaterales, la ILEA y la erradicación forzosa de las

plantaciones de coca, sean la solución para el problema.
En primer lugar, en el caso de los cultivos de coca, se debe atender y respetar las tradiciones de las culturas locales, tal como viene haciendo el presidente de Bolivia, Evo Morales, él mismo “cocalero” de origen, aunque la producción debe ser monitoreada.

En segundo lugar, es menester crear una política de inteligencia, intercambio de informaciones y cooperación entre el conjunto de los países del continente para combatir el crimen organizado y el tráfico de drogas ilícitas. Esta cooperación deberá sen extendida a los países desarrollados, siempre y cuando lo haga bajo la concepción de que somos todos perjudicados por el crimen y tenemos el mismo interés en combatirlo, pero cambiando la visión dominante del gobierno de EEUU que pretende combatir solamente las plantaciones de materia prima y el tráfico supuestamente dirigidos a su país, sin atacar el consumo ni a los carteles que operan en su territorio ni a los centros financieros que los apoyan en el lavado de dinero.
Es necesario insistir también en que el combate a las bandas delictivas no puede prescindir de políticas sociales contra la pobreza y a la exclusión social, pues éstas constituyen el origen principal de la criminalidad.

DOCUMENTO BASE

TERRORISMO

En 2001, el Foro de São Paulo se solidarizó inmediatamente con las víctimas de los actos criminales acaecidos en Nueva York y reivindicó el camino de la paz y la justicia como el único válido para derrotar el terrorismo, reiterando su solidaridad con todos aquellos que sufren sus consecuencias. Como se declaró en la resolución del X Encuentro: “Nosotros, partidos y movimientos de pueblos que han sufrido y que sufren los ominosos efectos del terrorismo de Estado, estamos en contra de todas las manifestaciones de terrorismo, por razones éticas, morales, humanitarias y políticas”.

Estos lamentables acontecimientos quitaron el velo a una política hasta entonces encubierta y que se expresa hoy en los peligrosos términos de la Doctrina Bush y de la “Ley Patriota”, que autoriza la práctica de tortura por parte de las autoridades norteamericanas contra los acusados de amenazar la seguridad norteamericana y hasta en la quiebra de privacidad de todos los ciudadanos del mundo que utilizan el Internet por medio de satélites o servidores norteamericanos.

No estamos de acuerdo con los efectos inmediatos de estas medidas, ya sea por lo que representan contra el pueblo de los EEUU, ya sea por el carácter extraterritorial de su aplicación. No aceptamos el papel auto asignado por los Estados Unidos como policía internacional y estamos convencidos de que el combate al terrorismo no funcionará si se hace por intermedio de acciones bélicas e intervenciones militares generalizadas en el mundo. Tampoco aceptamos sus criterios para definir qué es terrorismo. La doctrina Bush está provocando tanto el resurgimiento de la intolerancia, del racismo, de la xenofobia y de la discriminación, como también más víctimas inocentes y la exacerbación de fundamentalismos irracionales. Su política tiende a provocar el aumento del terrorismo y no lo contrario.

Un ejemplo de los efectos perniciosos de las políticas norteamericanas se observa en el crecimiento del comercio de armas en el mundo desviando recursos importantes de las áreas sociales para hacer frente a la inseguridad provocada, principalmente, por la política que acabamos de describir y que representó gastos totales del orden de los US$ 44,2 mil millones en 2005. Este año, Rusia ha sustituido a los EEUU como principal proveedor para los países en desarrollo.

Las compras de armas de estos países alcanzaron los US$ 30,2 mil millones en 2005, contra US$ 26, 4 mil millones de 2004. El principal comprador fue la India, que gastó US$ 5,4 mil millones, seguida por Arabia Saudita, con US$ 3,4 mil millones, y China, con US$ 2,8 mil millones.

Rusia vendió cerca de US$ 7,0 mil millones en 2005; Francia, US$ 6,3 mil millones y los Estados Unidos quedaron en tercer lugar con US$ 6,2 mil millones. El principal cliente ruso fue Irán, extremadamente presionado hoy en día por las grandes potencias debido a su programa de enriquecimiento de uranio.

Hay muchos países en Latinoamérica que se han propuesto modernizar su equipamiento militar, no sólo por las necesidades de seguridad como también por lo que representa en términos de adquisición

de ciencia y tecnología. Pero hasta en esto los Estados Unidos interfieren, al prohibir a los países proveedores vender equipamientos militares con componentes americanos a países non gratos a ellos, como por ejemplo Venezuela, que no puede comprar aviones brasileños o barcos españoles por esta razón.

Rechazamos también todos los intentos de presentar a los movimientos de liberación nacional, el movimiento altermundista, la izquierda y los movimientos sociales y progresistas como terroristas. Por ello, una cuestión fundamental reside en derrotar el objetivo de la política norteamericana que pretende criminalizar a las luchas populares y sociales

El combate al terrorismo necesita la vigilancia de los pueblos y, por ende, transparencia. Nuestros pueblos tienen el derecho de saber la verdad sobre lo que ocurre y sobre quiénes son los responsables si los hay. El pueblo tiene el derecho también de obtener información y justicia para los terroristas de Estado que todavía siguen impunes.

DOCUMENTO BASE

FUERZAS POLITICAS, MOVIMIENTOS SOCIALES Y GOBIERNOS

El neoliberalismo ha “globalizado” las luchas de los pueblos y alianzas sociales. Los partidos y gobiernos de izquierda tienen que contribuir al desarrollo de las Alianzas Sociales latinoamericanas y caribeñas globales, regionales y sectoriales, por áreas y ramas de actividades, como las Redes Sociales contra los TLCs y el ALCA, por ejemplo, así como en la defensa de las Soberanía e Independencia de naciones y pueblos.

Los esfuerzos por la Integración Social de los pueblos deben armonizarse con los esfuerzos por la Integración que realizan los gobiernos de izquierda, democráticos, progresistas y patriotas, en contra del neoliberalismo y por un nuevo modelo de sociedad en el Siglo XXI.

Partidos, organizaciones de los movimientos sociales y gobiernos de izquierda, nacionales y locales, tendrán que coordinar la ejecución de programas masivos de educación y formación política e ideológica de sus miembros en preparación para la defensa de revoluciones y procesos revolucionarias, para continuar la lucha contra el neoliberalismo, y la defensa de la soberanía e independencia nacional así como el impulso de programas alternativos. Asimismo tienen que enfrentar los intentos represivos de las derechas y el Imperio para frenar las luchas populares, o los esfuerzos de cooptar a dirigentes de movimientos sociales para neutralizar o anular nuestro movimiento.

Un tema particularmente importante a debate se refiere a la relación de los movimientos sociales con los partidos y gobiernos de izquierda antineoliberales. La relación de los movimientos sociales con partidos políticos y gobiernos de izquierda, es una relación que debe coordinarse adecuada y respetuosamente en función de objetivos comunes de la lucha en este nuevo período histórico de transición hacia la nueva sociedad con orientación al Socialismo del Siglo XXI.

Esta claro que en los casos en que existen gobiernos de la derecha neoliberal, el objetivo principal de las luchas sociales es hacer que el Estado responda a las demandas de los pueblos (tierra para campesinos e indígenas, salarios y empleos dignos para trabajadores, en particular para madres solteras, hombres y mujeres, servicios de educación y salud pública asegurados gratuitamente para los pobres, de protección del medio ambiente, contra la violencia y delincuencia, criminalidad, etcétera). Sin embargo, como hemos señalado, uno de los principales rasgos de la nueva coyuntura latinoamericana y caribeña es la llegada de varios partidos de izquierda y progresistas al gobierno nacional de sus países

Uno de los orígenes de la fuerza de los partidos progresistas que hoy gobiernan varios de los países de América Latina y el Caribe está en los movimientos que lucharon y luchan por derechos sociales, soberanía nacional y democratización de la mayoría de los países del continente.

Por lo tanto, la relación entre los gobiernos progresistas, las diversas fuerzas políticas de izquierda que a veces no están en el gobierno y los movimientos sociales debería ser clara y armónica, en función de la afinidad y la cooperación histórica. Sin embargo, raramente es así. Los movimientos y varias tendencias políticas esperan que los gobiernos progresistas produzcan resultados y transformaciones, las más profundas, y lo más rápido posible. Los gobiernos, por su parte, muchas veces piden paciencia, no desean ninguna crítica y exigen total cooperación frente a la imposibilidad de promover las transformaciones en la forma y con la rapidez deseadas.

Para entender esta situación, en primer lugar, cabe recordar que nuestra llegada al gobierno significa que pasamos a controlar una cuota del poder, pero que otras cuotas siguen bajo el control de las clases dominantes. Los llamados “mercados”, las grandes empresas de comunicación, sectores de la alta burocracia del Estado, los comandos centrales de las fuerzas armadas, los “poderes” judicial y legislativo, además de la influencia de gobiernos extranjeros, por ejemplo, compiten con el poder que poseemos cuando ocupamos la presidencia de la República.

Asimismo, en muchos países pobres, nuestra llegada al gobierno se ha dado en el marco de alianzas más o menos amplias, con partidos que no comulgan la misma historia ni el mismo programa de la izquierda. Recuérdese también que las políticas neoliberales han causado, simultáneamente, el aumento de los problemas sociales y el debilitamiento de los aparatos de Estado, haciendo crecer las expectativas y reduciendo los medios para atenderlas.

Finalmente, es importante señalar que la correlación de fuerzas difiere de un país al otro, al igual que las estrategias y las concepciones políticas de los partidos que han llegado al gobierno central. Esto ayuda a entender por qué las metas y los ritmos de los cambios son tan diferentes.

A pesar de lo anterior consideramos que es el momento propicio para que los movimientos transiten del período de lucha de resistencia al neoliberalismo al período de iniciativa histórica a favor de la construcción hemisférica de modelos alternativos.

Esto exige un debate maduro, y una búsqueda constante de propuestas y soluciones. Sin embargo, algunas cosas deben quedar claras. La primera de ellas es que, si el movimiento social no es autónomo, pierde su fuerza y consecuentemente pierden fuerza el(los) partido(s), las fuerzas políticas y el gobierno que el movimiento apoya. Si los movimientos sociales se confunden con el Estado y los partidos, se mediatizan y dejan de cumplir su papel. Por consiguiente, es de interés de los gobiernos progresistas fortalecer a los movimientos sociales. Tenemos el ejemplo de la reciente ley aprobada por el Frente Amplio en el Congreso uruguayo, que reprime las prácticas antisindicales de las empresas y, gracias a esta ley, el nivel de sindicalización en el país ha crecido ya en más de un 30%. La política correcta de parte de nuestros gobiernos debería ser la de apoyar al movimiento social y respetar su autonomía.

Por su parte, los movimientos sociales tienen que entender la importancia de tener un gobierno aliado. Con la derecha en el poder, perdemos todos, pues las transformaciones sociales se dificultan enormemente en ambientes represivos, antidemocráticos y antipopulares.
En caso de gobiernos de izquierda y partidos de izquierda que controlan el gobierno, los movimientos sociales tienen que caminar de la mano para ejecutar respuestas o soluciones a las necesidades de los

más pobres y en general a promesas de campañas electorales. Pero también los movimientos sociales, igual que los partidos, se tienen preocupar por el buen funcionamiento de los gobiernos nacionales, nacionales y locales, sin obstrucciones burocráticas y sin corrupción.

No es realista ni conveniente pensar que el Estado puede solucionar todo y que, además, caiga en prácticas corporativas y clientelares, favoreciendo sólo a las organizaciones que lo apoyan y excluyendo a las que lo critican. El movimiento social tiene que luchar por sus reivindicaciones pero debe ser también capaz de construir o, por lo menos, señalar las soluciones posibles a partir de la realidad existente.

Dicho esto, debe resultar claro que las movilizaciones sociales ayudarán a nuestros gobiernos a avanzar y la relación existente entre los partidos progresistas, el gobierno y el movimiento debería crear el ambiente adecuado para alcanzar los acuerdos necesarios, al igual que para aprobar los proyectos presentados por los gobiernos y de interés del conjunto de la población, a menudo truncados por la derecha en los parlamentos.

Por otro lado, hay varias iniciativas actualmente, de carácter supranacional, que merecen todo nuestro apoyo, como el Foro Social Mundial y las distintas manifestaciones sociales realizadas en paralelo a los eventos oficiales del MERCOSUR y de la Comunidad Suramericana de Naciones, generalmente organizadas por la “Alianza Social Continental”. Ellas contribuyen para la organización política de la sociedad, para la socialización de la política externa de nuestros países y para que los gobiernos incorporen las reivindicaciones populares.

DOCUMENTO BASE

ALGUNAS PROPUESTAS PARA EL FUNCIONAMIENTO DEL FORO DE SAO APULO

Nos parece fundamental que este XIII Encuentro, más allá del debate político, contribuya también con propuestas que fortalezcan nuestro trabajo y nuestra organización. En este sentido, proponemos crear:

1. Un boletín electrónico mensual - Autorizar a la Secretaría Ejecutiva a relanzar el sitio web del Foro de São Paulo, además de publicar mensualmente un boletín electrónico informativo, con base en el noticiario y los artículos de opinión enviados oficialmente por los partidos integrantes. Este boletín tendrá un carácter meramente institucional e informativo, que no se propone “dirigir” ni tampoco a cuestionar la acción de los partidos integrantes del Foro.

2. Escuela continental de formación política - Constituir una comisión para discutir los pasos necesarios para crear una escuela continental de formación política. Esta escuela tendría como objetivo crear un espacio común y permanente de debate sobre las distintas y plurales orientaciones existentes al interior del Foro de São Paulo, teniendo como perspectiva animar un debate sobre el pensamiento de izquierda latinoamericano y caribeño.

3. Festival político-cultural anual - Iniciar la realización anual, cada vez en un país, de un festival político-cultural (similar la las fiestas anuales de los partidos comunistas europeos).

4. Observatorio electoral - Constituir una comisión para discutir los pasos necesarios para crear una institución capaz de acompañar, con encuestas y personal especializado en campañas, los procesos electorales en cada uno de nuestros países.

INTERVENCION DE MEDARDO GONZALEZ - COORDINADOR GENERAL DEL FMLN, EN LA INAUGURACION DEL XIII ENCUENTRO DEL FSP

San Salvador, 12 de Enero del 2007

Estimados compañeros y compañeras:
En nombre de nuestro partido, Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, tengan una calurosa bienvenida por segunda vez a este Encuentro del Foro de Sao Paulo. Digo por segunda vez, porque hace diez años ustedes nos confiaron la responsabilidad de ser los anfitriones del VI Encuentro, esa vez en el mes de noviembre de 1996.

Quiero agradecer por cierto al Grupo de Trabajo que haya aceptado nuestra sugerencia de posponer un par de meses este XIII Encuentro, que normalmente estaba fijado para noviembre del año recién pasado y que nosotros creíamos conveniente trasladarlo a este mes de Enero pues deseábamos desarrollarlo cercano a otras dos fechas para nosotros y nuestro pueblo muy importantes por su significado, a la vez político y emotivo: el 15 avo aniversario de la firma de los Acuerdos de Paz y el primer aniversario del fallecimiento de nuestro querido compañero Schafik, el cual conmemoraremos este 24 de enero, dentro de doce días exactamente.

Schafik se nos fue el 24 de enero, hará un año. Veníamos ese día de la toma de posesión de Evo. Allá en Bolivia Schafik pronunció sus últimas palabras en público, para el caso un público de compañeros de nuestra América. Lo que creo, llamó mucho la atención de los presentes fue la agudeza del pensamiento de Schafik cuando nos habló de lo que podía significar ese triunfo de Evo, con un programa que no se arrodillaba ante las transnacionales, con la fuerza popular que Evo tenía y tiene con él, y que era la que lo había llevado al poder; y qué era lo que nos correspondía hacer a nosotros los partidos de izquierda del continente para acompañar procesos así contra los cuales la furia del Imperio dispara su fuego.

Hace diez años éramos anfitriones del Foro. Permítanme recordar ante ustedes una imagen de ese VI Encuentro: la presencia entre nosotros, en un acto inaugural semejante a éste, del compañero Lula. Del compañero Lula nos llamó la atención la fuerza de su sueño, de ver su país transformado para bien de los humildes. Digo la fuerza de su sueño y debería decir la testarudez del sueño del sindicalista Lula. Como sabemos, hace unos días Lula ha iniciado su segundo mandato presidencial por decisión, por segunda vez, del pueblo brasileño.
Quiero decirles, pero seguramente ustedes en sus trabajos valorarán este hecho con el suficiente detenimiento, que para nosotros el hecho que el compañero Lula se haya dado como uno de los objetivos centrales en su programa de gobierno llevarle comida a los pobres, es algo que nos entusiasma y nos llena de emoción. Por supuesto que detrás tienen que haber políticas de transformación estructural para que sean los pobres que se ganen su plato de comida cotidiano, con su esfuerzo y su propia fuerza de trabajo, pero nos parece muy importante, al menos desde el punto de vista cristiano – que ya es mucho –, que el gobernante de un país de 180 millones de habitantes y con un alto porcentaje de pobres durmiendo en las calles y buscando como pueden el sustento para sus hijos , en el FMLN nos parece un hecho de gran importancia humana y por supuesto política.

Pero quiero precisar mi propósito. Fíjense que aquí en nuestro país tenemos actualmente un presidente

que se vanagloria a cada instante a través de los medios de difusión de nuestro país – y si tienen unos minutos para ver la televisión en sus habitaciones, o escuchar la radio, podrán verificar lo que les digo – les decía pues que este señor que ahora tenemos como presidente repite a cada instante que su gobierno tiene sentido humano, y ha montado un limitado programa de ayuda a los pobres que le ha llamado Red Solidaria, el cual consiste desde hace un año en darles quince dólares por mes a las familias en extrema pobreza , familias con cinco hijos, para que los niños tengan tiempo para ir a la escuela, dice el. Resulta que este señor se ufanó ante los medios de difusión que es de Lula que ha tomado el ejemplo. Y entonces uno se hace la pregunta ¿y qué significado puede tener, qué efecto duradero puede tener, en un país (el Brasil) y en otro (El Salvador) un tal programa? Y entonces uno llega a otra pregunta: ¿Y en qué política global se inserta un programa así? En Brasil, y sólo voy a citar algunos hechos, en Brasil se ha terminado la privatización de la educación, aquí se ha profundizado y el presidente que tenemos se prepara a privatizar más la educación.

En Brasil se ha terminado con la persecución y la criminalización de los movimientos sociales; aquí el presidente del que les hablo ha hecho votar una ley para perseguir a los vendedores que él llama piratas en los mercados, tildándolos de “terroristas”. Brasil contribuyó a derrotar y enterrar el ALCA, aquí tenemos uno de los gobiernos más genuflexos ante las políticas injerencistas del Imperio, particularmente los llamados TLCs., ahora que el ALCA es cadáver. Sin hablar de su apoyo militar e ideológico en la agresión al pueblo de Irak.
Estuvo también con nosotros, hace diez años, el camarada Hugo Chávez, que llegó a ese Sexto Encuentro un poco de improviso. Y quiero decirles, porque hay que decirlo: hubo resistencias para dejarlo entrar, no tanto por parte de las autoridades de migración salvadoreñas, sino en el seno mismo de nuestro Foro. Pero bien… cuestiones de “representatividad” y qué sé yo. Lo que me interesa subrayar, ahora que ha pasado el tiempo y, sobre todo, que ha pasado tiempo político de enorme significación social en nuestra América y al cual me voy a referir más adelante, lo que me interesa subrayar es que fue nuestro compañero Schafik, que en ese momento presidía el Grupo de Trabajo, quien insistió, y logró, hacerle un espacio de presencia al camarada Hugo en los actos de clausura de ese Sexto Foro. Hoy, el comandante Chávez no está aquí tampoco, al igual que no está el compañero Lula, y todos sabemos que él también hace menos de dos meses una vez más fue refrendado en su mandato por el voto amplio de su pueblo, para que siga conduciendo las tareas de la revolución en Venezuela.

Hoy, el Movimiento Quinta República es miembro del Foro y una delegación está aquí presente, ¡bienvenidos compañeros y compañeras!.¿Quién hubiera dicho hace diez años que Hugo Chávez iba a estar conduciendo uno de los procesos revolucionarios más originales en el mundo en este momento, él y sus compañeros del Movimiento Quinta República? Hugo Chávez, firme como pocos en este mundo de arrogancia imperial, y de grave crisis del dominio imperial. Hugo Chávez recuperando para su pueblo los recursos naturales de su patria y todo lo que se puede hacer con esos recursos cuando la visión es transformar la pobreza maldita generada por siglos de explotación en riqueza prometedora de transformaciones fundamentales. Me estoy refiriendo por ejemplo al ALBA, exactamente lo contrario del ALCA imperial. Hugo Chávez sabe que los recursos naturales se agotan, por eso sus atrevidos programas para invertirlos en lo humano. Y son ya incontables esos programas: para curar a la gente de enfermedades que durante decenas y decenas de años podían haberse curado y no se curaban; para llevarle la luz de las letras a los que durante decenas y decenas de años estaban en la oscuridad de la ignorancia; para llevarles un techo digno a los que durante decenas y decenas de años eran productores de riqueza en su tierra y no tenían abrigo; para formar juventud profesional y capaz de conducir el desarrollo integral y de largo alcance; para recuperar la soberanía, la verdadera, la que

dignifica y enorgullece de ser venezolano y latinoamericano. Recursos naturales que salen de la tierra de la patria para hacer patria duradera, aunque esos recursos un día vengan a su agotamiento.

Compañeras y compañeros venezolanos presentes en este XIII Foro de Sao Paulo, quiero solicitarles que sean portadores, al regreso a su patria querida, de mi saludo personal, del saludo de nuestro Frente y su militancia y del saludo del pueblo aguerrido de mi país, que vibra y admira los pasos que día tras día da la Revolución Bolivariana conducida por su comandante y ustedes con él.
De manera, pues, que recuperar la propiedad de los recursos naturales es paso necesario en los programas de transformación estructural, pero seguidos o acompañados, al mismo tiempo, de políticas sociales que le den a los pueblos la capacidad espiritual e intelectual de convertirse, ellas, en el recurso duradero que puede asegurar el tiempo largo necesario para la construcción de la nueva sociedad.
Es lo que a nuestro juicio ha pasado en Cuba. Desde el inicio de la Obra de la Revolución hace ahora cuarenta y ocho años, el proyecto contenía ocuparse de manera absolutamente primordial del recurso humano, y por eso la alfabetización y luego la cultura para todos, y por eso hospitales y médicos y medicamentos para todos y alimentos para todos, el acceso gratuito de educación superior y la formación de profesionales del más alto nivel para todos en toda la Isla; etc., es decir, en Cuba desde un inicio la visión fue que los recursos naturales se agotan pero no el recurso humano.

Esta visión a nuestro juicio ahora, en estos tiempos de anuncio del fatídico momento en que el planeta podría quedarse por ejemplo sin petróleo, la Obra de la Revolución está preparada y sigue preparándose para afrontar las dificultades que se presenten. De igual manera hay que subrayar que la Obra de la Revolución se propuso desde un inicio también la protección y acrecentamiento del entorno biológico, sean bosques, ríos, lagos; sean especies animales; sean el aire. Quiero recordar a este propósito una información que nuestro compañero Fidel se encargó recientemente de recordarnos. La Fundación Mundial para la Vida Silvestre, cuya sede está en Suiza, y considerada mundialmente como la más importante ONG que controla el medio ambiente global, declaró que el conjunto de medidas aplicadas por Cuba para proteger el medio ambiente la convertían en el único país de la Tierra que cumple los requisitos mínimos de desarrollo sostenible. Y subraya Fidel que esto constituyó un honor estimulante para nuestro país, pero de escasa trascendencia mundial, dado el peso de su economía. Por ello, el pasado 23 (de noviembre) envió un mensaje al presidente Chávez que decía: “Querido Hugo, al adoptar un programa integral de ahorro de energía, te convertirás en el más prestigioso defensor mundial del medio ambiente” Y continúa Fidel dirigiéndose al presidente Chávez: “El hecho de ser Venezuela el mayor país con reservas de petróleo es de enorme trascendencia y te convertirá en un ejemplo que arrastrará a todos los consumidores de energía a hacer lo mismo, ahorrando sumas incalculables de inversión” (fin de la cita).

Compañeras y compañeros, hace una quincena de años, cuando arrancó su quehacer el Foro de Sao Paulo, estábamos, dentro del Foro, **en posición de resistencia** ante la arrogancia imperialista después de lo que pasó en el así llamado Campo Socialista. Y eran muchas las voces, malintencionadas pero también algunas bienintencionadas pero bastante ingenuas, que anunciaban que Cuba no iba a resistir. Hoy estamos en otro momento, estamos en posición de pasar a la derrota del neoliberalismo, y no sólo de derrotarlo sino de superarlo y construir el nuevo modelo alternativo. Cuba no solo resistió sino que se desarrolla crece su economía y día a día construyen una nueva sociedad. En otras palabras, ya no estamos solamente en el debate, sino que ya contamos con experiencias de socialismo. Están palpables en Cuba y en construcción en Venezuela. El Socialismo del siglo XXI ya no solamente es un proyecto a futuro. Es realidad a simple vista y es medible con los instrumentos de medición que poseemos, incluso los de los organismos del Imperio.

Quiero terminar estas breves palabras. Tenemos un buen documento para nuestras valoraciones y aportes en este XIII Encuentro. Para mí, los cinco retos que contiene ese documento sintetizan el camino recorrido y le pueden dar buen arranque a nuestro trabajo futuro. Los cito muy brevemente: 1. profundizar la democratización; 2. Ampliación de las políticas sociales públicas, incluyendo los nuevos derechos; 3. Reformas estructurales; 4. Creación de un modelo económico alternativo; y 5. Combinar la soberanía nacional con la cooperación entre los distintos pueblos y países que abracen este proyecto de integración continental.
Todo esto implica enfrentarse a los intereses de las transnacionales y por lo tanto implica lucha. Y es impensable realizarlo solo desde el Gobierno, ganado en una contienda electoral, si no hay un pueblo detrás – organizado, consciente, que empuja, que ha hecho suyo el programa de una transformación profunda, que vibra con el y por el.
Esto es una de las grandes lecciones que nos han dejado el avance de la izquierda en los últimos años, pero sobre todo la Historia de Cuba, la persistencia de Cuba, la capacidad de Cuba de ser autocrítica y profundizar su revolución permanentemente, profundizar su socialismo permanentemente.

Los partidos de izquierda y los Gobiernos revolucionarios no hacemos nada si no invertimos en el pueblo a que se organice y si no encontramos los mecanismos, para tener una relación permanente con el. Esto implica también buscar formas de una nueva democracia – no solo electoral. Algunos lo llaman poder popular, otros de otra manera. Pero lo que sí está claro hoy: esa nueva sociedad, ese modelo alternativo, el socialismo ya está a lo orden del día.
Estas eran solo algunos pincelazos – vayamos a trabajar a las mesas y les deseo jornadas fructíferas. ¡Viva el XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo!

Muchas gracias

INTERVENCIÓN CENTRAL DEL PCC EN EL XIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO EN SAN SALVADOR (Versión VI – 7.1.07)

NUESTRAS PRIMERAS PALABRAS DE HOY SON PARA RECORDAR AL QUERIDO COMPAÑERO DE LUCHA, DESTACADO Y EJEMPLAR REVOLUCIONARIO, SHAFICK HÁNDAL, EL CUAL FUE PROMOTOR DE QUE ESTE XIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO SE EFECTUARA EN EL SALVADOR, CON EL OBJETIVO DE RELANZAR NUESTRO FORO, EL CUAL CONSTITUYE EL PRINCIPAL AGRUPAMIENTO DE PARTIDOS Y MOVIMIENTOS POLÍTICOS DE LA IZQUIERDA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA, DESDE ESTE HEROICO PAIS.

ASPIRAMOS A QUE, TAL COMO OCURRIÓ EN EL VI ENCUENTRO, CELEBRADO EN SAN SALVADOR EN JULIO DE 1996, EL GRAN ESFUERZO REALIZADO POR LOS COMPAÑEROS DEL FRENTE FARABUNDO MARTÍ PARA LA LIBERACIÓN NACIONAL, LE IMPRIMA A NUESTRO ENCUENTRO NUEVAS ENERGÍAS Y PROPICIE LAS DISCUSIONES Y ACCIONES QUE PERMITAN SUPERAR EN EL FUTURO EL IRREGULAR FUNCIONAMIENTO DEL FORO EN LOS ULTIMOS AÑOS.

DESARROLLAMOS NUESTRA ACTIIVIDAD REVOLUCIONARIA EN UN MOMENTO DE ENORME TRASCENDENCIA PARA EL CONTINENTE Y PARA TODO EL MUNDO, CUANDO LA HUMANIDAD ENFRENTA UNO DE LOS MOMENTOS MÁS DIFÍCILES Y COMPLEJOS DE SU HISTORIA.

DESPUES DE LA DESINTEGRACIÓN DE LA UNIÓN SOVIÉTICA Y LA DESAPARICIÓN DEL SOCIALISMO EN EUROPA, LOS CANTOS DE SIRENA DE AQUELLOS QUE PROCLAMABAN LA VICTORIA DEFINITIVA DEL CAPITALISMO Y EL FIN DE LA HISTORIA, SE HAN ESTRELLADO CON EL FRACASO DEL SISTEMA CAPITALISTA Y DEL MODELO NEOLIBERAL.

EN LUGAR DEL BIENESTAR PROMETIDO, LA HUMANIDAD HOY ENFRENTA ENORMES INJUSTICIAS, ABISMALES DESIGUALDADES, NUEVAS GUERRAS Y CONFLICTOS; Y UN CURSO QUE SI NO SE MODIFICA PUEDE CONDUCIR A LA EXTINCION DEL HOMBRE EN NUESTRO PLANETA.

TAL Y COMO SEÑALARA EL COMPAÑERO FIDEL EN SU MENSAJE A LA II CUMBRE SUR:

“NUNCA ANTES EL MUNDO FUE TAN DESIGUAL Y LA INEQUIDAD TAN PROFUNDA.
EN LA ACTUAL ECONOMÍA MUNDIAL NUESTROS PAÍSES ESTÁN INCLUIDOS PARA LA EXPLOTACIÓN Y EXCLUIDOS PARA EL DESARROLLO.

TAL ORDEN IMPIDE EL DESARROLLO DE LOS PAÍSES DEL SUR, PARA SOSTENER EL

CONSUMISMO DERROCHADOR DEL NORTE, LA AGRESIÓN AL MEDIO AMBIENTE Y AGOTAMIENTO ACELERADO DE LOS RECURSOS NATURALES DEL PLANETA. LA RIQUEZA DESBORDANTE DEL NORTE ES EL RESULTADO DE LA SALVAJE EXPLOTACIÓN COLONIAL Y NEOCOLONIAL DEL SUR". (FIN DE LA CITA).

LA ADMINISTRACIÓN BUSH DESARROLLA UNA BRUTAL GUERRA DE CONQUISTA EN IRAQ, MANTIENE UNA DESENFRENADA CARRERA ARMAMENTISTA Y DESTRUYE AL MEDIO AMBIENTE DEL PLANETA, MIENTRAS LOS GRANDES PROBLEMAS DE LA HUMANIDAD CONTINÚAN AGRAVÁNDOSE.

UNA REDUCIDA MINORÍA VIVE EN LA OPULENCIA Y EL DERROCHE; CUANDO EN EL MUNDO HAY 852 MILLONES DE HAMBRIENTOS, CASI MIL MILLONES DE ADULTOS ANALFABETOS, MÁS DE 1200 MILLONES EN EXTREMA POBREZA; 40 MILLONES DE ENFERMOS O CONTAGIADOS POR EL SIDA, LA ABRUMADORA MAYORÍA SIN RECURSOS PARA RECIBIR EL TRATAMIENTO QUE LES PUEDE SALVAR LA VIDA; Y LO QUE ES MAS TERRIBLE, 13 MILLONES DE NIÑOS MUEREN CADA AÑO POR ENFERMEDADES QUE SE PUEDEN PREVENIR O CURAR.

LA DIFERENCIA DE INGRESOS ENTRE LOS PAÍSES MÁS RICOS Y LOS MÁS POBRES ERA DE 37 VECES EN 1960. HOY ES DE 74 VECES.

LAS 4 PERSONAS MÁS RICAS DEL MUNDO TIENEN ACTIVOS QUE SUPERAN EL PIB DE LOS 48 PAÍSES MÁS POBRES CON MÁS DE 600 MILLONES DE HABITANTES.

LA POBREZA Y LA DESIGUALDAD NO SON PRIVILEGIO DE LA MAYORIA DE LA HUMANIDAD QUE VIVE EN LAS NACIONES POBRES. TAMBIEN EN LOS EXCLUSIVOS Y EXCLUYENTES PAISES RICOS, LA MISERIA Y LOS CONFLICTOS HAN CRECIDO.

NUESTRO CONTINENTE ES EL MÁS DESIGUAL DEL PLANETA., EN EL QUE 227 MILLONES DE POBRES NO TIENEN LOS RECURSOS MÁS ELEMENTALES PARA SUBSISTIR MIENTRAS A METROS DE DISTANCIA HAY ENCLAVES DE LUJO Y CONSUMO DEDICADOS A EXALTAR LA OPULENCIA Y EL ABSURDO.

LA DOMINACION Y EL MODELO IMPUESTO EN NUESTRO CONTINENTE HAN CONDUCIDO A UNA CRISIS SIN PRECEDENTES. SOLO MENCIONAR LA SITUACION QUE PRESENTA EL YUGO DE LA DEUDA EXTERNA. EN LOS ÚLTIMOS 20 AÑOS LOS PUEBLOS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE HAN PAGADO 6 VECES EL MONTO DE SU DEUDA EXTERNA Y HOY DEBEN TRES VECES LA CANTIDAD ORIGINAL DE HACE DOS DÉCADAS.

COMO RESPUESTA A ESA CRISIS PROFUNDA, EN LA REGION SE VIVE UN NUEVO MOMENTO DE LUCHA Y EL MOVIMIENTO POPULAR LATINOAMERICANO HA LOGRADO IMPORTANTES VICTORIAS Y AVANCES.

LA RESISTENCIA DEL PUEBLO CUBANO CON LA DEFENSA Y PROFUNDIZACION DE LA REVOLUCION Y EL SOCIALISMO; EL AVANCE DE LA REVOLUCION BOLIVARIANA EN VENEZUELA Y EL INICIO DE UN PROCESO REVOLUCIONARIO EN BOLIVIA, SON CLAROS EJEMPLOS DE LA NUEVA SITUACION DE NUESTRO CONTINENTE.

DESDE NUESTRO MAS RECIENTE ENCUENTRO, EFECTUADO EN SAO PAULO EN JULIO DEL 2005, OCURRIERON SIGNIFICATIVOS ACONTECIMIENTOS EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE, ENTRE ELLOS, LA AGUDIZACION EXTREMA DE LA CRISIS ECONOMICA, POLITICA Y SOCIAL PROVOCADA POR LA REESTRUCTURACION NEOLIBERAL, Y EL FRACASO DEL INTENTO DEL IMPERIALISMO NORTEAMERICANO DE IMPONER EN NUESTRO CONTINENTE UN AREA DE LIBRE COMERCIO DE LAS AMERICAS –QUE LO LLEVÓ A PRIORIZAR LA FIRMA DE TRATADOS DE LIBRE COMERCIO BILATERALES Y SUBREGIONALES, CON AQUELLOS GOBIERNOS DÓCILES QUE SE PRESTAN A ELLO.

LA IZQUIERDA HA OBTENIDO IMPORTANTES TRIUNFOS ELECTORALES COMO LA ELECCIÓN DE EVO MORALES A LA PRESIDENCIA DE BOLIVIA EN DICIEMBRE DE 2005. LA REELECCIÓN DE LULA A LA PRESIDENCIA DE BRASIL EN OCTUBRE DE 2006 Y LA ELECCION DE DANIEL ORTEGA A LA PRESIDENCIA DE NICARAGUA EN NOVIEMBRE DE ESTE MISMO AÑO.
EN ECUADOR, RESALTA LA ELECCION DE RAFAEL COREA A LA PRESIDENCIA, CON UNA LATAFORMA DE RECUPERACION DEL CONTROL DE LOS RECURSOS NATURALES Y UNA PROPUESTA DE LLAMAR A UNA CONSTITUYENTE QUE PONGA FIN AL STATUS QUO NEOLIBERAL.

AUNQUE LOS CANDIDATOS PRESIDENCIALES DE LOS PARTIDOS DE IZQUIERDA, MIEMBROS DE NUESTRO FORO DE SAO PAULO, ANDRÉS MANUEL LÓPEZ OBRADOR, EN MÉXICO, Y CARLOS GAVIRIA, DEL POLO DEMOCRÁTICO ALTERNATIVO, EN COLOMBIA, NO OCUPAN HOY LA PRIMERA MAGISTRATURA DE SUS RESPECTIVOS PAÍSES, EL DESEMPEÑO DE AMBOS, SIN DUDA ALGUNA, CONTRIBUYE A LA ACUMULACIÓN POLÍTICA DE LA IZQUIERDA, NO SOLO EN MÉXICO Y COLOMBIA, SINO EN TODA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE.

TAMBIÉN EN PERÚ, EL ANHELO DE CAMBIO DE LAS GRANDES MAYORÍAS QUEDÓ BIEN REFLEJADO, EN ESTE CASO EN EL ELEVADO APOYO POPULAR QUE RECIBIÓ LA CANDIDATURA PRESIDENCIAL DE OLLANTA HUMALA.

EN URUGUAY CONTINUA EL ESFUERZO DE LOS COMPAÑEROS DEL FRENTE AMPLIO CON EL

PRIMER GOBIERNO POPULAR EN SU HISTORIA.
EN EL CARIBE TAMBIEN SE HA PRODUCIDO UN IMPORTANTE Y POSITIVO CAMBIO, CON EL PREDOMINIO DE GOBIERNOS PROGRESISTAS QUE FAVORECEN LA INTEGRACION REGIONAL Y CON EL TRIUNFO DE PREVAL EN HAITI, UNICO CANDIDATO AL CUAL SE OPONIA EL GOBIERNO NORTEAMERICANO.
EN VENEZUELA, CONTINUA EL AVANCE DE LA REVOLUCION BOLIVARIANA., Y PESE A LAS AGRESIONES DE ESTADOS UNIDOS Y UNA FEROZ CAMPAÑA DE PRENSA, EL PRESIDENTE CHAVEZ LOGRO UNA CONTUNDENTE VICTORIA ELECTORAL EL PASADO 3 DE DICIEMBRE QUE FRENO NUEVOS PLANES DESESTABILIZADORES.

GRACIAS AL APOYO DE VENEZUELA, SURGEN NUEVOS PROYECTOS DE INTEGRACION EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE CON LA ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA LAS AMERICAS (ALBA), COMO PETROSUR, PETROCARIBE Y TELESUR, ENTRE OTROS IMPORTANTES PROYECTOS.

EL ALBA ES UN PROYECTO INTEGRAL QUE BUSCA LA TRANSFORMACIÓN DE LAS SOCIEDADES PARA HACERLAS MÁS CULTAS, PARTICIPATIVAS Y SOLIDARIAS, Y QUE SE CONCIBE COMO UN PROCESO QUE ELIMINE LAS DESIGUALDADES SOCIALES Y FOMENTE LA CALIDAD DE VIDA Y LA PARTICIPACIÓN EFECTIVA DE LOS PUEBLOS EN LA CONFORMACIÓN DE SU PROPIO DESTINO.

ADICIONALMENTE, DE CONJUNTO CON LOS COMPAÑEROS VENEZOLANOS, Y COMO PARTE DE LA ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA LAS AMERICAS, CUBA Y VENEZUELA SE PROPONEN EN LOS PROXIMOS 10 AÑOS, ATENDER Y OPERAR A 6 MILLONES DE PACIENTES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE QUE REQUIERAN ATENCION OFTALMOLOGICA Y FORMAR 100 MIL MEDICOS DE TODA LA REGION, DISPUESTOS A LLEVAR LOS SERVICIOS DE SALUD A LAS GRANDES MAYORÍAS DE EXCLUIDOS Y MARGINADOS.

ESTAMOS CONVENCIDOS QUE ESE ES EL CAMINO, Y QUE NUESTROS PAISES NO TIENEN OTRA ALTERNATIVA FUERA DE LA INTEGRACION ECONOMICA.

EN CUBA MANTENEMOS NUESTRO OBJETIVO DE LOGRAR UNA NUEVA SOCIEDAD BASADA EN LA SOLIDARIDAD HUMANA Y NO EN EL EGOÍSMO Y LAS GANANCIAS MATERIALES.

ANTE LA ENFERMEDAD DEL COMPAÑERO FIDEL, NUESTRO PUEBLO HA ACTUADO CON UNA GRAN SERENIDAD Y MADUREZ Y HA RATIFICADO SU FIRME VOLUNTAD DE MANTENER Y DEFENDER LA CONTINUIDAD DE LA REVOLUCION Y EL SOCIALISMO.

TAL Y COMO SEÑALARA EL COMPAÑERO RAUL CASTRO EL PASADO 2 DE DICIEMBRE, PRESERVAREMOS AL PRECIO QUE SEA NECESARIO LA LIBERTAD DEL PUEBLO CUBANO Y LA

INDEPENDENCIA Y SOBERANIA DE LA PATRIA.

POR ESE CAMINO AVANZAMOS, FRENTE A UNA COMPLEJA SITUACIÓN INTERNACIONAL Y UN INCREMENTO SIN PRECEDENTES DE LAS AGRESIONES Y DE LA FEROZ GUERRA ECONÓMICA POR PARTE DEL GOBIERNO NORTEAMERICANO, QUE EN TOTAL HA COSTADO A NUESTRO PAÍS MÁS DE 86 MIL MILLONES DE DÓLARES, Y QUE RECIBIÓ EL PASADO 8 DE NOVIEMBRE EN LA ONU EL RECHAZO CASI UNANIME DE LA COMUNIDAD INTERNACIONAL.

PESE A LA INTENSIFICACION DE LAS AGRESIONES, HEMOS REFORZADO LA LUCHA EN EL TERRENO DE LAS IDEAS, DE LA EDUCACIÓN POLÍTICA DEL PUEBLO Y DEL ENRIQUECIMIENTO DE LA CULTURA UNIVERSAL DE LOS CUBANOS.

A PESAR DEL BLOQUEO, EL AÑO PASADO LOGRAMOS UN CRECIMIENTO ECONOMICO DEL 12.5%, EL MAS ALTO DE NUESTRA HISTORIA. HOY CUBA CONTINÚA LUCHANDO POR MEJORAR EL NIVEL DE VIDA DE SU POBLACION Y MUY ESPECIALMENTE DE LOS SECTORES DE MENOS INGRESOS, EN PRIMER LUGAR DE LOS ANCIANOS Y LOS JUBILADOS.

IMPULSAMOS UNA REVOLUCION ENERGETICA DIRIGIDA A MEJORAR LA EFICIENCIA EN LA GENERACION DE ELECTRICIDAD, DISMINUIR LAS PERDIDAS Y SOBRE TODO REDUCIR EL CONSUMO DE ENERGIA, TODO LO CUAL BRINDA IMPORTANTES BENEFICIOS ECONOMICOS, ELEVA SIGNIFICATIVAMENTE EL NIVEL DE VIDA DEL PUEBLO Y DISMINUYE EXTRAORDINARIAMENTE LOS NIVELES DE CONTAMINACION.

AUNQUE ESTAMOS CONVENCIDOS QUE AUN NOS FALTA MUCHO POR LOGRAR, HEMOS ALCANZADO METAS SIGNIFICATIVAS EN EDUCACIÓN, SALUD PÚBLICA, SEGURIDAD SOCIAL, CULTURA, DEPORTES Y CIENCIA.

EN EL 2006 NUESTRO INDICE DE MORTALIDAD INFANTIL FUE DE 5,3 POR CADA MIL NACIDOS VIVOS, LA MAS BAJA DE NUESTRA HISTORIA Y DE TODO NUESTRO CONTINENTE, CON LA EXCEPCION DE CANADA.

Y TODAVÍA MÁS IMPORTANTE ES LA FIRME VOLUNTAD DE CONTINUAR NUESTRA MODESTA AYUDA A OTROS PUEBLOS, COMO LO HACEN HOY MÁS DE 29 000 MÉDICOS Y OTROS TRABAJADORES DE LA SALUD CUBANOS EN 71 PAÍSES, NUESTRA CONTRIBUCIÓN A LA EDUCACIÓN DE **26 586** JÓVENES DE MÁS DE 120 NACIONES QUE ESTUDIAN EN CUBA, DE ELLOS MAS DE 21 000 CURSANDO LA CARRERA DE MEDICINA, Y LA REALIZACIÓN DE LA MISIÓN MILAGRO CON EL TRATAMIENTO GRATUITO DE MÁS DE 500 000 PACIENTES DE 29 PAISES DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, MUCHOS DE LOS CUALES HAN RECUPERADO LA

VISIÓN.

ANTE EL AVANCE DE LAS FUERZAS PROGRESISTAS Y DE IZQUIERDA EL IMPERIALISMO Y, POR SUPUESTO, SUS ALIADOS EN EL CONTINENTE, ADOPTAN POLÍTICAS CADA VEZ MÁS REACCIONARIAS, COMO SON LA BRUTAL INJERENCIA DE WASHINGTON PARA IMPEDIR EL TRIUNFO DE ALTERNATIVAS POPULARES, LOS FRAUDES COMETIDOS PARA DESPOJAR A LA IZQUIERDA DE SUS TRIUNFOS ELECTORALES, LAS CAMPAÑAS DE MIEDO PARA DESCALIFICAR A LOS CANDIDATOS PROGRESISTAS, LA CRIMINALIZACIÓN DE LA LUCHA SOCIAL Y EL AUMENTO DE LA REPRESIÓN.

ES UN HECHO QUE EL CAPITALISMO, EN SU ACTUAL FASE DE DESARROLLO, LLEVA A NUESTROS PUEBLOS A LA CATÁSTROFE SOCIAL, CULTURAL Y AMBIENTAL. EL AVENTURERISMO MILITAR ACTUAL NO CONSTITUYE, NI MUCHO MENOS, SOLUCIÓN A LA CRISIS ESTRUCTURAL DEL CAPITALISMO. LA RESISTENCIA POPULAR A LAS POLÍTICAS GUERRERISTAS COINCIDE CON EL DECLIVE IDEOLÓGICO Y CIVILIZATORIO DE LA “DEMOCRACIA NEOLIBERAL” Y CON NUEVOS POSTULADOS RELATIVOS A LA “SEGURIDAD HEMISFÉRICA”, HOY TRADUCIDA EN TÉRMINOS DE LUCHA ANTITERRORISTA Y ATAQUES PREVENTIVOS.

LA REPULSA HACIA ESTAS NEFASTAS POLÍTICAS ES CADA DÍA MÁS PALPABLE. NUESTRA AMÉRICA HA CONSTITUIDO UN LABORATORIO EN LA APLICACIÓN DE LAS MISMAS Y NUESTROS PUEBLOS LAS HAN RECHAZADO DE MANERA CADA VEZ MÁS CATEGÓRICA Y DECIDIDA. HOY PODEMOS AFIRMAR QUE EL NEOLIBERALISMO Y EL MILITARISMO HAN FRACASADO.

A PESAR DE LA GRAVE CRISIS QUE ENFRENTA, EL IMPERIALISMO NORTEAMERICANO INTENTA MANTENER A CUALQUIER PRECIO SU SISTEMA DE DOMINACION Y EXPLOTACION. ES POR ELLO QUE DEBEMOS CONTINUAR LA CONDENA Y DENUNCIA DE LOS CRIMENES DEL GOBIERNO YANQUI.

UN REGIMEN QUE MIENTE CONSTANTEMENTE PARA LLEVAR A LA PRACTICA EL PROGRAMA REACCIONARIO DE LOS GRUPOS ULTRACONSERVADORES QUE CONDUJERON AL PODER A LA ACTUAL ADMINISTRACION NORTEAMERICANA, LA CUAL POR DEMÁS ES ILEGITIMA, PUES BUSH LLEGO AL PODER A PARTIR DEL ROBO DE LAS ELECCIONES EN EL 2000.

MINTIERON DESCARADAMENTE PARA INVADIR A IRAQ, MOSTRANDO UN DESPRECIO ABSOLUTO POR LA LEGALIDAD INTERNACIONAL, Y POR LAS VIDAS DE CIENTOS DE MILES DE IRAQUÍES QUE HAN SIDO MASACRADOS Y DE MAS DE 3 000 JÓVENES NORTEAMERICANOS, VÍCTIMAS DE SU PROPIO GOBIERNO.

UN GOBIERNO QUE PROCLAMA ABIERTAMENTE QUE LOS ESTADOS UNIDOS DEBEN IMPEDIR, INCLUSO USANDO LA FUERZA, QUE VUELVA A SURGIR UN PAÍS O UN GRUPO DE PAÍSES QUE RETE SU PODERÍO Y ANUNCIA SU DERECHO A REALIZAR ATAQUES PREVENTIVOS CONTRA

CUALQUIER NACIÓN, INCLUYENDO EL USO DE ARMAS NUCLEARES.

SON QUIENES HAN LOGRADO QUE EN AFGANISTÁN, COMO RESULTADO DE LA OCUPACIÓN DEL EJÉRCITO NORTEAMERICANO Y SUS ALIADOS, SE HAYA INCREMENTADO 4 VECES LA PRODUCCIÓN DE DROGA Y QUE SEA DONDE SE CULTIVA HOY EL 92% DE LA COSECHA MUNDIAL DE OPIO.

UN RÉGIMEN QUE CONTINÚA AGREDIENDO A LAS NACIONES DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE; QUE ORGANIZA Y FINANCIA PLANES SUBVERSIVOS CONTRA LOS GOBIERNOS DE VENEZUELA Y BOLIVIA.

UN GOBIERNO QUE CONSTITUYE EL PRINCIPAL APOYO A LOS CRIMENES DEL GOBIERNO SIONISTA CONTRA EL PUEBLO PALESTINO Y QUE MANTIENE SU OPRESION COLONIAL SOBRE EL HERMANO PUEBLO DE PUERTORICO.

UNA ADMINISTRACIÓN QUE MANIPULA EL TEMA DE LAS ARMAS DE EXTERMINIO MASIVO, CUANDO ES RESPONSABLE DE LA MITAD DE LOS GASTOS MILITARES DEL MUNDO; BLOQUEA LAS NEGOCIACIONES PARA ADOPTAR UN PROTOCOLO DE VERIFICACIÓN PARA LA CONVENCIÓN DE ARMAS BIOLÓGICAS, ABANDONÓ UNILATERALMENTE EL TRATADO ABM SOBRE DEFENSA ANTIMISILES, Y SE NIEGA A ACEPTAR EL TRATADO DE PROHIBICIÓN TOTAL DE ENSAYOS NUCLEARES.

UN GRUPO QUE RETIRO A LOS ESTADOS UNIDOS DEL PROTOCOLO DE KYOTO, PESE A QUE ESE PAIS ES EL RESPONSABLE DE LA CUARTA PARTE DE LOS GASES Y DESECHOS TÓXICOS DEL PLANETA.

UN GOBIERNO QUE FAVORECIO CON SUS RECORTES DE IMPUESTOS A SOLO EL 2% MAS RICO DE LA POBLACION, MIENTRAS NO SE CANSA DE RECORTAR LOS SERVICIOS SOCIALES, DE SALUD PUBLICA Y EDUCACION DE LOS QUE DEPENDE LA MAYORÍA DEL PUEBLO NORTEAMERICANO.

UNOS GOBERNANTES QUE ABANDONARON A SUS CIUDADANOS DURANTE EL HURACÁN KATRINA, PROVOCANDO LA MUERTE Y LA DESAPARICION DE MILES DE PERSONAS.

UN RÉGIMEN QUE, EN PLENO SIGLO XXI, ADEMÁS DEL CAMPO DE CONCENTRACION EN GUATANAMO, DE LAS CÁRCELES Y VUELOS CLANDESTINOS, HA LEGALIZADO LA TORTURA, EN LO QUE CONSTITUYE UN ACTO DE INFAMIA, Y DESVERGÜENZA SIN COMPARACIÓN EN LA HISTORIA DE LA HUMANIDAD.

UN GOBIERNO QUE PROCLAMA FALSAMENTE UNA GUERRA AL TERRORISMO, MIENTRAS PROTEGE Y APOYA A LOS PEORES TERRORISTAS DE NUESTRO CONTINENTE, COMO LUIS POSADA CARRILES Y ORLANDO BOSH, A QUIENES EN VIOLACION DE LAS LEYES INTERNACIONALES Y DE SU PROPIA LEGISLACION, SE NIEGAN A EXTRADITAR A VENEZUELA, MIENTRAS MANTIENE BRUTAL E ILEGALMENTE SECUESTRADOS A CINCO JÓVENES CUBANOS, PRECISAMENTE POR LUCHAR CONTRA EL TERRORISMO Y SALVAR VIDAS CUBANAS Y NORTEAMERICANAS.

COMPAÑERAS Y COMPAÑEROS:

EN EL CONTINENTE HAN SURGIDO Y SE DESARROLLAN NUEVAS ORGANIZACIONES Y AGRUPACIONES QUE INCLUYEN TANTO MOVIMIENTOS SOCIALES COMO INDIGENAS QUE COMPARTEN MUCHOS DE NUESTROS OBJETIVOS Y CON LOS QUE DEBEMOS SER CAPACES DE LOGRAR UN ESFUERZO COMUN.

ESTOS MOVIMIENTOS ADQUIEREN, DIA A DIA, MAYOR DESARROLLO Y MADUREZ. JUNTO A ELLOS DEBEMOS MARCHAR UNIDOS LOS PARTIDOS Y MOVIMIENTOS POLITICOS DE LA IZQUIERDA.

EN AMERICA LATINA, COMO EN EL RESTO DEL MUNDO, EL TEMA DE LA UNIDAD DE LAS FUERZAS Y SECTORES REVOLUCIONARIOS, DE IZQUIERDA Y PROGRESISTAS, ES DECISIVO. LA DIVISION CONTINUA CONSTITUYENDO UN TALON DE AQUILES Y UNA DEBILIDAD DE LA QUE SE APROVECHAN LAS FUERZAS DE DERECHA Y EL IMPERIALISMO.

LA IZQUIERDA Y EL MOVIMIENTO POPULAR LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO ESTAMOS INMERSOS EN LA LUCHA POR LA CONSTRUCCIÓN DE NUEVAS SOCIEDADES, CUYO PRINCIPAL OBJETIVO SEA LA SATISFACCIÓN PLENA DE LAS NECESIDADES MATERIALES Y ESPIRITUALES DE TODOS LOS SERES HUMANOS, Y NO LA ACUMULACIÓN DE GANANCIAS DE UNOS POCOS, A COSTA DEL DOLOR Y LA MUERTE DE MUCHOS.

PARA NOSOTROS, LOS REVOLUCIONARIOS CUBANOS, ESAS NUEVAS SOCIEDADES DEBERAN TENER SU FUNDAMENTO EN EL SOCIALISMO. TENDRÁN QUE SER SOCIEDADES SOCIALISTAS. HABLAMOS, POR SUPUESTO, DE SOCIEDADES SOCIALISTAS DISEÑADAS Y CONSTRUIDAS POR LOS PROPIOS PUEBLOS LATINOAMERICANOS Y CARIBEÑOS, DE ACUERDO A SUS IDIOSINCRASIAS, SUS CULTURAS, SUS ASPIRACIONES Y SUS NIVELES DE DESARROLLO.

APROVECHAR LOS ESPACIOS INSTITUCIONALES CONQUISTADOS POR MEDIO DE LA LUCHA ELECTORAL PUEDE, EN LAS ACTUALES CONDICIONES, CONSTITUIR UN PASO IMPORTANTE EN

EL CAMINO HACIA LA EDIFICACIÓN DE SOCIEDADES SOCIALISTAS, SI ES QUE SOMOS CAPACES DE UTILIZARLOS PARA LA NECESARIA ACUMULACIÓN POLÍTICA QUE NOS PERMITA TRANSFORMAR EL PODER OLIGÁRQUICO EN PODER POPULAR.

POR LA FUERZA DE NUESTRAS IDEAS, TENEMOS LA FIRME CONVICCION DE QUE UN MUNDO MEJOR ES POSIBLE, UN MUNDO QUE NO SE RIJA POR GUERRAS PREVENTIVAS Y UNILATERALES; QUE NO SE BASE EN LA INJUSTICIA, LA ARROGANCIA, EL EGOISMO, LA AVARICIA, LA DISCRIMINACION Y LA FUERZA BRUTA.

ESTE AÑO SE CONMEMORA EL 40 ANIVERSARIO DE LA CAIDA EN COMBATE DEL CHE. INSPIRADOS EN SU HEROICO EJEMPLO, CONTINUEMOS SU LUCHA PARA ALCANZAR EN NUESTRO CONTINENTE, LA LIBERTAD Y TODA LA JUSTICIA.

Al Comité de Organización del XIII Foro de Sao Paulo
Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional del Salvador

Queridos Compañeros:

Con motivo de la celebración del XIII Foro de Sao Paulo, nos permitimos extenderles, en nombre del comité Central del Partido Comunista de China, calurosas felicitaciones al Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional del Salvador, y por su digno conducto, al Comité de Organización del XIII Foro de Sao Paulo.

El Foro de Sao Paulo es un mecanismo de encuentros multilaterales en el que los Partidos de izquierda y organizaciones progresistas de América Latina y el Caribe intercambian información y coordinan actividades sobre importantes temas regionales e internacionales. Durante los 16 años transcurridos, el Foro viene desarrollándose y robusteciéndose. Algunos Partidos miembros del Foro se han convertido en Partidos de gobierno o Partidos participantes en el gobierno que asumen la importante tarea de desarrollar la economía nacional y mejorar las condiciones de vida del pueblos; La fuerza de algunos Partidos integrantes del foro en diferentes niveles de parlamentos y gobiernos locales viene fortaleciéndose. A medida que se eleva el papel que juega los miembros del Foro en los asuntos regionales y en el desarrollo de sus respectivos países, la influencia del Foro en Latinoamérica se ha ampliado cada día más.

La amistad entre China y América Latina se remonta a tiempos muy antiguos. Constatamos con alegría que, en los últimos años, gracias a los esfuerzos mancomunados de ambas partes, China y los países Latinoamericanos ha llevado a cabo cooperaciones fructíferas en los ámbitos políticos, económico, científico-tecnológico, cultural, educacional, entre otros. Los intercambios del Partido Comunista de China con el exterior forman parte importante de la diplomacia general del Estado. El Partido Comunista de China ha establecido relaciones de amistad y cooperación de diversa índole con más de 80 Partidos políticos de América Latina y el Caribe y sus organizaciones regionales sobre la base de cuatro principios, a saber, independencia y autodeterminación, igualdad completa, respeto mutuo y no intervención en los asuntos internos de uno por el otro, promoviendo en gran medida el desarrollo de las relaciones interestatales. El Partido Comunista de China está dispuesto a incrementar aún más los vínculos de amistad y colaboración con los Partidos políticos y organizaciones regionales de América Latina y fomentar conjuntamente el avance de los lazos sino-latinoamericanos sobre la base de los principios arriba mencionados.

Hacemos votos por el pleno éxito del XIII Foro de Sao Paulo y el incesante fortalecimiento y desarrollo de la amistad entre China y América Latina.

Departamento Internacional del Comité
Central del Partido Comunista de China

Compañero Valter Omar
Secretario Ejecutivo del Foro de Sao Paulo.
Compañeros miembros del Grupo de Trabajo
Compañeros del Farabundo Martí para la Liberación Nacional de El Salvador, dignos anfitriones de este digno evento.

A nombre y en representación de El Partido Socialista Frente Amplio y del Movimiento Popular Democrático del Ecuador, hacemos ostensible nuestro cariñoso saludo a la Patria de Agustín Farabundo Martí, Oscar Arnulfo Romero y el Comandante Schafik Hándal.

El 26 de noviembre del 2006, culminando un largo proceso de organización y lucha de los Partidos Políticos y movimientos sociales democráticos, progresistas y revolucionarios del Ecuador, la coalición formada por Alianza País y el Partido Socialista Frente Amplio obtuvieron un rotundo triunfo electoral con su candidato presidencial Rafael Correa, al derrotar al candidato de la derecha oligárquica y el proyecto de recolonización imperial.

El Ecuador está amaneciendo al siglo XXI en medio de tres crisis simultáneas:

1- La crisis de su capitalismo tardío y subalterno;

2- El agotamiento de la estrategia desarrollista-intervencionista y

3- El fracaso del neoliberalismo esquizofrénico que llevó al mayor atraco financiero y bancario de la historia republicana en 1999.

1- La crisis del capitalismo se expresa en la baja productividad del trabajo que ocupa uno de los últimos lugares del continente, las elevadas transferencias de recursos al exterior, tres mil ochocientos millones de dólares solo en el 2005 y el uso irracional de los fondos capitalizables en los gastos armamentistas, las operaciones especulativas y el consumo suntuario.

2- El agotamiento de la estrategia desarrollista denominada de sustitución de importaciones llevó al país al endeudamiento agresivo, la sucretización de la deuda privada que facilitaron el camino de los ajustes y las reformas neoliberales monitoreadas por el Fondo Monetario Internacional y las Agencias de dominación imperial.

3- El fracaso neoliberal llevó al país a veinticinco años de estancamiento económico, al parasitismo financiero, a impulsar la monopolización dentro de un patrón de acumulación rentista y expropiatorio. Como consecuencia de ello el Ecuador a pagado más de cien mil millones de dólares

desde 1974 hasta la fecha y la deuda externa supera hoy los 18 mil millones de dólares. La apertura unilateral de mercados y la dolarización han llevado a un crecimiento hipertrofiado del sector terciario y a gigantescos depósitos de excedentes en el exterior estimados en mas de 10 mil millones de dólares. La contracción de la inversión productiva, el panorama recesivo y la perdida de competitividad del país se expresan en la pobreza generalizada, una ola gigantesca de desocupación y sub-ocupación, la diáspora dolorosa de mas de un millón y medio de trabajadores solo en la última década, el incremento de los empleos informales, la precarización del trabajo, el multiempleo, el trabajo infantil. En medio de este capitalismo salvaje se ha incrementado el clima de inseguridad y violencia y se han reproducido también formas de vida denigrantes como la prostitución, el tráfico de menores, el coyoterismo, el saqueo del patrimonio cultural y otras formas de economía subterránea.

El imperio quiso transformar al Ecuador en un protectorado colonial a través del Acuerdo de la Base de Manta que nos subordina al Plan Colombia y su estrategia militar contrainsurgente y en lo económico al ALCA y su correlato los TLC que buscarían la liquidación del Estado Nacional.
Pero toda esa estrategia fue resistida por el pueblo volcánico y explosivo que ha sido siempre el ecuatoriano. La victoria electoral de Rafael Correa, significa en los 80 años de vigencia del Socialismo y la izquierda en el Ecuador la primera oportunidad de ejercer el gobierno con un claro proyecto de rescate de la soberanía nacional, de denuncia y resistencia a las imposiciones del Fondo Monetario Internacional y los organismos multilaterales de crédito, de rechazo a los acuerdos sobre la Base de Manta que no serán renovados el 12 de noviembre del 2009, de negativa terminante y categórica a implicarnos en el Plan Colombia, de respeto al principio de no intervención en los asuntos internos de otros pueblos, de negativa a considerar a los grupos insurgentes de Colombia como terroristas.
El nuevo gobierno del Ecuador que se posesionará el próximo 15 de enero, interpretando las aspiraciones mayoritarias de nuestro pueblo impulsará una política nacional e internacional de rescate pleno de la soberanía, la independencia, el derecho a la autodeterminación, a la felicidad y al progreso. La economía dejará de estar monitoreada por el imperialismo y sus agencias y será reasumida a plenitud por la sociedad ecuatoriana. El Estado será revalorizado y actuará en forma directa para contrarrestar los factores que viabilizan la acumulación monopólica del capital. Se analizan el no pago o

la moratoria de la deuda externa e interna, la limitación de las remesas de las inversiones extranjeras o nacionales, la explotación estatal de los recursos naturales básicos. El cambio de las reglas de juego financieras para contrarrestar el parasitismo de la banca comercial. Y sobre todo de revalorización de los seres humanos a través de inversiones prioritarias en salud, educación y cultura. En ese mismo sentido se dará impulso a la investigación científica en líneas que le permitan al país avanzar en los niveles de competitividad. Las Fuerzas Armadas se subordinaran al poder civil, delimitarán el tiempo necesario para mantener la preparación combativa y dedicarán la mayor cantidad de tiempo y esfuerzos al desarrollo de proyectos comunitarios que impulsen la dinamización de la economía y el mejoramiento de las condiciones de vida de las mayorías. Todos estos cambios se harán en el contexto de una clara vocación de integración andina y latinoamericanista que parta de la constatación de que no estamos solos en la sub-región y que podemos contar con la amistad y la solidaridad de los gobiernos democráticos y progresistas encabezados por los Presidentes Lula, en el Brasil; Chávez, en Venezuela; Michelle Bachelet, en Chile; Tabaré Vásquez, en Uruguay; Evo Morales, en Bolivia; Nestor Kirshner, en Argentina; Daniel Ortega, en Nicaragua y desde luego con la presencia de dignidad de la Cuba heroica y socialista.

Sin embargo, debemos decirles por último con las palabras de nuestro presidente Rafael Correa que hemos ganado apenas una parcela del poder, el Gobierno. Que tenemos un poder Legislativo de amplia mayoría de la partidocracia corrupta. Que el poder Judicial sigue secuestrado por las mafias de siempre y que el poder económico se mantiene en manos de una oligarquía prepotente, vanidosa y corrupta. Hemos ganado una batalla, pero no la guerra y en los días, semanas y meses por venir será de verás importante que las fuerzas que integran el Foro de Sao Paulo nos presten su solidaridad militante y combativa. Por nuestra parte estamos haciendo el esfuerzo para construir la unidad más amplia de los partidos de izquierda y de los movimientos ciudadanos del Ecuador por cuya razón estamos absolutamente seguros de que la victoria definitiva será de nuestro pueblo.

PLENARIA SOBRE TEMA UNO

Propuestas Alternativas al Neoliberalismo, Desarrollo Económico, Social y Democratización Política, Nuevas Propuestas de Integración Regional.

13 de Enero 2007

Moderadores: Aníbal Pereira Frente Amplio de Uruguay, Max Cabrera del Partido Alianza Nueva Nación de Guatemala, Lautaro Carmona del PC de Chile

Intervención del Compañero Aníbal Pereira del Frente Amplio de Uruguay

Introducción. Los países donde actualmente gobierna la izquierda coincide con las acciones de los planteamientos que entonces hizo el foro hace 10 años, en que solo estaba Cuba . Coincidimos en que el objetivo pleno del desarrollo es la satisfacción plena de las necesidades materiales y espirituales de la población con justicia social y armonía con la naturaleza. Se hace necesario repasar los ejes para la construcción de una sociedad más democrática. El gobierno de Uruguay esta tomando las medidas para combatir el modelo neoliberal.

Tesis: La lógica de la globalización Neoliberal lleva a mejorar, desde los gobiernos, las competencias de las transnacionales favoreciendo la acumulación de capital no importándole las consecuencias de pobreza y marginación de la población. La ciencia y la tecnología en el imperialismo, busca eternizar el status quo. La lógica de la globalización esta al servicio de la concentración de la riqueza y la propiedad sin importarle el deterioro de la calidad de vida. Por lo que hay que avanzar en la construcción de un modelo alternativo con elementos esenciales.

Propuestas:

1. Realizar cambios estructurales como sistema tributario al servicio de la producción, mejor distribución de la riqueza, participación social en la descentralización, mejorar el mercado interno, reformas sociales, programas de emergencia, respetar la diversidad y eliminar toda forma de discriminación de genero, etnia, condición física etc., profundizar la democracia, intregrar a la fuerza armada en un sistema democrático.
2. Poner freno a la especulación financiera internacional.
3. Que el estado juege un papel determinante en las decisiones de la economía para la construcción de un modelo alternativo.
4. Es fundamental para la creación de este modelo la unidad de la izquierda.

Intervención del compañero Max Cabrera del Partido Alianza Nueva Nación de Guatemala

Tesis: Declive del orden unipolar del imperialismo norteamericano y la constitución de un nuevo orden multipolar a nivel mundial. Nos encontramos en la era del dominio unipolar imperialismo norteamericano que esta en un franco retroceso. Hay dos tendencias marcadas en el orden internacional: la primera marcada por el acelerado declive de la supremacía económica , política y del poder militar de EEUU y otra el rápido realineamiento y consolidado ascenso de Rusia y China, esta

situación los coloca como un nuevo poder a nivel internacional y claro contendiente a los intereses de EEUU. El esfuerzo de estos es constituir un orden mundial multipolar que se sustente en la política, diplomacia y el derecho internacional. Llama a la integración de todos los pueblos latinoamericanos a formar una sola nación

Propuestas:

1. Búsqueda de nuevas alianzas estratégicas entre países.
2. Distanciamiento de los gobiernos de izquierda de la políticas de EEUU
3. Políticas de carácter más nacionalista especialmente con el manejo de los recursos naturales.
4. Desarrollo de politicas agresivas a nivel sub regionales y regionales como el ALBA, MERCOSUR, Comunidad Sur americana, La Conformación de empresa multinacional petrolera estatal latinoamericana.

Intervención del Compañero Lautaro Carmona del Partido Comunista de Chile

Saludo. Inicia con saludo del Partido comunista de Chile al pueblo salvadoreño a través del FMLN y un reconocimiento a su dirigente Schafik Handal como un gran revolucionario que fue capaz de “unir palabra y acción, pensamiento y acto” y ser ejemplo de consecuencia para todos, además un reconocimiento del avance de la izquierda de AL durante estos 15 años de foro de Sao Pablo con el valioso aporte de Cuba Socialista y deseos de recuperación por la salud del compañero Fidel.

Tesis: Consolidación y desarrollo del modelo neoliberal en Chile. Chile es un laboratorio del modelo Neoliberal a nivel continental que inicia con Pinochet en 1976. La salud, la educación, producción y vivienda se han convertido en un negocio, la prevención y seguridad laboral es casi inexistente, hoy los pobres son más pobres que ayer. Por lo que se hace más necesaria la elaboración de iniciativas concretas

Propuestas:

1. Desarrollar una economía soberana.
2. Promover la discusión de los tratados de libre comercio.
3. Políticas sociales que garanticen el acceso a la salud, educación, etc.
4. Reinvindicar los derechos laborales, lucha por el respeto a los derechos humanos. Respeto a desarrollo armónico con el medio ambiente.
5. Anulación de la ley de amnistía en Chile.
6. Reformas en Educación y Sistema electoral..
7. En el marco de los 40 años de conmemoración del Che hacer un intercambio regional para definir compromisos contra el Neoliberalismo.
8. El Foro debe asumir iniciativas concretas en cada país y región para la libertad de los cinco patriotas cubanos.
9. el Foro debe promover una reflexión y revalorizacion de la política y compromisos de la nueva ética antineoliberal para el proyecto alternativo.

Intervención del compañero Willi Meyer de grupo parlamentario de la izquierda unitaria y Europea país España

Saludo de parte de los partidos que conforman el grupo parlamentario de la izquierda Europea. Este mismo debate que se realiza por el grupo en Europa, las consecuencias de la implementación de este modelo económico que pertenece al Capitalismo.

Tesis: La Unión Europea otro imperio que compite con EEUU. La seguridad Europea esta supeditada a la seguridad de EEUU, además están utilizando las actuales estructura europeas para apoyar estos fines, en este sentido la MERCEL le esta imprimiendo políticas conservadoras donde no existe agenda social, se promueven las privatizaciones y los programas sociales supeditados a la rentabilidad económica.

Propuestas:

1. Girar el curso de la política Europea desvinculándose de las políticas de EEUU.
2. Comprometidos, atentos y solidarios con la luchas de izquierda.

Intervención de un compañero sindicalista italiano

Autocrica como partido Italiano de izquierda. Se auto declaraban como partido de clase, pero no lo hacen, no apoyan los intereses de clase trabajadora de otros países, falta de solidaridad.

Critica al foro no visualiza el abismo al que nos arroja el modelo neoliberalismo.

Propuestas:

1. Lucha al consumismo.
2. Necesidad de poner freno al desarrollismo.
3. Globalizar los sueldos.

Intervención de la compañera Márquez del PT de Brasil

Tesis: Es posible construir un nuevo mundo basado en la economía solidaria, tomando como ejemplo acciones realizadas en Brasil.

Revisar lo que se ha hecho en Brasil.

(no se completaron las ideas por la limitante del idioma)

Intervención del Compañero Ezequiel Páramo de Movimiento Libre del Sur de Argentina

Tesis: La alternativa mas clara al neoliberalismo es la construcción de un frente amplio popular contra el modelo neoliberal. Comenta la experiencia argentina

Propuso:

1. Edificación de proyecto nacionales soberanos contra el imperialismo y el neoliberalismo a partir de sus particularidades.
2. unidad de la izquierda es valiosa pero no suficiente, es necesario unir patriotas y nacionalista.

Intervención del compañero Rafael Cardoza del PT de Brasil

Tesis: Existen graves y negativas repercusiones del Neoliberalismo en la juventud.

Propuso:

1. Formar un bloque de resistencia juvenil latinoamericano.
2. Las izquierdas deben incluir a los jóvenes en los debates.

Intervención del compañero Luís Bilbao de unión de Militantes para el Socialismo de Argentina

Sugerencias. Propone cambio en el futuro sobre la metodología para el debate en el foro para tener tiempo y mejorar conclusiones y posturas. Saludo al FMLN en especial honrar la memoria de Schafik.

Tesis: Estamos en una crisis del capitalismo a nivel mundial que se agrava cada día mas, lo cual hace pensar que esta a punto del colapso. Estamos en una contraofensiva imperialista.

Propuestas:

1. Creación de un programa político y revolucionario para actuar contra el imperialismo y el neoliberalismo.
2. Unir las fuerzas internacionales de izquierda.
3. Movilización latinoamericana para pedir la pronta solución pacifica y solidaria del conflicto entre Argentina y Uruguay.
4. Compromisos de tareas comunes del foro: solidaridad activa y militante con Evo en Bolivia y campaña continental de solidaridad por los cinco de Cuba.

Intervención del Compañero Chano Guevara del Partido FMLN de El Salvador

Tesis: Modelo Neoliberal que esta sufriendo derrota en el continente. No perder de vista al enemigo común que es el imperialismo norteamericano que es el neoliberalismo.

Propuestas:

1. Construir una fuerza política común continental de las fuerzas opositoras de izquierda.
2. Promover la defensa de los recursos naturales de cada país.
3. Movilización de las fuerzas sociales para la creación del poder popular.

Intervención del compañero del Partido PRD de México

Tesis: Los Gobiernos de izquierda pueden y deberían ser más capaces de lograr el mejoramiento de vida de los ciudadanos de sus países. Pueden ser más eficientes que el neoliberalismo.

Propuestas:

1. Desarrollar modelos que tengan programas sociales reales para la gente.
2. Que los gobiernos sean capaces de generar riqueza y distribuirla con eficacia.
3. Crear convenios que permitan a los pueblos poner las reglas al mercado que generen programas sociales y una mejor distribución de la riqueza..
4. Las fuerzas de izquierda deben generar más acciones directas.

Intervención del Compañero Salvador Arias del Partido FMLN de El Salvador

Tesis: Tema central es la lucha del poder y trasformarlo a poder popular, de construir un nuevo estado con un modelo político y económico a favor de las grandes mayorías. Sobre la construcción de políticas públicas para ampliar coberturas y calidad, que propicien que los servicios no sean vistas como mercancías. Este Modelo económico alternativo cuales son sus bases trastocar la forma el modelo de acumulación y de los medios de producción..

Propuestas:

1. Definir el papel y responsabilidad del Estado.
2. Definir el papel de la propiedad social, privada y transnacionales.
3. Claridad del modelo de acumulación de riqueza.
5. Redimensionar la agricultura y es acompañada de la ciencia y la tecnología.
6. Que el conocimiento sea de todo el pueblo.

Intervención del compañero de Palestina

Saludo a la memoria de Schafik “el cuerpo muere pero las ideas continúan vivas”.

Tesis: Situación de Palestina. El fin de las agresiones a oriente es el petróleo y EEUU se escuda en posiciones políticas a través de organismos internacionales para acceder a él.

Propuestas:

1. Apoyar a Cuba para eliminar el bloqueo y apoyo a los cinco.
2. Preparar fuerzas voluntarias internacionalistas.

Intervención del compañero Jaime Caitero del PDA de Colombia

Saludar actitud el gobierno de Correa del Ecuador de no firmar el TLC con EEUU. Sin embargo Colombia si lo ha echo. Lucha de los inmigrantes desde EEUU y solidaridad. Lucha por las libertades democráticas.

Propuestas:

1. Incluir a los inmigrantes latinoamericanos en el foro.
2. Continuar la lucha contra los tratados y las políticas del fondo monetario internacional.
3. promover la solución política y pacifica de los conflictos armados en LA
4. Continuar la lucha por el modelo alternativo.

Intervención del compañero Juan de Partido Alianza Nueva Nación de Guatemala

Propuestas:

1. La izquierda debe tomar la participación activa de los pueblos indígenas en la construcción del socialismo
2. Unión y solidaridad de la izquierda para la construcción de estados democraticos.

Intervención del compañero del Partido Comunista de Vietnan

Saludo del PC de Vietnam. Nuevos vientos soplan en AL. La correlación de fuerzas esta cambiando y esto es importante, enfatiza el trabajo del PT en Brasil y Hugo Chavez en Venezuela y Daniel Ortega en Nicaragua. Expresa apoyo y solidaridad a partidos comunista de AL y éxitos en el foro.

Intervención del compañero Jose Alvarenga de las Iglesias de El Salvador

Reflexión de la situación nacional. Urge cambio de rumbo en políticas sociales y económicas.

Intervención del compañero de la República de Saharawi

Comentarios: En el documento no se evidencia las implicaciones de los procesos de dolarización.

Temas para discutir:

1. Donde esta la verdadera lucha de los americanos contra el terrorismo o será los americanos contra Europa pero no quieren dañar sus países?
2. entra las causas de las guerras de oriente cabe destacar las competencias por los recursos naturales y el acceso a las vías de comunicación marítima.

3. Cual es el papel de los organismos internacionales en los procesos de resolución de los conflictos, por ej. los cascos azules están llevando paz al mundo?
4. Deber verse la lucha contra el neoliberalismo como un asunto que nos compete a todos.

Intervención del compañero Patricio Echegaray del PC de Argentina

Tesis: El modelo alternativo debe estar compuesto por diferentes elementos: en primer lugar los sujetos históricos de las luchas populares (obreros y las fuerzas revolucionarias del continente) si se toman estos como primicias los cambios serán permanentes.

Propuestas:

1. Posibilidad de relanzar el foro por que el siglo xx fue un siglo de paradojas diseñado para elevar la hegemonía del imperialismo pero en el siglo xxi esta siendo derrotado por la realidad, mas hambre y destrucción del mundo.
2. Relegitimación de la lucha por el socialismo.
3. Hacer del foro una gran maquinaria de debate y de iniciativas.
4. pronunciamiento del foro por la desaparición de Julio López de Argentina.
5. Crear una fuerza alternativa con todas las izquierdas.

PLENARIA SOBRE TEMA DOS

El Colonialismo, injerencia imperial y los Acuerdos de Paz.

San Salvador, 13 de Enero 2007

Moderadores: José Reynaldo Carvallo – Partido Comunista de Brasil, Jacinto Suárez – FSLN-Nicaragua, Ángel Sánchez URNG- Guatemala, Julio Gudiantes – Puerto Rico

Intervención del compañero Jacinto Suarez – FSLN

Solicita la adhesión para impulsar la iniciativa de proponer la candidatura del presidente de Bolivia Evo Morales para el premio Novel de la Paz 2007**.**

Intervención del compañero Jorge Murientes Peréz Co-Presidente del Movimiento independencista Nacional Joseciano de Puerto Rico

Tesis: Actualmente existen procesos involutivos de recolonización en América Latina

El documento es un documento que no reconoce a Irlanda del norte y Palestina que le han quitado su tierra.

Dominios coloniales y 2ª década de colonialismos como forma anacrónica. La mayoría de la humanidad vive en el colonialismo. En América Latina ha habido un proceso involutivo de recolonización. Colonias y neocolonias. Regresión en los conceptos. La dependencia económica de los migrantes es colonialismo. Existencia de colonialismos en los enclaves económicos y políticos con importancia geopolítica, de interés de la OTAN, Estados Unidos y España. Inversiones en países Trampolines. Intereses geoestratégicos. El neocolonialismo tiene características del colonialismo clásico, ej Irak, por . Puerto Rico con medio milenio de ser colonia y de Estados Unidos.

Propuesta:

1. Qué el FSP asuma desde el antiimperialismo, una posición firme, categórica y militante cómo un encuentro y organización anticolonialista.
2. Se incorpore en la decisión y definición de lo que es el FSP, el anticolonialismo.
3. La lucha anticolonial como uno de los pilares que le dará pertinencia en esta coyuntura y lucha por la independencia, las soberanías y la descolonización sean razón de ser del FSP.

Intervención del compañero José Reynaldo Carvallo Srio de Relaciones Internacionales del Partido Comunista de Brasil

Tesis: Injerencia imperialista-colonialista en el continente

Comprender la injerencia imperialista en el continente como una ofensiva imperialista para dominio de

la potencia y perpetuar la dominación en el mundo. La crisis del imperialismo, ha aumentando su agresividad, con políticas de invasión y guerras en los países.

EU con la política de guerra y militarismo ante potencias emergentes, declaradas con nombre de guerra del terrorismo, contra países independientes y soberanos que se resisten a la dominación imperialista. Para perpetuar su dominación, militarización y guerra y transmite a sus aliados, reforzamiento del estado policiaco, restringir las democracias y agresiones internas a procesos políticos.

El imperialismo Norte Americano, centrado en el medio oriente, por el petróleo y su valor financiero y energético, vital para la sobrevivencia del capitalismo Norteamericano y también como estrategia ante China y Rusia. Planes de reestructuración del Medio Oriente con concepto de guerra contra el terrorismo, infinita, aliados con gobiernos sionistas como Israel. El imperialismo no se detiene. Pero hay señales de luchas por la soberanía, anticolonialistas y anttiimperiales

Propuestas:

1. Las fuerzas de izquierda, revolucionarias y progresistas, participantes en el FSP, seamos antiimperialistas en esta época.
2. El antiimperialismo como eje principal en el relanzamiento del FSP.
3. Fortalecer las luchas revolucionarias.
4. Resistencia activa y de lucha.

Intervención del compañero Orlando Gómez del Partido FSLN Nicaragua

Tesis: Se ha producido una reversión de acuerdos de paz con los gobiernos neoliberales

Proceso en Nicaragua: Acuerdos paz de Esquipulas, Sapoa y adelanto de elecciones. 16 años con tres gobiernos de corte neoconservador o neoliberal, injerencia Norteamericana, con objetivos de instaurar políticas neoliberales del BMI, privatización de servicios.

Con los tres gobiernos neoliberales se revierten los acuerdos. Reversión de logros sociales, División del FSLN, campañas mediáticas, exclusión de las instancias electorales. Con resistencia del FSLN participan con diversos frentes de lucha, parlamento, poder popular, legislativo, político y estrategia electoral.

Tendencias en América Latina en procesos electorales: Política del miedo, la vuelta al pasado, campañas mediáticas, abundantes recursos para la derecha, visitas de funcionarios de EU con amenazas e inhibir y deslegitimar candidatos, la observación electoral aliados a organismos como la OEA para deslegitimar el triunfo. Para contrarrestar se ha contado con la solidaridad y la contribución del FSLN, vencer la política de miedo

Importante ha sido la solidaridad en procesos electorales con recursos de gobiernos progresivos.

Intervención del compañero Ángel Sánchez URNG- Guatemala

Tesis: En Centroamérica los acuerdos de de Paz se construyeron en base a procesos diferentes.

Los Acuerdos de Paz, en el documento base se ha tocado tímidamente. Los procesos de paz en Nicaragua, El Salvador y Guatemala, son procesos distintos. Acuerdos de Paz como salida política a la agresión imperialista y contrarrevolucionaria y salida política a conflictos armados y cómo proyectos políticos.

En Guatemala 4 puntos fundamentales de los acuerdos, como estrategia para alcanzar una sociedad democrática:

1. La promoción, el respeto y la observancia de los derecho humanos, incluyendo el reasentamiento de la población desplazada y la reparación de los daños a victimas de la guerra.
2. Reconocimiento a la identidad del pueblo indígena.
3. Fortalecimiento del poder civil y disminución del ejercito.
4. Establecimiento de un nuevo modelo de desarrollo económico y social que comprendiera el acceso a la tierra

Ejes transversales: amplia participación social, de la mujer, y la beligerancia política.

Proceso de parte de la derecha de incumplimiento, con doble discurso y doble moral sobre los Acuerdos de Paz, y conduciendo a resultados de recrudecimiento de la pobreza, dominio de clases dominantes e implementación de agenda neoliberal.

URNG decidió: Ratificar estados libres e independientes, Cooperación con todos los pueblos del mundo, acelerar agenda política de transformación contemplada en los acuerdos de paz, construcción de movimientos amplios, compartir agendas de la paz con todos los sectores y construir alianzas

Propuestas

1. Necesario reconocer el aportes de todos y todas los revolucionarios, combatientes en la lucha revolucionaria.
2. Valorizar los Acuerdos de Paz como un instrumento de lucha para crear condiciones políticas y resultado las fuerzas revolucionarias para presentar propuestas a la nación.
3. Establecimiento de la participación y alianzas con fuerzas políticas.
4. Alta socialización de los Acuerdos de Paz.

Solamente se logran de Acuerdos de Paz con gobiernos progresistas. Los Acuerdos de Paz como punto de partida para transformaciones.

Intervención de la compañera Lorena Peña FMLN El Salvador

Tesis: Se abrieron oportunidades a partir de los Acuerdos de Paz

El Salvador no es hijo de Esquipulas dos, el acuerdo marco es el de Ginebra, donde se establece que es una negociación entre dos partes, para resolver el conflicto armado, incluyendo cambios y reformas, en FA, cambio seguir. Derechos Humanos, Desarrollo Económico y Social, reformas constitucionales.

Logros de los Acuerdos de Paz en El Salvador, la derrota de dictadura militar. La disolución de aparatos militares represivos. Reducción de la Fuerza Armada. Reforma de la administración de Justicia. Apertura de espacios para la izquierda, para luchar por las transformaciones sin recurrir a la guerra y pérdidas de vida.

Los Acuerdos de Paz, no se incluyeron transformaciones estructurales, políticas fiscales, producción.

Cumplimiento de acuerdos por parte del FMLN 15 años después, calendario desmovilización, movilización para reinserción, reformas electorales. Constitución de partido electoral y lucha social. Gobiernos en ciudades importantes y capital. El FMLN se mantiene sin afectación ideológica.

Acuerdo de Paz y la derecha, aprovechamiento del espacio de paz para implementar modelo neoliberal. Dolarización, privatiza, deterioro condiciones de vida. Esfuerzos por revertir los acuerdos de paz cumplidos y dejar sin cumplir en temas electorales, legalización de la dictadura y autoritarismo. Se avanzo en la democracia y se profundizo la pobreza.

Posición del FMLN ante el incumplimiento de los acuerdos: Continuar abriendo los espacios y no ceder, impedir el incumplimiento de los Acuerdos de Paz, logro de los Acuerdos de Paz, con fuerzas de izquierda, procesar los temas de unidad, trabajar por alianza social, impulsar transformaciones profundas, desalojar el gobierno de derecha.

Intervención de la compañera Joseline Clemencia, Presidenta del Partido Independencista de Curacao

Tesis: Rompimientos de paradigmas viejos

Se me debe tomar en serio como una mujer africana de un país colonizado, en proceso de recolonización por holanda. Me sientp frustrada por la forma como ha sido tratada ya que es un foro que se llama democrático paro no hay espacio para discutir. Inclusión de africanos, indígenas, mujeres y jóvenes.

Propuestas:

1. Admisión del Partido Independencista de Curacao como miembro del FSP.

2. Que se forme un comité de solidaridad con todas las colonias y los pueblos que quieren ser recolonizados.

3. Realización de intercambios entre los países.

4. Acuerdo de cooperación concreto entre los pueblos que ya tienen su independencia y los pueblos colonizados.

5. Incluir en temas discusión del FSP mujeres y colonias.

Intervención del compañero Alí de la República Árabe de Saharawi

Solicitud del reconocimiento por parte de los países latinoamericanos de países africanos y de la República de Saharawi.

1. El país tiene tres desgracias:

2. El país esta en un punto estratégico para el imperialismo.

3. Las reservas que tienen y las ganancias no llegan a un millón de personas.

4. Es el único pueblo árabe ocupado que habla español y con escaso recurso de desarrollo.

Se necesita mucho apoyo para que se aplique el plan de paz ya que están luchando contra el gobierno marroquí. Esperan que los países de izquierda de América Latina reconozcan a los países de África y al pueblo de saharawi. Es necesario establecer relaciones diplomáticas con América latina.

Pagina Web de sahwari: www.arso.org

Intervención del compañero Guillermo de Puerto Rico

Tesis: Surgen alternativas de socialismo en colonias

En Puerto Rico hay hombres y mujeres que creen en la libertad y en la independencia como proceso para la verdadera libertad y la única alternativa es el socialismo. Somos antiimperialistas y anticapitalistas. La solidaridad que decimos la debemos aplicar en nosotros mismos. Debemos respetarnos nosotros mismos, sobre las preferencias sexuales el derecho de las personas de emigrar

de un país a otro creemos en un mundo sin fronteras. No creen en la pena de muerte pero les hubiera encantado que los chilenos ejecutaran a Pinochet.

Propuesta:

1. Intercambio en el apoyo y en la solidaridad latinoamericana.

Intervención de compañero de la Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca México

Tesis: Incumplimiento de acuerdos en Oaxaca y la continuidad de lucha latinoamericana.

La continuidad de la lucha de los pueblos latinoamericanos nos permite estar aquí hablando con libertad. No nos han vencido en combate. En mi país se considera como la guerrilla buena al FZLN y la guerrilla mala al PTR. El nuevo presidente Felipe Calderón es fascista y que impondrá la militarización. Han participado en todas las mesas de diálogo y de los acuerdos de paz y no existe cumplimiento, ya que el gobierno federal ha sido incapaz de cumplir los mínimos acuerdos por el respeto a la vida y a la libertad del pueblo de Oaxaca y de México. Exigimos libertad a los presos políticos de todo el mundo. Debemos ir al socialismo.

Intervención de compañero Martinica

Las barreras étnicas han sido impuestas por los colonialistas. Se debe hacer posible el acercamiento entre el caribe y los países de América latina. La Unión Europea colabora con los Estados Unidos para reprimir a los pueblos del caribe y africanos con su política antiterrorista.

Propuesta:

1. Favorecer la participación de los pueblos del caribe en el FSP.

Intervención de Antonio Apopa, El Salvador

Propuesta

1. Realización de dos seminarios entre foro y foro: uno sobre la lucha anticolonial y que se realice en el área del caribe.

Intervención del diputado del FMLN Salvador Arias de El Salvador

- Luchar por la desdolarización de América Latina.
- Quitar el poder a las transnacionales.
- Quitar las bases militares.
- Luchar contra la invasión de Irak.
- Rescate de los medio de comunicación.
- Apoyar los procesos de paz y apoyar a Colombia.
- Profundizar en los acuerdos de paz en El Salvador y Guatemala.
- Crear una forma financiera latinoamericana contra el proceso financiero norteamericano.
- Luchar para que el ALBA crezca no solo en los países donde la izquierda ha triunfado.

Intervención compañero del Estado Español:

Profundo pesar por la muerte de los ecuatorianos en España, sigue represión en España, se debe continuar el dialogo en España, Aznar y el PP se opone al proceso de dialogo,

Solicitan apoyo del FSP para que continúe el proceso de paz en España.

PLENARIA SOBRE TEMA TRES

Seguridad hemisférica: crimen organizado, narcotráfico, terrorismo, ILRA y militarización.

San Salvador

13 de Enero 2007

Moderadores: Eliana García. PRD México, Manuel Calgado Ecuador, Jaime Caicedo Partido Comunista de Colombia, Gloria Flores Foro Democrático Alternativo – moderadora

Intervención de la Compañera Ileana García del Partido de la Revolución Democrática PRD de (México)

Tesis: El nombre de la mesa es una misma problemática basado en la polémica ante el colapso de la seguridad ciudadana y a partir de allí se toman medidas autoritarias para atender el colapso de la seguridad ciudadana.

Propuso:.

1. El problema de la seguridad lo vemos de forma aislada y el bloque dominante impone proyectos de desarrollo económico afines al neoliberalismo
2. El tema de la narcoactividad y el tema del terrorismo son los instrumentos de la política de seguridad hemisférica y que se utiliza para la reproducción, lo que propician la militarización que van de lo más sutil como acciones de inteligencia hasta la ingerencia directa como la invasión a Irak y el bombardeo a Líbano.
3. La OEA define la declaración de la seguridad en las américas la que es una concepción multidireccional que van desde conflictos de carácter social como el de Oaxaca hasta la instalación del estado represivo con militares encubiertos.
4. La lucha del narcotráfico y la lucha contra el terrorismo son los dos grandes ejes en que se basa la propuesta de seguridad.
5. Si se legaliza a nivel internacional la narcoactividad la producción y el consumo dejaría de ser un negocio y se perdería la importancia económica que tiene.
6. Estas formas de estar atacando el terrorismo y el narcotráfico está significando graves amenazas a nuestros países, lo que significa no poder avanzar en los procesos democratizadores, donde hay conflictos armados.

Intervención del compañero Jaime Saicedo del Foro Democrático Alternativo Colombia

Tesis: El plan Colombia como plan de intervención en la región del andina, y la política de intervención de los Estados Unidos

Propuestas:

1. Las estrategias imperialistas como ALCA han fracasado
2. Los componentes políticos que tiene la estrategia global del imperialismo que incluye también la parte en los procesos electorales.
3. La intervención de los Estados Unidos en Venezuela, Bolivia y Ecuador, nos debe llevar a pensar como desde los partidos de izquierda de América latina debemos enfrentar y derrotar la estrategia en su conjunto.
4. La izquierda y el foro de Sao Paulo debe tender hacia una amplia solidaridad.
5. La necesidad de construir una idea un concepto y política sobre el tema de paz , y de no militarización en América Latina.
6. Como defender los derechos soberanos de nuestros pueblos y como vencer la política de intervencionismo.
7. Debemos actuar para poner fin al Plan Colombia y a la militarización en nuestra región.

Intervención del compañero Manuel Salgado del Ecuador

Tesis: Para entender la doctrina de seguridad hemisférica se debe remontar al siglo XIX desde la doctrina Monroe y el corolario de Roosevelt. Donde las fuerzas armadas del continente se ponen al servicio de los Estados unidos para evitar la agresión extracontinental.

Propuestas:

1. No tenemos una doctrina de seguridad nativa por lo que debemos construir una seguridad hemisférica autentica por medio de la integración.
2. Necesitamos buscar elementos políticos y de seguridad nacidos de nuestros propios intereses.
3. La base militar de malta donde se encuentra todos los equipos sofisticados que estaban en Panamá, es una base para vigilar a los inmigrantes que huyen de ecuador, sirve apara el monitoreo contrainsurgente FARC y ELN de Colombia.

Intervención del compañero Rafael correa del parlamento latinoamericano de Venezuela

Tesis: Frente al peligro que corre nuestra América latina, es necesario profundizar el análisis político de la situación con el fin de definir una posición clara de resistencia y construir una propuesta alternativa de seguridad hemisférica en función de consolidar la democracia y los derechos humanos.

Propuestas:

1. La suspensión de maniobras militares conjuntas concebidas por el departamento de defensa norteamericana con hipótesis de guerra que no se corresponden con las verdaderas amenazas que enfrentan nuestros países.

2. Considerar la eliminación de las conferencias anuales de los ministros de la defensa de la región promovidas por el departamento de estado norteamericano, igualmente proponer la caducidad de la Junta Interamericana de defensa.
3. Implementar una organización regional de carácter humanitario, para atender y apoyar a aquellos países que se vean afectados pro desastres naturales.
4. Creación de una fuerza militar sudamericana o latinoamericana que sirva de apoyo a los interese políticos y militares en todos los países de la región a fin de defender su soberanía y libertad, y recursos naturales como la amazonía, cuando los factores externos a los intereses de la región amenacen su integridad.
5. Impulsar el desarrollo científico y tecnológico en el ámbito militar que permita el crecimiento de una moderna industria militar regional conformada con la participación de todos los países para satisfacer las necesidades estratégicas y evitar la dependencia de bloques de poder externos.
6. Impulsar la creación de un colegio latinoamericano, sudamericano de defensa que permita la formación de nuestros expertos en el estudio y análisis de nuevos sistemas de defensa a nivel regional, para reemplazar las antiguas hipótesis de conflicto por nuevas fórmulas de cooperación y lograr la unificación de una nueva doctrina militar regional.

Intervención del compañero Diputado del PT de Brasil

Tesis: Estados Unidos sostiene que todos los Movimientos Sociales de América Latina son terroristas.

Propuestas:

1. Se debe proponer fuerzas civiles de solidaridad para acciones de solidaridad.
2. La intervención mediática por parte del imperio es grande y se debe condenar.

Intervención del compañero Antonio Martínez – Politólogo El Salvador

Tesis: La amenaza en este momento de que la cúpula militar se está posicionando.

Propuestas:

1. El intento de militarización del continente es para detener lo que ellos llaman populismo.
2. Debemos celebrar los acuerdos de paz con análisis y políticas latinoamericanas.
3. En El Salvador la oligarquía es mucho más fuerte que hace 15 años.

Intervención del compañero de El Salvador – Asociación Salvadoreña de Sociología El Salvador

Tesis: El foro debe apoyar una política de seguridad para dar aportes sustantivos para desplazar la cultura de violencia.

Propuestas.

1. El foro ya tiene productos como son la cantidad de gobernantes de izquierda que están en el poder, haciendo de América latina una región atípica e integrada.
2. Construir una política que vea el problema de manera regional para que podamos tener soluciones que aporten y que permitan que nuestra sociedad viva en estado de seguridad.

Intervención de la compañera Grisel de Puerto Rico

Tesis: La lucha por Viquez continua ya que las tierras han quedado contaminadas por el uso de material químico.

- Expuso a través de comentarios la situación de Puerto Rico y no hizo propuestas.
- Los Puertorriqueños son cómplices de las invasiones que hacen los Estados Unidos a otros países ya que los jóvenes son reclutados aprovechando la pobreza de la gente y que ven en el ejercito la vía como mejorar su condición económica.
- Que los puertorriqueños que combaten en Irak regresen a sus casas.

Intervención del compañero Osmín Molina Juventud del FMLN de El Salvador

Tesis: El imperio utiliza el combate al narcotráfico y al terrorismo para tener presencia militar como un plan general de sometimiento a los pueblos.

Comentarios:

- Estados Unidos continúa con su carrera armamentista.
- El salvador es el único país de América Latina que tiene tropas en Irak
- Las pandillas juveniles tienen fuertes lazos con el modelo neoliberal por la marginación y la desigualdad social y el gobierno los criminaliza.
- El terremoto de hace 6 años en nuestro país el primer país que hizo presencia con ayuda fueron los venezolanos en solidaridad con los salvadoreños.

Propuesta: Cambio de modelo alternativo.

Intervención de la compañera Raquel Márquez Brasil

Habló en portugués

Intervención de la compañera Silvia Ayala Diputada de Honduras

Comentarios:

- El territorio de Honduras fue utilizado por el terrorista Posada Carriles en su paso en tránsito a Estados Unidos.
- Las actividades del crimen organizado tienen su campo el suelo norteamericano
- Existe militarización de la policía de honduras ya que han nombrando a un general retirado como ministro de seguridad.
- Alto índice de corrupción en la policía.
- 80% de la población de Honduras vive en extrema pobreza.
- Estados Unidos están tomando de base a palmerola para la implementación de una nueva base.

Propuesta:

1. Que se incluya una declaración para la eliminación de las bases militares en Latinoamérica

Intervención del compañero Fernando Ruiz de la juventud Comunista de Colombia.

Comentarios:

- Colombia es la muestra de que la oligarquía aplica la represión la cual se da día a día.
- El terrorismo de estado es el pan de cada día para las luchadoras y los luchadores sociales colombianos.
- Asesinatos colectivos, encarcelamientos desapariciones forzadas y cacería de brujas hacia las luchadoras y los luchadores
- Se han asesinado a dos dirigentes estudiantiles en los últimos meses.
- Se está impulsando una campaña internacional de solidaridad con Colombia

Propuesta: Necesidad de fortalecer la solidaridad de los pueblos

Intervención del compañero Carlos Díaz ALN Guatemala.

Tesis: No hay.

Propuesta:

1. Condena al terrorismo de estado de Estados Unidos por el embargo económico en contra de cuba.
2. Denunciar la protección que hace Estados Unidos a Posada Carriles.
3. El foro debe hacer una condena a la política intervencionista de los Estados Unidos.

Intervención del compañero De Puerto Rico.

Comentario:

- Todo lo que podamos decir del neoliberalismo queda corto.
- Los procesos de recomposición social son necesarios
- El reto es como recomponer nuestras sociedades con el componente humano en el centro de todo.

Intervención del compañero Alonso González de Los Ángeles Estados Unidos

Tesis: La obtención del socialismo en Latinoamérica permitirá que haya menos inmigración hacia los Estados Unidos

Comentarios:

- En el salvador existe mano dura también en los Estados Unidos hay mano dura
- Estados Unidos continua aplicando una guerra de baja intensidad con los inmigrantes
- Existe un control de la sociedad civil en Estados Unidos
- El estado usa la fuerza militar contra los inmigrantes como el uso de la guardia nacional en la frontera sur.

- Con el pretexto de ser de las maras deportan a una gran cantidad de inmigrantes

- Con los demócratas no cambiaran la política de inmigrantes.

Intervención del compañero Rafael excombatiente FMLN

Sugerencia: Que los colombianos no negocien sino tienen asegurado la calidad de vida la salud, educación y la vivienda digna para el pueblo colombiano.

Intervención de Oscar Fernández asesor parlamentario del FMLN en la mesa de los parlamentarios en el foro.

Propuestas de los parlamentarios:

1. Rechazar la nueva estrategia de seguridad nacional del imperialismo.
2. Retiro inmediato a la ocupación de Irak. Y cierre a las bases militares de Latinoamérica.
3. Crear mecanismos de coordinación para elaborar políticas y estrategias integrales de seguridad para nuestros países fundamentadas en la concepción de que la seguridad de los pueblos en la democracia debe ser entendida como la situación social que garantiza y permite el diario ejercicio de cada uno de los derechos que ostentan los ciudadanos tanto individuales como particulares.
4. Que para enfrentar el problema de la violencia que nos abate promoveremos políticas integrales de control, investigación y prevención del delito además de dar rehabilitación a los privados de libertad, de forma que se garantice y respete la integridad y la equidad en la aplicación de la justicia penal.
5. De manera prioritaria trabajaremos en la prevención de la violencia en la que los gobiernos locales y las propias comunidades puedan desempeñar un papel capital.
6. Establecer los mecanismos permanentes de coordinación para elaborar y desarrollar estrategias de lucha contra el narcotráfico y el lavado de dinero ya la corrupción pública, el terrorismo sea este de estado o particulares, la fabricación y el tráfico ilegal de armas, el tráfico de personas, la pornografía infantil, y los delitos contra la niñez.
7. En esta dirección nos apoyamos a la convención contra la delincuencia organizada transnacional, la convención de Palermo sobre el crimen organizado y el protocolo contra la fabricación y el tráfico ilícito de armas de fuego y los tratados de preservación ambiental especialmente en la conservación sobre la protección del patrimonio mundial, cultural y natural establecido por las Naciones Unidas.
8. Impulsar con seriedad mecanismos conjuntos para afianzar el carácter civil de la seguridad pública y de las corporaciones oficiales las cuales deberán de fundamentarse en el estricto respeto a los derechos humanos el apego a la ley y el servicio a la comunidad.

PLENARIA SOBRE TEMA CUATRO

La Relación Entre Las Fuerzas Políticas, Los Movimientos Sociales Y Ciudadanos Y Los Gobiernos De Izquierda Y Progresistas; La Solidaridad Internacional

13 de Enero 2007, Inició a las 20 horas y 17 minutos

Moderadores: Flavio Koutzi del PT de Brasil, Santiago Flores del FMLN de El Salvador, Walter Tobar del PT de Brasil.

Intervención del Compañero Flavio Koutzi del PT de Brasil

Tesis: El gobierno junto a su partido o partidos, el gobierno junto al movimiento social confirma sus compromiso político ideológico o presenta su impotencia y cobardía política ante de la posibilidad real de llegar a perder las bases por la dificultad de cumplir con los compromisos que había adquirido. Uno de los puntos mas sensibles en la administración del gobierno de izquierda al arribo al poder es la coincidencia de la su oferta política, las condiciones reales en las que asume el poder y las necesidades del pueblos.

Propuso:

1. Relación gobierno, partido y movimiento político es necesaria para administrar el país.
2. La izquierda de AL debe capitalizar objetivamente la experiencia de los triunfos electorales.
3. la construcción de un modelo alternativo de izquierda es un desafió para este y para siguientes foros.

Intervención del compañero Santiago Flores del Partido FMLN de El Salvador

Tesis: Planteamiento de lucha permanente para el acceso al poder formal por medio de la vía electoral y participación activa del movimiento social. Que permita acompañar al movimiento social y compartir las relaciones políticas y de poder. Ampliar las relaciones con el pueblo tener expresión de los diferentes sectores. Poner al servicio del pueblo los espacios ganados. El socialismo del siglo XXI es la esperanza de los pueblos en los mecanismos de transformación y no puede lograrse sino existe el poder popular.

Propuestas:

1. No basta llegar al poder es necesario transformar las acciones políticas y sociales con la participación con la coordinación del movimiento social.
2. Los militantes de los partidos de izquierda deben insertarse el tejido del movimiento social.
3. Los partidos de izquierda deben hacer la lucha en todas sus formas para acompañar al movimiento social.
4. Establecer alianzas estratégicas a nivel nacional y regional.

Intervención del Compañero Pedro Juan Hernández Relatoría del taller nacional e internacional de movimiento Social

Tesis: Relación entre movimientos sociales y partidos de izquierda en el nuevo contexto regional. El documento cuenta con 4 capítulos: el neoliberalismo agrava las condiciones de vida y favorece la lucha social, movimientos populares sociales para defender y profundizar las revoluciones construyendo poder popular, compromisos compartidos en tra movimiento social y partidos políticos de izquierda, y el ultimo capitulo denominado promoción y consolidación de las alianzas sociales y Latinoamericanas y Caribeñas. Las resoluciones del documento son:

1. Reconocimiento a la perseverante lucha para fortalecer el carácter antineoliberal y antiimperialista del FSP.
2. Llamado a la unidad de las fuerzas de izquierda respetando la diversidad en función de las mayorías populares y por la< defensa de la soberanía de lso pueblos.
3. Abrir una etapa en la lucha de la integración latinoamericana y caribeña solidaridad y concreta.
4. Reconocimiento de los gobiernos de izquierda vinculados al movimiento social en la construcción de un nuevo esquema de desarrollo social, económico y politico.
5. Desarrollar mecanismo entre partidos y movimiento Social para la construir objetivos e impulsar tácticas, estrategias y agendas.
6. Rechazo a toda manifestación imperialista en el continente e intento de saqueo de todo tipo de recursos de nuestros pueblos.
7. Apoyo al ALBA
8. Solidaridad con el Pueblo Cubano en su lucha contra el bloqueo.
9. Diseñar estrategias para la construcción de un socialismo con equidad para el siglo XXI
10. Diseño de estrategias del trabajo del movimiento social y los emigrantes contra el neoliberalismo.
11. Contribuir a construir y fortalecer un frente de lucha amplio en defensa de las revoluciones y otros procesos sociales revolucionarios.
12. Apoya los procesos políticos y sociales contra el neoliberalismo.
13. Construir un frente nacional amplio en defensa de los procesos electorales.
14. Construir poder popular en nuestros países en defensa de la soberanía de nuestros pueblos.
15. Reconocer al FMLN con referente de la izquierda salvadoreña y respaldo para acceder al poder en el 2009

Intervención del compañero Juan Ponce Maldonado de Oaxaca,México

Denuncia sobre situación de Oaxaca en México. Están viviendo situación de represión y persecución, además del desaparecimiento de un joven de 16 años, se desconoce su paradero. Antecedente desde

los años 70. Además de sentencia a prisión de otros compañeros.

Propuesta:

1. Piden de este foro unión, solidaridad y pronunciamiento con el pueblo de Oaxaca.
2. Que se exija la presentación de los desaparecidos de Oaxaca.
3. Altos a los abusos contra el pueblo de Guajaca y la libertad de los presos politicos y de conciencia.

Intervención de compañera Silvia Cartagena del partido FMLN de El Salvador

Informe de los procesos electorales internacionales: Dada las experiencias desarrollas la izquierda ha cambiado su visión ya que ha podido comprobar que es posible el acceso al poder por la vía electoral si se consigue una “avalancha de votos” No seremos electoreros si se hace un gobierno de verdad que posibilite la consecución de una vida digna para las personas. Según palabras de schafik: “Los revolucionarios entramos al sistema para cambiar el sistema y no para el sistema nos cambie a nosotros”

Propuso:

1. Promover reformas electorales.
2. El papel de las alianzas en un programa común es determinante.
3. Especializarnos en la lucha electoral.
4. Hacer un uso efectivo de las encuestas y un análisis científico de ellas.
5. Los comités de bases y aparato de defensa del voto son determinantes para garantizar la victoria y la movilización del pueblo.
6. La lucha del electorado es permanente.
7. La solidaridad y cooperación de las fuerzas populares y revolucionarias es fundamental en la defensa de los procesos electorales.

Intervención del compañero Logan Raúl Martínez de la coordinadora Salvadoreña con el pueblo de Cuba

Denuncia. Referencia al pensamiento Martiano sobre la solidaridad, ejemplo de esto es que el pueblo de Cuba nunca ha dejado de asistir a Latinoamérica a pesar de las dificultades por las que atraviesa, por lo piden una muestra de solidaridad efectiva y militante de denuncia y apoyo al pueblo cubano de parte del foro.

Propuestas:

1. Denuncia y apoyo a los 5 compañeros cubanos.

2. Denuncia contra el bloqueo sistemático a Cuba.
3. Denuncia del plan de Bush por los planes atentados hacia los comités de solidaridad con Cuba a nivel internacional y el plan de desestabilización.
4. Denuncia hacia el gobierno de ARENA en el Salvador por el apoyo a Posada Carriles.
5. Saludos y deseos de salud al compañero Fidel.

Intervención del Compañero Adán Pérez Contreras de Convergencia de México

Propuso:

1. Para que el foro se fortalezca es necesarios que se revise lo administrativo, funcionamiento y estratégico.
2. Conformar un grupo de trabajo permanente con 1 representante de cada país que tenga como objetivo intercambiar información, analizar y proponer soluciones.
3. Vamos del debate al combate.

Intervención de la compañera Judith de partido FMLN de los Salvadoreños residentes en el exterior

Salvadoreños inmigrantes tomados en cuenta en la estructura del FMLN.

Propuso:

1. Formación del frente amplio como el instrumento de acción del foro.
2. Promover un centro de formación política en cada país.
3. Colaboración de los países progresistas para la promoción de un mercado de comercio equitable
4. Protección del medio ambiente.
5. Lucha contra la explotación de mujeres y niños.
6. Pronunciamiento en apoyo al pueblo de Guajaca.

Intervención del compañero Oscar Laborde del Frente Grande del Movimiento del Sur de Argentina

Comentario. Coincidencia con planteamiento de este foro y breve comentarios sobre la presidencia de Kichner. Falta de reconocimiento en el documento de la oposición de Argentina al TLC.

Intervención del Compañero Carlos Augusto Morales del PRD de México

Comentario. Los partidos de izquierda se siguen visualizando como una alternativa ante los gobiernos de derecha, sin embargo se debe revisar algunos indicios que pueden volverse alarmantes en el futuro.

Propuso:

1. Movilización hacia otros esquemas.
2. Promover la crítica y autocrítica.

Intervención del compañero Rossiña del PT de Brasil

Temas de reflexión:

1. Acomodamiento de algunos socialistas.
2. Cuando la izquierda gana los cuadros que forman ese gobierno salen del movimiento social lo que se constituye después en un problema.
3. Necesidad de movilización social en apoyo a las transformaciones de las políticas públicas.

Intervención del Compañero Obispo Aquilino López del Partido Alianza Nueva Nación de Guatemala

Denuncia sobre la explotación de los recursos naturales en el pueblo de origen indígena.

Propuso:

1. Pide resolución de protección al medio ambiente.
2. Fortalecimiento del poder local.

Intervención del compañero Oscar Aníbal del sector informal del comercio de El Salvador

Comentario: Una gran mayoría de la población económicamente activa pertenece al sector del comercio informal, que se ha incrementado alarmantemente en los últimos años por las medidas del modelo neoliberal.

Propuesta:

1. Que el documento del foro Sao Pablo busque alternativas sobre el tema de la propiedad intelectual en el TLC.

Intervención del compañero de Alianza Nueva Nación de Guatemala

Comentario. Los indígenas de AL están cansados de los abusos de los gobiernos de derechas sobre la explotación y expropiación de los recursos, quieren engañarlos como a sus antepasados.

Comparten que la lucha popular es efectiva cuando hay unidad poniendo como ejemplo el logro de detener la exploración y explotación minera en su pueblo de Totonecapan lo cual ha sido un logro del gobierno local de su pueblos.

Propuesta:

1. Formar un frente único contra los partidos de derecha.

Intervención del compañero Jorge Schafik del partido FMLN de El Salvador

Anuncios:

Reunión del grupo de trabajo mañana por la mañana.

Traslado mañana a la actividad de cierre, punto de reunión en el lobby del hotel.

DECLARACION FINAL DEL XIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO

Del 12 al 14 de enero del 2007, reunidos en San Salvador, El Salvador, con el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) como anfitrión, se desarrolló el XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo con la participación de 596 delegados. Entre ellos, 219 representan 58 partidos y movimientos políticos, sociales e iglesias, procedentes de 33 países, así como 54 invitados de otras regiones del mundo. Destacamos el esfuerzo político y organizativo del FMLN que garantizó el desarrollo exitoso de este encuentro por lo que expresamos nuestro reconocimiento a la fraternidad y solidaria hospitalidad que nos brindaron los compañeros dueños de casa.

Cuatro grandes temas nos convocaron a este encuentro, en la búsqueda de una nueva etapa de integración latino americana y caribeña.

1- La formulación de políticas antineoliberales que fomentan una genuina democracia política, económica y social; el desarrollo sustentable; la igualdad plena de todos los seres humanos y una nueva integración solidaria

2 -La lucha contra el colonialismo, la injerencia imperialista, y a favor de la solución de los conflictos armados mediante procesos de paz en los que no se extinga, sino se reencauce, el avance de nuestros pueblos hacia la imprescindible transformación política, económica y social en beneficio de las mayorías y minorías oprimidas

3 - El enfrentamiento a la doctrina imperialista de seguridad hemisférica que promueve la militarización y,

4 - La relación entre las fuerzas políticas, los movimientos sociales y ciudadanos, y los gobiernos de izquierda y progresistas, y el papel que desempeña la solidaridad internacional.

Durante los trabajos del Encuentro se realizaron diferentes talleres nacionales e internacionales que analizaron y debatieron temáticas que fortalecen la construcción de líneas legislativas, y de políticas públicas cuyos resolutivos serán dados a conocer por medio de la publicación del documento base y los respectivos informes que resumen los debates de los distintos temas de discusión.

En este intercambio abierto, franco y pluralista que caracteriza al Foro de Sao Paulo, todas y todos coincidimos en que, pese a que el neoliberalismo sigue siendo la doctrina hegemónica impuesta por los centros de poder mundial, el enfrentamiento en ascenso de los pueblos a su secuela de concentración de la riqueza y masificación de la exclusión social, favorece una acumulación política sin precedentes por parte de la izquierda latinoamericana. Ese enfrentamiento es uno de los factores fundamentales que explica los triunfos electorales más recientes cosechados por la izquierda latinoamericana y caribeña, entre ellos, la segunda reelección del Presidente Hugo Chávez Frías en Venezuela, la reelección del presidente Luiz Inácio Lula da Silva en Brasil, la elección del Presidente Rafael Correa en Ecuador y del Presidente Daniel Ortega en Nicaragua, cuyo pueblo venció el miedo, y aportan al proceso de cambios en la correlación de fuerzas en la región. Con esta batalla político electoral recuperó el Gobierno, que años antes había conquistado el triunfo de la revolución sandinista.

Los nuevos triunfos electorales de la izquierda se suman a los obtenidos con la elección del Presidente Tabaré Vázquez en Uruguay en octubre del 2004, la elección del Presidente Evo Morales Ayma en Bolivia, el primer líder indígena que logra la presidencia en un país de América latina en diciembre de 2005. Y a la presencia o apoyo de Partidos integrantes del Foro en otros Gobiernos de la Región, como es el caso de Michelle Bachelet en Chile y la presencia de Néstor Kiscner en Argentina. También se obtuvieron triunfos en varias naciones del Caribe. En Haíti el imperialismo norteamericano y la derecha local no pudieron consumar el fraude para evitar la elección del Presidente René Preval.

Junto a estas nuevas generaciones de gobiernos latinoamericanos de izquierda o progresistas que se fortalecen con la primera elección de Chávez en diciembre de 1998, se yergue la revolución cubana con sus 48 años de lucha y resistencia. Aunque no en todas las elecciones presidenciales triunfaron los candidatos de izquierda o progresistas, durante los comicios desarrollados en 2006 en México, Perú y Colombia se manifestó una importante acumulación política. A todo ello se suman, las bancadas de izquierda en las legislaturas nacionales y parlamentos de integración y en los numerosos estados, provincias o departamentos, y los aún más numerosos municipios y gobiernos locales gobernados por la izquierda a todo lo largo y ancho de América Latina y el Caribe. Estos avances en el terreno político y electoral crean condiciones favorables sin precedentes para avanzar hacia la derrota política e ideológica definitiva del neoliberalismo en nuestra región, pero al mismo tiempo comprometen a los partidos y movimientos políticos de la izquierda latinoamericana y caribeña a actuar acorde con las expectativas depositadas en ellos por los pueblos, so pena de que sus gobiernos sea solo un breve lapso tras el cual se recicle la dominación neoliberal.

En estos albores del siglo XXI en que los pueblos latinoamericanos y caribeños comienzan a hacer valer su soberanía, autodeterminación e independencia para romper con el neoliberalismo patriarcal, y emprender políticas propias de desarrollo económico y social, el colonialismo es un anacronismo aun mas ultrajante que antes, por lo que todos y todas quienes conformamos el Foro de Sao Paulo nos comprometemos a redoblar nuestra lucha por la autodeterminación e independencia de las colonias que subsisten en la región, como Puerto Rico, Martinica, Curazao entre otros.

También luchamos contra el Plan Colombia, la Iniciativa regional Andina y el resto de los mecanismos de injerencia e intervención impuestos por el imperialismo norteamericano como parte de su sistema de dominación continental, amparados en la doctrina de seguridad hemisférica, que utiliza como pretextos el combate al crimen organizado, al narcotráfico y al terrorismo, para ampliar y profundizar, la militarización de la región y la criminalización de la lucha popular. Demandamos una solución política negociada, para resolver el conflicto armado de Colombia. En la actualidad, son requisitos para el logro de la paz democrática, la autodeterminación, la soberanía y la consolidación de los cambios democráticos en América Latina y el Caribe.

La violencia también ha golpeado a las mujeres, las cuales son objeto de feminicidios, violencia doméstica, acoso sexual, violencia laboral y agresiones de las tropas agresoras y los gobiernos títeres. Nos pronunciamos por la erradicación de la violencia contra la mujer.

Levantamos las banderas que se identifican con la defensa de los derechos de los pueblos indígenas del Continente, reivindicamos la interculturalidad y la condición plurinacional y étnica de varios países de América Latina.

Desde nuestras respectivas realidades nos comprometemos a levantar una corriente de opinión, como parte de un movimiento, que exija el cumplimiento de los acuerdos de Paz en El Salvador y Guatemala.

Expresamos nuestra solidaridad con la revolución cubana, hacemos votos por la pronta y efectiva recuperación del Presidente Fidel Castro Ruz, reafirmamos nuestra condena al bloqueo imperialista, exigimos la libertad de los cinco cubanos injustamente presos en cárceles estadounidenses por el supuesto delito de luchar contra el terrorismo.

Expresamos nuestra solidaridad con Evo Morales y respaldamos su postulación al Premio Nobel de la Paz.

El foro de Sao Paulo ha concluido en su XIII encuentro que los pueblos de Latinoamérica y del caribe, estamos en la hora de sentar las bases para la derrota integral del neoliberalismo patriarcal y avanzar en la construcción de la alternativa al sistema imperante.

Esto requiere de una acción articulada y una relación respetuosa y complementaria entre los partidos, movimientos y coaliciones políticos de izquierda y la diversidad de organizaciones y movimientos populares y sociales. Lo que nos permitirá construir las alianzas políticas y sociales, para hacer avanzar en cada país, un amplio frente de lucha que integre a todos los sectores populares y democráticos afectados por las políticas del modelo dominante.

Esta es una condición indispensable para la realización y consolidación de las transformaciones de nuestras sociedades en el terreno económico, social, ideológico y cultural.

Premisas básicas de la construcción del modelo alternativo, que en más de un lugar se define, con una perspectiva socialista, son la conquista de la independencia nacional y regional, la justicia social, la democracia política y social, la integración regional y continental basada en la cooperación, el internacionalismo y solidaridad entre los pueblos, la defensa y desarrollo de nuestros recursos naturales y de la biodiversidad, y la erradicación de toda forma de discriminación en contra de las mujeres y los pueblos originarios.

El objetivo primordial del modelo alternativo es el bienestar y dignificación de la gente, los pueblos y los países de América Latina.

En las nuevas condiciones históricas que viven América Latina y el Caribe, los partidos miembros del Foro de Sao Paulo nos sentimos comprometidos a volcar todos nuestros esfuerzos políticos, materiales y solidaridad para hacer realidad esta gran oportunidad histórica de derrotar al Neoliberalismo y entrar en el camino de la construcción de esa nueva sociedad justa y democrática.

En la proyección de la cultura construida en el Foro, de sentir propia cada batalla democrática que dan las organizaciones miembros, comprometemos nuestra solidaridad con los compañeros de la ANN y URNG de Guatemala que enfrentarán elecciones en Septiembre próximo, al igual que con todas las fuerzas, miembros del FSP, que también viviran procesos electorales.

El fortalecimiento de la consecuencia, y unidad de nuestros Partidos y del Foro de Sao Paulo, la ética

en el ejercicio del poder público, la superación del sexismo, la profunda vinculación con el pueblo, y la solidaridad internacional, son y serán nuestras mejores armas para acometer con éxito las batallas venideras.

El Foro de Sao Paulo se compromete a defender los procesos de cambios en marcha y desplegar toda nuestra capacidad internacionalista y solidaria con Cuba, los gobiernos democráticos y la lucha de los pueblos.

El fraterno y franco debate del Foro, tuvo como importante aporte el documento base elaborado y presentado por el Grupo de Trabajo. El que fue enriquecido por el intercambio realizado. Las delegaciones asistentes hicieron propio las propuestas contenidas en el documento: 1.- La publicación de un boletín electrónico mensual. 2.- La constitución de una escuela continental de formación política. 3.- La realización de un Festival político cultural . 4.- La creación de un observatorio electoral. 5.- Desarrollar una política dirigida hacia la juventud y de promoción del arte y la cultura. El Grupo de Trabajo se abocará a discutir las medidas que permitan su implementación.

El propósito de estas iniciativas debieran permitir una mayor capacidad para fomentar el debate político, el intercambio de experiencias y para lograr que el Foro sea un instrumento más eficaz y permanente para articular el trabajo político de los Partidos y movimientos miembros.

Los avances de este encuentro, nos permiten cifrar expectativas en el desarrollo de capacidades para responder a los desafíos que nos impone el avance de la lucha de nuestros pueblos. Y pasar a una nueva etapa en la actividad del Foro.

El Foro, rindió homenaje y manifestó su reconocimiento al gran dirigente Shafik Handal, destacando su ejemplar compromiso, que caracterizó su consecuencia en la lucha por la emancipación de los pueblos.

XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo. San Salvador, El Salvador, del 12 al 14 de enero de 2007.

RESOLUCION FSP - EL SALVADOR

LOS DELEGADOS Y DELEGADAS AL XIII FORO DE SAO PAULO

CONSIDERANDO:

I. Que el 16 de enero del 2007 se cumplen 15 años de la firma de los Acuerdos de paz entre el FMLN y el Gobierno, acontecimiento histórico que abrió un inicial proceso de democratización política en El Salvador.

II. Que el próximo 24 de enero se cumple un año del irreparable fallecimiento del líder histórico Jorge Handal, quien dedicó lo mejor de su vida a la causa revolucionaria y quien a su vez, trabajó intensivamente por el fortalecimiento del Foro de Sao Paulo.

III. Que el 10 de enero recién pasado el FMLN cumplió 26 años de lucha revolucionaria por la paz, la justicia social y la democracia en la cual millares de los mejores hijos e hijas del pueblo salvadoreño ofrendaron sus vidas.

POR ESTAS TRASCENDENTALES RAZONES EL XIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO RESUELVE:

I. Expresar nuestro reconocimiento al Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, por su aporte histórico a la lucha por la justicia social, la paz y autodeterminación del pueblo salvadoreño.

II. Expresar nuestro reconocimiento a su lucha por conquistar mejores condiciones de vida para el pueblo, particularmente en su esfuerzo por la seguridad ciudadana efectiva, la real democratización electoral y el avance hacia la construcción de la paz social.

III. Expresar nuestra solidaridad hacia el FMLN y el pueblo salvadoreño para que en el año 2009 cristalice su legítima aspiración del cambio indispensable que abra las compuertas a una mejor calidad de vida para la gente y hacia una sociedad próspera, democrática y solidaria.

Asimismo, agradecemos su hospitalidad fraterna para la gran familia del Foro de Sao Paulo.

RESOLUCION FSP SOBRE CUBA

El Décimo Tercer Encuentro del Foro de Sao Paulo refrenda su apoyo solidario al pueblo y Gobierno de Cuba y resuelve a la vez.

1. Reiterar su rotunda condena al demencial bloqueo económico y a la secuela de sufrimientos humanos, causados a ese mil veces heroico pueblo hermano, por esa lesiva política contra el Derecho Internacional.
2. Exigir justicia para los cinco patriotas Cubanos dedicados a la lucha contra el terrorismo, hoy prisioneros de la Administración Bush.
3. Presentar sus unánimes votos por la salud de Fidel.

RESOLUCION SOBRE SOLIDARIDAD CON OAXACA

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo conoció la lucha del pueblo mexicano de Oaxaca y acordó:

I. Manifestar su solidaridad con la Asamblea Popular con los Pueblos de Oaxaca, APPO.

II. Pronunciarse por el alto a la represión y criminalización de las propuestas del pueblo organizado.

III. Reclamar la presentación con vida de los desaparecidos, la libertad de todos los presos políticos y de conciencia de México.

IV. El castigo a los responsables de las acciones contrainsurgentes contra la resistencia popular.

V. El castigo a Ulises Ruíz Ortiz, genocida y mal gobernante de Oaxaca.

RESOLUCION FSP - SOBRE EL SECUESTRO DE JORGE LOPEZ DE ARGENTINA

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo reclama la aparición con vida del compañero argentino **JORGE JULIO LOPEZ**, secuestrado cuatro meses atrás.

López había sido secuestrado hace 30 años y ahora con su testimonio fue la clave para condenar al Comisario MIGUEL TCHECOLATZ por crímenes de lessa humanidad, por su papel como torturador y asesino durante la dictadura militar. Su desaparición es una amenaza para miles de testigos que se aprestan a declarar en la continuidad de los juicios contra los responsables de 30 mil compañeros secuestrados y asesinados.
Este encuentro hace llegar su solidaridad al Movimiento Popular que lucha por la aparición de Jorge López y transmite al Presidente Néstor Kirchner el apoyo militante para hallar a López y desmantelar los aparatos represivos y conspirativos remanentes de la dictadura militar, al servicio del imperialismo y la oligarquía contra el pueblo argentino.

RESOLUCION FSP - SOBRE LA POLITICA MIGRATORIA DE ESTADOS UNIDOS.

1- Durante las últimas décadas como parte de los fundamentos del Modelo Neoliberal, las distintas administraciones estadounidenses han impulsado políticas que criminalizan la migración latinoamericana y caribeña asimilándola al terrorismo y a la delincuencia organizada. Estas políticas implican modificaciones a las legislaciones federales y estatales para aplicar medidas que violentan los derechos elementales: a la vida, a la salud, a la educación, a condiciones laborales justas, al libre tránsito.

2- La aprobación en el Congreso de Estados Unidos de más recursos para la continuidad de la construcción de un muro con tecnología de punta para la vigilancia fronteriza, la movilización de miles efectivos militares proveniente de la zona de intervención en el Medio Oriente hacia la frontera México-Estados Unidos, la velada protección a los Minuteman de las autoridades obligadas a impedir sus acciones de caza criminal de migrantes, así como otras medidas, representan la expresión de la doctrina de Seguridad Hemisférica ante un problema cuyas raíces multifactoriales deberían ser atendida en razón de la naturaleza social, económica y política del fenómeno migratorio.

RESOLUCION FSP - SOBRE LA OTAN

EL XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, reunido en San Salvador del 12 al 14 de enero de 2007.

Tomando en cuenta que los días 7 y 8 de febrero de este año se reunirán en Sevilla, España los ministros de Defensa de la OTAN, alertamos sobre los peligros de nuestra época, llamamos a la movilización de todas las fuerzas de la paz y del progreso social, para evitar que el capitalismo arroje al mundo a la catástrofe, como lo hizo en el siglo pasado, expresamos nuestra confianza profunda que otro mundo, un mundo socialista, es posible, y por ello reclamamos el desmantelamiento de las bases militares **norteamericanas desplegadas en todos los Continentes, la desmilitarización de la seguridad, la reducción de los gastos militares, la prohibición y destrucción ecológica de los arsenales de armas de destrucción masiva** y la disolución de la OTAN **en el marco de un Nuevo Concepto de Seguridad Humana, desmilitarizado, que resuelva el principal problema de la Humanidad: el hambre, la pobreza, la desigualdad, la enfermedad y la injusticia.**

Nuestro compromiso es la Paz.

RESOLUCION FSP - EVO MORALES NOBEL DE LA PAZ

El Décimo Tercer Encuentro del Foro de Sao Paulo resuelve apoyar la candidatura de Evo Morales para Premio Nóbel de la Paz 2007, a solicitud del CONGRESO BOLIVARIANO DE LOS PUEBLOS, MOVIMIENTO PUEBLOS UNIDOS POR NUESTRA AMERICA / MP-UNA.
El 6 de diciembre de 2006, el Premio Nóbel de la Paz, Adolfo Pérez Esquivel, presentó oficialmente la candidatura de **Evo Morales** para Premio Nóbel de la Paz 2007.
Para dar fuerza esta significativa postulación, apoyamos la Campaña Internacional a fin de recabar adhesiones y apoyos que brinden un sólido respaldo para quien es cabal merecedor de tan distinguido galardón.

Llamamos a los pueblos a unirse contra el imperialismo, en la lucha por la paz, la soberanía y la unidad de Nuestra América.
En la Ciudad de San Salvador, a los catorce días del mes de enero de Dos Mil Siete.

RESOLUCION FSP - SOBRE PUERTO RICO

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo reafirma su respaldo activo y militante a la lucha de independencia de Puerto Rico, nación Caribeña y Latinoamericana que enfrenta desde hace más de un Siglo, la ocupación militar, económica y política del imperialismo norteamericano.

Igualmente el XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, expresa su solidaridad con la excarcelación de los patriotas Puertorriqueños presos en cárceles de Estados Unidos y el reclamo de que el caso colonial de Puerto Rico sea considerado en un futuro cercano por la Asamblea general de la ONU.

ALUDO A LOS 50 AÑOS
DEL SEMANARIO COLOMBIANO “VOZ”

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, reunido en San Salvador del 12 al 14 de enero de 207.
SALUDA:
El cincuenta aniversario de VOZ, semanario del Partido Comunista Colombiano, cuya existencia ininterrumpida representa un caso excepcional de la prensa revolucionaria en Colombia.
En este tramo de historia, VOZ ha expresado el sentir de los humildes. Ha denunciado sin vacilaciones la represión, la guerra sucia, la corrupción y el paramilitarismo, erigidos en política de Estado por las oligarquías colombianas.
VOZ se ha hecho canal expresivo de los procesos unitarios que enriquecen la lucha popular colombiana, en particular el Polo Democrático Alternativo.
Levanta con fuerza la bandera de la paz democrática con justicia social, con la exigencia de una solución política negociada del conflicto armado histórico y acuerdos para el intercambio humanitario.
Proclama la reconquista de la soberanía del pueblo colombiano para definir su destino en vínculo estrecho con los hermanos de América Latina, cuyo horizonte delinea el Foro de Sao Paulo de los partidos políticos.

RESOLUCION FSP - SOBRE COLOMBIA

El XIII Encuentro del foro de Sao Paulo, reunido en San Salvador del 12 al 14 de enero de 2007,

1- Expresa su solidaridad con la lucha del pueblo colombiano por la vida, la democracia, la paz, y los derechos de las víctimas a la justicia, la verdad y la reparación por las violaciones de los derechos humanos y los crímenes atroces cometidos por grupos narcoparamilitares y fuerzas estatales, y aboga por el cese total de la impunidad.

2- Reitera su compromiso con la paz en Colombia por una salida política negociada al conflicto armado interno que favorezca el tránsito a la democracia plena, la justicia social, la soberanía y el total respeto de los derechos humanos y las libertades públicas.

3- Reclama la urgencia de intercambios humanitarios para liberación de las personas secuestradas, prisioneros de guerra y presos políticos. Se opone al rescate por vía militar de las personas privadas de la libertad.

4- Apoya la lucha de los trabajadores por sus derechos fundamentales, rechaza las reformas antilaborales, los nuevos impuestos destinados a la guerra, la reducción de las transferencias para salud y educación. Respalda las movilizaciones contra el TLC y contra las medidas impuestas por el FMI.

5- Saluda los procesos unitarios, en particular, el surgimiento del Polo Democrático Alternativo, PDA; que expresa la unidad de la izquierda y le desea los mayores logros y aciertos en su labor por los cambios, especialmente en el compromiso de las elecciones regionales y locales de octubre de 2007.